

ORGANIZADORES

THIAGO CEDREZ DA SILVA  
ELVIS SILVEIRA SIMÕES

# HISTÓRIA REGIONAL

MOSAICOS  
DO PASSADO  
BRASILEIRO

PUBLICAÇÕES ANEXADAS:

ANAIS COM RESUMOS SIMPLES DO 2º  
CICLO DE PALESTRAS ONLINE SOBRE  
HISTÓRIA DO BRASIL (2021 - CPOHB)

Copyright ©2021 dos organizadores

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à Editora Mundo Acadêmico.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

**Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional**  
(CC BY-NC-ND 4.0)

**Você é livre para:**

**Compartilhar** - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

**Atribuição** - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

**Não Comercial** - Você não pode usar o material para fins comerciais.

**Não-derivadas** - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

**Sem restrições adicionais** - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral está disponível em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

**Expediente:**

*Capa e diagramação:*  
Thiago Cedrez da Silva

*Editor:*  
Marcelo França de Oliveira

**Conselho Editorial Casalettras**

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)  
Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)  
Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)  
Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)  
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Eunice Moreira (PUCRS)  
Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)  
Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

**Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

H62999 História Regional: mosaicos do passado brasileiro - inclui anais com resumos simples do 2º Ciclo de palestras online sobre história do Brasil ( 2021 - CPOHB) / Thiago Cedrez da Silva e Elvis Silveira Simões (Orgs.) [ Recurso eletrônico ] Porto Alegre: Editora Mundo Acadêmico, 2021.

560p.  
Bibliografia.  
ISBN: 978-65-89475-07-1

1. História - 2. História regional - I. Silva, Thiago Cedrez da - II. Simões, Elvis Silveira - III. Título.

CDU: 981.89

CDD:981



EDITORA MUNDO ACADÊMICO

*Um selo da Editora Casalettras*

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa  
Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103  
+55 51 3013-1407 - contato@casaletras.com  
www.casaletras.com

## SUMÁRIO:

<b>APRESENTAÇÃO – História Regional: caminhos historiográficos</b> Thiago Cedrez da Silva; Elvis Silveira Simões.....	7
<b>QUILOMBOS E COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO: CONCEITUAÇÃO E RESSIGNIFICADOS NA CONSTITUIÇÃO DO RECONHECIMENTO E TERRITORIALIDADE</b> Adriana Ribas Adriano Cararo; Jeferson Cararo .....	15
<b>ÁGUAS BOAS, ARES SADIOS: O LUGAR DA NATUREZA NOS ESCRITOS DE JOÃO FELIPE BETTENDORFF</b> Adriano Corrêa de Sousa.....	27
<b>A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA MORFOLOGIA URBANA DE PARÁ DE MINAS – MG</b> Álisson Tavares Margotti.....	42
<b>AJEUM - A CONTRIBUIÇÃO DAS COMIDAS SAGRADAS AFRICANAS PARA A PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DA MEMÓRIA BIOCULTURAL QUE FUNDAMENTOU A IDENTIDADE ALIMENTAR BRASILEIRA.</b> Aloisio Souza Castro Junior.....	52
<b>TIA CIATA E SEU LEGADO PARA O SAMBA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO</b> Bárbara dos Santos Machado Braz.....	63
<b>IDENTIDADE EM ESCALAS: A HISTÓRIA DOS TEUTO-DESCENDENTES DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO EXTREMO-SUL DO BRASIL.</b> Bruno Einhardt Bierhals .....	72
<b>A BANALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO ESCRAVO, A ABOLIÇÃO BRASILEIRA E A POSTERIOR EXCLUSÃO SOCIAL: UMA TRAJETÓRIA INCOERENTE E AVILTANTE</b> Carlos Eduardo Krüger.....	94
<b>A PRÁTICA DO MESTRE DE CAPOEIRA FAÍSCA: SUAS CONQUISTAS E DIFICULDADES EM POÇO VERDE-SE</b> Álvaro Eduardo de Araújo Santos; Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade; Cleidinaldo Ribeiro dos Santos Andrade .....	105
<b>DUAS VIDAS, DOIS DESTINOS: O USO DE DIÁRIOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA REGIONAL EM “O FANTASMA” DE DANIELE STEEL</b> Cristina Pasquetti Massutti.....	120
<b>MEMÓRIAS DE SIMÃO DIAS</b> Daniell Alves Loiola Santana.....	131
<b>“LOS HERMANOS SEAN UNIDOS PORQUE ESA ES LA LEY PRIMERA” SOLIDARIEDADES E RESISTÊNCIAS NA FRONTEIRIÇA JAGUARÃO (1964- 196?)</b> Darlise Gonçalves de Gonçalves.....	152
<b>DA CADEIA À CRECHE: A ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL”</b> Darlan Queiroz Costa.....	163
<b>PROSOPOGRAFIA, PARA QUE TE QUERO? UM MÉTODO A SER PENSADO (TESTADO)</b> Fabíola Peres de Souza.....	175

**DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE NO BRASIL: HISTÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Francisco de Paulo D'Avila Junior..... 188

**CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ, UMA EXPERIÊNCIA DE CONTROLE DA MIGRAÇÃO DOS SERTANEJOS AFETADOS PELA A SECA.**

Francisco Wemerson da Silva Ferreira..... 201

**O PAPEL DA IMPRENSA CATÓLICA EM POUSO ALEGRE/MG (1917-1945)**

Giovane Silva Balbino..... 214

**A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS ERECHINENSES EM COGUMELOS DE OUTONO DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO**

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues ..... 225

**A REPRESENTAÇÃO DA IMIGRANTE JUDIA EM CÁGADA E O EXÉRCITO DE UM HOMEM SÓ**

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues..... 238

**A REPRESENTAÇÃO DO COLONIZADOR ERECHINENSE NAS IMAGENS DA OBRA LITERÁRIA MINHA MORTE E OUTRAS VIDAS DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO**

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues..... 249

**O CINEMA E O DECLÍNIO DO SAMURAI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O HERÓI HOLLYWOODIANO E O NIPÔNICO**

Guilherme Nunes de Souza..... 264

**A EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE UM ESTADO E SEUS MODOS DE GOVERNO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE *THE WALKING DEAD***

Guilherme Nunes de Souza..... 269

**MINHA CASA DE PAU A PIQUE MEU TELHADO DE SAPÊ: A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM**

Gunnar Sotero Ferreira Gomes ..... 281

**HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O DECRETO 8.268/2014 E A PEDAGOGIA MARXIANA**

Heloisia Carneiro de Souza..... 309

**O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO E A POLITICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL (DE 1999 A 2019): UMA ABORDAGEM TEÓRICA**

Jeferson Cararo; Adriana Ribas Adriano Cararo..... 320

**HISTÓRIA E FICÇÃO NA *REPÚBLICA DOS SONHOS*, DE NÉLIDA PIÑON.**

Jesús Arellano..... 329

**COMO UM SAMBA ENREDO SE TORNA ANTOLÓGICO?**

João Gabriel Costa de França Souza..... 340

**MÚSICA POPULAR PIAUIENSE NOS ANOS 1970: HISTÓRIA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA**

Laiz Mara Meneses Macedo..... 353



<b>“ESSA MANIA DE GRANDEZA É BEM COISA É BEM COISA DE BRANCO”: A INVISIBILIDADE HISTÓRICA DO NEGRO NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE A PARTIR DE UMA AÇÃO EDUCATIVA COM O MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO</b> Leo Francisco Siqueira de Moraes.....	366
<b>OS NECROLÓGICOS: PERIÓDICOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX.</b> Liana Nadine Gonzalez Piñeiro.....	376
<b>CENSURA MUSICAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): DANDO "VOZ" À MÚSICA POPULAR "BREGA"</b> Livia Karolinny Gomes de Queiroz; Isaíde Bandeira da Silva; .....	387
<b>AFRESCO DA CAPELA SISTINA NO VATICANO COMO ELEMENTO DE LEGITIMAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO OCIDENTE CRISTÃO</b> Manuel Alves de Sousa Junior; Luciana Onety da Gama Sobral.....	397
<b>HUMANIZAÇÃO E APRENDIZAGEM FLEXÍVEL NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA PERSPECTIVA MARXISTA</b> Luana Alves dos Santos.....	408
<b>“MEMÓRIAS FESTIVAS: A FESTA DE SANT´ANA NA CIDADE DE SILVIANÓPOLIS/MG”</b> Luis Fernando Nogueira dos Santos; Cleyton Antônio da Costa .....	418
<b>O LEVANTE DOS MALÊS: A REVOLTA DE ESCRAVOS OCORRIDO NA BAHIA EM 1835.</b> Luzimary de Jesus Amorim Aroucha.....	428
<b>REPRESENTAÇÃO (IM) PROVÁVEL DOS POVOS INDÍGENAS EM OBRA CINEMATOGRÁFICA E DOCUMENTO HISTÓRICO E SUA DIVERGÊNCIA COM A PLAUSÍVEL REALIDADE</b> Manuel Alves de Sousa Junior; Ângela Araújo Gonçalves .....	438
<b>REVISTA EXPLORADOR – O USO HIPERTEXTO COMO APOIO DIDÁTICO EM ESPAÇOS MUSEAIS</b> Liana Nadine Piñeiro; Nycole Schmitt Andrade.....	448
<b>A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM POUSO ALEGRE E BRAZÓPOLIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX</b> Palloma Victoria Nunes e Silva; Giovane Silva Balbino; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.....	458
<b>SONS DA FÉ: A MAGIA E A IMPORTÂNCIA DA TRADIÇÃO ORAL NOS PONTOS CANTADOS DE UMBANDA PARA PRESERVAÇÃO E RECONHECIMENTO DA HISTÓRIA DE UM POVO</b> Paula Roberta Libanori Haenisch.....	469
<b>FAKE NEWS E NEGACIONISMO À VACINA: ANÁLISE DA DESINFORMAÇÃO VEICULADA DURANTE A REVOLTA DA VACINA</b> Paulo Pessôa Neto.....	481
<b>A INFLUÊNCIA DA MAÇONARIA NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA</b> Ricardo da Rosa Soares Filho.....	492

<b>FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA</b>	
Suelma dos Reis Pereira Alves.....	507
<b>A ARQUEOLOGIA VISTA CONFORME OS ESTUDOS SEDIMENTARES DO ABRIGO DE ITAPEVA, SP</b>	
Tatiane de Souza.....	518
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	530
<b>ANEXO: ANAIS DO 2º CICLO DE PALESTRAS ONLINE SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL</b> .....	531

## **Apresentação: História Regional: caminhos historiográficos**

Caro (a) leitor (a), os estudos históricos, ao longo dos últimos tempos vêm sofrendo múltiplas influências de abordagens teóricas e metodológicas diversas. Isso, por sua vez, tem permitido a historiografia abranger seus campos de estudo, bem como, impactando na variação de escalas de observação das análises dos pesquisadores. Assim, o estudo de Histórias Regionais proposto por esta coletânea de artigos científicos, permite aos leitores viajar, através desta abordagem, por um universo temático que põe em voga questões diversas sobre as diferentes formas e momentos da construção social no país.

Os autores Adriana Ribas Adriano Cararo e Jeferson Cararo, no artigo intitulado **“QUILOMBOS E COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO: CONCEITUAÇÃO E RESSIGNIFICADOS NA CONSTITUIÇÃO DO RECONHECIMENTO E TERRITORIALIDADE”**, propõe realizar uma breve reflexão sobre o conceito de quilombo e o seu ressignificado para os dias atuais, procurando definir o mesmo e suas inúmeras formas de constituição; bem como a nova conceituação de quilombo utilizada após a promulgação da CF de 1988 e da inserção do Artigo 68 ADCT à mesma, quando surgem os Remanescentes das Comunidades dos Quilombos como sujeitos de direito constitucional e a terra, cuja identidade e memória se fundem.

Em **“AGUAS BOAS, ARES SADIOS: O LUGAR DA NATUREZA NOS ESCRITOS DE JOÃO FELIPE BETTENDORFF”**, o autor Adriano Corrêa de Sousa, busca identificar o lugar da natureza através dos escritos do jesuíta João Felipe Bettendorff (1625-1698), considerando três documentos: *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, e uma carta circular e outra ânuvia através de correspondência com o Superior da Missão do Maranhão, João Paulo Oliva.

O pesquisador Álisson Tavares Margotti, no artigo **“A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA MORFOLOGIA URBANA DE PARÁ DE MINAS – MG”**, aborda tópicos sobre a Morfologia Urbana de Pará de Minas destacando a influência da Igreja sobre a concepção e desenvolvimento da cidade, uma reflexão acerca das edificações que traduzem o desejo espiritual de um povo e como elas influenciam na paisagem urbana e se manifesta no espaço físico da cidade e na forma como as pessoas vivem.

Aloisio Souza Castro Junior, autor do trabalho **“AJEUM - A CONTRIBUIÇÃO DAS COMIDAS SAGRADAS AFRICANAS PARA A PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DA MEMÓRIA BIOCULTURAL QUE FUNDAMENTOU A IDENTIDADE ALIMENTAR BRASILEIRA”**, objetiva apresentar um levantamento dos costumes alimentares que acompanharam o negro africano na travessia do Atlântico e se estabeleceram no Brasil no período escravocrata contribuindo assim para a manutenção da memória alimentar sagrada e a construção dos hábitos alimentares da nação brasileira.

A pesquisa **“TIA CIATA E SEU LEGADO PARA O SAMBA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO”**, realizado pela pesquisadora Bárbara dos Santos Machado Braz, aborda sobre a ex-escrava Tia Ciata, uma grande figura na importância da manutenção do samba na cidade do Rio de Janeiro, a qual contribuiu para ressaltar o ritmo do samba com alegria e representante da cultura africana e que na contemporaneidade, a identidade da população brasileira.

O autor Bruno Einhardt Bierhals apresenta um estudo sobre as tensões e conflitos sociais e políticos que envolveram a imigração de alemães para o extremo-sul do Brasil a partir do ano de 1824, agudizadas com a campanha de nacionalização e explicitada durante a Segunda Guerra Mundial. Em **“IDENTIDADE EM ESCALAS: A HISTÓRIA DOS TEUTO-DESCENDENTES DURANTE A SEGUNDA GUERRA**

**MUNDIAL NO EXTREMO-SUL DO BRASIL**”, o pesquisador analisa as reverberações nos contextos urbano e rural da cidade, discutindo a questão da germanidade, da influência do discurso hitlerista e da possível ameaça que ficou conhecida como “quinta coluna”.

A pesquisa **“A BANALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO ESCRAVO, A ABOLIÇÃO BRASILEIRA E A POSTERIOR EXCLUSÃO SOCIAL: UMA TRAJETÓRIA INCOERENTE E AVILTANTE”**, realizada por Carlos Eduardo Krüger, estudou o percurso histórico da exploração do trabalho escravo. Evidenciando que os escravizados foram explorados, mutilados e mortos em prol do descobrimento de novas nações. O estudo, dessa forma, identificou alguns fatores que levaram à abolição do aviltante trabalho escravo no Brasil.

Os autores Álvaro Eduardo de Araújo Santos, Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade e Cleidinaldo Ribeiro dos Santos Andrade, no estudo intitulado **“A PRÁTICA DO MESTRE DE CAPOEIRA FAÍSCA: SUAS CONQUISTAS E DIFICULDADES EM POÇO VERDE-SE”**, buscam elencar a prática do Mestre de capoeira Faísca, na cidade de poço verde /SE. Conforme os autores, tais experiências são abordadas no artigo de modo a abranger a saga deste mestre, em manter sua prática sem muitos recursos e incentivos públicos. Assim, identificam os pesquisadores, que a capoeira em si é muito difundida no mundo, contudo, este mestre de capoeira perde espaço dentro do contexto social, pois, em sua maioria, os mestres de capoeira são formados pela tradição e não no ambiente acadêmico, assim acabam não tendo a formação exigida para ocupar espaços enquanto professores de capoeira.

A pesquisadora Cristina Pasquetti Massutti, em seu estudo nomeado de **“DUAS VIDAS, DOIS DESTINOS: O USO DE DIÁRIOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA REGIONAL EM “O FANTASMA” DE DANIELE STEEL”**, objetiva apresentar uma análise sobre o uso de diários como fonte histórica dentro da obra literária “O fantasma” da autora Danielle Steel, promovendo um encontro entre a História Regional e a Literatura. Assim, desta a autora, que a pesquisa é relevante porque não foram encontradas análises obra de Steel e poderá trazer um novo olhar para a História Regional o uso de fontes históricas dentro das narrativas.

No artigo **“MEMÓRIAS DE SIMÃO DIAS”**, do pesquisador Daniell Alves Loiola Santana, apresenta que o Estado de Sergipe em seus 200 Anos de história e cultura elenca uma variedade de patrimônio cultural mostrado na historicidade dos municípios sergipanos. O trabalho apresentado é uma releitura memorável de alguns capítulos do livro de Carvalho Déda que aborda alguns acontecimentos do município de Simão Dias – SE. Desta forma, o autor pretende elencar a historicidade da Banda Filarmônica Lira Santana, além da historicidade cultural da época dos cangaceiros sergipanos que tocaram terror antes da passagem de Lampião.

Darlise Gonçalves de Gonçalves, na pesquisa **“LOS HERMANOS SEAN UNIDOS PORQUE ESA ES LA LEY PRIMERA’ SOLIDARIEDADES E RESISTÊNCIAS NA FRONTEIRIÇA JAGUARÃO (1964- 196?)”**, aborda as redes de mobilidades atuantes na fronteira de Jaguarão - RS, situando-as enquanto uma atividade de resistência à ditadura. Destaca a autora que, embora o município tenha desempenhado papel singular nesse contexto, as narrativas de solidariedade e resistência foram sistematicamente silenciadas ao longo das gerações, apresentando-se enquanto memórias clandestinas.

Em **“DA CADEIA À CRECHE: A ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL”** o pesquisador Darlan Queiroz Costa apresenta um estudo que trata sobre o espaço físico de uma creche municipal, localizada em Coração de Maria, que surgiu a partir de uma cadeia e que leva o nome, em homenagem a uma



parteira, analfabeta e negra, cujo reconhecimento social se deu pelo empenho no exercício profissional. Abordando os documentos legais que enfatizam que a creche deve ter um espaço amplo e que possibilite a criança o seu desenvolvimento integral, tal constatação, denota a necessidade de um olhar mais atento sobre os espaços educativos que não foram pensados para tal finalidade.

A pesquisadora Fabíola Peres de Souza, apresenta que na pretensão de fazer Ciência selecionar um método para fazer parte da pesquisa é fundamental. Desta maneira, seu artigo intitulado “**PROSOPOGRAFIA, PARA QUE TE QUERO? UM MÉTODO A SER PENSADO (TESTADO)**”, destaca que cada um de nós busca a combinação perfeita entre ensino, pesquisa e metodologia, e tendo como referência esta reflexão, advoga a autora, que a prosopografia é capaz de trafegar entre diferentes áreas de conhecimento e vislumbrar um caminho entre o quantitativo e qualitativo, bem como, proporcionar a análise de generalidades e especificidades.

O pesquisador Francisco de Paulo D’Avila Junior apresenta que a segunda metade do século XX trouxe para o debate público, a necessidade de pensar a insustentabilidade da vida no Planeta Terra, visto a interação cada vez mais predatória dos seres humanos com a natureza. Desde o ano de 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, o debate se ampliou, e diversos tratados internacionais foram elaborados na perspectiva da proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Assim, o artigo intitulado “**DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE NO BRASIL: HISTÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**”, propõe pensar a evolução do tema no Brasil, de um ponto de vista da história e da judicialização, levando em conta os desafios e as perspectivas para sua efetivação.

No estudo “**CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ, UMA EXPERIÊNCIA DE CONTROLE DA MIGRAÇÃO DOS SERTANEJOS AFETADOS PELA A SECA**”, o autor Francisco Wemerson da Silva Ferreira, discute que ao se falar em “Campos de concentração”, a primeira ideia que vem à mente é referente aos locais que os nazistas utilizavam como forma de aprisionamentos dos judeus, gays, comunistas e opositores políticos. Porém, segundo pesquisador, o nordeste brasileiro também já teve uma experiência com as concentrações, embora com uma ênfase um tanto diferente. Conforme o autor, no Estado do Ceará, os campos eram utilizados como forma de impedir que os retirantes da seca migrassem para a capital Fortaleza ou para outros estados.

O autor Giovane Silva Balbino, na pesquisa “**O PAPEL DA IMPRENSA CATÓLICA EM POUSO ALEGRE/MG (1917-1945)**”, apresenta que a Diocese de Pouso Alegre criada em 1900 e tendo a partir de 1916, a influência do 3º Bispo D. Octávio Chagas de Miranda, a Igreja Católica atuou mais constantemente nas questões políticas, econômicas, sociais e culturais na sociedade pouso alegre, por meio dos jornais *Semana Religiosa* e *O Trabalho*. Assim, seu estudo objetiva analisar o papel da imprensa católica na cidade de Pouso Alegre, na primeira metade do século XX.

A pesquisadora Gláucia Elisa Zinani Rodrigues, busca analisar, em “**A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS ERECHINENSES EM COGUMELOS DE OUTONO DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO**”, a representação das relações interétnicas erechinense na literatura pós-moderna no romance, *Cogumelos de Outono* do escritor erechinense Gladstone Osório Mársico (1927-1976), o recorte do estudo é o ano de publicação da obra em 1972. Assim, a autora objetiva analisar tais representações devido sua literatura ser satírico-marginal, envolvendo representações das relações entre indígenas, nativos e imigrantes de Erechim-RS.

No artigo **“A REPRESENTAÇÃO DA IMIGRANTE JUDIA EM CÁGADA E O EXÉRCITO DE UM HOMEM SÓ”**, a autora Gláucia Elisa Zinani Rodrigues, analisa a representação da imigrante judia na literatura do Rio Grande do Sul, optando pelas obras *Cágada (ou a história de um município a passo de)* de Gladstone Osório Mársico, publicada em 1974, tendo como cenário a Fazenda Quatro Irmãos, em Erechim; e a obra *O exército de um homem só*, de Moacyr Scliar, publicada em 1973, ambientada no bairro Bom Fim, em Porto Alegre.

A pesquisadora Gláucia Elisa Zinani Rodrigues apresenta a representação do colonizador erechinense em imagens, optando pelas imagens da obra literária, *Minha Morte e Outras Vidas*, do escritor satírico Gladstone Osório Mársico, publicada em 1958, tendo como cenário a cidade de Erechim. Assim, seu estudo **“A REPRESENTAÇÃO DO COLONIZADOR ERECHINENSE NAS IMAGENS DA OBRA LITERÁRIA MINHA MORTE E OUTRAS VIDAS DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO”**, analisa a forma de representação, produzida pelas imagens de representação do colonizador no norte do Rio Grande do Sul.

No estudo **“O CINEMA E O DECLÍNIO DO SAMURAI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O HERÓI HOLLYWOODIANO E O NIPÔNICO”**, o autor Guilherme Nunes de Souza, destaca que espectador ocidental ao se deparar com um filme sobre samurais, cria, geralmente, certa deturpação da realidade social dessa camada da população nipônica. Assim, o senso comum, muitas vezes, motivado por filmes que tratam desse tema, dependendo da ótica escolhida pelo diretor/roteirista pode impor sua visão de mundo acerca dos samurais, constituindo um novo discurso e interpretação histórica que se sobrepõe ao discurso histórico tradicional. Desta forma, seu artigo visou discutir a visão dada aos samurais através do cinema realizando-se um estudo comparado entre um filme norte americano e um japonês.

A pesquisa **“A EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE UM ESTADO E SEUS MODOS DE GOVERNO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE THE WALKING DEAD”**, realizada pelo autor Guilherme Nunes de Souza, destaca que a utilização de ferramentas mais atrativas para o uso didático em sala de aula está se tornando cada vez mais necessário para fazer frente ao acesso facilitado das mídias virtuais. Desta maneira, seu artigo buscará mostrará uma ideia de como criar uma nova forma de material lúdico utilizando, por base, o tema direito e história concomitantemente com histórias em quadrinhos e/ou séries televisivas da cultura *Geek* intitulada *The Walking Dead* que pode ser acompanhada das duas maneiras citadas.

O estudo de Gunnar Sotero Ferreira Gomes, intitulado **“MINHA CASA DE PAU A PIQUE MEU TELHADO DE SAPÊ: A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM”**, visa analisar a construção das identidades na comunidade negra de São José da Serra, através da produção de imagem. Assim, o autor optou pelo recorte temporal de 1995 a 2008, selecionado pelo fato de que a comunidade de São José da Serra tornou-se conhecida a nível regional e nacional.

A pesquisadora Heloísa Carneiro de Souza, apresenta que o decreto nº 8.268/2014, que altera a diretriz 5.154 de 2004, representa um marco na educação brasileira. Assim, o artigo **“HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O DECRETO 8.268/2014 E A PEDAGOGIA MARXIANA”**, pretende-se a analisar as concepções históricas, políticas e educativas que nortearam a elaboração do decreto 8.268/2014.

Os autores Jeferson Cararo e Adriana Ribas Adriano Cararo, destacam que longo da década de 1990 fatos econômicos balizaram os rumos das economias nacionais contemporâneas, ocasionando crises monetárias, financeiras e cambiais. Frente a este cenário, seu artigo, intitulado **“O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL (DE 1999 A**

**2019): UMA ABORDAGEM TEÓRICA**”, propõe realizar uma breve reflexão sobre a adoção do RMI e a posição do Banco Central, frente ao crescimento e desenvolvimento econômico nacional no período de 1999 a 2019.

No artigo **“HISTÓRIA E FICÇÃO NA REPÚBLICA DOS SONHOS, DE NÉLIDA PIÑON**”, o autor Jesús Arellano, busca expor como o discurso histórico se articula com o discurso literário no romance de Nélide Piñon para mostrar as origens das mentalidades brasileiras contemporâneas. Seu estudo evidencia o diálogo entre história e ficção, que sempre tem sido problematizado, questionando o estatuto de veracidade dos fatos históricos quando textualizados. O pesquisador buscará ter esta reflexão como ponto de partida para adentrar-me no texto de Piñon e explorar a presença da história do século XX do Brasil.

João Gabriel Costa de França Souza em seu artigo **“COMO UM SAMBA ENREDO SE TORNA ANTOLÓGICO?”** discute sobre o samba enredo, importante manifestação da cultura nacional, atravessa processos evolutivos diferenciados em comparação aos demais gêneros da MPB. Sua dissociação do mercado musical levou a padrões independentes e únicos, sendo as razões do sucesso e de popularização das composições do gênero ainda objetos de estudo. Através de análises técnicas, históricas e sociais de cinco consagradas obras, intenciona-se avançar na compreensão do processo de popularização, ao entender que fatores técnicos e históricos, apesar de contribuírem, não garantem a ascensão de um samba enredo a antologia do gênero.

Laiz Mara Meneses Macedo, em sua pesquisa **“MÚSICA POPULAR PIAUIENSE NOS ANOS 1970: HISTÓRIA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA**”, analisa as relações entre música e identidade na cidade de Teresina - Piauí, especificamente no contexto da ditadura civil-militar. A partir da história, memória, trechos de canções, depoimentos de músicos envolvidos neste processo, serão apresentadas concepções em torno da construção da Música Popular Piauiense (MPP) como instrumento de resistência à ditadura civil-militar.

Outro artigo relevante nesta obra é o do pesquisador Leo Francisco Siqueira de Moraes **“ESSA MANIA DE GRANDEZA É BEM COISA É BEM COISA DE BRANCO”: A INVISIBILIDADE HISTÓRICA DO NEGRO NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE A PARTIR DE UMA AÇÃO EDUCATIVA COM O MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO**” no qual relata uma experiência pedagógica com estudantes da educação básica no Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, cujo objetivo foi propor uma abordagem descolonizada do patrimônio cultural afro-brasileiro na educação patrimonial. Realizou-se saída de campo que culminou em ricos registros de impressões pelos estudantes. As discussões evidenciaram a ausência da história negra no Centro da cidade e que os monumentos na paisagem urbana central remetem à história branca hegemônica. A atividade problematizou o conceito de museu pouco interativo, propondo uma releitura da região central da capital pela perspectiva da população negra de forma dinâmica e lúdica.

No estudo **“OS NECROLÓGIOS: PERIÓDICOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX**”, a pesquisadora Liana Nadine Gonzalez Piñeiro, objetiva compreender a representação dos discursos pós-morte nos jornais publicados pela imprensa na primeira metade do século XX, problematizando as práticas sociais e culturais diante da morte naquele período. Para tanto, serão analisados necrológios de indivíduos que pertenciam ao Partido Republicano e à elite política da cidade de Jaguarão/RS, percebendo, dessa forma o discurso social, cultural e político implicado nas publicações e homenagens fúnebres.

As autoras Livia Karoliny Gomes de Queiroz e Isaíde Bandeira da Silva, em seu trabalho nomeado **“CENSURA MUSICAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR**

**BRASILEIRA (1964-1985): DANDO "VOZ" À MÚSICA POPULAR 'BREGA'"**, buscam analisar as motivações da censura imposta às canções "bregas" no contexto do Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Através da análise de músicas e documentos oficiais da censura, as autoras propõe entender aspectos da sociabilidade da época de Ditadura no Brasil. Assim, buscam ampliar os olhares acerca da censura e dar visibilidade ao brega, que é pouco abordado e explorado na academia e nos materiais didáticos.

No estudo **"AFRESCO DA CAPELA SISTINA NO VATICANO COMO ELEMENTO DE LEGITIMAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO OCIDENTE CRISTÃO"**, os autores Manuel Alves de Sousa Junior e Luciana Onety da Gama Sobral, apresentam que a história da arte é repleta de significados e traz uma expressão que permite a subjetividade do expectador. Na idade média, a imagem dos africanos, sobretudo dos negros, foi completamente deturpada pelo desconhecimento no imaginário europeu. Na perspectiva da autora, os preconceitos raciais atuais existentes no ocidente e, sobretudo no Brasil, são reflexos dessa ideologia da superioridade branca e inferioridade negra criados ao longo da história e enraizada na sociedade.

A pesquisadora Luana Alves dos Santos, no artigo **"HUMANIZAÇÃO E APRENDIZAGEM FLEXÍVEL NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA PERSPECTIVA MARXISTA"**, discute sobre como educar para a humanização na sociedade transpassada por um sistema de aprendizagem flexibilizada. Para tanto, apresenta a autora, é necessário identificar o que é humanização para marx, discutir a história da educação e do trabalho na sociedade brasileira até chegar à aprendizagem flexibilizada e compreender com base em textos marxistas como educar no sistema de acumulação flexível.

Em **"MEMÓRIAS FESTIVAS: A FESTA DE SANT'ANA NA CIDADE DE SILVIANÓPOLIS/MG"**, os autores Luis Fernando Nogueira dos Santos e Cleyton Antônio da Costa, analisam os significados e usos da festa da Padroeira Sant'Anna da cidade de Silvianópolis, Sul de Minas. Conforme os autores, este festejo da Padroeira da cidade é realizado anualmente no mês de julho o que oportuna a população um momento diferente na comunidade, materializado por práticas religiosas que oportunizam a quebra do cotidiano. O evento retrata uma experiência social que integra vários elementos, como cultura, religiosidade, a ruptura do cotidiano e constitui um campo repleto de valores e sentimentos.

A pesquisadora Luzimary de Jesus Amorim Aroucha, no artigo **"O LEVANTE DOS MALÊS: A REVOLTA DE ESCRAVOS OCORRIDO NA BAHIA EM 1835"**, objetiva refletir sobre o Levante dos Malês, uma revolta dos escravos que ocorreu na Bahia em 1835, um movimento de resistência escrava, protagonizado por seguidores do islamismo. Assim, seu estudo prima em apresentar quem foram os malês na Bahia em 1835, posteriormente é pontuado a organização e repressão após o ato de rebeldia.

Os autores Manuel Alves de Sousa Junior e Ângela Araújo Gonçalves, no artigo **"REPRESENTAÇÃO (IM) PROVÁVEL DOS POVOS INDÍGENAS EM OBRA CINEMATOGRAFICA E DOCUMENTO HISTÓRICO E SUA DIVERGÊNCIA COM A PLAUSÍVEL REALIDADE"**, apresenta que as representações indígenas no momento do descobrimento das Américas a partir da análise da Carta de Caminha e do filme "1492 A conquista do Paraíso", baseado no diário de bordo de Colombo merecem uma discussão aprofundada pelo viés tendencioso que aborda apenas a visão do colonizador.

As autoras Liana Nadine Piñeiro e Nycole Schmitt Andrade, no artigo **"REVISTA EXPLORADOR – O USO HIPERTEXTO COMO APOIO DIDÁTICO EM**



**ESPAÇOS MUSEAIS**”, refletem sobre o uso do hipertexto como recurso didático em espaços de ensino não-escolares. Este trabalho, frisam as autoras, foi fruto da atividade de estágio desenvolvido por elas no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), durante o curso de graduação.

O trabalho **“A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM POUSO ALEGRE E BRAZÓPOLIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX”**, escrito pelos autores Palloma Victoria Nunes e Silva, Giovane Silva Balbino e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, tem como objetivo analisar a educação doméstica para as moças nas cidades de Pouso Alegre e Brazópolis, no Sul de Minas Gerais. Suas análises tem como recorte temporal o período histórico da primeira metade do século XX.

O estudo **“SONS DA FÉ: A MAGIA E A IMPORTÂNCIA DA TRADIÇÃO ORAL NOS PONTOS CANTADOS DE UMBANDA PARA PRESERVAÇÃO E RECONHECIMENTO DA HISTÓRIA DE UM POVO”** apresenta que a oralidade é importante na preservação dos costumes, memórias e histórias de um povo e as religiões de matriz afro-brasileira certamente evidenciam esse fato. Assim, a autora, Paula Roberta Libanori Haenisch, compreende que a simbologia dos Pontos Cantados reafirmar a relevância da tradição oral para salvaguardar o passado de um povo historicamente tão preterido e a quem deve-se reconhecer para compreender como se deu a edificação da identidade nacional.

O autor Paulo Pessôa Neto apresenta que não é novidade que haja campanhas de desinformação contra as políticas sanitárias, principalmente quando se trata de obrigatoriedades impostas através do legislativo aos cidadãos para se evitar uma crise no campo da saúde de certa região. Segundo o autor a campanha de vacinação contra a pandemia da Covid-19, trouxe para os debates públicos a memória da Revolta da Vacina. Assim, seu artigo, **“FAKE NEWS E NEGACIONISMO À VACINA: ANÁLISE DA DESINFORMAÇÃO VEICULADA DURANTE A REVOLTA DA VACINA”**, traz uma análise contemporânea para melhor entender como a desinformação da época alcançou e interferiu no entendimento da população sobre as prioridades sanitárias.

Em **“A INFLUÊNCIA DA MAÇONARIA NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA”**, o pesquisador Ricardo da Rosa Soares Filho, faz um breve apanhado de assuntos referentes à revolução farroupilha, suas causas e origens, assim como também da Maçonaria. Assim, seu objetivo é tentar saber se a maçonaria, como instituição, teve influência na revolução farroupilha.

O autor Suelma dos Reis Pereira Alves, na pesquisa **“FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA”**, apresenta um artigo realizado através de um estudo bibliográfico sobre as lutas e tentativas de implantação do Currículo Integrado nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Tecnológica e as práticas pedagógicas que levam o educando ao desenvolvimento da formação humana integral. Destacam-se: o Decreto nº 2.208/1997 e o Decreto nº 5.154/2004.

Por fim, a autora Tatiane de Souza, no artigo nomeado **“A ARQUEOLOGIA VISTA CONFORME OS ESTUDOS SEDIMENTARES DO ABRIGO DE ITAPEVA, SP”**, apresenta que poucos são os estudos que se debruçam sobre a História ambiental vista através da sedimentologia. Esses estudos são capazes, conforma a autora, de realizar reconstituições de cenários naturais onde as pessoas viviam e como estas interagem com esses elementos naturais para atender suas necessidades e quais as consequências ambientais a partir deste fato Assim, no seu estudo a sedimentologia contribuiu para reconstituir elementos da estratigrafia do sítio arqueológico Abrigo de Itapeva, SP, e fomentar ideias sobre o contexto deposicional atrelado ao comportamento humano, há pelo menos 5.000 antes do presente.

Desejamos a todos, votos de boa leitura e reflexões!

Os organizadores.  
Thiago Cedrez da Silva  
Elvis Silveira Simões

# QUILOMBOS E COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO: CONCEITUAÇÃO E RESSIGNIFICADOS NA CONSTITUIÇÃO DO RECONHECIMENTO E TERRITORIALIDADE

Adriana Ribas Adriano Cararo1  
Jeferson Cararo2

**Resumo:** O presente artigo propõe realizar uma breve reflexão sobre o conceito de quilombo e o seu ressignificado para os dias atuais, procurando definir o mesmo e suas inúmeras formas de constituição; bem como a nova conceituação de quilombo utilizada após a promulgação da CF de 1988 e da inserção do Artigo 68 ADCT à mesma, quando surgem os Remanescentes das Comunidades dos Quilombos como sujeitos de direito constitucional e a terra, cuja identidade e memória se fundem. Retratará também a luta empreendida pelos grupos negros, principalmente a partir da década de 1970, que garantiu direitos a esses grupos até então invisíveis à sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Quilombo; Comunidade Remanescente de Quilombo; Artigo 68 ADCT.

## 1. Quilombos: forma de resistência ao sistema escravista

Trazido ao Brasil para trabalhar como mão-de-obra escravizada, desde que se iniciou a ocupação definitiva do território em 1530, com a distribuição de vastas áreas de terra para os colonizadores, o negro teve explorada compulsoriamente a sua força de trabalho, que serviu de sustentação para a consolidação da economia colonial emergente.

Introduzidos de forma cada vez mais expressiva a partir da implantação do Governo Geral por Tomé de Souza, em 1548, os negros acabaram por influenciar com seus costumes e práticas a formação da sociedade brasileira. Essa influencia, segundo Priori (2012, p. 47), deu-se, devido ao fato de terem de se adaptar a nova realidade a qual foram inseridos, e de trabalhar a terra para atender exclusivamente aos interesses comerciais.

Oriundos de diversas regiões da África, onde Portugal havia estabelecido colônias e entrepostos, e dos arquipélagos atlânticos da Madeira e Cabo Verde, os negros trazidos ao Brasil por meio do tráfico, desempenharam diversas funções nos locais onde foram inseridos. Como afirma Gomes:

“os escravos ergueram fazendas e engenhos; plantaram cana-de-açúcar, café, milho, arroz, mandioca e algodão; criaram gado. Retiraram ouro e prata de montanhas ou rios, além de ajudarem a desenvolver diversas cidades e seus arrabaldes”. (GOMES, 2015, p. 8-9)

---

1 Graduada em História pela UNICENTRO (2001); especialista em Formação de Professores para Docência no Ensino Superior pela UNICENTRO (2004) e mestre em História, Cultura e Identidades, pela UEPG (2016).

2 Graduado em Ciências Econômicas pela UNICENTRO (1999), especialista em Gestão Financeira e Controladoria pela UNICENTRO (2002), mestre em Integração Latino-americana pela UFSM (2008) e professor assistente no curso de Ciências Econômicas da UEPG desde 2013.

Os negros não desempenhavam somente funções específicas e especializadas, como nos engenhos e minas. Eles também exerceram atividades, que segundo Campos, variavam desde as mais rudes e pesadas às consideradas mais leves e rotineiras, tanto nas fazendas de criação, como nas voltadas à agricultura:

Aos escravos cabiam as tarefas relacionadas à constituição e manutenção da fazenda, tais como a derrubada das árvores necessárias para a construção das casas e instalações para o manejo do rebanho, e pelo fornecimento de lenha; a construção de muros de pedra para demarcar as divisas da propriedade; o plantio das roças e pastos, que forneceriam alimentos aos animais e aos moradores da fazenda; o abastecimento de água; a abertura e manutenção de estradas e pontes, que ligassem a propriedade a outras fazendas e à estrada principal, que servia de acesso às vilas e para a condução das tropas que seriam comercializadas; a construção da capela para a realização das cerimônias religiosas, e do cemitério; bem como a realização dos serviços domésticos. Aos demais empregados da fazenda eram estabelecidas as atividades relacionadas à criação, transporte e venda dos animais na Feira de Sorocaba. Sendo, que todas as atividades eram supervisionadas tanto pelo capataz, quanto pelo proprietário da fazenda. (CAMPOS, 2010, p. 8)

Mas, devido à intolerância dos senhores e a brutalidade praticada pelos feitores, que buscavam através da vigilância e dos castigos manter a submissão a todo custo, as sociedades escravistas conheceram várias formas de resistência impostas pelos negros que se opunham a essa exploração, tais como, a resistência na execução do trabalho; apropriação de bens por eles produzidos; o suicídio, os assassinatos; os abortos; as revoltas e as insurreições. Contudo, segundo Fiabani, a fuga foi a forma mais significativa de oposição à escravidão:

Muitas vezes os negros ausentavam-se dos domínios escravistas e misturavam-se à massa de libertos e escravizados, que perambulavam ou trabalhavam nas ruas dos grandes centros urbanos da época. Nas áreas rurais, por sua vez, tornou-se notório o fato de alguns escravos conservarem-se nas imediações das propriedades senhoriais com o intuito de saciar a fome, chegando alguns a pernoitarem nas próprias senzalas. Viviam livres, até o momento em que eram identificados e levados de volta aos seus senhores. (FIABANI, 2012, p. 7; 23)

Contudo, segundo Gomes (2015, p. 9), outra era a sorte dos que escapavam, individual ou coletivamente, e se estabeleciam em comunidades com base econômica e estrutura social própria. Essas comunidades ficaram conhecidas no Brasil, sob a designação de quilombos ou mocambos.

Na África, quilombo é um conceito de origem quimbundo – língua de cultura banto – que significa aldeia ou acampamento guerreiro na floresta, composto de várias unidades isoladas. Sendo que cada uma corresponderia a uma categoria social específica na unidade doméstica básica, conforme Sommer (2004, p. 5).

Mas, segundo Silva (2009, p. 11) a primeira definição de quilombo que se tem conhecimento no Brasil, surgiu em dezembro de 1740, quando o rei português indagou o Conselho Ultramarino sobre a questão dos negros fugidos na Colônia, cuja resposta dada ao monarca foi a seguinte: quilombo é “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles”.

Desde então, o termo quilombo passou a designar concentrações habitacionais de escravos fugitivos no período escravista, compostas por núcleos de caráter coletivo, exercendo domínio sob um determinado território, opondo-se ao sistema em vigência.



Por muito tempo a história dita oficial considerou os quilombos como lugares longínquos e isolados, constituídos exclusivamente por escravos fugidos. Contudo, os quilombos não podem ser vistos apenas deste modo, eles representaram uma importante forma de resistência ao sistema vigente e mesmo após a abolição, continuaram a representar essa atitude, visto que o negro, como afirma Silva (2009, p. 11), não foi verdadeiramente integrado como cidadão a sociedade.

A maior incidência de formações quilombolas no Brasil deu-se nos períodos de maior intensidade do tráfico e em locais de maior concentração escravista. Mas não foi só no Brasil que esse fenômeno ocorreu. Segundo Gomes, eles se desenvolveram por todo o continente americano sob diversas denominações:

Na Venezuela, por exemplo, eram conhecidos como 'cumbes', na Colômbia como 'palenques'. Na Jamaica, no restante do Caribe inglês e no sul dos Estados Unidos foram denominados de 'marrons'. Na Guiana holandesa – depois Suriname – ficaram também conhecidos como 'bush negroes'. No Caribe francês o fenômeno era conhecido como 'maronage', enquanto em partes do Caribe espanhol – principalmente Cuba e Porto Rico – se chamava 'cimaronaje'. (GOMES, 2015, p. 9-10)

Os quilombos não foram formados exclusivamente por negros. Mulatos, indígenas e brancos pobres também faziam parte de suas aglomerações, onde além da prática da agricultura, da caça e da pesca, o uso coletivo da terra tinha limites definidos e a propriedade era de uso comum<sup>3</sup>.

Embora os quilombos se constituíssem numa sociedade à parte da sociedade escravista, diversos tipos de ligações havia entre as duas:

Essas ligações podiam ser comerciais, mas de forma clandestina com contrabandistas e fazendeiros. Podiam significar também ataques a viajantes, que passavam pela região onde se localizava o quilombo, ou ainda, na formação de uma rede de informações, que se iniciava nas senzalas e terminava nos quilombos. (SOMMER, 2004, p.3)

Deste modo, os quilombos eram mais que uma simples tática de luta. Segundo Pinsky (2000, p. 86-87) era uma sociedade econômica, social e política organizada à margem da sociedade escravista. E, sua destruição representava uma luta contra a agitação subversiva, uma vez que negros livremente congregados constituíam-se num flagrante desafio ao regime vigente, todo ele articulado ao sistema escravista.

Outro aspecto a ser considerado com relação aos quilombos brasileiros, é que nem todos foram formados a partir da reunião de escravos fugidos, nem foram formados exclusivamente durante o período da escravidão.

Segundo Silva (2009, p. 12):

- Houve quilombos que se formaram a partir do abandono das terras por parte do fazendeiro, em momentos de crise econômica, onde os escravos acabavam assumindo a fazenda;
- Os que se formaram a partir da doação de terras a escravos de confiança, por meio de testamento;
- Por meio da ocupação por grupos negros de terras doadas a santos;
- Pela compra de terras;
- Pela ocupação de terras devolutas, antes e após a abolição da escravidão em 1888; e,
- Pelo recebimento de terras como pagamento pelos serviços prestados ao Estado.

---

<sup>3</sup> Essa prática comum de utilizar a terra é considerada a principal característica de uma comunidade negra ou quilombola.

Segundo Treccani (2006, p. 142-143), esses quilombos surgiram após a abolição formal da escravatura em 1888, pois depois de extinto o direito de propriedade sobre os negros, estes acabaram abandonados à própria sorte e para muitos o quilombo se tornou um imperativo de sobrevivência.

Assim, muitos dos quilombos formados antes de 1888 não se desfizeram, e outros foram constituídos porque continuaram a ser para muitos a única possibilidade de viver em liberdade, segundo sua cultura e preservando sua dignidade.

Silva (2009, p. 12) afirma que devido a essa diversidade de constituições de comunidades negras ou de quilombos, é que os estudiosos tendem a denominar essas formações com diversas denominações (populações tradicionais, comunidade e bairros rurais negros, terras de santo, entre outras) como “terras de preto”, e deixam o termo quilombo para ser utilizado quando a comunidade é formada exclusivamente por negros fugidos.

Essa distinção conceitual se tornou necessária quando as comunidades negras passaram a reivindicar seus direitos constitucionais, a partir do Artigo 68 ADCT<sup>4</sup>, e o termo quilombo precisou ser redimensionado a fim de abarcar as diversas situações de ocupação de terras por essas comunidades.

## **2. As Comunidades Remanescentes de Quilombo e a territorialidade quilombola**

Com a Constituição Federal de 1988, por meio do Artigo 68 ADCT<sup>5</sup>, surgem os Remanescentes das Comunidades dos Quilombos como sujeitos de direito constitucional, e o conceito de quilombo passa a ser ressemantizado, como visto anteriormente.

O resgate do termo quilombo como um conceito sócio antropológico, não exclusivamente histórico segundo a afirmação de Sommer (2004, p. 7), proporciona o aparecimento de novos atores sociais ampliando e renovando os modos de ver e viver a identidade negra, ao mesmo tempo, que permite o diálogo com outras etnicidades e lutas sociais, como a dos povos indígenas, por exemplo. Entretanto, muitas são as divergências conceituais que emergem, principalmente em torno da categoria remanescente a qual o texto constitucional se refere, remetendo-a a “algo que já não existe, ou está em processo de desaparecimento”. (ARAÚJO, 2011, p. 5)

Segundo Silva (2009, p. 14), o termo remanescente surge como uma forma de resolver a questão das continuidades históricas, que o termo descendente não abrangia. Além de introduzir um diferencial com relação ao quilombo, pois o que passa a estar em pauta não são as reminiscências de antigos quilombos, mas sim as comunidades que reivindicam serem reconhecidas como remanescentes de quilombos, ou seja, organizações sociais ou grupos de pessoas organizados, ou que estejam se organizando para garantirem seus direitos, principalmente os relativos a terra.

O termo remanescente, no caso dos quilombos pode servir ao final, como expressão formal da idéia de contemporaneidade dos mesmos, pois era necessário

---

<sup>4</sup> ADCT: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. São regras que asseguram a harmonia do antigo regime constitucional (1969) para o novo regime (1988), possuindo regras de caráter meramente transitório.

<sup>5</sup> Artigo 68 ADCT: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

torna-os nomeáveis para que se fizessem visíveis e ressemantizar essa nomenclatura para que ela fizesse sentido.

No entanto, o termo remanescente trás positividade para as comunidades quilombolas, pois faz referencia aos grupos que “estejam ocupando suas terras”, como prescrito no Artigo 68 ADTC.

Segundo Araújo (2011, p. 5-6), ao serem identificadas como remanescentes essas comunidades passam a serem reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra, e que pode servir ao final como expressão formal da idéia de contemporaneidade dos quilombos, pois estes guardam memórias específicas, que ajudam a contar outra história do Brasil. Uma história, onde as ditas “minorias” ocupam o lugar de sujeitos e não de meros colaboradores.

Ainda segundo a autora, no que se refere à contemporaneidade, é preciso ressaltar que o estudo das comunidades quilombolas passa antes de tudo pela memória e pelo valor da terra, já que estas estabelecem uma relação exclusiva com o território que ocupam. Já a memória constitui a história desses grupos étnicos, pois é através dela que podemos identificar informações do passado contidas no presente dos mesmos (ARAÚJO, 2011, p. 6).

No entanto, a narrativa desses grupos na atualidade fala de luta, dor, história, memória, tradição, de suas vidas e do direito de “ser gente”. E, esse ser gente significa a quebra da invisibilidade e, por conseguinte, a garantia de direitos sociais.

Mais do que isso, implica antes de tudo ter terra, pois a terra possui significado singular e profundo para as comunidades negras rurais, já que é na relação com a mesma, que edificam suas vidas e suas identidades. Identidades tão plurais quanto suas trajetórias. Sendo assim, terra e memória são elementos que não se dissociam no bojo dessa discussão, reafirma Araújo (2011, p. 6-7).

Deste modo, a terra torna-se um dos elementos definidores da identidade, da história, da cultura, da memória, da luta, pois esses grupos desenvolvem com ela uma espécie de apropriação simbólica do lugar, criando um espaço étnico diferenciado, específico.

Portanto, quando nos referimos à identidade quilombola, território e identidade aparecem intimamente sobrepostos, pois, segundo Malcher (2008, p. 3), a construção do território produz uma identidade e a identidade produz o território, sendo esse processo produto de ações coletivas, recíprocas e de sujeitos sociais. Assim, a construção de uma identidade mescla-se com a territorialização material e simbólica de determinados espaços, onde o simples ato de apropriação do mesmo, ou seja, a apropriação da terra passou a significar um ato de luta para esses grupos.

É a terra que, segundo Silva (2009, p.14) acaba propiciando essas condições de permanência, de continuidade das referencias simbólicas importantes para a consolidação do imaginário coletivo, onde os grupos por vezes acabam projetando sua existência.

Essa vinculação das comunidades com o território se caracteriza como fator fundamental, pois, além de ser condição de sobrevivência física para esses grupos, a terra se constitui como um instrumento relevante de afirmação da comunidade, e para a manutenção e continuidade de suas tradições.

Malcher (2008, p. 8-9) ressalta que a terra é pensada não como uma propriedade individual, mas como apropriação comum do grupo. E, é esse regime de uso comum da terra que permitiu a consolidação do território étnico, que representa o fator fundamental da identidade cultural e da coesão social, além de se tornar o elemento construtor da identidade étnica, que é recriada pela memória das lutas empreendidas não só pelos antepassados.

Assim, o território quilombola é entendido como resultante de elementos étnicos que se externalizam, nas relações construídas com e no território. E, trata-se da reinvenção de elementos étnico-culturais que conduzem a vida e dão sentido de pertencimento ao lugar. Deste modo, a terra na condição de território étnico, tem assegurado ao longo do tempo, o sentimento de pertença, de identidade a um lugar e a um grupo, de posse coletiva da terra e do desenvolvimento coletivo.

### **3. A legislação quilombola e a mobilização negra em busca de direitos**

A luta empreendida pelos negros para terem seus direitos reconhecidos, não se restringiu somente a busca do direito constitucional de terem tituladas as terras que ocupam.

Ela começou desde que os mesmos foram introduzidos como mão-de-obra escravizada, e continuou após a abolição, pois não foram somente as comunidades negras, que lutaram para terem seus direitos reconhecidos. Como afirma Silva (2009, p. 11), os negros que viviam nas senzalas das fazendas, nos quilombos e nas cidades a mercê das crises econômicas, também lutaram para terem seus direitos garantidos.

Durante o período republicano, os negros continuaram se organizando e lutando para garantirem seus direitos e serem reconhecidos como cidadãos, que lutam diariamente por melhores condições de vida, pelo combate à discriminação racial, pela inclusão social das populações negras e por maior participação política, que permitam ao negro sair da invisibilidade social a que foi imposto, e torne-se agente de sua história.

Mas, a luta que mais empreendeu tempo e que garantiu aos negros o direito de terem reconhecidas e tituladas as áreas ocupadas tradicionalmente por eles e suas comunidades, foi a inclusão na Constituição Federal de 1988, do Artigo 68 ADCT. Essa conquista só foi possível graças à intensa mobilização efetuada pelo Movimento Negro, a partir da década de 1970.

#### **3.1. O Movimento Negro e o Artigo 68 ADCT**

As mobilizações efetuadas pelos negros nas fugas e formação dos quilombos; nas estratégias utilizadas diante dos senhores para garantia de direitos e conquista da liberdade, na participação em motins, revoltas e manifestações, durante os períodos colonial e monárquico, foram fundamentais na luta pela melhoria das condições de vida e na garantia de direitos aos mesmos.

A criação de Associações ou Sociedades Negras, nas primeiras décadas do século XX, permitiu o envolvimento político dos negros em questões como o combate à discriminação racial e a inclusão social das populações negras. Tanto que, algumas delas passaram a atuar como entidades beneficentes e outras procuraram atender as necessidades de recreação e de lazer, como por exemplo, como clubes de futebol, onde os jogadores negros e pardos eram admitidos, ao contrário dos clubes dos brancos.

À medida que a comunidade negra se organizava, crescia a demanda por jornais, que dessem conta de suas atividades e reivindicações. Foi assim que surgiram, segundo Albuquerque & Fraga Filho (2006, p. 256-258), a partir de 1910, alguns jornais escritos por negros e a estes destinados, como “A Alvorada” e “A Vanguarda”, no Rio Grande do Sul, e os jornais militantes, “Treze de Maio”, “Brinco de Princesa”, “28 de Setembro” e “O Paulistano”.

A atuação das Associações e as mobilizações promovidas pelos jornais permitiram a criação de uma entidade negra nacional, nos moldes dos partidos



políticos: a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931, na cidade de São Paulo, com o objetivo de servir como “reduto de combate e de organização” da comunidade negra.

Mas, mesmo lutando pela implementação de políticas de inclusão dos trabalhadores negros perante o governo, as lideranças da FNB afirmavam que caberia ao próprio negro cuidar de sua integração na sociedade, adequando-se às exigências do mundo moderno e, que este deveria participar da vida pública do país, pois a integração política era o primeiro passo para a integração social e econômica.

Com o objetivo de lutar contra o Governo Vargas, durante a Revolução Constitucionalista ocorrida em 1932, alguns militantes da FNB se afastaram da mesma para criar a Legião Negra de São Paulo, pois, como afirmam Albuquerque & Fraga Filho, a FNB procurou manter-se isenta durante o conflito:

A Legião Negra, também conhecida como “Pérolas Negras”, se uniu aos batalhões de estudantes, operários, ferroviários, portugueses, alemães, espanhóis e indígenas, por considerar que a causa paulista também dizia respeito aos negros (ALBUQUERQUE & FRAGA FILHO, 2006, p. 270-271).

Com a vitória de Vargas, a Legião Negra de São Paulo passou então a se chamar Legião Negra do Brasil.

A Frente Negra Brasileira (FNB), por sua vez, persistiu em se tornar um partido político e eleger negros que pudessem representá-la nas esferas do poder. Este objetivo só foi alcançado em 1936, quando a mesma conseguiu formalizar o seu registro partidário junto a Justiça Eleitoral.

Mas, em 1937 com o estabelecimento do chamado Estado Novo, todos os partidos políticos foram dissolvidos, inclusive a FNB, que mudou seu nome para União Negra Brasileira (UNB) para tentar manter-se ativa perante o novo governo, até ser extinta em 1938.

Após esse episódio, os negros só voltaram a se manifestar formalmente uma década depois, quando Abdias do Nascimento fundou no Rio de Janeiro, o Jornal Quilombo, cujo objetivo era promover o engajamento de brancos na luta contra o racismo, por meio da democracia racial:

O Quilombo, com a proposta de denunciar o racismo existente em todas as partes do país, reuniu inúmeros intelectuais negros e brancos para desenvolverem essa tarefa. Intelectuais como Gilberto Freyre, Artur Ramos, Nelson Rodrigues, Raquel de Queiroz, Murilo Mendes e Roger Bastide discutiram a questão racial nas páginas do jornal, que deixou de circular em 1950. (ALBUQUERQUE & FRAGA FILHO, 2006, p. 272-273)

Com a implantação do Regime Militar em 1964, o Brasil passou a vivenciar a rigidez política implementada pelo mesmo: o Congresso foi fechado; os direitos políticos dos parlamentares foram cassados; os partidos políticos foram banidos; as organizações operárias, camponesas e estudantis foram proibidas; militantes foram perseguidos e presos, principalmente os considerados de “esquerda”.

Os negros também sofreram com a repressão imposta pelo Regime, pois qualquer forma de manifestação ou denúncia de racismo que houvesse, seria duramente reprimida pelos militares, que passaram a propagar a existência de uma “democracia racial” no país.

Para evitar conflitos e escapar da repressão, as organizações negras, que ainda estavam atuando no período, se transformaram em entidades culturais e de lazer, criando grupos de teatro, música e dança que acabaram por influenciar na formação de grupos afro-brasileiros interessados na história e na cultura dos negros. (ALBUQUERQUE & FRAGA FILHO, 2006, p. 282-283)

Mas foi na década de 1970, que os militantes negros passaram a articular ações para criar uma entidade nacional para dar prosseguimento à luta contra o racismo e em busca de direitos para os negros.

Uma das ações implementadas pela militância foi a revalorização da idéia de quilombo no imaginário racial brasileiro e na trajetória dos movimentos sociais:

A idéia de quilombo foi ressignificada como referência histórica fundamental, apropriando-se das narrativas da memória, que foram transmitidas de geração a geração por meio da oralidade, tornando-se assim um símbolo no processo de construção e afirmação social, política, cultural e identitária do movimento negro contemporâneo. (DOMINGUES & GOMES, 2013, p. 10)

Ainda segundo os autores, se o quilombo era visto como resistência ao processo de escravização do negro, a partir da década de 1970, ele se converteu em símbolo, não só de resistência passada, como também de luta no tempo presente, pela reafirmação da herança africana e pela busca de um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica e cultural. (DOMINGUES & GOMES, 2013, p. 10)

Deste modo, o quilombo converteu-se num paradigma para a formação da identidade histórica e política dos segmentos negros no Brasil, tanto que, em 1974, o grupo Palmares, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, sugeriu que a data de 20 de novembro, suposta data de morte de Zumbi dos Palmares, passasse a ser comemorada como data nacional em contraposição ao dia 13 de maio:

A argumentação apresentada pelo grupo fazia referência que a comemoração do passado centrada na “heroica” resistência do Quilombo de Palmares traria uma identificação mais positiva do que a Lei Áurea, até então vista como uma dádiva da Princesa Isabel. (DOMINGUES & GOMES, 2013, p. 10-11)

A referida sugestão foi aceita, e passou a ser difundida por meio de palestras, debates, pesquisas e atividades promovidas por escolas, entidades negras, político-partidárias e sindicais, universidades e órgãos de imprensa, passando o dia 20 de novembro a ser celebrado no país.

A partir de 2003, essa data passou a ser considerada como o Dia Nacional da Consciência Negra, sendo instituído em âmbito nacional em 2011, a partir da Lei nº 12.519<sup>6</sup>. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011, p. 1)

E para comemorar essa conquista, Treccani afirma que nesse dia (20 de novembro de 2003), o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na Serra da Barriga, município de União dos Palmares, Estado de Alagoas, os Decretos nº 4.883; 4.885 e 4.887/2003, que dispõem sobre as principais reivindicações solicitadas pela Coordenação Nacional Quilombola (CONAQ), ao mesmo, ao ser eleito para exercer seu primeiro mandato:

Tais Decretos transferiram a competência para a delimitação das terras quilombolas para o Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA; dispuseram sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e; passaram a regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o Artigo 68 ADCT, além da revogação do Decreto 3.912/2001. (TRECCANI, 2006, p. 166)

---

<sup>6</sup> Lei nº 12.519 de 10 de novembro de 2011: “Art. 1º - É instituído o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares”.

Com o intuito de dar prosseguimento ao processo de construção e afirmação social, política, cultural e identitária do povo negro, em 1978, foi criado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, ou simplesmente Movimento Negro Unificado (MNU), que passou a contestar a idéia de que se vivia numa “democracia racial” no Brasil. Idéia esta adotada pelos militares a partir da década de 1970.

Conforme Domingues & Gomes (2013, p. 13) o surgimento do MNU acabou redimensionando a militância política nos últimos anos do Regime, contribuindo para a organização da mesma, utilizando-se da ressignificação do conceito de quilombo, que passou a alimentar o sonho de muitos ativistas negros, tornando-se a bandeira contra todas as formas de opressão existentes no país.

Essa militância aproximou várias entidades ligadas ao movimento negro com as comunidades rurais negras, que passaram a receber donativos e assistência jurídica por parte destas, além da realização de visitas e debates em prol das lutas empreendidas por essas comunidades em busca de seus direitos.

Essas mobilizações raciais trouxeram à tona também a discussão sobre a questão quilombola, que acabaram impulsionando as comunidades negras rurais a se mobilizarem contra a política de desenvolvimento da agricultura implementada pelo regime militar, que privilegiava mais uma vez o latifúndio, ou seja, a concentração de terras e a monocultura há muito praticadas no Brasil, causando grande impacto nessas comunidades com o aumento dos conflitos e disputas por terra em todo o país.

Domingues & Gomes (2013, p. 14) afirmam ainda que esses conflitos foram impulsionados pelo projeto desenvolvimentista voltado exclusivamente para atender ao mercado externo, elevando a prática da especulação fundiária, onde muitas comunidades negras rurais tiveram partes de seu território tomadas por processos violentos de expropriação, fomentando a mobilização quilombola em busca de seus direitos.

Mas foi com o início do processo de redemocratização política no país, iniciado ainda no Governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a inclusão nesta do Artigo 68 ADCT, que às então denominadas Comunidades Remanescentes de Quilombo passaram a ter garantido o direito à titulação definitiva das terras que estavam ocupando.

Embora esse dispositivo legal represente um avanço, não só para o Movimento Negro nacional, como para todas as comunidades rurais negras, não se pode deixar de se fazer sua crítica e analisa-lo no contexto em que foi aprovado.

Segundo Silva (2009, p. 10), o referido Artigo só foi incorporado ao texto constitucional após intensas negociações políticas realizadas por representantes do Movimento Negro do Rio de Janeiro, dentre os quais, destaca-se a atuação da Deputada Federal Benedita da Silva. E, se não fosse o processo de redemocratização política pelo qual o país estava se inserindo e o centenário da assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, o referido Artigo não teria sido aprovado e incluído na Legislação Federal.

Ainda segundo a autora, esse Artigo foi construído pela Comissão de Índios, Negros e Minorias, e não foi devidamente discutido e aprofundado pelos constituintes, que além de desconhecerem a complexidade que envolvia a situação das referidas Comunidades Remanescentes de Quilombo, desconheciam sua localização e o seu número. Além disso, “os constituintes, no calor daquele momento, tinham medo de serem chamados de racistas”:

Deste modo, após ser votado, o referido texto apresentado pela Comissão foi aprovado e inserido como parte do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias, e não como uma obrigação permanente do Estado, pois foi considerado como uma situação de transitoriedade. (ARAÚJO, 2009, p. 10)

Mesmo aprovado e incluído na Constituição Federal, o Artigo 68 ADCT encontrou e ainda encontra oposição na efetivação desse direito constitucional, que garante a titulação dos territórios às comunidades negras que o reivindicam.

Essa oposição, como afirma Silva (2009, p. 10-11), diz respeito ao problema de que as terras, onde estão localizados os territórios quilombolas têm diferentes domínios legais: algumas são terras devolutas dos Estados da federação; outras estão em domínio de empresas particulares e estatais, outras ainda, estão sob o domínio de Unidades de Conservação Ambiental.

Todas essas situações precisam ser resolvidas, para que o território quilombola seja definitivamente titulado. Para tanto, necessitava-se ainda que um dispositivo legal fosse regulamentado, de forma que procurasse resolver essas questões fundiárias apresentadas.

Entretanto, a inclusão do Artigo 68 ADCT na Constituição Federal, não garantiu somente o direito a titulação territorial das terras quilombolas, ele abriu uma nova perspectiva de organização por parte das populações rurais negras, que se estavam dispersas, que tiveram a oportunidade de se reunirem novamente, num ou em alguns locais, para que organizados sob a direção das Associações Quilombolas, pudessem enfim reivindicar esse direito constitucional.

#### **4. Considerações finais:**

Deste modo, podemos observar que as manifestações dos grupos negros por liberdade, cidadania e direitos não são recorrentes somente nos dias atuais. Elas surgiram desde o momento em que os africanos foram introduzidos no Brasil como mão-de-obra escravizada para desempenhar inúmeras funções e, continuaram ao longo de todo período republicano.

Os negros continuaram se organizando e lutando para garantirem primeiramente a sua liberdade, e posteriormente seus direitos constitucionais. E, mais do que isso, serem reconhecidos como cidadãos, que lutam diariamente por melhores condições de vida, pelo combate à discriminação racial, pela inclusão social das populações negras e por maior participação política, que permitam ao negro sair da invisibilidade social a que foi imposto, e torne-se agente de sua história.

Daí vem a importância de se entender a conceituação e a resignificação do termo quilombo.

Se antes era visto como um lugar de resistência ao processo de escravização, a partir da década de 1970, o termo quilombo passou a ser um símbolo, não só das lutas passadas, mas também das lutas atuais.

É por meio dele que se pode reforçar a identidade étnica, histórica, política e cultural das comunidades e grupos negros, que através da convivência e permanência em seus territórios tradicionais se fundem a uma memória coletiva.

A inserção do Artigo 68 ADCT na Constituição Federal de 1988 permitiu a esses grupos uma conquista constitucional de direito a posse e titulação das terras e territórios que ocupam. Mas isso não significou que os todos os territórios tradicionais e grupos, agora denominados de Comunidades Remanescentes de Quilombo tivessem o seu processo de titulação concluído.

Muitas comunidades ainda lutam agora de forma jurídica, para que esse direito seja conquistado.

Mas, mesmo que ainda muitas dessas comunidades não tenham obtido esse direito assegurado pela Constituição Federal, elas saíram da invisibilidade ao qual se encontravam historicamente, pois várias pesquisas e estudos foram e estão sendo realizados acerca desses grupos.

## 5. Fontes:

CARARO, A. R. A. **A Invernada Paiol de Telha e a nova legislação quilombola (1975-2015)**. Ponta Grossa: UEPG, 2016. Dissertação de Mestrado em História, Cultura e Identidades. Disponível em: <HTTPS://TEDE2.UEPG.BR/JSPUI/BITSTREAM/PREFIX/380/1/ADRIANA%20R%20A%20CARARO.PDF> Acesso em 20/02/2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAO.HTM](HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAO.HTM) Acesso em: 20/05/2015.

## 6. Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006. Disponível em: <HTTPS://ESCREVIVENCIA.FILES.WORDPRESS.COM/2014/03/WLAMYRA-RIBEIRO-DE-ALBUQUERQUE-E-WALTER-FRAGA-FILHO-UMA-HISTC3B3RIA-DO-NEGRO-NO-BRASIL.PDF> Acesso em 30/05/2015.

ARAÚJO, A. K. da S. **Quilombos contemporâneos, território, memória e educação: algumas considerações**. In: Anais da Semana de Pedagogia 2011 – A atuação do pedagogo na contemporaneidade: desafios e possibilidades. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas, 01 a 05 de agosto de 2011. Disponível em: <HTTPS://PEDAGOGIA.DMD2.WEBFACTIONAL.COM/MEDIA/ANAIS/645.DOC> Acesso em 12/02/2016.

CAMPOS, L. M. C. M. **A inserção da cultura afro-brasileira da Comunidade Paiol de Telha no cotidiano escolar**. In: O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. v. 1, 2010. Disponível em: [HTTP://WWW.DIAADIAEDUCACAO.PR.GOV.BR/PORTALS/CADERNOSPDE/PDE\\_BUSCA/PRODUCOES\\_PDE/2010/2010\\_UNICENTRO\\_HIST\\_ARTIGO\\_LUCIA\\_MARIA\\_COIMBRA\\_MAIA\\_CAMPOS.PDF](HTTP://WWW.DIAADIAEDUCACAO.PR.GOV.BR/PORTALS/CADERNOSPDE/PDE_BUSCA/PRODUCOES_PDE/2010/2010_UNICENTRO_HIST_ARTIGO_LUCIA_MARIA_COIMBRA_MAIA_CAMPOS.PDF) Acesso em 24/03/2015.

DOMINGUES, P.; GOMES, F. **Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na Lei 10.639/2003**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores e Pesquisadoras Negras (ABPN). v. 5. n. 11. jul – out. 2013. Disponível em: <HTTP://WWW.ABPN.ORG.BR/REVISTA/INDEX.PHP/EDICOES/ARTICLE/VIEWFILE/397/276> Acesso em 24/04/2014.

FIABANI, A. **Mato, Palhoça e Pilão**. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

MALCHER, M. A. F. **Identidade Quilombola e Território**. Observatório Geográfico da América Latina, 2008. Disponível em: [HTTP://OBSERVATORIOGEOGRAFICOAMERICLATINA.ORG.MX/EGAL12/GEOGRAFIASOCIOECONOMICA/GEOGRAFIACULTURAL/120.PDF](http://OBSERVATORIOGEOGRAFICOAMERICLATINA.ORG.MX/EGAL12/GEOGRAFIASOCIOECONOMICA/GEOGRAFIACULTURAL/120.PDF) Acesso em: 22/04/2016.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**: as razões da escravidão; sexualidade e vida cotidiana; as formas de resistência. 17ª ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2000. Coleção Repensando a História.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Disponível em: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/\\_ATO2011-2014/2011/LEI/L12519.HTM](http://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2011-2014/2011/LEI/L12519.HTM) Acesso em 22/05/2016.

PRIORI, A. et. al. **4 Comunidades Quilombolas no Paraná**. In: História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: EDUEM, 2012. Disponível em: [HTTP://BOOKS.SCIELO.ORG/ID/K4VRH/PDF/PRIORI-9788576285878-05.PDF](http://BOOKS.SCIELO.ORG/ID/K4VRH/PDF/PRIORI-9788576285878-05.PDF) Acesso em 30/07/2014.

SILVA, S. R. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola no ambiente florestado atlântico**. 2009. Disponível em: [HTTP://WWW3.UFRB.EDU.BR/OLHARESSOCIAIS/WP-CONTENT/UPLOADS/TRAJETORIA.PDF](http://WWW3.UFRB.EDU.BR/OLHARESSOCIAIS/WP-CONTENT/UPLOADS/TRAJETORIA.PDF) Acesso em 12/03/2014.

SOMMER, M. F. **Aspectos da evolução conceitual e questões normativas da territorialidade negra no espaço urbano**. A trajetória das regulamentações jurídicas relativas às questões escravocratas e sua inadequação terminológica. In: Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. v. 8 n. 2. Sessão Temática 2 "A construção do território", 2004. Disponível em: [HTTP://UNUHOSPEDAGEM.COM.BR/REVISTA/RBEUR/INDEX.PHP/SHCU/ARTICLE/VIEW/980/955](http://UNUHOSPEDAGEM.COM.BR/REVISTA/RBEUR/INDEX.PHP/SHCU/ARTICLE/VIEW/980/955) Acesso em 20/08/2014.

TRECCANI, G. D. **Terras de quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Girolamo.pdf> Acesso em 23/10/2014.



# ÁGUAS BOAS, ARES SADIOS: O LUGAR DA NATUREZA NOS ESCRITOS DE JOÃO FELIPE BETTENDORFF

Adriano Corrêa de Sousa<sup>7</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é identificar o lugar da natureza através dos escritos do jesuíta João Felipe Bettendorff (1625-1698), considerando três documentos: *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, e uma carta circular e outra ânua através de correspondência com o Superior da Missão do Maranhão, João Paulo Oliva. Bettendorff atuou durante 37 anos como missionário no Maranhão, presenciando e registrando diversos acontecimentos em seus documentos. E o aspecto ambiental não passou despercebido: a descrição detalhada e com vistas a destacar o caráter utilitário da natureza preenchem várias páginas dos seus escritos.

**Palavras-chave:** Edenismo, Jesuíta, Natureza, Pragmatismo.

## Introdução

O cotidiano do dia a dia do fazer missionário permeia apontamentos e registros das mais variadas vertentes a serem destacadas nos escritos jesuíticos, tais como: contato com etnias indígenas, construção de aldeamentos, conflitos com colonos e autoridades coloniais e as atividades diárias nos aldeamentos. Dentre esses registros, as menções à natureza também se fazem frequentemente presentes, onde são descritos os processos de interação, observação e experiência do mundo natural por parte dos jesuítas, e que tem significativo relevo nos documentos produzidos por estes missionários.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar a representação da natureza no discurso missionário de João Felipe Bettendorff, apontando alguns matizes que o meio natural assume em seus escritos. Tentará ser mostrado nesse artigo que, nos textos deste inaciano, é possível perceber que a predominância de suas observações sobre o ambiente tem um cunho predominantemente pragmático-utilitário, aparecendo como um elemento construtivo que garante a inserção e a vivência dos jesuítas na região amazônica. Também se mostrará que, mesmo que a vertente utilitária apareça com mais ênfase em seus textos, ela coabita com uma visão “agradável” e também “perigosa” da natureza, ambas devidamente registradas por esse inaciano.

Para tanto, se tomou como base para a produção deste artigo três documentos-base escritos por Bettendorff: a *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, uma carta circular aos provinciais na Europa e um carta ânua ao superior geral João Paulo Oliva, as quais evidenciam uma boa parte da vivência do jesuíta enquanto missionário na região do Maranhão.

O predomínio de uma visão pragmática na narrativa do padre vai de encontro a uma perspectiva historiográfica que focaliza geralmente a natureza como um espaço

---

<sup>7</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi bolsista de iniciação científica na mesma instituição em 2014 e pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em 2015. Também foi bolsista PIBIC e monitor na área de Arqueologia Histórica entre os anos de 2016 e 2018 pela UFPA.

tropical encantado. Até fontes contemporâneas de Bettendorff retratam o ambiente como um local mágico habitado por criaturas fantásticas ou que neste espaço está sediado o paraíso, fonte eterna da juventude e lugar livre das desventuras e mazelas do mundo<sup>8</sup>. Em contrapartida, o padre luxemburguês não trata, de forma geral, o ambiente em que está inserido por meio do encanto ou do medo: sua ótica se dirige para um ambiente que, embora desafiante em alguns aspectos, carrega em si um enorme potencial de uso que suplanta as dificuldades que o espaço natural impõe. Além disso, o uso potencial e cotidiano do meio, nos escritos do jesuíta, sobrepõe-se a uma abstração edênica costurada ao longo do século XVI e XVII.

Ao longo do artigo, tentaremos evidenciar que os principais discursos presentes em textos de missionários, viajantes e colonos, no decorrer dos séculos, contêm a predominância do edênico, como aventa Laura de Mello e Souza (1986), permeando o imaginário dos europeus em relação ao continente americano. Nessa dimensão, a terra brasileira – e amazônica – é vista como um paraíso, tendo como base um imaginário europeu proveniente das experiências anteriores no Oriente, que dará lastro aos discursos voltados às terras americanas.

Importante ressaltar a reflexão de Mauro Cezar Coelho (2001) a respeito do imaginário contido nas viagens. Para o autor, ao longo dos séculos XVII e XVIII, há uma flexibilização do campo do imaginário como componente estrutural que impulsiona as viagens e que dá vazão às descrições, pois a vivência e experiência europeia na Amazônia modificaram a centralidade do viés fantástico, em que este passou a dividir espaço com a especificidade humana e ambiental locais, ancoradas em critérios científicos de avaliação.

Embora o personagem central desse texto não seja um cientista – afinal Bettendorff é um jesuíta e seus critérios de observação e reflexão são calcados por um viés institucional e de formação através da Companhia de Jesus, portanto, muito mais orientado pela fé do que pela ciência –, a perspectiva de Mauro Cezar Coelho deixa claro que as impressões e motivações sobre o humano e, sobretudo, sobre a natureza, não são estanques. Essas impressões se modificam de acordo com as necessidades e experiências vigentes, cujas bases argumentativas antes predominantes vão sendo mais restritas.

Ao fim, convém salientar que a multiplicidade de experiências entre diferentes agentes históricos no tempo e no espaço auxilia a entender mais a fundo a pluralidade de discursos acerca de uma dada realidade como o ambiente. Assim, um elemento aparentemente imóvel como a natureza ganha mobilidade e multiplicidade na medida em que é operada por agentes históricos distintos com demandas e contextos sociais distintos. Nesse ínterim, nota-se que os componentes que mobilizaram a escrita sobre o espaço americano são heterogêneos, e essa heterogeneidade permitiu que

---

<sup>8</sup> Tal visão da natureza como um lugar encantado e edênico está presente em VASCONCELOS, Simão de. **Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil**. Lisboa: Typhografia do Panorama, 1865; D'ABBEVILLE, Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

houvesse maior sucesso nos empreendimentos jesuíticos, não constituindo uma, mas várias experiências voltadas ao domínio, conhecimento e utilização do espaço. No caso analisado aqui, a heterogeneidade discursiva sobre o ambiente volta-se para um jesuíta do século XVII.

### **Um Éden nos Trópicos: a escrita da Natureza nos séculos XVI e XVII**

O encontro dos europeus com um espaço que continha uma natureza e humanidade distintas daquelas que lhes eram conhecidas os impulsionou a emoldurar esses componentes em sistemas classificatórios que dessem conta de abarcar e explica o que estava sendo visto ou sentido, com a preocupação de que seus registros fosse assimilados pela mentalidade europeia vigente. Para que essa assimilação fosse possível, era necessário que se acionasse uma “herança intelectual”, termo cunhado por Rubens Panegassi (2013) para definir um acervo de códigos universais que dariam conta de agregar e fazer a dosagem das diferenças, visando reforçar a hegemonia, empreender a ligação entre regiões distantes e delimitar o ordenamento das coisas no mundo.

No contexto do contato com o Novo Mundo, essa herança era posta em movimento ao se ter em vista que o europeu não detinha um instrumentário cognitivo capaz de registrar e narrar elementos tão díspares do seu meio de origem. Então, a experiência acumulada, constante no rol dessa herança, entrava em cena, tendo a capacidade de amenizar a dificuldade de se deparar com novas experiências. Segundo Panegassi, as diferenças eram reduzidas através de um conjunto de referenciais que estabeleciam uma correlação do Novo Mundo com experiências acumuladas pelo europeu. Tais referências/experiências remetiam a ações empíricas longínquas, como as aprendizagens dos europeus no Oriente. Essa região suscitou histórias extraordinárias que versavam sobre a existência de tesouros, pedras preciosas, homens e animais mágicos, fontes paradisíacas e felicidade eterna. Todas essas histórias têm em seu bojo a admiração e o encanto pela defrontação dos seus contadores com a novidade e com o exotismo proporcionado pelo caráter pouco usual do que presenciaram.

Evidentemente, essas histórias passam pelos filtros culturais de quem as contam, cujas lentes estão imbuídas, assim como nos relatos sobre a América, com o pano de fundo experiencial da empiria de outrem. Nesse sentido, Neide Gondim afirma que “copiar textos de outros não era uma atividade inédita” (GONDIM, 1994, p.18), pois esta prática dava base e verossimilhança às novas narrativas que foram sendo construídas à medida em que novas experiências foram gestadas. Dessa forma, narrativas como as de Heródoto, Ctésias de Cnido, Jules Verne e Marco Polo, nas quais se expõe uma natureza fantástica, águas miraculosas e abundância de ouro e pedras preciosas, foram reapropriadas por aqueles que desejavam ter riquezas e viver eternamente, criando assim um imaginário construído ou uma “herança intelectual”. É com base nessa transmissão de ideias que Neide Gondim sustenta que lendas como corpos extraordinários, as Amazonas e gigantes transitam mentalmente, pois são histórias contadas por viajantes e lidas em locais públicos como feiras ou reproduzidas por meio de imagens, garantindo a perenidade das experiências no imaginário.

Laura de Mello e Souza (1986) supõe uma migração da experiência e, para isso, indica para o espaço Atlântico, sendo que, uma vez que a Índia foi conhecida e desmistificada, o papel do fantástico e do edênico passaria agora às terras do Novo Mundo. Esse teor paradisíaco está presente, por exemplo, em uma carta de Américo Vespúcio, quando este e seus homens, ao lançar âncora, acharam a terra

toda cheia de árvores, que era coisa muito maravilhosa não somente devido ao tamanho delas, ao verdor, pois nunca perdem as folhas, mas também ao odor suave que delas sai, pois que são todas aromáticas e agradam tanto o olfato (VESPÚCIO, 2013, p.58).

Neste trecho, Vespúcio vislumbra pistas paradisíacas ao atravessar a linha do Equador, sendo digno de nota o porte e o verde incessante dessas plantas que causam uma impressão de espanto em Américo Vespúcio. Além disso, as plantas dos trópicos são tão agradáveis que não encantam somente os olhos, mas também o olfato, registrando assim, a impressão advinda de novos cheiros.

O acesso ao desconhecido também é objeto de observação de Vespúcio, em que para as novas terras encontradas “é lícito chamar de Novo Mundo, porque nenhuma delas era conhecida dos nossos maiores; porque é coisa novíssima para todos os que ouviram [falar] delas [...]” (VESPÚCIO, 2013, p.3). Aqui, o antes desconhecido passa a ser logo conhecido, e o conhecido é logo nomeado. Para Neide Gondim (1994), a atividade de nomeação é um exercício de exorcização, pois o reconhecimento da novidade implica admitir a senilidade do velho. Assim cria-se um antagonismo entre ineditismo e regularidade (representado no trecho entre Novo e Velho Mundo), podendo daí advir novas oposições ou comparações.

Nesse sentido, é digna de nota, nas descrições sobre o meio natural brasileiro, a constante alusão às virtudes da natureza. Embora a maioria dos relatos sobre o Brasil tendam a dar vazão às qualidades do ambiente, ao que Laura de Mello e Souza (1986) chamou de “predominância do edênico”, a autora alerta que a visão paradisíaca ocupou espaço junto com uma visão detratora, sendo que esta pairava como uma sombra na medida em que o Brasil emergia em sua especificidade e fornecia perigos.

Na Informação das partes do Brasil, o padre Manoel da Nóbrega descreve em detalhes algumas informações sobre a terra, noticiando a agradabilidade do clima e a existência de gêneros para a subsistência:

A informação que vos posso dar destas partes do Brasil, padres e irmãos caríssimos, é que tem esta terra mil léguas de costa, toda povoada de gente que anda nua, assim mulheres como homens, tirando algumas partes, muito longe de onde estou, nas quais as mulheres andam vestidas com trajes de ciganas, com panos de algodão, por ser a terra mais fria que esta, a qual, aqui, é muito temperada. De tal maneira que o inverno não é frio nem quente, e o verão, ainda que seja mais quente, bem se pode sofrer: porém é terra muito úmida, pelas muitas águas que chovem todo o tempo mui a miúdo. Pelo que os arvoredos e as ervas estão sempre verdes, e por isso é a terra mui fresca. Em algumas partes é mui áspera pelos montes e matos, que sempre estão verdes.

Há nela diversas frutas que comem os da terra, ainda que não sejam tão boas como as daí, as quais creio que se dariam aqui, se se plantassem. Porque vejo dar-se parreiras, uvas até duas vezes por ano, porém são poucas, por causa das formigas que fazem muito dano nisto como em outras coisas. Cidras, laranjas, limões dão-se em muita abundância, e figos também, tão bons como os daí. O principal mantimento da terra é uma raiz de pau, a que chamam mandioca, da qual fazem uma farinha de que comemos todos. E dá também milho, o qual misturado com a farinha faz um pão que escusa o de trigo. Há muito pescado e também muito marisco, de que se mantém os da terra, e muita caça de mato, e gansos que criam os índios. Bois, vacas, ovelhas, cabras e galinhas também dão na terra e há neles muita cópia (NÓBREGA, 2006, p.31-323).

Neste trecho da carta, Manoel da Nóbrega destaca a abundância natural do Brasil, em que as árvores são sempre verdes, mesmo nas partes mais ásperas. A terra também é tão fértil, que mesmo frutas que não sejam nativas floresceriam com muita facilidade. Mesmo a farinha de trigo, componente dietético indispensável na alimentação e nos rituais sagrados, pode ser substituído pela farinha de mandioca. Nóbrega também lança mão do expediente da comparação para se comunicar diretamente com seu interlocutor europeu, em que traça uma aproximação das frutas e do clima brasileiros com os da Europa. O uso dessa tática discursiva, o da comparação, para Leandro Garcia Pinho (2011), servia para transpor a dificuldade de decodificação da novidade encontrada nas novas terras, em que a familiaridade com o já visto e já sentido pelos europeus era uma forma de conhecer o desconhecido.

As virtudes do ambiente também estão presentes em Antônio Vieira. Alírio Cardozo (2007), ao comentar uma carta que o jesuíta encaminhou em 1654 ao padre Francisco Gonçalves, superior provincial do Brasil, expõe a viagem de Vieira pelo rio Tocantins. Segundo Cardozo, Antônio Vieira traça um paralelo com a diversidade de animais existentes nessa região com o Pará (entornos de Belém), verificando que a infinidade de peixes e pássaros no Tocantins tem conexão com a sua localização geográfica. À medida em que o Tocantins se distancia da linha do Equador, a amenidade e a tranquilidade climáticas potenciariam a proliferação de animais, uma vez que a região não está sujeita às “comoções” do tempo paraense, como trovões e dilúvios (enchentes). Neste sentido, para Vieira, o Tocantins é uma dispensa aberta onde a fome nunca se apresenta.

Contrastando com a perspectiva edênica, a vertente detratora também está presente nas descrições sobre o mundo natural, principalmente em situações do dia a dia que dificultavam a sobrevivência ou traziam algum dano material ou à saúde. Nesse aspecto, Claude d’Abbeville (2008) narra uma experiência perigosa em uma viagem com seus companheiros a Fernando de Noronha. Relata o capuchinho francês que

Entre as árvores mais notáveis dessa ilha, uma há muito bela e agradável de ver; tem as folhas bem verdes e bastante semelhantes às do loureiro. Se por acaso as tocamos com a mão e em seguida levamos as mãos aos olhos, sentimos uma dor violenta, tão aguda que por três a quatro horas perdemos o uso da vista [...]

Trata-se em verdade de um verdadeiro símbolo do pecado mortal, na aparência exterior agradável, sorridente, convidativo; quando porém, tocado com a mão das obras e o consentimento de uma vontade determinada, faz

perder a graça que é a vista da alma e provoca uma dor viva, pungente remorso (D'ABBEVILLE, 2008, p.70-71).

Nessa passagem, Claude d'Abbeville faz uma analogia bíblica, em que a planta que esteticamente é bela representa uma força do pecado que não consegue ser domada sem uma fé consistente. Portanto, nessa analogia, a beleza da planta serve de alegoria para um impulso demoníaco e tal, como no cristianismo, o desrespeito a um mandamento pode levar à morte (pecado mortal). Assim, o capuchinho deixa claro em seu relato que existem plantas diabólicas, cujos efeitos maléficos são sanados por plantas que curam, como mostra o caso relatado acerca da cegueira de um de seus companheiros que foi diluída através de uma planta curativa, chamado por d'Abbeville de Árvore da Cruz. Essa narração demonstra também a permanência do medo do desconhecido, transfigurado no relato como uma planta diabólica.

A perspectiva detratora aparece também em Frei Vicente de Salvador ao tratar do nome Brasil. Para o franciscano, esse nome, advindo da alusão à madeira avermelhada pau-brasil, está relacionado a um viés infernista – portanto, a uma possessão demoníaca –, já que o vermelho da madeira estava associado ao inferno. Assim, na narrativa de Salvador, num cenário de conflagração constante entre o Bem e o Mal, o Céu e o Inferno, este último ganhou a disputa por ter seu nome cravado no território, substituindo o nome mais cristão de Santa Cruz.

Diante das reflexões expostas nesse tópico, pode-se afirmar que o discurso sobre a natureza é multifocal, abrangendo uma herança intelectual advinda das experiências orientais e índicas, no que se refere a relatos de viagens e registros de terras longínquas. Embora os cronistas que observaram o mundo natural americano e brasileiro sejam tributários dessa herança, eles não se furtaram também a acionar esse conhecimento acumulado para redimensioná-lo em forma de crítica, adaptando esse saber acumulado à nova realidade americana. Também, os registros sobre a natureza oscilam entre edenização e detração, em que, muito embora o primeiro tenha mais proeminência em grande parte dos relatos, o componente negativo do mundo natural também divide espaço com esse, sendo que, por vezes, fome e fartura, céu e inferno, sorte e desventura andam lado a lado.

### **Águas, terras e ares: a natureza segundo João Felipe Bettendorff**

Antes de adentrar nas questões afeitas à natureza nas obras de João Felipe Bettendorff, cabe fazer um breve preâmbulo sobre sua história e os papéis que desempenhou ao longo da sua vivência na Companhia de Jesus, além de uma breve apresentação das fontes relevantes.

Nascido no vilarejo de Lintgen, em 25 de agosto de 1625, no Ducado de Luxemburgo, João Felipe Bettendorff era filho de Matthieu André Bettendorff e Marguerite Reinerts. Recebeu uma formação humanista, passando pelos cursos de Humanidades no colégio jesuítico de Luxemburgo, de filosofia na universidade de Trier (hoje na Alemanha), de direito civil em Cuneo (hoje na Itália) e, enfim, de teologia em Direito (hoje na França). Desde 1654, entre junho e agosto, fez requisição para seu envio às missões orientais, mas recebeu, em 1659, como destino missionário a Missão do Maranhão, por ordem do superior geral Goswin Nickel. Ao longo de trinta e

sete anos, Bettendorff exerceu diversas atividades na Missão do Maranhão. Além de missionário de aldeamentos, ocupou cargos como os de superior da Missão, reitor de colégio, conselheiro jurista e cronista. Como superior local ajudou na transformação das casas de Belém (1662-1663) e São Luís (1663-1668 e 1688-1690). Já como superior da Missão (1668-1674 e 1690-1693), enfrentou momentos de adversidade com colonos e autoridades.

Num dos documentos a ser utilizado para nossa análise, a Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, Bettendorff narra importantes acontecimentos ocorridos ao longo da segunda metade do século XVIII, como as contendas entre moradores ou autoridades e jesuítas, a formulação do Regimento das Missões, em 1686, e o cotidiano a nos aldeamentos jesuítas, mostrando convergências e divergências nas atividades missionárias travadas com diversas etnias. Este documento está dividido em 10 livros, respectivamente subdivididos em capítulos.

Como já mencionado na introdução, Bettendorff, boa parte da sua Crônica e das suas cartas de 1671, que nos interessam aqui – uma ânua (relatório) e outra circular (apelo)– faz menção à natureza, em meio a vários outros episódios acerca do cotidiano missionário. A leitura desses documentos permite ver que o jesuíta, em grande parte das passagens, em que menciona algum contato com a natureza, deixa transparecer um comportamento pragmático, seja quando faz alusão ao uso potencial de recursos naturais, seja quando enfrenta algum perigo advindo do meio ambiente.

Sua escrita sobre a natureza se delineará em três frentes: a) emocional-gradável: presente quando Bettendorff esboça alguma surpresa ou maravilhamento com certos fenômenos naturais, destacando sua beleza ou singularidade; b) desafiante-perigosa: manifesto quando o iniciano depara-se com algum perigo iminente que a natureza pode trazer, ocasionando (ou quase ocasionando) algum dano físico a si ou aos seus companheiros e c) pragmático-utilitarista: presente em grande parte de seus escritos, é destacada quando este jesuíta descreve os usos ou a forma de obtenção de algum elemento da natureza, por vezes demonstrando dados precisos referentes a determinados elementos naturais, sua aparência, consistência, cheiro ou sabor. Este aspecto também fica evidente quando há descrição de dados geográficos, climáticos ou aquáticos de forma sistematizada e sucinta.

### ***a) o aspecto emocional-gradável***

Na expedição do padre Pedro Pedrosa para o rio Xingu, em 1670, Bettendorf conta que, quando este padre se encontrou com os índios remadores

ele navegou, com a ajuda destes guias, e com mais cinco índios remadores e alguns jovens ajudantes, durante vinte dias completos pelo rio Xingu, contra a correnteza. O esforço foi imenso, porque as águas tiveram uma correnteza extremamente rápida – até dando a impressão que estavam se precipitando de uma montanha muito alta – passando por um leito cheio de pedras com meandros caudalosos e rochas que pareciam, de um lado e do outro, ameaçar o céu, e cujo declive aumentou pouco a pouco e de maneira imperceptível (BETTENDORFF, 1671, fl.259v).



Neste relato feito pelo padre Bettendorff, são ressaltadas algumas características das rochas que estavam em torno do rio Xingu, como sua grandiosidade. Essa grandiosidade foi percebida pelo tamanho das rochas, que de tão grandes quase que tocariam no céu. A grandiosidade do relevo também é sugerida quando a descrição sobre a correnteza avalia a força das águas, força essa que só poderia ser proveniente se estivesse caindo de uma montanha tão alta quanto a descrita nesse trecho.

Numa passagem pelo rio Amazonas, depois de ir às terras dos Nhunhuns e subir o rio Xingu, a extensão do Amazonas impressionou o padre Pedro Luís Consalvi, o qual “soltou um grito de espanto ao enxergar um rio tão majestoso” (BETTENDORFF, 1671, fl.262v). A extensão desse rio é tão digna de admiração e de nota que o italiano Pedro Luís não poderia guardar para si: o espanto diante de águas tão vertiginosas deveria ser compartilhado com todos os tripulantes.

Depois de enfrentar uma forte ventania e tempestade e dormir num lugar mais afastado das ondas revoltosas, Bettendorff, o Ppadre Pedro Luís e os outros tripulantes foram para a aldeia de Gurupatiba (hoje Monte Alegre), esta que

fica situada numa serra muito alta, jorra uma fonte com água cristalina de uma rocha que se encontra bem no meio da montanha. No sopé da mesma vê-se o rio Amazonas – de aspecto agradável por entre matas exuberantes e prados verdejantes – dividido em vários braços e abundando de peixe e, sobretudo, de peixe-boi (BETTENDORFF, 1671, fl.262v).

A exuberância da paisagem é dada tanto pelo enquadramento do rio Amazonas, visto do cimo da montanha, com seus múltiplos braços e canais, como pela exuberância da vegetação. De forma direta e concisa, Bettendorff constrói para o seu destinatário, o superior geral João Paulo Oliva as potencialidades da região, que além da vista aprazível, ainda tem alimentação abundante a base de peixes.

Bettendorff também tece uma imagem aprazível da localização do pequeno convento de Nossa Senhora do Carmo situado no fortim de Gurupá, sendo o prédio

fabricado em quadro com uma igreja para banda do matto e as células para banda da fortaleza com uma bella varanda sobre o mar, e estava no meio do pateo uma laranjeira de laranjas tão preciosas que nem em todo o Estado, e nenhures me parece as haveria melhores (BETTENDORFF, 1909, p.30).

Bettendorff também descreve a impressão visual que dá o rio para o qual os Aruaques (Aruaquizes) fugiram, depois da ordem de guerra justa contra esta etnia, dada pelo governador Ruy Vaz de Siqueira, em 1662

Estavam os índios Aruaquizes em um rio particular, que também desembocava em o Rio das Amazonas, e por este sitio contaram os da tropa noventa e seis aldeias só desta nação. E o rio de água doce muito clara, e olhando para ella parece negra como carvão, levando a em alto toma cor de Crystal (BETTENDORFF, 1909, p.233).

O inaciano também faz um apontamento sobre o rio Paramiry, no qual ele e seus companheiros acharam “um paradisinho com bellas terras, aguas e ares preciosos” (BETTENDORFF, 1909, p.373).

## **b) o aspecto desafiante-perigoso**

Bettendorff, ao longo da Crônica e de suas cartas, relata algumas intempéries da natureza que, sozinho ou em grupo, teve de enfrentar, demonstrando em geral a complexidade da natureza. Neste sentido, não são poucas as situações narradas pelo jesuíta que incluem insetos como desafios que o ambiente impõe, como durante a estadia na ilha dos Tupinambaranas, em que o ataque de mosquitos interferiu no ritmo das atividades catequéticas:

Umás cinco jornadas pouco mais ou menos pelo rio das Amazonas acima [do rio Tapajós] estão os Tupinambaranas. Estes estavam em uma ponta alta sobre o rio, onde em 1669, quando lá os foram vizitar em minha companhia o Padre Pedro Luiz Glui [Gonsalvi=Consalvi] e o irmão Domingos da Costa: mas pela grande praga dos mosquitos mudaram-se uma jornada pouco mais pela terra dentro sobre um bello lago ou rio que vindo parte dos Andirazes, parte do rio das amazonas, vai dar pelos Curiatós (BETTENDORFF, 1909, p.36).

Relatando o mesmo caso em sua carta ânua endereçada a João Paulo Oliva, Bettendorff conta que moscas e mosquitos atacaram os missionários e indígenas na dita missão dos Tupinambaranas, em que os índios chegaram ao ponto de dormir fora de suas casas e de atear fogueiras para afugentar os insetos. Quanto aos missionários, mesmo tentando afastar sua embarcação para o meio do rio, os insetos os seguiram, necessitando até de um índio flautista para distraí-los e amenizar o incômodo (BETTENDORFF, 1671, fl.263v).

As formigas também tem presença constante nos escritos de Bettendorff. Na Crônica, conta-se que os índios da residência de São José de Tapuitapera (hoje Alcântara) queriam mudar-se para Guarapiranga, porque as terras de São José estavam improdutivas e sem condições para florescimento de víveres. Além disso, mesmo tendo sido roçadas muitas vezes, os formigueiros tornavam as lavouras improdutivas. No Xingu, as terras de Paranayba [termo usado na época colonial para designar o rio Xingu] são qualificadas de boas para tudo, inclusive para tabaco, mas as formigas servem de entrave a essa produtividade (BETTENDORFF, 1909, p.35 e p.506). Na missão dos Nhunhuns, depois do padre Pedrosa navegar no Xingu junto com indígenas dessa nação, depois de terem se abastecidos com farinha, ele ficou no escuro depois que índios dessa nação o deixaram sozinho, fazendo o padre passar frio, fome e ficando sujeito às picadas de formiga nos “pés nus”. (BETTENDORFF, 1671, fl.259v).

A transponibilidade de obstáculos naturais como uma tônica no contexto da extensão da fé aparece na missão de João Maria Gorsony [Gorzoni] pelo rio Pinaré, em que a navegação transcorria tranquilamente até que, pelo meio do caminho, os navegantes se debateram com uma planta de folhas largas parecida com o aguapé, chamada muruzes. Fica claro o quanto o esforço para a ultrapassagem de barreiras em prol da cristandade é descrito como uma virtude à medida que para a navegação continuar “achou-se obrigado a abrir caminho à força de braços e machados, com trabalho immenso até o porto do sertão que ia buscar” (BETTENDORFF, 1909, p.269).

A inconstância do tempo também foi motivo de relatos por parte de Bettendorff. Na missão destinada aos Pacajás, alvo de grandes expectativas por causa da possível lucratividade que as minas ali instaladas poderiam trazer, o rei mandou dois mineiros para extrair da terra pedras de valor, sendo o padre João de Souto Maior acompanhante desta missão. Porém, por causa do

destemperado ar e do rigor das calmas, se occasionou uma mortal enfermidade em a gente da tropa da qual morreram muitos, e entre ellas o mineiro, com cuja morte ficaram perdidas as esperanças dos thesouros que se buscava [...] (BETTENDORFF, 1909, p.99).

Em outro tipo de situação, numa missão do Maranhão, estando, depois de dois meses, a água e os mantimentos que sustentavam o grupo escasseados, Bettendorff, para não perecer diante do desabastecimento, diz que

foi-se nos dando a agua em ração mui limitada, e tanto que chovendo apanhavam as aguas da chuva, em lençóes, alguns dos passageiros, e chegaram outros a beber agua já fedorenta de uma talha dos padres para apagar a grande sêde com que se achavam (BETTENDORFF, 1909, p.439).

As dificuldades encontradas em relação à navegação constituem um dos grandes eixos temáticos referentes aos imprevistos que a natureza pode trazer no cotidiano do empreendimento missionário. Às vezes, tendo uma finalização trágica, esse tipo de situação que Bettendorff e outros jesuítas enfrentaram constantemente eram tratados como alegorias de perseverança e fé, em que vencer a fúria das águas era uma resposta divina às dificuldades que eram colocadas pela própria natureza.

Um desses usos da fé para blindar as vicissitudes da natureza se encontra no amparo que Bettendorff busca em São Francisco Xavier, santo que é associado à calma de tempestades. Assim se sucedeu numa travessia de São Luís para Belém, em 1671, durante a quaresma, em que usou uma estampa do santo como escudo para eventuais as tragédias marinhas:

Quanto a mim, eu parti para o Maranhão, sob um perigo imenso por causa dos ventos contrários e rijos. Numa determinada baía, o furor deles foi tamanho que quatorze ondas gigantes se precipitaram por cima da canoa. Cada vez, elas a teriam quase levado ao fundo, se eu não tivesse encorajado os remadores – já completamente desesperados – e ameaçado as ondas com a imagem de São [Francisco] Xavier que eu trazia comigo (BETTENDORFF, 1671, fl.264r).

Antes de partir para uma outra viagem marítima com destino a Belém, Bettendorff prestou deferência a uma imagem de São Francisco Xavier (ato que continuamente ele fazia com imagens em estampa diferentes deste santo). Segundo o jesuíta, devido à sua devoção ao santo, a viagem correu bem e sem maiores transtornos, conseguindo chegar com segurança. Dessa forma, a fé e a perseverança frente às adversidades são elementos fundamentais.

Em sua carta circular aos provinciais da Europa, Bettendorff refuta uma das ideias que permeava o imaginário de muitos candidatos que não queriam vir à Missão do Maranhão sob o pretexto de que a missão seria perigosa por conta das muitas ameaças ao corpo e à alma. Ao passo que o jesuíta responde, apontando a fé como componente basilar da verdadeira vocação missionária:

“Mas não tenha medo”, diz o Senhor no 43º capítulo de Isaías, “se tiveres de atravessar as águas, estarei contigo, e os rios não te submergirão; se caminhares pelo fogo, não sucumbirás, e a chama não queimará em ti”. Até agora, ninguém na Missão se afogou nas águas. Frequentemente, enfrentamos – e continuamos a enfrentar – perigos mais do que evidentes e inevitáveis, mas ninguém, como estou dizendo, pereceu até ao presente. Faz poucos dias que o Padre João Maria Gorzoni, um italiano, nadou, por volta da meia noite, durante duas horas, no rio Amazonas, largo e rápido, agarrado a uma prancha. Mas, com a ajuda de Deus, ele foi salvo por um índio que se encontrava com ele no mesmo perigo e ao qual ele mandou confessar-se por estar próximo da morte. O mesmo perigo, porém um pouco menor, sobreveio ao Padre Manuel Pires, meu companheiro; mas este escapou também (BETTENDORFF, 1671, fl.281r).

Quando Bettendorff diz que “ninguém pereceu até o presente”, ele parece querer afastar o medo do naufrágio que muitos candidatos temiam devido aos danos ou até mesmo à morte. Mas com a fé, assim como fez Gorzoni, seria possível superar as dificuldades e levar a cabo o projeto missionário.

Ao longo de seus textos, o jesuíta relata, num estilo edificante, frequentes casos nos quais os missionários enfrentaram ou escaparam das tempestades, algo que soa quase como uma práxis dentro da atividade missionária, por mais que a tempestade seja um evento sui generis que pode gerar danos irreversíveis. Mas, uma vez vencidas, elas se tornam situações modelares – como a experiência citada acima de João Maria Gorzoni – e que levam outros membros da ordem a enfrentar os seus próprios medos. Em mais um evento de ameaça à embarcação, Bettendorff narra o caso do capitão-mor Paulo Martins Garro, amigo dos jesuítas:

o Senhor Capitão-Mor Paulo Martins Garro queria partir para Portugal, num navio que teve São Xavier como co-patrono. O barco fazia água. Além do mais, a uma distância de uma milha e meia da cidade ele foi empurrado pelo vento e pela correnteza contra um banco de areia. Porém, devido a uma circunstância muito feliz, aconteceu que o navio – por ser carregado – manteve-se firmemente em posição vertical sem inclinar-se para lado nenhum. O lugar onde se encontrava o buraco que deixava entrar a água podia ser fechado até o momento em que a maré alta voltou e o barco vogou de novo, sem dano algum, nas águas. A embarcação avançou muito pouco num único dia e, já próximo do alto mar, ela passou por um outro momento crítico. Com efeito, o mastro principal quebrou e caiu de cima, justamente no lugar onde o dito Paulo Martins Garro morava a bordo. Agora ele pode rir disso, mas ele só se afastou do lugar graças a um sinal de advertência da parte de um colega. Ele atribui isso a uma certa devoção ao Venerável Padre João de Almeida que eu lhe havia transmitido e muito recomendado. A quebra do mastro foi a causa porque o navio se chocou muitas vezes contra uma ponta de areia. No dia seguinte – estando à deriva, ao ponto de girar em torno de si mesmo – o barco foi, com muitos esforços, levado de volta ao porto (BETTENDORFF, 1671, fl.263r).

### ***c) o aspecto pragmático-utilitarista***

Este aspecto é o predominante na Crônica e nas cartas de autoria de Bettendorff. Percebe-se que nas descrições que o padre constrói em relação ao mundo natural, sua preocupação reside no conhecimento e modo de uso de certos componentes da natureza. E é principalmente nesse ponto em que fica evidente o seu distanciamento de uma escrita cuja tônica é o deslumbre com os elementos naturais. Bettendorff apresenta frutas, ervas e animais de forma mais contida, mas sem deixar de dar detalhes sobre seus potenciais. Também apresenta dados geográficos, climáticos e aquáticos de forma detalhada e sistematizada. Assim, Bettendorff informa acerca da tática da pesca empregada pela tropa de Ruy Vasquez de Siqueira:

sustentando-se a gente mais de um mez de maniçoba, que se faz da folha da mandioca pisada e cozida, sem outro sustento, porque o rio pelo inverno é estéril de peixe, e como são tantos os índios e lhes fazem tantas redes estreitas, e outras armadilhas em logares estreitos; o peixe que entra pelo rio nunca mais sahe destes laços; tem suas vazantes e enchentes, como o mar largo, com estar mais de quatrocentas legoas distante dele (BETTENDORFF, 1909, p.233).

Mesmo que na descrição de Bettendorff fique atestado o sucesso da técnica de pesca empregada por Siqueira, o relato deixa claro que um outro gênero alimentício abasteceu o governador e sua tropa com a falta de peixes: a maniçoba. Ele não só informa que ela é uma forma de abastecimento, mas também indica como ela é feita, embora de forma muito breve.

Bettendorff também destaca as potencialidades do Rio Negro, colocando em relevo o quanto esse rio pode ser aproveitado para a subsistência, além de informar sobre a restrição alimentar indígena em relação a alguns gêneros:

é este rio da Madeira um dos mais famosos que há pelo Estado, por grande e espaçoso, porém demorado pelas caldeiras que tem, em quase somem as canoas com tudo o que levam, havendo descuido dos guias ou pilotos, e tem várias castas de peixes, até peixe-boi, piraybas, mas os índios não os comem, sustentando-se de uma casta de peixe que chamam Tambaquiz, mui gostosos; as suas águas são as mesmas como as do rio das Amazonas, pois é braço delle, que muitas jornadas para cima se reparte, fazendo uma ilha grande em que moram os Irurizes, os Jaquezes e muitas outras nações; suas terras são para todo o gênero de mantimentos, suas matas teem muita caça de porcos, cotias, paccas e pássaros; porem os Irurizes não matam nem comem porco do matto, e só são amigos de pássaros que tem por seu mais regalado sustento (BETTENDORFF, 1909, p.255).

Também há alusões ao guaraná produzido entre os Andirarzes:

Têm os Andirarzes em seus mattos uma fructinha que chamam guaraná, a qual secam, depois pisam, fazendo della umas bolas, que estimam como os brancos o seu ouro, e desfeitas com uma pedrinha, com que as vão roçando e em uma cuia de água bebida, dá tão grandes forças, que indo os índios a caca, um dia até outro não tem fome, além do que faz urinar, tira febres e dores de cabeça e câimbras. Do prestimo que tem para provocar urina me consta; do mais não sei de certo se não pelo que commumente ouço dizer (BETTENDORFF, 1909, p. 36-37).

Esse trecho demonstra o caráter de cunho predominantemente informativo dos componentes da natureza na descrição de Bettendorff. O jesuíta lista a forma como se prepara essa fruta, que utensílios se usam para seu preparo e o principal: o teor medicinal dessa fruta. Esse tom informacional lembra o estilo de escrita de João Daniel, que é pautado numa descrição mais detalhada e utilitária dos elementos da natureza, construindo um tipo de “catálogo” acerca do potencial natural e seus usos na região. Além da descrição pormenorizada das capacidades do guaraná, no início dessa descrição, Bettendorff não parece demonstrar ter muita familiaridade com essa fruta. Ao dizer que esse grupo indígena “tem uma fructinha que chamam”, o padre luxemburguês demonstra que seu conhecimento sobre essa fruta é muito provavelmente advindo do saber indígena que lhe foi transmitido. Também é importante destacar a centralidade no uso dos frutos para este jesuíta, uma vez que, não tendo familiaridade com o guaraná, ao invés de destacar aspectos físicos (como cor, formato, cheiro ou aparência), suas observações voltam-se ao preparo e uso medicinal. Essa centralidade pragmática demarca a diferença de trato da novidade deste jesuíta com autores do século XVI e da primeira parte do XVII.

A Crônica também relata o potencial mineral das regiões: nas adjacências de São Luís, presença de cristais; no rio Itapecuru, presença de azeviche (variedade de linhoto utilizado em joalheria); no rio Mony, presença de cristais, pedras preciosas, minas de prata e diamantes; em Tapuyatera, salinas naturais; em Cameté presença de pedras azuis para lascagem e para cobrir casas na Europa; pedrinhas de várias cores nos riachos das terras que vão para o porto dos Pugoris, além de cristais e pérolas; em Urubuquara pedras lindas e de algum valor nos vales; ouro em grande quantidade no igarapé Triquiriqui; metal branco para machados próximo à serra Jaguaracuru, numa terra chamada Picuru; enfim, no rio Amazonas, há duas pedras grandes, altas e largas, das quais uma é em forma de arco e a outra é toda maciça, com um sol entalhado nela, presumido pelo autor da Crônica como o marco da capitania (BETTENDORFF, 1909, p.18-35).

Dentro dessa ótica pragmático-utilitarista, a Crônica reserva uma boa parte das suas páginas para traçar aspectos naturais benéficos à sobrevivência, abastecimento e desenvolvimento. Assim, por exemplo, o autor faz uma radiografia dos aspectos naturais do Maranhão, elencando elementos como clima (dias serenos, sem frio nem calma; securas imoderadas; vapores poucos sadios para os moradores; sem tempestades, redemoinhos de vento, nuvens ou geadas); descrição dos céus (comumente claro; com poucas nuvens, poucos trovões – a não ser em dias de chuva – e, quando ocorrem, podem ser bem grandes, haja vista que raios e coriscos mataram várias pessoas); posição do Sol e a ocorrência de chuvas (o sol, quando volta do Trópico de Câncer para o de Capricórnio, faz com que as chuvas estiem por às vezes 40 dias, e depois de passado o seu auge, chove dois ou três meses contínuos conforme a diversidade dos climas), além da fertilidade das terras, próprias para o milho, mandioca e melão (BETTENDORFF, 1909-p.13-15).

Embora haja informações sobre a natureza ao longo de toda a Crônica, precisamente no primeiro livro “Da origem do nome, descobrimento do Estado e Capitania do Maranhão” em que há uma sistematização orgânica dos principais dados indispensáveis à sobrevivência em cada uma das regiões. É nesse esquema em que se classificam os ares sadios em “bons ares”, as águas com muitos peixes em “águas ricas” ou de “boa caça”, as terras com grande capacidade de crescimento de gêneros em “terras férteis”.

Vale destacar também a exatidão da posição geográfica dos lugares que é definida com coordenadas como léguas, graus, minutos, distância entre uma capitania e outra, longitudes, marcos. Todos esses dados reunidos, agregadas a informações de cunho potencial e econômico, constroem a ideia de que no século XVII a tônica da natureza não é mais a das primeiras impressões oriundas dos contatos iniciais, tais como o maravilhoso, lendário, edênico ou mitológico. A sistematização em face do empreendimento objetivo e utilitário do espaço tem a tônica da consolidação, garantindo o domínio do território através da informação, inclusive geo-topográfica.

### **Considerações Finais**

É inegável a contribuição dos jesuítas na construção do conhecimento acerca do mundo natural brasileiro. Esses agentes produziram um vasto conteúdo que engloba saberes geográficos, botânicos e biológicos que deram conta da elucidação do potencial do mundo natural brasileiro, através de um trabalho sistemático e organizado.

Num primeiro momento, essas descrições sobre o meio ambiente resultaram do encontro entre regiões e culturas distintas, o que levou os europeus a lerem o mundo americano através das suas lentes, classificando e ordenando o “novo mundo” através das suas experiências anteriores, acionando uma herança cultural advinda da empiria europeia no Oriente, além de conhecimentos provindos da Antiguidade ou do Medievo. Este norte restrito foi utilizado, mesmo na impossibilidade de abarcar a diversidade encontrada.

Mas as impressões não foram estanques. Isso se percebe em relação à natureza: a tônica delineadora dos seiscentos e parte do setecentos era a busca do paraíso, da maravilha e da conquista. O deslumbramento e a falta de códigos que permitissem hierarquizar tamanha novidade levaram a comparações com o que já era conhecido, predominando uma vertente imaginária sobre o mundo natural – e sobrenatural.

A partir do momento em que a consolidação e reivindicação de posse de territórios foi ocupando o lugar do imaginário, uma nova concepção sobre o ambiente foi surgindo, mesmo sem abandonar totalmente os resquícios do imaginário. Nesse ínterim, critérios mais pragmáticos vieram à tona, com tons científicos ou em prol do aproveitamento racional do espaço, sendo esta última, a linha em que Bettendorff se encontra.

### **Fontes e referências bibliográficas**

#### ***Fontes Manuscritas:***

BETTENDORFF, João Felipe. Carta ânua. Maranhão, 21/06/1671. **Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI)**, Roma, cód. Bras 9, fl. 259r-267v. [tradução do latim fornecida por Karl Arenz]

#### **Fontes impressas:**

BETTENDORFF, João Felipe. Carta circular. Belém, 05/02/1671. **ARSI**, cód. Bras 26, fl. 279r-283Av. In: ARENZ, Karl. Não Saulos, mas Paulos: uma carta do Padre João Felipe Bettendorff da Missão do Maranhão (1671). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 271-322, jan.-jun. 2013.



BETTENDORFF, João Felipe. Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo LXII, 1909.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

NÓBREGA, Manoel da. Informação das partes do Brasil. In: HUE, Sheila Moura. **Primeiras cartas do Brasil [1551-1555]**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

VESPÚCIO, Américo. **Novo Mundo: as cartas que batizaram a América**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

#### **Referências bibliográficas:**

ARENZ, Karl Heinz. Do Alzette ao Amazonas: Vida e Obra do Padre João Felipe Bettendorff (1625-1698). **Estudos Amazônicos**, Belém, v. V, n. 1, p.25-78, 2010.

ASSUNÇÃO, Paulo de. A Terra dos Brasis: um tapete de Flandres jamais visto. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 217-236, 2001.

CARDOZO, Alírio. O "Armazém de Deus": a natureza amazônica segundo Antônio Vieira. **Asas da Palavra**, Belém, v. 10, n. 23, pp. 66-76, 2007.

COELHO, Mauro Cezar. Diários sobre o Cabo Norte: interesses de estado e relatos de viajantes. In: COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de. **Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)**. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O Pão e o vinho da terra: alimentação e mediação cultural nas crônicas quinhentistas sobre o Novo Mundo**. São Paulo: Alameda, 2013.

PINHO, Leandro Garcia. A imagética jesuítica em zona de contato: textos jesuíticos sobre a flora e a fauna brasileiras no século XVI. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p.189-215, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

# A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA MORFOLOGIA URBANA DE PARÁ DE MINAS – MG<sup>9</sup>

Álison Tavares Margotti<sup>10</sup>

**RESUMO** - Este artigo abordará tópicos sobre a Morfologia Urbana de Pará de Minas destacando a influência da Igreja sobre a concepção e desenvolvimento da cidade, uma reflexão acerca das edificações que traduzem o desejo espiritual de um povo e como elas influenciam na paisagem urbana e se manifesta no espaço físico da cidade e na forma como as pessoas vivem. Para isso, foram utilizados textos, livros, artigos, reportagens e pesquisas de campo. Por fim, perceberemos quais espaços da cidade sofreram maior influência da edificação de Igrejas e quais bairros e vias foram conformados ou se desenvolveram com sua implantação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Histórico. Morfologia Urbana. Igreja. Pará de Minas.

## INTRODUÇÃO

Mafalda Zemella, em seu livro “O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII” lançou o seguinte questionamento: “Teriam o comércio e a concentração determinada pelo movimento de compras, feito surgir à igreja e posteriormente a cidade? Ou teria sido a igreja o ponto de atração dos comerciantes e das construções urbanas?” (Zemella, 1990).

Diversas cidades surgiram em locais privilegiados dando qualidade de vida para sua população próximas a rios, lagos e fonte de alimentos. Muitas tinham por objetivo o comércio ou a fortificação contra inimigos. Algumas cidades fugiram dessa lógica e por motivos religiosos estão localizadas em áreas que seriam consideradas difíceis para seu estabelecimento.

Desde o neolítico, as cidades possuíam sua cidadela, seu núcleo, com seu local sagrado e em seu entorno a sede de poder, seus palácios, praças e pátios, e no entorno desse núcleo, os moradores menos abastados.

Em Pará de Minas, poucos documentos retratam o início de sua ocupação, mas a partir deles podemos esboçar como se iniciou e como se desenvolveu o município. Após a década de 1950, podemos precisar melhor a expansão urbana e quais fatores o influenciaram.

Durante a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, foram analisadas edificações religiosas de diferentes denominações. Foram detalhadas aquelas que influenciaram a formação de áreas urbanas ou suas alterações e ocupações. Dessa forma, traçou-se um histórico da evolução urbana de Pará de Minas quando da direta influência da religiosidade, contribuindo para preservar a memória dessa cidade, já

---

<sup>9</sup> Este artigo foi elaborado como trabalho monográfico para a conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Arquitetura e Patrimônio, Faculdade Futura (2019).

<sup>10</sup> Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Itaúna UIT). Pós-graduado em Arquitetura e Patrimônio pela Faculdade Futura; em Projetos de Interiores Comerciais pela Faculdade Metropolitana e em Gestão da Inovação (Universidade SEBRAE).

que alguns dos pontos abordados, já foram, em partes suprimidos da paisagem urbana, mas ainda assim deixaram seu legado.

## **A formação de cidades por influência religiosa**

### **EUROPA E AMÉRICAS**

Nas cidades ocidentais, o cristianismo, em especial a Igreja Católica Apostólica Romana, teve grande influência na arquitetura e na morfologia urbana das cidades. São muitos exemplos de cidades que se formaram no entorno de igrejas, que geralmente era sua estrutura mais alta, cara e bem localizada. Edifícios do governo, palácios e residências de alto padrão estavam situados próximos aos templos religiosos, e as classes mais pobres nas periferias.

Na França, temos o exemplo de Paris e a ocupação de toda a Île-de-la-Cité, que teve sua urbanização ligada inicialmente ao culto religioso celta, em seguida com um templo romano dedicado à Júpiter. Após esses períodos, as primeiras igrejas cristãs foram erigidas, primeiro em honra à Saint-Etienne, em 528 d.C., que foi substituída pela atual Notre-Dame de Paris que impulsionou a urbanização da ilha e de suas margens, remodelando sua morfologia urbana. O crescimento da cidade também se deu em razão da instalação de novas Paróquias nos antigos subúrbios de Paris, Saint-Germain-des-Prés (margem esquerda, século VI), Basílica de Saint-Denis (ao norte, 1163), são alguns exemplos.

Nas Américas, diversas cidades nasceram e se desenvolveram por suas funções religiosas. Tenochtitlán, antiga capital do Império Asteca e atual Cidade do México, foi fundada no século XIII em razão de suas terras e suas águas (lago Texcoco) terem sido dadas ao povo pelo deus Huitzilopochtli para fundarem sua cidade. Com a ocupação espanhola, em 1521, os templos astecas deram lugar aos católicos. Apesar do arruamento original não ter sofrido grandes alterações, a edificação das igrejas contribuiu para urbanização de outras áreas da cidade, inclusive com o assoreamento do lago. O maior exemplo é a Catedral Metropolitana da Cidade do México, construída em terreno pantanoso, que dá a famosa inclinação à edificação, e iniciou a expansão para o sul da cidade.

Outro exemplo americano, nos Estados Unidos, inúmeras cidades foram estabelecidas e cresceram em razão dos chamados peregrinos, primeiros colonos ingleses no país. Cristãos calvinistas, se estabeleceram na região da Nova Inglaterra (nordeste dos EUA) no início do século XVII e instalaram a primeira Igreja Batista nos Estados Unidos, a Igreja Batista de Plymouth, deslocando o coração da antiga New Plymouth do litoral para 700 metros para o interior do continente.

### **2.2. AS CIDADES BRASILEIRAS**

No Brasil, as primeiras cidades se desenvolveram com a instalação das primeiras igrejas católicas no país. O primeiro e mais antigo exemplo é a instalação da igreja de São Francisco de Assis do Outeiro da Glória, na então colônia de Porto Seguro, por missionários franciscanos portugueses. Assim nasceu o primeiro núcleo habitacional europeu em terras brasileiras. Segundo o franciscano Frei Jaboatão, em Porto Seguro existia uma feira de escambo, para troca de mercadorias entre

portugueses e índios. Segundo ele, o povoado foi massacrado, em 19 de junho de 1505, e em 1506, a colônia foi pacificada e reconstruída, sendo a igreja reconstruída em 1515.

Nos anos seguintes, outras vilas foram fundadas com a instalação de novas igrejas por todo o litoral brasileiro: São Vicente Mártir (São Vicente, RJ, 1532), São Salvador da Bahia (Salvador, BA, 1551), Santo Antônio do Campo dos Coqueiros (Caravelas, Bahia, 1581), Nossa Senhora dos Remédios (Paraty, RJ, 1667), entre outras. Algumas cidades tiveram suas posses reafirmadas com a instalação de paróquias ligadas a Portugal ou Espanha como a Paróquia de São Cristóvão (Rio de Janeiro, 1583) e Belém (Nossa Senhora de Belém, 1616) ou foram expandidas como João Pessoa (São Francisco e Santo Antônio, 1589).

A região das Minas Gerais começou a ser ocupada no século XVII, em virtude de bandeiras empenhadas por desbravadores europeus que entraram no que hoje é o território mineiro, vindos principalmente de São Paulo e da Bahia. Os territórios ocupados por vários povos indígenas eram ricos em ouro e pela riqueza dessas terras floresceram inúmeras vilas e municípios.

Há 359 anos foi erguida a primeira igreja de Minas Gerais, dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Em 1660, instalava-se o município de Mathias Cardoso, na divisa com a Bahia. Já em 1695 instalava-se a igreja e Arraial de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana, que viria a ser a primeira capital da Província de Minas Gerais.

Outras cidades mineiras onde foi encontrado ouro e foi instalada uma igreja para fundação do arraial foram Raposos (Nossa Senhora da Conceição, 1690), Lima Duarte (Nossa Senhora do Rosário, 1692), Congonhas (Nossa Senhora do Rosário, 1697), Curvelo (Santo Antônio, 1700), Tiradentes (Capela de Santo Antônio, 1702), São João d'El Rei (Capela de Nossa Senhora do Pilar, 1703), Prados (Nossa Senhora da Conceição de Prados, 1704), Ouro Preto (Capela de Nossa Senhora do Pilar, 1711), Itaverava (Santo Antônio de Lisboa, 1726), Belo Vale (igreja de Sant'Ana, 1735), Catas Altas da Noruega (Nossa Senhora dos Remédios, 1752), entre outras.

Um caso interessante da influência de igrejas na morfologia de cidades é o da cidade de Santa Luzia, o povoado surgiu no entorno da capela de mesmo nome em 1692, durante o ciclo do ouro. Em 1695, uma enchente destruiu todo povoado e nova capela foi construída, em 1697, numa colina alta da região, então o pequeno vilarejo mudou-se para o que é o atual Centro Histórico da cidade, onde passou a expandir-se.

Já na região centro-oeste mineira, na qual está inserida Pará de Minas, a cidade de Pitangui, chamada de a Sétima vila do ouro do estado, guarda parte da arquitetura e morfologia urbana de sua formação inicial. Em 2008, seu conjunto arquitetônico foi tombado em caráter definitivo pelo IEPHA-MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. É importante citar que as terras do município de Pitangui, ao serem desmembradas, deram origem a cerca de quarenta novos municípios, entre os quais podemos citar Divinópolis, Itaúna, Carmo do Cajuru, Pará de Minas, entre outros. A primeira capela erigida no município data do final do século XVII, possivelmente dedicada à Nossa Senhora da Penha, atualmente nas imediações da cidade. Em 1748, é erigida a capela do Senhor Bom Jesus, fazendo com que o povoado se cresce onde atualmente é o centro da cidade.

A maior cidade da região centro-oeste mineira, Divinópolis, também tem sua fundação ligada à instalação de uma capela. Na atual região central do município a Capela do Divino Espírito Santo e São Francisco de Paula foi erguida em 1767, após várias reconstruções e expansões foi elevada a Catedral em 1958. O crescimento de Divinópolis está intimamente ligado à instalação de ferrovias e à instalação da Diocese e santuários (Santo Antônio, 1931, que influenciou a elaboração do primeiro plano diretor do município; Nossa Senhora da Guia, 1939, com a formação de novos bairros na região oeste do município). Atualmente a cidade possui aproximadamente 250.000 habitantes (estimativa de 2019 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

## **PARÁ DE MINAS: MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE**

Assim como tantas outras cidades mineiras, Pará de Minas nasceu das bandeiras e os sonhos das esmeraldas, pedras preciosas, ricas minas de ouro, prata e tesouros buscados nas Minas Gerais. A região não se mostrou aurífera ou rica em outros metais e pedras preciosas, mas estava localizada na confluência de três importantes tributários da bacia do São Francisco: o Pará, o Paraopeba e o São João.

A região foi explorada nos idos de 1680 por exploradores como Bartolomeu Bueno, Anhanguera e Borba Gato. No século XVIII, teria se instalado nessas terras um português de nome Manoel Gomes Batista, o Pato-Fofo, para comerciar com paulistas e forasteiros. Abandonando o comércio passou a explorar uma fazenda à beira do Ribeirão Paciência.

Segundo o historiador e escritor Teophilo de Almeida, a mais antiga e documentada notícia da existência de um arraial nessa localidade está no livro *“Instituição de Igreja do Bispado de Mariana”* revelam que uma provisão de 3 de julho de 1772 *“instituiu uma capela no lugar do Patafufio, da freguesia do Pitanguí, com a invocação que escolherem os moradores, e no sítio que marcar o padre João Pimenta da Costa”*.

O padroeiro da Vila do Patafufio seria pela primeira vez documentada em 1826, nos Mapas Paroquiais-Livro de Termos de Divisas do Bispado, que entre outras capelas estava a de *“Nossa Senhora da Piedade do Patafufio, com 314 fôgos ou casas, 1646 almas, sendo crismadas 1640, pagando de pensão da capela 30 mil réis.”* Apenas seis habitantes não professavam a fé católica.

O Bispado de Mariana elevou em 1844, a Capela à condição de Paróquia. Seguiu-se a autonomia religiosa, o ato governamental para a criação da Vila do Patafufio em 1848, suprimida em 1850, e novamente elevada à categoria de Vila em 20 de setembro de 1859.

Após um raio destruir e incendiar parte da igreja, nova edificação começa a ser erigida em 1899 e terminada em 1901. A então Matriz de Nossa Senhora da Piedade possuía uma torre central e entre 1912 e 1917 passou por novas reformas e expansões adquirindo duas torres laterais e aumentando sua área.

Sem data definida, na década de 1930 ocorreu à urbanização da atual Praça Padre José Pereira Coelho, junto à Matriz de Nossa Senhora da Piedade, com partido próximo ao seu atual traçado estabelecendo o antigo Largo da Matriz, com jardins, passeios e arruamento do entorno. Seus passeios foram calçados muito antes de ocorrer o de outras vias públicas da cidade, iniciado apenas em 1939. Em 1971 a Antiga Matriz de Nossa Senhora da Piedade foi demolida, com Nova Matriz sendo

construída a poucos metros. Em 1975, a Praça da Matriz foi reconstruída e ampliada dando a morfologia atual desse espaço e de seus arruamentos.

A construção da nova Matriz de Nossa Senhora da Piedade foi iniciada em 19 de março de 1963, sendo projetista o dr. Otávio Roscoe; engenheiro dr. Manuel Pereira Campos. Sua sagração foi a 09 de abril de 1972, atualmente este bem é inventariado pelo Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Pará de Minas.

O primeiro dia de trabalho para demolição da velha matriz de Nossa Senhora da Piedade, foi 25 de abril de 1971, sendo vigário o Revmo. Cônego Gabriel Hugo da Costa Bittencourt.

A Praça Padre José Pereira Coelho, de partido triangular, liga-se ao antigo Paço Municipal, atual Praça Afonso Pena, onde estão localizados Prefeitura Municipal, Fórum, Correios, comércios, caracterizando-se assim, como em exemplos de outras cidades, a conformação urbana no entorno de sua igreja.

### **IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**

Como em muitas cidades mineiras, a principal rua comercial de Pará de Minas se desenvolveu ligando as duas principais do município. Na antiga Rua Direita (atual Rua Benedito Valadares), em sua extremidade noroeste estava localizada a Matriz de Nossa Senhora da Piedade e em sua extremidade sudeste a igreja de Nossa Senhora do Rosário. As edificações distanciavam-se em 750m, e entre elas foram estabelecidos bancos, armazéns, rodoviária, entre outros.

Sem data definida de sua construção e provável demolição no fim da década de 1930, a igreja de Nossa Senhora do Rosário conformou essa extremidade da cidade à época. No antigo Largo do Rosário, cujo partido e arruamentos encontram-se preservados no entorno da atual Praça Melo Viana, viu florescer em seu entorno comércios e indústrias.

A memória da outrora igreja com características do barroco mineiro dedicada à Nossa Senhora do Rosário ainda é lembrada com carinho pela população pará-minense, que diferente da maior parte das cidades mineiras não possui atualmente uma igreja dedicada a Senhora do Rosário.

### **IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**

Em 14 de setembro de 1947, o Padre José Viegas da Fonseca, vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, celebrou uma missa ao ar livre no alto da atual Rua Vigário Paulino, local onde seria edificada uma nova igreja para a cidade. O local era pouco habitado e de difícil acesso, o que, no entanto, não desanimou Padre Viegas a dar início a uma grande campanha para a construção da nova igreja, iniciada ainda em 1947.

Pelo Arcebispo Metropolitano D. Antônio dos Santos Cabral, foi benta a primeira pedra para a construção da igreja de Nossa Senhora das Graças, ao bairro que foi dado o mesmo nome, em 07/03/1949.

A edificação, localizada no alto de uma colina então fora da área urbana do município, teve seu arruamento conformado por sua edificação. As duas vias que dão acesso à Igreja (Vigário Paulino e Nossa Senhora das Graças) iniciam-se 450m a

nordeste da mesma e distanciam-se 200m uma da outra se cruzando em frente à igreja, conformando um grande X. No cruzamento dessas vias, encontram-se a igreja e a Praça Padre Libério, em homenagem ao importante beato Padre Libério Rodrigues Moreira que foi pároco dessa igreja nos anos 1960 e 1970.

As obras só foram finalizadas em 1958, mas a construção de residências e comércios foi iniciada antes de seu término. O bairro tornou-se então um dos mais populosos de Pará de Minas e tendo importantes áreas comerciais. Nas décadas de 1980 e 1990 o bairro foi a mais importante área boêmia do município e hoje mantém-se como um importante atrativo no município por sua gastronomia.

A edificação foi tombada pelo Município em 04 de abril de 2003, pelo Decreto Nº 3.535.

## **IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS**

Em 1948, Padre Viegas deixou o ainda único paróquia da cidade para assumir a Prefeitura de Pará de Minas. Entre outras realizações, Padre Viegas promoveu o loteamento do bairro Nossa Senhora das Graças e calçou inúmeras ruas públicas.

O pará-minense Osvaldo Ribeiro Lage foi prefeito de Pará de Minas entre 1955 e 1959 e sendo ordenado sacerdote em 1967. Em seu mandato como prefeito foi responsável pela criação do Plano Diretor da cidade e projeto de abertura de ruas e urbanização de parte do atual bairro São Francisco. Quando era prefeito, passou a conviver com os franciscanos, professores de um tradicional colégio da cidade, o que despertou sua vocação sacerdotal, em especial com Frei Concórdio.

No loteamento do então futuro bairro São Francisco, Osvaldo Ribeiro Lage situou em local de destaque a futura Igreja de São Francisco de Assis, em nível elevado em relação à Avenida Presidente Vargas e em frente a grande Praça Frei Concórdio. As vias desse bairro são largas, e seu projeto previa áreas verdes e setores, dando ao projeto avançadas qualidades, mesmo para os padrões atuais de urbanismo.

A 17 de abril de 1966 deu-se a instalação da nova Paróquia de São Francisco e posse de seu primeiro vigário, o Revmo. Frei Leopoldo Lafeber – OFM.

As vias dos bairros São Francisco, Santo Antônio e Vila Maria dão-se paralelamente à igreja de São Francisco e à Praça Frei Concórdio, cortadas perpendicularmente por outras. Esses bairros se desenvolveram a partir dos anos de 1970, sendo atualmente totalmente urbanizados. Os bairros Santo Antônio e São Francisco, também são áreas de diversificados atrativos comerciais.

A igreja São Francisco de Assis e a Praça Frei Concórdio são bens inventariados pelo Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Pará de Minas.

## **GRUTA DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**

Em razão do centenário das aparições de Nossa Senhora em Lourdes, na França, foi iniciada a construção de uma gruta na região oeste da cidade. Ainda pouco habitada, a praça onde a gruta foi edificada ficava as margens do caminho que levava à Pitangui. A padroeira deu nome ao novo bairro, que, com o passar dos anos cresceu, ganhou novas residências, estabelecimentos comerciais e muitos moradores.



Com a expansão dessa região, novas e largas vias foram abertas e, outros importantes fatores aceleraram o desenvolvimento do bairro que hoje é um dos mais valorizados de Pará de Minas. A construção da igreja de Nossa Senhora de Fátima e do Cemitério de Santo Antônio influenciaram de sobremaneira a morfologia e a expansão urbana para essa região.

Em virtude do especial significado para a população de Pará de Minas, a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes foi tombada pelo Patrimônio Cultural Municipal pelo Decreto Nº 3.535, de 04 de abril de 2003.

## **CRISTO REDENTOR**

Inaugurado oficialmente a 25 de agosto de 1963 o monumento do Cristo Redentor, planejado pelo engenheiro dr. Ives Soares da Cunha, construído no alto da Serra de Santa Cruz. Este forte marco religioso, cultural e cartão-postal do município não expandiu a população em suas imediações, mas colocou como ponto para preservação de sua área.

No coração de Pará de Minas, a Serra possui área verde, muros e valas construídos por escravos, nascentes, mina de amalgatolito (silicato de alumínio produto de alteração hidrotermal de rochas vulcânicas ácidas e intermediárias sob condições pré-metamórficas mesotermiais) e aos seus pés o bairro histórico da Várzea, o Instituto Nossa Senhora do Sagrado Coração – Colégio Berlaar e a Capela de Nossa Senhora do Sagrado Coração, conformando o bem inventariado Complexo Histórico-Arquitetônico da Várzea.

Dessa forma, diversos bairros e vias circundam a área de aproximadamente 2km<sup>2</sup>. Notoriamente, o maior loteamento de Pará de Minas, o bairro Jardim América está localizado em seu Norte, e suas ruas e avenidas estão traçadas paralelamente ao Complexo. A área vem passando por grande desenvolvimento, que poderá ser fortalecido com a implantação do Parque Municipal Ecológico Urbano Serra de Santa Cruz, que é objeto de projeto de lei e já existe projeto arquitetônico, urbanístico e paisagístico para o local.

O Cristo Redentor, símbolo da fé e religiosidade do povo predominantemente católico do Município, tornou-se referência artística, arquitetônica e urbana de Pará de Minas, sendo tombado pelo Patrimônio Cultural Municipal pelo Decreto Nº 3.535, de 04 de abril de 2003.

## **IGREJA DE SANTA EDWIGES**

O caso mais recente no município de Pará de Minas de Igrejas influenciando a morfologia urbana do município é a igreja de Santa Edwiges. Na extremidade sudeste do município, a igreja foi edificada em 1993, próximo ao bairro Recanto da Lagoa, que decidiram o padroeiro da nova igreja por votação. Seu entorno foi então projetado pela Prefeitura de Pará de Minas para construção de um conjunto habitacional, o Recanto da Lagoa III.

Com a ocupação do bairro de vias largas, também foram construídas escolas e praças. A população solicitou então a alteração da denominação do bairro para o nome de sua padroeira. A região passou por rápida urbanização e aumento de sua população e também possui importante e diversificado centro comercial.

## CONCLUSÃO

Pará de Minas seguiu o modelo urbano de comum a diversas aglomerações urbanas ocidentais, tendo a Igreja Católica Apostólica Romana influenciado profundamente sua morfologia urbana.

Apenas 15% da população do município não professa a fé católica, cerca de 15.000 pessoas. Dessa forma, verificamos que, apesar da diversidade de outras denominações localizadas durante as pesquisas para este trabalho, elas não influenciaram a morfologia urbana do município.

Foi possível confirmar, ainda que em alguns casos não visíveis em um primeiro momento, que a morfologia urbana de Pará de Minas foi grandemente motivada pela edificação de novas igrejas católicas no município. Principalmente nos bairros centrais, em períodos de maior poder da Igreja, mas também em bairros periféricos e mais recentes da cidade.

Mesmo a influência Católica tem diminuído nesse aspecto. Os loteamentos mais recentes são projetados e só após essa etapa, em alguns casos, são destinados lotes para a construção de novas igrejas.

Ainda não foi possível verificar se a construção de igrejas em loteamentos recentes será fator importante para o aumento populacional e desenvolvimento local, como foi verificado em outros bairros, uma vez que novos templos não foram edificados nessas regiões. Há projeto para construções de duas igrejas na região dos citados bairros Jardim América, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, ainda sem data de construção, onde será possível verificar o atual poder da Igreja Católica no urbanismo.

Como um organismo vivo, apenas estudos contínuos serão capazes de responder tais questionamentos. Enquanto isso, podemos confirmar que nossas cidades tiveram seu cerne com edificação de suas igrejas e que vivemos nos desdobramentos da religiosidade de nosso povo como poderosa guia de nosso mundo físico e cultural.

## REFERÊNCIAS

Abadia de Saint-Germain-des-Prés: Ayers, Andrew. The architecture of Paris: an architectural guide. Axel Menges, 2004. ISBN 393069896X.

As mais antigas povoações de Minas Gerais: [HTTP://WWW.CONHECAMINAS.COM/2018/06/AS-MAIS-ANTIGAS-POVOACOES-DE-MINAS\\_9.HTML](http://www.conhecaminas.com/2018/06/as-mais-antigas-povoacoes-de-minas_9.html), visitado em 27/03/2019.

Capela de Santa Edwiges: [HTTPS://WWW.DIOCESEDIVINOPOLIS.ORG.BR/C/COMUNIDADES/CAPELA-DE-SANTA-EDWIGES\\_765](https://www.diocesedivinopolis.org.br/c/comunidades/capela-de-santa-edwiges_765), visitado em 28/03/2019.

Capela do Senhor Bom Jesus, Pitangui: [HTTPS://WWW.PITANGUI.COM/CAPELA-SENHOR-JESUS/](https://www.pitangui.com/capela-senhlor-jesus/), visitado em 27/03/2019.

Caravelas: [HTTP://WWW.BAHIA-TURISMO.COM/SUL/CARAVELAS/MUNICIPIO.HTM](http://www.bahia-turismo.com/sul/caravelas/municipio.htm), visitado em 26/03/2019.

Catedral de Notre-Dame de Paris: [HTTP://WWW.NOTREDAMEPARIS.FR/LA-CATHEDRALE/](http://www.notredameparis.fr/la-cathedrale/), visitado em 26/03/2019.

<http://www.notredameparis.fr/la-cathedrale/espace-jeunesse/la-grande-histoire-de-notre-dame-de-paris/>, visitado em 26/03/2019.

Catedral do Divino Espírito Santo, Divinópolis: [HTTP://WWW.DIOCESEDIVINOPOLIS.ORG.BR/C/COMUNIDADES/CATEDRAL-DO-DIVINO-ESPIRITO-SANTO](http://www.dioceSEDIVINOPOLIS.ORG.BR/C/COMUNIDADES/CATEDRAL-DO-DIVINO-ESPIRITO-SANTO), visitado em 27/03/2019.

Catedral Metropolitana da Cidade do México: Álvarez, José Rogelio (2000). Catedral de México. [S.l.]: Encyclopædia Britannica. ISBN 1-56409-034-5

Centro Histórico de Pitangui: [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/INDEX.PHP/PROGRAMAS-E-ACOES/PATRIMONIO-CULTURAL-PROTEGIDO/BENS-TOMBADOS/DETAILS/1/82/BENS-TOMBADOS-CENTRO-HIST%C3%B3RICO-DE-PITANGUI](http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/82/bens-tombados-centro-hist%C3%B3rico-de-pitangui), visitado em 27/03/2019.

Cidade do México: SANTOS, Eduardo Natalino dos. Mesoamérica: História, pensamento e escrita. In: Deuses do México Indígena: estudo comparativo entre narrativas espanholas e indígenas. São Paulo: Palas Athenas, 2002.

História de Pará de Minas: Theophilo de Almeida. História Antiga de Pará de Minas – de 1700 à 1859. Belo Horizonte: Edições Melhoramentos, década de 1940.

Almeida, Robson Correia de. Pará de Minas, Sua Vida e Sua Gente. Belo Horizonte: 1983.

Acervo Documental Mesopotâmia Mineira. Fragmentos da História de Pará de Minas. Pará de Minas: Gráfica Ideal, 2009.

História de Paris: Lavedan, Pierre. Histoire de Paris. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

Igreja Batista de Plymouth: [HTTPS://WWW.CATHERINESTREETBAPTIST.CO.UK/](https://www.catherinestreetbaptist.co.uk/), visitado em 26/03/2019.

João Pessoa: [HTTPS://WWW.BRASIL-TURISMO.COM/PARAIBA/JOAO-PESSOA.HTM](https://www.brasil-turismo.com/paraiba/joao-pessoa.htm), visitado em 26/03/2019.

Monsenhor Osvaldo Ribeiro Lage: [HTTP://MUSEU.PARADEMINAS.MG.GOV.BR/MONSENHOR-OSVALDO-RIBEIRO-LAGE/](http://museu.parademinas.mg.gov.br/monsenor-osvaldo-ribeiro-lage/), visitado em 27/03/2019.

Paraty: [HTTP://WWW.PARATY.COM.BR/HISTORIA.ASP](http://www.paraty.com.br/historia.asp), acessado em 26/03/2019.

Peregrinos: Reinaldo Seriacopi, Gislane Azevedo, História, (Série Brasil) São Paulo, Editora Ática, 2005, ISBN 85-08-099193

Pitangui: Rabello, Raimundo da Silva. O Pays do Pitanguy: Séculos XVIII-XIX – ouro, rebeldia e expansão regional; coeditora Universidade de Itaúna. – Itaúna, MG: Vile Editora e Escritório de Cultura, 2014.

Soares, Monsenhor Vicente. A História de Pitangui. Belo Horizonte, MG: 1972.

Plymouth: [HTTPS://WWW.ENCYCLOPEDIA.COM/HISTORY/UNITED-STATES-AND-CANADA/US-HISTORY/PLYMOUTH-COLONY](https://www.encyclopedia.com/history/united-states-and-canada/us-history/plymouth-colony), visitado em 26/03/2019.

Porto Seguro: [HTTP://WWW.BAHIA-TURISMO.COM/PORTO-SEGUERO/COLONIA.HTM](http://www.bahia-turismo.com/porto-seguero/colonia.htm), visitado em 26/03/2019.

Primeiras Cidades do Brasil: [HTTPS://WWW.HISTORIA-BRASIL.COM/COLONIA/PRIMEIRAS-CIDADES.HTM](https://www.historia-brasil.com/colonia/primeiras-cidades.htm), visitado em 26/03/2019.

Primeiras Igrejas do Brasil: [HTTP://WWW.HISTORIA-BRASIL.COM/COLONIA/PRIMEIRAS-IGREJAS.HTM](http://www.historia-brasil.com/colonia/primeiras-igrejas.htm), visitado em 26/03/2019.

Rio de Janeiro: [HTTP://LITERATURAERIODEJANEIRO.BLOGSPOT.COM/2015/08/QUAL-IGREJA-MAIS-ANTIGA-DO-RIO-DE.HTML](http://literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com/2015/08/qual-igreja-mais-antiga-do-rio-de.html), visitado em 26/03/2019.

Santuário de Nossa Senhora da Guia, Divinópolis: [HTTPS://WWW.DIOCESEDIVINOPOLIS.ORG.BR/C/COMUNIDADES/MATRIZ-DE-NOSSA-SENHORA-DA-GUIA](https://www.diocesedivinopolis.org.br/c/comunidades/matriz-de-nossa-senhora-da-guia), visitado em 27/03/2019.

Santuário de Santo Antônio, Divinópolis: [HTTPS://DIOCESEDIVINOPOLIS.ORG.BR/C/COMUNIDADES/SANTUARIO-DE-SANTO-ANTONIO](https://diocesedivinopolis.org.br/c/comunidades/santuario-de-santo-antonio), visitado em 27/03/2019.

# AJEUM - A CONTRIBUIÇÃO DAS COMIDAS SAGRADAS AFRICANAS PARA A PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DA MEMÓRIA BIOCULTURAL QUE FUNDAMENTOU A IDENTIDADE ALIMENTAR BRASILEIRA.

Aloisio Souza Castro Junior<sup>11</sup>

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo realizar um levantamento dos costumes alimentares que acompanharam o negro africano na travessia do Atlântico e se estabeleceram no Brasil no período escravocrata contribuindo assim para a manutenção da memória alimentar sagrada e a construção dos hábitos alimentares da nação brasileira.

**Palavras Chaves:** afrodescendente; identidade brasileira; hábitos alimentares; memória biocultural.

## INTRODUÇÃO

A conscientização da identidade étnica contribui para a elevação da autoestima e oferece aos envolvidos uma visão ampla no que diz respeito às inúmeras contribuições que os africanos e seus descendentes legaram para a identidade nacional.

As manifestações africanas não se limitaram aos cultos religiosos e místicos e nem aos ritmos e sons. Os africanos e seus descendentes contribuíram de forma extrapolada em vários setores, passando para as características da população brasileira recursos de identidade e de sobrevivência, como forma de manter sua interioridade humana viva na nova terra, denominada Brasil, a ser desbravada.

Neste trabalho, o objetivo é tornar viva a marca da presença africana na construção da identidade alimentar brasileira. Desta forma o foco será direcionado para a nutrição do corpo e da alma, também denominado espírito, muito importante na cultura africana, pois se caracteriza como o equilíbrio da energia vital, ou seja, o axé. A culinária africana é uma expressão cultural do ritual sagrado que se inseriu nos hábitos e costumes do consumo alimentar brasileiro.

No Brasil, a influência dos povos africanos contribuiu para a construção de uma identidade alimentar singular. Formas e preparos diferenciados enriqueceram os aromas e paladares brasileiros, tornando a alimentação nacional, mais palatável, saborosa, aromática e nutritiva. Por este motivo, justifica-se a pesquisa exploratória qualitativa com levantamentos bibliográficos e documentais e outras experiências que cooperem para uma melhor compreensão das respostas ao tema proposto.

## FUNDAMENTAÇÃO TEORICA - AJEUM

Segundo Pereira (2014), *ajeum*, é um termo em ioruba que define o momento da refeição, é a comida oferecida aos orixás dentro dos terreiros e que é repartida entre os presentes. Para Santos (2018) *ajeum*, é definida simplesmente como comida de santo. As definições provocam o entendimento que *ajeum* é a comida que nutri

---

<sup>11</sup> Sambista e Sambologo. Gestor Empresarial e Graduando em História. Pós-Graduando em Direitos Humanos e Questões Étnicas. Idealizador da Roda de Samba do Mumu e do Instituto Cultural Samba do Mumu. Membro do Grupo de Pesquisas Raça, Culturas Negras e Gênero – RACNEGE.

tanto as divindades sagradas como o Ser humano, ou seja, não existe distinção entre o corpo e o espírito, o que se serve aos orixás posteriormente é repartido entre os presentes.

Sendo a comida, oferecida para os orixás ou para Ser humano, o *ajeum* engloba o cozimento ou consumo do alimento, além do espaço físico. Englobam métodos, procedimentos e saberes cuja finalidade é a conservação de técnicas sagradas de transmissão biocultural.

A comida perpassa por diversas funções ritualistas africanas que acompanhou o negro “*sequestrado*” até o Brasil, que muito cooperou para a preservação das heranças culturais negras na cozinha brasileira, que ainda são muito silenciadas pela literatura gastronômica.

## MEMÓRIA BIOCULTURAL

Mendes e Nóbrega (2004), explicam que o corpo, a natureza e a cultura se interpenetram através de uma lógica recursiva. O termo memória cultural também diz respeito à forma de disseminação/transmissão das sabedorias tradicionais. Todo ato humano é biocultural. No Ser humano, o biológico encontra-se simultaneamente infiltrado na cultura.

A linguagem para a transmissão de memória não é necessariamente a escrita, o repertório de símbolos, conceitos, percepções, que se dá em um conjunto de mentes plurais ou singulares, pautadas principalmente, na oralidade. Por exemplo, os conhecimentos que os negros escravizados trouxeram para o Brasil, na realidade foi uma bagagem cultural que se projetou na coletividade e se espalhou por toda uma nação.

## PRIMÓRDIOS DA ALIMENTAÇÃO BRASILEIRA

De acordo com Romio (2000), até o descobrimento do Brasil, em 1500, os índios comiam carne de caça e peixes crus ou moqueados, além da mandioca, milho, bananas, palmitos e cará. Bebia *cauim*, bebida alcoólica tradicional dos povos indígenas do Brasil desde tempos pré-colombianos, feito através da fermentação alcoólica da mandioca ou do milho, às vezes misturados com sucos de fruta.

Hue (2007) ainda relata que o corsário inglês Richard Hawkins (1562-1622), quando passou pelo Brasil, se rendeu ao fascínio do *cauim*, uma bebida indígena feita a partir de mandioca macerada. Os índios brasileiros produziam, segundo o corsário inglês, uma bebida muito parecida com o *ale* (tipo de cerveja comum no Norte europeu), que se apresenta com a mesma “cor e sabor” do *cauim*. Outras nações de corsários encontravam repugnância para beber o *cauim* indígena, mas os ingleses encontravam nele os mesmos encantos da cerveja de sua terra natal.

Os povos nativos, posteriormente denominados ameríndios, foram descritos por Pero Vaz de Caminha, em carta enviada a Portugal em 01 de maio de 1500, como povos nativos e bonitos “*pardos, avermelhados de bons rostos e bons narizes*”. Desta forma é correto dizer que o Brasil foi “*achado*” e não descoberto, pois já existia um povo avermelhado de cabelos escorridos que tinham hábitos e costumes alimentares como a caça de animais silvestres e coleta de frutos.

Outro trecho dos manuscritos de Vaz de Caminha, que merece atenção, no que concerne à questão alimentar, segundo Romio (2000), é sobre a visita dos índios a Nau de Pedro Alvares Cabral, “*os índios experimentaram pão, peixe cozido, doces, mel e figos maduros. Beberam vinho. Dias depois também experimentaram arroz e presunto cozido*”. Torna-se necessário entender, desde já, que a convivência entre os

européus e os nativos não foi tão pacífica, como descrevem os manuscritos. Cizoto, Dieguez e Pinto (2016), explica que, uma vez que os portugueses chegaram para dominar esta terra, colonizá-la e torná-la território lusitano, produtor de matérias-primas para a metrópole, obviamente que esta conquista não seria tranquila.

Por volta de 1516, inicia-se o cultivo de cana-de-açúcar em solo brasileiro. No entanto, conforme relato de Romio (2000), o primeiro registro documental do cultivo de cana, em solo brasileiro, tem data de 1526. As pioneiras mudas foram plantadas, no litoral paulista, em São Vicente, antes da elevação do povoado à condição de Vila, no ano de 1532. Após o plantio em São Vicente, as mudas de cana, foram plantadas em Pernambuco, por motivo de o clima ser úmido e o solo fértil de massapê (formado a partir da decomposição do calcário, do *gnaisse* e outras rochas), sendo essas condições excelentes para as práticas da agricultura, a localização dos portos nordestinos, também foram motivadores para o cultivo da cana no nordeste, as localizações eram mais convenientes para embarcações, pois tornava mais curta, a viagem para o oeste africano e para o Oriente.

Martim Afonso de Souza foi o comandante da primeira expedição exploradora enviada pelo rei de Portugal, Dom João III, em 1530. De acordo com Doria (2012), a expedição dos irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa chegaram ao Brasil trazendo 400 homens. Navegaram pela costa combatendo franceses, desceram a “Prata”, investigando e subiram de volta um pouco ao norte. Ali saltaram a terra e fundaram a Vila de São Vicente, logo na sequência, realizaram a primeira eleição das Américas para formar a Câmara Municipal. Logo após a fundação oficial da Vila de São Vicente, de acordo com Muniz Junior (2008), na Vila instalou-se o primeiro engenho para moagem de cana-de-açúcar. O segundo engenho, conforme Romio (2000) foi construído em 1534, no litoral pernambucano.

Aos arrendatários das sesmarias, porções de terras doadas aos colonos, foram fornecidas além de mudas de cana-de-açúcar oriundas da Ilha da Madeira, também sementes de árvores frutíferas, tais como laranjeiras, bananeiras, videiras, marmeleiros incentivando assim o cultivo de outras culturas em solo brasileiro. Romio (2000) relata que também na expedição de 1532, vieram animais para criação doméstica e para consumo.

Importante entender que o milho, o arroz e o trigo, são denominados alimentos civilizatórios, ou seja, são alimentos apontados e identificados por determinados grupos humanos. Esses grupos são apontados como os primeiros grupos civilizatórios responsáveis pela ocupação populacional da Terra. Alimentos civilizatórios, também podem ser considerados ancestrais, desta forma é classificado com essa denominação, duas raízes, o inhame para os povos africanos e a mandioca para os nativos da América do Sul.

## **HÁBITOS ALIMENTARES DO NEGRO ESCRAVO BRASILEIRO**

A escravidão dos povos negros foi motivada pela falta de mão de obra nas lavouras brasileiras e pela inabilidade dos nativos ao trabalho sistemático, de acordo com Cizoto, Dieguez e Pinto (2016), primeiro, o negro escravo foi utilizado na cadeia produtiva do açúcar, que necessitava de muitos braços viris e conhecimentos técnicos específicos, sobretudo na fundição do ferro, depois na mineração e posteriormente nas fazendas de café, sendo estes os três grandes ciclos econômicos do período colonial.

Os sequestros da população negra no continente africano, capitaneado pelos portugueses, introduziram uma nova nação étnica nessa terra, contribuindo para a formação da identidade do povo brasileiro. Não devemos esquecer, de acordo com



Asante (2019), que a primeira civilização e a mais conhecida de todas no mundo foi Kemet (Antigo Egito, na África), onde floresceu tecnologia, ciência, matemática, agricultura, escrita e tudo que permeia a nossa sociedade nos dias atuais.

O processo de colonização foi o que aproximou à África do Brasil. A migração compulsória de pessoas de diversas etnias africanas para o Brasil, trouxe ao país, no período de 1550 a 1855, cerca de quatro milhões de trabalhadores escravos, na sua maioria jovem do sexo masculino.

Segundo Romio (2000), os senhores do engenho costumavam dizer que forneciam aos seus escravos “o *bocado certo*”, o que queria dizer, a alimentação necessária para que dessem conta do duro trabalho do dia-a-dia. A realidade, porém, era diferente, e muitas vezes obrigavam os negros a “*roubar*” alimentos, ou até mesmo a cozinhar ratos, que caçavam nos canaviais, para sobreviverem.

A alimentação dos negros, no continente africano, não se diferenciava da comida sagrada oferecida aos orixás, explica Reis (2002). A farofa com azeite, base do padê do Orixá Exu, passou a ser o alimento que estancou a fome de negros africanos e afrodescendentes. Entretanto com todas as dificuldades, o negro, de religiões de matriz africana, nunca deixou de repartir um pirão de farinha d’água ou uma pequena porção de angu, com os orixás, arriando a comida aos seus pés, na perspectiva que o ato sagrado abençoaria o alimento e garantiria a porção do dia posterior. No período escravocrata os angus, pirões e farofas também eram denominados farinha-de-guerra que os negros dividiam com os deuses e venciam as batalhas.

Faz se necessário entender que o caldo, de acordo com Ernandes (2013), sempre foi um item importante na culinária africana, seja ele proveniente do alimento assado ou simplesmente preparado com água e sal; sendo, em geral, utilizado na mistura com a farinha obtida de diversos elementos, como arroz e milho. Assim como os nativos do Brasil, os africanos eram bons apreciadores do “pirão”, que se perpetuou no paladar brasileiro.

O negro sempre teve como referência a valorização do alimento e saber dividi-lo sem avareza. Nas matrizes africanas o homem e os deuses, sentam-se à mesa juntos e compartilham os mesmos alimentos. Esse ato fortalece a crença que devemos viver um dia de cada vez, não se apegando às incertezas futuras. Por isso, os negros sobreviveram à escravidão e por isso muitos ainda hoje sobrevivem à pobreza e a fome.

Quando a escassez de comida não era tão presente, a refeição básica do escravo brasileiro era a farinha de mandioca acompanhada de carne ou peixe, além dos vegetais que estivessem à mão. Romio (2000), explica que quando tinha possibilidade, os escravos procuravam manter sua alimentação de origem, que não dispensava o feijão preto, trazido por eles da África, somado a muita pimenta-malagueta, como tempero.

Ingredientes como o quiabo, que tiveram suas sementes trazidas “coladas” na parte de trás das orelhas dos negros, e a galinha d’angola, também foram inseridos pelo negro na culinária nacional. O fruto, coco, mesmo não tendo origem africana, teve sua usabilidade aumentada pelo negro através do aproveitamento integral da fruta.

Os negros eram bem nutridos na sua terra de origem, onde a dieta diária incluía inúmeros vegetais, que se harmonizavam perfeitamente aos sabores dos outros alimentos que compunham os pratos. De acordo com Romio (2000) quando, os escravos domésticos viram a fatura da cozinha da casa-grande, começaram a pôr em prática todo conhecimento ancestral sobre a arte de cozinhar.

No Brasil, o negro aperfeiçoou as receitas indígenas e portuguesas, na junção da pimenta-malagueta e óleo de dendê surgiram à farofa de dendê e a banana da terra frita no óleo de dendê, polvilhada com açúcar e canela, um modo até então inusitado de apresentar o fruto abundante no solo brasileiro à mesa. Romio (2000), ainda explica que a abundância de pescados, incentivou a criação de novas receitas, além de aperfeiçoar a *pokeka* indígena, originando assim a moqueca.

O bacalhau português misturado aos temperos nativos com o toque africano encantou os paladares portugueses, o sarrabulho, prato típico de Portugal, no Brasil, o negro transformou-o em Sarapatel, iguaria à base de miúdos de porco. Legumes, até então inexistentes na dieta nacional, o africano misturou aos cortes de carnes que resultaram em suculentos cozidos. O milho cozido com açúcar originou mungunzá e frito no óleo de dendê, originou o doburu, também conhecido como pipoca.

As comidas brasileiras é fruto da forte influência das diversas matrizes culturais que formaram a nação brasileira. Conforme Cizoto, Dieguez e Pinto (2016), do índio, inseriram na alimentação, o milho e a mandioca, ingeridos *in natura* ou em forma de farinha, dos portugueses, ficaram heranças como o uso intensivo de ovos e dos negros, os grandes cozidos saborosos e aromáticos. Desta forma destacamos a feijoada, o arroz e feijão e os deliciosos bolos de fubá e mandioca.

Para o cozimento nas senzalas, os senhores de engenho davam às vezes restos de carnes, mais a permissão para entrar nos pomares, servindo-se das frutas disponíveis, na maioria das vezes laranja, abundante em solo nacional. Os espaços de preparação dos alimentos para os negros, ou seja, “a cozinha da senzala” eram lugares que de transmissão de saberes e sabores, onde os segredos mais bem guardados eram descerrados diante de olhares atenciosamente dissimulado.

A aguardente, de acordo com Romio (2000), era servida com fartura, não por generosidade, mas pela percepção dos senhores de engenho. A “*lida*” no canavial após “*uns tragos*” era mais produtiva, tamanha a alegria e euforia que tomava conta de todos. A bebida alcoólica, em todos os tempos teve um grande papel consolador, e cooperava para que os escravos esquecessem as dores causadas pela saudade da família e da terra natal, denominada *banzo*, que de acordo com Pereira (2014), é uma expressão do dialeto quimbundo para designar um estado emocional aproximado da depressão, deixando os acometidos com tristeza, abatimento e introspecção.

## O NEGRO NA COZINHA COLONIAL

Preparando o feijão com farinha na senzala, ou os grandes banquetes na Casa Grande dos senhores de engenho, a verdade é que as negras imperavam na cozinha colonial, relata Romio (2000), entretanto nem sempre as negras estavam sozinhas: sempre tinham o auxílio de dois ou três negros escravos designados para o fogão.

Para o auxílio no fogão eram definidos os negros franzinos, ou os negros sem talento para o trabalho bruto, no entanto conforme Romio (2000), os negros aproveitados na cozinha se revelaram verdadeiros especialistas no preparo de quitutes, faz se necessário saber que os negros cozinheiros, foram os responsáveis pela vestimenta, que posteriormente caracterizou as baianas de tabuleiro. Para se destacarem das mulheres negras na cozinha, junto às vestes masculinas, eles usavam rendas, fitas coloridas e colares nos pescoços.

Apesar de saborosa, a cozinha colonial era extremamente insalubre, segundo Romio (2000), as iguarias eram preparadas, nas panelas de barro, herança da cozinha indígena, com o auxílio das pedras de ralar e da colher de pau, utensílios importados da cozinha africana. O espaço de cozimento era malcheiroso, sem ventilação e

chaminés, o chão de terra batida era desnivelado e lamacento, e se localizavam nos fundos da casa, independente de ser uma propriedade rural ou urbana.

O fogão era três ou quatro pedras que sustentavam a panela sob o fogareiro, no entanto quase todo o consumo alimentar poderia ser encontrado no quintal, ou seja, uma alimentação bem mais nutritiva. No quintal, tinha horta, pomar e criadouro de aves e porcos. Conforme Romio, o Padre Antônio Vieira, que chegou ao Brasil em 1580, reforçou o relato sobre a dificuldade alimentar em terras brasileiras: “*não há açougue, nem feira, nem horta, nem tenda onde se vendam coisas usuais para comer diário, nem ainda um meio quilo de açúcar. Para um homem ter o pão da terra há de ter roça; para comer carne há de ter caçador, para comer peixe, pescador*”. Por este motivo a insegurança alimentar era presente, o quintal era o lixo da casa, os alimentos eram produzidos, colhidos e limpos no mesmo local. Posteriormente, a cozinha se dividiu em duas, uma para o trabalho pesado e outra para a finalização dos pratos.

No início, o local onde os alimentos eram consumidos era bem simples, o ambiente tinha duas ou três esteiras. As refeições, à base de mandioca, milho e seus derivados, costumavam ser feitas em torno das mesas baixas ou esteiras, com todos sentados ao chão, quando se tinha cadeiras, uma ou duas, o chefe da casa se acomodava, quando havia mesa, usava-se toalhas de renda portuguesa. Louças e talheres eram raros, o costume era comer com as mãos e os pratos e tigelas eram de barro, moldados e curados nos engenhos, explica Romio (2000).

A partir das primeiras décadas de 1700, com a peste negra dizimando a população da Europa, é que cada um passou a ter à sua frente seus próprios utensílios de mesa, para evitar o contágio e a proliferação ainda maior da doença. Entretanto, Romio (2000), explica que no Brasil, comer com as mãos foi regra por mais um século, após a Europa, somente no início do século XVIII, os brasileiros começaram a ter contatos com talheres, ainda adaptados, feitos de cabos de madeira, conchas do mar, ou cascas duras de algumas frutas.

Mesmo sem os requintes e higiene conhecidos hoje, de acordo com Romio (2000), em todas as regiões do país havia o hábito de pelo menos uma refeição familiar diária, geralmente a refeição principal, denominado almoço na contemporaneidade, que acontecia entre onze horas e meio dia, hora reservada para a intimidade familiar e não se recomendava fazer visitas. O café da manhã e a ceia deviam ser sempre frugais, ou seja, baseada no consumo de alimentos crus, basicamente de vegetais (frutas, folhas, sementes, verduras, etc.), se assemelhando bastante com o vegetarianismo.

É certo dizer que em todos os ambientes, o negro, independente do gênero, sempre esteve presente se posicionamento e impondo sua cultura e ancestralidade, estimulando cada vez mais o paladar nacional, com seus dotes culinários, que iam além, do bonito e requintando, e se destacavam nos aromas e sabores intimamente ligados aos saberes da religião africana difundida no Brasil.

## **COMIDAS SAGRADAS AFRICANAS**

As comidas sagradas africanas são os condimentos e preparados ofertados aos Orixás, Mendonça (2016), explica que segundo a mitologia ioruba, Orixá em princípio é um antepassado civilizado que em sua vida se encantara e fixará ligações permitindo-lhe um domínio sobre certas forças e energias da natureza. Portanto, Orixá é natureza e natureza é Orixá - a terra, o fogo, o ar, a água, o animal, o vegetal, o mineral, etc.

Linares, Trindade e Costa (2017), ainda explica que a palavra Orixá significa literalmente "Senhor da Cabeça" e como tal o "Santo" principal a que está ligado

espiritualmente qualquer pessoa humana, entretanto quando se fala em Orixá, no conceito africano, significa força da natureza divinizada, com significância semelhante ao deus Deva do Hinduísmo, paralela ao que entendemos como seres ou divindades relacionadas com o homem, mas habitando os mundos que lhe são próprios.

Na senzala, crenças e necessidades diferentes exigiam outros quitutes, diferentes dos habituais da culinária portuguesa e indígena, segundo Romio (2000), a comida, no candomblé, era, e ainda é, a ligação direta entre o devoto e a divindade - era através de pratos preparados segundo preceitos muito especiais que os santos, ou orixás, ganhavam cultos e homenagens.

No processo de sincretismo nutricional, no Brasil, o milho e a mandioca foram os principais produtos agrícolas que ingressaram na comida votiva, ou seja, a culinária ritualística que prepara alimentos para serem consumidos como preceitos religiosos ou oferecidos às divindades ou pessoas. De acordo com Rocha (2015), devemos observar que o sincretismo introduziu-se na cozinha como no restante da vida religiosa. O lugar ocupado pelo milho ameríndio, ao lado da mandioca, prova-o claramente. Há uma mistura das sobrevivências místicas da África, em particular o azeite de dendê e a pimenta da costa, com os elementos tomados de empréstimo na cozinha das *sinhas* e das *cunhãs*.

## **A COMIDA DOS TERREIROS – FONTE DE ENERGIA VITAL**

A comida nos terreiros de candomblé, conforme Romio (2000), sempre desempenhou o papel de acionar as energias fundamentais da vida despertando suas principais forças. Comer, num terreiro, é celebrar uma grande união entre homens, deuses, antepassados e natureza, é a criação de relacionamentos, pois tudo deve ser alimentado, física ou espiritualmente - os santos, os participantes dos rituais, os eventuais convidados, o próprio terreiro.

A comida para a matriz africana é entendida como o estreitamento da relação entre os humanos e os orixás, conforme Santos (2018), é através da comida que os humanos demonstram cuidado, dedicação e afeto para com as divindades. O alimento é que mantém tanto o mundo dos Orixás como o mundo dos humanos funcionando.

A culinária africana preservada nos terreiros de Candomblé sofreu, ao longo dos anos, uma série de modificações. Novos temperos e ingredientes foram introduzidos, os modos de preparo afetaram-se, mas nem por isso os homens deixaram de dividir sua mesa com os orixás e muito menos os orixás deixaram de dividir seu alimento com os homens. (REIS, 2002, p. 06)

Existem alimentos para passarmos no corpo, comidas que são oferecidas aos orixás, entre outros. Este não é um fenômeno necessariamente humano, pois os atabaques comem, o chão se alimenta, os assentamentos comem, as pessoas comem e os orixás comem, segundo Santos (2018). É importante entender que a culinária e a comensalidade sempre esteve presente na religiosidade, no misticismo e nos rituais africanos. Sendo através dos tabus, jejuns, preparo e consumo de bebidas, oferendas às divindades, sacrifícios, modos de comer e partilhar o alimento, festejos e adaptações alimentares. Oferecer um alimento a um Orixá, ou dividir o próprio alimento com os deuses, é, antes, uma ação social e, como tal, é dotada de significados, possuindo uma dimensão simbólica.

A tradição de alimentar o santo trazido da África foi inicialmente propagada nas senzalas de Pernambuco e Bahia, conforme Romio (2000), respeitando todos os rigores da terra de origem. No entanto, os pratos preparados pelos escravos em

oferecimento aos orixás não demorou muito para percorrer o trajeto do terreiro até a mesa do colonizador, o que era homenagem ao santo agradou aos humanos com a mesma intensidade vital e nutricional, entre as iguarias, se destacaram o acarajé, o padê (farofa), o amalá e o manjar.

Romio (2000) também explica que os pratos africanos foram se integrando a almoços, jantares e banquetes, tais como: o vatapá, predileção de Ogum, o caruru, paixão de Xangô, o xinxim de galinha, jamais dispensado por Oxum. Centenas de receitas originadas dos rituais africanos migraram para a culinária nacional, e foram renomeadas como culinária afro-brasileira, ganhando grande destaque no paladar dos cidadãos miscigenados até os dias atuais.

Atualmente, Romio (2000), relata que muitos restaurantes brasileiros, estruturam seus cardápios de acordo com as preferências dos santos do candomblé relacionados com os dias da semana, ficando assim:

1. **Segunda** - pratos elaborados, conforme a preferência de Exu.
2. **Terça** - pratos elaborados, conforme a preferência de Ogum.
3. **Quarta** - pratos elaborados, conforme a preferência de Iansã.
4. **Quinta** - pratos elaborados, conforme a preferência de Oxóssi / Ossaim.
5. **Sexta** - pratos elaborados, conforme a preferência de Oxalá / Oxum.
6. **Sábado** - pratos elaborados, conforme a preferência de Oxum.
7. **Domingo** - pratos elaborados com o objetivo de trazer força, poder e fé.

Nascimento (2006), afirma que comida de santo têm sido internacionalmente consagradas como a marca da culinária do Brasil, até em Nova Iorque tornou-se item de cardápio de restaurantes e residências, não é difícil encontrar entre os comensais o xinxim de galinha, prato consagrado a Oxum; o amalá, ou caruru, oferenda recebida por Xangô; o arroz branco de Oxalá, o abará, o vatapá, o acarajé, e outras iguarias dos Orixás.

Da mesma maneira, que a comida de santo entrou no cardápio do brasileiro, a recíproca também foi verdadeira, explica Romio (2000), tanto pelo “*aportuguesamento*” das oferendas como por falta ingredientes encontrados no continente africano que não se adaptaram em solo brasileiro.

## **O IMPACTO POSITIVO DOS COSTUMES AFRICANOS NA ALIMENTAÇÃO BRASILEIRA**

Em 1549, Romio (2000), explica que começam a chegar ao país os primeiros negros escravizados, de forma oficial, no entanto muitos já haviam desembarcado, bem antes. Sem discutir as condições que nortearam a “*chegada*” do Ser negro no Brasil foi positiva para a inserção de novos hábitos alimentares no país.

De acordo com Santos (2018), a culinária africana alterou profundamente as iguarias portuguesas, com uma condimentação requintada de excêntricos temperos, resultando em um produto nacional, saboroso e agradável ao paladar brasileiro e mundial, pois o africano foi o responsável por introduzir o azeite de cheiro (dendê), o camarão seco, o quiabo, a pimenta malagueta e o leite de coco.

Ademais, segundo Santos (2018), ao paladar brasileiro foi inserida uma bebida bem mais saborosa que a aguardente e o *cauim*. O vinho de palma ou vinho de dendê, produzido através da incisão na parte superior no tronco do dendezeiro, que possibilita o escoamento da seiva por um pedaço de bambu fixado na incisão, que libera o escoamento da seiva para o interior de uma cabaça. Outra bebida, que podemos considerar o primeiro refrigerante brasileiro, uma invenção afro-ameríndia, de nome

*Ualuá* (termo do idioma quimbundo), que após diversas variações se fixou com o nome *Aluá*, que consiste em uma mistura de grãos de milho triturados e fermentados em potes de barro, com açúcar e outros sumos, gengibre, abacaxi, limão, caldo de cana, etc, variando regionalmente. A criatividade africana, ainda adicionou a canela e/ou gengibre a aguardente, dando origem à canelinha e ao quentão.

Pode-se assim dizer, que a vinda dos africanos ao Brasil, se caracterizou como um intercâmbio gastronômico, de ingredientes, receitas e hábitos. Segundo Bispo, Bevilacqua e Santos (2010), do Brasil foram levadas para a África a mandioca, a batata-doce, o abacaxi, o amendoim e o caju. De lá vieram à galinha-de-angola, o azeite de dendê, a pimenta-malagueta, o quiabo, o inhame, a erva-doce e o leite de coco, entre tantos outros.

Desta forma o negro, por sua habilidade no cozimento de alimentos, se destacou na preparação de delicias expostas à mesa construída a partir de mãos escravas, com seus temperos desconhecidos trazidos da terra natal, seus molhos nunca experimentados, doces de sabores exóticos, especialmente em dias de festas religiosas ou na oferta de oferendas aos orixás, explica Romio (2000).

Por volta de 1850, ainda segundo Romio (2000), a escravidão dá sinais de estar com os dias contados. Muitos escravos ganham as ruas de cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro vendendo em grandes tabuleiros os quitutes que fazem nas cozinhas das casas de seus senhores, surgindo assim, as baianas de tabuleiro ou quituteiras, uma subcategoria das escravas de ganho.

De todas as nações africanas que chegaram ao Brasil, os nagôs, os jejes, os tapas e os haúças foram os que mais fizeram pelo sabor brasileiro, relata Romio (2000). Eram os negros destas nações que melhor se adaptavam aos serviços domésticos, incluindo o trabalho na cozinha.

## **CONCLUSÃO**

Comia-se muito, mesmo que limitada na variedade ofertada, no Brasil colonial, havia abundância de ingredientes, entretanto a chegada dos negros africanos causou uma verdadeira revolução nos hábitos alimentares até então. Ao entrarem em contato com os sabores e aromas africanos os nativos e colonos perceberam que se alimentavam mal, com pouco sabor e nutrição.

A terra que tudo que se plantava dava, era muito pouco aproveitada, por falta de conhecimentos sobre as técnicas de cultivo, uma especialidade do negro africano, o pasto não propiciava uma boa produção de leite, os frutos se estragavam com facilidade e não era colhido no tempo correto, legumes era coisa rara, mesmo a mandioca, base de tudo que compunha a refeição, não tinha uma safra periódica, pois os índios eram nômades.

Os mais abastados ainda mandavam vir grande parte da alimentação de Portugal e das ilhas pertencentes à coroa, importando na sua maioria o pão de trigo, azeite, vinagre, vinho, azeitonas, carne em conserva e frutos secos, mas a morosidade e as más condições das viagens marítimas faziam com que os alimentos encomendados chegassem deteriorados e sem valor nutritivo.

As mulheres europeias não tinham à disposição o que era habitual em sua terra para cozinhar e as nativas da terra não tinham habilidades no cozimento de alimentos e nas artes culinárias. O aroma e sabores das senzalas ganharam a Casa Grande, e posteriormente todo o país. Neste cenário nasceu, mesmo que em uma versão primitiva a feijoada, hoje uma paixão nacional. As mãos calejadas, como que por encanto, conquistam os paladares de nativos e colonos.

Uma mistura de receitas, ingredientes e hábitos, se funde a costumes portugueses e indígenas, dando origem à culinária afro-brasileira, nos primeiros anos de colonização, onde se tinha uma mesa era farta, com grande número de variedades, no entanto nada passava do trivial diário, sem uma nutrição rica e de sabor insosso. Ao chegar ao Brasil, o africano apresenta aos paladares os temperos, os legumes, os molhos picantes e agridoces, e tantas outras misturas que nos encantam até os dias atuais.

Nos cultos afro-brasileiros, o negro passou a todos, o respeito ao alimento e a importância do mesmo para a manutenção da energia vital, para a sustentação do corpo e do espírito. De forma sincrética, no Brasil, os alimentos se fundiram, de forma que até as práticas religiosas se tornassem única, não mais podendo denominar-se como hábito de uma ou outra nação. Todos os povos se tornaram a nação brasileira. A feijoada passou a ser uma oferenda ao Orixá Ogum, no Brasil, diferente da África, onde a mesma divindade se alimenta de inhame. E por motivo das dimensões continentais, o mesmo Ogum, se alimenta de feijoada de feijão carioca na Bahia, de feijão preto no Rio de Janeiro e Churrasco com Farofa no Rio Grande do sul.

Desta forma, conclui-se que muitos hábitos que desembarcavam dos navios negreiros, foram se moldando à diversidade brasileira, tornando algumas das iguarias consumidas no Brasil nativo e colonial, bem mais tolerantes e palatáveis. No entanto preservando a mesma bagagem histórica e cultural do negro escravizado, que o africano carregou inserido nas suas características biológicas, colocando o como o grande responsável pela transformação da rica identidade alimentar brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ASANTE, M.K. **O livro dos nomes africanos**. Diáspora Africana: Afrocentricidade Internacional, 2019. 1ª edição. 91 páginas.
- BISPO, A.A.; BEVILACQUA, J.R. da S.; SANTOS, R.A.F. dos; **Cultura Afro**. Coleção Civilização Brasileira. v. 02. São Paulo: DCL 2010.
- CIZOTO, S.A.; DIEGUEZ, C.R.M.A.; PINTO, R. de O. **Homem, Cultura e Sociedade**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. 244 p.
- COSTA, M. **A História do Brasil para quem tem pressa**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.
- DORIA, P. **1565 - Enquanto o Brasil nascia: a aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do país**. 1 edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2012.
- ERNANDES, M.A.M. **A influência da culinária africana no Brasil**. UNESPAR - FAFIPA. Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola. Paranavaí: dezembro - 2013.
- HUE, S.M. **Fome de Piratas**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Páginas 34 – 37. Ano 03. Nº 27. Dezembro de 2007.
- LINARES, R.A. TRINDADE, D.F. COSTA, W.V. Iniciação à Umbanda. **Os Orixás e as Sete Linhas da Umbanda**. Páginas 75 - 82. São Paulo: Madras, 2017.
- MENDES, M.I.B. de S.; NÓBREGA, T.P. da. **Corpo, natureza e cultura: contribuições para a educação**. 14 folhas. Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2004.
- MENDONÇA, E. **Orixás e suas Oferendas**. São Paulo: Anubis, 2016.
- MUNANGÁ, K. **Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: Histórias, Línguas, Culturas e Civilizações**. São Paulo: Global, 2009.
- MUNIZ JUNIOR, J. **O Negro na História de Santos**. Santos: Icaesp, 2008.
- NASCIMENTO, E.L. **Os Orixás do Abdias. Pinturas e Poesia de Abdias do Nascimento**. Brasília: Ipeafro e Fundação Cultural Palmares, 2006. 20p.

PEREIRA, M.I. de C. **Linguagem do Cotidiano em Tendas, Comunidades, Fraternidades, Centros e Barracões de Candomblé, Umbanda e outros Cultos de Raiz Afro Brasileiros**. Ituiutaba: Barlavento, 2014. 368 p.

REIS, A.M. dos. Pai Cido de Osun Eyin. **Açaá: Onde tudo começou**. São Paulo: Arx, 2002. 158 p.

ROCHA, D. **Comida de Santo: Oferendas aos Orixás Tenda dos Milagres (1969), de Jorge Amado**. Capoeira - Revista de Humanidades e Letras. vol. 01. n° 03. 2015. pág. 79 - 90

ROMIO, E. **Brasil 1500-2000: 500 Anos de Sabor**. São Paulo: ER Comunicações, 2000.

SANTOS, R.C. **A Circulação do Axé através do Movimento da Comida: uma Etnografia de um Terreiro de Candomblé da Bahia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro, 2018. 158 p.



# TIA CIATA E SEU LEGADO PARA O SAMBA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Bárbara dos Santos Machado Braz <sup>12</sup>

**RESUMO:** O artigo abordará sobre a ex-escrava Tia Ciata, uma grande figura na importância da manutenção do samba na cidade do Rio de Janeiro tendo em suas contribuições ressaltar esse ritmo com alegria e representante da cultura africana e que na contemporaneidade, a identidade da população brasileira. A origem da vinda de Tia Ciata para o Rio de Janeiro, a mãe negra do samba, que lutou contra o preconceito social do século XIX, que viam o samba apenas para marginalizados e desocupados, mas o samba resistiu e foi reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro, tamanha foi sua força e presença na vida dos brasileiros.

**Palavras-chave:** Cultura regional, docência, historicidade, pós graduação, salvaguarda.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho está direcionado a historicidade regional apresentando a importância do grupo docente em inspirar o conhecimento voltado para as culturas regionais, valorizando os patrimônios diversos encontrados na cidade do Rio de Janeiro. A possibilidade de apresentar a importância do grupo de docentes em História no aprofundamento do tema Patrimônio Cultural, enfatizando a experimentação de propor em aulas qual o conceito de Patrimônio Cultural, quais são os tipos de patrimônios culturais existentes, como eles são relacionados e salvos como herança cultural e apresentar aos discentes a oportunidade de conhecer e se interessarem pela cultura regional e sua historicidade.

Muitos alunos não sabem o que é Patrimônio Cultural e não lhes foram apresentados durante suas atividades de História ou demais disciplinas curriculares, tendo em vista que não possuem conhecimento da própria história de sua cidade local e da importância que esses legados possuem, e enquanto docentes devemos instigar a curiosidade e o interesse dos estudantes para a cultura regional.

Analisaremos que essa é uma abordagem capaz de agregar maiores saberes e instigar os estudantes a pesquisarem e se aprofundarem nas diversidades de nossas raízes, criando uma possibilidade de aprender e a curiosidade em conhecer as culturas brasileiras e suas origens e legados, com relação à música, a um local, a um determinado museu, buscar por aplicativos e sites que possibilitam a realização de um tour virtual. Dessa forma, os docentes podem explorar as novas tecnologias trazendo novidades que estimulem o incentivo de novos conteúdos unindo-os aos dispositivos móveis cada vez mais presente nessa geração atual.

Dissertar sobre Tia Ciata exige muitas pesquisas e uma cronologia contextual no intuito de abordar com clareza sua vivência, popularidade e representação do samba que deixaram um legado pouco comentado pelos docentes de História em suas aulas. Dessa forma o artigo vai retratar em capítulos que facilitarão a percepção diante dos tópicos que serão expostos.

---

<sup>12</sup>Graduada em Educação Física pela UFRRJ. Pós Graduada em História e Geografia e suas Linguagens pela Unicesumar, e em História do Brasil (IBRA). Pós graduanda em História da Cultura afro brasileira e mestranda em Educação (FUNINBER –UNIVERSIDADE EUROPEIA DO ATLÂNTICO (UNEATLANTICO)

O primeiro tópico irá abordar sobre o conceito e os tipos de Patrimônio Cultural, a sua importância para a sociedade, como um objeto, música, obras são consideradas patrimônios e as responsabilidades de mantê-las seguras dentro de suas características próprias para que não seja destruídas ou danificadas.

O segundo tópico abordará sobre a vida de tia Ciata, como a ex-escrava chegou ao Rio de Janeiro e como conseguiu trabalhar como quitundeira para seu sustento e de sua filha, nos arredores da Zona Portuária, no Cais do Valongo. A mãe do samba simboliza o poder da mulher negra com capacidade para realizar seu ofício, mesmo diante do desinteresse do período direcionados para as políticas públicas em integrar os ex-escravos na sociedade brasileira, apresentando-lhes e ofertando-lhes formas de vivência digna com trabalhos e moradia. Esses negros tiveram que se submeter a subempregos na comunidade carioca.

Num terceiro momento a abordagem conduzirá para a compreensão que Tia Ciata teve para que o samba fosse tombado como Patrimônio Cultural Brasileiro, uma identidade marcante da população do Brasil. A mãe negra do samba reunia em sua casa inúmeros adeptos do samba que se encontravam para se deleitar diante desse ritmo contagiante e que faz parte da cultura africana e, que mesmo sendo taxados como marginalizados, não deixaram suas raízes serem destruídas perante o preconceito de uma elite que os menosprezava como seres humanos e livres.

Finalizando com a importância dos docentes de História abordarem em suas aulas temas relacionados aos patrimônios culturais brasileiros, identificando as culturas de suas regiões de origem, além das culturais brasileiras em todo seu território. O Patrimônio Cultural é uma temática capaz de agregar maiores saberes e instigar os discentes a pesquisarem e se aprofundarem no conhecimento das nossas raízes e como um ritmo musical, um local, um museu se torna patrimônio e a importância das políticas de salvaguarda para proteção das riquezas culturais existentes. Esse artigo visa atentar aos docentes na dedicação de seus planejamentos que englobe a história da região brasileira, contribuindo para a valorização de saberes que muitos alunos não possuem informação, ficando atados apenas aos conteúdos dos livros didáticos e afins.

## **2 PATRIMÔNIO CULTURAL**

O conceito de Patrimônio Cultural conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo. 216 dispõe que os bens materiais e imateriais individualmente ou em conjunto, são como referências da identificação, ou a ação e a memória de diversos grupos formadores da sociedade do Brasil. E enumera como Patrimônios Culturais as formas de expressão, ou como criam, fazem e vivem determinados povos, suas criações científicas, além das tecnológicas, ainda enumeram as obras, objetos, documentos, as edificações e espaços que são atribuídos às manifestações artístico-cultural e, ainda determina conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, científico e ecológico. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, art. 216.).

Este é um debate desde a Constituição Federal de 1937 que apresenta como conceito de patrimônio cultural:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Os patrimônios culturais podem ser classificados como imateriais, materiais.

Assim notamos que o conceito de Patrimônio Cultural não é único, porém há uma concordância entre vários autores onde afirmam que são diversas manifestações da sociedade, suas tradições, seja culinária, de música, de obras e arquitetura que possuem grande valor histórico e que são valorizados e preservados por órgãos competentes para essa ação.

Na verdade, qualquer bem produzido pela cultura é, tecnicamente, um bem cultural, mas o termo, pela prática, acabou se aplicando mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação – já que não se pode e nem se deve preservar todos os bens culturais –, fazendo com que, no jargão patrimonial – e por força de convenções internacionais –, a locução bem cultural queira se referir ao bem cultural protegido (CARSALADE, 2016, p. 14).

O IPHAN, Instituto do Patrimônios Histórico e Artístico Nacional é responsável pelo salvaguarda dos bens culturais do Brasil. Criado em 13 de Janeiro de 1937, pelo presidente Getúlio Vargas e atua com a relação de documentos e arquivos que reconhece um bem histórico, seja material ou imaterial, e estabelece as formas de sua preservação. Assim, identifica como bem material que são aqueles que são tangíveis, como museus, bibliotecas, obras arquitetônicas entre outras. Ou bens imateriais, que não são possíveis de se tocar, porém fazem parte da cultura de um povo, como festas, costumes, danças, expressões, saberes, como a capoeira, a festa do Senhor do Bonfim e o samba.

## 2.1 A VIDA DE TIA CIATA

Hilária Batista de Almeida nasceu em 1854, em Santo Amaro da Purificação, na Bahia. A data de seu nascimento é incerta, pois não existem registros documentários encontrados por historiadores até o momento. Nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro abarcaram muitos negros vindos da África, e a quantidade variava de acordo com a atividade econômica da região, onde no período do ciclo da cana de açúcar Salvador e Recife recebiam mais escravos, porém com o ciclo do ouro, o Rio de Janeiro ficou incumbido de receber e vender esses escravos para a região das Minas. Salvador possuía um quantitativo de escravos avantajados que a cidade poderia ser confundida como uma pequena África brasileira como diz o escrito de 1870:

Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia sem muita imaginação tomá-la por Capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo o que corre, grita, trabalha, tudo o que transporta e carrega é negro. (ROBERT AVÉ-LALLEMANT, p. 22)

Ao completar 22 anos, através do êxodo da diáspora baiana, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro e foi morar na Praça Onze, na região conhecida como Cidade Nova.

Conheceu Norberto da Rocha Guimarães, com quem teve uma filha, Isabel, porém o relacionamento deles não foi adiante e ela passou a criar a filha sozinha vendendo quitutes na rua Sete de Setembro, sempre usava vestes baianas e, ficou

conhecida como Tia Ciata. Diversas outras mulheres que foram para o Rio de Janeiro vendiam seus quitutes e trabalhavam com o comércio sendo chamadas de “As Tias Baianas”. Depois de algum tempo conheceu o funcionário público João Batista da Silva com quem teve 14 filhos.

Tia Ciata foi iniciada no candomblé ainda em Salvador e era filha de Oxum. Ao chegar no Rio de Janeiro, era Iyakekerê na casa de João Alabá, que era um dos mais renomados terreiros candomblecista na cidade carioca. A mãe de santo possuía grande liderança e conhecimentos religiosos e culinários, ficando popular na cidade que residia. Em sua casa recebia aos finais de semana adeptos do samba pra cantarem e dançarem livremente, mesmo sabendo que o samba era estereotipado pela sociedade como marginalizado e destinado apenas aos vagabundos, porém o samba era um produto de manifestações de origem negra e, mesmo com toda repressão que havia dos policiais e da sociedade, tia Ciata e os músicos que frequentavam sua casa, não deixaram o samba morrer.

Por causa de sua popularidade e seus rituais do candomblé, muitos a procuravam em busca de cura e, assim ocorreu um fato que marcou a vida dos amantes do samba. O então presidente do Brasil Wenceslau Brás estava com um equizema na perna que não fechava de forma alguma. Um homem que trabalhava para o presidente, chamavam de Bispo, pois eram velhos investigadores comentou com o Presidente só conhecer uma senhora que poderia curá-lo. Esta seria tia Ciata que depois de muita insistência foi até o Presidente e com as ervas conhecidas por ela, indicou que lavasse a perna e deixasse aquele insumo que dentro de três dias estaria curado. E assim aconteceu e o Presidente ficou-lhe muito grato e quis agradecer oferecendo o que ela desejasse. Segundo depoimento de Bucy Moreira: “Agora perguntou a ela o que queria. “Não, não quero nada, desejaria para o meu marido, o senhor pudesse melhorar a situação dele. Minha família é numerosa.” Ele disse assim: “que que eu posso fazer? Compreende? Qual o estudo que ele tem?” Ela disse assim: “lá na Bahia ele foi segundanista de medicina e tal”. “Ah! Então eu tenho um lugar pra ele, vou botar ele aqui no gabinete do chefe de polícia”. Foi ele quem botou, foi isso, foi assim”.

A partir de então, as reuniões que ocorriam em sua casa não foram mais incomodadas pelos policiais e suas tradições mantiveram-se vivas marcando a identidade brasileira do povo carioca, onde hoje em qualquer lugar do mundo, escuta-se samba e associam aos cariocas, aos brasileiros.

Tia Ciata foi uma mulher negra de grande personalidade, que mesmo diante de todas as dificuldades e preconceitos lutou para sustentar sua filha trabalhando como quitundeira e sem abdicar de suas tradições e suas raízes, sendo de suma importância na historicidade das tias baianas, no candomblé e no samba.

As Tias baianas viraram celebridades por promoverem em suas casas e terreiros os candomblés e, por conseguinte os sambas que ficaram como referências nas festas populares do Rio de Janeiro (GOMES. 2003: 178). Mas Tia Ciata até nos dias atuais tem uma representação ainda maior, porém, o que propiciou isso foi sua influência nas elites e principalmente no meio público, porque seu marido trabalhava em um setor burocrático da polícia. Tendo em vista que a atuação religiosa e o samba que eles faziam eram mal visto e marginalizado, muitas casas e terreiros eram impedidos pela polícia de manifestarem sua fé e alegria através de seus cultos aos orixás, onde eram tocadas suas músicas de samba. Uma festa que tinha cunho religioso implícito em suas manifestações, porém, na casa de Tia Ciata não existia esses empecilhos das festas de Candomblé, justamente porque não tinha interferência da polícia pela circunstância da ocupação de seu marido na polícia e sua influência política (MOURA. 1995, p.22).

## **2.2 INFLUÊNCIA DE TIA CIATA PARA A POPULARIZAÇÃO DO SAMBA E SEU TOMBAMENTO COMO PATRIMÓNIO CULTURAL.**

Tia Ciata recebia inúmeras pessoas em sua casa para apreciarem o samba, mesmo esse ritmo musical sendo visto como marginalizada por grande parte da população, em especial, a elite carioca.

Assim, o samba foi ganhando espaço dentro da cultura brasileira, sendo hoje considerado como uma das identidades de nosso povo. O samba é um ritmo vindo da cultura africana que teve seu maior promoção na Praça XI, no Rio de Janeiro, no início do século XX, reunindo ex escravos, negros e mestiços, ficando conhecida como Pequena África, e se espalhou pelas camadas mais populares, morros e subúrbios durante todo o século.

Tia Ciata tem grande importância no processo de manifestações da cultura africana no Brasil, sendo uma figura histórica em que foi reconhecida através da Câmara dos Deputados que a incluiu no Livro de Heróis da Pátria através do PROJETO DE LEI N.º 6.859-A, DE 2013 (Do Sr. Paulo Ferreira) Inscreve o nome de Hilária Batista de Almeida, conhecida como "Tia Ciata", no Livro dos Heróis da Pátria; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação (relator: DEP. STEPAN NERCESSIAN).

Lemos nesse projeto, p. 3, Na cidade desconhecida, a casa de Tia Ciata converteu-se espontaneamente em embaixada voluntária para acolhida de conterrâneos. Graças a este espaço de convergência e de convivência, os vínculos de origem social, étnica e cultural mantiveram-se vivos, convertendo-se em alicerce para a construção de uma cultura social e musical que ainda hoje acompanha nossa identidade coletiva. Irmanados pela cor da pele, pela procedência comum, pelo espírito associativo e a alma festiva os baianos fizeram da região central do Rio de Janeiro o "berço do Samba" que resplandeceria nas primeiras décadas do século XX.

A nacionalização do samba surgiu gradativamente com a expansão do ritmo na sociedade carioca, alterando o cenário e o status do samba no Rio de Janeiro, que passou a ser configurado como simbolismo brasileiro, um gênero musical antes visto como genuíno dos negros, tornando-se o ritmo preferido do Carnaval.

A partir de 1930 o samba acolheu diversos músicos, sambistas, produtores, técnicos, empresários entre outros, o que passou a ser uma divulgação mais ferrenha em nossa sociedade, tornando-se assim, o ritmo mais popular e com possibilidade de engrandecimento no meio capitalista através das rádios e discos por todo o país. Contudo, para a maioria dos artistas do samba a questão maior era ao menos "poder reproduzir sequer o valor de sua força de trabalho frente aos autores reconhecidos e o capital" (ZALLO, 1988, p. 189). Ou seja, a questão era de resistência, mas também de sobrevivência.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2007, registrou como bem cultural As Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo. O IPHAN é o órgão Federal que tem a propriedade de preservar os Patrimônios Culturais Brasileiros, e está vinculado ao Ministério da Cultura e foi criado no Governo Vargas em 13 de Janeiro de 1937. Como função tem que implantar e elaborar políticas públicas para questões relacionadas aos patrimônios históricos e artísticos do país. Tem a função de proteger, fiscalizar, restaurar e identificar os Patrimônios materiais e imateriais do território brasileiro.

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.” O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (Transcrição do site do IPHAN).

### **2.3 A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS NAS AULAS DE HISTÓRIA**

Diante de todos os argumentos e posicionamentos apontados verificamos que o tema Patrimônio Cultural é muito vasto e carrega consigo uma historicidade variadas de informações sobre os conhecimentos culturais regionais e do Brasil.

Apresentamos portanto, que salientar sobre a temática de Patrimônios Culturais seja enriquecedor para a aquisição de conhecimentos do alunado, na perspectiva de obter consciência da valorização de instituições, pessoas, fatos e lugares históricos e, valorizar nossa cultura e historicidade.

Aprender sobre salvaguarda, na manutenção manutenção e conservação dos patrimônios imaterial e materiais que simbolizam a história vivenciais que faz parte da cultura brasileira e mundial. Há uma variedade enorme para serem ensinados e pesquisados sobre essa temática que busca manter vivos a identidade e a historicidade de diversas culturas, sejam nacionais e internacionais.

A abordagem em sala de aula sobre Patrimônio Cultural torna-se de uma grandeza e valorização da História inserida em cada patrimônio material e imaterial, sendo necessário que os docentes busquem maiores conhecimentos sobre os temas e possam trabalhar com os discentes, informando-os de conhecimentos antes pouco comentado por outros docentes. O único empecilho para que se trabalhe esse tema é o próprio docente, pois no mundo globalizado que vivemos, na geração 4.0, temos inúmeros recursos para apresentar aos nossos alunos patrimônios históricos e artísticos sem necessariamente sairmos da própria sala de aula. Há aplicativos onde é possível realizar um tour virtual e instigar a curiosidade e o gosto pela História de nossa cidade e demais regiões, tanto brasileiras como mundiais.

Vivenciamos uma didática onde busca-se à reflexão, a curiosidade, o questionamento, o auto-aprendizado e, perante isso, apresentar plataformas que auxiliem nesses contextos é de suma relevância somando ao processo de ensino e aprendizagem, além de uma atividade mais dinâmica e prazerosa para os alunos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dessa pesquisa é possível observar que existem etapas para que um estilo musical, um local, uma personalidade entre outros sem considerado patrimônio cultural, e que nossos alunos somente aprenderão sobre o tema se o docente estiver disposto e preparado para inserir esse conteúdo em seus planejamentos.

Vimos que há um história por trás de todos os tombamento históricos e que tais conhecimentos são elementos que irão somar ao processo de ensino e aprendizagem das unidades escolares. Para que isso ocorra, os docentes em especial os de História,

precisam estarem dispostos e cientes da importância que existe em abordar sobre Patrimônio Cultural em suas aulas.

Percebemos que uma personagem histórica, Tia Ciata, e através de seu legado, influenciou na inserção do samba na sociedade carioca e na sua difusão por todo o território brasileiro, tornando-se hoje, uma identidade de nosso povo. O samba, genuinamente vindo dos negros, transformou-se na identidade do Brasil. E, somente estudos da História que podemos chegar à conclusão dos porquês de alguns símbolos terem se tornado patrimônio cultural e da sua historicidade que deve ser preservada e ensinada para nossos alunos e a sociedade.

Assim, entendermos que Tia Ciata e outros negros, ex escravos, mantiveram vivas as raízes de sua cultura africana, trouxeram para nossa sociedade um ritmo musical que faz parte de nossa história desde o século XX, e a resistência dos negros, africanos, mestiços foi importantíssima para a difusão desse ritmo tão ouvido e apreciado pelos brasileiros.

O significado de Patrimônio rompeu então com as próprias bases aristocráticas e privadas de colecionismo a partir do surgimento dos Estados Nacionais, passando de bem de caráter privado para bem de caráter coletivo (BRAYNER, 2007; FUNARI & PELEGRINI, 2006; PÉREZ, 2009).

O Patrimônio Cultural do Brasil tá no pé do sambista, na mão do pandeirista, no som do cavaco, em cima dos morros, na Marquês de Sapucaí. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) registrou oficialmente as matrizes do samba do Rio de Janeiro – samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo –no Livro de Registro das Formas de Expressão, publicado no Iphan em 10 de outubro de 2007.

Conhecer e valorizar as culturas que os africanos trouxeram para nossa sociedade brasileira faz parte do reconhecimento de que trazemos em nossa identidade, nas nossas raízes de séculos atrás, da nossa miscigenação aspectos sobre ritmos musicais, religião e religiosidade, culinárias e comportamentos que não podem ser esquecidos, com a expansão de uma crescimento cultural através da docência no ensinamento da História da cultura afro-brasileira. Desmistificando o preconceito e o racismo dentro de uma sociedade estruturalmente intrínseca desses valores que precisam ser tratados e debatidos para que possamos viver numa sociedade livre e igual para todos. O samba do Rio de Janeiro contribui para a integração social das camadas mais pobres. Tornou-se um meio de expressão de anseios pessoais e sociais, um elemento fundamental da identidade nacional e uma ferramenta de coesão, ajudando a derrubar barreiras e eliminar preconceitos. Incentivar a prática do samba é também uma maneira de minimizar as diferenças sociais.

A BNCC nos mostra que trabalhar a História da cultura afro-brasileira se faz necessária para não esquecermos da importância e das contribuições que esses povos trouxeram para nosso país e, que os negros e africanos, não devem ser apenas lembrados pela trajetória da escravidão e do sofrimento passado por eles no período colonial, pois atrás de todo esse sofrimento ocorrido durante o Brasil Colonial, os negros africanos não deixaram suas raízes morrerem e mesmo diante de todas as dificuldades e perseguições dos senhores de escravos e da sociedade preconceituosa, conseguiam se reunir para celebrar suas tradições.

A História é uma disciplina vasto de conteúdos que tem o poder de informar, através de dados científicos confiáveis variados contextos de assuntos diversos, com a perspectiva de contribuir para a formação de alunos que possam refletir, criticar, analisar fatos e serem cidadãos ativos socialmente.

Portanto, o Samba tal como o conhecemos hoje nasceu no Rio a partir da miscigenação de vários estilos e de várias culturas, isto ocorria principalmente nos

espaços sociais considerados o berço do Samba urbano carioca, como: a Cidade Nova e as casas das “tias” baianas (GALVÃO, 2015).

Concluimos que a importância de Tia Ciata para o fortalecimento e a implantação do samba, uma de suas raízes, foi um enorme legado, que trouxe consigo uma história vivida através da escravidão e que mesmo após a libertação dos escravos, sendo vistos como marginalizados pela elite brasileira, não deixou o samba morrer, sendo o mesmo difundido e apreciado, e a partir de 1930, começou a ser difundido pelas rádios, e atraiu diversos músicos e empresários, tornando-se o que chamamos de Brasil, a terra do samba.

"O samba é um bonito modo de viver. (Nelson Sargento, sambista da velha-guarda).

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AVE-LLALLEMANT, Robert. Viagens Pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Rio de Janeiro p. 22.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRAYNER, Natália Guerra (2007). Patrimônio cultural imaterial: para saber mais. Brasília: DF, IPHAN.

CABRAL, Sérgio. As escolas de samba do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1996.

CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. Ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Bem).

COUTINHO, Eduardo. Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição em Paulinho da Viola. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

CUNHA, Fabiana Lopes da (2004). Da Marginalidade ao Estrelato: O Samba na Construção da Nacionalidade (1917-1945). São Paulo: Annablume.

DANTAS, Jéssica Ramos da Silva; NASCIMENTO, Leonardo Ramos. TIA CIATA, REPRESENTATIVIDADE E RESISTÊNCIA: A ASCENSÃO DO CANDOMBLÉ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Dossiê Matrizes do Samba no Rio de Janeiro. Samba do Rio de Janeiro é Patrimônio Cultural do Brasil. Iphan, out. 2007. Disponível em: [HTTP://PORTAL.IPHAN.GOV.BR/NOTICIAS/DETALHES/1941/SAMBA-DO-RIO-DE-JANEIRO-E-PATRIMONIO-CULTURAL-DO-BRASIL](http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1941/samba-do-rio-de-janeiro-e-patrimonio-cultural-do-brasil)

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo (2008). O que é patrimônio cultural imaterial. São Paulo: Ed. Brasiliense, Primeiros Passos vol. 331.

GALVÃO, Júlia Marques (2015). A patrimonialização do Fado e das Matrizes do Samba: Uma leitura crítica sobre a institucionalização de bens imateriais. Coimbra: Tese de Mestrado em Gestão e Programação do Patrimônio Cultural, Universidade de Coimbra.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. Ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.



GOMES, Tiago de Melo. Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830 – 1930. *Afro-Ásia*, 29/30, 2003, 175-198.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. 2014. A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre a educação em valores humanos. Petrópolis. São Paulo, 1999.

MOURA, Norberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

O IPHAN. Disponível em <HTTP://PORTAL.IPHAN.GOV.BR/PAGINA/DETALHES/872>

PAIVA, Vanilda. História da Educação Popular no Brasil. Edição Loyola. São Paulo, 2003.

PROJETO DE LEI N.º 6.859-A, DE 2013. Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P\_7696.

ZALLO, Ramón. Economía de la comunicación y la cultura. Madrid: Akal, 1988.

## IDENTIDADE EM ESCALAS: A HISTÓRIA DOS TEUTO-DESCENDENTES DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO EXTREMO-SUL DO BRASIL.

Bruno Einhardt Bierhals<sup>13</sup>

**Resumo:** Este estudo discorre sobre as tensões e conflitos sociais e políticos que envolveram a imigração de alemães para o extremo-sul do Brasil a partir do ano de 1824, agudizadas com a campanha de nacionalização e explicitada durante a Segunda Guerra Mundial. Analisando suas reverberações nos contextos urbano e rural da cidade, discute-se a questão da germanidade, da influência do discurso hitlerista e da possível ameaça que ficou conhecida como “quinta coluna”. Em conclusão, a pesquisa destaca a possibilidade de uma reformulação da identidade deste grupo étnico, apontando as singularidades do processo.

**Palavras-chave:** Imigração Alemã. Identidade. Segunda Guerra Mundial. Rio Grande do Sul.

Ressignificar um cenário histórico complexo na história brasileira, a saber: o conflito étnico existente entre luso-brasileiros e teuto-descendentes ao sul do Brasil é, certamente, delicado. Nesse contexto, este artigo se edifica tendo como perspectiva um momento singular que se caracterizou pela perseguição, resistência e interação aos descendentes dos alemães na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Esse fenômeno foi motivado por variados cenários, sobretudo, pela “desconfiança” de uma conspiração nazista - quinta coluna - na cidade em apreço. Há nesse aspecto um campo de estudo da história política que marcou um enfrentamento, tanto físico, como simbólico em Pelotas/RS.

Através de uma reflexão acerca da história regional gaúcha e pelotense, tal estudo busca reconstruir sob o prisma da memória, os conflitos entre alemães e brasileiros ocorridos longe do *front* de batalha, no além-mar e ao sul do Brasil, que resultaram, sobretudo, em uma remodelação da identidade alemã na cidade em estudo. Sobre esse leque de possibilidades que o tema permite, que a análise debruça de forma mais rigorosa. Embora os conflitos tenham chegado ao ápice na década de 1940, a presença alemã na Princesa do Sul já é foco de antagonismos relacionados à integração e convivência desde o momento de instalação desses “colonos”, conforme Roche (2002).

Aspecto que não difere do cenário estadual. Visto que em solo gaúcho, a convivência conturbada entre alemães, seus descendentes e brasileiros teve sua gênese anterior às duas grandes guerras mundiais. René Gertz (2015, p. 15) afirma que “críticas e observações desabonadoras em relação a eles e aos seus descendentes estabelecidos no país aumentaram [...], sobretudo após 1871, quando os vários Estados alemães foram unificados num país unitário, o Império Alemão”. Sobre o fato:

Esse império estava chegando tardiamente ao mercado de colônias fora da Europa, e poderia estar arquitetando objetivos inamistosos em relação ao Brasil, podendo aproveitar-se, para esse fim, dos seus compatriotas aqui

---

<sup>13</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Seus trabalhos se referem, sobretudo, à História do Rio Grande do Sul, com interesse especial por aspectos políticos do processo de imigração e colonização alemã no sul do Brasil.

estabelecidos [...] Assim, nos aproximadamente 25 anos que vão de 1890 até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a discussão em torno daquilo que se denominou “perigo alemão” transformou-se em algo cotidiano, ao menos para brasileiros mais ou menos informados (GERTZ, 2015, p. 15).

O perigo alemão denominado por Gertz não se referia apenas à possibilidade de invasão e anexação de partes do território brasileiro pelo império alemão, mas também ao fato de que a existência de “quistos étnicos”, termo utilizado por Geraldo (2007), supostamente representados pelas comunidades consideradas não integradas, não assimiladas ao conjunto da população brasileira, constituiria pelo contexto da época, um fator de desagregação interna para a nacionalidade brasileira, um problema para a consolidação do país como uma unidade minimamente homogênea do ponto de vista político, étnico, cultural e religioso.

Ampliando essa discussão, Fachel (2002) destaca que a disputa ideológica e econômica, vinculada a confusão feita entre identidade cultural alemã e nazismo, elucida ainda mais as violências contra alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. Entretanto, o autor cita ainda origens mais profundas, pois afirma que o preconceito étnico tem suas origens ainda no período imperial, formando-se junto com a colonização, já que os latifundiários luso-brasileiros posicionaram-se contra a imigração alemã. Não se objetiva aqui negar que em alguns grupos alemães houve presença da ideologia nazista, o que, no entanto não deve ser generalizado para a comunidade teuto-brasileira. É digno de nota, que havia ferrenhos críticos ao nazismo nesta comunidade. Aspectos que serão debatidos ao longo deste artigo.

São as memórias que darão sentido e permitirão maiores reflexões. Segundo Silva e Silva (2009), a memória está nos próprios alicerces da História, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade. Enfatiza-se a ligação que se impõe entre memória e oralidade.

Le Goff, em sua obra *“História e Memória”* publicada em 1990, dedica muitas laudas para a temática da memória. Trazendo considerações interessantes, Le Goff (1990, p. 423) define memória como “[...] a memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Segundo Le Goff, a memória também adquire o significado de poder, numa espécie de garantia de superioridade em relação aos demais. Conclui que:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426).

Ainda buscando respaldo nas considerações de Le Goff, compreende-se que a memória também se constitui como um aspecto formador da identidade, do caráter do indivíduo. Le Goff (1900, p. 476) considera que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. O autor austríaco Pollak corrobora com essa questão quando afirma que:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Historiando a questão do poder, poder do discurso nacional-socialista influente sobre os teuto-brasileiros, colaborador na formação de uma identidade étnica, confundida com nazismo na década de 1930, recorremos a Bourdieu, teórico que conceitua essa forma de poder. Para Bourdieu (1998), o poder simbólico trata-se de um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem. Neste sentido, adentramos ao ponto nuclear do trabalho, observar através da interpretação dos próprios teutos, o nível de influência do discurso nazista e seus desdobramentos. Desta forma, Bourdieu teoriza o conflito, afirmando que:

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce. E como este homem tem seu valor específico depositado em uma crença ele se torna vulnerável às suspeitas, às calúnias, aos escândalos e tudo que ameace a confiança (BOURDIEU, 1998, p. 188).

Temos o aporte teórico que nos permitirá compreender as reflexões expostas neste artigo, o poder e a influência, as memórias, a identidade e a política irão dialogar.

Desta forma, objetivamos elucidar algumas questões pertinentes sobre o assunto, levando em consideração o imaginário social da época. A rememoração dos relatos permite descortinar aspectos muito ricos do estudo que nos propomos a fazer.

## **ALEMÃES NO RIO GRANDE DO SUL E EM PELOTAS**

Fatores internos e externos influenciaram a imigração de diversos povos e etnias ao Brasil. Sintetizando, o problema socioeconômico vivido pela Europa do século XIX foi motivo suficiente para que o vasto solo brasileiro fosse adotado como uma possibilidade de novas oportunidades. Aspecto que não difere do caso alemão, Seyferth (1994, p. 11) afirma que “a imigração alemã no Brasil esteve estritamente vinculada ao processo de colonização baseado na pequena propriedade, implementado por iniciativa do estado brasileiro, desde 1818”.

Roche (1969, p. 704) caracteriza a colônia alemã como um estabelecimento rural isolado [...], onde os imigrantes levavam uma rude vida pioneira, onde o único contato com o exterior era de ordem econômica. Nesta reconstrução histórica, é preciso deixar claro previamente, que todo o processo de imigração alemã foi conturbado e conflituoso, apresentando particularidades complexas. Nas palavras de Roche:

[...] grupos vizinhos asseguravam os serviços que nem o estado, nem a sociedade rio-grandense podiam fornecer-lhes (cultos, assistência, escolas). A administração fazia-se por intermédio do diretor da colônia; o colono; que poucos contatos tinha com os funcionários brasileiros, não possuía nenhum com os homens públicos. Estes lhe dedicavam menos atenção, tanto mais que continuavam a considerá-lo como um estrangeiro, mesmo se, por força de decreto imperial, se naturalizara, e a ter sua condição por inferior, pois que ela ou ligava, em princípio, há uma terra dada e uma profissão determinada (ROCHE, 1969, p. 705).

Percebe-se uma espécie de desamparo, que paira simultaneamente com certa independência das colônias em relação ao todo brasileiro. É possível observar daí que, cedo ou tarde, o choque entre os interesses de um e de outro seria inevitável, o primórdios da colonização já indicava seus possíveis desdobramentos. As posições assumidas e as medidas do Império Brasileiro geraram zonas de conflito.

Frente a historiografia, uma proposta de análise é a possibilidade de releitura aberta pela história local, que discutiremos neste momento. Acompanhado Fachel, entendemos que:

O fundamental é demonstrar que o isolamento étnico já estava com suas raízes lançadas desde o início da imigração. Não foi uma novidade provocada pelas Guerras Mundiais, nem em nível nacional, nem regional ou local. As violências de 1942 foram manifestações de conflitos de interesse que já estavam latentes desde o século XIX e que, na região de Pelotas, foram radicais. Geograficamente, era um dos pontos de interação direta, onde luso-brasileiros tinham a hegemonia ameaçada pela ascensão dos alemães (FACHEL, 2002, p. 192).

Dirigindo o olhar ainda ao século XIX, apenas em 24 de outubro de 1832 que a primeira lei com o intuito de regulamentar a naturalização de estrangeiros foi promulgada. Outras duas, uma em 1850 e outra em 1871 também fracassaram na tentativa de nacionalizar e incorporar os imigrantes e seus descendentes entre os brasileiros de nascimento. Roche (1969) diz que, somente a Proclamação da República em 1889 foi capaz de garantir ao imigrante sua naturalização, a liberdade de culto e a sua igualdade cívica. Ampliando a discussão, Roche diz que:

No discurso do período que se estende das origens da colonização até os princípios do século XX, isto é, de quase cem anos, nem brasileiros, nem alemães, manifestaram muito interesse pela integração dos imigrantes e seus descendentes entre os súditos do império ou entre os cidadãos da República do Brasil. Mais exatamente, o pouco interesse que cada um dos dois grupos lhe dedicou, jamais foi sincrônico (ROCHE, 1969, p. 704).

O raciocínio de Roche não se trata somente de um descaso ou um compilado de tentativas frustrantes por parte do Brasil, pois até mesmo a própria Alemanha agia com indiferença a essa situação.

Cabe dizer, para evitar uma interpretação precipitada, que o desprezo ou a indiferença em relação ao imigrante alemão não se restringe a somente a esfera política e seus representantes governamentais. Durante o século XIX e início do século XX, os brasileiros não manifestaram nenhum interesse em integrar os teuto-brasileiros na comunidade, ignorando sua identidade cultural e seus direitos civis. Parece que o colono estava definitivamente preso a terra, talvez esse seria o pensamento comum da época.

É digno de nota que, é de consenso geral dos especialistas da temática, a existência deste desprezo quanto ao imigrante alemão. Roche (1969) define que o colono apresentava-se como solicitante, pois sentia-se em situação de inferioridade em relação a antiga população rio-grandense, da qual não podiam esperar integração. Seyferth (1994, p. 15) diz que “os imigrantes, simbolicamente, romperam os laços com o território alemão no ato da renúncia da cidadania de origem, assumindo a colônia como uma nova pátria”. Entretanto, a cidadania, por si mesma, não anula o ideal de pertencimento ao povo alemão. Historiando em meio a estas circunstâncias, Roche dialoga e exemplifica esta situação por meio da educação:

Não tendo conseguido, no devido tempo, em número suficiente, as escolas que, com insistência, haviam pedido ao governo, criaram nas com seus próprios recursos. Elas não podiam ensinar-lhes outra coisa além daquilo que eles haviam trazido em seu próprio patrimônio (ROCHE, 1969. p. 709).

Na segunda metade do século XIX, já é possível identificar o surgimento de uma consciência de identidade germânica entre os imigrantes, formada a partir das

circunstâncias vividas até então. Segundo Seyferth (1994, p. 15), “esta formulação ideológica de uma comunidade étnica teuto-brasileira partiu da própria visibilidade das diferenças sociais e culturais em relação a sociedade brasileira mais ampla”. Essas diferenças estão diretamente associadas a colonização e a conservação de costumes e tradições trazidas da Alemanha. Podemos citar como exemplo uso diário da língua alemã, preservação de hábitos alimentares, organização do espaço doméstico, comportamento religioso, etc.

Observa-se, que durante o século XIX, o dilema enfrentado pelos imigrantes alemães e seus descendentes possui um caráter social basicamente, onde a questão da nacionalidade e da integração na sociedade brasileira são os assuntos em pauta. Além desta espécie de inferioridade de situação, que algumas vezes resultou em conflito entre a antiga população gaúcha e os imigrantes recém-chegados, não houveram incidentes de grande gravidade, apenas alguns casos como a questão Christie e um protesto no jornal *Correio do Sul* foram registradas. Estas breves situações foram logo abafadas, e as relações entre os teutos e os brasileiros voltaram a ser bastante amistosas, pelo menos em aparência, com os primeiros anos da república e o início do novo século, como afirma Roche (1969).

Entendemos até aqui que, a colonização com alemães não foi consensual, desde seu início. Segundo René Gertz (2015), eram recorrentes as manifestações contrárias a essa prática. A unificação dos Estados alemães em 1871, já ao final do século XIX, serviu como motivação para que uma ideia de conspiração alemã pairasse entre os brasileiros. A unificação tardia do Império Alemão e sua chegada tardia ao mercado de colônias fora da Europa poderia indicar que este império arquitetava objetivos inamistosos em relação ao Brasil, e poderia aproveitar-se, para esses fins, dos imigrantes alemães aqui estabelecidos. É neste contexto de aproximadamente 25 anos que antecedem a Primeira Guerra Mundial, que nasce a discussão em torno do que se denominou “perigo alemão”, afirma Gertz (2015).

No século XX, a relação entre teuto-brasileiros e brasileiros tomou novos rumos, fatores internos e externos ocasionaram tensões entre ambas as partes. Ainda no início do século, as colônias alemãs não estavam assimiladas, inclusive porque o fluxo imigratório não havia terminado, mas vagarosamente, iam se tornando teuto-brasileiras. Analisando essa conjuntura, Roche entende que:

Foram necessárias não menos que duas guerras para fazer os antigos brasileiros, bem como os teuto rio-grandenses, compreenderem a profundidade e importância do problema que, por negligência, não se solucionara, ou porque uns não tinham feito o bastante para facilitar a adaptação dos outros, ou porque estes não desejavam tão ardentemente ser integrados no Estado, e se empenhavam em sua independência cultural, mesmo se ela tivesse, em troca, uma longa obscuridade política (ROCHE, 1969, p. 714).

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o início das hostilidades, a opinião pública e a imprensa luso-brasileira manifestaram-se favoráveis à França e hostis Alemanha. Tal fato, para Roche (1969), provocou imediata tensão. Por outro lado, apesar das hostilidades, a imprensa teuto-brasileira, publicada quer em alemão, quer em português, sustentou a propaganda alemã com auxílio de informações diretas, enquanto possível, e criticou a política brasileira interna e externa.

De fato percebemos que, a tensão gerada pelo reflexo da primeira guerra no sul do Brasil não se estendeu para muito além das páginas dos jornais, apenas alguns casos de violência explícita aconteceram na capital e algumas cidades da zona sul, como afirma Fachel (2002).

Acompanhando Gertz (2015, p. 16), evidencia-se que “iniciou, a partir de 1924, uma relativamente bem-sucedida reação da “colônia alemã” frente às desconfianças com que ela vinha sendo encarada por uma parte da população estadual”. Neste momento, os primeiros representantes políticos de origem alemã são eleitos no Rio Grande do Sul, e tal fato desencadeou interpretações distintas entre os críticos da imigração alemã. Como citado anteriormente, os alemães e seus descendentes apresentavam uma espécie de autonomia perante o Estado, e conseqüentemente, tal autonomia gerava desinteresse quanto a sua participação política. Em contrapartida, eram acusados de perigosos intrometidos, quando reivindicavam seu direito de lutar por estes cargos, afirma Gertz (2015).

O entre guerras, como analisa Roche (1969) foi marcado por uma espécie de “nacionalização sentimental”, iniciada através da educação nas colônias, que propunha estabelecer na escola os princípios da nacionalização. Gertz (2015, p. 17) complementa o pensamento de Roche ao afirmar que houve “uma primeira “nacionalização” no campo do ensino, quando ocorreu uma forte intervenção, e, em muitos casos, um fechamento das escolas privadas nas regiões de colonização alemã e italiana”, mas vai além, afirmando que:

[...] a partir de 1939, inicia outro tipo de “nacionalização”, mais geral, abrangendo todos os âmbitos de vida das comunidades “coloniais”, no mínimo, com a os de vigilância, que, no decorrer do tempo, desembocaram em intervenções também nas associações recreativas, culturais, e mesmo eclesíásticas. Claro, não sabemos até onde esses acontecimentos teriam ido se a guerra não tivesse eclodido ou se o Brasil tivesse mantido sua neutralidade. Em todo caso, com a eclosão da guerra, em setembro de 1939, e, sobretudo, a posterior entrada do Brasil, em 1942, essas medidas se potencializaram (GERTZ, 2015, p. 17).

Seria incorreto afirmar que a influência nazista não chegou ao Rio Grande do Sul, pois, era possível observar resquícios do nacional-socialismo entre os imigrantes alemães. Talvez com filtros de defesa ética ou patriotismo de um grupo relativamente abandonado pelo Governo Brasileiro. No entanto, fica latente que não é uma defesa ideológica nos moldes da então Alemanha de Hitler. Aspectos que serão aprofundados ao longo desse trabalho.

A propaganda hitlerista realizava-se em vários veículos da imprensa teuto-brasileira. Ocorria a distribuição de documentos impressos na Alemanha (ROCHE, 1969, p. 718), mas, sobretudo, através dos noticiários alemães transmitidos diretamente pelo rádio.

Uma chave de leitura, deste estudo, consiste quando no Estado Novo de Vargas, principalmente após a entrada definitiva do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, torna-se evidente a “confusão” complexa- feita entre identidade cultural alemã e nazismo. Trata-se agora de uma outra perspectiva sobre as violências empregadas contra os teuto-descendentes e suas conseqüências traumatizantes, geradas a partir da interpretação equivocada que ligava diretamente os teuto-brasileiros a ideologia nazifascista. Destaca-se ainda, o fato de que vários teuto-brasileiros vieram ser incorporados como pracinhas. Uma guerra interna simbólica operou-se nas comunidades alemãs. Aspecto relevante do multifacetário contexto do sul brasileiro.

Em específico sobre Pelotas, é digno de nota, um percentual de 10% da população vinculada aos teuto-descendentes. Em um contexto de guerra, essa parcela da população não pode ser desconsiderada. E, logicamente, este fato possibilitava uma desconfiança e um controle social do Estado muito significativo, que

possivelmente colaborou para geração de um contexto para essas violências regionalmente eclodidas.

## NACIONALISMO ALEMÃO E FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE TEUTO-RIO-GRANDENSE

Para os propósitos deste artigo nos interessa os atrativos de discurso nacionalista alemão e sua influência sobre os teuto-descendentes gaúchos. Como vimos até aqui, consideramos uma forma de desinteresse mutuo em relação a integração teuto na sociedade brasileira, resultante de um desamparo do governo brasileiro e uma autossuficiência forçadamente desenvolvida por parte das comunidades alemãs.

É notória a presença de propaganda alemã em circulação no Brasil, em especial ao seu extremo-sul. Entretanto, não queremos aqui analisar uma questão já desgastada, pois entendemos que a elite teuto-descendente, esta elite que se configurava comercial, bem como, de colonos com médias extensões de terra, não só tinha acesso a tal material de propaganda, como também em alguns casos, se organizou politicamente em prol da ideologia nazista. O que de fato queremos, enfocando, sobretudo na região de Pelotas, é analisar em que escala o nacionalismo alemão divulgado através do rádio atingiu os teus descendentes não envolvidos diretamente com a política, mas que dedicavam sua vida ao comércio, a agricultura e a religião.

Neste sentido, nas considerações introdutórias presentes em sua obra, Fachel (2002, p. 39) afirma que “os colonos e seus descendentes, que estiveram marginalizados na sociedade e na política brasileira, encontraram no discurso nazifascista razões para valorizar suas etnias”. Trata-se de afirmação interessante, mas que deve ser analisada com cautela. Refletindo sobre o poder de influência da propaganda em solo gaúcho, Roche (1969) conclui que alguns teuto-brasileiros poderiam sentir-se atraídos em função de terem conservado a língua, a cultura e a mentalidade alemã. Sobretudo na cidade, onde a elite intelectual era mais sensível as transformações da Alemanha.

Em uma busca rápida em qualquer provedor de pesquisa na internet, encontramos facilmente as características do nazi fascismo, logo, o conteúdo do seu discurso. Cabe lembrar, para contextualizar o leitor, alguns deles: o nacionalismo e sua valorização exacerbada da cultura e valores da nação; a concentração de poderes na mão de um líder carismático; a superioridade racial; e assim por diante. Apenas com estes meros exemplos, percebe-se o quão atrativo se tornaria tal discurso, contudo, cabe a nós analisar de que forma ele foi recebido e interpretado pelos teuto-descendentes pelotenses.

A reflexão de Fachel supracitada acima ressalta a marginalização secular do teuto-descendente, o que nos indica que as comunidades teuto-brasileiras eram terra fértil para qualquer tipo de valorização cultural partida de sua pátria mãe. No depoimento do entrevistado 2, percebemos esse sentimento: “*Nós não tínhamos nada a ver com a coisa, como meu sogro mesmo dizia: eu nasci no Brasil, sou brasileiro, mas aqui não sou nada*”<sup>14</sup>.

A comunidade teuto-brasileira de Pelotas claramente se identificava com sua nação de origem, uma vez que essa exaltação da nacionalidade alemã (*Volkstum*) os alcançava, e o chamamento a comunidade nacional (*Volksgemeinschaft*) reforçava

---

<sup>14</sup> Depoimento concedido em 23/08/2019, Pelotas/RS.



ainda mais esse sentimento de pertencimento à Alemanha, o que não quer dizer obviamente, que pudessem ser considerados nazistas. De acordo com a entrevistada 4, em depoimento concedido no dia 03/07/2019, não só se reuniam as famílias para escutar os discursos de Hitler, mas impressionavam-se com o que ouviam. Foi assim no depoimento da então menina: *“Naquela época nós podíamos ouvir notícias em alemão no rádio [...] Hitler quando falava, falava bem, mesmo que as vezes falasse meio assim, xingando. Nem todos tinham rádio, então vinham lá em casa para escutar o Hitler”*<sup>15</sup>.

Quando questionado sobre a origem das informações e das notícias dos acontecimentos na Alemanha, o entrevistado 2 demonstra o quão atrativo era o discurso, muitas vezes feito pelo próprio Adolf Hitler:

“O meu tio e o outro irmão dele, dava 18 horas, ele se mandavam ... iam lá escutar esses negócios da guerra, eles sabiam essas coisas [...] Todos os dias eles escutavam, os que tinham rádio eram só uma meia dúzia, então eles se juntavam na casa do fulano para escutar rádio. O meu tio, quando dava 18 horas abandonava tudo”<sup>16</sup>.

Em meio ao acervo de depoimentos, inúmeras são as menções a qualidade e a habilidade convencimento da propaganda hitleriana. Contudo, um fator determinante para a aceitação deste discurso deve observado, algo implícito, mas que possivelmente causaria repúdio aos teuto-brasileiros do extremo-sul gaúcho, caso viesse à tona. Conforme afirma o entrevistado 5, estava distante dos teuto-brasileiros a realidade da proposta nazista: *“[...] No início ninguém sabia da outra história que existia por trás, nos impressionava o crescimento econômico e por aí a fora”*.

Essa afirmação nos permite refletir que, havia entre os teutos uma noção de Alemanha soberana, que vivia um desenvolvimento em diferentes aspectos. Este apogeu alemão, somado ao desconhecimento do nazismo em sua totalidade, permitiu uma aceitação considerável. Fato que também está diretamente ligado, a tamanha surpresa dos teutos com o início do quebra-quebra, visto que essa espécie de “vingança” ocorrida em agosto de 1942 era, em parte, justificada como contraponto as atrocidades cometidas pela Alemanha no continente Europeu.

Entendo que a propaganda nazista que chegou até a região de Pelotas não foi eficaz a ponto de conquistar politicamente toda a população germânica, mas sim no âmbito social, de modo que nestes discursos, os teutos puderam encontrar incentivos para sua autovalorização, uma espécie de fuga ao desprezo do governo brasileiro, que perdurou até o início da proposta nacionalista do Estado Novo. Analisando essa conjuntura, Seyferth evidencia que:

O nazismo conseguiu mobilizar um segmento expressivo da população teuto-brasileira com seu discurso acerca da superioridade alemã, mas não alterou os pressupostos da ideologia étnica teuto-brasileira. Apesar de toda a propaganda pangermanista e nazista, o dualismo implícito na categoria *Deutschbrasilianer*<sup>17</sup> permaneceu conciliando germanidade e cidadania - alemães dentro dos limites do grupo étnico e brasileiros na esfera mais ampla da sociedade. Na década de 1930, a assimilação já era irreversível (SEYFERTH, 1994, p. 21).

---

<sup>15</sup> Depoimento concedido em 03/07/2019, Pelotas/RS.

<sup>16</sup> Depoimento concedido em 23/08/2019, Pelotas/RS.

<sup>17</sup> Termo utilizado para definir uma concepção de germanidade teuto-brasileira, ligada a ideia de pertencimento nacional pelo direito de sangue, uma formulação do nacionalismo alemão, utilizado por vários autores, como Giralda Seyferth (1994).

No entanto, no caso específico de Pelotas/RS, apenas em alguns casos isolados, a ideologia nazista cativava os teutos pelotenses a ponto de se declararem ou tornarem-se ativistas.

“[...] tinha um que morava aqui perto, era dentista, ele nem se dava com a minha família aqui, aquele era nazista. [...] enquanto quebravam aqui, ele se parou no trilho e dizia: isso, vão, quebrem tudo! Mas quando um cara disse: depois nós vamos na tua casa! Ai ele se mandou”<sup>18</sup>.

Esta resposta do entrevistado 2, quando perguntado se conhecia alguém adepto do nazismo, demonstra uma escala mínima da presença militante dos nazistas. Apenas um afirmou o então rapaz na época. Possivelmente, em secreto, inúmeras pessoas poderiam simpatizar com a ideologia política do nazismo, entretanto, os depoimentos obtidos revelam que, eram raros os casos de que tal posicionamento viesse a público, quando houvesse.

Colaborando com este pensamento, Fachel (2002) aponta em sua obra a perseguição enfática aos líderes religiosos, os pastores luteranos, enquanto possíveis representantes da “quinta-coluna”. Possivelmente, estes foram uns dos poucos teutos que expressaram publicamente sua posição política. Em um depoimento obtido no dia 22/08/2019, consta o relato de um pastor de origem alemã, que foi designado para o ofício em uma paróquia luterana no interior da cidade de Pelotas, onde hoje se localiza o atual município de Arroio do Padre, que ao perder a filha precocemente, gravou junto a sepultura da criança ainda de colo, a suástica nazista.

É nesse sentido que analisamos, até que ponto o discurso nazifascista foi capaz de proporcionar uma identidade de grupo entre os teutos. Torna-se importante também, perceber a incompletude deste discurso, que permitiu considerável aceitação perante a comunidade pelotense. Esta identidade de grupo, que apesar de dialogar com discurso nazista, não era militante e extremista, era uma identidade que avançava além do discurso, era algo distinto e singular do Brasil. Mesmo que fora expressada a cinquenta anos atrás, não se pode contrariar a afirmação de Roche, onde diz que:

Descendentes de alemães sentiam orgulho dessa origem, da língua que haviam conservado, da cultura que haviam conservado de seus antepassados. [...] Cômescio de si, o teuto-brasileiro, fiel a sua pátria (brasileira) e ao seu povo (alemão), deve levantar-se contra todo ataque dirigido, de um lado contra sua pátria e, de outro, contra sua nacionalização; cumprirá com amor e fidelidade seus deveres para com a pátria e defenderá a cultura de sua nacionalidade. [...] Queremos permanecer, no futuro, teuto-brasileiros, isto é, brasileiros conscientes e orgulhosos de sua origem alemã (ROCHE, 1969, p. 719).

Reconstruir a identidade alemã formada em Pelotas a partir da propaganda hitlerista não é possível, tendo o nazismo apenas como uma ideologia política a ser aceita ou recusada, porque a grande maioria dos teutos da região não estava engajada politicamente a ponto de tomar uma posição contra ou a favor da ideologia. O caso pelotense tem suas particularidades, a identidade formada está voltada muito mais a agregação de valor a uma parcela da população desgarrada de suas origens, do que uma questão ideológica de posicionamentos políticos.

Evidencia-se a complexidade do tema, levando também em consideração as diferenças entre o urbano e o rural, visto que no interior da cidade existem questões ainda mais polêmicas e inquietantes, que até agora não foram revisitadas.

---

<sup>18</sup> Depoimento concedido em 23/08/2019, Pelotas/RS.

## PERSEGUIÇÃO NA CIDADE: PEQUENAS RUGAS COTIDIANAS

Para contextualizar este prelúdio de guerra vivido na década 30, cabe voltar ao ano de 1937, quando Getúlio Vargas, então presidente brasileiro, propunha uma campanha de nacionalização, objetivando construir um país patriota, valorizador de sua própria cultura brasileira. Acompanhando Seyferth:

Na maioria dos nacionalismos, a ideia de nação supõe unidade de língua e cultura e, as vezes, de raça – portanto, é incompatível com a heterogeneidade étnica e, menos ainda, com pluralismo. [Logo], o Brasil, além de ser um país de imigração, possui populações muito diferentes entre si – portanto, carece de homogeneidade para ser uma verdadeira nação. Esse era um ponto de conflito fundamental, paradoxalmente imaginado como verdadeiro também pelo nacionalismo brasileiro: à medida que aumentavam os contingentes imigratórios, e a conseqüente visibilidade das etnicidades, a assimilação tomou-se tema predominante do discurso nacionalista, exigindo o *abrasileiramento* dos descendentes de alienígenas – cidadãos desprovidos de uma qualidade fundamental, a identidade nacional (SEIFERTH, 1999, p. 208).

Vargas pretendia minimizar as comunidades imigrantes e construir uma identidade brasileira que se estendesse por todo o território nacional, e a partir de 1937, observam-se os esforços para realização do projeto. Neste contexto, é possível observar a atuação do exército e da polícia, incumbidos de inspecionar e garantir o cumprimento da campanha de nacionalização. Colaborando, Fachel afirma que:

A questão da violência contra a etnia alemã no sul do Brasil, durante o Estado Novo, está diretamente associada à ação policial, seja pela perseguição, controle, propaganda antigermânica, furtos, prisões, torturas e mortes, seja pela negligência (FACHEL, 2002, p. 93).

Por si só, a prática da campanha de nacionalização representava uma grande ameaça as particularidades étnicas existentes no Brasil. Foi uma forma autoritária, que usou de violência, censura e coerção, que serviu para criar um imaginário de unidade dentro e fora do país. Contudo, o andamento da Segunda Guerra Mundial levou Vargas a se posicionar perante o conflito. Historiando com Fachel, compreende-se que:

Sob pressão econômica e militar dos Estados Unidos, precisando de financiamento para construção da siderúrgica de Volta Redonda, da manutenção de exportações para os aliados e na eminência de sofrer uma ocupação no nordeste brasileiro, Vargas foi coagido a se definir. Numa demonstração de sua nova fé, e para mostrar que a posição brasileira era firme e inequívoca a polícia do Estado Novo passou a perseguir todas as manifestações culturais dos alemães, italianos e japoneses ou de seus descendentes. Especialmente os alemães e japoneses foram estigmatizados nos seus aspectos físicos, independente do seu posicionamento político (FACHEL, 2002, p. 37).

Compreendem-se as causas da tensão entre os brasileiros e os teuto-descendentes, contudo, mesmo assim houveram escalas. Alguns teutos foram a guerra como pracinhas e outros foram lutar pela Alemanha, o que demonstra a complexidade das lealdades divididas. As hostilidades étnicas foram antecedidas pelo posicionamento de Vargas e, sobretudo, fortaleceram o que já estava posto com a campanha de nacionalização. Entretanto, o real estopim para a violência explícita foi o suposto ataque a três navios brasileiros por submarinos alemães, notícia que

percorreu a mídia da época, como o jornal *Correio do Povo*. A partir daí, dá-se o quebra-quebra.

Pelotas/RS foi palco das mais diversas atrocidades, contudo, o primeiro aspecto a ser observado remete à questão da surpresa. De um momento para o outro, os teutos viram-se em uma emboscada e a surpresa não possibilitou grandes pedidos de socorro. Desta forma, com sua voz embargada, nos relata a entrevistada 3, acerca da surpresa:

“Foi triste pra quem sofreu. Sim, o que eu sei, já que eu parava na casa dos meus avós pra ir ao colégio, aí de repente surgiu aquela revolta, estão queimando lá nos Treptow, que é lá no Fragata, lá estão quebrando tudo e estão vindo pra cá, nos comércios alemães. Eles vinham vindo e nós não sabíamos de nada, de repente vieram lá. [...] Uns saíram, outros se esconderam no campo, nós fugimos de carroça! Quando voltamos, fomos logo olhar, nossa casa estava demolida”<sup>19</sup>.

Através de uma reflexão, percebemos uma parcela da realidade dos teutos pelotenses, tão pouco atingidos pela ideologia nazista, que não ligaram em um primeiro momento, o ataque a questão étnica. Não se compreendia as razões para tamanha fúria dirigida a eles.

Uma vez evidenciada a surpresa, outro relato obtido ainda aponta mais uma admiração. Fachel (2002) levanta hipóteses, afirma possíveis influências luso-brasileiras e norte-americanas no ataque, são possibilidades que devem ser levadas em consideração. Porém, o espantoso no depoimento obtido recentemente não são as influências, mas sim, os participantes do ataque. Conforme o entrevistado 2, não eram somente pessoas de baixa renda que compunham a multidão enfurecida, haviam aproveitadores em seu meio. Relata:

“Eram pelotenses, gente boa, e disse o sargento depois, que tinha dois comerciantes aqui da frente que estavam aí roubando, começaram a roubar não sei o que e quando chegou o capitão tiveram que fugir, e esse sargento viu, ele estava junto. Depois o cara veio: pois é, aconteceu isso, é uma pena, que não sei o que, mas o sargento disse: e tu que estava levando as coisas, não te lembra? E o cara se mandou. Era uns que tinham comércio. Diz que tinha muita gente boa roubando, que eram conhecidos e que aproveitaram, já que é de graça hoje, sabe o povo brasileiro como é”<sup>20</sup>.

A situação vivida naquele momento por si só já é devastadora, mas o relato amplia ainda mais a gravidade do momento. Uma questão para refletir: o quão complicado foi recomeçar, visto que o governo não providenciou amparo à altura das perdas, e também não se pode confiar totalmente naqueles que, após o ocorrido, expressam sua solidariedade? Foi um tanto quanto assustadora essa realidade.

Outro aspecto interessante, bastante enfatizado nos depoimentos, diz respeito as consequências do quebra-quebra. O respaldo econômico dos teutos que, para Roche (1969), sempre possuíam vocação comercial, foi gravemente afetada do dia para noite. Possivelmente, este seja o maior ressentimento, quanto ao ocorrido, pois significava uma questão de sobrevivência digna, com dinheiro proveniente de investimentos e esforços pouco valorizados pelo governo. O descontentamento em relação a ajuda de custo dada pelo governo é facilmente observada no depoimento do entrevistado 5, que diz: “*Se recebeu uma indenização e meu pai sempre dizia que*

---

<sup>19</sup> Depoimento concedido em 03/07/2019, Pelotas/RS.

<sup>20</sup> Depoimento concedido em 23/08/2019, Pelotas/RS.

*foi uma mixaria, mas diante da situação de necessidade e de ajudar os empregados que perderam tudo, então ele aceitou*<sup>21</sup>.

A indenização do Estado e a perda se mostram incompatíveis, de forma que a reconstrução do patrimônio nunca mais foi possível. Muitos dos antigos proprietários tornaram-se meros empregados em outros estabelecimentos comerciais posteriormente. *“O pai se aposentou trabalhando numa ferragem”*, completa o entrevistado 5. Consequentemente, a perda se estende também aos filhos e netos, que herdariam o comércio e o capital proveniente deles. Esta indignação também é frequente nos depoimentos, como por exemplo, expressa a entrevistada 4: *“As consequências ficaram, a situação financeira hoje em dia seria outra coisa, não iria ser apenas aposentada, mas teria bens, mas com aquilo, perdi tudo e não foi resposto. [...] trouxe consequências pros filhos e para as futuras gerações”*<sup>22</sup>. Certamente, nem os próprios teutos tem consciência do tamanho de sua perda, são valores incalculáveis.

Ampliando a discussão, mesmo que o ressentimento maior seja em relação ao prejuízo econômico, não se pode desprezar o sentimento de ser repreendido pelo orgulho a sua cultura. Roche (1969) entende que mesmo com o restabelecimento da imprensa em alemão, da autorização do uso da língua alemã, os teutos guardaram consigo a lembrança desse período de perseguições. Todavia, embora já menos violentos e mais discretos, o preconceito étnico ainda se fazia presente durante e após o fim do conflito. Trago apenas um exemplo, que chamou a atenção em meio aos demais relatos. Em tom orgulhoso afirma o entrevistado 1:

*“Albino era um conhecido meu, ele era daqui, o que mais ele era? Ele era colono e serviu também no quartel. Ele, depois do quartel, caminhado pela Osório, na cidade, naquele tempo ainda existiam árvores ainda, chegou um moleque e começou: seu alemão barata! Filho da boa mãe! Quinta coluna! O que estas fazendo ai quinta coluna? Ele ficou caminhando até que o moleque chegou bem próximo, ele era canhoto, deu um soco que pegou embaixo do queixo e o cara caiu de cabeça na calçada sangrando. Cala a Boca! Depois veio polícia, mas o processo foi arquivado, não aconteceu nada com ele”*<sup>23</sup>.

O depoimento evidencia as violências sofridas no pós-guerra, no entanto, neste caso específico, o agressor não foi punido e o caso foi arquivado, da mesma forma que os participantes do quebra-quebra também nunca foram identificados, tampouco punidos. Caso o quebra-quebra não viesse a ocorrer, possivelmente hoje, ainda seria possível hospedar-se no hotel Treptow e comprar algumas iguarias coloniais no comércio Fiss & Tessmann. Deparar-se com esta realidade possibilita tomarmos o lugar destas pessoas que perderam tudo na ocasião.

Este episódio da vida pelotense inquieta. Pelotas, em sua gênese, nasceu de um contraponto, luso-brasileiros e negros foram os alicerces de sua construção. Foi berço de manifestações culturais ecléticas muito prestigiadas pela elite local. Contava com uma intelectualidade notável que bebia de ideais europeus. Viu tremular a bandeira da República Rio-Grandense, que continha o lema: “igualdade, a fraternidade e a humanidade”. Surpreende, que uma cidade deste porte, tenha sido palco de um momento de tamanha barbárie em meio ao século XX, em agosto de 1942.

---

21 Depoimento concedido em 03/07/2019, Pelotas/RS.

22 Depoimento concedido em 03/07/2019, Pelotas/RS.

23 Depoimento concedido em 22/08/2019, Arroio do Padre/RS.

## PERSEGUIÇÃO NA COLÔNIA: MENOS VISÍVEL, NO ENTANTO, INTENSA

Ampliando o trabalho de José Plínio Guimarães Fachel, “As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul”, de 2002, voltamos o olhar para a perseguição na colônia, visto que a temática necessita de algumas considerações, pois trata-se de um assunto que precisa ser destrinchado.

A zona rural concentra peculiaridades de uma comunidade alemã ainda mais complexa do que a comunidade alemã presente na zona urbana. Para tornar possível a compreensão, acompanhamos o pensamento de Revel (1998), onde uma abordagem micro coloca em questão algumas conclusões extremamente fortes, sabendo que, um fenômeno pode obter diferentes proporcionalidades, em tempos e locais distintos. É o momento de observarmos as mentalidades presentes no interior da cidade de Pelotas, perceber a forma de interpretação destas pessoas em relação ao germanismo, a ideologia nazista e o próprio nacionalismo de Vargas. Historiando com Revel, entendemos que:

Não para ceder novamente a vertigem do individual, quando não do excepcional, mas com a convicção de que essas vidas minúsculas também participam, à sua maneira, da grande história da qual elas dão uma versão diferente, distinta, complexa. O problema aqui não é tanto o por um alto e um baixo, os grandes e os pequenos e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise ou vírgula da escala de observação em que escolhemos nos situar (REVEL, 1998, p. 13).

Por meio dessa linha de raciocínio, é possível pensar a situação da zona rural em meio aos reflexos da guerra, e conseqüentemente, alguns resquícios de perseguição que até lá chegaram. A colônia pelotense não era isolada, o que acontecia na cidade transbordava e também a atingia.

Em uma análise mais detalhada, a primeira conclusão a ser contestada é a expressa por Roche (1969), onde afirma que a germanidade passou em branco pelas zonas rurais. A oposição cristã ao nazismo, a demora em adotar as novidades e o medo de alterar a tranquilidade teriam sido os principais adversários do discurso nacional-socialista no interior. Em entrevista realizada no dia 22/08/2019, indagamos o entrevistado 1 sobre o acesso as notícias e ao discurso nacionalista alemão. O entrevistado assim relata:

“Através do rádio, aqui tinha rádio, três famílias possuem um rádio na época, Schultz, Garlich e Coswig. Aqui tinha a rádio de ondas curtas que transmitia uma emissora da Alemanha, e ali tinha todas as notícias. Se reuniam de noite, mas depois tiraram o rádio e ninguém mais podia escutar”<sup>24</sup>.

A colônia, de fato, tinha acesso ao discurso germânico, mas em que escala? Seria precipitado dizer que o germanismo não exerceu influência também ali. A partir de conversas informais com o entrevistado 1, existiam aqueles que se declaravam nazistas, e estes, eram normalmente pessoas com poder econômico e certo nível de instrução, com um possível potencial político de contato com o exterior. O depoente citou dois casos, e um deles já foi relatado no primeiro subtítulo deste capítulo (suástica nazista na sepultura).

Se analisarmos um mapa geográfico da cidade de Pelotas, observaremos que a zona rural compreende cerca de 75% do território pelotense. Logicamente, se um

---

<sup>24</sup> Depoimento concedido em 22/08/2019, Arroio do Padre/RS.



entrevistado apenas, rapidamente afirmou ter conhecido dois exemplares nazistas, quantos verdadeiramente existiram na zona rural de Pelotas? Seria impossível fazer este levantamento hoje, mas possivelmente, o discurso nazista tenha feito mais adeptos na zona rural do que na zona urbana levando em consideração suas dimensões.

A partir de 1939, as medidas nacionalistas do Estado Novo que vigoravam desde 1937, se intensificaram. Isso significou uma repressão ainda maior a identidade alemã, representada com mais vigor no interior da cidade. Seyferth diz que:

A campanha de nacionalização foi vivenciada pela população teuto-brasileira como mais uma crise, a maior de uma história de confrontos com a sociedade brasileira, no sentido de manter as diferenças étnicas e uma identidade própria, construída etnocentricamente como quase todas as identidades étnicas (SEIFERTH, 1994, p. 22).

Neste momento entram em jogo duas questões, a identidade e o medo. Conforme Roche (1969), entre os teuto da zona rural, não foi a propaganda alemã que fortaleceu a consciência de uma germanidade, mas a repercussão das medidas coercitivas tomadas pelo governo rio-grandense com respeito a uma nacionalidade brasileira, e após posicionar-se contra o Eixo, contra o perigo nazista. Como expressão deste temor, o depoimento do entrevistado 6 é capaz de nos transmitir a atmosfera da zona rural naquele momento:

“Vou falar a verdade, não fui preso porque me cuidei muito, naquela época falava mais alemão do que português, no português eu era bem atrapalhado. Às vezes quando tinha carreira ou tropeada, muitas vezes eu nem ia, me cuidei muito porque tinha medo. Eu me cuidava porque me perdia, às vezes estava falando em português e misturava palavras em alemão”<sup>25</sup>.

Este relato demonstra a situação de apenas um dos colonos. Porém, na seguinte fala, é possível identificar algumas medidas de resistência, em uma perspectiva de preservação de identidade da comunidade em geral:

“Muitos colonos esconderam as coisas que tinham da Alemanha, livros e coisas antigas de valor, alguns enterravam, outros colocavam em cima do forro, para que eles não encontrassem. [...] Agora pouco tempo, estive falando com uma das filhas do Coswig, e ela me contou que quando reformaram a casa, retiraram o assoalho antigo, e acharam muitos itens que ainda estavam escondidos. Ela me disse que ficou surpresa, porque não sabia de nada daquilo”<sup>26</sup>.

Sobre outra marca registrada da nacionalização, os salvos-condutos, Fachel (2002, p. 94) diz que “no Rio Grande do Sul, com a instituição destes salvos-condutos para as pessoas poderem transitar de uma cidade para outra, o direito de ir e vir desapareceu”. Simultaneamente foi proibido o idioma alemão, o que prendeu ainda mais os de origem germânica nas colônias. Completa o entrevistado 6:

“Me lembro da época dos rezeiros, eu participei por muito tempo, era uma semana que a gente saía todos os dias de madrugada, era muito bonito. [...] Então para fazer, quando chegava aquela data tirar licença para a gente

---

<sup>25</sup> Depoimento concedido em 22/08/2019, em Arroio do Padre/RS.

<sup>26</sup> Depoimento concedido em 22/08/2019, em Arroio do Padre/RS.

poder sair. Depois que começou esses problemas, para qualquer tipo de festa tinha que ter a licença, mesmo nós não sendo alemães”<sup>27</sup>.

Se observarmos atentamente a última frase do entrevistado, veremos um detalhe importante nestes relatos que agrava ainda mais a situação que se construiu neste momento. O entrevistado 6 trata-se de um senhor de 97 anos, afrodescendente de sobrenome Fagundes, e que nasceu e criou-se no seio de uma comunidade alemã do interior de Pelotas.

A priori o fato causa estranhamento, mas logo torna-se esclarecedor, na medida que, apenas por encontrar-se inserido na comunidade alemã local e dominar o dialeto alemão/pomerano, o seu dia a dia também sofreu embargos com o processo de nacionalização e repressão teuto-brasileira. Neste sentido, anuncia-se uma perspectiva: se para este senhor que não era teuto-descendente, essa situação de nacionalização e guerra já foi dificultosa, o quão mais complexa esta realidade não foi para os próprios teutos? É um jogo de escalas, como Revel (1998) aponta.

O quebra-quebra ocorrido em agosto de 1942 na zona urbana de Pelotas, foi a representação concreta de uma mescla de conflitos presentes na cidade. Figurou o estopim do confronto entre os latifúndios luso-brasileiros e os minifúndios coloniais, o choque entre católicos e protestantes, somados ainda, aos interesses comerciais e industriais das diferentes etnias, conforme elenca Fachel (2002). Consequentemente, as notícias do ocorrido não tardaram a chegar na zona rural, chegando até lá pelos próprios teutos que buscaram exílio junto a seus familiares da colônia.

O sentimento que identifica o contexto colonial, sobretudo após o conturbado agosto de 1942, é o medo. O termo é utilizado inúmeras vezes em todos os depoimentos obtidos, é a representação do receio de que o quebra-quebra tomasse proporções ainda maiores, extrapolando os limites da zona urbana pelotense. Segundo a entrevistada 4, era uma preocupação constante:

“Eles vão vir, eles vão vir, mas felizmente não houve quebra-quebra. Meu pai era dentista e tinha medo que eles viessem, mas felizmente não. [...] Era sempre aquele cuidado de não falar o alemão. Lá fora chegou o boato de que a turma de Pelotas iria para colônia saquear, e o pessoal esperou preparado. Não sei se a notícia veio de lá, que o pessoal estava preparado para receber os vândalos, ou se desistiram. Diz que tinha carroças com gente armada circulando, mas são coisas que nós ouvimos aqui, não vimos pessoalmente”<sup>28</sup>.

A questão latente era que, segundo Fachel (2002), o ataque aos navios brasileiros e a propaganda a favor do pan-americanismo justificavam essa explosão de uma guerra interna contra os teuto-descendentes, uma espécie de vingança contra os “quinta-coluna”. Não era possível quantificar as proporções que o movimento alcançaria, o que justifica o medo colonial.

Sobre a continuidade do quebra-quebra no sentido cidade - colônia, um novo fato surge em meio ao depoimento do entrevistado 1, a presença de uma lista com possíveis casas e estabelecimentos comerciais a serem saqueados e destruídos na zona rural. O depoente, ao mencionar a suposta lista, afirma que: “*Quem estava na lista, por exemplo, era a casa de Augusto Coswig, era onde eles iam ir, já estava no projeto de o atingir com a suposta vingança*”<sup>29</sup>. Tal afirmação supõe que, realmente haviam pretensões de ampliar a perseguição teuto na cidade, e possivelmente, estende-la também aos municípios vizinhos, como Morro Redondo e Canguçu.

<sup>27</sup> Depoimento concedido em 22/08/2019, em Arroio do Padre/RS.

<sup>28</sup> Depoimento concedido em 03/07/2019, Pelotas/RS.

<sup>29</sup> Depoimento concedido em 22/08/2019, em Arroio do Padre/RS.



Certamente o medo, e as notícias que chegavam sobre o quebra-quebra motivaram os colonos a prepararem-se para uma possível investida oriunda da zona urbana. Quando questionado sobre a espera, informa o entrevistado 1: *“Augusto Coswig me disse depois, ele me disse que estavam preparados, estavam armados, certamente eles iam morrer, mas sem morrer um monte de gente junto eles não iam se entregar, essa era a decisão”*<sup>30</sup>.

Entendo que, analisar o agosto de 1942 sem expandi-lo além dos limites urbanos é um equívoco, primeiramente pelo tamanho da zona colonial pelotense em relação ao perímetro urbano. Outro detalhe é que, todas as famílias alemãs atingidas no acontecido são oriundas da colônia pelotense e buscaram lá seu refúgio durante o episódio. Há uma participação da colônia neste contexto que não pode ser ignorado, a colônia amparou e possibilitou um recomeço aos atingidos na cidade, e esteve à beira de também ser atingida.

Em certo ponto da entrevista, perguntei ao entrevistado 1 uma questão particular: disso tudo que foi vivido por vocês, o que foi pior? Eis a resposta:

“Além dos policiais, o grande mal era que, os próprios alemães e descendentes alemães, já que aqui todos eram, transmitiam e denunciavam. Uns não sabia nem falar português, mas se sentiam importantes denunciando. Era uma situação muito chata, nós íamos para o colégio com muito medo. Foram anos muitos difíceis, nós tínhamos só que nos cuidar”<sup>31</sup>.

Essa resposta surpreendeu, levou-me a uma reflexão sobre como isso seria possível. Como, em meio a toda esta complexa situação, a unidade alemã constituída apresentava falhas tão graves? O que motivava esses teutos a agirem contra sua própria origem, sua própria gente? Somente a partir desta resposta, pude compreender a real complexidade do assunto.

Revisitar este cenário complexo através do prisma da memória mostra-se desafiador, à medida que, o testemunho sobre esta trama vai extinguindo-se rapidamente. Analisar as escalas, as diferenciações entre a cidade e o campo, e compreender a construção de uma identidade teuto nestes diferentes contextos é recompensador, de modo que, um estudo criterioso das fontes escritas, reforçado através dos depoimentos obtidos, possibilita, sobretudo, romper com alguns chavões e ideias pré-estabelecidas, como por exemplo, de que o discurso hitlerista cativou teuto-descendentes em larga escala. Sabe-se que, estava presente entre os teutos, uma diversidade de interpretações sobre o discurso nazifascista, dentro da perspectiva de criação de uma identidade de grupo, perante o jogo de estar ou não incluídos, assimilados a sociedade brasileira de fato.

## **O RECOMEÇO NO PÓS-GUERRA: UM FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DE GRUPO**

As observações supracitadas permitem uma perspectiva sobre o “recomeço” dos teutos no pós-guerra, através do diálogo entre os depoimentos obtidos e algumas considerações precursoras de estudiosos do tema, sobretudo, René Gertz. De maneira geral, as pesquisas de Gertz sobre o pós 45 analisam a situação teuto-

---

<sup>30</sup> Depoimento concedido em 22/08/2019, em Arroio do Padre/RS.

<sup>31</sup> Depoimento concedido em 22/08/2019, em Arroio do Padre/RS.

brasileira no Rio Grande do Sul de forma ampla. Neste sentido, casos específicos como o pelotense, permanecem ainda um tema inexplorado.

As tensões entre teuto-descendentes e brasileiros arrastaram-se por mais de um século, desde a chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil (ROCHE, 1969), mas é um equívoco concluir que tais conflitos cessaram quando o armistício foi assinado em Berlin na Alemanha. No dia 07 de maio de 1945, a Alemanha assinava sua rendição, pondo fim a Segunda Guerra Mundial na Europa. A partir de então, a Europa trabalhava em prol de sua própria reconstrução patrimonial, política e, sobretudo, preocupava-se em dar suporte psicológico aos cidadãos europeus. Contudo, a guerra deixou também suas marcas no além mar. Questões ainda em aberto são visíveis nos dias atuais<sup>32</sup>.

Como já discutido anteriormente, o período conhecido como Estado Novo promoveu uma campanha de nacionalização que aplicou uma série de restrições as comunidades étnicas, objetivando uma cultura nacional unificada. Foi uma empreitada posta em prática por Vargas que restringiu a pluralidade étnica brasileira. Desenvolveu-se uma situação xenófoba em vários aspectos, como por exemplo, a restrição do uso da linha materna por parte dos imigrantes, e que não tardou a esbarrar na resistência destes mais variados grupos étnicos, sobretudo, teutos e nipodscendentes.

No que tange os teuto-descendentes, a supervalorização da identidade alemã, que irradiava da Alemanha em crescente desenvolvimento, promoveu em certa escala, uma resistência que a partir de 1942, foi confundida com nazismo. Conforme Gertz, a perseguição se configura em três grandes eixos. Evidencia o autor:

O governo brasileiro decretou, em 1942, o confisco de bens de alemães, sob o argumento de que o país deveria ser ressarcido pelas perdas sofridas com o afundamento de seus navios. Em segundo lugar, aconteceram depredações de bens de alemães e de descendentes, durante protestos – fato que, cronologicamente, se situou, sobretudo, em agosto de 1942. Por fim, muitos alemães e descendentes sofreram agressões físicas e psicológicas durante os anos da guerra, sejam decorrentes de determinações legais – como a obrigatoriedade de abandonar seus lugares de residência –, sejam decorrentes de abusos praticados por autoridades (GERTZ, 2015, p. 2).

A análise de Gertz permite refletir sobre a conjuntura do momento em apreço, através de alguns questionamentos: quais eram as expectativas dos teuto-descendentes ao final da guerra e, sobretudo, quais destas expectativas se cumpriram? Qual a posição do governo brasileiro em relação aos teutos? As zonas de conflito<sup>33</sup> cessaram? Possivelmente não há um distanciamento que possibilite uma análise complexa. “Essa questão não está definitivamente resolvida até hoje, do ponto de vista formal”, analisa Gertz (2015, p. 2).

Cabe dizer, para fins de contextualização, que após 1945, houve certo apaziguamento entre o governo brasileiro e os teutos, no que tange a criação de um ambiente de integração amistosa. Convergiam os esforços em favor do fim das

---

<sup>32</sup> No diálogo com as fontes, algumas questões ainda são pertinentes no dia a dia dos teuto-brasileiros, como por exemplo, a situação de famílias desamparadas economicamente, homens e mulheres que carregam consigo um ressentimento acerca das consequências do conflito e um silêncio difícil de ser quebrado.

<sup>33</sup> Cabe dizer, para contextualizar o leitor, que o contexto brasileiro não foi tão conflituoso quanto o europeu, visto que na Europa houve uma estigmatização da população alemã. As tensões brasileiras aconteceram em tempo e escala reduzidos, contudo, possuem particularidades e singularidades importantes para a compreensão do contexto.

tensões e conflitos étnicos, ao menos nos campos político, cultural e religioso. É digno de nota, que festas em comemoração à germanidade e a imigração foram promovidas ainda na década de 1940, da mesma forma que foram recriadas sociedades e clubes de cunho germânico, como aponta Goodman em sua tese (2015).

Nesta perspectiva, é possível observar que, após o término da guerra, alguns setores da comunidade teuto empenharam-se em voltar à cena política, lançando-se em campanhas a favor da eleição de seus representantes na assembleia legislativa do estado. Acompanhando Gertz:

Quanto ao período imediatamente posterior à guerra, há indicações de que lideranças luteranas – o grupo mais visado e atingido pelos acontecimentos dos anos precedentes – investiram na tentativa de eleger o maior número possível de deputados estaduais nas eleições de 1947 (DREHER, 1994, p. 131). De fato, entre os 55 deputados titulares da legislatura então iniciada, 16 tinham sobrenomes alemães, representando aproximadamente 30% do total [...] (GERTZ, 2015, p. 3).

O papel político dos teuto-descendentes que outrora era reduzido, assume importância ao passo que, a comunidade alemã ampliou sua presença política (ROCHE, 1969). O posicionamento dos políticos de sobrenome com origem alemã não eram claros em relação a seus conterrâneos. Contudo, mesmo que seus esforços em reconstruir certa “normalidade” que caracterizava a vida anterior a guerra no campo político fossem superficiais, no campo cultural e religioso estes esforços foram mais claros (GERTZ, 2015).

Com motivações religiosas, edifica-se em 1946 o movimento “Socorro Europa Faminta”, que segundo Gertz:

Seu objetivo declarado foi o de angariar mantimentos, roupas e outros objetos úteis para as populações que sofriam os efeitos da guerra, no “velho continente”. Mesmo que a denominação “Europa faminta” tentasse camuflar o fato, essa ajuda se destinava, sobretudo, aos “irmãos” alemães. Recente estudo que retomou o assunto apresenta indícios bastante plausíveis de que [...] a SEF também pretendeu gerar efeitos internos sobre os cidadãos de origem alemã no Rio Grande do Sul, e mesmo em outros estados. Glen Goodman sugere que, “internamente”, o movimento representou uma tentativa de definir e apresentar para o “mundo exterior” uma nova “germanidade” [...] que servia de convocação a um renovado sentimento de unidade [...] e cujas formas de buscar apoio nas autoridades para viabilizar o envio dos produtos sinalizavam para uma tentativa de mostrar padrões alternativos de inserção no Estado gaúcho e brasileiro (GERTZ, 2015, p. 4).

Apesar da fala de Gertz, não foi observado nas nossas fontes a atuação do movimento na região pelotense. Contudo, não foi possível esgotar as fontes para construir uma afirmação contrária às elencadas por Gertz. Ampliando a discussão, cabe refletir também sobre a influência de tal apaziguamento no contexto da zona rural, que devido às suas particularidades e a “vagarosa” assimilação das novidades, possivelmente tardou a incorporar-se neste processo. Essa relação amistosa que se configurou no pós-guerra possivelmente alcançou grande parte da população teuto, mas certamente não extinguiu por completo preconceitos e constrangimentos, sobretudo nas regiões mais distantes da capital Porto Alegre.

Estava incorporado à cultura e ao dia a dia dos brasileiros, um pensamento de cunho preconceituoso em relação às demais etnias. Este pensamento foi materializado e posto em prática pela campanha de nacionalização de Vargas, porém, potencializado com violência e rigor pela segunda grande guerra, e seus resquícios ainda são perceptíveis atualmente. Já nos meados do século XX, pessoas e grupos

ainda sustentavam a visão arcaica de antipatia para com os teutos. Historiando este tipo de situação, Gertz afirma:

A profundidade dos preconceitos contra a referida população na opinião pública brasileira pode ser ilustrada pela manifestação de uma conhecida escritora, feita quatro anos após o final da guerra. No número 19 da revista O Cruzeiro, de 19 de março de 1949, Rachel de Queiroz escreveu, entre outras, as seguintes frases, num texto intitulado “Olhos azuis”: “Nem parecem olhos de brasileiros aqueles olhos azuis com que nos fitam as gentes de certas zonas do sul”. “Quem anda pela chamada ‘zona alemã’ dos estados do sul (...) a sensação que tem é de estar em país estrangeiro, e país estrangeiro inamistoso”. “Se há, pois, quisto racial ainda em plena exuberância, é aquele. Aquilo não é Brasil, ou se o é, é Brasil transviado. Brasil em mãos alheias”. “Alguém tem que dar um jeito nesse problema enquanto ele não vira ‘drama’ (GERTZ, 2015, p. 6).

Declarações como esta ganharam repercussão e alimentaram o sentimento de distanciamento a comunidade teuto, que obviamente agiu com cautela na busca de sua integração na sociedade brasileira. A exemplo, optou por não utilizar a língua alemã em cerimônias religiosas por um longo período, mesmo encerrado o conflito no continente europeu. Sobre este aspecto:

Constrangimentos de diferentes tipos perduraram por muitos anos. Somente em 24 de junho de 1951, realizou-se a primeira missa em alemão pós-guerra na tradicional comunidade católica São José “dos alemães”, em Porto Alegre. Muitos membros da comunidade luterana de Novo Hamburgo estranharam que no culto de inauguração do novo templo, em 7 de outubro do mesmo ano, não foi pronunciada uma única palavra em alemão – a justificativa dos membros da diretoria foi que havia autoridades convidadas, e era necessário evitar constrangimentos (GERTZ, 2015, p. 10).

Neste complexo cenário do pós-guerra, os esforços políticos e culturais de integração chocaram-se com os resquícios da repugnância étnica explicitada, sobretudo, entre 1937 e 1945. Em meio a este contexto de indefinições, os teutos continuaram a sofrer com o receio de uma nova emboscada étnica e com o desamparo financeiro por parte do governo brasileiro. As comunidades alemãs eram órfãs, tanto da Alemanha, quanto do Brasil.

Analisando e refletindo acerca dos depoimentos obtidos para a realização deste estudo, no contexto pelotense sobre o qual esta pesquisa se debruça, uma nova chave de leitura possibilita ressignificar este empenho em integrar-se de fato a sociedade brasileira e, sobretudo, o fortalecimento ou reconstrução da identidade alemã. Refere-se aspecto religioso.

Desde as comunidades alemãs pioneiras no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo, a religiosidade esteve presente em seus alicerces, pois os imigrantes trouxeram consigo da Alemanha, o luteranismo. A maioria das cidades teutas desenvolvia-se nos entornos da Igreja Luterana, o que não descarta ao protagonismo católico em alguns casos específicos.

O dia a dia da comunidade era pautado através do calendário da igreja, a autoridade pastoral era tão ou mais significativa do que a autoridade política local. Até mesmo os tradicionais festejos típicos hoje existentes, surgiram dentro das comunidades luteranas.

Em meio às tribulações de qualquer natureza, faz parte da índole da pessoa que cultive algum tipo de crença religiosa, agarrar-se em sua fé na busca de força e motivações para a superação de seus problemas. Católicos, muçulmanos, hindus e muitos outros possuem este tipo de comportamento. Com os teuto-descendentes não

foi e nem é diferente, visto que é extremamente complexo caracterizar um teuto-descendente fora de seu contexto religioso.

Seja no depoimento em si (entrevistados 2 e 3) ou em conversas informais (entrevistados 1, 4 e 5) foi possível observar esta perspectiva de natureza religiosa. Todos os depoentes citados apontaram como determinante, a possibilidade de encontrar no seio da comunidade luterana a assistência necessária para retornar a normalidade de seu dia a dia. Conforme relato do entrevistado 2:

“Foi triste, já pensou, começar olhar e ver: isso está queimado, isso não dá mais, isso não presta. Se chamou os empregados de volta e eles começaram a ajudar a limpar [...] foi triste ver tudo o que aconteceu com nossa gente, mas como Deus é grande, Deus sabe o que é melhor pra gente”<sup>34</sup>.

A comunidade germânica se reconstrói após ser atingida das mais variadas formas, sobre um dos alicerces o qual fundou-se em 1824, a crença religiosa. A comunidade teuto, fez da igreja e de suas dependências, um ambiente de discussões que ultrapassavam o campo religioso. Possivelmente porque a igreja foi, de certa forma, respeitada durante os momentos de conflito, diferentemente do que aconteceu com os clubes e associações teuto no mesmo período.

Neste contexto, a instituição religiosa configurou-se no pós-guerra, como um lugar “seguro” para discussões políticas importantes na comunidade. Contudo, o momento não se fez somente de política. A vida em comunidade e a humanidade por ela compartilhada foram fundamentais tanto para a reconstrução patrimonial, quanto para o acompanhamento psicológico dos teuto-descendentes. Não foi um processo fácil, tampouco rápido, como enfatiza a entrevistada 3, “foi muito complicado, custou muito”<sup>35</sup>, mas foi possível graças a seguidos esforços de ambos os lados, e o estímulo baseado na religiosidade dos teuto-descendentes. Sobre este progresso tardio, Gertz afirma:

Os efeitos da guerra perduraram ainda por muitos anos, fato constatável, por exemplo, na frequência com que, até a década de 1960, se utilizava a expressão “alemão batata” para xingar pessoas. Essa situação só registrou uma inflexão significativa, quando, em 1974/1975 o governo gaúcho promoveu o “biênio da imigração e colonização”, para rememorar os 150 anos da imigração alemã e os 100 anos da imigração italiana, respectivamente. É possível conjecturar que em decorrência desses festejos, começou a difundir-se uma imagem mais positiva do cultivo da etnicidade, por parte de vários grupos que compõem a sociedade sul-rio-grandense, resultando na difusão de festas típicas. Essa “re-etnização”, porém, deu origem a uma nova fase de desconfianças, ao atribuir o assim chamado “neonazismo” aos “imigrantes”, e, entre eles, sobretudo aos “alemães” (GERTZ, 2015, p. 10).

Como indica a citação acima, a estruturação étnica brasileira caminha a passos lentos rumo a uma solução satisfatória, que ao mesmo tempo que integra, respeite trajetórias e diferenças. São conflitos singulares em constante transformação, e que transbordam limites geográficos, políticos e sociais.

Na análise das fontes, é possível perceber que, o campo da religião assumiu primazia no aspecto de reforço da cultura alemã em Pelotas/RS. Visto que, foi visível na fala dos entrevistados essas referências, sobretudo, a religião luterana, que teve um papel articulador na feitura social da identidade teuto-brasileira no imediato pós-guerra.

---

<sup>34</sup> Depoimento concedido em 23/08/2019, Pelotas/RS.

<sup>35</sup> Depoimento concedido em 22/08/2019, Arroio do Padre/RS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante refletir sobre as contribuições que este artigo nos possibilita, para releitura de um seguimento de brasileiros que por vezes, foi solapado na poeira do tempo histórico. Segundo Le Goff (1990, p. 11), através da necessidade do historiador de misturar relato e explicação, a história tornou-se um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência, sobretudo, o registro da sociedade humana, um elemento essencial da necessidade de identidade individual e coletiva. Neste sentido, podemos concluir que a história engloba fatos, indivíduos, imaginários e conseqüentemente, nos permite compreender aspectos sobre as vivências desse grupo teuto-descendente. Propondo uma nova chave de leitura, nos parágrafos anteriores, discutiu-se a possibilidade uma ressignificação da identidade teuto-brasileira no imediato pós-guerra.

Em termos de consideração final, entendo que dois fatores foram significativos para que os teuto-descendentes reformulassem sua identidade, reafirmando-a, no período anterior e durante a Segunda Guerra Mundial. A perseguição direcionada aos teutos, agudizada durante o conflito, sobretudo em agosto de 1942, foi um fator aglutinador, responsável por promover uma unidade dentro do grupo étnico. Além disso, a igreja, sobretudo a de vertente Luterana, que se manteve relativamente preservada frente as perseguições empreendidas, configurou-se como um local seguro para que os teuto-descendentes pudessem promover debates e discussões sobre diferentes questões de cunho social e político, pertinentes para a reorganização do grupo.

A igreja tornou-se um refúgio, uma espécie de via possível naquele contexto, pois possivelmente, sua importância enquanto instituição religiosa, sagrada por excelência, impediu seu embargo. Para os responsáveis da fiscalização, era viável censurar periódicos, embargar clubes e comércios de origem alemã, mas não foi possível reprimir a igreja de modo igual.

É fundamental afirmar que, por mais paradoxal que pareça, durante a toda trajetória da imigração alemã no Brasil, manutenção e incorporação caminharam juntas. Ao mesmo tempo em que os teuto-descendentes preservaram suas características culturais, inseriram-se na sociedade brasileira. É possível perceber que a manutenção cultural não inviabilizou a assimilação, os teuto-descendentes eram alemães culturalmente, mas sobretudo, cidadãos brasileiros.

Por fim, destaco ainda que a Igreja Luterana no Brasil também sofreu influências políticas e sociais, foi palco de disputas que envolviam os interesses nacionais-socialistas, cujo suas conseqüências atingiram diretamente o dia a dia das comunidades teuto-brasileiras. Desta forma, uma reorientação teológica proposta a partir do Concílio Sinodal, realizado no ano de 1946, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, foi posta em prática. Este fato interferiu diretamente na reformulação da identidade teuto, abrindo um novo leque de possíveis reflexões a serem feitas no futuro.

É complexo resumir este fragmento da história em algumas páginas de um artigo, mas é possível de certa forma, compreender a dimensão destes conflitos e tensões, sobretudo, quando narrada por aqueles que participaram do processo. Alguns já não estão mais entre nós, mas o que restam, guardam em sua memória e em seu dia a dia, as lembranças e conseqüências deste passado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução Fernando Tomas. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. A Segunda Guerra Mundial: Causas, Estrutura, Consequências. São Paulo: Livraria da Física, 2015. 434 p.

FACHEL, José Plínio Guimarães. As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: UFPEL, 2002. 261 p.

GERALDO, Endrica. O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

GERTZ, René Ernaini. Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. XXVII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: 2015.

GERTZ, René Ernaini. A Segunda Guerra Mundial nas Regiões de colonização alemã do Rio Grande Do Sul. Revista Acadêmica Licencia&acturas, Ivoti, v. 3, n. 2, p. 15-25 • jul./dez. 2015.

GILBERT, Martin. A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo. Tradução Ana Luísa Faria, Miguel Serras Pereira. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

GOODMAN, Glen S. From “German danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity and the making of Brazilian identities, 1924-1974. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta/Estados Unidos, 2015.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHAES, Mario Osorio. Dicionário de História de Pelotas [recurso eletrônico]. 3. ed. Pelotas: Editora UFPel, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

REVEL, Jacques. Jogos de Escala: a experiência da microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, C. VASCONCELLOS, N. (et. al.) Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: ULBRA, 1994, p. 11 – 27.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 208.

SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos. / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, Izaac Erder Silva. Um narrador de si e da guerra: testemunhos de um praça da força expedicionária brasileira. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto: 2014.



# A BANALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO ESCRAVO, A ABOLIÇÃO BRASILEIRA E A POSTERIOR EXCLUSÃO SOCIAL: UMA TRAJETÓRIA INCOERENTE E AVILTANTE

Carlos Eduardo Krüger<sup>36</sup>

**RESUMO:** O artigo em tela verificou o percurso histórico da exploração do trabalho escravo. Evidenciou-se que os escravizados foram explorados, mutilados e mortos em prol do descobrimento de novas nações. O estudo identificou alguns fatores que levaram à abolição do aviltante trabalho escravo no Brasil. Constatou-se que a abolição não integrou dignamente os ex-escravos à sociedade. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica através de resumos e fichamentos sobre doutrina e legislação. Utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo e o procedimento monográfico, vinculando-se às bases do materialismo histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho escravo. Exploração. Abolição. Brasil. Exclusão social.

## INTRODUÇÃO

O trabalho escravo tem acompanhado a trajetória da humanidade. Os variados sistemas produtivos fizeram uso de mão de obra intensiva, na medida em que ocorreram descobertas de terras “virgens” para a colonização. Nessa organização, havia quem estabelecesse as metas e determinasse as ações, enquanto que a grande massa de escravizados realizava o trabalho braçal.

Apesar de contribuir massivamente para a extração de riquezas das regiões conquistadas, o sistema escravagista acarretou na exploração de vidas humanas, muitas vezes levando-as a doenças, à mutilação e à morte. Houve a banalização dos abusos cometidos no regime escravagista com vistas à expansão e colonização europeias. Territórios e nações foram constituídos a partir do suor e do sangue de populações humanas severamente degradadas.

Com o passar dos tempos, verificou-se que tal sistemática era desumana e cruel, iniciando-se uma onda para a abolição da escravatura. No Brasil não foi diferente, o qual acabou assumindo esse papel tardiamente, influenciado por outras nações. Com esse viés, se quer descobrir quais foram os efeitos da abolição no Brasil para os libertos, bem como se o Estado Brasileiro reconheceu tal sacrifício e tomou algum posicionamento, buscando inserir a população de ex-escravos na sociedade republicana da época e no decorrente mercado de trabalho.

Desse modo, o trabalho inicia por abordar a escravidão praticada em algumas regiões do mundo, passando por diferentes períodos históricos. Por conseguinte, o estudo se aprofunda na colonização do território brasileiro e no uso da mão de obra escrava até o século XIX. Por fim, a análise se concentra na abolição da escravatura com a Lei Áurea e os efeitos posteriores na sociedade brasileira republicana com relação à libertação dos escravos.

A metodologia adotada neste estudo é do tipo teórica. Utiliza-se revisão bibliográfica através de resumos e fichamentos sobre doutrina e legislação. O método de abordagem presente é o hipotético-dedutivo e o procedimento é o monográfico,

---

<sup>36</sup> Mestre em Direito (UFSM/RS). Pós-Graduando em Direito Trabalhista e Previdenciário (UNISC/RS) e Gestão e Sustentabilidade Ambiental (UERGS/RS). Bacharel em Direito (UNIJUI/RS). Pesquisador: Grupos “Biosofia” (URI/RS) e “Trabalho e Capital” (UFRGS/RS). E-mail: educarlos.kruger@gmail.com



vinculando-se às bases do materialismo histórico. A natureza qualitativa da abordagem deve-se ao fato de buscar reflexões jurídicas, sociológicas e filosóficas relativas ao tema.

## 1. A ESCRAVIDÃO PRATICADA NO MUNDO ATÉ O SÉCULO XVI

A escravidão, observada ao longo da história, perpetuou-se através dos séculos e se enraizou na existência humana. Esta espécie de “simbiose” se deu através do modo de produção de riquezas, se concretizando através do simples ato de um ser humano se atribuir o direito<sup>37</sup> de subjugar e submeter outro aos próprios desígnios. A técnica laboral e as ferramentas de trabalho, desde a pedra lascada até os novos instrumentos tecnológicos do séc. XXI comprovam a evolução dos tempos. No entanto, é notável que práticas essencialmente animais, reificadoras e subumanas, caracterizadas pela escravidão, perseguem a humanidade, como se fossem uma sombra.

A atividade humana na Terra deu o seu início há milhares de anos e surgiu como um método selvagem de sobrevivência, característico de homem das cavernas, que se comportava assim como os demais animais, ou seja, apenas lutando pela própria vida, de forma individualizada, ainda sem uma noção desenvolvida de família, tribos, grupos e sociedade. Na sequência, o comunismo primitivo também deu os primeiros passos, na medida em que os humanos foram criando e fortalecendo os laços de união dentro da própria espécie, gradativamente, defendendo-se de outros animais que lhes ameaçavam e que com eles disputavam o alimento.

Ou seja, o comunismo primitivo caracterizou-se pela “propriedade coletiva dos meios de produção, de alimentos e de bens essenciais ao grupo, imperando nos primeiros tempos da vida social.” (PANSANI, 2011, p. 21). Nessa época, também surgiu o termo “família”, ilustrado por Friedrich Engels.

Em sua origem, a palavra “família” não significa o ideal – mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas – de nossa época. [...] A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles. (ENGELS, 2012, p. 78).

Com o desenvolvimento do sistema produtivo e dos núcleos de grupamentos humanos, onde alguns indivíduos passaram a se sobrepor aos demais e lhes impor ordens, os submissos tornaram-se, gradativamente, um meio para realizar tarefas do cotidiano e para a obtenção e a acumulação de frutos do trabalho (riquezas), sujeição esta que manteve os opressores em uma zona de conforto. Na medida em que muitos trabalhavam para poucos se reservarem o “direito” de não precisarem fazê-lo, inflaram-se as estratégias e os artifícios para a contínua exploração. Como destaque, o uso da força e da violência era comum para manter essa separação de polos.

---

<sup>37</sup> “As tidas maravilhas do mundo antigo, por exemplo, foram construídas através desta insana lógica em que homens se julgavam no direito de subjugar outros homens. Castelos, territórios, feudos e outras fortalezas eram construídas e mantidas através da coisificação da pessoa humana. Nesta mesma lógica insana, a escravidão pela cor se perpetuou séculos depois, tornando-se, inclusive, um direito plenamente aceitável, até mesmo para as instituições religiosas, especialmente a Igreja Católica, que também se faziam proprietárias de seres humanos. Certamente por isso se excluía do conceito de crime ou pecado a coisificação do trabalho humano, mesmo porque, segundo se pregava à época, os índios, as mulheres e os negros não foram aquinhoados com o sacro atributo da alma.” (BRITTO, 2012, p. 48).

Em complemento, Engels (2012, p. 206) assevera que “a transição à propriedade privada foi se realizando aos poucos. [...] A família individual principiou a transformar-se na unidade econômica da sociedade.” O intento perverso relativo à exploração do trabalho alheio acabou por ampliar os horizontes, passando pelo sistema feudal de produção e enraizando-se no capitalismo mercantil, progressivamente, inaugurando e consolidando a matriz da propriedade privada e enraizando a disparidade entre possuidores e despossuídos.

Essa diferença secular criou bases para a manutenção do próprio humano despossuído como propriedade. “[...] A exploração de uma parte da sociedade por outra é um fato comum a todos os séculos anteriores.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 57). A desigualdade histórica conduziu os abastados para “[...] poupar tempo de tarefas domésticas, sujas e pesadas e dos cuidados com os filhos. A classe roubada, no caso, é condenada eternamente a desempenhar os mesmos papéis secularmente servis.” (SOUZA, 2019, p. 85).

A exploração de uma parte da sociedade por outra, ao longo dos tempos, cristalizou a desigualdade. Nesse sentido, a classe mais baixa é aquela que possui a própria força de trabalho para sobreviver, essencialmente, sendo carente de recursos materiais, da qual é subtraída essa vitalidade em troca da subsistência. Essa classe roubada é, conforme Souza, originalmente composta pelos escravos, que, ao passar dos tempos, tornou-se a classe baixa da sociedade.

O esquema de exploração de mão de obra escrava já possuía larga aplicação entre os continentes europeu e africano, antes que houvesse a busca dos europeus por novas terras e por mais indivíduos para explorar.

No início, os europeus desempenharam o papel de fornecedores de mão de obra escrava dentro da própria África, sobretudo para regiões (Gana) onde havia produção aurífera em larga escala, bem como para Portugal e Espanha, locais em que a escravidão tinha caráter urbano e vicejava na produção de açúcar. Por conta disso, tanto Lisboa quanto Sevilha tinham populações substanciais de origem africana, já no século XVI. (FERREIRA, 2018, p. 52-53).

A relação imoral e promíscua entre os europeus e os povos africanos estava longe de terminar. Isto, pois os negros foram os responsáveis por repovoar a Europa, visto que a queda do feudalismo tornou parcialmente desabitado o continente europeu. Na África, por sua vez, a escravidão teve o seu ápice durante os séculos VII-XVI. Africanos exploravam-se, uns aos outros, de forma organizada e geradora de riquezas, constituindo reinos africanos e, inclusive, realizando a exportação de patricios escravizados para regiões mais distantes e, até mesmo, para outros continentes.

No Sudão Ocidental, os registros históricos indicam que “o ferro era utilizado na fabricação de armas e de utensílios agrícolas; o sal era extraído de minas no Saara; o ouro era trazido das regiões mais meridionais [...]: em todos esses casos, o trabalho escravo era utilizado.” (ZANOTO, 2008, p. 71). O regime escravocrata, portanto, já tinha um desenvolvimento bastante considerável em solo africano para os séc. VII-XVI. Ferramentas evoluídas, armamentos, separação do sal e o próprio garimpo criaram uma teia de sustentação de diversos reinos africanos, que faziam trocas de produtos e fortaleciam-se mutuamente, ampliando os seus domínios territoriais, a sua população e a mão de obra explorada sobre os próprios conterrâneos.

## **2. A ESCRAVIDÃO EXISTENTE NO BRASIL (SÉCULOS XVI-XIX)**

Como um elemento propulsor da exploração por mão de obra escrava, o tráfico de seres humanos permitiu o descobrimento de novos territórios, apesar de significar, simultaneamente, o rompimento umbilical de povos com a sua terra-natal.

A escravidão foi a responsável pela miscigenação de culturas, crenças, etnias e modos de viver. E essa mistura foi prontamente reprimida, tendo em vista que o processo de colonização, especialmente na América, já estava sendo praticado com a ascensão do sistema mercantil capitalista, buscando, unicamente, a extração de riquezas mediante o trabalho escravo e o posterior comércio com outras nações.

Aqui no Brasil tratou-se desde o início de aproveitar o índio, não apenas para a obtenção dele, pelo tráfico mercantil, de produtos nativos, ou simplesmente como aliado, mas sim como elemento participante da colonização. Os colonos viam nele um trabalhador aproveitável; a metrópole, um povoador para a área imensa que tinha de ocupar, muito além de sua capacidade demográfica. (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 91).

“Os portugueses jamais imaginariam que teriam circunstâncias tão favoráveis aos seus ímpetos de colonização e usurpação na sua mais recente descoberta: o solo brasileiro.” (KRÜGER, 2020, p. 234). O simples fato de não ter que traficar mão de obra escrava, pelo menos inicialmente, já é um avanço considerável para que os europeus pudessem extrair as riquezas deste solo. Seria, assim, um método não dispendioso, permitindo a economia de riquezas, notadamente oriundas da exploração de outros povos. Os artifícios de persuasão dos invasores não precisavam de novas estratégias, visto que os nativos demonstravam ser um povo curioso e facilmente domesticável.

No entanto, conhecedores da produtividade dos negros africanos através das experiências escravagistas anteriores, os portugueses perceberam o baixo rendimento laboral dos indígenas. Isto, pois de acordo com a cultura originária dos nativos, o seu modo de vida era destinado para cultivar a terra, caçar e pescar, voltados, apenas, para a subsistência da própria tribo, alheios ao tino comercial-exploratório europeu. Em favor da postura dos indígenas quanto à questionável produtividade laboral, era evidente a abundância, em solo brasileiro, de frutos, plantas e animais para a alimentação.

“Os africanos eram considerados trabalhadores melhores, menos propensos a fugir e menos suscetíveis a doenças, mas, ao mesmo tempo, era mais caro obtê-los.” (SCHWARTZ, 2018, p. 218). Com a mudança da matriz laboral, em solo brasileiro, para o uso da mão de obra escrava de africanos e o necessário tráfico negreiro<sup>38</sup>, foi visto que os afro-explorados possuíam uma resistência maior às enfermidades, sendo detentores de uma imunidade maior em seu organismo, se comparados aos indígenas.

A miscigenação genética dos africanos com os europeus e com os povos nativos era crescente, acompanhada da preocupação com os seus efeitos. Isto, pois dentre as doenças que se propagavam, muitas delas eram desconhecidas da sabedoria milenar dos nativos, favorecendo a rápida disseminação e alta letalidade dos indígenas. “Mas além dos cruzamentos que vão diluindo o seu sangue, o índio é aos poucos eliminado por outras causas. As moléstias [...] produzem verdadeiras hecatombes nestas populações ainda não imunizadas.” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 105-106).

A transmissão de doenças dos brancos para os nativos teve como efeito uma alta mortalidade. “Os índios foram vítimas de doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais não tinham defesa biológica. Duas ondas epidêmicas, entre 1562 e

---

<sup>38</sup> “Com as primeiras levas chegando em 1550 e as últimas na década de 1860, já que existem registros de envio ilegal de africanos entre 1858 e 1862, estima-se que 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil.” (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 21).

1563, mataram mais de 60 mil índios [...]” (FAUSTO, 1996, p. 28). Como a ciência da época ainda estava conhecendo tais enfermidades e desenvolvendo imunizantes, foi difícil acessar um antídoto, prontamente, para conter a grande mortandade de índios.

Um fato que agravou mais ainda a situação era que não havia apenas uma doença que trouxesse preocupação. A pluralidade de moléstias tornou-se aterrorizante, bem como a dificuldade para acessar o apoio da ciência europeia, visto que a telecomunicação ainda era bastante precária. Além de certa resistência dos povos indígenas ao trabalho exaustivo, a redução no seu contingente populacional era motivo de bastante preocupação por parte dos europeus, pois não se sabia como suprir as baixas, sem uma imediata cura das doenças e sem um volume de mão de obra à disposição.

De outro modo, já era do conhecimento dos europeus a eficiência no trabalho dos negros africanos, outro fator que os diferenciava dos índios, atribuindo-lhes maior resistência física para as intervenções exaustivas que uma nova nação exigia. “Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena.” (FAUSTO, 1996, p. 29). Os europeus conheciam a tenacidade daqueles africanos através de seu método exploratório para o trabalho, há séculos.

De outro modo, alterar profundamente a vida, eliminando os vínculos afetivos e as raízes culturais, bem como submetendo a um trabalho sub-humano para o resto da vida, não era um trato fácil para os africanos. Nessa sistemática, as tentativas de fuga, tão logo eram descobertas, também eram reprimidas, de maneira violenta. No entanto, aqueles que eram hábeis na fuga, iniciaram a criação de uma organização para a libertação de seu povo, distante das fazendas que os exploravam, contra o arbítrio e os abusos daqueles que os haviam comprado, bem como criando uma forte oposição aos respectivos sistemas policiais arcaicos dos colonizadores.

Esses novos locais, tidos como refúgios dos africanos escravizados, “no Brasil, receberam inicialmente o nome de ‘mocambos’, para depois serem denominados ‘quilombos’. Data de 1575 o primeiro mocambo formado no país, mais exatamente na Bahia.” (GOMES, 2018, p. 367). A constituição desses refúgios era apenas para a subsistência dos cativos, visando a alimentação e a defesa do próprio povo, perfazendo um reduto dos escravizados. Além dos negros africanos, também havia suporte e abrigo para índios e mestiços que lá procuravam ajuda para defender a própria vida, enquanto indivíduos libertos.

Os quilombos recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas e existiram às centenas no Brasil colonial. Palmares - uma rede de povoados situada em parte ao atual Estado de Alagoas, com milhares de habitantes - foi o mais importante. Formado no século XVII, resistiu aos ataques de portugueses e holandeses por quase cem anos [...]. (FAUSTO, 1996, p. 30).

Existiram diversos quilombos pelo Brasil que buscavam proteger a vida e reunir milhares de seres humanos que foram transformados em “mercadorias para os negócios nefastos da escravidão.” (PIRES; BORGES, 2020, p. 192). O quilombo que mais se destacou era “Palmares”, abrangendo uma estrutura de grandes proporções. A sua população atingiu milhares de quilombolas, bem como foi constituído por um centro político e um rei. O seu líder mais marcante foi Zumbi, o qual, “porém, acabaria

sofrendo uma emboscada: foi localizado e assassinado em 20 de novembro de 1695” (GOMES, 2018, p. 370)<sup>39</sup>.

Assim, o Brasil em seus períodos colonial e imperial desenvolveu-se, essencialmente, sobre o sistema escravagista, corrompendo corpos e subjugando almas, erguendo uma nova nação a partir do suor e do sangue de milhares de vidas. “O contexto da desumanidade imposto ao escravizado demonstrava a imoralidade dessa prática que, sequer, pode ser cometida contra animais irracionais.” (KRÜGER, 2020, p. 236). Os escravizados que já estavam esgotados ou até mesmo haviam perdido a vida, foram, simplesmente, substituídos por outros, também traficados da África e, geralmente, na tenra idade, com todo o vigor físico que demandava o sistema aniquilador da época.

### 3. A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E OS EFEITOS POSTERIORES

A abolição da escravatura brasileira, em linhas gerais, representou um marco histórico, um horizonte de mudança de postura e de uma guinada para novas perspectivas no seio da sociedade. A Princesa Isabel, tida como “redentora dos escravos”, foi uma cidadã alfabetizada e pertencente à corte imperial. Ela defendia o fim da escravidão e assinou a tão afamada Lei Áurea (BRASIL, 1888). A Princesa Isabel tinha um ideal igualitário, levantando a bandeira contra os privilégios daquela época, que giravam em torno da escravidão e do decorrente comércio insano de seres humanos.

A Grã-Bretanha foi um dos países pioneiros na mudança de postura, na exemplar reflexão em rever os seus parâmetros e conceitos sobre a atividade laboral humana, disfarçando o real interesse em aprofundar parcerias comerciais com o Brasil. “[...] Grã-Bretanha, com a qual o Brasil firmou tratado de banimento do tráfico e do comércio internacional de escravos.” (OLIVEIRA, 2017, p. 16). O simples ato de reconsiderar o escravizado como um ser humano, preceituando a ênfase nos esboços iniciais do princípio da dignidade da pessoa humana, fez repensar a situação humilhante e degradante pela qual o traficado era submetido. Dos escravos eram subtraídas a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a liberdade<sup>40</sup> natas, indevidamente, levando à descaracterização da condição sumamente humana.

A idealização do princípio da dignidade da pessoa humana no mundo e a sua posterior efetivação levou séculos para ocorrer. Esse padrão moral humanitário passou, gradativamente, a incidir sobre todas as relações, prescindindo de uma postura respeitosa quanto ao ser humano, vedando a sua exploração. Independentemente da sua origem étnica, condição socioeconômica, orientação sexual, credo ou qualquer outra forma de classificação ou segregação entre pessoas, todos os seres da espécie humana passariam a ser considerados iguais em direitos e obrigações, não podendo mais haver qualquer tipo de tratamento humilhante, vexatório, ofensivo ou degradante. “O preceito, como deve ser inerente a cada indivíduo, perfectibiliza um universo que coloca todo e qualquer ser humano em um patamar de respeito e de tratamento igualitário [...]” (KRÜGER; BEDIN, 2016, p. 145).

Contudo, essa análise sob o aspecto humano em sua condição de dignidade ainda estava em fase de construção, fato este que, nos idos do final do século XIX, era, apenas, um pano de fundo para que se consolidassem as relações comerciais

---

<sup>39</sup> O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra foi instituído pela lei nº 12.519/2011 como sendo a data de 20 de novembro, em homenagem ao líder quilombola Zumbi dos Palmares. Esta lei foi sancionada pela então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (BRASIL, 2011).

<sup>40</sup> O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais à liberdade e à igualdade estão consolidados na Constituição Federal vigente, de modo mais específico nos artigos 1º e 5º, respectivamente. (BRASIL, 1988).

entre a Inglaterra e o Brasil. O interesse residia sobre o enriquecimento material e o aprimoramento da forma capitalista de trocas, apenas. Na medida em que a Europa importava uma quantidade crescente de matéria-prima retirada do solo brasileiro, em via contrária o Brasil consistia em um mercado consumidor em expansão para os produtos oriundos das indústrias inglesas.

O cenário de combate ao pensamento e às práticas irracionais e abusivas contra os escravizados estava sendo, gradativamente, construído. Apesar de representar um enorme desafio, a transformação da sociedade e o reconhecimento de direitos para aqueles que, até então, não eram considerados humanos ou “merecedores”, seguindo a ideologia colonial-predatória, seria tomada como uma afronta às instituições da época que, disfarçadamente, consentiam e até incentivavam essa exploração sistemática. Os legisladores abolicionistas, reforçando o ideal da Princesa Isabel, apoiaram o Projeto de Lei que, em 13 de maio de 1888, aboliu oficialmente a escravidão, através da Lei Áurea – Lei nº 3.353/1888 (BRASIL, 1888).

A Lei nº 3.353, igualmente conhecida por Lei Áurea, foi promulgada em 13 de maio de 1888. Em seu art. 1º, declarava extinta a escravidão no Brasil desde sua promulgação, e adiante revogava todas as disposições em contrário. Assim, após anos de luta, em um processo de abolição árduo, lento e gradual, que incluiu a edição de leis que de nada ou pouco valeram, foi a Lei Áurea um marco definitivo. Estava mais que na hora de extirpar o cancro do atraso que representava a escravidão no país. (OLIVEIRA, 2017, p. 23).

“O capitalismo, na conta de suas atrocidades, tem na escravidão negra, cenas de uma tragédia que deveria terminar no Brasil em 13 de maio de 1888 [...]” (SILVA, 2017, p. 403). Apesar do esforço da Princesa Isabel e de outros líderes políticos e sociais da época, essa vitória é fruto, consideravelmente, das revoltas e lutas dos próprios escravos. Também influentes, as exigências de países parceiros comerciais do Brasil e a ameaça constante aos latifundiários e senhores de escravos com relação à reforma agrária complementaram o clímax que desencadeou o ato oficial abolicionista no Brasil.

O Brasil, no período posterior à abolição, sofria uma difícil adaptação, especialmente em se tratando das massas de ex-escravos, libertos que, a partir de então, precisavam se adaptar a um novo modo de vida. Neste novo momento histórico, a virtuosa liberdade se conflitava com os novos desafios atinentes à recolocação no sistema produtivo, a partir de agora no inovador “mercado de trabalho”, buscando tornarem-se assalariados.

“Como as próprias elites controlam o processo de abolição do sistema escravista, arquitetava-se um modelo calcado no trabalho assalariado, mas com idêntica estrutura social: autoritária, hierárquica e racialmente segregada.” (WANDERLEY, 2015, p. 128). Acostumados à submissão diuturnamente, os libertos precisavam de fontes de subsistência, um desafio gigantesco de interação social que eles precisavam superar. Além de sobreviver e sustentar a própria família, os ex-escravos precisavam dar conta de uma morada e mudar de vida, agora que não estavam mais fadados a viver nas senzalas.

Para esta espessa camada populacional de libertos, restou o desafio em conciliar o gozo da tão sonhada *liberdade* com a inserção no desigual mercado de trabalho. Na medida em que deixaram de ser meros instrumentos para a obtenção e o acúmulo de riquezas das elites imperiais, os ex-escravos também não foram reconhecidos no projeto nacional brasileiro, restando marginalizados e segregados nesse país naturalmente predatório e excludente.



A submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passaram a ser o destino reservado pelo seu abandono. Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado, ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de “homem livre”. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. (SOUZA, 2019, p. 82).

A realidade posterior aponta que não houve modificação para melhor do cenário nacional, ou que houvesse, ao menos, alguma mudança positiva em prol do ex-escravo em virtude da assinatura da Lei Áurea. Secularmente relegado e excluído da sociedade, o seu caminho foi construir habitações precárias e irregulares (ou se amontoar) nas encostas dos morros, como favelas. Agora considerados marginalizados ou marginais, o ex-escravo e a sua prole tiveram, para si, o fardo de ser a escória proletária.

O passar das décadas demonstrou uma frustração dos ideais defendidos com a sanção da Lei Áurea. Há uma inconsistente mudança social, segregando os ex-escravos e seus descendentes, relegando a eles os serviços braçais e mantendo-os às margens da sociedade de direitos do séc. XX. Desse modo, as elites capitalistas brasileiras rearranjam e perpetuam a condição inferior e subalterna das populações de descendentes de escravos, perfazendo uma trajetória aviltante para quem deu a vida para construir o Brasil, literalmente.

A História demonstra que o poder do capital tem conduzido as relações humanas, não de forma justa, mas de acordo com os seus interesses. Ao longo dos séculos e do enraizamento do capitalismo, “a elite capitalista vem criando instrumentos de adulteração nos fatos e desinformação permanente com vistas a se manter no poder”. (KRÜGER, 2020b, p. 50-51). Tanto é que, via de regra, foi sancionada e vigora a Lei Áurea, até nos dias de hoje. Contudo, a verificação, na realidade, demonstra que, tanto a prática escravagista, quanto outros métodos semelhantes de exploração do trabalho humano permanecem sendo recorrentes.

Mesmo com a Proclamação da República, datada do ano seguinte à abolição (1889), e com a posterior implantação do Estado Democrático Brasileiro de Direitos com a Constituição Republicana do ano de 1988, as políticas sociais demoraram a se perfectibilizar até alcançar o público-alvo. Ainda assim, são as instituições democráticas que atentam para a efetivação dos preceitos constitucionais, consagrados após séculos de injustiças praticadas. Isto, pois “[...] no sistema capitalista atual, a redução do Estado e de seus limites legais levaria à exploração irrestrita sobre as classes mais baixas, seguido pelo enriquecimento incessante das elites.” (KRÜGER, 2021, p. 133). Assim, resta evidenciada a importância da democracia e das instituições estatais para impor limites à exploração capitalista, combatendo possíveis flertes com instintos exploratórios aflorados nos tempos prévios à democracia.

Mais de um século depois, na atual Constituição Federal Brasileira, houve a consolidação do princípio da dignidade da pessoa humana<sup>41</sup>. No entanto, permanece fracassado o grande desafio de reintegrar, gradativamente, aqueles que foram secularmente relegados e continuam alheios das políticas e ações governamentais. A aviltante exclusão social permanece latente, enquanto que o horizonte de uma nação

---

<sup>41</sup> Em se tratando de um dos princípios fundantes do Estado Democrático de Direito Brasileiro, a dignidade da pessoa humana forma “a garantia da isonomia entre todos os seres humanos, que não podem ser submetidos a tratamento discriminatório e arbitrário, razão pela qual é intolerável a escravidão [...]” (SARLET, 2015, p. 132).

verdadeiramente democrática e resguardada por direitos a todos ainda reside em um mero projeto de sociedade brasileira.

## CONCLUSÃO

O retrato histórico construído neste estudo apresentou um longo período da presença humana na Terra. Diversos séculos se passaram, variadas formas de organização social eclodiram e diferentes meios de sobrevivência entre humanos existiram. A organização do trabalho para a obtenção do alimento nos tempos primitivos até os modelos civilizatórios mais recentes foi destaque. O trabalho escravo se perpetuou, tornando-se algo banal e naturalmente aceitável até o século XIX.

Com a exploração de mão de obra humana, tribos, reinos, feudos e nações foram construídos. A produção e a acumulação de riquezas iniciou-se desse modo, no qual havia quem coordenava o trabalho com o uso da violência, por um lado, e quem não tinha alternativa à submeter-se ao trabalho forçado e degradante, por outro. É notável que a África foi uma grande fonte de escravizados, inclusive sendo traficados para outras regiões e continentes.

Desse modo, vidas foram ceifadas pela opressão no trabalho, onde o princípio da dignidade humana, a liberdade e a igualdade foram deliberadamente retirados dos escravos. O serviço degradante foi empregado na extração e na transformação das riquezas naturais. O desgaste físico e psicológico, decorrente do trabalho forçado, foi o causador de milhares de mortes, envolvendo aspectos emocionais e a posterior transmissão de doenças.

Nessa trajetória, o mundo se desenvolveu e nações surgiram a partir do suor e do sangue de milhares de escravos, sejam eles nativos (como eram os indígenas no Brasil), ou africanos, massivamente. Ímpetos abolicionistas emergiram, na medida em que o sistema capitalista se consolidavam na sociedade civilizada.

A Lei Áurea trouxe novos rumos para o Brasil, impulsionada por outros países, iniciando uma derrocada para o regime escravagista. Contudo, a sua plenitude ainda não foi alcançada, mesmo após passados mais de cento e trinta anos de sua decretação. Os ex-escravos, que construíram o Brasil com as próprias mãos, foram simplesmente retirados das senzalas, ao invés de serem reconhecidos por tal sacrifício e realocados dignamente com moradia e no ascendente mercado de trabalho, uma espécie de escravidão assalariada.

No entanto, frustrando os ideais dos abolicionistas, constatou-se que a abolição não trouxe reconhecimento social aos ex-escravos e nem os integrou dignamente à sociedade. Portanto, faz-se necessário analisar o método predatório da escravidão e atribuir o devido valor ao trabalho desumano realizado pelos escravos, combatendo preconceitos e a própria reincidência desse crime nos tempos atuais.

Sendo assim, a incoerência que reside no período após a abolição do aviltante trabalho escravo reside na exclusão social e na desonra dos libertos, tratando-se do cenário brasileiro. Essa história é aviltante, humilhante e incoerente com as bases de um Estado Democrático de Direitos e de um país republicano.

Sem qualquer apoio do Estado brasileiro, restou-lhes construir o próprio lar de forma precária nos morros, afastados propositadamente dos centros urbanos elitistas e colocados à margem da sociedade intitulada “brasileira”. Isto é, depois de usados e sugados para a construção do Brasil durante a permitida escravidão, agora foram simplesmente descartados, nessa nova era republicana nacional. Esta exclusão inaugura as desigualdades sociais brasileiras. Eis, aqui, uma gigantesca dívida de gratidão que diversos países têm em relação aos descendentes dos escravos.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011*. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12519.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12519.htm) Acesso em 30 de maio de 2021.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 107 de 2 de julho de 2020. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 30 de maio de 2021.
- BRASIL. *Lei Imperial nº 3.353, de 13 de maio de 1888*. Lei Áurea. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm) Acesso em: 30 de maio de 2021.
- BRITTO, Cezar. Aspectos históricos e ideológicos na construção do direito ao trabalho. *Revista do TST*. Brasília, vol. 78, nº1, jan./mar. 2012.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Leandro Konder (Trad.). – 3. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. In: SCHWARCZ, Lila Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário de escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 51-56.
- GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/remanescentes de quilombos. In: SCHWARCZ, Lila Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário de escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 367-376.
- KRÜGER, Carlos Eduardo. “O caminho e as pedras”: o Estado Democrático de Direito e os entraves de governos antissociais atuais para a efetivação do Princípio Fundamental da Dignidade da Pessoa Humana. In: GOMES, Aline Antunes [et al.] (Orgs.). *Anais* [recurso eletrônico]. V Mostra Científica do GPJur. – Cruz Alta/RS: Unicruz - Centro Gráfico, 2021. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2021/05/Anais-Direito-Unicruz-2021.pdf> Acesso em: 30 de maio de 2021.
- KRÜGER, Carlos Eduardo. A reprodução do trabalho análogo ao de escravo e os enlaces com a reforma trabalhista no Brasil recente. *Revista Culturas Jurídicas*, v. 7, n. 18, p. 230-252, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45277> Acesso em: 30 de maio de 2021.
- KRÜGER, Carlos Eduardo. Reforma Trabalhista: propaganda enganosa pelas mídias e prejuízo aos trabalhadores. In: Semana Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria, 19, 2020, Santa Maria/RS. *Anais*. Santa Maria/RS: SADUFSM, 2020b. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1UJLY1g9WZI-Tx5bvp\\_786WT-dJ2FgyOZ/view](https://drive.google.com/file/d/1UJLY1g9WZI-Tx5bvp_786WT-dJ2FgyOZ/view) Acesso em: 30 de maio de 2021.
- KRÜGER, Carlos Eduardo. BEDIN, Gilmar Antonio. *Os trabalhadores e o papel do descanso, do lazer e do ócio em suas vidas*. In: ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON, Joice Graciela; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (orgs.). *Debatendo o Direito*. Bento Gonçalves, RS: Associação Refletindo o Direito, 2016. Disponível em: <http://files.revista-refletindo-o-direito.webnode.com/200000330-16e6217de6/DEBATENDO%20O%20DIREITO%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf> Acesso em 30 maio 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. – São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Matheus Requião Silva de. Leis abolicionistas: a história da abolição da escravidão no Brasil. *In: BRASIL. Ministério Público Federal. Escravidão Contemporânea*. Márcia Noll Barboza (Org.). – Brasília: MPF, 2017.

PANSANI, Clóvis. *Pequeno dicionário de Sociologia*. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

PIRES, Diego Leal; BORGES, Leticia Oliveira. As mudanças culturais no Brasil durante a era Vargas e sua relação com o perfil do cidadão brasileiro do Século XXI. *In: SILVA, Thiago Cedrez; GANDRA, Edgar Avila; SIMÕES, Elvis Silveira (Orgs.). História do Brasil em tela: múltiplas abordagens historiográficas*. – Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. – São Paulo: Brasiliense, 1999.

SARLET, Ingo W. *Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. – 10ª Ed. rev. atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SCHWARCZ, Lila Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário de escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. *In: SCHWARCZ, Lila Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). Dicionário de escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 216-224.

SILVA, Juremir Machado da. *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. Retórica do medo e cidadania cindida no Brasil: a abolição lenta e gradual da escravidão e os discursos sobre a extinção do tráfico negreiro no Congresso Nacional (1826-1831). *Revista Culturas Jurídicas*, vol. 2, nº 4, 2015, p. 103-131.

ZANOTO, Diego Schwalb. A escravidão entre os povos do Sudão Ocidental: séculos VII-XVI. *In: MACEDO, José Rivair (org.). Desvendando a história da África [online]*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 69-84.

# A PRÁTICA DO MESTRE DE CAPOEIRA FAÍSCA: SUAS CONQUISTAS E DIFICULDADES EM POÇO VERDE-SE

Álvaro Eduardo de Araújo Santos<sup>42</sup>  
Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade<sup>43</sup>  
Cleidinaldo Ribeiro dos Santos Andrade<sup>44</sup>

**Resumo:** Este estudo tem por objetivo, elencar a prática do Mestre de capoeira Faísca, na cidade de Poço Verde /SE, tais experiências são aqui abordadas de modo a abranger, a saga deste mestre em manter sua prática sem muitos recursos e incentivos públicos, a capoeira em si é muito difundida no mundo, contudo este mestre de capoeira perde espaço dentro do contexto social, pois em sua maioria os mestres de capoeira são formados pela tradição e não no ambiente acadêmico, assim acabam não tendo a formação exigida para ocupar espaços enquanto professores de capoeira.

**Palavras chave:** Capoeira, mestre, tradição.

## Introdução:

O presente estudo surge da necessidade de analisar aspectos da prática do mestre de capoeira Faísca, na cidade de Poço Verde, situada na região agreste do estado de Sergipe. Para atingir esse intento, os tópicos mais relevantes, foram abordados a partir de um olhar acerca do mestre de capoeira na sociedade atual, assim como o processo histórico de disseminação da capoeira pelo mundo, não deixando de retratar os caminhos que se trilhou e os personagens que contribuíram para que essa expansão e reconhecimento acontecessem. Entretanto, antes de abordarmos essa questão, pretende-se aqui desenvolver uma reflexão acerca da contribuição de outro mestre, o Bimba, o qual proporcionou uma ampla divulgação da capoeira, assim como se empenhou substancialmente para retirá-la do processo de marginalização social ao longo da segunda metade do século XX.

Neste sentido, dialogaremos com estudiosos como Carlos Eugenio Líbano Soares, uma personalidade ímpar quando nos referimos a capoeira. Este desenvolveu uma riquíssima pesquisa sobre os capoeiras no Rio de Janeiro e em Salvador, onde realizou uma minuciosa análise acerca da capoeira no século XIX, na cidade do Rio e Janeiro, traz dados acerca da cidade enquanto local privilegiado da capoeira urbana o mesmo vem trazer também a análise acerca das maltas de capoeiras que eram preponderantes na cidade no referente período.

Neste cenário vemos os nagoas e os guayamús duas maltas muito famosos e rivais, posteriormente surgem outros estudos, onde a capoeira é abordada de forma mais voltada para prática dos mestres, Vivian Luiz Fonseca<sup>2</sup>, dentre outros também vou trazer a visão de Mestre Xaréu o mesmo foi aluno do mestre Bimba com isso seu trabalho tem toda uma especificidade pois vai detalhar como era essa vivência e como era ter Bimba como mestre.

Abordarei também a contribuição de Luís Vitor Castro Júnior. É interessante o levantamento de dados que o mesmo faz acerca da detenção de escravos e libertos

---

<sup>42</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade AGES, especialista em Direito Tributário pela - UCAM

<sup>43</sup> Possui Graduação em História pelo UniAGES, Graduação em Pedagogia pela Unicesumar, Especialização em Ensino de História-UCAM, Educação Infantil e Psicopedagogia, Coordenação Pedagógica e Libras - UNIBF. Atualmente é Mestranda em Políticas Públicas pela FLACSO.

<sup>44</sup> Estudante do curso de Direito da Faculdade ESTÁCIO DE SÁ – Aracaju-SE.

por estarem exercendo a prática da capoeira, pois temos a noção do percentual de escravos que eram praticantes e também de libertos, ou seja, podemos entender um pouco mais da dinâmica da capoeira no século XIX. De modo neste período a capoeira estava no auge da repressão de modo podemos fazer o balanço de como a mesma passa do status de criminalizada para patrimônio cultural. Além de também entendermos a dinâmica da capoeira no sentido de tradição passada de forma oral de forma aleatória nas ruas, a partir desta reflexão poderemos compreender melhor o importante papel do mestre de capoeira na sociedade enquanto transmissor desta cultura oral passada de geração em geração de forma totalmente natural no sentido de não ter nenhum cunho científico nos ensinamentos passados por estes mesmos.

Nesta perspectiva, se percebe a cultura popular e a cultura iletrada. Esta primeira seria a cultura que tem autonomia em relação a cultura letrada, a capoeira neste sentido seria oriunda da cultura popular, não tendo em suas origens influência de uma cultura letrada ou erudita, ou seja, há uma independência da cultura dominante. É neste sentido que o mestre Faísca seria um agente de salvaguardada desta cultura iletrada.

Toda herança cultural de um povo traz consigo um emaranhado de informações nas entrelinhas de cada gesto ou manifestação, e com a capoeira não é diferente esta passa pelo campo da criminalidade, e por uma série de subjetividades oriundas de uma sociedade marcada por estereótipos e opressão, a qual durante muitos séculos oprimiu de forma latente qualquer forma de expressão da cultura negra. No entanto a capoeira perdurou e hoje é apresentada como patrimônio cultural imaterial da humanidade, reconhecida pelo IPHAN desde 2008.

Na contemporaneidade, não obstante com o avanço ocorrido nos últimos anos ainda se percebe que se enfrenta, diariamente, muitos desafios para manter essa tradição secular viva. Esses desafios, que podem ser notados a partir dos relatos do mestre Faísca, são diversos desde a falta de incentivo público, como também a desvalorização e não reconhecimento do papel do mestre de capoeira na sociedade, que perdem espaços para os professores de capoeira formados, em educação física, que por vezes não carregam o mesmo legado que os mestres de capoeira fundidos na tradição. Este mesmo não tem a devida valorização pela sociedade, não é uma profissão que garanta o sustento dos mestres que tem que trabalhar em outras atividades para poderem sustentar a família, pois ser mestre de capoeira não garante o meio de vida, ao menos para ele.

## **2. A PRÁTICA DA CAPOEIRA EM POÇO VERDE- SE POR MESTRE FAÍSCA 2002 À 2015**

Neste capítulo iremos tratar acerca da trajetória do mestre faísca em Poço Verde, cidade qual o mesmo desenvolve seu trabalho desde o ano de 2002. Assim trataremos da sua chegada na cidade e dos fatores que o levaram a prática da capoeira, salientando as dificuldades encontradas ao longo da sua jornada.

Raimundo de Jesus Oliveira nasceu no ano de 1964, na cidade de Simão Dias/SE, mudando-se, com apenas dois anos de idade, para Poço Verde. Com esta idade, o mesmo já trabalhava na lavoura para ajudar na manutenção da renda da família, pois seu pai era alcoólatra e não se preocupava como filhos no sentido de não “colocar a comida na mesa” com isso desde muito novo Raimundo de Jesus Oliveira ele já tinha contato com o mundo do trabalho, onde tirava das lavouras de milho e feijão renda para ajudar a família.

Quando o mesmo estava com quase 10 anos de idade, sua mãe separa-se do seu pai e vai morar em Salvador na casa de parentes e Raimundo vai com ela. Lá ele entra em contato com o mundo da bebida, com apenas doze para treze anos. Logo começa uma saga cada vez mais fugaz pela bebida que o consumia, contudo o mesmo relata que foi procurar ajuda no AAA<sup>45</sup>, e desde então aos poucos foi largando o vício<sup>46</sup>

Em 1989, o mesmo relata ter conhecido Mestre Paulo dos Anjos<sup>47</sup> que o apresentou a capoeira. O referido mestre é conhecido dentro da capoeira enquanto uns dos mestres mais exímios e versáteis da capoeira Angola no século XX, tendo sua trajetória marcada pela prática da capoeira desde cedo o mesmo foi consagrado mestre, pelas mãos do próprio mestre Canjiquinha<sup>48</sup>, outro renomado mestre baiano que representou muito bem a capoeira em ladainhas e em filmes, ou seja, Mestre Paulo dos Anjos foi aluno exemplar muito elogiado e afamado dentro deste cenário. O Mestre Faísca afirma que desde o encontro com o referido mestre, não parou, mais de jogar capoeira. Contudo a mesmo permanece em Salvador até 2002, ano qual retorna para cidade de Poço Verde.

Começando assim a ministrar aulas de capoeira, na presente cidade, a capoeira vem sendo expandida cada vez, mas ao longo dos anos, sendo que a essência está sempre ligada a tradição, nas rodas de capoeira ainda é de praxe, que os próprios alunos ou os mestres criem apelidos pelos seus alunos, sendo que nenhum capoeirista é chamado pelo nome de batismo e sim por um apelido criado, quando este mesmo ingressa na capoeira, esse costume vem desde a época da repressão da capoeira onde os praticantes tinham que resguardar o verdadeiro nome para não serem descobertos, assim se criavam apelidos, para que não fosse possível fazer essa identificação, assim hoje não se tem nenhum capoeirista ou mestre de capoeira, que atenda pelo nome de batismo dentro do cenário capoeirístico mas somente pelo apelido.

Questionado acerca de como surgiu seu apelido ou nome dentro da capoeira o Mestre Faísca relata, que ele só surgiu a partir da sua chegada na cidade de Poço Verde onde ele precisava se identificar como mestre, e desta maneira não podia usar simplesmente o seu nome de batismo, desta forma se dá o apelido de Mestre Faísca, sendo que quando treinada na ACCCA, ainda não tinha esse apelido.

Não, não, lá era Raimundo mesmo, e até hoje você ver que o pessoal de lá Quando chegar me chama de Raimundo não colocaram nenhum apelido, não eles não costumam chamar de faísca e até quando estão no evento falando lá no microfone mestre Raimundo, não sei o quê, aí eu vou lá e fala

---

<sup>45</sup> Associação de Alcoólicos Anônimos

<sup>46</sup> A presente informação foi tirada da entrevista realizada com o referido mestre.

<sup>47</sup> José Paulo Dos Anjos, um dos grandes mestres da capoeira baiana.

<sup>48</sup> Washington Bruno da Silva

com eles é fãisca ninguém aqui me conhece como Raimundo aí vão lá e lembra Raimundo Fãisca e tal porque eles não me chamavam com apelido<sup>49</sup>.

Busca-se as especificidades da sua jornada enquanto, ministrante de aulas de capoeira desde sua chegada até o presente momento, na cidade, sendo que o presente Mestre faz parte da ACCCA<sup>50</sup> que tem seu polo situado na cidade de Salvador- BA, o referido mestre afirma ter vindo para a cidade de Poço Verde visitar sua mãe, contudo como já havia residido na cidade encontra um local para dar aulas de capoeira simpatiza com a cidade e resolve vir morar na cidade, novamente no ano de 2002.

Desde então vem ministrando aulas de capoeira na presente cidade e em povoados próximos, de forma totalmente voluntária, a capoeira vem sendo expandida em mais de 150 países atualmente, expansão qual também abrange escolas universidades dentre outros espaços públicos, contudo vemos que esse tipo de expansão nem sempre vem ser proveitosa para os velhos mestres de capoeira formados apenas pelas traições orais não tendo a formação exigida para poder ocupar esses cargos, formais que as escolas e universidades oferecem.

Eu estudei até a quarta série só que aí não foi porque eu quis parar o estudo foi por falta de tempo mesmo eu trabalhava muito trabalhar muito na época trabalhava de carteira assinada tem as vezes que a gente trabalhava até sete, oito, nove da noite. Então tive que decidir ou trabalho ou estudo e naquela época o de menor podia trabalhar então eu optei pelo trabalho e hoje o de menor não trabalha.<sup>51</sup>

A frese do mestre Fãisca reforça justamente a questão levantada acerca destes mestres não terem a formação exigida para ocupar espaços cercados por normas e exigências estes mestres são fundidos “a fogo lento”, são moldados a partir de uma conjuntura totalmente diferente da qual as universidades e as faculdades de educação física oferecem, o mestre fãisca é um exemplo, pois sua escolaridade não passa do ensino fundamental, o que o impede de permear certos espaços justamente por isso.

Para tanto, se buscou entender mais acerca da vida do mestre Fãisca, através dos relatos , dos mestres de capoeira, que fizeram o primeiro contato com ele quando ainda era iniciante na capoeira, na cidade de Salvador, para que se pudesse entender a formação deste dentro do universo capoeirístico assim se fez necessário entrevistar seu primeiro e único mestre, Jorge Sátiro da Conceição (Mestre Jorge Satélite), este afirma que:

É primeiro mestre Fãisca treinava lá no bairro da Paz na Amaralina que hoje chama de bairro da Paz treinando com Mestre Paulo dos Anjos no período que ele foi morar em Castelo Branco, ele não estava tendo tempo de ir treinar lá no bairro da Paz então veio para Castelo Branco, eu pedi para mestre Paulo para deixar ele treinando comigo então nós começamos esse trabalho treinando lá em Castelo Branco então nós começamos, ele começou lá com um cordão amarelo e azul e depois foi até o estágio de professor hoje foi formado em professor hoje ele é a segunda graduação de Mestre então foi o mesmo ensinamento do mestre Paulo passei para ele eu passei para ele e

---

<sup>49</sup> Entrevista Concedida por OLIVEIRA, Raimundo de Jesus. Raimundo de Jesus Oliveira [agosto.2015] Entrevistadora: Claudiana Ribeiro Dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2015-2 ARQUIVIS Mp3 (26 minutos e 39 segundos).

<sup>50</sup> Associação Cultural de Capoeira CLIPES Academia.

<sup>51</sup> Entrevista Concedida por OLIVEIRA, Raimundo de Jesus. Raimundo de Jesus Oliveira [agosto.2015] Entrevistadora: Claudiana Ribeiro Dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2015-2 ARQUIVIS Mp3 (26 minutos e 39 segundos).

passsei para todos os meus alunos, porque é importante nossos alunos guarda as coisas do mestre, o movimento do mestre para gente desenvolver na roda então foi isso que nós passamos para ele a seqüência do mestre Paulo dos Anjos e nós não podemos mudar, tem alguém que mudou o que mestre Paulo fazia e o que o mestre Paulo gostava mas eu e meus alunos nunca mudamos. Então hoje tenho a felicidade de vê Raimundo com alunos aqui em Poço Verde a gente veio aqui muitas vezes antes era no ferro velho que ele dava aula para os alunos que teve lá, então nós agora nós, estamos aqui nesse trabalho, porque hoje a importância da nossa associação que ele treinou no grupo de Angola hoje, Associação de capoeira CLIPS academia levamos o nome de mestre Paulo como referência então esse trabalho que ele está fazendo hoje está sendo produtivo como ele hoje está fazendo esse trabalho ta sendo produtivo<sup>52</sup>

De acordo com o presente depoimento que traz a fala do mestre Jorge Satélite se percebe que ele acompanha o trabalho do mestre Faísca na cidade de Poço Verde demonstrando também ter grande satisfação em ver seu aprendiz, que hoje é mestre continuar com a capoeira em outra cidade depois de ter saído da cidade de Salvador para vir residir na cidade de Poço Verde vemos que todo ano o mestre Jorge se desloca de Salvador para fazer esse acompanhamento dos batizados dos alunos de faísca também como forma de reforçar a questão da prática da capoeira na cidade; Neste caso me refiro ao Mestre de Capoeira Jorge Satélite, que é o mestre mais velho e graduado de todo o grupo.

Todas as decisões que forem tomadas antes tem que passar por ele, para pegar o cordão de aluno graduado já há maiores exigência como fazer um jogo bonito e de acordo com o patamar exigido para que possa conseguir o cordão de aluno graduado tendo também que executar as sequências de golpes que lhe são passados durante todo o tempo que é treinado para que possa pegar o cordão, depois de todas as etapas do jogo o aluno ainda tem que executar uma sequência de toques de berimbau que só é exigida quando o aluno almeja uma graduação mais elevada, de forma que não erre nenhum deles, mostrando assim que está pronto para assumir o cordão que vai ser entregue ao mesmo.

Em suma o batizado na cidade de Poço Verde ocorre todo fim de ano mês de dezembro, se inicia pela graduação infantil, que tem como cordão o verde claro, que é o primeiro cordão infantil o segundo é verde claro, com ponta verde escura, é a segunda graduação infantil, verde claro com ponta amarela segunda graduação do infantil, verde claro com a ponta azul quarta graduação infantil, verde claro com ponta branca quinta graduação infantil, verde claro e amarelo sexta graduação infantil, após a graduação infantil o ano acima de quinze anos pode pegar a graduação adulta, o primeiro cordão desta graduação, tem a cor verde escuro.

Após o verde escuro, o aluno pega o segundo, que é o verde amarelo. O totalmente amarelo é a terceira graduação adulta, o amarelo e azul é a quarta graduação adulta, após pegar essas quatro graduações, o aluno pega o cordão azul quinta graduação adulta, para pegar a quinta graduação o aluno tem que saber tocar cinco toques de berimbal, que são angola, são bento grande, são bento pequeno, e cavalaria. O aluno passa cinco anos com o cordão azul, depois pega o cordão de professor para isso ele precisa ter pelo aumento o segundo grau, já ensinar a capoeira, tocar e cantar, as músicas da capoeira.

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida por CONCEIÇÃO, Jorge sátiro da. Jorge Sátiro da Conceição, [dezembro 2015]Entrevistadora: Claudiana Ribeiro Dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2015-2 ARQUIVIS Mp3 (15minutos e 38 segundos).



Assim passaria mais cinco anos com essa graduação, de professor após esses tempo se torna mestre, mais para conseguir a graduação de mestre ainda se passa por três fases, na primeira o mestre pega o cordão branco com a ponta verde que é a primeira graduação de mestre, e passa mais cinco anos com essa graduação, após cinco anos pega o cordão branco com ponta amarela, a assim passa mais cinco anos com esse depois se pega o cordão branco com a ponta azul, e passa com esse mais cinco anos, depois de então pega o último cordão que é um todo branco, que é a última graduação de mestre. As seguintes etapas fazem parte das exigências da ACCCA, associação qual o mestre Faísca faz parte, sendo que para que o aluno faça essa troca de cordões descrita anteriormente, tem que haver o batizado.

Após o término do batizado geralmente se forma um círculo e começa uma roda de samba momento de descontração após o jogo onde os alunos comemoram a obtenção do cordão, e onde os mesmos podem mostrar sua desenvoltura na roda de samba, sendo que se formam duplas e assim adentram ao centro da roda e começam a sambar sendo que qualquer membro do grupo tem a autonomia de entrar na roda e pedir o lugar tanto do homem quanto da mulher, é um processo aleatório onde todos participam e se divertem.

O Mestre Faísca ministra suas aulas com a finalidade que seus alunos possam conseguir alcançar o batizado e assim ir pegando as graduações o mesmo tem a intenção que seus alunos permaneçam jogando a capoeira só assim poderão ir a cada batizado mudando de graduação e conseguindo mais ascensão com relação ao tipo de cordão. Sendo que cada cor de cordão representa um tipo de graduação na ACCCA se divide em etapas, a troca destes cordões, com relação a pratica da capoeira enquanto instrumento que garanta a estabilidade financeira o Mestre Faísca cita:

Eu não vejo por ai porque assim, é com a capoeira não dá para você sobreviver, a capoeira para mim é tudo, é minha vida, mas para mim pensar que a capoeira vai fazer meu futuro, não faz, porque a gente não ganha para isso não tem o apoio suficiente para que você possa ter seu salário e possa confiar que a capoeira possa lhe oferecer isso, então eu trabalho da maneira que eu posso, não é por isso que vou deixar de formar do jovem cidadão porque não tenho apoio suficiente.<sup>53</sup>

É notório que o mesmo não consegue com a capoeira se manter, o referido mestre é mais um entre inúmeros mestres de capoeira detentores e transmissores da tradição oral e que lutam com todas as forças para que possam realizar seu trabalho, contudo ainda não vemos uma devida valorização. Destes indivíduos que tem um papel fundamental na manutenção de uma história de uma luta, ou seja, de trajetória de um povo sofrido e reprimido durante séculos.

Com relação ao uso dos cordões, cordas ou cordel, denominação que varia de acordo com cada grupo, sendo que o mestre Bimba foi quem inovou trazendo a questão da graduação e do batizado, inicialmente o mestre estipulava a utilização do lenço de seda nas mais variadas cores depois ao longo do tempo foi associado o uso do cordão, na cerimônia do batizado, cerimônias essas que são entoados pelo sons do berimbau, tambores, atabaques e pelas músicas que retratam a trajetória da capoeira dos negros, das lutas e das vitórias. O batizado vem também como símbolo de resistência e manutenção de uma prática.

---

<sup>53</sup>Entrevista Concedida por OLIVEIRA, Raimundo de Jesus. Raimundo de Jesus Oliveira [Agosto.2015] Entrevistadora: Claudiana Ribeiro Dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2015-2 ARQUIVIS Mp3 (26 minutos e 39 segundos).



Assim novamente os mestres de capoeiras enquanto divulgadores e mantenedores desta prática cultural que vem sendo mantida ao longo dos séculos. E que surge a partir de uma prática que remete a um povo de determinada cultura, não se sabe ao certo a origem propriamente dita da capoeira, alguns estudiosos acreditam que o surgimento se dê na própria África, outros acreditam numa criação genuinamente brasileira enfim, independentemente do local de surgimento no Brasil.

Existe sim, eu vejo assim a minha visão que eu tenho lá, que outras artes marciais que não são brasileiras são mais valorizadas do que a capoeira o pessoal não entende a capoeira como arte marcial né? Eles tem uma coisa assim “ah é uma dança”, não conhece a história e acaba distorcendo o que é a capoeira na realidade, a capoeira é uma luta de libertação do negro, o negro criou a capoeira para se defender para se afirmar perante o opressor então a capoeira é tudo isso, é cultura, é dança, é esporte, é luta, a capoeira é o único esporte do mundo que agrega tudo isso dentro dela tem a musicalidade tem a luta e tem a parte folclórica então a capoeira é tudo isso então tem que ser mais valorizada.<sup>54</sup>

Fica notória na fala do mestre de capoeira “U”<sup>55</sup> a sua insatisfação com a questão dos olhares que se voltam para capoeira na nossa sociedade atual, não se tem o propósito de afirmar que a capoeira não é bem vista na sociedade de maneira geral, pois vemos a mesma a cada dia sendo difundida pelo mundo e se ele está sendo difundida, significa que aqui no Brasil se tem essa preocupação da difusão mais é interessante salientar a inquietação do mestre com a pouca valorização da mesma no Brasil, sendo que o mesmo elenca que em outros países a mesma chega, aqui, essa inquietação parte da questão da capoeira ter sido conhecida aqui difundida aqui e criado corpo aqui no Brasil assim a mesma diferente das demais artes marciais tem essa diferencial.

Contudo, o mestre Faísca a cada dia, que sai para labuta que vai à procura de espaços para ministrar suas aulas que tenta mostrar para a sociedade seu trabalho divulgando fazendo rodas de capoeira ao ar livre nas feiras nos eventos vêm com essa incessante saga de não deixar a tradição da capoeira transmitida de forma contínua paulatina, lutando para manter essa pratica cultural viva na cidade.

Possuir um conhecimento, uma arte, um ofício, uma habilidade, um saber que tem sua história inserida no território popular, credencia um mestre a pertencer a categoria de mestre da cultura popular. No entanto, apenas ter atribuições é insuficiente, haja vista que nesse campo, para ser um mestre é necessário transmitir conhecimento. Ensinar o saber que domina, proporciona uma pessoa ser reconhecida como mestre. (PAIVA, 2007, p.123)

É notório que uma das atribuições do mestre de capoeira é justamente a de transmitir para as pessoas os seus conhecimentos acerca da arte , dança, luta e cultura, que é a capoeira, não podendo o mestre se eximir deste papel, que é primordial para que se mantenha essa tradição, para tanto o mestre de capoeira tem a obrigatoriedade moral e ética de cumprir com o eu lhe é atribuído como tarefa fundamental dentro deste contexto, sendo que a vivencia do mestre de capoeira ao longo dos anos é justamente essa de aprender e passar para o outro o que está sendo

---

<sup>54</sup>Entrevista Concedida por SILVA, Ueslei Carvalho. [dezembro.2015] Entrevistadora: Claudiana Ribeiro Dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2015-2 ARQUIVIS Mp3 (8 minutos e 49 segundos).

<sup>55</sup>Ueslei Carvalho Silva

aprendida desta forma essa transmissão do conhecimento acaba se dando de forma muito natural na capoeira.

## **O PAPEL DO MESTRE DE CAPOEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DOS MESTRES DE CAPOEIRA NA SOCIEDADE.**

Refletir acerca do papel dos mestres de capoeira requer que atentemos para questões que vão além de uma prática. Mas sim analisar aspectos que vem sendo passados de geração em geração ao longo do tempo. Resistindo desde a discriminação em tempos passados até a dificuldade de exercer essa prática, seja por falta de espaços físicos seja ou por falta de valorização desses mesmos que trazem apenas um conhecimento que foi adquirido com o tempo, conhecimento recebido por meio de experiências trazidas pelos antepassados. Que são os detentores desta cultura popular.

A titulação de mestre de capoeira é uma questão delicada, que pessoas são essas que passam a ter o título de mestres e como o título chega a eles? na capoeira o que se vê de forma mais geral, é há duas maneiras para a pessoa ser merecedora do título, A primeira a pessoa tem o hábitos do mestre e o título é atribuído sem que ele precise passar por um processo de formação[...] O que pode ter acontecido, ou seja a hipótese é de que alguém passou a se referir, a essas pessoas como mestres, eles tornaram-se mestres, em outras palavras, passam a ter o reconhecimento desse título, mais não na época em que atuaram,[...]Assim independente da existência do título, na capoeira, características atribuídas, a uma pessoa merecedora desse título, existiam; antecedem a ele[...] (PAIVA, 2007,p.122)

Esses mestres são detentores de um conhecimento não adquiridos em espaços universitários, mas através de ensinamentos passados por experiência na prática da capoeira, e na transmissão e divulgação desta cultura popular. Onde estes mesmos são os responsáveis por manter viva essa tradição e passar essa aprendizagem para as gerações futuras ou seja tem o papel importantíssimo de manter vivo algo que vem ultrapassando séculos e diversas barreiras.

Quando perguntado sobre o que significa ser mestre de capoeira o Mestre Faísca<sup>56</sup> cita:

É uma importância muito grande, porque você, além de você está fazendo bem para a sua saúde você está acolhendo pessoas que se acha que não tem mais solução, então a capoeira não é só a capoeira que faz isso com as pessoas qualquer esporte acolhe e mostra o bom caminho para cada um.<sup>57</sup>

Ele vem atribuir seu papel não só a transmissão de uma cultura, mas também aos benefícios do esporte para a saúde e o acolhimento a pessoa que vem praticar a capoeira o mesmo caracteriza a capoeira como acolhedora atribuindo a ele essa função de mediar esse acolhimento para que se possa mostrar um bom caminho, ressalta que a capoeira enquanto esporte pode ajudar os seus praticantes a terem motivação e novas perspectivas na vida.

“Outra característica muito importante dessa forma singular de aprendizado é a inexistência, por parte dos mestres, de uma metodologia ou específica para a transmissão de sua arte.” <sup>58</sup>

---

<sup>56</sup>Raimundo de oliveira de Jesus

<sup>57</sup> Entrevista Concedida por OLIVEIRA,Raimundo de Jesus. Raimundo de Jesus Oliveira [Agosto.2015] Entrevistadora: Claudiana Ribeiro Dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2015-2 ARQUIVIS Mp3 (26 minutos e 39 segundos).

<sup>58</sup>R685 Roda de Capoeira e ofício dos mestres de capoeira / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF : Iphan, 2014. 148 p. : il. color. ; 25 cm. – (Dossiê Iphan ; 12) | SBN : 978-85-

É importante ressaltar que os ensinamentos transmitidos pelos mestres de capoeira não têm uma pedagogia específica eles que escolhem como vão aplicar seus conhecimentos ou avaliar seus alunos, não há uma prática específica a ser seguida porque cada mestre tem suas subjetividades e sua forma de interagir e ensinar.

O que vai depender muito da formação de cada mestre, ou seja, sua matriz do seu mestre anterior qual vai deixar marcas na forma de agir do futuro mestre que antes passa pela fase de aprendiz.

Depois absorve os ensinamentos e se forma mestre tendo assim um longo arcabouço de informações e prática. Onde o mais velho ensina aos mais jovens justamente por já ter uma bagagem e uma experiência maior tanto de vida quanto na prática da capoeira. Souza (2011), traz uma reflexão acerca dos mestres de capoeira angola trazendo a visão de vários autores acerca da ancestralidade e da tradição aonde o mestre vem como o centro de um processo complexo de ancestralidade onde estes mesmos são guardiões de uma tradição.

E agentes de um processo extenso e complexo onde se faz necessário preparar o aprendiz ao longo dos anos o para que possa ganhar a titulação de mestre, o autor afirma que na capoeira Angola é comum esse processo de maturação do indivíduo para que posteriormente possa chegar ao título de mestre.

O mestre Faísca começou a jogar capoeira na ACCCA (Associação cultural de Capoeira Clipes Academia que se localiza na cidade de Salvador-BA, foi fundada em 24 de novembro de 1965, atualmente tem como Presidente Cleber dos Santos Roque, Vice Presidente, Marcos Antônio de Lima<sup>59</sup>.

É notório que o referido mestre, tem total apoio e incentivo da academia qual faz parte, no sentido de continuar com a capoeira, na cidade, todavia é interessante refletir acerca do papel do mestre de capoeira na sociedade atual e como estes mesmos estão inseridos dentro do contexto Social e capoeístico.

A inserção da capoeira em espaços sociais de caratê educacional, escolas e universidades, representa um processo de redefinição dos seus cenários e autores. Uma possibilidade de trabalho para possuidores de títulos acadêmicos o que é motivo de críticas e ressentimento dos mestres veteranos com experiências de mais de trinta anos de capoeira, considerados no campo capoeístico como legítimos conhecedores da prática da capoeira. As críticas atribuídas por esses mestres estão relaciona mais das ao fato de eles ficarem fora do processo uma vez que não possuem licenciatura em educação física.<sup>60</sup>

O fato da capoeira estar sendo expandida de forma muito latente, principalmente por já existir a obrigatoriedade e o incentivo de se abordar a questão afro-brasileira no cenário educacional, do país acaba deixando na margem do processo os velhos mestres de capoeira detentores apenas de um conhecimento passado de forma informal de geração para geração, estes mesmos se vem diante de um processo que não conseguem acompanhar nem interagir pois são impedidos por

---

7334-258-1 1. Patrimônio Imaterial. 2. Capoeira. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. II. Série. CC D 793.31

<sup>59</sup> 1° Secretária Dária Juliete da Conceição Bonfim Santana, 2° secretário, Alex dos Santos Baiano. 1° Tesoureiro, Jorge Sátiro da Conceição. 2° Tesoureiro, Maria de Lurdes Santos, Os membros do conselho Fiscal são: 1° Membro, Djalma Jesus da Silva. 2° Membro, Carlos Alberto Bitancourt da Silva, 3° Membro, Valdeilson de Lima da Silva, podemos perceber que a ACCCA, tem uma estrutura bem definida nos termos burocráticos e institucionais.

<sup>60</sup> Paiva Ilnete Propino de. A capoeira e os mestres/ Ilnete Propino de Paiva, Natal. RN 2007 166 f. p. 122.p.157

não terem formação exigida para passar os ensinamentos da capoeira dentro do âmbito educacional.

Contudo as práticas destes mestres ainda persistem, O mestre Faísca é só mais um dentre tantos outros mestres de capoeira que lutam dentro de uma sociedade extremamente excludente e desigualaria pela manutenção de sua prática.

Prática essa que vem sendo de determinada maneira podada no sentido de não existir para estes mestres a possibilidade, de exercerem a profissão de mestres de capoeira dentro destes espaços.

[...] o saber transmitidos pelos mestres formados na tradição da capoeira e como tal reconhecidos por seus pares; e a roda onde a capoeira reúne todos os seus elementos e se realiza de modo pleno o **Ofício dos Mestres De Capoeira** é exercido por aqueles detentores dos conhecimentos tradicionais desta manifestação e responsável pela tradição oral das suas práticas, rituais e herança cultural, largamente difundida no Brasil e no mundo.( PAIVA, 2007.p.157)

O IHPAN<sup>61</sup> certifica o ofício dos mestres de capoeira como bem cultural, isso importa para a proteção e até para implementação de políticas públicas no sentido de preservação e ampliação. Porém, não significa que o Estado brasileiro tenha reconhecido o caráter trabalhista da atividade, talvez isso importe para o ingresso dessa atividade no Código de Ocupações (lista de todas as atividades desenvolvidas como trabalho ou ofício para fins diversos inclusive previdenciários) .Com a certificação impõe ao Estado brasileiro uma obrigação legal ou jurídica de proteger, preservar, salvaguardar etc. ou seja, antes da certificação essa obrigação é inexistente, salvo por provocação, agora impõe ao Estado o dever de fazer e proteger.

Para tanto, é notório que o mestre de capoeira é o centro de todo o processo de disseminação da capoeira pelo mundo, pois são estes mesmos que vem resguardando a mesma e preservando a herança cultural que esse esporte, carrega em sua trajetória histórica, contudo é notório que estes mestres ainda não têm a regulamentação da sua prática pelo estado brasileiro.

A regularização desta prática proporcionaria aos mestres de capoeiras as mínimas condições de sobrevivência haja vista que o Mestre Faísca é um exemplo de mestre de capoeira que mantém sua prática de forma voluntária não existe nenhum incentivo ou remuneração para o mesmo além de manter a sua prática capoeirística o mesmo exerce várias funções para poder conseguir o sustento da família.

Assim estes mestres entram no campo do descaso e do esquecimento por vezes não tendo possibilidades e condições de continuarem com a prática da capoeira e com a manutenção da tradição justamente pelo fato de ter que buscar meios para a sua sobrevivência meios estes que a capoeira não proporciona para os mestres.

Com relação a sua prática na cidade de Poço Verde o Mestre Faísca salienta:

Agora de uns tempos pra cá está até melhorando nos últimos dois anos né melhorou só que agora está pisando no freio como se diz a história, eu acho que assim, quando você quando eles vêm graças a Deus o trabalho está crescendo esse ano graças a Deus Eu batizei 65 alunos. Então graças a Deus eu estou vendo que o trabalho está crescendo então uma vez outra vez me dá um carro um transporte pra eu viajar para eu sair porque eu acho assim se a sociedade olha para o trabalho que eu faço eles não precisavam nem me pagar nada bastava ele dar carro pra gente, porque a gente participa de vários eventos por causa disso né então os jovens hoje em dia gosta de sair gosto de conhecer pessoas lá fora principalmente do mundo da capoeira,

---

61 Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional.

então se eles fizessem isso para mim é suficiente eu não ando atrás de dinheiro entendeu? E como eu disse transformar jovens um cidadão não é difícil nem é complicado é só você entender ele saber trabalhar com ele porque aí quando você sabe trabalhar com ele aí acontece o que ele próprio vai se enxerga.<sup>62</sup>

É notória a dificuldade de manutenção do trabalho e da prática do mestre na sua presente fala onde se tem grande dificuldade de se conseguir incentivo público para que o mesmo possa proporcionar aos seus alunos viagens para eventos quais acontecem de forma frequente.

Quando se tem estes eventos o mestre busca de todas as formas o patrocínio e incentivo para que todos os seus alunos possam ir conhecer outros capoeiristas, novas formas de jogo ter contato com outros grupos de capoeira, até como uma forma de incentivo para estes alunos jovens que gostam de conhecer pessoas, saírem assim por meio da capoeira também se despertaria o interesse, de não abandono da prática.

Que para os alunos se torna atrativa, por proporcionar o reconhecimento, quando se está dentro de uma roda<sup>63</sup>, por pertencer a um grupo e principalmente incentiva o aluno a Ester em constante formação, cada ano pegando uma nova graduação na capoeira, desta forma o mestre tenta fazer a manutenção e transmissão desta prática.

Em suma o mestre de capoeira, é quem mantém a relação direta, com os alunos os incentivando acolhendo e ensinando a arte, Taveres (2006), retrata a relação de muitos discípulos, com seus mestres tanto no Brasil quanto no exterior, como sendo uma relação muito amigável, íntima, onde estes mesmos tem uma admiração e consideração imensa por esses indivíduos que tem o prestígio, e que é detentor de grande conhecimento acerca das técnicas da capoeira, havendo essa troca de respeito e harmonia. Pois este mesmo é o mentor das novas gerações é quem tem muitos anos de prática na capoeira que vivenciou, e fez parte das rodas de capoeira quais representam o ritual sagrado.

Nesta perspectiva se buscou entrevistar, os alunos do mestre Faísca em especial os mais antigos, dentre eles Fagner Ferreira dos santos na capoeira conhecido como Matador, este é seu apelido. Este tem uma longa jornada junto ao mestre Faísca pois o mesmo pratica a capoeira com o mestre desde o ano de 2002, quando ele chega na cidade de Poço Verde- SE com o intuito de divulgar a capoeira, assim o aluno que sempre acompanhou o processo de desenvolvimento da prática do mestre na cidade, bem como os batizados e episódios vivenciados ao longo dos anos. Tem grandes contribuições a fazer acerca da trajetória do mestre.

As dificuldades são muitas porque primeiramente vem o apoio, o apoio que eu falo o apoio das autoridades, poderiam ser, mas presentes e não é bem assim a gente as vezes sente muita falta, dos apoios das autoridades incentivos, né para que a capoeira fosse mais reconhecida, mas valorizada, tem também a gente tem dificuldade também tipo, em manter a academia, como eu posso dizer assim com muitos alunos, por que sempre muitos gostam mais precisam estudar trabalhar muitos acabam desistindo, a gente procura fazer o máximo para que o aluno não desista, mas sempre acontece, isso então, o preconceito também as vezes, com mulheres na capoeira ainda hoje tem um pouco desse preconceito mais o importante é que a gente tenta driblar esse obstáculos e seguir em frente mais as maiores dificuldades que

---

<sup>62</sup> Entrevista Concedida por OLIVEIRA, Raimundo de Jesus. Raimundo de Jesus Oliveira [Agosto.2015] Entrevistadora: Claudiana Ribeiro Dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2016-1 ARQUIVIS Mp3 (26 minutos e 13 segundos).

<sup>63</sup> Círculo formado pelos próprios capoeiristas onde no centro acontece o jogo.



a gente sente pelo aumentos eu no meu ponto de vista é apoio das autoridades que poderiam ser mais presente e manter a academia e como eu falei essa coisa que a gente tem de deixar a academia como muitos aluno<sup>64</sup>

Na fala do referido aluno, que vem acompanhando a trajetória do referido mestre de capoeira, é possível perceber, mais dificuldades, quando o mesmo cita que além da falta de apoio, e de um incentivo e valorização maior, também há a grande dificuldade de manter o grupo de alunos em grande número pois a maioria das pessoas que começam a praticar a capoeira, por vezes tem que desistir para a realizar outras atividades, seja para trabalhar, ou viajar para conseguir emprego em outros locais.

É evidente que a capoeira não é a prioridade neste contexto, o presente aluno ainda aborda a questão do preconceito para com as mulheres que praticam a capoeira, que segundo ele é inegável que existe, haja vista que vivemos em uma sociedade dita igualitária, onde as mulheres lutam por igualdade, e fim de estereótipos, fazendo referência a capoeira está no contexto abordado ainda sofre discriminação por ser praticante da capoeira. É inegável, que a trajetória do Mestre Faísca é permeada por um leque de situações, que não o fizeram desistir, assim se pode perceber, por meio da fala do aluno, o grande legado que este tem passado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em meados de 2011, me deparei com um mestre de capoeira qual divulgava e praticava a capoeira, pela cidade e municípios de Poço verde, assim desde o momento esta prática instigou a minha curiosidade e inquietação, pelo infortúnio do mestre, bem como pela força de vontade deste de passar seus ensinamentos no ano de 2013, houve o meu ingresso no curso de história, desta forma já tinha a certeza do que iria estudar, no trabalho de conclusão de curso: A Prática Do Mestre De Capoeira Faísca: Suas Conquistas E Dificuldades Em Poço Verde/Se.

Esse trabalho fez um dimensionamento do impacto da prática de capoeira pelo mestre Faísca na cidade de Poço Verde/Se e de como um mestre de capoeira da sociedade do século XXI sente os efeitos, positivos ou negativos dessa prática, ou seja, ele serviu como sensor da realidade desses profissionais no âmbito de sua individualidade partindo do micro para o macro, do individual para o genérico.

Assim logo de início tentei transparecer o que seria um mestre de capoeira, trazendo para o foco as contribuições de outro mestre de capoeira da Bahia que contribuiu de forma direta para a desvinculação da capoeira da marginalidade, me refiro ao mestre Bimba, a partir da figura do mesmo, tracei o papel do mestre de capoeira, o significado dos seus ensinamentos para os aprendizes dentre outros aspectos que englobam a dinâmica da capoeira, na qual o mestre está totalmente vinculado.

Pautou-se a analisar sob a luz do ponto de vista teórico e através de pesquisas colhidas. As pesquisas resultaram num material de fonte oral servido deste modo como fundamento e lastro do presente trabalho. Abordou e deu ênfase a todo

---

<sup>64</sup> Entrevista Concedida por Santos, Fagner Ferreira dos, Fagner Ferreira dos santos [ABRIL.2016] Entrevistadora: Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2016-1 ARQUIVOS Mp3 (10 minutos e 13 segundos).

processo pelo qual passou a capoeira desde a marginalidade até o status de patrimônio cultural da humanidade.

Durante toda a pesquisa foram surgindo questões como: o verdadeiro papel que o mestre hodierno ocupa na sociedade, o porquê da falta de incentivo de políticas públicas, a força da representação social da capoeira, a transmissão artesanal dela e sua sutil necessidade de manutenção, proteção e perpetuação histórica, dentre outros fatores abordados.

O estudo detalhado do referencial teórico e o processo de entrevistas com o mestre juntamente com seus alunos e além deles outros mestres inseridos no mesmo contexto do mestre Faísca foram fundamentais para entender suas conquistas e dificuldades na cidade de Poço Verde.

No tocante as conquistas é preciso ressaltar que se trata da alegria do mestre em ter a quantidade de alunos que tem. Para ele é uma conquista conseguir passar a capoeira para tantos jovens, principalmente por não possuírem históricos de vida muito favorável. No sentido de oportunidades a capoeira se torna um fôlego a mais para eles enfrentarem as dificuldades diárias, incentivar o aluno a continuar perseverante por algo melhor e a lutar pelo que almeja.

Durante o desenvolvimento das entrevistas com mestres de capoeira, que enxergam a prática do mestre como um projeto social de extrema importância para cidade, ficou perceptível em um dos mais antigos alunos do mestre o quão a capoeira modificou a vida deste, ou seja, se pode perceber na prática o que o projeto social do mestre é capaz de fazer na vida das pessoas.

As dificuldades seriam o que foi abordado durante toda a pesquisa, a falta de incentivo e auxílio público muito evidente na fala de todos os mestres e alunos entrevistados, apesar de toda representatividade social dessa prática; seria um equívoco dizer aqui que a capoeira não é valorizada pela sociedade em geral, pois se sabe que a ela se expande a cada dia por diversos países.

O trabalho teve como centro e censor o mestre de capoeira, que está distante desta expansão, por serem indivíduos formados pela tradição dentro das rodas de capoeira de modo tão peculiar e artesanal dificultando assim qualquer investida que privilegie a produção de massa, pois o mestre é forjado a “fogo lento”, é a experiência, a observação de longo prazo as construtoras dos mestres razão pela qual não se pode “vender” facilmente a capoeira, contudo diante de sua ímpar importância e representatividade jamais poderemos desconsiderar a iminente necessidade de preservá-la.

Tendo uma dinâmica própria, que vem desde os seus ancestrais acerca de como conduzir. Esta prática não é formada pelas faculdades não cumpre exigências acadêmicas comuns como existentes em espaços como: escolas, universidades e outros. Isso inclusive minimiza a expansão, por essa razão, ter como foco a prática do mestre faísca traz ao centro da discussão a saga dos mestres de capoeira que vivem com extrema dificuldade no fazer pensar a dificuldade dos mesmos conseguirem adentrar a outros espaços além dos habituais.

Os mestres de capoeira são formados no calor da tradição não há como imaginar eles dependentes de uma formação acadêmica para que possam exercer a sua prática, seria engessar este mestre que passaria a tentar entender outra lógica que não é a dele.

Não estando impedido é claro de eles adentrarem a estes espaços com o intuito de cumprir esta exigência para o exercício de sua prática, mas tendo como exemplo o mestre Faísca se percebe a total impossibilidade dele se inserir neste contexto acadêmico para conseguir um diploma universitário, e só então pudesse exercer a

sua prática em espaços que só com a formação pela tradição de mestre de capoeira não é possível.

Durante este trabalho procurou-se abordar o papel do mestre de capoeira na sociedade, bem como seus projetos e conquistas. Diante disso, é possível entender eles dentro dum contexto social real, usar o mestre Faísca como lastro de estudo para analisar sua prática na cidade de Poço Verde reforça a ideia que há muito ainda há ser feito pela capoeira.

Principalmente pelos mestres que são os detentores deste saber prático passado de geração em geração ao longo dos séculos de acordo com a evolução do aprendiz, este por seu turno se consolida com o passar dos anos e com a experiência exigida conforme as regras de cada grupo conseguindo e só assim, por conseguinte o título de mestre.

O mencionado mestre de capoeira, que dentro do referido contexto é um transmissor dos ensinamentos passados ao longo de séculos, luta de forma cotidiana para continuar com a manutenção de sua prática dentro de um cenário que não lhe proporciona as devidas possibilidades e apoio necessário para o bom desempenho do seu trabalho, que vale salientar que é voluntário, contudo abrange uma quantidade significativa de jovens da cidade e das redondezas que encontram na capoeira a harmonia o coleguismo, a diversão e o aconchego que o grupo vem proporcionar. É notório essa relação entre os integrantes do grupo a partir da observação realizada acerca da vivência destes mesmos.

Logo, deixou-se claro durante este estudo que tal prática não pode ser enquadrada nem engessada, pois a formação do mestre de capoeira segue uma dinâmica própria do cada grupo, de forma enquadrada e normatizada a capoeira teria que seguir uma lógica que não é dela, perderia inevitavelmente suas especificidades, originalidade e seu vínculo com a tradição, além disso, perderia também seu principal propósito que sempre foi lutar por liberdade, de viver conforme o que se acredita.

### **Referências:**

Entrevista Concedida por OLIVEIRA, Raimundo de Jesus . Raimundo de Jesus Oliveira [Agosto.2015] Entrevistadora: Claudiana Ribeiro Dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2015-2 ARQUIVIS Mp3 (26 minutos e 39 segundos).

Entrevista concedida por CONCEIÇÃO, Jorge sátiro da. Jorge Sátiro da Conceição, [Dezembro 2015] Entrevistadora: Claudiana Ribeiro Dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2015-2 ARQUIVIS Mp3 (15 minutos e 38 segundos).

Entrevista Concedida por Santos, Fagner Ferreira dos, Fagner Ferreira dos santos [abril.2016] Entrevistadora: Claudiana Ribeiro Dos Santos Andrade, Poço verde- SE 2016-1 ARQUIVOS Mp3 (10 minutos e 13 segundos).

PAIVA Ilnete Propino de. A capoeira e os mestres/ Ilnete Propino de Paiva, Natal. RN 2007 166 f.



SOUZA, Tiago vieira, O Mestre de Capoeira Angola ensina pegando pela mão, Saberes artefatos e rituais no processo de formação/Tiago vieira de Souza, Samuel de Souza neto Melissa Fernanda gomes da silva. São Paulo Cultura Acadêmica 2011.208p.

TAVERES, Luís Carlos v. O corpo que ginga, joga e luta: a corporeidade na capoeira, Luís Carlos Tavares(Mestre Lucas); projeto gráfico e arte final Gabriela nascimento Capa Juracy Junior; fotos arquivo fundação Pierre Verger- Salvador: Edição do Autor,2006.

## DUAS VIDAS, DOIS DESTINOS: O USO DE DIÁRIOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA REGIONAL EM “O FANTASMA” DE DANIELE STEEL

Cristina Pasquetti Massutti<sup>65</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa tem por objetivo apresentar uma análise sobre o uso de diários como fonte histórica dentro da obra literária “O fantasma” da autora Danielle Steel, promovendo um encontro entre a História Regional e a Literatura. A metodologia utilizada é a seleção de trechos do uso de diários para posterior estudo. Esta pesquisa é relevante porque não foram encontradas análises obra de Steel e poderá trazer um novo olhar para a História Regional o uso de fontes históricas dentro das narrativas.

**Palavras-chave:** Literatura; História Regional; Danielle Steel; Diários.

### INTRODUÇÃO

As histórias sobre fantasmas e criaturas fantásticas têm atraído, cada vez mais, os leitores brasileiros, seja por conta da identificação com os temas que costumam acercar essas obras de ficção (tais como relacionamentos, amizades, aventuras, mistérios, entre outros), seja pelo interesse com relação ao próprio sobrenatural. Neste artigo, trazemos uma análise literária histórica-espacial sobre uma dessas narrativas. A obra escolhida para tal intitula-se “O fantasma”, da autora estadunidense Daniele Steel. O enredo da trama discorre sobre dois personagens principais, introduzindo ao leitor da obra duas vidas e dois destinos muito diferentes, cujas histórias entrelaçam-se mesmo separados por vários séculos.

Charlie Waterston, um dos personagens principais, é um arquiteto recém-divorciado que decide deixar a Inglaterra, regressar para os Estados Unidos e realizar um pequeno período sabático antes de voltar ao trabalho. Previamente às festividades natalinas ele encontra um antigo castelo datado de 1790 em um de seus passeios, que pertenceu a um conde francês construído para a condessa de Balfour, Sarah Ferguson, a outra personagem principal. Charlie decide alugar o castelo e, no decorrer das noites, sente a presença do espírito da condessa que o guia até um baú repleto de diários que descrevem os principais fatos da vida dela enquanto viva e que servirão de base para Charlie refletir sobre a sua própria, já que ambos estariam passando pelas mesmas dúvidas e inseguranças.

Porém, ao mesmo tempo em que ele adentra na vida da condessa, podemos acompanhar as descrições realizadas por Sarah a respeito de seus locais de moradia e convivências com indígenas da região em que escolheu morar, que vão modificando-se no decorrer da narrativa, bem como descrições de Charlie sobre seu novo ambiente de trabalho e de vida. Nesse sentido, propomos o seguinte questionamento: de que forma a escrita dos diários de Sarah, bem como a própria obra literária “O fantasma”, de Danielle Steel, pode contribuir para o entendimento da história dos EUA para leitores brasileiros?

Esta pesquisa é relevante porque não foram encontradas análises a respeito dessa obra de Steel e poderá trazer um novo olhar para o uso de fontes históricas dentro das narrativas relacionadas à História Regional.

---

<sup>65</sup> Mestra em Letras e Cultura (UCS). Especialista em Orientação Educacional (Aupex). Licenciada em Letras – Inglês (UCS) e História (UNIASSSELVI). Atualmente cursa Licenciatura em Letras - Espanhol (UCS) e Geografia (UCS).

A hipótese inicial desta pesquisa era que apenas os diários de Sarah pudessem trazer alguma contribuição para a História Regional dos EUA. No entanto, sentiu-se a necessidade de ampliar a análise para os dois personagens principais.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é investigar de que forma a obra literária “O fantasma” pode contribuir com a história por meio da leitura dos diário da condessa de Balfour. Nesta pesquisa exploratória pretende-se (a) realizar a leitura dos trechos dos diários da condessa que são encontrados por Charlie; (b) compor um corpus de análise (c) verificar quais trechos escritos por Sarah podem auxiliar a conta a história das regiões da Nova Inglaterra e Meio Atlântico dos EUA; (d) averiguar se as descrições de Charlie também poderão auxiliar na compreensão dos estereótipos criados acerca dos EUA.

Este artigo está dividido nas seguintes seções: primeiramente definiremos o que é História Regional, em seguida, abordaremos sobre a literatura enquanto fonte histórica, para posteriormente, adentrarmos sobre o uso de diários e fazermos uma análise da obra. Esta última possui duas subdivisões, sendo que a primeira diz respeito à visão do personagem Charlie no tempo presente e a segunda, da personagem Sarah, por meio de seus diários.

## **1 DEFINIÇÃO DE HISTÓRIA REGIONAL**

O historiador, dentro de seus estudos, necessita entrar em contato com uma infinidade de fontes para que seu trabalho possa ser mais aprofundado, independentemente se suas pesquisas estiverem sendo realizadas em âmbito global, nacional, regional ou local. Barros (2007) explica que quando se trata de História Regional estamos fazendo uma conexão entre a História e a Geografia.

Sobre o estudo de região, adotamos o seguinte conceito:

compreendida como proposição política sob um espaço, pode ser compreendida como expressão de uma forma de espacialização do trabalho, como também ser compreendida como espaço identitário para um determinado grupo social, que se consolida nos regionalismos e que se expressa pelo hibridismo do político, do econômico e do cultural, enquanto construção de representações que fortaleçam a identidade (SUERTEGARAY, 2005,p.55).

Para complementar Suertegaray (2005) trazemos a ideia de Cambrini (2007) que diz que quando se trabalha com ideias inferidas na História Regional devemos observar que estamos analisando algo específico diante do todo. Por isso que a primeira autora destacou que a História Regional envolve um grupo social expressando questões econômicas, políticas e/ou culturais como fortalecimento da identidade (de um grupo ou um lugar). No caso da análise que faremos sobre a obra “O fantasma”, estão, principalmente, relacionadas à uma história com diferenças culturais.

Jungblut (2008) complementa os dois autores dizendo que a ideia de consolidar um espaço como região chegou ao Brasil atrelado com o pensamento da independência do nosso Estado em 1822. O autor ainda explica que esses estudos iniciaram, oficialmente, nas décadas de 1970 e 1980 partindo de fontes históricas a serem analisadas de forma empírica, proporcionando um aprofundamento em relação à história de um país. Além disso, esses recortes de uma região geralmente não são estudados de forma mais abrangente porque, possivelmente, demande mais tempo de pesquisa do que assuntos de nível nacional. Acredita-se que o motivo é por não se

terem tantas informações sobre assuntos específicos de regiões ou locais disponíveis facilmente.

## 2 A LITERATURA ENQUANTO FONTE HISTÓRICA REGIONAL

Os estudos de Ferreira (2009) indicam que a História, após consagrar-se como disciplina no século XIX, passou a atribuir ao uso de fontes para as suas pesquisas como documentos que pudessem expressar autoridade e legitimidade, tendo na Escola Metódica Francesa a encarregada para estabelecer os padrões científicos para tal uso, repercutindo, dentre outros países, no Brasil. A partir disso, Ferreira (2009) explica, ainda, que houve uma aproximação da História com outros campos de estudo. Nesta pesquisa, vamos nos ater às questões literárias em conjunto com a História.

Nesse sentido, concordamos como Lajolo (1988,p. 25) quando ela afirma que “ [...] a literatura é filtrada pela distância e pelas vivências: a que não temos do passado, e a que temos do presente”. Acreditamos que essa seja a contribuição da literatura enquanto fonte histórica, de aproximar o leitor de um passado a qual ele não teve contato e fazê-lo refletir sobre o seu presente. Acrescentamos, assim, a ideia do romance, enquanto categoria de literatura, e sua conexão com a História:

[...] o romance está intimamente entranhado na história e de história, não só porque integra os modos de produção, circulação e consumo em épocas determinadas, mas também por ter o elemento tempo como elemento básico de sua estrutura narrativa [...] com múltiplas experiências coletivas ou processos sociais no tempo.( FERREIRA, 2009, p. 75-76)

A obra “O fantasma” retrata, justamente, a ideia de Ferreira (2009) porque trata-se de uma história na história, isto é, de um recorte temporal envolvendo parte da região de onde se encontra hoje o estado de Nova York. O personagem Charlie, consegue vivenciar a história dentro da própria história por meio de suas experiências pessoais e pelos textos dos diários da personagem Sarah.

### 2.1 O USO DE DIÁRIOS

Para Cunha (2009, p. 251) o uso de diários como fontes históricas ainda não é uma prática comum no Brasil, mas eles podem “[...] salvar o esquecimento ao fixar no tempo vestígios de passados e, assim, escrever se constitui numa forma de produção de memória”. Destacamos ainda, que o autor entende que com a leitura dos diários é possível identificar momentos envolvendo tanto cenas do cotidiano, quanto momentos de amizade, amor ou tristeza, podendo, ainda, servir como reflexão sobre o que ocorre em um determinado espaço e em um determinado tempo. Em “O fantasma” esses diários são, ao mesmo tempo, uma fonte histórica para Charlie, enquanto personagem, para compreender o que se passou na vida de Sarah e uma fonte histórica literária para o leitor da obra de Steel se apropriar de elementos que, possivelmente, se não fosse morador dos EUA, não teria conhecimento sobre o assunto sem fazer uma pesquisa aprofundada a respeito.

Cunha (2009) explica que foi no século XIX que os diários surgiram como gênero literário e tornou-se uma prática recomendada para todas as mulheres letradas, isto é, que sabiam ler e escrever, na sociedade da época. Posteriormente, a escrita dos diários destinou-se, principalmente às mulheres solteiras ou para professores registrarem as suas rotinas. Cunha (2009) ainda lembra que o uso de diários foi substituído, no final do século XX pelo uso dos blogs na *internet*.

Para Blenhot (2011, p.21) “[...] aquele que escreve já deixou de ser capaz de pertencer ao tempo pela firmeza ordinária da ação [...] pela simplicidade da fala íntima e pela força da Inter reflexão”. No caso de “O fantasma” o uso dos diários por Sarah representa não só uma análise de fontes históricas como uma análise geográfica, já que é possível verificar as diferenças nas paisagens a qual ela é submetida no decorrer da narrativa, bem como observar a visão de Charlie sobre a Inglaterra (mais especificamente, Londres) e Nova York/EUA.

### 2.1.1 O tempo em “O fantasma”

A narrativa de Steel utiliza, de forma concomitante, dois tempos cronológicos, o de Charlie, no tempo presente e o Sarah, há cerca de 200 anos atrás. Para Nunes (2013) o tempo cronológico é o tempo firmado pelo uso do calendário. Nesse sentido, identificamos esse como o tempo seguido pelo personagem Charlie nos dias atuais, já que a narrativa discorre, também, sobre todos os acontecimentos vivenciados por ele no passar dos dias; já no caso de Sarah, como se trata de um recorte temporal vivenciado pela personagem com uma certa quantidade de anos de distância de Charlie, entendemos que o tempo cronológico se transforma no que se denomina tempo histórico.

Nunes (2013, p.21) explica que “[...] o tempo histórico representa a duração das formas históricas de vida [...] ritmados por fatos diversos”. Isso porque os diários de Sarah remontam um período de sua vida que são influenciados por diversos fatores recorrentes dos locais em que ela se estabelece e que exigem uma adaptação na sua estrutura existencial. Nunes (2013) ainda complementa que o tempo dentro de uma obra literária pode se deslocar tanto para o passado quanto para o futuro e que esse deslocamento pode ser percebido pelo uso da linguagem e do espaço dentro do discurso.

O uso do diários para o historiador permite, segunda Cunha (2009) não só estudar os registros de vida de uma pessoa, mas as formas de escrita, níveis de alfabetização e transição de momentos históricos. Acrescentaríamos, também, uma forma de compreender os comportamentos de uma dada sociedade em um determinado período, principalmente, para análises em relação à figura feminina, como é o caso de Sarah.

## 3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, realizamos a seguinte metodologia: (a) leitura da obra “O fantasma” de Daniele Steel; (b) seleção dos trechos que pudessem ser analisados pelo olhar da história regional que abarcassem a história de Charlie (i) envolvendo as diferenças entre Londres e Nova York; (ii) sua percepção em relação aos locais estadunidenses visitados por ele; (c) seleção de trechos envolvendo os diários de Sarah que remetiam à sua passagem por diferentes locais dos EUA e da Inglaterra. O critério estabelecido para os recortes foram os que pudessem conter elementos de estudo para a História Regional. Os resultados foram categorizados na seção de análise e resultados a seguir, sendo divididos em dois subitens: “Charlie na história do tempo presente” e “Os diários da Sarah”.

## 4 ANÁLISE E RESULTADOS

### 4.1 CHARLIE NA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

A história de Charlie inicia-se em Londres. Ele tinha um casamento estável com Carole até o dia em que a esposa lhe pediu o divórcio para casar com um advogado. Arrasado, Charlie pede transferência na empresa de arquitetura em que trabalhava em Londres para que pudesse regressar a Nova York por um ano e recomeçar a vida. Nesse contexto, identificamos um trecho em que Chow, colega de Charlie, compara Londres e Nova York:

- A gente trabalha com rédea bem curta - explicou Chow. - Isto aqui não é a Europa. Os figurões estão aqui, e ficam soprando bafo no nosso pescoço o tempo todo. São ultraconservadores, você sabe, e odeiam correr riscos. Acham que os métodos antigos são os melhores. E não acredito que eles realmente se importem com o que alguém esteja fazendo na Europa. Eles querem o mesmo tipo de trabalho que sempre fizeram. Alegam que é por isso que somos conhecidos. Pensam na Europa como um tipo de posto avançado meio excêntrico, um mal necessário neste tipo de negócio. (STEEL, 1999, p. 39)

Londres, na Inglaterra, continente Europeu, popularmente conhecido como Velho Mundo, dentro da obra de Steel não segue o estereótipo de conservadorismo. Como pode ser lido no trecho, era em Nova York que ficavam os chefes de Charlie e que já haviam adotado padrões conservadores de comportamento. Dessa forma, podemos entender que uma região, nesse caso uma cidade, pode ser estereotipada de acordo com os hábitos sociais aos quais um observador entra em contato. Parece que Charlie, entendia que as situações de conservadorismo estavam historicamente em Londres e não em Nova York, frequentemente associada ao novo e ao moderno.

Assim, Charlie preferiu afastar-se do emprego por 6 meses até que pudesse reorganizar sua vida. Pensou em deslocar-se para Boston já que havia crescido lá e conhecia muitas pessoas da região, passar por Massachussets e esquiar em Vermont. No caminho, ele parou em Deerfield:

A Deerfield histórica era maravilhosamente pitoresca, e ele sentiu-se tentado a parar e dar uma olhada. [...] Passou pelo Forte Deerfield e lembrou-se de seu fascínio de novo por esse marco histórico, mas limitou-se a sorrir, passando de carro lembrando-se do pai. Ele contara a Charlie histórias maravilhosas sobre os índios ao longo da Trilha Mohawk, na qual ficava Deerfield, bem como sobre os iroqueses e os algonquinos. (STEEL, 1999, p. 59)

Deerfield é uma cidade do estado de Massachussets que contém a referência a qual Charlie menciona no trecho. Quando ele expressa “A Deerfield histórica” ele, possivelmente, está se referindo à *Historic Deerfield Inc*, que, de acordo com o site local<sup>66</sup> foi “fundada em 1952, é um museu ao ar livre que interpreta a história e a cultura do início da Nova Inglaterra e do Vale do Rio Connecticut”.

Como já mencionamos no início do artigo, Charlie conhece a história de Sarah por meio dos diários dela. Esses diários foram encontrados em um pequeno *château*, localizado dentro de Deerfield, construída por volta de 1790.

No trecho a seguir, veremos que Charlie se interessa a respeito da condessa por meio do que diz a proprietária do local que ele está prestes a alugar:

- O nome dela era Sarah Ferguson [...] Foi uma mulher notável. Veio sozinha da Inglaterra. As histórias a seu respeito são muito misteriosas e românticas.

---

<sup>66</sup> Disponível em: <https://www.historic-deerfield.org/discover-deerfield>

Ela fugiu de um marido terrível... o conde de Balfour... - Só o som dessas palavras já pareceu exótico a Charlie. - Quando ela chegou aqui, em 1789, era a condessa de Balfour. (STEEL, 1999, p. 77)

Para Le Goff (2013, p.437) “A memória , na qual cresce a história, que, por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. Entendemos, assim, que o *château*<sup>67</sup> ganhou um significado identitário uma vez que o personagem tenha compreendido o contexto que permeou a estada da condessa naquele local. Destacamos no trecho a parte em que Charlie se inteira que a personagem havia fugido de seu marido da Inglaterra para os EUA. Em solo americano, ela conhece o seu novo futuro marido, François de Pellerim, como pode ser lido no recorte abaixo explicado pela dona do *château*:

François de Pellerim foi uma pessoa bastante importante nesta parte do mundo, na última metade do século XVIII. Todos os índios o consideravam como um deles, e ele foi o único francês por aqui de quem tanto os colonizadores quanto os índios gostavam autenticamente. Acho que era bastante respeitado até pelos ingleses, o que deve ter sido um verdadeiro feito para um francês. [...] Ele morreu muito, muito tempo antes de Sarah. (STEEL, 1999, p. 77)

Nessa passagem é possível compreender que a região a qual estava o *château* já havia sido habitada por índios e colonizadores franceses e ingleses. Tratava-se, possivelmente, do episódio a que Gray e Hofstadter (1995, p.25) atribuem como sendo a Guerra dos “Franceses e Índios”: “ingleses e seus aliados índios combatendo os franceses, que também tinham aliados índios e ali, ia se decidir definitivamente da supremacia inglesa ou francesa na América do Norte.” Com isso, podemos perceber que os leitores conseguem se apropriar indiretamente, de vários elementos históricos estadunidenses referentes, principalmente, à história de Nova York.

#### 4.2 SARAH E SEUS DIÁRIOS

Uma vez alugado o *château*, Charlie fixa residência do local. Durante a noite, ele sente a presença de Sarah na figura de um fantasma. A situação repete-se em várias ocasiões noturnas. Em um delas Charlie é conduzido ao sótão para verificar a origem de um barulho e encontra os diários dentro de um baú:

Estava cheio de pequenos livros encadernados em couro, pareciam quase livros de oração ou hinários. Estavam cuidadosamente atados e tinham longos marcadores de seda. Havia mais de uma dúzia, e eram todos iguais. Suspeitava que o couro devesse ter sido um dia vermelho, mas agora era de um castanho opaco, desbotado. [...] Pegou um dos livros, abriu, imaginando se não teriam vindo de alguma igreja, ou de algum lugar, ou a quem teriam pertencido. Não havia marcas neles, nem títulos, mas tinham o ar de algo reverente, e então, ao olhar o que havia dentro, para a primeiríssima página, sentiu um calafrio ao ver o nome dela em sua própria caligrafia. As letras eram pequenas, elegantes e nítidas. A tinta já secara sobre a página há mais de duzentos anos e, no canto, ela escrevera: "Sarah Ferguson, 1789".(STEEL, 1999, p. 88)

Bourdieu (1996), em relação ao uso dos diários, ressalta aos historiadores (bem como os leitores, como é o caso de Charlie) de que os diários podem criar ilusões biográficas. Elas seriam como dificuldades ou causalidades do destino que podem

---

<sup>67</sup> Refere-se a um pequeno castelo de pedra.

influenciar o dono do diário a interpretar situações ou momentos históricos que, de certa forma, não seriam exatamente como percebidos por esse, mas que podem ser extraídas e contornadas pelo historiador para que se busque a exatidão do acontecimento relatado.

A partir do capítulo 8 da obra de Steel, Charlie inicia a leitura dos diários. Inicialmente é possível entender que a vida de Sarah no interior da Inglaterra fora muito triste. O pai a obrigara a casar com um homem a qual não amava. Esse homem tentava a todo custo ter herdeiros com ela, mas Sarah sempre tinha abortos espontâneos, principalmente por causa dos maus tratos que sofria do marido. Um dia, o esposo retorna para casa em cima de um cavalo, aparentemente desmaiado e Sarah não conseguia fazê-lo acordar. Viu, então, a possibilidade de fugir. Ficara sabendo de um navio que iria em direção ao Novo Mundo e viu, assim como Charlie muitos anos mais tarde, a possibilidade de recomeçar a vida.

Algumas semanas mais tarde, na calada da noite, ela embarca em direção à Boston em um navio denominado Concord. Não era comum na época, uma mulher viajar sozinha, sem o marido, então Sarah criou uma nova identidade, sem saber ao certo, se o marido havia, de fato, falecido: “Sarah explicou que era viúva, tinha acabado de chegar da Inglaterra e, no último momento, sua sobrinha adoecera muito, ficando impossibilitada de fazer a viagem”. (STEEL, 1999, p. 123).

Sete semanas mais tarde, o navio atracou no porto de Boston em 28 de outubro de 1789.

Escutava muito sotaques irlandeses e ingleses, como o dela própria. A maioria dessas pessoas compunha-se de soldados, comerciantes e trabalhadores que tinham vindo da Europa. Havia muito poucas pessoas como ela pelas ruas e, mesmo com roupas simples, ficava mais do que óbvio que se tratava de uma mulher aristocrática e bem-nascida. (STEEL, 1999, p. 123)

Nesse trecho, temos a informação de que Boston fora colonizada tanto por ingleses quanto por irlandeses. Gray e Hofstadter (1995) discorrem que o principal motivo da vinda dos colonizadores teria sido a liberdade religiosa não encontrada em seus países de origem e percebendo nas colônias americanas uma possibilidade de exercer suas crenças.

Sara partiu para Deerfield em 04 de janeiro de 1790. Acompanhando a viagem de carruagem, estava um índio:

Usava calças de couro de gamo e um casaco de pele de búfalo, e falava só com os homens, sempre que possível, mas nunca com Sarah. [...]No entanto, não a amedrontava, e ela sabia, por tudo que o coronel Ihe havia explicado, que os wampanoags eram uma tribo pacífica de agricultores. (STEEL, 1999, p. 205-206)

Nos dias seguintes da viagem a condessa apropriou-se de mais informações sobre os indígenas:

E, no terceiro dia, enquanto seguiam viagem, Hendersom contou-lhes histórias de quando havia vivido com os hurons. Esses índios estavam todos no Canadá agora, mas quando fizeram aliança com os franceses contra os ingleses tinham se espalhado por toda aquela parte do mundo e representado uma real ameaça. (STEEL, 1999, p. 207)

E seu conhecimento ampliou-se quando fixou residência junto a uma das cabanas de uma guarnição:



- São iroqueses - explicou ele, não parecendo nem um pouco impressionado. Já os vira muitas vezes antes, mas Sarah não. E sua entrada tinha sido notável, no que lhe dizia respeito. Sabia, como tantas outras coisas que já vira ali, que nunca esqueceria a cena.

- Na verdade, são senecas, um ramo da nação iroquesa, e um deles é cayuga. Existem seis tribos iroquesas. - Recitou-as então para ela, que ouvia, ávida: - Onondaga, cayuga, oneida, seneca, mohawk e os últimos a entrar para a confederação, os tuscarora. Só entraram para a nação iroquesa há setenta anos e são originalmente da Carolina do Norte. Os que você está vendo aqui, porém, são senecas, e o baixinho é cayuga. (STEEL, 1999, p. 210)

Cooper (1962) escreve dentro de *The last of the mohicans* que a região noroeste de Nova York tinha um grupo denominado “Seis nações” que remetiam à seis grupos indígenas, dentro os quais estavam os Mohawk. Já os iroqueses concentravam-se no centro do vale do rio São Lourenço e os alonquinos habitaram a região do noroeste do lago Michigan (VALERO e MUSAUBACH, 2016). Com essas informações reitera-se aos leitores que muitos índios e tribos diversas fizeram parte da região, o mostra que a obra literária, enquanto fonte histórica, também pode auxiliar o leitor a ter um entendimento acerca de uma dada região.

Com isso, percebemos que Steel inseriu elementos do seu contexto histórico regional na obra, permitindo uma visão gentilica a respeito de itens que, possivelmente, não seriam destacados na obra dessa forma se não houvesse um conhecimento/ estudo desses itens por parte da autora.

Só que até mesmo Sarah conseguia perceber que a vida ali não era fácil. Era simples, austera e sem quaisquer das conveniências a que as pessoas estavam acostumadas. Parecia decorrer num outro mundo que não Boston, e era isso mesmo. (STEEL, 1999, p. 213)

De fato, a colonização inglesa, bem como outras colonizações, não fora fácil porque implicava em deixar uma vida, de certa forma, organizada, apesar dos percalços, para trás e recomeçar. Percebemos que são trechos como esse que fazem com que Charlie se interesse pela leitura dos diários, uma vez que pode comparar a sua jornada com a de Sarah. Ambos não tinham qualquer perspectiva de uma vida melhor na Inglaterra e viram nos EUA a possibilidade de reorganização. No entanto, o início para ambos, fora um tanto complicado porque o sentimento de pertencimento ainda não havia sido reestabelecido para nenhum dos dois.

De Deerfield, Sarah seguiu para Shelburne, onde contratou homens para construir sua casa com o dinheiro do seu suposto falecido marido. Seis meses depois, a residência estava pronta:

A clareira onde tinha ido morar era luxuriante, verde, as árvores erguendo-se muito altas, sombreando a casa que haviam construído para ela, exatamente segundo suas especificações. Ela tinha meia dúzia de cavalos, algumas ovelhas, uma cabra, duas vacas. E contratara dois rapazes para ajudá-la. Por enquanto, não haviam plantado muita coisa. Ela queria tempo para estudar a terra, ficar aprendendo coisas a respeito dela. (STEEL, 1999, p. 241)

Essa visão territorial mostra que desde os séculos anteriores, o território de Shelburne mantinha uma ligação com a natureza que, aparentemente, permanece até os dias atuais. O site oficial da cidade<sup>68</sup> ainda destaca muitos elementos próximos à

---

<sup>68</sup> Disponível em: <https://www.shelburne.ca>

descrição de Sarah, com locais abertos e propícios para o turismo envolvendo a saúde e bem-estar.

Sarah conhece o conde François de Pellerin ainda na guarnição. O jovem conde constrói uma amizade significativa com ela, passando a visitá-la com frequência em Shelburne. A amizade cresce e eles se comprometem a viverem juntos para sempre. Quando o marido de Sarah faleceu de verdade na Inglaterra, muito tempo depois, ela pode contrair matrimônio oficialmente com François e iniciaram a construção da casa a qual Charlie havia alugado nos dias atuais. Infelizmente François foi enviado para uma batalha a qual acabou falecendo e deixando Sarah com três filhos para criar.

E a última anotação do diário era numa caligrafia diferente. Tinha sido escrita por sua filha. Dizia que sua mãe tivera uma vida boa e que vivera até uma idade avançada e, embora nunca tivesse conhecido o pai, soubera que homem ótimo ele tinha sido. Dizia que o amor e a coragem deles e o laço que os unia tinham sido um exemplo para todos que os haviam conhecido. Ela escreveu isso no dia em que Sarah morreu, quando achou os diários no baú no quarto dela, assinou sua anotação na última página, Françoise de Pellerin Carver, e escreveu em seguida Deus os abençoe. A data era 1845. E a caligrafia era quase a mesma de sua mãe. Depois disso, não havia outras anotações. Nenhum meio de saber o que acontecera a seus filhos. (STEEL, 1999, p. 360)

Le Goff (2013) diz que, sem dúvida, a história é formada por registros escritos, mas quando esses não existem o historiador pode utilizar seus próprios meios para conseguir as informações que deseja. Se Charlie quisesse se inteirar sobre os acontecimentos da família de Sarah mais a fundo e suas relações com os povos indígenas nas regiões próximas, poderia utilizar, nos dias de hoje, recursos eletrônicos, bem como consultar registros de nascimento na região e entrevistar moradores para saber se algum deles poderia ter uma ligação com a família Pellerin. No entanto, o enredo não aborda o que aconteceu após a leitura dos diários. Sabe-se que Charlie pode refletir sobre a sua vida, e, a partir da história de Sarah, recomeçar a sua, como ela o fez.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo objetivamos investigar de que forma a obra literária “O fantasma” pode contribuir com a história por meio da leitura dos diários da condessa de Balfour. A ideia inicial era trabalhar com os diários de Sarah, enquanto narrativas históricas, porém, com o aprofundamento da leitura, foi possível perceber que Charlie também teriam contribuições a serem feitas para que o leitor obtivesse conhecimento sobre alguns detalhes da história dos EUA, por isso, foram retirados alguns trechos de sua narrativa no tempo presente.

Enquanto analisávamos os diários de Sarah, entendemos que a condessa revelou uma série de cidades/povoados que compreendiam a Nova Inglaterra e Meio Atlântico e não somente uma localidade isolada como imaginava-se no começo do estudo. Inicialmente pensava-se que os registros históricos nos diários de Sarah se remetiam apenas a um lugar, Boston, mas no decorrer dos capítulos verificou-se que tanto ela quanto Charlie se deslocaram por diversos espaços geográficos que permitiram mostrar aos leitores as origens desses ambientes, principalmente, ligados aos índios e suas mais diversas tribos e às várias levas de colonização que foram realizadas tanto por franceses quanto por ingleses. Juntos, índios, colonizadores e

Sarah conduziam suas vidas em busca de algo melhor, assim como Charlie havia pensado inicialmente, ao se desvincular de Londres.

Dessa forma, foi possível mostrar por meio da narrativa, que esta também pode ser uma fonte histórica regional a ser levada em consideração, uma vez que o historiador consiga, assim como disse Bourdieu, a se apropriar da veracidade dos fatos apresentados.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. *História, espaço e tempo: interações necessárias*. Disponível em: [HTTPS://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI\\_ARTTEXT&PID=S0104-87752006000200012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200012) Data de acesso: 25/03/2021.

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A alusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

CAMBRINI, Aldieris Braz Amorim. *Considerações sobre a história regional*. Disponível em: <[http://saberes.edu.br/arquivos/texto\\_aldieris.pdf](http://saberes.edu.br/arquivos/texto_aldieris.pdf) >.Data de acesso: 25/03/2019.

COOPER James Fenimore, *The Last of the Mohicans*, New York, Airmont, 1962.

CUNHA, Maria Teresa. *Diários pessoais: territórios abertos para a História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

FERREIRA, Antonio Celso. *Literatura: a fonte fecunda*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

GOFF, Jaques Le. *História e memória*. 7ª ed. Campinas: Editora Unicamp: 2013.

GRAY, Wood; HOFSTADTER, Richard. *Panorama Da História Dos Estados Unidos*. Dpto Cultural da Embaixada dos EUA, 1995.

JUNGBLUT, Cesar Augusto. *História Regional*. Indaial: Ed. Asselvi, 2008.

LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. 11ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense,1988.

MORGANTE, María Gabriela; VALERO Ana Silvia. *Iroqueses (Haudenosaunee) y otros grupos de América del Norte* In: MORGANTE, María Gabriela; VALERO Ana Silvia. *Etnografías: América del Norte y Centroamérica*. Editorial de la Universidade de la Plata: 2016.

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

STEEL, Danielle. *O fantasma*. Rio de Janeiro: Editora Record. 1999.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Cadernos Geográficos*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.



## MEMÓRIAS DE SIMÃO DIAS

Daniell Alves Loiola Santana<sup>69</sup>

**Resumo:** O Estado de Sergipe em seus 200 Anos de história e cultura elenca uma variedade de patrimônio cultural mostrado na historicidade dos municípios sergipanos. O presente artigo é uma releitura memorável de alguns capítulos do livro de Carvalho Déda que aborda alguns acontecimentos do município de Simão Dias – SE. Será elencado toda historicidade da Banda Filarmônica Lira Santana, além da historicidade cultural da época dos cangaceiros sergipanos que tocaram terror antes da passagem de Lampião. Já na área educacional será evidenciado toda trajetória do Colégio Eduardo Marques, uma referência na educação do município.

**Palavras-chave:** Historicidade. Patrimônio Cultural. Sergipe. Simão Dias.

### Introdução

A importância da história é perceptível na mudança dos acontecimentos que cercam as memórias históricas no município simão-diense. O patrimônio histórico e cultural é compreendido a partir dos aspectos entre a identidade cultural e a memória histórica coletiva. A cidade de Simão Dias está situada no interior do Estado de Sergipe, localizada a 104 Km da Capital Aracaju, este município resguarda um maravilhoso e belíssimo patrimônio cultural em sua historicidade. Em 1925, surgiu a expressão memória coletiva, a partir de Maurice Halbwachs, ao enfatizar:

Demonstrar que o social está inscrito na memória individual, assim como a memória está inscrita no coração mesmo da sociedade. Para ele, a memória mais individual é social, pois seus quadros são feitos de noções que refletem uma significação social e a visão de mundo de um grupo (HORTA & DEL PRIORE, 2005, p. 06).

A Identidade cultural se relaciona com a memória, a partir dos acontecimentos conectados no passado, presente e futuro. Para Almeida:

A preservação da memória, dos lugares da memória e dos objetos da memória nos conecta com todos os tempos, o passado, o presente e o futuro. A preservação do patrimônio cultural é também, uma questão de cidadania – temos o dever de preservar o que homens de outros tempos nos deixou, cuidar de tudo o que criamos e tudo o que poderemos deixar para as gerações futuras (ALMEIDA, 2010, p. 19).

Como método de pesquisa foi realizada a coleta de dados a partir da leitura das fontes escritas e algumas fontes orais, que retratam as memórias da história do município de Simão Dias –SE. Assim, foi utilizado o método iconográfico com análise em fotografias sobre os acontecimentos do município de Simão Dias, para demonstrar a importância da historicidade memorial e patrimonial durante os anos. Sendo utilizada

---

<sup>69</sup> Graduado em História pela Uniube e em Química pela UniAGES. Especialista em Metodologia no Ensino de História e Geografia pela UniREDENTOR. Especialista em Educação no Campo pela FAVENI. Atualmente é Professor de História e Artes. E-mail: daniell.als10@hotmail.com.

uma abordagem qualitativa no decorrer do trabalho para compreensão entre o patrimônio memorável e a historicidade local.

A escolha do tema foi com finalidade em mostrar a riqueza cultural e histórica para a população mais jovem do município, ressaltando no decorrer do texto os acontecimentos importantes na história simão-diense, que são desconhecidos pela maior parte da população. O artigo tem como finalidade mostrar a gestão municipal, a importância de manter viva os 130 anos de Emancipação Política de Simão Dias desde seu surgimento até os dias atuais, a partir das fontes orais e escritas utilizadas no trabalho.

## **História dos Primeiros habitantes - Mudança das Aldeias do Rio Real para as Matas do Caiçá**

O território que pertence ao município de Simão Dias, em tempos atrás era uma povoação de tribos indígenas. A história dos primeiros habitantes simão-diense está ligada a colonização de Sergipe, desde quando o Estado Sergipano era uma das capitanias hereditárias. É perceptível que nos livros de história, principalmente, quando se discute a colonização de Sergipe, lembra-se do Governador-geral que possuía poder político, territorial e econômico numa relação com a Igreja, proporcionando cada vez mais domínio e amarras políticas por parte das classes dominantes.

Segundo Déda (2008), O antecessor Duarte da Costa tinha divergência com o primeiro Bispo baiano D. Pero Fernandes Sardinha, sendo contrário a escravização dos indígenas. Em consequência dos desentendimentos, o referido Bispo foi chamado a Lisboa para prestar esclarecimentos, até por que nessa época o Brasil pertencia territorialmente a Portugal. Mas o navio que estava o Bispo baiano, acabou naufragando no mar, sendo que o religioso escapou do naufrágio e caiu nas mãos feroz das tribos indígenas, que o devoraram. Este referido ato, explica o processo e praticidade das tribos canibais sergipanas que atuaram no passado.

Com os acontecimentos da Bahia e o fim trágico do primeiro Bispo, reascendeu um descontentamento entre duas correntes, sendo uma que defendia o Governador e outra que defendia os jesuítas. Todavia, Padre Manoel de Nóbrega chega ao Brasil com Tomé de Souza, o primeiro Governador-Geral que prestou serviços a Nem de Sá, oferecendo práticas pacíficas para catequização indígena com utilização de músicas, procissões e cantos. O Padre Gaspar Lourenço, que mais tarde, obteve o apoio do Padre João Solônio assumiram a missão, criando um acampamento as margens do Rio Real. Muito hábil catequista, o Padre Gaspar Lourenço conquistou logo a simpatia dos índios, principalmente, o mais famoso índio Surubi.

Esta indo bem os trabalhos de catequização dos índios e conquista do território sergipano, quando os planos tornaram-se em uma desastrosa política de erros e violência, proporcionando uma divisão territorial do Brasil entre dois governos, um lado para o Norte pertencendo a Bahia e no outro lado para o Sul, instalado no Rio de Janeiro. Para o cargo de Governador do Norte foi nomeado o Conselheiro Luis de Brito e Almeida, sendo responsável pelo início da colonização de Sergipe. De acordo com DÉDA:

Para o Governador Luís de Brito, voluntarioso, a conquista deve-se-ia efetivar a ferro e fogo. Jamais com as branduras do Evangelho, que substituíra a

espingarda pela cruz. Assim é que preparou uma expedição armada para a conquista de SERGIPE. Acampada a tropa do Governador às margens do Rio Real, não tardariam as hostilidades. Os missionários jesuítas, cujas armas eram a Cruz e o Evangelho, haviam penetrado nas tabas, explicando a religião com doura; batizando, casando, abolindo a promiscuidade nua das tribos e ensinando o cultivo da terra, ao passo que os soldados de Luis de Brito ali chegavam operando o descalabro moral, descasando os índios, tomando-lhes as mulheres (DÉDA, 2008, p. 29).

Iniciou uma terrível luta entre os índios e soldados, onde de um lado estavam os indígenas com suas flechas aos soldados, em protestos por roubarem suas mulheres. Com a proporção da terrível guerra nos aldeamentos próximos ao foz do Rio Real, os nativos sustentavam uma luta terrível pela floresta contra o processo de escravidão.

Mais de 1.200 nativos foram levados como escravos para o território baiano, entre eles, os mais guerreiros nativos da selva sergipana, o Aperipê e Serigy. Ali deixavam para trás, muitos índios mortos no combate, deixaram suas raízes e cultura da terra amada sergipana, tendo como refúgio a saudade da convivência dos seus entes queridos. Não satisfeitos com o combate, os soldados ainda tocaram terror naqueles aldeamentos, como incendiando as aldeias, destruindo as roças e sequestrando as canoas, ou seja, uma verdadeira crueldade nas terras dos nativos. É notório, que a ligação entre Sergipe e Bahia vem desde o período de colonização do Brasil, mais especificamente quando Portugal começou a dominar o território brasileiro.

Com medo e tomados pelo pavor, alguns nativos começaram a fugir para o litoral, em segmento para os sertões. Durante essa fuga, um grupo surrado e errante parou em meio a uma mata virgem que guardava uma variedade de caça e um solo propício para o cultivo da mandioca e do milho, à beira de um riozinho manso com sombra gigantescas de jequitibás, as margens do rio Caiçá. Para DÉDA:

Aí construíram a primeira taba. Para segurança de todos, contra possíveis ataques noturnos dos soldados de Luis de Brito, ergue-se, à margem do rio uma “caiçara”, espécie de cerca de pau-pique, com grossos toros camuflados com ramos verdes. Dessa improvisada “fortaleza”, originou-se o nome do rio: Caiçá, de caiçara. Eram índios pacatos. Cuidavam da caça e da pesca e do plantio de milho e mandioca para a sua sobrevivência própria. Dir-se-ia que haviam praticado, às margens do Caiçá, a cerimônia do “quebramento da flecha”, ato que simbolizava propósitos de paz. (DÉDA, 2008, p. 30).

O pacifismo momento que os primeiros habitantes de Simão Dias viviam, era a prática sábia catequese do jesuíta Gaspar Lourenço, sob a orientação do Padre Manuel de Nóbrega. Mas um fato novo surgiu, colocando em preocupação os habitantes das matas do Caiçá. O príncipe Mauricio de Nassau que assumiu a direção do governo holandês em Pernambuco resolveu estender seus domínios territoriais para o sul. Uma das primeiras povoações a serem invadidas foram as das Matas de Itabaiana. Durante dois anos de invasões, as forças portuguesas com objetivo de restringir as tropas holandesas, resolveram fazer a remoção do gado para as margens do suldo Rio Real, pois fazendeiros e criadores enfrentaram fogos cruzados. Além de todo esse processo, os proprietários residentes em Itabaiana que já estavam cansados, receberam a notícia da resolução da tomada remoção por D. João da Estrada, que impôs severo castigo para os que desobedecessem a ordem. Nesse sentido e com aflição, Braz Rabelo o criador em Itabaiana e residente baiano, levou a

retirada do gado para as matas do Caiçá. Desconfiados pela presença do vaqueiro com o gado nas proximidades do Caiçá, os nativos aos poucos foram abandonando o aldeamento, pois ainda lembravam das invasões e crueldade dos soldados de Luis de Brito. Divididos em grupos, os nativos seguiram caminhos diversos, alguns localizaram-se as margens do rio Paracatu, duas léguas das margens do Caiçá, outros grupos se localizaram na “Lagoa Escondida” dentro da mata “Malhada Vermelha”, no atual município de Paripiranga, no Estado Baiano.

É perceptível destacar que na época colonial, as povoações que correspondem aos atuais territórios municipais de Simão Dias, Lagarto, Paripiranga, Pinhão, Jeremoabo e entre outros, eram pertencentes ao governador-geral, sendo que cada povoação tinha um jesuíta com missão de catequizar os índios para bruta conquista de terras.

## **Breve História de Simão Dias**

O território que abrange o atual município de Simão Dias, foi no passado uma povoação de índios fugitivos das expedições colonizadoras do Governador do Norte, Luís de Brito e Almeida. Em suas terras, possuía um relevo acidentado devido ao conjunto de serras, favorecendo a ocupação dos índios Tapuias, que se instalaram as margens do Rio Caiçá. A pequena aldeia na época, habitada pelos nativos, obtinha um clima variado e vegetação promissora proporcionando a prática da atividade econômica, como por exemplo a pesca, a caça e a agricultura.

Com a proporção da forma do relevo, o referido município possui várias denominações como “Matas de Simão Dias”, “Matas do Coité” ou “Matas do Caiçá”. Com a invasão holandesa em Sergipe, surge a necessidade de conduzir os rebanhos as margens do Rio Real. O proprietário Braz Rabelo que possuía rebanhos nas terras do município de Itabaiana decidiu esconder os gados nas terras das matas a beira do Rio Caiça, pois as árvores juntas umas das outras, proporcionava um belo esconderijo para o rebanho. Desse episódio surgiu a figura do vaqueiro Simão Dias responsável pela condução do gado e pelo surgimento das primeiras instalações na cidade.

No dia 12 de Junho de 1890, por decreto nº 5170 o Presidente do Estado Felisberto Freire elegeu a povoação de Simão Dias que era considerada uma vila para Cidade devido a alguns motivos, dentre eles por que Simão Dias possuía uma grande população, tinha um comércio lucrativo, havia uma estrada de ferro que ligava a referida vila a Aracaju (Capital) e por ter uma comarca recém criada.

O território de Simão Dias passou muitos anos como freguesia de Lagarto, ou seja, era uma vila que dependia economicamente, politicamente e socialmente da cidade vizinha. Antes de ter “status” de vila, o atual município foi considerado como Freguesia, pela Lei de 6 de fevereiro de 1835<sup>71</sup>, desmembrando-se da Freguesia de Lagarto. A capela foi o que motivou a sua criação na data de 1655, conforme defende historiadores. No entanto o único documento antigo sobre o assunto é do ano de 1784. Devido ao progresso da Freguesia o governo da Província baixou em 15 de março de 1850 o decreto com Resolução Provincial n.º 26472 que elevou à categoria

---

70 Art 1º - Fica elevada à categoria de cidade a vila de Simão Dias, deste Estado. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.”

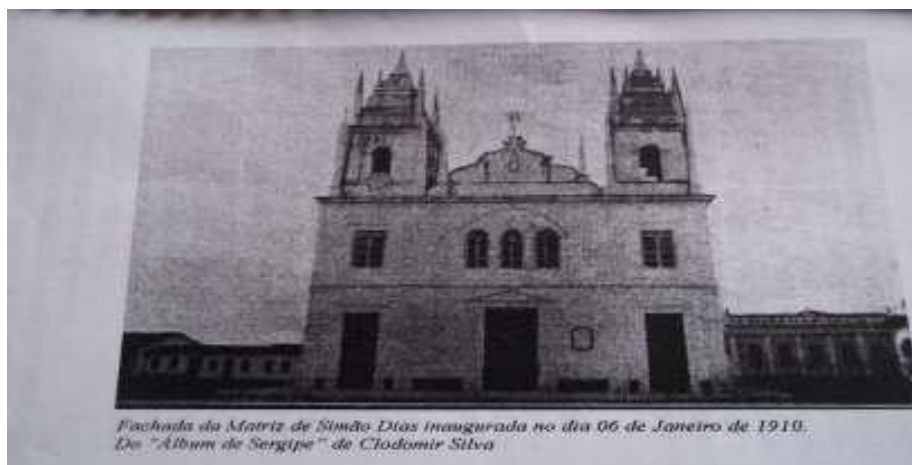
71 Distrito criado com a denominação de Santana de Simão Dias, pela provincial de 06-02-1835.

72 Elevado à categoria de vila com a denominação de Santana de Simão Dias, pela lei provincial nº 264, de 15-03-1850, desmembrado de Lagarto. Sede na antiga povoação de Santana de Simão Dias. Constituído do distrito sede



de vila com o nome de Senhora Sant'Ana de Simão Dias. O Decreto n.º 4373, de 8 de maio de 1890, criou a comarca de Simão Dias.

A seguir é possível vê uma foto preto e branco da igreja Matriz de Simão Dias em 1910:



**Figura 01:** Igreja da Matriz de Simão Dias, em 1910.

**Fonte:** <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 16/07/2020.

Assim, o município de Simão Dias, teve essa denominação desde a condição de freguesia e vila. Mas o nome que homenageava o seu primeiro povoador permaneceu por pouco tempo, pois o intento do Padre João de Matos Freire de Carvalho foi alcançado, e em 25 de outubro de 1912, a cidade passaria a ser denominada como Anápolis, pelo Decreto Lei de nº 62174. Após muitas controvérsias e reações, principalmente da imprensa, o nome de Simão Dias foi restabelecido pelo Decreto Lei nº 53375, de 7 de dezembro de 1944, favorecido pela determinação do Governo Federal, do então Getúlio Vargas, que aprovou o plano do IBGE, coibindo a coincidência de municípios com mesma denominação. Como existia um município goiano com o mesmo nome, e mais antigo, a Anápolis sergipana teve que modificar o nome.

No cenário político, o município simãodiense teve uma longa fase de domínio oligárquico, aonde o poder local era exclusivo aos grandes proprietários rurais. A práticas coronelistas estiveram presentes nessa fase, sendo possível verificar resquícios do coronelismo até os dias de hoje. No entanto a partir da década de 1930, começou a decadência dos grandes proprietários na política local, devido às mudanças ocorridas em decorrência da revolução, bem como, o fenômeno populista desenvolvido a partir da década de 40.

---

73 Art. 1º - Fica criada a Comarca de Simão Dias, composta do termo o mesmo nome, desmembrando da Comarca de Lagarto. Art.2º - O termo do Riachão fica desmembrado da Comarca de Boquim, passando a fazer parte da do Lagarto. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Cumpra-se e comunique-se.

74 Art. 1º - A comarca de Itabaiana constitui-se dos termos de Itabaiana e São Paulo, tendo sua sede cidade de Itabaiana. Art. 2º - A comarca de Lagarto constitui-se dos termos de Lagarto, Simão Dias e Riachão, tendo sua sedena cidade de Lagarto. Art. 3º - A CIDADE E TERMO DE SIMÃO DIAS PASSAM A SE DENOMINAR "ANÁPOLIS". Art. 4º - Revogam-se a disposições em contrário.

75 Pelo decreto-lei estadual nº 377, de 31-12-1943, revogado pelo decreto de nº 533, de 07-12-1944, omunicípio de Anápolis volta a denominar-se Simão Dias.

## Os quatro cantos da Feira de Simão Dias

É notório, na história da humanidade que as primeiras civilizações obtiveram seu desenvolvimento a partir de atividades econômicas como a caça, a pesca e a coleta de frutos. Mais tarde com a sedentarização, os diferentes povos praticavam a agricultura de subsistência (plantação de um ou mais produtos para seu próprio consumo). Com o passar do tempo a prática do comércio obteve um grande desenvolvimento e assim surgiram as primeiras feiras no fim do feudalismo. A palavra feira teve origem em latim *feria*, que significa "dia santo ou feriado" e a palavra freguês, usada para tratamento dos consumidores de feira livre, originou-se também do latim *filiu ecclesiae* que significa "filhos da igreja". Assim, no início, as pessoas ou fiéis aproveitavam as festas religiosas para se reunirem e para trocarem mercadorias.

Na feira livre há aqueles que observam, pechincham e procuram algo específico, assim como há aqueles que criam laços de afetividade, próximos da amizade que rompe a relação comerciante-freguês, o que sustenta em grande parte a tradição de ir à feira toda semana apenas para conversar, comer pastel e tomar um delicioso caldo de cana, além da variedade e qualidade dos produtos ali encontrados. Todos tem uma história de identidade e lembrança de uma feira, seja no âmbito alimentar ou simplesmente de lazer. No município de Simão Dias, a feira livre passou por várias mudanças ocorrendo por diversos motivos, sendo pelo aspecto político, econômico, territorial, religioso e cultural. Enfim, a mudança da feira foi subsídio para as primeiras lutas políticas na povoação com toda sagacidade do senhor de engenho Cel. Francisco Antônio de Loiola, o senhor do engenho "Quigimbe".

A datação do início da feira simãodiense foi perdido pelas ruínas do tempo, permanecendo os documentos históricos escritos e as fontes orais que contribuíram para o aprofundamento das informações contidas no texto. Com todo crescimento da feira, a população se enchia de entusiasmo. Dia após dia, mais uma casa comercial se alinhava na parte sul da Praça da Capela, atualmente praça "Barão de Santa Rosa", pois era o lado preferido em virtude da sombra assaz conveniente, lá a feira se iniciava após ao meio dia, sendo esta a primeira localidade da feira livre em Simão Dias.

Vale, ressaltar que nesta época, o casal Manoel de Carvalho Carregosa e Ana Francisca de Menezes, foram os fundadores da Capela e responsáveis pela colonização e desenvolvimento de Simão Dias. Com a doação das terras feita pelo casal para construção da primeira Capela, observa-se a junção entre a política/poder e religião. O comerciante Carregosa e sua mulher religiosa com o intuito de crescer mais a povoação, e ainda pela inconveniência da concentração nas proximidades da Capela a sombra de um pé de gameleiro, tiveram a iniciativa da mudança da feira com o apoio do Coronel Cel. Francisco Antônio de Loiola e com o assentimento de todos os habitantes.

Com a mudança da feira da Praça da Capela, ela foi para a "Rua de Baixo", posteriormente denominada de "Rua do Comércio" e por fim conhecida como "Rua do Comércio Velho" na estrada do Tanque Novo (atual Rua Olímpio Campos). Nesse contexto é provável que tenham sido construídos alguns estabelecimentos comerciais, dos quais ainda existe duas construções com características provenientes do século XIX, as demais sofreram transformações ao longo do tempo, não restando nenhum resquício das edificações anteriores à exceção do sobrado do seu Janjão protegido pelo artigo 2º da lei Municipal nº 305/0476. As ruas que surgiram nas proximidades da

---

76 Dispõe do tombamento como Patrimônio Histórico do Município, datado em 16 de Junho e 2004.

feira, (Rua Cônego Andrade e Rua Cícero Guerra) são estreitas, dificultando o acesso de vários meios de transporte, na época em que foram sendo construídas as residências não havia esse tipo de preocupação, pois o principal e único meio de transporte que circulava pela cidade eram animais e carroças.

Até meados do ano de 1847 era na “Rua de Baixo” que ficava situado o comércio e a feira de Simão Dias. Surgiu assim, um movimento liderado pelo Cel. Francisco Antônio de Loiola, senhor do Engenho “Quigimbe”, visando a mudança da feira para outro local, indo para o norte, de terreno mais enxuto, sempre com o intuito de criar mais uma rua na crescente povoação.

Um dos motivos da mudança, foi devido ao aspecto geográfico que o local da feira se localizava, pois quando ocorriam as fortes chuvas do inverno, o ambiente ficava molhado, úmido e muitas das vezes sujo em decorrência do córrego do rio caiçá. Mas, a mudança da feira em qualquer época poderá efetivar-se num contexto geral, pois a decorrência da comunidade sobrepõe sempre o interesse de comerciantes e proprietários que não se conformavam na desvalorização consequente dos seus prédios, ou com a perda do local que era fixo dos feirantes, conhecido como “pontos”, feitos muitas vezes às custas de tempo e sacrifício, e por outro lado, surge muitas vezes o sórdido capricho político ou a vaidade do mandato. Simão Dias não escaparia da regra geral a despeito dos propósitos progressistas do Cel. Loiola com a ideia da mudança da feira da “Rua de Baixo” para a Estrada das Caraíbas, assim para o largo defronte da casa de Braz Correia (atual Avenida Coronel Loiola) turvou os horizontes da povoação tranquila, levando de roldão velhas amizades.

O certo é que as feiras de Lagarto e Simão Dias foram mudadas pela Resolução nº 19977, de 30 de julho de 1847. Estava vitoriosa a ideia do Cel. Loiola, mas mantinha dividida a opinião pública. Aos inconformados de Simão Dias, juntaram-se os de Lagarto e a luta era lá e cá. Nessa época, o atual município de Simão Dias ainda era povoação de Lagarto, que dependia economicamente e politicamente dele.

No ano seguinte, sob a influência das derrubadas políticas, os dois grupos descontentes, encontrando apoio na Assembleia Provincial, conseguiram desta a promulgação da Lei nº 21078, de 4 de maio de 1848, revogando a Resolução nº 199, e determinando a volta da feira de Simão Dias para a “Rua de Baixo”. Mas, a luta não terminaria ali, pois foi descoberto pelo grupo Loiola que a Lei nº 210 trazia em si a eiva da inconstitucionalidade, vez que não fora precedida da indispensável proposta da Câmara local e o assunto era peculiar de interesse do Município. Assim, dispunha de modo claro o Ato Adicional a Constituição do Império.

Sério movimento liderado pelo combativo Loiola, foi articulado no sentido de anular a Lei nº 210, tendo a Câmara de Lagarto com plenos vereadores de simãodienses, dirigido ao Presidente da Província um energético protesto contra a

---

77 Art. 1º - Fica de agora em diante marcado o lugar ou praça defronte da casa do finado Simião Correia Pimentel para reunião da feira de Lagarto, onde para isso já se acha uma casa destinada. Os infratores sofrerão a multa de 6\$rs ou oito dias de prisão, e ao dobrar nas reincidências, e qualquer que a isso se opuser sofrerá a multa de 20\$rs e o duplo nas reincidências. Art 2º - O lugar da feira de Simão Dias, será logo defronte à casa de Braz Correia, em terras da Senhora Santana padroeira da Freguesia, na estrada que sai do povoado para as matas das Caraíbas. Art. 3º - Ficarão revogadas as disposições em contrário, e sujeitos os infratores às mesmas multas e penas do artigo 1º.

78 “Art. 1º - A feira da Freguesia de Simão Dias continuará no mesmo lugar e casa, em que atualmente se reúne na rua de baixo, caminho que segue para o Tanque Novo. Art. 2º - A da vila de Lagarto continuará a ser na rua nova denominada – da feira -, no lugar e casa, quena mesma vila existe, e de presentemente se costumava reunir. Art. 3º - O contronventor pagará a multa de 6#rs ou sofrerá oito dias de prisão, e sempre o duplo nas reincidências. Art. 4º - Ficarão revogadas todas as leis e disposições em contrário”

referida Lei. O caso provocou debates calorosos e apaixonados no Legislativo Presidencial, deixando embaraço o Presidente da Província que resolveu apelar para Corte. O Imperador não quis decidir o caso melindroso, sem nenhum prévio estudo da Seção do Conselho dos Negócios do Império, onde o protesto recebeu parecer favorável, sendo aprovado por sua Majestade o Imperador D. Pedro II, cujo nome ficaria, assim, ligado a rumorosa mudança da feira de Simão Dias.

Dessa forma, o Aviso nº 15279 do Ministério do Império datado de 23 de novembro de 1842, dirigido ao Presidente da Província de Sergipe e assinado pelo Visconde de Mont´Alegre, dava a vitória plena do líder mudancista Loiola, sendo assim ocorreu a mudança da feira da “Rua de Baixo” para a “Estrada da Caraíbas”, ou seja, teve a mudança da feira da rua do antigo Tanque Novo para a avenida Coronel Loiola. A seguir é possível observar uma foto da feira livre ocorrendo na Rua Coronel Loiola:



**Figura 02:** Feira Livre na Rua Coronel Loiola, em 1842

**Fonte:** <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 16/07/2020.

---

79 “Ilmo Exmº Snr: Sendo presente o S. M o Imperador o Ofício de V. Excia. n.51 de 21 de junho último, em que expondo que a assembleia legislativa dessa província, sem precedência de proposta da Câmara municipal da vila de Lagarto, transferia pela resolução nº 210 a feira da freguesia deste nome para sítios diversos daquele em que dantes se reunia a mesma feira, como se vê da resolução nº199; e acrescentando que de semelhante transgressão ao art. 10 § 4 do Ato Adicional à Constituição, só tivera notícia depois de publicada aquela Resolução, pede que o Governo imperial declare se V.Excia. deve anular todo o acto legislativo promulgado, embora também contenha matéria diversa, ou só e simplesmente o art. 2º da citada resolução nº210, por ser o objeto da reclamação que a V. Excia. dirigiu a referida Câmara Municipal. O mesmo Augusto Senhor, tendo ouvido a seção do conselho de estado dos negócios do Império, e conformando-se por sua imediata resolução do corrente mês com o parecer da dita seção, exarado em consulta de 10 do mesmo mês, há por bem declarar que V. Excia. deve limitar-se a enviar à mencionada assembleia Provincial, o Ofício da Câmara municipal, que reclama contra a transferência da feira, e aguardar da mesma assembleia a revogação do seu próprio acto; por quanto nem o artigo 13 do acto adicional se pode considerar a citada resolução no número daquelas que necessitam de sanção, nem pelo artigo 20 cabe a assembleia geral prover o remédio, ainda que o acto da assembleia seja evidentemente ilegal, como na hipótese dada, - O que comunico a V. Excia. – Visconde MontAlegre – ao Snr. Presidenteda Província de Sergipe – (\*).”

O referido mudancista, arrastou o embate das mais altas cúpulas do Município, da Província e do Império, sendo a maior discussão política ocorrida em Simão Dias desde a criação da Freguesia até a emancipação como município autônomo, desmembrado de Lagarto. Estes foram os traços históricos que se descobrem hoje nos velhos alicerces da Avenida Coronel Loiola e nas vetustas bases da Rua Conego Andrade.

O Mercado Municipal, que era situado na avenida Cel. Loiola foi inaugurado em 1889, permanecendo neste local até o fim dos anos 80 e início dos anos 90, quando foi transferido para Rua José Avelino de Oliveira. A grande arquitetura econômica que é o mercado municipal foi uma das construções da gestão municipal da ex-prefeita Josefa Matos Valadares (In memória), mais conhecida por Dona Caçula. O atual Mercado Municipal de abastecimento da feira livre acontece as quartas e sábados, lá a feira livre tem caráter diversificado, onde circulam pessoas de todos os tipos, sejam vendedores, compradores ou simples transeuntes, composto não apenas pelo comércio de frutas, legumes, verduras ou outros itens alimentícios, surgindo ainda ambulantes, transportadores, comércio e prestação de serviços de outros itens que visam atender diversas demandas.

Há também a característica democrática, já que encontram-se todos os tipos de comerciantes nas feiras, desde o grande feirante distribuidor de alimentos, como os pequenos produtores que veem nas feiras livres única forma de distribuir seus produtos, e também as pessoas que a frequentam, já que a feira é acessível e frequentada por pessoas de diferentes origens, independente de classe econômica ou social. Cabe a cada município legislar sobre feiras livres.

Muitas pessoas tiveram suas infâncias e juventudes rodeadas de lembranças da feira livre, algumas iam ajudar seus pais que eram pequenos comerciantes, outras iam trabalhar nas barracas contidas no ambiente e assim iniciando a vivência do aspecto econômico. Além das feiras serem locais de venda e compra de produtos numa relação econômica, ao mesmo tempo, a localidade tem um papel cultural e político, principalmente, na venda da literatura de cordel e nas leituras das páginas de jornais que eram embrulhados os produtos.

### **Período do Café em Simão Dias**

É notório, que o ciclo do café é conhecido em toda região nordestina, pois em 1727 foram plantadas as primeiras mudas de café no estado do Pará. As mudas foram levadas por Francisco de Melo Palheta, com rapidez em 1760, no qual pequenas roças de café já eram cultivadas até no Rio de Janeiro. Ao longo dos anos, o café tornou-se o principal produto econômico de plantio, gerando muita riqueza para os cafeicultores da época. Até o apogeu do Segundo Reinado no Vale do Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo foram localidades que plantavam o produto até sua exportação. O café entrou para o Brasil pelas portas do Norte, após a peregrinação das Guianas a famosa planta chegou ao Estado do Pará.

Trazida pelos cearenses na época do ciclo da borracha na Amazônia, a cultura do café chegou a prosperar por algum tempo na Serra da Maranguape, no Estado do Ceará. Nos anos de 1847 a 1850, prosperava uma grande animação pela cultura cafeeira em alguns Estados Nordesteiros, presumindo-se ter chegado as primeiras sementes a Sergipe naquela época. As experiências no estado sergipano, não atendiam ao consumo da própria Casa-Grande, uma vez que as mudas de café foram plantadas nos pomares dos engenhos de açúcar.

Que relação o município de Simão Dias tem com o ciclo do café? Que importância econômica, política e social o referido produto proporcionou para o atual

município, que antes era uma povoação? Interessante perceber que muitos habitantes simãodiense daquela época e nos dias atuais não sabem da tanta informação guardada nos relatos documentais e orais que cercam as estantes do memorial de Simão Dias.

Em Simão Dias o ciclo do café foi importante e esplendor, com as tentativas formas coradas em pleno êxito. O clima e as terras “arroxeadas” das matas de Simão Dias ou matas do Rio Caiçá eram as formas propícias para cultura cafeeira, dando-nos durante muitos anos o título de “Abastecedor do Estado”. Em outra vertente, o plantio das mudas do café foram propícias devido ao clima e a terra por ter um grande solo fértil.

Com a cultura do café em grande desenvolvimento no município no fim do século passado, era notado a zona fronteira entre o Estado de Sergipe ao Estado da Bahia, pois, os municípios de Simão Dias e Paripiranga desenvolviam uma satisfatória fronteira, proporcionando o comércio do produto. Em 1901, o Monsenhor Olímpio Campos, em mensagem dirigida a Assembleia Legislativa do Estado falava que as lavouras do café se desenvolva em Simão Dias, com plantações regulares. Em 1904, o Presidente Josino Menezes, dirigiu uma mensagem para Assembleia expressando que o município de Simão Dias com a criação de gado em grande escala, foi o único Estado a cultivar o café e a concorrer com o Sul.

As terras da nossas “matas” foram tão favoráveis ao café que, com a adaptação dos agricultores simãodienses chegaram a atingir um tipo considerado “grão-fino”. Para alcançar o tipo superior, o lavrador tinha técnicas não tão modernas, onde o grão secava em terreiro simples e era beneficiado em pilões. Esse “pilão-de-pé” que tinha no engenho foi inventado pelos próprios lavradores simãodienses. Eram encontrados em fazendas e sítios do município, e se destacavam o “Baixão” e o “Mercador” (Fazendas de Café) tanto pela qualidade como pela produção. Em 1908, o café de Simão Dias foi premiado com medalha de ouro na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, sendo expositor o agricultor Antônio Manuel de Carvalho. Segundo o cafeicultor baiano Manuel de Matos Santa Rosa, que residia no município de Paripiranga, as primeiras sementes vieram para fazenda “Baixão”, trazidas do município de Arauá, onde tinha um pequeno cultivo, a sombra de cajueiros e jaqueiras. O café de Simão Dias tornou-se famoso, merecendo as preferencias do mercado sergipano, mesmo com a presença competidora do produto sulino. Com o crescimento da pecuária no município, o produto cafeeiro teve um declínio devido à concorrência de preço e a grande produção, além do apoio econômico e financeiro do Banco do Brasil, chegando a abalar a economia nacional.

Por tantas informações contidas nas fontes orais e escritas, é importante lembrar que o produto cafeeiro teve um crescimento valioso para os grandes cafeicultores simãodiense, no campo político predomina a aliança dos fazendeiros com os Presidentes do Estado Sergipano e Baiano proporcionando um produto inovador para o mercado. Atualmente, num contraste chocante, Simão Dias importa o café para seu próprio município.

O produto cafeeiro que chega à mesa de muitos brasileiros, principalmente, no município simãodiense, teve um período áureo nas matas do Caiçá. É notável que na economia de Simão Dias prevalece um certo modelo econômico cultural voltado pela plantação do milho ou do gado. Mas, poucos sabem que durante muito tempo, as plantações de café desenvolvidas no atual município proporcionaram um produto rico e energético, chegando na mesa dos grandes proprietários de café e suas famílias.

## **História da Banda Filarmônica Lira Santana**

As origens e datação da fundação da primeira filarmônica simãodiense se perderam nas ruínas memoráveis do passado. De acordo com Déda (2008), a primeira banda musical foi fundada por Ezequiel Profeta do Nascimento, tendo como regente o advogado Manuel Pedro das Dores Bombinho. Assim, simplesmente foi formada a filarmônica “A música de Bombinho”. Com o passar dos meses, surgiu outra banda “Música de Loiola”, sob o patrocínio do Cel. Francisco Antônio de Loiola, prestigioso chefe político. Consequentemente as duas bandas “Musica de Bombinho” e “Música deLoiola” disputavam o privilégio social e político até se enfrentarem entre si com brigas, cacetadas, correrias e fugas.

Com a Guerra de Canudos se alastrando no Nordeste, principalmente, nos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe, algumas bandas militares acompanharam as tropas de Antônio Conselheiro que fizeram passagens em Simão Dias. Assim, executaram dobrados e chamaram a atenção do povo no acampamento da Praça do Bonfim (atual Praça Lucila Macedo Déda), além de deixarem a população encantada com a apresentação da Banda do “31 de Bagé”.

Com a influência das bandas militares da passagem de Canudos, o comerciante José Pinto reuniu velhos músicos e fundou uma banda, cujo nome era “Banda Lira Pinto”. Sua primeira apresentação aconteceu numa festa de Santana, cuja época Simão Dias ainda era freguesia de Lagarto. O Vigário da freguesia ficou encantado com a vitoriosa estreia da nova banda e propôs que a chamasse de “Banda Lira Santana” devido ao interesse religioso e político. Nesse sentido Déda afirma:

Quando de passagem das batalhas do General Savaget, em demanda de Canudos, os velhos músicos foram despertados pelos maviosos acordes das bandas militares, em marcha pelas ruas, ou ensaiando no acampamento da Praça do Bomfim reanimaram-se (DÉDA, 2008, p. 123).

Em 1939, surge a “Banda Lira Santana” com o primeiro regente Manuel Sinfrônio do Nascimento, conhecido por Manuel Saboeiro, pequeno comerciante da fábrica de sabão. Muito importante por obter em seu elenco musical o músico e sacristão Lúcio Alves de Santana, o regente Manuel Saboeiro e seus irmãos, o pistonista Olímpio Saboeiro e o contrabaixo Eustáquio Saboeiro, Joao dos Santos Pereira (o pé-do-boi), Adolfo Santana, Pedro Laranjeiras, Domingos Laranjeiras, entre outros. Mais tarde o comerciante Jeronimo Santa Bárbara se integra a banda. Complementando, Déda afirma que:

A “Lira Pinto” entusiasmou a todos, quando surgiu pela primeira vez em público, tocando numa festa de Santana. Ao encerrar a festa, o Vigário de freguesia, também entusiasmado com a vitoriosa estréia da nova banda, propôs que fosse chamada “Lira Sant”Ana”, o que todos aceitaram, inclusive o fundador José Pinto (DÉDA, 2008, p. 123).

Com a briga entre os coronéis, os músicos da Banda Lira Santana se desentenderam encabeçado pelo regente Manuel Saboeiro, que fundou outra Banda chamada “Lira Santa Cecília”. Com a rivalidade entre a Banda “Lira Santana” liderada pelo músico Lúcio Alves de Santana contraposto da Banda “Lira Santa Cecília”, as duas agremiações musicais progrediram participando de inúmeras celebrações. Mas a competição e o ódio entre as duas bandas foram motivos para os reencontros repetidos das duas filarmônicas proporcionando tiros, cacetadas, murros, pontapés, entre outros insultos dividindo a cidade em dois partidos opostos.

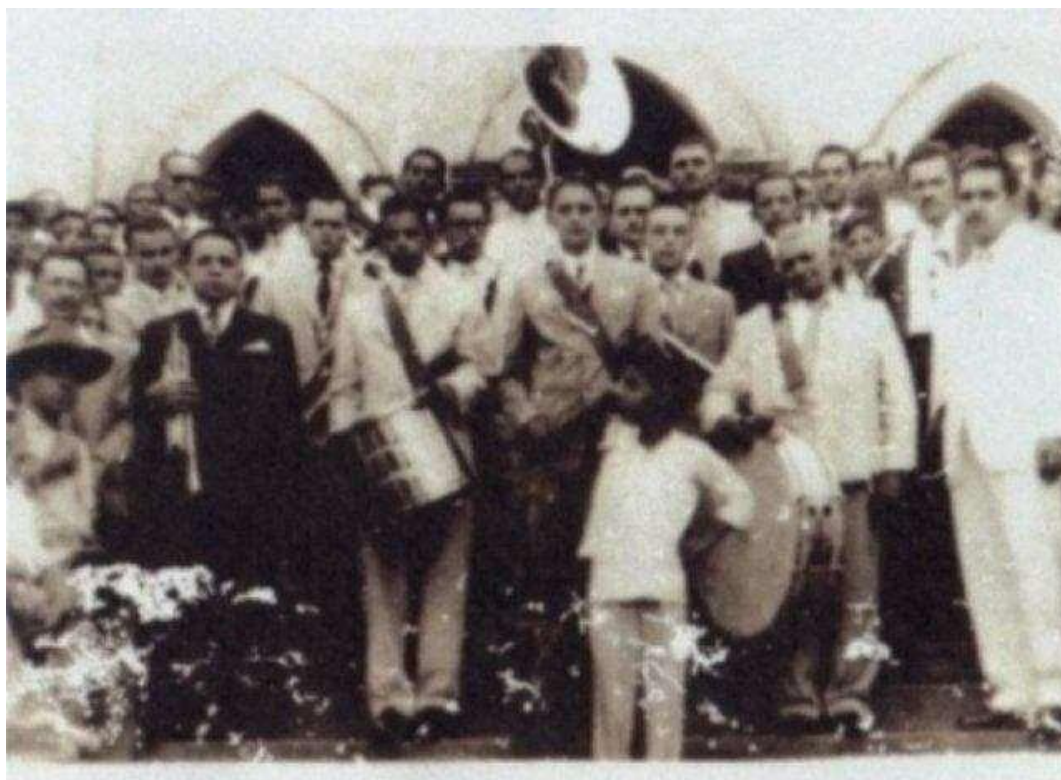


A Banda “Lira Santa Cecília” recebeu um convite para tocar numa festa de Santana, além de acompanhar o grupo dos “Cacumbis” numa passeata antes da procissão. Já a Banda “Lira Santana” preferida para as festas religiosas e festas populares ganhava muita fama sendo apelidada “Lambe-tudo” pela sociedade. A Lira Santana recebia mais convites para tocar em eventos culturais, festividades religiosas e eventos comemorativos no qual viveu seus dias de glória com viagens, concertos em Tucano, Coité, Lagarto, São Cristóvão e Itaporanga.

Mas, a Banda Lira Santana, também teve seus fiascos e amarguras, como em uma festa de Santana, que em plena procissão um dobrado caiu, e um compasso foi perdido e o mestre Lúcio Alves abafou dando uma macetada no bombo. Outro episódio foi em uma apresentação na Rua do Coité, que o arranjado coreto desabou recebendo as primeiras vaias.

Desde o início da formação a Banda “Lira Santana” nunca foi uma sociedade perfeitamente organizada, pois sempre viveu dos esforços dos seus próprios músicos sendo homens pobres, pequenos funcionários, pedreiros, marceneiros, sapateiros e alfaiates, que milagrosamente sobreviveram da bandinha durante cinquenta anos. O comerciante Jeronimo Santa Bárbara, jamais desanimou com os momentos difíceis da sua querida “Lambe-tudo”, chegando até a dividir seu modesto salário com a bandinha por falta de apoio dos grupos políticos naquela época.

Nos anos 80, houve a nova fase da Banda Lira Santana, no qual iniciou-se com os esforços do comerciante Domingos dos Santos, que fundou novamente a banda e entregou a regência para o Maestro Raimundo Macedo Freitas, no qual fez um trabalho muito importante e memorável para toda sociedade simão-diense com a morte do Sr. Domingos dos Santos. A seguir é possível vê uma foto tirada da banda Lira Santana já nos anos 80 sob comando do Maestro Raimundo:





**Figura 03:** Formação da Banda Filarmônica Lira Santana em meados dos anos 80, sob a regência do Maestro Raimundo Macedo Freitas (In memória).

**Fonte:** <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 16/07/2020.

Nos anos 90, a banda filarmônica Lira Santana passou a ser conduzida pelo saudoso maestro José Castro e Silva, conhecido por Seu Castro. Ele dedicou sua vida com muito amor a Filarmônica e ao município de Simão Dias, ele foi um grande maestro que contribuiu muito pela arte e cultura do povo simãodiense. Com a morte do Maestro José Castro e Silva, uma perda difícil para os integrantes da Banda Filarmônica Lira Santana, o mais novo maestro e musicista João de Souza Cruz (Biller) que é integrante da instituição musical desde 1982, assume a batuta em novembro de 2004 com um quadro de 45 músicos.

Durante a história da Banda Filarmônica Lira Santana obteve um quadro de músicos importantes, entre eles destacamos: Antonio Lima (Toinho) músico negro de orquestra de rock, jazz e música erudita que reside na Alemanha, já Eustáquio Sinfrônio foi o melhor contrabaixo do Estado de Sergipe na época, Gabriel Soares por sua vez foi um músico em orquestra que reside na Alemanha. João Soares (João Galego) é regente da Banda da Polícia Militar em Vitória, José dos Santos Pereira é tenente músico da Banda do 19ª Batalhão de Caçadores (19º BC) de Salvador, José Cruz (Zica) é regente de orquestras em Vitória, no Espírito Santo, e Zótico Guimarães foi um negro músico, maestro, tenente da aeronáutica, compositor erudito, regente da Banda do Galeão no Rio de Janeiro, entre muitos outros.

A Banda Filarmônica Lira Santana sempre passou por dificuldades em todos os sentidos, a própria população faz doações para manter a cultura e a arte viva, pois as gestões públicas não tem muito interesse em investir na instituição musical.

### **Cangaceiros Sergipanos e a passagem de Lampião no município Simãodiense**

No decorrer dos anos muito se fala sobre Lampião, é possível encontrar registros de que há muitas décadas, os cangaceiros foram apontados na história como heróis ou ladrões. Durante as aulas de história, existem muitas controvérsias entre as origens dos cangaceiros, até por que as fontes escritas e orais relatam curiosidades e fatos que foram vivenciados nas rodas de conversas das vovós em reuniões familiares.

A história do Cangaço em Sergipe é muito conhecida pelo ataques do bando de Virgulino Ferreira da Silva, o famoso Lampião. Mas, poucos sabem que o atual município de Simão Dias passou por alguns momentos de agonia e medo causado pelos cangaceiros sergipanos. Fesliberto Freire aponta, em seu livro “História de Sergipe”, nomes de cangaceiros que agiam isoladamente em tempos remotos e tranquilos, protegidos por homem da situação, zombando da Justiça, e ainda percorrendo armados os povoados e as vilas.

Cangaceiros sergipanos como Inocêncio, Matias, Moura, Vicente Cardoso, Mureba, Quincas e Chicão atuaram causando terror nas povoações da época, territórios que hoje corresponde aos municípios de Laranjeiras, Maruim, Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotas, Capela, Propriá e Itabaiana. Em Simão Dias, após a criação da freguesia registram-se invasões de malfeitores oriundos do nordeste baiano, que cometiam desordens e chegavam até a vila de Lagarto, onde eles retiraram da prisão um famoso criminoso chamado de Manuel Jacinto. O vigário, Padre José Francisco de Meneses, enviou uma carta ao Presidente da província que reclamava da vinda do destacamento policial, assim evitando o alvoroço e pânico dos habitantes da povoação.

Segundo os relatos escritos, a carta do vigário fez efeito, pois durante muitos anos, a localidade viveu tranquila. Nos primeiros anos, surgiu tocando terror ao povo simãodiense um perigoso marginal chamado José Francisco dos Santos, mais conhecido por Zé Dezenove, apelido decorrente dos números de crimes que praticava e que em sua maioria eram latrocínios. Zé Dezenove nasceu no município de Paripiranga (BA), agia sozinho e por conta própria. Sua trajetória no cangaço teve breve duração, pois foi logo preso e processado no ano de 1904, devido a um crime em crueldade matando um indefeso menino de dez anos, na fazenda “Riachão”, sendo julgado e condenado a trinta anos de reclusão pelo Tribunal do Júri de Simão Dias, presidido na época pelo Dr. João Dantas de Brito. Ainda assim, o marginal conseguiu fugir da cadeia, porém foi capturado na cidade de Laranjeiras, acabando sua vida em um cubículo da “Cadeia Velha” em Aracaju.

Outro marginal cangaceiro bastante conhecido foi Isidio Empenado, um “sarudo” sardoso que robusta compleição, ele era valente, ágil, atrevido e invadia sozinho os antigos territórios de Simão Dias, Paripiranga, Frei Paulo e Campo do Brito, com parada certa na feira de “Trambeque” as margens do Vaza-Barris. Um dos episódios marcantes da passagem deste cangaceiro, foi a briga dele com o delegado de polícia Teixeira Pato, pois Isidio dominava pelo terror um lendário que andava a cavalo e usava bacamarte de socar pela boca, seu rifle era ainda desconhecido, sendo uma espécie de bandoleiro nordestino ou um tipo de herói do cinema sertanejo.

Em um belo dia, entre as povoações de Simão Dias e Paripiranga, o cangaceiro encontrou o delegado, a quem o humilhou, fazendo passar diversas vezes por baixo da barriga do seu animal e mandando, pelo mesmo delegado, um recado atrevido ao Juiz. Cangaceiro petulante e atrevido, intimava as pessoas abastadas a mandar-lhe dinheiro, determinando a localidade da entrega.

Nota-se que naquela época os cangaceiros sempre agiam individualmente pra não serem vistos pela sociedade, até porque os coronéis e a milícia (polícia) tinham acordos políticos, econômicos e sociais. Uma vez, Isidio Empenado organizou um pequeno bando de três cangaceiros, no que foi mal sucedido, pois ao entrar na rua do Coité, foi surpreendido pela polícia, sendo obrigado a um recuo para os lados do Caiçá, na saída da Cidade do atual município de Simão Dias.

Outro episódio foi o conflito entre o bandoleiro Isidio Empenado e o Sargento Eduardo Dias, pois o cangaceiro invadiu as terras da fazenda dos seus pais, uma casa situada à margem do rio à beira da estrada. O sargento armado com um “clavinote de chumbo” atacou o grupo, descarregando a arma com rapidez, um cangaceiro caiu morto e o outro ficou ferido, mas Isidio conseguiu fugir. O bandoleiro continuou atacando, assaltando, tocando terror em povoações e vilas, quando certa vez, ele passou pela Fazenda Lagoa da Mata, no qual se envolveu numa discussão com o vaqueiro que acabou morto. Indo atualmente na estrada da referida fazenda, encontra-se duas cruces que marca a façanha do valente cangaceiro.

É muito comum encontrar cruces, ou pequenas capelinhas nas antigas estradas das povoações e vilas, pois representa um momento de luta entre os cangaceiros e a polícia, ambos com seus ideais e opiniões diversas. Oito anos se passaram em grande tranquilidade na pequena povoação simãodiense, pois em 1912 surgiu outro perigoso cangaceiro chamado João Vaqueiro, mais conhecido por João Capelão.

João Capelão, também agia sozinho, ele era terrível e cruel, em seus ataques assassinou uma criança de seis anos de idade no lugar denominado “Boqueirão dos Betes”, provocando o conflito de jurisdição entre os Estados de Sergipe e Bahia. As autoridades sergipanas prenderam o malfeitor, enquanto que a justiça do Estado da Bahia processou João Capelão pelo crime e exigiu as autoridades sergipanas que

entregasse o réu. O Presidente do Estado de Sergipe General José de Siqueira Meneses mandou um ofício, datado de 19 de maio de 1913 ao Governador da Bahia para a união dos estados no julgamento do réu.

Entre os anos de 1917 e 1918, dois desertores ostentando as fardas do Exército Nacional na localidade “Mato Verde”, intranquilizaram a população. Em um dia de feira, a cidade foi abalada profundamente com a presença dos desertores fardados e insultando as autoridades locais. Valentes e destros, os marginais venceram a polícia, no qual a feira foi desmanchada em clima de pânico e os criminosos fugiram.

O fato é que Simão Dias, vivia um tempo tranquilo e sereno, mesmo com a presença de cangaceiros provocando pequeno terror quando saqueavam pequenas fazendas. Até os dias atuais, é questionado a execução dos cangaceiros e os motivos de seus saques. Será que os bandoleiros só invadiam os engenhos dos senhores para fazer justiça com as próprias mãos? A forma que os cangaceiros agiam em época de pura repressão e domínio dos coronéis, fez de suas atitudes, a escolha dos caminhos certos ou errados? São perguntas pensantes para toda população. Mas o fato é que a população de Simão Dias não conheceria façanhas de valentões e cangaceiros, senão pela leitura dos livretos com historietas populares em versos, vendidos nas feiras. Cujas ações e façanhas tinham um cenário longínquos nos sertões do Ceará, Paraíba e Pernambuco, celebrados por Antônio Silvino, Lampião e outros.

Em 1928, surgiu no nordeste baiano o bando de Lampião, assaltando fazendas e povoações, matando, roubando, violentando mulheres e impedito o crescimento da produção em todos os setores. Na imagem abaixo é possível observar a fotografia da Anápolis Assombrada pelo Lampião:



**Figura 04:** A Anápolis assombrados por Lampião.

**Fonte:** <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 16/07/2020

Um sistema de espionagem desconhecido, inteligente e impressionante surgiu em toda a região, o “Coiterismo”, que acabou enchendo de pavor as populações rurais. As fazendas, roças e sítios foram abandonados pelos indefesos camponeses, as correrias terríveis cada vez mais iam se aproximando a Simão Dias. A população da cidade, de índole pacífica que não conhecia essas lutas e desordens, viviam com agônia mas confiando no destacamento policial.

O desassossego iniciou na cidade em 3 de Outubro de 1930 quando a face da revolução se alastrava. Na manhã de 17 de Outubro de 1930, a cidade de Simão Dias foi presa fácil para Lampião e seu bando, pois a cidade foi sacudida pelo telegrama recebido por Ce. Felisberto Prata, alto comerciante da praça, comunicando a tentativa de assalto a cidade de Capela pelo bando, e a partida do mesmo em direção ao município simão-diense. Com a notícia se espalhando e chegando até a vila de Pinhão, as famílias partiam para os matos com suas improvidas trouxas.

Com aquela ameaça do bando a se alastrar, foi improvisada uma resistência, onde o Dr. Marcos Ferreira (ex-aluno da Escola Militar), Antonio Carmelo e Felisberto Freire chefiavam o movimento constituindo como “Estado-Maior”. Na figura a seguir é possível vê uma foto de Marcos Ferreira na época:



**Figura 05:** Dr. Marcos Ferreira (In memória)

**Fonte:** <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 16/07/2020

A mobilização foi rápida e sem atropelos, com os mais diversos tipos de armas como por exemplo revólveres, pistolas, garruchas, espingardas de caça, entre outros armanentos foram utilizados.

Com toda disciplina dos voluntários, eles enchiam de entusiasmo e confiança a população, assim, os três homens do Estado-Maior, reuniram-se para concertar os planos para defesa da cidade e receberam o primeiro ultimato de Lampião. Como o cangaceiro era portador de mal-escrita, mandou a mensagem pelo agricultor Fausto José da Conceição, conhecido como Fausto Dodô, que trazia em seu semblante a aflição por ter deixado seu filho menor, o jovem João Conceição Neto, nas mãos do bandoleiro.

A intimidação ao invés de desanimar a população, encorajou-os para a luta, que seria desigual dada a inexperiência dos defensores, assim, tudo que pudesse ser usado para servir de trincheira, foi utilizado. Em meio ao silêncio, foi ouvido um tiro, sendo disparado pelos lados da “Ladeira das Pedras” onde se encontravam os bandidos. O corajoso Manuel Oliveira, conhecido como “Manuel dos Motores” que chefiava um pequeno grupo, tomou a ofensiva em frente aos companheiros e foram em direção ao local do tiro, marchando diretamente para o lugar onde os bandidos estavam.

Nesse momento, com a alarmada situação de desespero, o grupo fez fogo de muitos pontos da cidade, era disparos vindos de telhados, das esquinas, de todos os lados, tiros e mais tiros de armas, disparadas num pipoquear formidável de diversos tipos de armanentos, um verdadeiro desperdício de munição. Mas Lampião não contava com a ação dos “Coiteiros” que lhe mostrou veramente a situação de resistência. Sendo assim, seguiu com seu bando para o interior com um certo requinte de perversidade.

Ao passar pelos “Olhos d’Água” o bando espantou famílias ali escondidas. Mesmo com a retirada do bando ao interior a intraquilidade permaneceu, pois conforme se sabia que a retaguarda do capitão poderia ser motivo para outro ataque dos cangaceiros. Outro cangaceiro foi Corisco, a frente de bando menor igualmente

destro e perverso, pois em uma de suas invasões e ataques no sítio de Porfirio Chagas na Caraíba, o fazendeiro armado com um rifle de papo amarelo recebeu o grupo de Corisco a balas, proporcionando a defesa do seu patrimônio residencial, impedindo a invasão.

Outro bando foi criado pelo ex-cabo da Força Pública de Sergipe, chamado de Manuel Luís que tomou o singular nome de Corisco Preto, ele fez rancho nas matas da Água Verde, nas proximidades do Povoado Caraíbas com cerca de 9 km<sup>2</sup>, atuando em assaltos em sítios e fazendas. Mas com curta duração, pois Corisco Preto e seu pequeno bando foi preso e julgado pelo Reformatório Penal do Estado. A muitos anos, os bandoleiros mantiveram a intranquilidade em todo o município, o comércio de Simão Dias sofreu as desastrosas consequências do “ciclo lampiônico”. Com a vitória da revolução de 1930, o Interventor Federal de Sergipe, o militar Augusto Maynard Gomes garantiu a população o completo extermínio do cangaceirismo na região.

Diante de toda discussão textual, é interessante destacar os motivos dos grupos de cangaceiros atuarem nas povoações e vilas, uma vez que encontrava-se numa época de pleno domínio dos coronéis, donos dos engenhos de açúcar e café. Os bandoleiros fizessem justiça com as próprias mãos, de um modo errado ou certo, os mesmos tinham o interesse de acabar com o poder dos coronéis.

### **Breve história do Colégio Eduardo Marques de Oliveira: melhor ensino privado do município de Simão Dias**

A instituição de ensino escolar “Colégio Eduardo Marques Oliveira” é comprometida em oferecer educação de qualidade com o objetivo de contribuir para a formação integral dos seus alunos, fundamentado em princípios éticos e de responsabilidade. As ações pedagógicas promovidas por professores experientes e em constante atualização profissional, colabora para o desenvolvimento pleno de aspectos cognitivos e intelectuais dos estudantes, garantindo o acréscimo na sociedade de cidadãos capazes de compreender seu papel.

Em Simão Dias surgiu há 31 anos o Colégio Eduardo Marques, sendo fruto do sonho das três irmãs e professoras Rosinelda Leal Santos Andrade, Rosa Cristina Leal dos Santos e Rose Christiane Leal Santos Soares (Aninha). Logo, as três irmãs se uniram e com a ajuda dos pais, colocaram o sonho em prática.

A escola teve início no ano de 1989 na residência de Rosinelda, conhecida por todos como “Tia Nelda”. Inicialmente frequentavam 30 alunos e a escolinha recebeu o nome de “Pequeno Polegar”. A primeira professora a ser contratada foi Cristina Souza que exerceu sua função com muito mérito e disciplina.

Com o passar do tempo, mais alunos começaram a chegar tornou-se preciso um espaço maior, assim, foi criado o “Colégio Eduardo Marques de Oliveira” em um espaço mais amplo e aconchegante. A referida instituição de ensino, recebeu esse nome em homenagem ao ex-político e ex-prefeito Eduardo Marques do município de Pinhão, sendo o patrono da escola. A seguir é possível vê uma fotografia em preto e branco dele:



**Figura 06:** O Patrono Eduardo Marques.

Fonte: <http://www.lagartense.com.br> acessado em 22/07/2020

Mesmo as várias dificuldades e a burocracia não impediram que o sonho das irmãs crescesse. O segundo corpo pedagógico docente, teve em seu quadro as professoras Cristina Sousa, Cristininha, Kelma Leal, Aninha Leal e Sueli Rosa que participaram do crescimento da instituição de ensino.

Atendendo desde o pré-escolar até o Ensino Médio, o referido Colégio CEM8081 desempenha um papel importante na formação de futuros profissionais, sendo a base para novas conquistas. Apresentando um alto índice de aprovação dos seus alunos em vestibulares das faculdades e universidades públicas e privadas.

Em suas instalações e no espaço físico escolar, a referida instituição de ensino é a certeza de que um sonho pode se tornar realidade. Assim, o sonho das três irmãs contribuíram para a realização dos sonhos futuros de cada aluno que se orgulha de fazer parte da família CEM. O referido Colégio está situado na rua Presidente Vargas, nº 298, no município de Simão Dias. A instituição de ensino atende ao Ensino Infantil, Ensino Fundamental I (1º ao 5º), o Ensino Fundamental II (6º ao 9º) e o Ensino Médio.

Na figura a seguir está apresentado o prédio do Colégio Eduardo Marques de Oliveira:



**Figura 07:** Prédio Atual do Colégio Eduardo Marques, no município de Simão Dias.  
**Fonte:** <http://www.lagartense.com.br> acessado em 22/07/2020.

Atualmente, o ambiente escolar possui uma infra-estrutura acessível aos alunos, contando com biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de diretoria, sala de secretaria, sala dos professores, banheiros masculinos e femininos, cantinas, entre outros espaços. Além disso o Colégio oferece os equipamentos eletrônicos como o aparelho de DVD, impressora, copiadora, retroprojetor e televisão para todo corpo docente da escola. As propostas pedagógicas que são construídas na metodologia do ensino aplicada traz as ideias de uma educação voltada para o construtivismo, interacionismo, ludismo e humanismo.

O colégio possui atualmente em seu quadro de professores 40 profissionais com diplomas Graduações, Pós-graduações e Mestrados. Além de possuir em seu grupo de professores cinco profissionais da educação que já foram alunos da referida instituição de ensino, sendo os educadores Daniell Loiola, Láis Andrade, Fábio Ribeiro, Renery leal e Vitória Santana, enfatizando o compromisso com a educação, ética e responsabilidade.

Com o objetivo de melhorar a formação do aluno, o estabelecimento de ensino Colégio Eduardo Marques Oliveira oferece atividades extracurriculares para despertar o talento dos estudantes, aprimorando o desempenho em sala de aula. O trabalho de estímulo cognitivo em diferentes áreas, apresenta um ganho significativo no desenvolvimento integral do indivíduo.

Os estudantes praticam com mais frequência as expressões corporais, e tornam-se mais críticos e participativos, proporcionando o aumento da autonomia, da tolerância, do respeito, e do reconhecimento de ponto de vista de outras pessoas. No ano de 2020, foi celebrado com alegria pelos profissionais que fazem parte da instituição a comemoração pelo colégio está na lista das escolas no Enem 2019 com ranking importante e satisfatório. Obtendo uma posição excepcional e gratificante com muito trabalho e disciplina, sendo o 1º Colégio do município de Simão Dias e o 26º Colégio do Estado de Sergipe, tendo uma média geral 593,7 nas disciplinas gerais e com média 767,69 na redação segundo o site Evolucionar (2020) de acordo com dados coletados no INEP82.

Toda essa posição e lugar que a instituição de ensino conseguiu obter, é mérito de todo trabalho com aulas diferenciadas dos professores, todo trabalho do corpo pedagógico (Diretoria, Secretaria, Coordenação e Psicólogo), e principalmente



pelos esforços e muito estudo dos alunos, em especial do 3º do Ensino Médio com aulas presenciais de acordo com a grade curricular composta pela LDB8384, além das aulas complementares do Pré-Enem8586.

Todo esse mérito que os alunos do 3º ano Ensino Médio almejam é consequenciado trabalho feito pelos professores desde o ensino infantil, contando com dedicação e compromisso pelo ensino fundamental I, pelo ensino fundamental II até a conclusão do Ensino Médio. É uma sequência de trabalho e muito amor a profissão, sendo uma das marcas de todos os profissionais de diversos segmentos que fazem parte da instituição de ensino “Colégio Eduardo Marques”.

## Conclusão

O patrimônio cultural histórico de Sergipe é muito importante para memória do povo sergipano, pois resgata a vivência por parte dos elementos materiais e imateriais proporcionando conhecimento sobre sua história. Há uma grande necessidade de uma política de educação patrimonial, visto que o instrumento de alfabetização cultural leva ao indivíduo a necessidade da leitura histórica do seu estado, da cidade e da região a partir da realidade cultural que está inserido.

No município de Simão Dias, a cultura está esquecida pela população devido a falta de incentivo das gestões passadas e atuais, desde muito tempo sem preocupação em resgatar a cultura e a história local. Torna-se preocupante que muitas pessoas não sabem sobre a história da cidade, seja por comodismo ou por falta de interesse da população.

O incentivo ao patrimônio cultural histórico deve partir da Secretária de Educação do Município, com projetos educacionais de cunho memorável, histórico e patrimonial. O território simão-diense é muito rico em todos os aspectos, principalmente na parte cultural, rodeados de casarões antigos e ruas estreitas que elucidam as memórias dos antepassados e traz acontecimentos marcantes de algumas décadas atrás.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo Público do Memorial de Simão Dias.

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. *Patrimônio Cultural*. Aracaju: UNIT, 2010.

DÉDA, Carvalho. *Simão Dias: Fragmentos de sua História*. Aracaju: Livraria Regina. 1966.

EVOLUCIONAL. Confira a consolidação das notas por escola do Enem 2019 - resultados com Redação. In: *INEP*. Ministério da Educação. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados>.

Acesso em: 20/08/2020.

FREIRE, FELISBELLO FIRMO DE OLIVEIRA. *Histórias de Sergipe*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1981.

HORTA, M.L.P., DEL PRIORI, M. Memória, Patrimônio e Identidade. In. *Memória, Patrimônio e Identidade*. Ministério da Educação. Boletim 04, p. 03-11, Abril de 2005.

---

83 Lei de Diretrizes e Bases da Educação

85 Exame Nacional do Ensino Médio



SOUZA, Marcelo Domingos de. *Simão Dias: a transição da oligarquia ao populismo (1940 – 1964)*. Trabalho de Mestrado, 2002. Disponível em <https://outraversao.blog.br/index.php/monografia-sobre-a-politica-de-simao-dias/>. Acesso em: 16/07/2020.

SOUZA, Marcelo Domingos de. *História de Simão Dias*. Outra versão, 2018. Disponível em: <https://outraversao.blog.br/>. Acesso em 16/07/2020.

# “LOS HERMANOS SEAN UNIDOS PORQUE ESA ES LA LEY PRIMERA” SOLIDARIEDADES E RESISTÊNCIAS NA FRONTEIRIÇA JAGUARÃO (1964- 196?)

Darlise Gonçalves de Gonçalves<sup>87</sup>

**Resumo:** Este estudo aborda as redes de mobilidades atuantes na fronteira de Jaguarão - RS, situando-as enquanto uma atividade de resistência à ditadura. Entretanto, embora o município tenha desempenhado papel singular nesse contexto, essas narrativas de solidariedade e resistência foram sistematicamente silenciadas ao longo das gerações, apresentando-se enquanto memórias clandestinas. Diante disso, em um segundo momento do texto, apresentaremos a atividade Caminhos da Resistência, projeto educacional que a partir dos caminhos percorridos por uma dessas redes apresenta uma forma possível para o ensino desse passado vivo a nível de história local.

**Palavras-chave:** Ditadura; Resistência; Fronteira; Ensino de passados vivos; História local.

## INTRODUÇÃO

Por muito tempo em nossa historiografia os estudos sobre o período ditatorial estiveram concentrados nas experiências desenvolvidas nos grandes centros urbanos, entretanto recentemente abriu-se um nicho de pesquisa voltado a pensar as vivências de atores sociais residentes em espaços periféricos e que não necessariamente tenham pegado em armas como forma de oposição à ditadura (BAUER, 2020).

Dividido em duas partes, este artigo versa sobre as redes de mobilidade atuantes na fronteira cidade de Jaguarão, interior do estado do Rio Grande do Sul, situando-as dentro de uma agenda de resistência que conecta a ação desenvolvida localmente ao âmbito regional, nacional e internacional, pois esses grupos atuantes na fronteira eram responsáveis por auxiliar na Travessia para o Uruguai daqueles que deixavam o País por motivos políticos.

Na sequência, vamos discorrer a respeito dos silêncios em torno desse passado existentes nesse espaço fronteiriço. Panorama este que nos levou a criar a atividade “Caminhos da Resistência em Jaguarão”, projeto que se desenvolve paralelamente e apoiado no estudo dessas redes de mobilidade e que a partir de uma delas traçou um roteiro guiado voltado para o ensino de história local.

## O RIO GRANDE DO SUL NA ROTA DOS PASSAGEIROS DA LIBERDADE

Com a instauração da ditadura, o Estado brasileiro passou a destinar especial atenção ao Rio Grande do Sul, espaço visto pela resistência como um corredor rumo à liberdade e à rearticulação de suas lutas. Tal interpretação se deu devido às particularidades geopolíticas e socioculturais deste território, dentre as quais se destacam sua extensa fronteira seca ou de fácil acesso aos países do Prata, sua forte tradição Trabalhista, bem como, a simpatia do povo gaúcho para com as lideranças petebistas exiladas no Uruguai. Ao mesmo tempo, deve ser levada em conta a proximidade cultural entre os sul-rio-grandenses de seus vizinhos argentinos e

---

<sup>87</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas, licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa (2020), bolsista CAPES com pesquisa voltada para as conexões e solidariedades estabelecidas nas zonas de fronteira entre Brasil e Uruguai durante a ditadura.

uruguayos, realidade que gera nessas zonas fronteiriças uma dinâmica única, pautada na integração de fato entre seus agentes residentes. Essa característica, segundo Enrique Mazzei (2012), faz com que nessas localidades, em termos de trocas e significações da vida cotidiana ocorram “desviaciones sociales en el limite de la normativa pública” gerando outras “posibilidades colectivas y personales de cumplirlas” (MAZZEI, 2012, p. 10), apresentando-se assim modos de vida distintos daqueles adotados por agentes não residentes em zonas de fronteira.

Entretanto, a fronteira que acolhe, que integra e que durante a ditadura servirá de palco para a resistência a partir da articulação de seus agentes *dobles chapa*<sup>88</sup>, é também a mesma fronteira fluida para a repressão no contexto da Doutrina de Segurança Nacional. E devido a estas particularidades geoculturais, podemos perceber nessa porção do estado cinco dinâmicas diferentes, que embora complementares em termos analíticos e não simultâneos em termos cronológicos são fundamentais para que possamos entender a importância estratégica do estado do Rio Grande do Sul durante o período em questão, são elas: (1) Construção de uma espécie de zona de projeção da influência brasileira no espaço Platino a partir do estado do Rio Grande do Sul; (2) Extrema sensibilidade da área em termos geopolíticos, tanto pela desconfiança da Argentina quanto pela presença de forças subversivas, internas e/ou externas, tidas enquanto daninhas a segurança nacional; (3) A fluidez desses espaços, que embora muito maiores no caso da mobilidade dos agentes repressivos, também foram utilizados como corredor para o exílio e/ou rearticulação da resistência; (4) O Uruguai é naquele contexto o primeiro destino dos exilados políticos brasileiros, e nesse cenário o trânsito pelas fronteiras gaúchas de militantes que de alguma forma buscavam organizar um "contra-ataque" é frequente, especialmente aqueles ligados à figura de Leonel Brizola<sup>89</sup>. Aspecto que liga diretamente o item (4) ao anterior; (5) Por fim, o Rio Grande do Sul foi o alvo especial da operação condor contra cidadãos uruguayos e argentinos (PADRÓS, et.al, 2009 p. 23-24).

No entanto, conforme pode ser observado na documentação repressiva da época, e a partir da oralidade de alguns dos atingidos ou envolvidos, a cooperação entre os dois países, se tratando desses micro-espacos fronteiriços, fora algo presente desde os primeiros anos da ditadura, tanto à direita, quanto, à esquerda, vindo a se refinar ao longo dos anos. E nesse sentido, no que diz respeito às atividades da repressão, a distância dos grandes centros de poder estatais e a forte integração entre os fronteiriços gerava nessas localidades uma espécie de autonomia informal dos grupos repressivos de ambos os países atuantes na fronteira, o que de acordo com Fernández,

levava frequentemente a acertos conjuntos entre as unidades militares e policiais de ambos os lados da fronteira, sem que isso necessariamente colidisse com a política de segurança nacional, muito antes pelo contrário. Além das relações profissionais e corporativas entre essas entidades, certamente também mediavam relações de tipo pessoal, como camaradagem entre colegas de armas, amizade e até mesmo possíveis laços de família. Isso facilitava a sua ação em conjunto tornando mais expeditiva a busca e a captura de supostos “subversivos” em operações que não raramente extrapolavam o limite de lei (FERNANDEZ, 2013, p.112).

---

<sup>88</sup> Termo comumente utilizado nas zonas de fronteira entre Uruguai e Brasil para se referir aos seus habitantes.

<sup>89</sup> Esses indivíduos ficaram conhecidos como pombos-correios por assim serem referenciados pelos agentes da repressão nos documentos de monitoramento de suas atividades.

Todavia, cada caso deve ser analisado em suas particularidades, pois esses laços extremamente pessoalizados que surgem na fronteira também podem ir contra os interesses da máquina repressiva, levando esta a adotar algumas estratégias no sentido de blindar seus agentes. Um dos municípios gaúchos onde essa dinâmica se apresentou foi a pequena Jaguarão-RS, nesta cidade, podemos perceber a partir da imprensa local, as constantes trocas de comandos militares, policiais e aduaneiros. Movimentação que acreditamos ser adotada com intuito de evitar com esses agentes se integrassem a dinâmica de relações extremamente pessoalizadas vigente nesse espaço, o que nos faz supor que também a repressão teve que se adaptar a essa dinâmica tipicamente interiorana e fronteiriça.

O município de Jaguarão está situado na fronteira entre Brasil e Uruguai, o mesmo foi considerado área de interesse à segurança nacional (Lei nº 5.449 de 4 de junho de 1968). Quanto às suas características mais gerais, está distante aproximadamente 415 km da capital, Porto Alegre; possuía na época pouco mais de vinte mil habitantes; sua economia era basicamente voltada para a agropecuária; podendo, também, ser considerada uma cidade extremamente militarizada<sup>90</sup> para seu padrão populacional, e com uma fronteira de “fácil” acesso ao país vizinho através da Ponte Internacional Barão de Mauá. Ou seja, um município com um perfil sociocultural e espacial extremamente particular que interferiu diretamente na configuração da dialética local entre Estado e Oposição, como vem sendo apontado em alguns trabalhos como Vieira (2014; 2018), Tavares (2016), Dourado (2017) e Gonçalves (2018). Já sua vizinha Rio Branco, faz parte do departamento uruguaio de Cerro Largo e na época contava com pouco mais de oito mil habitantes, possuindo uma dinâmica sócio cultural bastante semelhante à de Jaguarão.

Diante do exposto, os conceitos de Travessia e redes de mobilidade são chaves fundamentais para que possamos entender como uma pequena cidade fronteiriça do interior do Rio Grande do Sul passa a fazer parte da rota de articulação de um esquema de resistência com pontuais ramificações a nível nacional e internacional. Nesse contexto, a ideia de Travessia deve ser compreendida para além de um simples transpor de fronteiras geopolíticas, uma vez que essa ação de atravessar motivada por questões políticas demandava um planejamento minucioso, dado a existência dos postos de controle do aparato repressivo dispostos pelo caminho. E, quando esse esquema de saída/ entrada era pensado por uma organização<sup>91</sup>, contava também com a articulação de diversos setores desta, que iam desde o comando nacional do grupo político em questão, passando por sua direção estadual e regional até chegar às redes de mobilidade locais responsáveis por executar a tarefa, bem como, contava também aqueles que recebiam esses passageiros da liberdade<sup>92</sup> do outro lado da fronteira. Destarte, durante todo esse trajeto se formava uma rede de colaboração que envolvia alguns indivíduos que não possuíam ligação direta com as atividades do grupo político, mas que se solidarizavam com a causa, formando assim uma teia de solidariedade.

---

<sup>90</sup> Característica essa que a acompanha desde sua origem, a partir de um acampamento militar em 1802, no contexto de defesa das fronteiras portuguesas no Novo Mundo. Durante os anos compreendidos por esse estudo, o município possuía além do quartel do 13º Regimento de Cavalaria, uma unidade da Brigada Militar e postos de controle de fronteira.

<sup>91</sup> Não podem ser descartadas as Travessias realizadas por indivíduos que se valeram de meios próprios, sem auxílio de uma organização ou de uma rede de mobilidade local, entretanto essas Travessias dado ao seu caráter clandestino são impossíveis de serem quantificadas.

<sup>92</sup> Termo utilizado por Frei Beto (1982) para se referir aos indivíduos que necessitavam atravessar as fronteiras por motivos políticos.

E nesse sentido, ao executarem suas atividades essas redes de mobilidade locais dialogam e se conectam à resistência política desenvolvida em outros espaços. Dentre aquelas que tomamos conhecimento durante essa pesquisa, que ainda se encontra em desenvolvimento, podemos apontar enquanto característica comum de sua composição o envolvimento de em média três a quatro pessoas, sendo que uma delas era um indivíduo socialmente influente a nível local, fator este que acreditamos ser fundamental para compreender como essas redes tiveram vida útil por um longo período cronológico em uma espacialidade tão pequena dotada de hábitos sociais interioranos. Cabe também apontar, que esses grupos locais estão unidos por um acontecimento fundador, logo possuem um gênese, uma existência e conseqüentemente um crepúsculo. Sendo a participação desses expoentes sociais o único fator de conexão entre essas redes, podemos pensar sua atuação a partir de duas gerações distintas, adotando a ideia de geração enquanto um elemento de periodização.

Diante disso, a primeira geração é composta por duas redes de mobilidade, o ponto de conexão entre elas é a estreita ligação de alguns de seus membros com o antigo Partido Trabalhista Brasileiro, servindo principalmente enquanto esquema de apoio para a retirada e trânsito de figuras ligadas ao PTB bem como aos pombos-correios do ex-governador do estado, Leonel Brizola, suas atividades vão do pós-golpe até aproximadamente 1967.

A primeira rede a compor essa geração é formada por três militantes estudantis e um comerciante local filiado ao PTB, esse grupo atuou por dois anos (1964-1966). Segundo um de seus envolvidos as Travessias eram realizadas de barco pelo Rio Jaguarão, adotando uma postura semelhante àquela da gente do lugar que vai pescar por fins laborais ou por lazer,

[...] as pessoas vinham por Pelotas pegavam um ônibus até Jaguarão chegavam aqui à noite e nós alugávamos um barco de um senhor, seu Anselmo Amorin, era bem na ponta lá do rio sabe? Bem na ponta ali quem vai pro Uruguai [...].

Ai nós passávamos, a gente conhecia muito o rio [Rio Jaguarão], principalmente eu, me criei nesse rio. Então nós tínhamos uma loja ai em Jaguarão, inclusive eu trabalhava [nela], chamada Mobiliar Jaguareense, que o proprietário era um cidadão de Camaquã que também foi cassado, foi preso e tudo... Através dessa loja nós fazíamos pra passar o pessoal, exilados que estavam fugindo lá de cima, entendesse? Por que não dava pra passar pela ponte, a ponte estava [falha na ligação] qualquer pessoa que passasse caminhando tinham que se identificar [e] quem passasse de carro eles viam que era de Jaguarão, família dali e tal, entendesse? Passava né, mas sem documento ninguém passava [...] (RICARDO, 2018, s.p.).

Alguns elementos presentes na fala do colaborador são de extrema importância para a compreensão dessa atividade e merecem ser pormenorizados, o primeiro deles se refere ao amplo conhecimento do lugar, bem como, ao fato desses indivíduos se valerem de aspectos próprios do seu cotidiano para realizarem essas Travessias sem levantarem suspeitas. Em outro ponto de sua entrevista, o Sr. Claudio Maria Ricardo vai relatar que era algo natural para sua turma de amigos a locação desse barco para fins recreativos, e nesse sentido, a locação do mesmo por motivos políticos não levantaria grandes suspeitas para quem observasse de fora, pois aparentava uma atividade cotidiana. Entretanto, vale destacar também que, o senhor Amorin não possuía nenhum envolvimento direto com a resistência e fazia vistas grossas para o que os jovens estavam fazendo, conforme relata nosso colaborador “Seu Anselmo era simpaticante nosso, depois era um homem atrasado, amigo, mas não sabia essas

histórias... Ele achava que estava ajudando o seu Getúlio [Getúlio Vargas] e tal [...]” (RICARDO, 2018). A pouca clareza do que de fato estava ocorrendo, o espírito de solidariedade e os laços de relações pessoalizados eram alguns dos aspectos que motivam essas colaborações pontuais de terceiros, conforme podemos perceber a partir das narrativas dos envolvidos nessas redes de mobilidade.

Cabe destacar ainda da primeira fala do senhor Claudio, a pontualidade do olhar repressor, que por vezes é condicionado pelas relações pessoalizadas tecidas nesse micro espaço fronteiriço. Esse aspecto também é levantado nos relatos de um ex-soldado ouvido informalmente para essa pesquisa. Entretanto, devemos destacar também o fato de que as Travessias realizadas pela rede em questão ocorreram nos primeiros anos após o golpe e que conseqüentemente com o passar dos anos o olhar repressivo foi se refinando.

Um último ponto que merece destaque na fala do colaborador é a localização da cidade de Pelotas como uma segunda fronteira. Assumpção (2014) vai nos apresentar essa ideia a partir de seu estudo da região de Santana do Livramento e Riveira, de acordo com esta autora, podem ser caracterizadas enquanto segunda fronteira aquelas localidades que “embora não estejam diretamente relacionadas com a linha demarcatória, se inserem na dinâmica fronteiriça, a despeito de construir uma tarefa árdua de precisa-la” (ASSUMPÇÃO, 2014, p.21). Desta forma, podemos compreender a cidade de Pelotas enquanto a primeira parada do esquema de fronteira, a partir do qual seria decidido por qual rota se daria a Travessia, por Santa Vitória do Palmar ou Jaguarão.

Já o segundo grupo que vai atuar durante a primeira geração, se articula ao redor da figura do cônsul uruguaio em Jaguarão. Amigo de Brizola, o mesmo vai dispor de sua imunidade diplomática e de recursos materiais e logísticos para a realização dessas Travessias. Essa rede era composta por ele e mais dois funcionários, seu motorista particular e o recepcionista do hotel da sua família. O cônsul fora afastado do cargo em 1965 sendo transferido para Entre Rios na Argentina, entretanto o esquema por ele montado continuou ativo até meados de 1967. Essa rede foi a que em termos cronológicos atuou por mais tempo durante essa primeira geração.

Já a segunda geração, atua de 1968 até os primeiros anos da década seguinte. Centrado na atuação de um pároco local, esse esquema foi responsável por auxiliar na retirada do Brasil de militantes políticos oriundos de diferentes organizações, em um contexto de fechamento repressivo do regime e conseqüentemente desmantelamento da luta armada. A mesma rede foi responsável também por auxiliar na inserção no Brasil de militantes uruguaios perseguidos pela escalada autoritária do governo Pacheco Areco (1967-1972), em um esquema conjunto entre o *Cura* de Rio Branco e o Padre Caponi em Jaguarão.

Entretanto, embora esse espaço fronteiriço tenha desempenhado papel singular, essas narrativas de solidariedade e resistência não se encontram dentre aquelas que constituem a memória oficial da cidade, circulando apenas entre pequenos grupos ligados de algum modo aos indivíduos que vivenciaram direta ou indiretamente esses processos. Sendo este um passado sistematicamente silenciado pelas gerações que o viveram, se fizermos o exercício de questionar aos mais velhos como foram os anos da ditadura na cidade de Jaguarão, da maioria deles se ouvirá que “não teve ditadura aqui”. Afirmativa esta que foi sendo repetida de geração em geração até se configurar enquanto parte de uma “narrativa oficial” a respeito do passado jaguareense que acaba por clandestinizar outras memórias e histórias referentes a este espaço.

Nesse sentido, pesquisas como a que aqui apresentamos se justificam, para além do seu valor historiográfico, pelo simples fato de trazer à luz memórias

subterrâneas e apontar outras histórias possíveis. Entretanto seu valor social só se aplica se a mesma assumir contornos que a façam sair do campo acadêmico e transitar na sociedade em questão. Nesse sentido, apresentaremos a seguir uma breve reflexão a respeito do projeto *Caminhos da Resistência em Jaguarão*, um ainda embrionário “empreendimento de memória” que visa desvelar aspectos desse passado recente a nível local.

## **CAMINHOS DA RESISTÊNCIA: UM “EMPREENHIMENTO DE MEMÓRIA” NA FRONTEIRA**

É sabido, que as formas de se experienciar um acontecimento histórico são diversas, e geram percepções distintas, de acordo com a idade, posição sociocultural e o gênero do indivíduo, e, sem dúvidas, o mesmo raciocínio pode ser empregado para se pensar a narração desses acontecimentos. Nesse sentido, se tratando do período ditatorial brasileiro em nível local, esse tem sido um passado renegado aos subterrâneos da história jaguareense. Em seu estudo Vieira (2018) busca compreender alguns aspectos da formação dessa (des)memória na cidade, partindo da premissa de que quando se trata da elaboração da memória no âmbito coletivo esta deve ser encarada enquanto um objeto de poder, residindo aí a importância de estudá-la como tal. Nesse sentido, o imaginário local referente período ditatorial, salvo suas particularidades, não pode ser desatrelado à construção narrativa vigente nacionalmente.

Assim, de acordo com esta autora, é “dos indícios pautados pela sistemática sonegação de informações, que vêm sendo construídas as memórias coletivas e individuais” (VIEIRA, 2018, p.32) nessa fronteira, permanecendo enquanto explicação hegemônica “a História patrocinada pelo governo, sendo reafirmada com o intuito de fazer esquecer o período trabalhado” (p.34). Diante disso, pode-se inferir, com base nos argumentos da autora que não há “falta de memória” acerca deste tema, mas sim a sistemática sonegação e apagamento forçado dessas narrativas fazendo com que as mesmas se “percam” no decorrer dos anos, gerando nas novas gerações uma percepção generalista do processo apoiado nas explicações nacionais.

Vale pontuarmos que, de uma maneira geral, se tratando dos processos de redemocratização ocorridos no Cone Sul nas últimas décadas do Século XX, há um severo contraste entre intencionalidades distintas por trás da transmissão das memórias referentes ao período. De acordo com Ridenti, esses “problemas de memória” ocorrem sempre quando os povos transitam de uma fase para a outra da História rejeitando taxativamente a anterior. Estes por sua vez são “resolvidos por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não pelo puro e simples esquecimento” (RIDENTI, 2004, p.49).

No caso brasileiro, após a redemocratização o País adotou uma postura “apaziguadora” que buscava a partir do silêncio sepultar todo o entulho autoritário daqueles longos vinte e um anos. Tal caminho gerou um cenário de intensas disputas de memória onde, se por um lado há o protagonismo daqueles que desejam justiça diante dos crimes cometidos pelo Estado, há por outro, esse mesmo Estado buscando apagar os rastros do seu passado autoritário a partir de uma mensagem de um novo futuro, que sepulta seu entulho repressivo e taxa toda e qualquer contestação de puro “revanchismo”, acentuando assim o caráter “destruidor, uniformizador e opressor” das memórias oficiais (POLLAK, 1989, p.4). Diante desse cenário devemos levar em consideração nessas disputas os diferentes meios de transmissão e mediação dessas memórias, incluindo até mesmo aquelas que foram estruturalmente silenciadas e/ou

esquecidas pelos usos públicos do passado em seus mais distintos formatos e modos de difusão.

Nesse sentido, temos na escola um campo propício para o debate crítico a respeito dessa temática, entretanto, embora seja assegurado pela BNCC o ensino do passado ditatorial brasileiro ainda há uma enorme dificuldade de se tratar essa questão sensível na educação básica. Problema que vem se agravando durante os últimos anos dado ao crescente negacionismo e as constantes tentativas de controle sobre os professores, e o currículo escolar (GASPAROTTO, BAUER, 2021). Acrescido a este se encontra o vazio institucional [proposital] de programas educacionais e culturais voltados para a história e memória da ditadura brasileira, o que segundo Vieira (2020) abriu espaço para que essa lacuna fosse preenchida por outros mecanismos como os guias “politicamente incorretos” e recentemente por documentários assinados por empresas de claro viés político-ideológico. Que facilmente difundidos pela web, esses produtos apresentam versões simplistas, apologéticas e/ou negacionistas a respeito do passado ditatorial.

Diante desse cenário de constantes “abusos do passado”, há uma urgente necessidade de adotarmos uma “justa pedagogia” voltada para a construção de “uma história crítica sem subestimar a força social da memória em jogo, que possa ser fiel ao passado sem renegar a verdade e ser fiel à verdade acadêmica, sem retirar nada da dignidade das pessoas inseridas na história” (FALAIZE, 2014, p. 250). Entretanto, para que tal objetivo seja alcançado, não se trata somente de acumular conhecimentos, ou de “vencer o conteúdo” programado. Pois, o conhecimento só adquire sentido a partir de marcos interpretativos compartilhados (JELIN, 2002), e é nesse sentido que faz diferença o fomento a uma perspectiva local a cerca dessa temática, pois assim esse passado deixará de ser o passado dos “outros” e passará a ser o “nosso” passado.

Um dos principais materiais de apoio dos professores é, sem dúvidas, o livro didático, que se tratando de período ditatorial, de uma maneira geral, quando não se limitam a cronologias, centram suas análises e argumentos no que diz respeito a vivências e experiências desenvolvidas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, destinando a regiões periféricas como é o caso do Rio Grande do Sul poucas ou nenhuma linha a respeito. Também é recorrente, embora tenham ocorrido significativos avanços na qualidade desses materiais, a difusão de alguns mitos e visões cristalizadas a respeito do passado ditatorial, em especial aquelas que reforçam a ideia do binômio repressão e resistência fomentando a lógica de um conflito que envolveu apenas dois lados e não a sociedade como um todo (GASPAROTTO, BAUER, 2021). Essa leitura binária traz como consequência, também, o fato de que “a História das ‘pessoas comuns’ é praticamente ignorada” (FICO, 2020, p.33), e assim, cidades periféricas que não protagonizaram expressivas ações de resistências no âmbito da luta armada, como é o caso de Jaguarão, tem essa parcela de seu passado sonogado no âmbito das narrativas oficiais, pois “nada aconteceu”.

Cavalcanti Junior (2016) e Jelin (2002) nos chamam atenção para o fato de que as imagens e narrativas apresentadas nesses materiais didáticos e paradidáticos são permeadas por discursos de poder, e, nesse sentido, são escolhas, não simples representações da realidade. Assim, é a partir da sistemática repetição que determinados discursos se impõem, e, desta forma, ao vincularem majoritariamente fatos e imagens referentes ao eixo Rio- São Paulo os livros didáticos funcionam enquanto um “ente multiplicador” (CAVALCANTI JUNIOR, 2016) das relações de poder que silenciam esse passado, restringem determinados acontecimentos a determinadas espacialidades e sonogam a biografia de atores periféricos.



Isso faz com que a apreensão dessa temática pelos alunos seja completamente alheia a sua realidade de mundo, e a realidade do “outro”, na maioria dos casos, não nos toca e sensibiliza como a “nossa”. Nesse ponto, Gasparotto e Padrós (2010) chamam atenção para a necessidade de se estabelecer pontes de conexão entre passado e presente, visando melhores resultados de apreensão dos processos históricos por parte dos educandos.

Diante do atual panorama crescentes negacionistas a escola é o palco onde essas distintas narrativas (memórias familiares, (ab)usos públicos, opiniões e saber acadêmico) entram em cena e devem ser convidadas ao debate, sendo sempre reafirmado o fato de que as mesmas não são equivalentes e que existem claros limites éticos e morais “frente aos argumentos de liberdade de expressão e opinião que têm sido utilizados para a disseminação de discursos de ódio, além da apologia da ditadura civil-militar” (GASPAROTTO, BAUER, 2021, p.441).

Nesse sentido, trabalhá-las eticamente não se trata apenas de um dever de memória, mas sim de um direito civil a memória, um direito de acesso não só ao passado, como também, a compreensão das distintas interpretações a respeito deste. Visto que para o caso brasileiro, tais narrativas estão intimamente associadas à própria impunidade, e que afetam diretamente a percepção social e os usos públicos desse passado, fator que produziu no Brasil severos prejuízos para o “desenvolvimento do direito à memória e à verdade enquanto política pública com inestimáveis consequências para a educação em direitos humanos e o ensino de história do passado recente” (VIEIRA, 2020, p.34).

Diante desse cenário, até que ponto pode vir a interferir os investimentos dos agentes, caracterizados por Jelin (2002) enquanto empreendedores da memória, nos sentidos atribuídos ao passado no presente e na valorização ou desvalorização de determinadas memórias a nível local? Acreditamos que iniciativas que sensibilizem o olhar da população e fomentem reflexões voltadas para a garantia do direito civil de uma justa memória, mesmo que se desenvolvam de maneira pontual e ainda bastante incipiente são cruciais visto que “el otorgamiento y la transformación de sentidos nunca son automáticos o azarosos” (JELIN, 2017, p.142) demandam planejamento e alguns esforços. Assim, diante do panorama de silêncios e negação que estamos vivendo, se torna fundamental a atuação desses sujeitos empreendedores de memória no espaço público, conectando passado, presente e futuro permitindo com que os cidadãos se posicionem eticamente diante de seu passado. Pois, nesse sentido, ao surgirem e atuarem no espaço público seu protagonismo pode vir a gerar fissuras na memória oficial vigente, tencionando os seus silêncios.

Um exemplo ainda muito embrionário desse processo é a oficina Caminhos da Resistência<sup>93</sup> que busca a partir de um trabalho junto às escolas jaguarenses mostrar outras Histórias possíveis que estão além da História local centrada no protagonismo de uma elite charqueadora oitocentista. A presente atividade, ainda em fase de desenvolvimento, se apoia no mapeamento das redes de mobilidade abordadas no começo deste texto. Dentre elas, optamos por construir o roteiro tomando por base um dos caminhos utilizados pela rede de mobilidade da União Jaguarenses dos Estudantes Secundaristas (UJES), que conforme visto anteriormente, foi um dos dois grupos atuantes durante a primeira geração de redes a auxiliar a Travessia nessa fronteira.

Tal escolha se deve, partindo de critérios práticos, pela quantidade de informações levantadas a respeito da mesma e por esta passar pelo centro histórico de Jaguarão, o que nos possibilita problematizar com os educandos este espaço e

---

<sup>93</sup> O detalhamento dessa atividade pode ser consultado em GONÇALVES (2020).

suas narrativas vigentes no senso comum. Todavia, fatores de ordem subjetiva também são vitais para a escolha desta rede, e não de outras, enquanto percurso a ser percorrido. Sendo esta formada na época por jovens secundaristas acreditamos que a proximidade desses com a faixa etária do nosso público alvo, o fato de na época frequentarem lugares que nossos jovens frequentam ainda hoje, de serem igualmente estudantes seja um fator de geração de empatia naqueles que realizam o percurso, dando assim um rosto para o que abstratamente estamos discutindo.

Diante do exposto, acreditamos que na somatória desses elementos (sensibilização, empatia, perspectiva local, outra narrativa possível do SEU passado) oportunizam reflexões mais complexas a respeito do entorno e são fundamentais para a construção de um conhecimento histórico mais amplo que conecte diferentes perspectivas (local, regional, nacional e internacional) e temporalidades a respeito desse passado.

A preparação desse roteiro guiado divide-se em duas etapas, sendo a primeira de planejamento voltado para o levantamento de fontes orais e a sistematização desses dados visando à construção do percurso. Nessa fase, em um primeiro momento, foi realizada a coleta de fontes bibliográficas e documentais. Baseados em uma perspectiva analítica ligada à História do Tempo Presente, foi realizado um breve levantamento a respeito do que se tem publicado sobre Jaguarão e a ditadura na Região Sul do Brasil. Já em um segundo momento realizamos a organização das fontes e a elaboração do roteiro da visita guiada ao centro histórico de Jaguarão, tendo início no Largo das Bandeiras e sendo finalizada na Orla do Rio Jaguarão. A segunda etapa do projeto destina-se à aplicação do mesmo. Dentro da programação desta fase foi realizada primeiramente uma espécie de demonstração/aplicação da atividade voltada para professores em formação durante a 3ª Semana Acadêmica do Curso de História Licenciatura Unipampa – Jaguarão em outubro de 2019. O objetivo final desse projeto era a realização do mesmo junto às escolas públicas da cidade, a previsão para que isso viesse a ocorrer era março de 2020, no entanto devido a pandemia de Covid-19 a atividade fora suspensa e ainda não possui uma nova data para acontecer.

### **Considerações finais**

Têm-se observado nos últimos anos no Brasil que a produção historiográfica referente ao golpe de 1964 e a ditadura apresenta uma tendência à descentralização dessa temática dos grandes centros urbanos, sobretudo do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, sendo destinada uma atenção especial às particularidades deste período em outros espaços, atentando às expressivas manifestações e ações de indivíduos que não necessariamente tenham optado pela luta armada como forma de resistência.

Na esteira desses estudos, a presente comunicação abordou o período de 1964 a meados da década seguinte, com um enfoque na fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai, precisamente no município de Jaguarão. A partir desse recorte espaço temporal tratou-se, em um primeiro momento do texto, das redes de mobilidade locais, sendo estas compreendidas enquanto pequenos grupos atuantes na fronteira que ao se articularem dentro de uma rede de solidariedade teceram contatos regionais, estaduais, nacionais e internacionais integrando-se assim a uma agenda de resistência voltada para o esquema de saída rumo ao exílio de alguns quadros da militância contrária à ditadura, como também para a troca de informações entre seus setores situados no país vizinho, possibilitando a rearticulação entre estes.

No entanto, estes episódios, por sua vez, não aparecem nas narrativas que constituem a memória oficial desta fronteira, circulando enquanto memórias subterrâneas apenas entre pequenos grupos ligados de algum modo aos indivíduos

que vivenciaram direta ou indiretamente esses processos. Diante desse cenário de sistemática sonegação das memórias referentes ao passado ditatorial a nível local, da crescente onda de fake News e constantes abusos de memória presentes nos usos públicos referentes a essa parcela de nossa história recente, buscamos a partir de um trabalho junto às novas gerações criar meios atrativos para o ensino de história local problematizando a construção canônica a respeito do passado dessa fronteira, ao mesmo tempo em que se projetou um meio de garantir o direito à memória e a possibilidade de reflexão crítica desses indivíduos diante do seu passado.

Diante disso, sendo esse percurso uma forma possível e não uma prescrição, acreditamos que o mesmo pode ser apropriado, remodelado, adaptado por outros educadores aos mais diferentes contextos e realidades, conectando presente, passado e futuro a partir dessas vivências e experiências, possibilitando assim uma aprendizagem significativa e que permita a partir do conhecimento do seu passado questionar os modos de viver e pensar de determinados grupos em nossa sociedade partindo de uma perspectiva histórica, abrindo-se então horizontes para a empatia, o direito à verdade, a memória e a justiça. *Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!*

## REFERÊNCIAS:

- ASSUMPTÃO, Marla. Barbosa. *A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973)*. 2014. 265f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.
- CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. A ditadura civil-militar (1964-1985) no âmbito do regional e do local- uma breve abordagem. *Revista Eletrônica Discente História.com*. v.3, n. 5, 2016.
- DOURADO, Raniere de Oliveira Santos. *A ditadura civil-militar e o movimento estudantil em Jaguarão*. 2017. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.
- FALAIZE, Benoit. O ensino de temas controversos na escola francesa: os novos fundamentos da história escolar na França? *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 224-253.
- FICO, Carlos. *Ditadura militar: prefácios, palestras e posts*. Ebook Amazon, 2020.
- FERMAMDEZ, Jorge Cristian. O exílio argentino no sul do Brasil e a conexão binacional repressiva entre Argentina e Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *Cone Sul em tempos de Ditadura reflexões e debates sobre a História Recente*. Porto Alegre: Evanraf- UFRGS, 2013, p. 205-218.
- GASPAROTTO, Alessandra; BAUER, Caroline Silveira. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Janaina Alves de., MULLET, Nilton Pereira (orgs.). *O ensino de História e suas práticas de pesquisa*. 2º ed. São Leopoldo: Oikos Editora, 2021, p. 438-450.
- GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura Civil-Militar Em Sala De Aula: Desafios e Compromissos com o Resgate da História Recente e da Memória In: *Ensino de história: desafios contemporâneos* / org. Véra Lucia Maciel Barroso... [et al.]. – Porto Alegre: ANPUH/RS, 2010, p. 183-202.
- GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. *Travessia: O protagonismo da fronteira Jaguarão na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar*

*brasileira (1964-1973)*. 2018. 62f. Trabalho de conclusão de curso - (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa -UNIPAMPA.

JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

\_\_\_\_\_. *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2017.

MAZZEI, Enrique. *Fronteras que nos unen, límites que nos separan*. Montevideo: Imprenta CBA, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra [et.al.] (org.); *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. V.1.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.03-15.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: Ridenti, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 53-65.

VIERIA, Cleber Santos. Ensino de História e direitos humanos. In: *Catálogo do curso intensivo em direitos humanos – memória e cidadania 2020*. PATO, Ana; [et.al] (org.). São Paulo: Memorial da Resistência, 2020, p.34-59.

TAVARES, Renata de Paiva. “*Aí Vem Estes Verdinhos Incomodar!*”: A Censura no Jornal A Fôlha de Jaguarão no Período da Ditadura Civil-Militar Brasileira. 2016. 37f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

VIEIRA, Elena Teixeira Porto. *Em Busca Das Fontes Perdidas: Um Estudo Sobre A Ditadura Civil-Militar Em Jaguarão- RS A Partir Das Atas Da Câmara De Vereadores E Do Jornal “A Folha” (1964)*. 2014. 63f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa -UNIPAMPA.

\_\_\_\_\_. *O golpe de 64 silenciado: a memória e o esquecimento do período da ditadura no município de Jaguarão-RS*. 2018. 113 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas. UFPel.

Webinar História em Quarentena Semana 2: *Violência de Estado e autoritarismo - 56 anos do golpe*. Webinar apresentado por Caroline Silveira Bauer “Rememorar a ditadura 56 anos após o golpe”. [S. l.: s. n.], transmitido no dia 30/03/2020. 1 vídeo (1h 6min 47seg) Disponível em: [https://www.facebook.com/events/1296020240599268/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/1296020240599268/?active_tab=discussion). Acesso em: 30/08/2020.

# DA CADEIA À CRECHE: A ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Darlan Queiroz Costa<sup>94</sup>

**RESUMO:** Este estudo aborda sobre o espaço físico de uma creche municipal, localizada em Coração de Maria, que surgiu a partir de uma cadeia e que leva o nome, em homenagem a uma parteira, analfabeta e negra, cujo reconhecimento social se deu pelo empenho no exercício profissional. Abordando os documentos legais que enfatizam que a creche deve ter um espaço amplo e que possibilite a criança o seu desenvolvimento integral, tal constatação, denota a necessidade de um olhar mais atento sobre os espaços educativos que não foram pensados para tal finalidade.

**Palavras-chave:** Espaço físico; estrutura; educação infantil; creche.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de campo realizada em uma creche na cidade de Coração de Maria- Bahia. O meu interesse surgiu da necessidade de repensar o lugar e a importância do espaço de creche para as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. O referido espaço foi anteriormente uma cadeia e ainda preserva parte da estrutura que se assemelha a uma prisão e foge dos parâmetros que socialmente se vislumbra para o desenvolvimento da Educação Infantil quando se pensa na relação das crianças com o espaço. Contudo, faz-se importante ressaltar aqui que mantenho uma relação afetiva com a creche, pois o nome da instituição é uma homenagem a minha avó, uma mulher negra, analfabeta e parteira que teve o reconhecimento social pelo exercício profissional que desenvolveu por quase toda a vida no município.

Estudar este espaço é também um posicionamento crítico sobre a importância da Educação Infantil, entendendo que a creche deve ser pensada e construída para atender as especificidades integrais dos educandos. Assim, na realidade estudada, foi possível constatar meras adaptações estruturais para uso que estão aquém de um espaço adequado. Diante do exposto, questionamos: a estrutura de uma cadeia é ideal para a instalação de uma creche? Quais as mudanças realizadas e quais elementos da estrutura do que era a cadeia continua preservada?

A junção de duas instituições distintas e antagônicas como a creche e a cadeia conduziu-me a realizar um estudo histórico de caráter qualitativo, no qual o percurso metodológico escolhido consistiu em uma pesquisa social qualitativa, pois nosso foco é possibilitar reflexões, inquietações e análises.

A creche, instituição na qual a criança passa a ter as primeiras experiências de interação social e cultural, surge entre os séculos XVI e XVII na Europa, relacionando-se à inserção da mulher no mercado de trabalho, no contexto da Revolução industrial. No seu surgimento estas instituições eram associadas ao trabalho materno e seu objetivo estava estritamente relacionado aos cuidados básicos de higiene, alimentação e guarda. A função pedagógica ainda não era o centro do processo educacional nesse período.

---

<sup>94</sup> Pós-graduado em Alfabetização e Letramento, pela faculdade de Candeias - CEFAP, Graduado em Licenciatura Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Funcionário Público da Rede Municipal de Educação de São Francisco do Conde – Bahia. [darlanpreto@hotmail.com](mailto:darlanpreto@hotmail.com)

No Brasil, o surgimento da Educação Infantil é fruto das lutas dos movimentos sociais, tendo em vista a mudança da sociedade durante as décadas de 1930 a 1950, período em que a país se industrializa, provocando com isso, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Segundo Kuhlmann Jr. (1998) esse momento reflete que a origem da educação infantil no Brasil, destinava-se ao atendimento de crianças pobres, filhas de trabalhadores e organizava-se com base na lógica da pobreza, que se caracterizava em um serviço sem muita qualidade e com uma ótica assistencialista.

Na década de 1970, os movimentos sociais, dentre eles os feministas e sindicais, iniciaram um movimento que marca a luta por direitos sociais, que além de garantir a reivindicação por creche, impulsionou o debate sobre gênero, ou seja, houve uma reconstrução social sobre o papel da mulher na sociedade, na luta por condições iguais aos homens. Diante das batalhas e da conquista da creche como direito, esta surge com caráter ainda assistencialista, sem haver maior preocupação com o protagonismo da criança como sujeito de direitos, o que só começa a ocorrer a partir da década de 1980 e se concretiza com a promulgação da Constituição Federal em 1988.

Com a aprovação da nossa Carta Magna, dois outros documentos ampliam este primado da criança como sujeito de direitos e a Educação Infantil como um dever do Estado, articulando, dessa forma as políticas públicas para atender às crianças em seus mais variados aspectos que são o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90 de 13 de julho, que incorpora a doutrina da proteção integral e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, que agrega a educação infantil como etapa da educação básica.

É possível inferir que valorizar a educação infantil é valorizar a educação em suas mais variadas etapas, pois é ela o início para toda e qualquer formação. No entanto, apesar de todos os avanços, percebemos lacunas que possibilitam que governos descomprometidos com a educação encontrem brechas para descuidar desta oferta, e garantir que ela ocorra em espaços inadequados, o que causa estranhamento acreditar que um espaço de uma cadeia seja adequado para uma creche.

## **2. A CRECHE: TRAJETÓRIA, ESTRUTURA E HISTÓRIA**

A história da creche no Brasil, ganha notoriedade no final da década de 1970, através das manifestações de lutas dos movimentos sociais e feministas, principalmente no estado de São Paulo, região que vivia o ápice das mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorriam na realidade brasileira. Tal iniciativa dos movimentos sociais possibilitou o reconhecimento dos direitos das mulheres e garantiu a inserção destas no processo de industrialização, tornando-se elementar no processo de luta, a ampliação das creches pelo país, para as crianças de mães trabalhadoras.

As creches vêm após o surgimento da escola, o que demonstra que a creche não possuía inicialmente a centralidade no âmbito político, nem educacional. As poucas creches que eram oferecidas neste período, tinham em sua totalidade a concepção assistencialista, a qual era ofertada em condições estruturais e higiênicas precárias, fato que merece destaque, haja vista que o público atendido nas instituições era de crianças pobres, o que denota o histórico de negação de direitos às classes populares.

Nesse processo de transformação social, a creche tornou-se um elemento impulsionador e determinante no avanço das mulheres no mundo do trabalho, isto significa que a Creche passa a ser e ter sinônimo de conquista, tanto para os

movimentos sociais quanto para a sociedade em geral que vive as novas transformações sociais. As mudanças sociais vinculadas ao cenário trabalhista trazem a creche como pauta da educação, buscando superar o cunho assistencialista, que tem relação com a história de seu nascimento, não sendo compreendida até então como direito da criança e da família, e sim como forma de alimentar e cuidar de crianças pobres. De acordo com Oliveira (1992):

A creche é um dos contextos de desenvolvimento da criança. Além de prestar cuidados físicos, ela cria condições para o seu desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional. O importante é que a creche seja pensada não como instituição substituta da família, mas como ambiente de socialização diferente do familiar. Nela se dá o cuidado e a educação de crianças, que aí vivem, convivem, exploram, conhecem, construindo uma visão de mundo e de si mesmas, constituindo-se como sujeitos (OLIVEIRA, 1992, p.64).

Para que se contemple essa integralidade mencionada acima é relevante salientar que a estrutura física da creche deve ser pensada e construída com o objetivo de favorecer o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 3 anos, atendendo e respeitando suas peculiaridades como primeira etapa da educação básica. Para tanto, os municípios são responsabilizados a oferecer e assegurar a matrícula dessas crianças de tal modo que o atendimento seja feito com qualidade e segurança.

No atual entendimento da garantia do direito da criança à educação, a Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico, ao definir, pela primeira vez em seu artigo Art. 208, inciso IV que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;” (BRASIL, 1988).

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, Lei 8.69/90 de 13 de julho de 1990, estabelece em seu artigo 53 que: “a criança e o adolescente têm direito a educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (...)” (Brasil, 1990) e passa assim a ampliar o direito das crianças à educação, que visa impulsionar a emancipação social.

A Lei de diretrizes de Bases da Educação – LDB 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, também marca as mudanças legais na garantia dos direitos à educação infantil, reconhecendo-a como primeira etapa da educação básica, em seu artigo 29 “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). E, em seu artigo 30, define o espaço da oferta da educação infantil que deverá ocorrer em creches, ou em espaços equivalentes, para crianças de até três anos de idade (BRASIL, 1996).

Nesta perspectiva de garantias legais do direito da criança à educação infantil, além dos documentos legais elencados que foram elaborados no sentido de regulamentar a oferta da educação infantil de qualidade, destacamos também a aprovação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998), documento que, apesar de duramente criticado por pesquisadores no campo da educação infantil, trouxe alguns elementos para se pensar a forma de organização do espaço, da rotina entre outros e contribuiu para pensar a infância e os saberes que deveriam ser estruturados nas creches e pré-escolas. Outros documentos como os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2010) também ampliaram esse debate e são norteadores oficiais do trabalho em torno da Educação Infantil no Brasil.

Ainda pensando a perspectiva do espaço, o RCNEI (1998) evidencia que:

(...) espaço físico, materiais, estes [...] não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. Constituem-se em poderosos auxiliares de aprendizagem (BRASIL, 1998, p.68).

Como é possível perceber no documento citado, o espaço é um elemento ativo no processo educacional e não deve ser visto como apêndice. A estrutura física de um espaço escolar, não é algo neutro no processo de formação das crianças e contribui como elemento de apropriação do conhecimento exercendo poder e disputa sobre/com os educandos e educadores.

Contudo, mesmo com o advento das leis que asseguraram as crianças como sujeitos de direitos, ainda há situações degradantes na atualidade no que se referem aos espaços de creche e pré-escola e que requerem muita atenção por parte do Estado e da sociedade de um modo geral.

## **2.1. Paradigmas entre o espaço e a arquitetura para a educação infantil**

Pensar o espaço e arquitetura da creche como antagônicas não é nosso intuito, muito pelo contrário, nossa intenção é tratarmos estes conceitos de forma similar. As análises sobre a arquitetura da creche fomentam a necessidade de entender a função desta sobre os sujeitos. De acordo com Dayrell (2011),

A arquitetura e a ocupação do espaço físico não são neutras. Desde a forma da construção até a localização dos espaços, tudo é delimitado formalmente segundo os princípios racionais, que expressam uma expectativa de comportamento dos seus usuários. Nesse sentido, a arquitetura escolar interfere na forma da circulação das pessoas, na definição das funções para cada local (DAYRELL, 2011, p.12).

Assim, remete-nos confrontar o espaço de creche investigado a partir do autor citado já que uma estrutura pensada para servir como cadeia, em um determinado momento histórico, foi reaproveitada para tornar-se creche, configurando funções sociais distintas e concepções pedagógicas díspares, apesar de em ambos os casos serem entendidos como locais que devam se atentar aos processos formativos.

Um espaço com características anteriormente determinadas para encarcerar pessoas, como é o caso de uma cadeia, pode revelar em sua estrutura formas e contornos que não favorecem a liberdade e autonomia das crianças que frequentarão a creche, pois é sabido e ressaltado pelo próprio Dayrell (2011) que tanto a estrutura quanto o espaço não são neutros no processo educativo e interferem nas práticas e nos encaminhamentos dados ao longo das atividades propostas por professores e estudantes.

De acordo com os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006):

A construção de uma unidade de Educação Infantil demanda planejamento e envolve estudos de viabilidade, definição de características ambientais e elaboração do projeto arquitetônico, incluindo o projeto executivo, o detalhamento técnico e as especificações materiais e acabamentos (BRASIL, 2006, p.7).



Diante da afirmação acima nota-se que deverá haver um planejamento para a instalação de uma creche como um espaço pensado para atender sujeitos da primeira infância, pois a garantia dessa etapa da educação básica com qualidade requer que os espaços contemplem, antes de qualquer coisa, o bem-estar da criança e seu desenvolvimento pleno.

Ainda conforme os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006), estes espaços devem respeitar:

(...) os diferentes olhares sobre o espaço, visando construir o ambiente físico destinado à educação infantil, promotor de aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem e que facilite a interação criança-criança, criança-adulto e com o meio ambiente (BRASIL, 2006, p.08).

Portanto, a interação dos sujeitos em espaços escolares e em especial na creche depende em grande medida do espaço. É nele que se reelabora o movimento, os afetos, os jogos e as brincadeiras para impulsionar a aprendizagem das crianças. Assim o que chamamos aqui de espaço ganha uma amplitude e perpassa pela estrutura física e pela rede de significados que dele provem na infância. Reafirmando isso utilizaremos o conceito de Forneiro (1998) que se refere ao ambiente e ao espaço da seguinte maneira:

(...) espaços como [...] locais para a atividade caracterizada pelos objetos, pelos materiais didáticos, pelo mobiliário e pela decoração”. Os espaços, com seus qualificativos físicos, constituem locais de aprendizagem e desenvolvimento. O ambiente, por sua vez, corresponde ao conjunto do espaço físico e das relações que nele se estabelecem. O termo ambiente, procedente do latim, significa “ao que cerca ou envolve”; dito de outra forma poderia ser assim definido (FORNEIRO, 1998, p. 232).

Forneiro (1998) ainda admite que: [...] “o ambiente “fala”, transmite sensações, evoca recordações, passa-nos segurança ou inquietação, mas nunca nos deixa indiferentes” (FORNEIRO, 1998, p. 233). A autora estabelece quatro dimensões para tratar o ambiente, a saber: a dimensão física, a dimensão funcional, a dimensão temporal e por fim a dimensão relacional.

Apesar das dimensões apresentadas por Forneiro, focaremos com mais vigor para o debate a primeira dimensão, pois trata da questão estrutural que servirá de base para discutir o espaço educativo. Contudo, sabemos que o estrutural reverbera em outras dimensões. E assim Forneiro (1998), afirma que:

A primeira dimensão, a física, refere-se ao aspecto material do ambiente. É o espaço físico, suas condições estruturais, objetos e toda sua organização. Trata-se da arquitetura, da decoração, da forma como estão estruturadas as disposições de materiais e divisórias, o pátio, o parque infantil, as possibilidades de arranjos espaciais e físicos do que se denomina instituição de educação infantil (FORNEIRO, 2012, p.115).

O exposto evidencia a necessidade de discussão sobre a estrutura da creche, entendendo que a mesma deva romper com lógicas e perspectivas de negação da infância enclausurada e possa suscitar elementos de liberdade e amplitude da autonomia para a formação do sujeito, pois o espaço também educa. Se o espaço

educa, podemos pensar que há espaços que não façam isso, pois há ausência da qualidade e do respeito necessários à infância.

É sabido que com as referidas mudanças na legislação brasileira, a educação infantil sofreu transformações de cunho pedagógico e estrutural. A creche passou a ser o primeiro passo da criança num espaço de interação social, cognitivo, simbólico e de aprendizagem infantil. O RCNEI, por exemplo, apontou sobre a importância de atender as metas de qualidade que visam atribuir à creche um espaço de características integradoras, preservando a identidade e o desenvolvimento integral e garantindo o objetivo socializador destas instituições.

Contudo, apesar dos documentos normativos que enfatizam a qualidade sobre a construção e instalação de creches, muito do que é proposto ainda não está experimentado na prática. A realidade nos diz os espaços de creche ainda não atendem ao que é preconizado como saudável ao desenvolvimento, pois não favorece a exploração livre e dinâmica necessária ao ser criança. Como exemplo disto, o espaço da creche estudada está condicionado ao modelo da cadeia e vale destacar que a entrada da creche nos novos espaços que foram criados continua a ser feita pelos velhos locais, passando por corredores estreitos, nos quais são evidentes as referências estruturais da cadeia. É importante salientar também que a clientela atendida, é de crianças oriundas das classes menos favorecidas economicamente, e que muitas vezes acabam por aceitar esse tipo de oferta do espaço. Assim, nota-se que a estrutura física do local e a pobreza são realidades que tem seus condicionantes e impactam no processo educativo almejado para uma creche.

Reconhecendo que a criança é fortemente marcada pelo meio social em que se desenvolve, e que também deixa suas próprias marcas neste meio, o espaço infantil deve priorizar remeter uma ressignificação da história da criança, sobretudo as da classe menos favorecidas e através disto promover a troca de saberes entre as crianças. Portanto, os procedimentos adotados na escola, enquanto espaço de produção de sujeitos e de saberes, influenciam no tipo de sujeito e quais os saberes que estão e deverão ser produzidos.

Nesse sentido, pode-se dizer que um espaço que tem traço histórico marcado pela repressão e que ainda mantém a estrutura que infere tal pensamento, nos conduz a uma preocupação sobre as possibilidades dessa marca continuar pairando no caminhar das propostas para a educação infantil, influenciadas por toda uma arquitetura do prédio que não favorece mudanças, apesar das novas construções no sentido de ampliação e melhoramento do espaço. Como se identificar neste espaço, tendo seus espaços estruturados para repressão? De acordo com Foucault (2007):

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua coagulação inutilizável e perigosa; tácita de antideserção, de vadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2007, P. 123).

O espaço disciplinar elucidado por Foucault (2007) nos faz refletir sobre a organização das novas salas que foram construídas com o intuito de ampliar e acomodar as crianças. Uma construção que não levou em conta a necessidade de abertura e fluidez. Além disso, por conta da demanda de matrícula, serão utilizadas

as antigas salas que mantêm condições degradantes para o atendimento as crianças. Nota-se que para o berçário termos mais espaços, enquanto que as crianças maiores serão relocadas para os espaços possíveis e disponíveis.

A análise dessa realidade pode ser sintetizada no processo de liberdade e aprisionamento. As crianças do berçário terão espaço livre, onde terão a oportunidade de serem estimulados a desenvolver suas habilidades e nos anos seguintes as crianças passarão por um processo contrário, pois os espaços destinados para os grupos seguintes reprimirá o desenvolvimento, pois a estrutura que acomodará as crianças mais velhas estará voltada aos espaços da antiga cadeia e estes são insalubres, pequenos, mal ventilados e conseqüentemente não adaptados para tal momento da criança. Direta ou indiretamente a instituição voltará a “aprisioná-los”, pois apesar de toda as iniciativas no sentido de melhoramento estrutural da instituição a condição de aprisionamento já está estabelecida.

## **2.2. Novos espaços, velhos conceitos**

Ao abordar as condições dos espaços da creche, observamos a relação dos novos e velhos ambientes, que passaram por constantes reformas na tentativa de caracterizar uma nova instituição e uma nova concepção. A preservação da estrutura e a mudança nominal da cadeia que se tornou creche nos leva a compreender a importância da arquitetura para o processo educativo. A construção de um espaço para a prática educativa, como é o caso da creche, deve contemplar condições arquitetônicas possibilitadoras de interação e de desenvolvimento integral das crianças. De acordo com o RCNEI:

O espaço na instituição de educação infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto, é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito às modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas. Deve ser pensado e rearranjado, considerando as diferentes necessidades de cada faixa etária, assim como os diferentes projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos. Particularmente, as crianças de zero a um ano de idade necessitam de um espaço especialmente preparado onde possam engatinhar livremente, ensaiar os primeiros passos, brincar interagir (...) (BRASIL, 2001, p.69).

Considerando a iniciativa de melhorias e de adaptação deste local para transformá-lo em um espaço educativo, a referida creche não rompe com a concepção de cadeia, pois a estrutura física do espaço é preservada. Tomando como referência o que propõem os RCNEI, de que este seja pensado a partir das necessidades infantis e, evidenciando um espaço que lhes proporcione uma adequada socialização, respeitando suas diferenças, a estrutura física de uma cadeia não apenas se distancia, como pode ser interpretada como violentamente desrespeitadora. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010), as propostas pedagógicas deverão prever:

Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição; A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação (...) (BRASIL, 2010, p. 20).

Tomando as DCNEI como referência para pensar a Creche Maria Pretinha, mais uma vez constatamos um distanciamento entre proposições nacionais e a realidade da instituição, pois a mesma apresenta condições totalmente contrárias ao que propõem os documentos legais, tendo ambientes que não estimulam a circulação e os movimentos amplos.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao Projeto Político Pedagógico, que para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, “é o plano orientador das ações da instituição que define as metas que se pretendem a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educadas e cuidadas” (BRASIL, 2010, p.13). Este documento é fundamental ao processo de acompanhamento das crianças da Educação Infantil, pois nele também estão contidos que a creche é um ambiente socializador. Trazendo Milton Santos (1997) para o debate, a importância do espaço é compreendida como:

Um conjunto indissociável de que participam, de um lado certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e anima, ou seja, a sociedade em movimento. [...] O espaço, por conseguinte é isso: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento (SANTOS, 1997, p. 26 e 27).

Tal assertiva evidencia o espaço como formas de vida em movimento. A escola deveria ser esse espaço onde os arranjos geográficos, naturais e sociais se encontram para ressignificar tudo o que as crianças vivenciam fora dos muros da instituição, sobretudo de forma coletiva. Neste sentido, de acordo com Dayrell (2011, p.14), “a escola é um espaço coletivo, de relações grupais”, fato que se opõe quando pensamos nos espaços punitivos de uma cadeia, que são projetados para distanciar, segregar as relações grupais, já que os sujeitos que se encontram nestes espaços têm as suas práticas restritas da sociedade em modelos de enclausuramento.

O estabelecimento das normas de controle sobre a construção das instituições de educação infantil não são transmitidos na prática e não são apurados pelos órgãos competentes, visto que todo o espaço da creche em questão está condicionado à estrutura da cadeia. A entrada das novas instalações da creche, por exemplo, continua a ser feita pelos velhos corredores da cadeia, ou seja, a entrada continua a mesma, pois o corredor é a entrada principal que leva aos demais ambientes da instituição. Para dialogar com esta constatação, Dayrell (2011), diz que:

Os alunos, porém, se apropriam dos espaços, que a rigor não lhes pertencem, recriando neles novos sentidos e suas próprias formas de sociabilidade[...] a arquitetura é o cenário onde se desenvolvem o conjunto das relações pedagógicas, ampliando ou limitando suas possibilidades. (DAYRELL, 2011, p.13)

Adentrar a creche Maria Pretinha é passar por uma história e lembrar a cadeia a todo o momento com seus corredores inacreditavelmente estreitos, este fato nos leva às informações do tempo em que o espaço servia à população como cadeia. Michel Foucault (2009) aponta que:

A forma-prisão é preexistente à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade

sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre ele um saber que se acumula e se centraliza (FOUCAULT, 2009, p. 217).

Apesar de a instituição estudada ser organizada como espaço educativo, a concepção repressora é favorecida pela estrutura, pois apesar das mudanças e novas construções no sentido de ampliação e melhoramento do espaço, é notório a contradição do espaço e da concepção de arquitetura de creche, já que a mesma, não tem ambientes que favoreçam a circulação das crianças devido ao seu reduzido espaço.

Ao pensar na organização de uma sala construída atendendo aos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006), que propõem 1,5 m<sup>2</sup>, para cada criança é possível perceber que apesar de condicionar os alunos de forma mais “adequada” nas salas novas, que funcionam como berçário, os percursos realizados pelas demais crianças da creche elucidada não contemplam a liberdade, inviabilizando o desenvolvimento integral dos grupos que necessitam estar em interação contínua, também. As crianças que estão matriculadas no berçário são acolhidas em espaços amplos, enquanto as demais crianças estão agrupadas em salas pequenas e que não propiciam as aprendizagens necessárias para esta etapa da vida. De acordo com o RCNEI: “O espaço na instituição deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem” (BRASIL, 2001, p. 69).

A creche investigada tem espaços insalubres, fechados, opacos, denotando a ideia do aprisionamento que foi anteriormente comentado aqui. O corredor é um dos principais exemplos disso, pois não favorece que os transeuntes se comuniquem de tão estreitos e é quase impossível que as pessoas possam se encontrar e manter diálogos.

Apesar de toda essa constatação, notamos que há um esforço por parte das professoras em manter um ambiente agradável em sua organização (imagens, desenhos, cartazes, e etc.) devido às estratégias utilizadas por elas para amenizar os aspectos estruturais que não contemplam o desenvolvimento integral das crianças. Diante do descompromisso social dos gestores com a educação infantil, as professoras se obrigam a ser criativas, utilizando-se de materiais diversos, contemplando as crianças com instrumentos educativos e atividades lúdicas no intuito de superação das lacunas estruturais.

### **2.3. CRECHE MUNICIPAL MARIA PRETINHA**

A Creche Municipal Maria Pretinha, foi fundada no ano de 1983, sendo instalada em um prédio pertencente ao Governo do Estado da Bahia, neste local funcionava a cadeia municipal, localizada na Rua Ubaldo Simões Ferreira, s/n.

A instituição foi criada inicialmente com o nome de Creche Infância Feliz, passando a se chamar Creche Maria Pretinha, em 1º de junho de 2010, em homenagem e reconhecimento a uma mãe negra, analfabeta, que exerceu a profissão de parteira por muitos anos, prestando com grande relevância e dedicação seus serviços à população mais carente do município.

O surgimento da creche se deu pela necessidade dos moradores carentes da comunidade, que não tinham com quem deixar seus filhos com segurança, sendo criada para tal finalidade. O terreno onde funciona a Creche Municipal Maria Pretinha,

é uma área do Governo estadual e no momento o município entrou com processo legal de usucapião<sup>95</sup>.

Segundo relatos de ex-funcionários da cadeia, a mesma foi desativada pelo fato da estrutura oferecida ser inadequada, não tendo acomodações condizentes para ser utilizada ao que se destinava. Neste período também demarca a chegada da delegada de carreira (efetivada mediante concurso público), que põe fim as indicações de delegados por gestores municipais, os chamados delegados calça-curta.

Após a abertura da creche, nas gestões municipais subsequentes foram realizadas melhorias na estrutura física, destacando-se a gestão de 1997 a 2000, que apesar de atender as crianças no espaço limitado, teve um aumento significativo no número de matrículas e neste período foram construídas duas novas salas de aula, um pequeno parque infantil e foram adquiridos alguns bens permanentes. No ano de 2009, a creche passou por uma reforma geral na estrutura física e novos profissionais foram contratados, sendo alguns deles com formação específica em Pedagogia.

As crianças da Creche são em sua maioria oriundos de famílias de baixa renda que trabalham no comércio, nas fábricas, nas residências como domésticas, garis e na zona rural, em diversas atividades no município de Coração de Maria e cidades circunvizinhas.

O prefeito responsável pela implantação da creche foi um médico do município. Refletindo a iniciativa dele em transformar as instalações de uma cadeia em creche, mesmo sendo uma necessidade das famílias pobres, é possível perceber que a atitude tomada, tem uma concepção higienista, tal qual aconteceu no Brasil na década de 1870, Segundo Kuhlmann Jr. (1998, p.91).

Os higienistas discutiam os projetos para a construção de escolas, a implantação dos serviços e inspeção médico-escolar, e apresentavam sugestões para todos os ramos do ensino, em especial com relação à educação primária e infantil.

Essa perspectiva que estava ligada ao combate à mortalidade infantil e ao projeto “mais geral de saneamento para atingir a civilidade e modernidade” (KUHLMANN JR, 1998, p. 91) defendia as crianças deveriam ficar “trancadas”, mantendo-se nos princípios de organização e higiene da sociedade, da época.

A iniciativa de criação dessa creche é interessante, por ser uma conquista das mães e mulheres trabalhadoras do município. Em contrapartida, é notável a concepção assistencialista em tal ação governista, pois agregam crianças pobres, negras, filhas de trabalhadoras, em um espaço totalmente inadequado para a formação integral do sujeito.

#### **2.4. Quem é Maria Pretinha<sup>96</sup>?**

Maria Queiroz (05/02/1928 – 20/05/2012) nasceu na cidade de Santo Amaro-Ba, mãe de dezessete filhos, sendo dois adotivos, avó, bisavó, tataravó e parteira em Coração de Maria.

Chegou para morar em Coração de Maria, com apenas vinte anos de idade, mas já trazia no pouco tempo de vida a luta pela sobrevivência. Mulher negra, veio

---

<sup>95</sup> Usucapião é um modo de aquisição da propriedade e ou de qualquer direito real que se dá pela posse prolongada da coisa, de acordo com os requisitos legais, sendo também denominada de prescrição aquisitiva.

<sup>96</sup> Biografia retirada do panfleto elaborado por familiares, no ano de 2012.

em busca de novos e melhores horizontes, acompanhada de seu marido, que exercia a atividade profissional de lavrador nas usinas de cana-de-açúcar.

Maria Queiroz, mais conhecida como Maria Pretinha, tinha um grande amor em auxiliar as pessoas nos momentos de dor e de alegria. Exercia com grande dedicação a profissão de parteira, deixando este exemplo profissional para toda a população. Seu desempenho e sua dedicação tiveram como marco de reconhecimento o dia 1º de junho de 2010, quando foi homenageada pelo então prefeito, dando à antiga creche Infância Feliz o nome de Creche Maria Pretinha. Neste dia comemora-se também o aniversário de emancipação política do município. Maria Pretinha era dinâmica, corajosa, trabalhadora, pois além de parteira, era dona de casa e faxineira do fórum do município, espaço no qual tratava como a extensão da sua casa, além de fazer a limpeza do espaço, exercia a função de cozinheira, pois tinha o prazer de cozinhar para promotores, juízes, assistentes administrativos, e demais funcionários da instituição.

Assim, registrar parte desta história é partilhar o que pela escrita não foi possível por Maria Pretinha.

### **3. CONCLUSÃO**

O presente trabalho possibilitou mostrar a história da Creche Municipal de Coração de Maria, enfatizando a partir do processo histórico, um resgate da sua instalação e trazendo personagens sociais que dão nome à instituição, possibilitando registros que suscitarão a preservação de personagens, instituições e fatos que compõem a história da cidade, tendo em vista, a ausência de arquivos sobre o município.

O registro dessa história também viabiliza estudar a educação infantil, mais especificamente a creche, dentro do âmbito municipal, percebendo como se configurou e esta etapa da educação básica para o atendimento as crianças pobres do município.

Neste artigo a pesquisa partiu da reflexão a partir do antigo espaço de cadeia que se transformou em creche com meras adaptações, o que denota a preservação de um espaço repressor e que se opõe ao objetivo educativo da creche, que é desenvolver nas crianças suas habilidades de forma integral.

Apesar das tentativas de transformar a cadeia em creche, que possibilitasse o bem-estar das crianças, o espaço ainda possui instalações e corredores que são totalmente antagônicos. Isso reflete o desrespeito histórico de gestores com a educação. O desenvolvimento integral da criança é inviabilizado na arquitetura, pois cada criança possui aproximadamente 0,60 m para se locomover. Nesse caso podemos afirmar que as instituições mudam, mas as práticas educativas são conservadas, não pelo exercício dos adultos, mas pela estrutura oferecida, pois vemos o corpo docente se esforçando para o melhoramento da estética do ambiente, sempre que possível.

Assim concluímos que esta produção servirá para que possa ampliar as discussões sobre o descaso com as creches, em suas variadas formas, viabilizando elementos os quais poderão fomentar novos estudos acerca do espaço de creche e de outros que caracterizem as deficiências estruturais e espaciais de uma instituição.

### **REFERÊNCIAS**

BAHIA. **Coração de Maria**. Disponível em: [HTTP://www.cidades.ibge.com.br](http://www.cidades.ibge.com.br). Acessado em 28 de setembro de 2015, às 10h:30min.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 1996. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>, acessado em 11 de agosto de 2015 às 23 horas e 17 minutos.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em: [DiretrizesCurriculares.indd \(mec.gov.br\)](http://portal.mec.gov.br/diretrizescurriculares.indd)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A Escola como espaço-cultural. In.: **Educação e Cultura**: Múltiplos Olhares. Editora UFMG.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90, 13 de julho de 1990.

FORNEIRO, Lina Iglesias. A Organização dos Espaços na Educação Infantil. In: ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação Infantil**: uma abordagem histórica. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MINAYO, M.C DE S. (org) **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis; Vozes. 1994.

OLIVEIRA, Zilma de M. R. et alii. **Creches**: crianças faz de conta & Cia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

PEDAGÓGICO, Projeto Político. **Creche Municipal Maria Pretinha**. Coração de Maria-Bahia, 2011.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998/2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.



## PROSOPOGRAFIA, PARA QUE TE QUERO? UM MÉTODO A SER PENSADO (TESTADO)

Fabiola Peres de Souza<sup>97</sup>

**Resumo:** Na pretensão de fazer Ciência selecionar um método para fazer parte da pesquisa é fundamental. Assim, cada um de nós busca a combinação perfeita entre ensino, pesquisa e metodologia, advogo que a prosopografia é capaz de trafegar entre diferentes áreas de conhecimento e vislumbrar um caminho entre o quantitativo e qualitativo, bem como, proporcionar a análise de generalidades e especificidades. Apresentaremos o desenvolvimento ao longo dos séculos desse método, além de exemplificar seus diferentes usos e atribuições.

**Palavras-chave:** Prosopografia, método, usos;

A prosopografia ou biografia coletiva despertou a atenção dos historiadores interessados no período medieval e na história antiga, podemos pensar na utilidade desse método para esses estudiosos devido a fragmentação das fontes referentes aos períodos pesquisados. Neithard Bulst ressalta, " não só para a história da Antiguidade e para o começo da Idade Média, todo o recenseamento exaustivo é sem dúvida impossível, a coleta de dados prosopográficos não pode ser feita razoavelmente a não ser em condições bem definidas e com um questionário preciso" (BULST, 2007, p.52).

Inicialmente, o termo "prosopografia" não figurava nos verbetes dos dicionários. Quando citada no ano de 1797 no *Grand Robert de La langue française* foi designada como "a descrição de uma pessoa"; no dicionário o *Trésor de La langue française* sua acepção sofreu uma variação expressiva: "descrição física de um personagem real ou fictício" (LALOUETTE, 2006).

O termo prosopografia remete ao século XVI e neste período era utilizada para analisar a moral, postura, costumes e imagens dos indivíduos pertencentes a grupos sociais de prestígio. Por exemplo, na obra de Léon Cavellat<sup>98</sup> dedicada à avaliação da vida dos reis da França: a abordagem é baseada na descrição de figuras desenhadas dos reis. Somente na metade do séc. XIX haverá mudança no objeto prosopográfico, redimensionando a compreensão do sujeito a ser estudado, este pertenceria à nobreza, aristocracia. Mais tarde, será tendência relacionar a prosopografia ao estudo das elites. Entre elas está *Prosopographia Imperii Romani* de Theodor Mommsen, publicado em 1897. Por fim, no séc. XIX com a vigência do desenvolvimento do pensamento positivista os prosopógrafos tentaram incorporar aspectos de cientificidade ao método (STONE, 2011).

---

<sup>97</sup> Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela Universidade Federal de Pelotas, bacharela em História (UFpel) e licencianda em História. E-mail: faloscabi@gmail.com

<sup>98</sup> "La biographie et prosopographie dès rays de France ou leurs viés sont brièvement descrites et narrees en beaux, graves et elegans vers françoys: et pour mieux entendre l' histoire et lês points remarquables, sont adjoutees plusieurs annotations a La fin de chacune d'icelles. Plus y sont figurez et pourtraits tous iceux, au plus vif et naïf naturel qu'il nous a esté possible les représenter en leurs armenens royaux, et selon les temps. Avec la Chronologie et nombre des ans qu'ils ont régné." (LALOUETTE, 2006, p. 59-60)

A ideia de uma prosopografia aplicada na análise de imagens de indivíduos faz parte da ferramenta de trabalho empregada pela Polícia Federal, chamado de exame pericial prosopográfico realizado pelo Papiloscopista Policial Federal (TAVARES, 2016). A comparação entre imagens de indivíduos busca:

o confronto de imagens de figuras humanas, oriundas de fotografias utilizadas em fraudes documentais capturadas de vídeos relacionados aos locais de crimes ou apostas em documentos públicos. Esta especialização pericial atende ainda às demandas cíveis, trabalhistas e demandas sociais (pessoas desaparecidas, por exemplo). [...] visando identificar pessoas no campo de apurações administrativas e suspeitos na área investigativo criminal, na busca de provas materiais para subsidiar inquéritos policiais e processos criminais [...]. (TAVARES, 2016, p. 42)

Segundo, Tavares (2016) a primeira notícia que se tem da prática de comparar fotografias com intuito de identificação data de 1896, na obra *“The bertillon System of Identification”* de Alphonse Bertillon, que assim definiu o método: “o exame prosopográfico consiste na ampliação de fotografias do rosto do investigante e investigado, e justaposição de uma a outra, por cortes longitudinais e transversais e a inserção de partes de uma na outra - nariz, orelha, olhos, raiz do cabelo.” (TAVARES, 2016, p. 43,44).

A prosopografia, também, pode ser utilizada no reconhecimento de cadáveres conforme explicou o médico legista Daniel Muñoz – responsável pela identificação do cadáver do médico nazista Josef Mengele – à revista Superinteressante:

um pouco mais complicado é o processo na prosopografia, no qual se sobrepõem fotografias do crânio às do rosto da pessoa quando é viva. “Se houver coincidência dos pontos anatômicos do crânio e do rosto, como os olhos e a cavidade orbital, a boca e a abertura da arcada dentária e do crânio é muito difícil que não sejam da mesma pessoa. A dificuldade está em fotografar o crânio do mesmo ângulo que a foto do rosto. (TAVARES, 2016, p. 44, 45)

Ressaltamos que a prosopografia adotada na área jurídica não deve ser confundida com outro método igualmente utilizado o denominado, retrato falado. De acordo com, Edson Tavares (2016, p.45, 46) “O Retrato Falado é a composição de uma imagem facial coordenada e executada pelo Papiloscopista Policial Federal a partir de uma descrição feita por alguém que foi vítima ou testemunha de fato delituoso”. Em contrapartida,

o Exame Prosopográfico é a comparação entre imagens faciais, com o objetivo de apontar semelhanças ou divergências entre elas. No Exame Prosopográfico, diferentemente do retrato falado, a descrição (apontando semelhanças e/ou divergências entre as imagens não é feita pela vítima ou testemunha, mas pelo profissional especialista no assunto. [...] (TAVARES, 2016, p.46,47)

Desse modo, pode-se constatar o uso da metodologia no campo jurídico baseada na sua definição originada do grego “prosopografhein” (prósopon - rosto e grafhein - descrever). Conforme, Neithard Bulst a expressão prosopografia escrita no plural foi encontrada por Karl Ferdinand no ano de 1537, na obra: *“Prosopographiarum libri quator, in quibus personarum illustrium description aliquot seu imagines continentur”*. Posteriormente, o registro do termo no singular escrito em Basel, foi identificado no ano de 1535, em *“Prosopographia heroum atque illustrium*

*virorum totius Germaniae*” (BULST, 2007, p. 48). Porém, essa informação não é aceita pela historiadora Jacqueline Lalouette, já que na Biblioteca da França está a disposição somente os sumários da revista , entre 1898-1971 (LALOUETTE, 2006).

Embora exista esse conflito entre ideias a contribuição de Neithard Bulst para o entendimento do desenvolvimento da metodologia e mudanças ocorridas ao longo dos séculos continua sendo importante. Há quem utilize como sinônimos prosopografia e biografia individual, porém, as duas práticas apresentam especificidades relevantes a começar pela biografia pensada nos indivíduos. Em contrapartida, o método prosopográfico averigua a trajetória de um coletivo fundamentado nos seguintes preceitos:

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação (STONE, 2011, p.115)

Contudo, Neithard Bulst destaca a afinidade entre a prosopografia e a biografia de individual salientando a importância do estudo do individual para a análise de um coletivo:

O fato de que a prosopografia não pode, no entanto, renunciar à biografia foi exemplificado com a célebre imagem de Namier , quando ele afirma que cinquenta homens tomados em conjunto não formam uma centopeia, mas permanecem sendo cinquenta homens, dos quais é necessário conhecer cada um individualmente. [...] Ora, é necessário admitir que uma biografia sincrônica de cinquenta homens não é representável. Isso não impede, contudo, que qualquer pesquisa sobre um conjunto – por exemplo, aquela sobre as cinquenta pessoas – comece pela tentativa de estabelecer biografias individuais – que poderão, talvez, ser retomadas no texto final, mas que devem se restringir à reprodução de alguns casos exemplares – que mais tarde conservarão seu significado, seja como representativas da totalidade ou como exceções. Para tal discernimento, a comparação permanece sendo um elemento indispensável [...] Além disso, a abordagem biográfica exclui a diacronia, que é um aspecto quase essencial de muitas pesquisas prosopográficas [...]. (BULST, 2007, p. 55)

São conhecidas duas escolas ligadas à prosopografia, a primeira preocupada com a análise de grupos pertencentes à elite, já a segunda direcionada ao estudo das massas e orientada a partir dos conceitos adotados nas Ciências Sociais (STONE, 2011). Essa metodologia torna-se uma ferramenta proveitosa para o pesquisador que almeja estudar o “todo”, ou seja, informações referentes aos aspectos gerais de um determinado grupo; até questões específicas que podem fazer parte do coletivo ou ser uma característica de um só indivíduo. Dessa forma, pode-se pensar em tipos que compõe esse coletivo e determinar particularidades de cada integrante ou verificar se existe uma norma pré estabelecida para um indivíduo tornar-se membro do grupo. Além disso, na escassez de fontes é possível trabalhar com objetos acompanhando a sua circulação por exemplo, moedas. É possível prosopografar até mesmo pessoas

não identificadas a partir da constatação de um perfil comum entre indivíduos ou grupos.

O uso de fontes produzidas por diferentes áreas do conhecimento enriquece o trabalho dos prosopógrafos, assim a flexibilidade desse método facilita a interdisciplinaridade, à medida que:

Esse método exige o recurso a um amplo leque de fontes, capaz de enriquecer a base biográfica e o conhecimento do contexto. Além disso, constitui-se enquanto metodologia que exige um frequente recurso à interdisciplinaridade, nomeadamente à antropologia, sociologia, geografia, paleografia, linguística histórica e informática, a fim de preencher lacunas na interpretação e organização dos dados. (FERNANDES, 2012, p.15)

Lawrence Stone estendeu os limites do termo, embora tenha tentado fazer uma crítica contundente ao método prosopográfico. Inicialmente no texto clássico *Prosopografia*<sup>99</sup>, descreve a metodologia como técnica, porém a converte a método no final de seu artigo. Dessa maneira, colaborou para a ampliação e problematização do sentido e aplicação da prosopografia, assim “Nos últimos 40 anos, a biografia coletiva (segundo os historiadores modernos), a análise de carreiras (segundo os cientistas sociais) ou a prosopografia (segundo os antigos historiadores) desenvolveu-se como uma das mais valiosas e familiares técnicas do pesquisador histórico” (STONE, 2011, p.115).

Além disso, dependendo da região a nomenclatura sofre variações. Para os anglo-americanos são sinônimos biografia coletiva e prosopografia, em francês ou inglês costuma-se utilizar *prosopographie* e *prosopography*. De acordo com BEECH (1960, p.6, apud BULST, 2007, p.51):

[...] uma utilização mais padronizada do termo pareceria coerente, também, em relação ao intercâmbio científico internacional, uma vez que em inglês e em francês apenas os termos *prosopography* ou *prosopographie*, respectivamente são utilizados, faltando um equivalente para o termo *personenforschung* (BEECH, 1960, p.6)

Bulst, ainda, descreve o conflito em torno do tema em uma seção do congresso de historiadores no ano de 1974:

[...] sobre *personenforschung* im spätmittelalter partiram de uma definição prévia do termo *Prosopographie* como “coleção e catálogo de todas as pessoas de um grupo definido temporal e espacialmente”, e de *Historische personenforschung* como “análise de material prosopográfico segundo diferentes pontos de vista da interpretação histórica” (PETERSOHN, 1975, p.1). Segundo essa definição, a prosopografia, foi subordinada à *personenforschung*, o que finalmente pode conduzir a uma emancipação, e, deste modo, conferir à prosopografia um caráter de ciência auxiliar. [...] (BULST, 2007, p.50)

Por outro lado, a *personenforschung*, segundo Tellenbach (1957, p.5, 6) estaria preocupada com “a pesquisa e a representação da vida do homem individualizado de tempos passados” (apud BULST, 2007, p. 50). Há uma inquietação constante entre os autores em definir e consolidar o método, aliás, é apontada por Bulst a possibilidade

---

<sup>99</sup> Esse texto é comumente utilizado para criticar a metodologia aqui apresentada. Lawrence Stone inicia o artigo atribuindo a prosopografia a qualidade de técnica, afirmação que não é um consenso entre os prosopógrafos.

de reconhecê-la como uma ciência auxiliar. A prosopografia poderia ser enquadrada segundo Werner (1971, p. 71) entre a antropologia, a genealogia, a demografia e a história social, entre a singularidade de um evento e a individualidade, e as provas seriais de fenômenos sociais e de desenvolvimento de longa duração (apud BULST, 2007, p. 50).

O dualismo entre as escolas é uma marca, como já mencionado a primeira está centrada em pesquisar os membros da elite, tais como: “senadores da Roma antiga, ou dos Estados Unidos, ou os membros do parlamento inglês, ou os membros dos gabinetes ingleses, mas os mesmos processos e modelos podem e são aplicados aos líderes revolucionários” (STONE, 2011). De fato, fazer uma pesquisa prosopográfica de grupos em posição econômica ou socialmente favoráveis é, relativamente, mais simples, pois a tendência é o arquivamento da documentação originada por personagens ilustres, ou seja, há um número maior de informações a disposição.

Contudo, Stone aponta para a segunda escola 100 vinculada às Ciências Sociais e dedicada ao estudo de movimentos de opinião popular:

[...] eles são necessariamente mais preocupados com a história social que com a política e, portanto, procuram investigar um rol mais amplo, ainda que inevitavelmente mais superficial, de questões que aquelas usualmente pesquisadas pelos membros da escola elitista. Eles também são bem mais preocupados com os testes das correlações estatísticas das diversas variáveis que em dar a conhecer um sentido da realidade histórica por meio de uma série de detalhados estudos de caso. Desse modo, como eles tentam descrever o passado, eles tendem a fazê-lo mais por meio da construção de tipos ideais weberianos que pela apresentação de uma série de exemplos concretos. [...] (STONE, 2011, p. 116).

Na produção do conhecimento histórico a Terceira Geração dos *Annales* chamou a atenção para novas temáticas e abordagens:

[...] vários membros do grupo levaram mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo, do odor. Outros solaparam o projeto pelo retorno à história política e à dos eventos. Alguns continuaram a praticar a história quantitativa, outros reagiram contra ela[...] Por diferentes caminhos, tentaram fazer uma síntese entre a tradição dos *Annales* e as tendências intelectuais americanas –como a psico-história, a nova história econômica, a história da cultura popular, antropologia simbólica, etc. ( BURKE,1992, p. 56,57)

A fascinação pelo quantitativo pode comprometer o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa. Os primeiros a utilizarem foram pessoas fascinadas pelas coleções biográficas produzidas em grande escala entre os séculos XVI e XX, os ingleses, especialmente, buscavam sua ancestralidade por meio da genealogia e da produção imensurável de dados iniciada no séc. XVI e nutrida pelo advento da imprensa (STONE, 2011). Tanto a escassez quanto o grande volume de dados exige uma ordem classificatória cuidadosa, o recorte temporal deve ser percebido para que não seja feita uma generalização anacrônica. No mais, Stone alerta:

---

100 [...] em vez de andarem juntas, as escolas de massas e elitista especializar-se-ão mais e mais em suas diferentes abordagens, a primeira tornando-se mais científica e quantitativa e a outra mais impressionista e devotada aos exemplos individuais inadequadamente controlados pela amostragem aleatória. Isso seria um desastre para a profissão, pois significaria o fim de frutíferas fertilizações cruzadas. [...] (STONE, 2001, p. 133).

Categorias de classes baseadas na riqueza podem não refletir as realidades sociais, podem ser quase impossíveis de identificar e podem ser mais difíceis de comparar ao longo do tempo; categorias profissionais podem atravessar as linhas tanto de status quanto de classe e subir e descer o sistema social; categorias de poder, bem como cargos políticos, podem variar ao longo do tempo em termos do status social vinculado a eles, do poder que possuem e da renda que obtêm. [...] (STONE, 2011, p.125).

A organização teórica da pesquisa pensada durante a aplicação do método prosopográfico pode ocorrer ao longo da coleta e organização final das informações, a reunião dos dados (metafonte) oferece pistas ao pesquisador que deverá selecionar o seu alicerce teórico. Além disso, uma pesquisa nesses moldes exige muito tempo disponível, não que as demais não necessitem, após selecionar o seu grupo-alvo é fundamental que seja realizado: um levantamento bibliográfico exaustivo, para posteriormente fazer a coleta, organização, sistematização e interpretação dos dados.

O avanço tecnológico contribuiu na expansão do método prosopográfico, facilitando a pesquisa e o recolhimento dos dados. A informática e o desenvolvimento de programas facilitaram o processo de coleta, sistematização e interpretação de um maior número de dados. Desse modo, programas como Microsoft Access, Excel, Word, entre outros, otimizam o tempo. Tendo a disposição essas ferramentas os prosopógrafos devem fornecer o trajeto realizado ao longo de um estudo, ou seja, não basta apresentar os dados estatísticos, o interessante é disponibilizar uma cópia das informações disposta em uma das inúmeras plataformas existentes no mercado e tornar o material acessível. O aconselhável é que ao final de uma análise seja providenciada uma ficha catalográfica.

A biografia coletiva ou prosopografia é capaz de se comunicar de modo profícuo com outras áreas do conhecimento. A Onomástica, definida como o estudo linguístico dos nomes próprios, é eficiente na identificação das características sociais dos grupos a serem investigados. Exemplificando: 97, 06 % dos escravos romanos eram chamados de Autus. Em compensação, estudos feitos a partir do estatuto jurídico comprovam que 100% dos ex-escravos ou escravos eram identificados pelo nome de Suavis (Carlier; Dumolyn:Verboven, 2007). Por sua vez, a genealogia e o estudo das linhagens contribuem para o entendimento da formação de famílias, relações pessoais, organização e manutenção de grupos dominantes ou concorrentes, entre outros.

Cientistas sociais e políticos se aproximam aos prosopógrafos nas suas práticas de *surveys*<sup>101</sup>, estabelecendo critérios e na construção dos seus bancos de dados.. A utilização de tal metodologia assemelha-se à prática da história quantitativa ou serial. Sobre os aspectos desse campo de conhecimento Tomich explicita:

[...] a história serial é uma abordagem fortemente quantitativa que se ocupa com a repetição, a regularidade e a quantidade. Ela seleciona e constrói séries de fenômenos, frequentemente por meio de operações estatísticas, em função de seu caráter repetitivo, a fim de identificar ligações espaço-temporais estáveis e de estabelecer relações causais entre elas. [...] (TOMICH, 2011, p.44)

---

101 [...] Surveys são muito semelhantes a censos, sendo a diferença principal entre eles que um survey, tipicamente, examina uma amostra de população, enquanto o censo geralmente implica uma enumeração da população toda. [...] Informa-se também que Max Weber, um dos fundadores da Sociologia, usou método de pesquisa survey no seu estudo sobre a ética protestante. (BABBIE, 2003 p.79).

A segunda geração da Escola dos *Annales* ou Era Braudel, período dominado pela história quantitativa e incorporação de novas disciplinas: economia, estatística, matemática e geografia. Conforme, Tomich, (2011) , Labrousse pesquisou os ciclos econômicos ocorridos no séc. XVIII na França, com base nas listas de preço de mercado produziu uma série homogênea que permitia a comparação dos dados e a verificação da oscilação de preços. Dessa forma, para o Antigo Regime, o autor descreveu os motivos das crises cíclicas na França e como cada classe social foi afetada. Neste ponto é verificada a associação da história econômica a social explorada por intermédio da estatística.

A estatística é utilizada com maior frequência pela segunda escola de orientação prosopográfica inclinada à pesquisa das massas e vinculada às Ciências Sociais, ou seja, há uma preferência pela história social, “ Eles também são bem mais preocupados com os testes das correlações estatísticas das diversas variáveis que em dar a conhecer um sentido da realidade histórica por meio de uma série de detalhados estudos de caso.” (STONE, 2011, p.116).

A história quantitativa e a valorização exagerada na aplicação e resultados derivados da estatística gerou inúmeras críticas, Ernest Labrousse fora um dos alvos. Na metade dos anos 1960, aspectos da Revolução Francesa começam a ser discutidos. Segundo (Charle, 2006, p.21): "esse é também o momento em que começam as polêmicas sobre a interpretação da Revolução Francesa que contribuem para aclimatar a noção de elite em história social, em detrimento do conceito de classe do marxismo". Além disso, com a aposentadoria de Labrousse, nos anos 1960, é anunciado o divórcio entre a história econômica e a história social:

Com a crise do marxismo e o declínio da história quantitativa e estrutural dos *Annales*, a partir de meados dos anos 1970, assiste-se a uma dissociação entre estas duas irmãs, a história econômica e a história social. A autonomização da história social leva os historiadores a renunciar a tratar a globalidade do social e a se limitar a uma história social segmentada em grupos socioprofissionais ou em "elites"; às teses regionais da era Labrousse, sucederam-se as teses sobre os diferentes meios sociais: os médicos, os professores, os operários, a greve, os grevistas, os oficiais etc. (CHARLE, 2006, p. 20).

A relação entre o método e a história quantitativa é tênue, já que o cruzamento dos dados gera resultados obtidos por meio de percentuais estatísticos. Conforme os resultados há a ampliação teórica do assunto pesquisado, assim como, o aprofundamento das questões preestabelecidas.

### **Práxis prosopográficas**

Ao longo do texto explicitamos que o exercício prosopográfico pode ser elaborado de acordo com diferentes temáticas e problematizações recorrentes nas pesquisas históricas –origem da ação política, estrutura e mobilidade social – pode ser uma ferramenta para análise da história das elites, assim como, instrumento de pesquisa para o estudo de grupos subalternizados. Além disso, os fatos que destoam de um padrão permite ao pesquisador ampliar o seu horizonte de estudo e verificar casos e especificidades desviantes à norma. Isto posto, apresentaremos trabalhos em que o método foi aplicado.

No Brasil, entre os profissionais que adotaram o método está o historiador Flávio Heinz, o qual organizou o livro *Por outra história das elites* (2006), reunindo nove estudos centrados na biografia coletiva. Nessa compilação de textos de

diferentes autores é descrita a trajetória do método, desde seu surgimento até os vários sentidos e ressignificações atribuídas ao mesmo, que servem, como já diz o título da obra, a pesquisas sobre as elites, notadamente sobre grupos atuantes no campo da política.

Ao longo do texto intitulado *Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico* (2006), Heinz ocupa-se da trajetória de formação e organização do sindicato rural. O autor analisou a disputa entre dois grupos: a Sociedade Rural Brasileira (SRB) fundada em 1919 e a Confederação Rural Brasileira (CRB), criada em 1951. Ao mapear o perfil dos dirigentes patronais dos sindicatos, por meio da biografia coletiva, estabeleceu critérios que possibilitaram a descrição social das entidades mencionadas.

Heinz examinou a natureza opostas das duas entidades, o que definiu a tomada de posição de cada uma e o conflito entre elas. Assim, enquanto a SRB fazia parte de uma elite paulista, liberal conservadora, e mantendo relações com as oligarquias da República Velha, decadente, mas muito atuante contra qualquer possibilidade de renovação. A CRB, por sua vez, era diferente. Segundo o autor, destacava-se pela condição: “não oligárquica, mas clientelista de ambição transregional, partidarista e parlamentar, ‘oficial’, sindical e ‘moderna’, na óptica das transformações sociais pós-30”. (HEINZ, 2006, P. 129).

Com base na amostra de um terço dos dirigentes da Sociedade Rural Brasileira (SBR) e da Confederação Rural Brasileira (CRB), o autor chegou aos seguintes resultados :

Entre os dirigentes oriundos da Confederação Rural Brasileira, 55 dos 64 dirigentes analisados (85,9%) possuem diploma de estudos superiores, dois deles possuindo, inclusive, uma segunda titulação universitária. Entre esses 57 diplomados, 23 (40,35%) haviam estudado direito; 17, agronomia; oito, medicina; seis eram engenheiros; dois; zootecnistas e um havia completado outra formação. Os números são diferentes no que tange à SNR. Entre os representantes da elite fundiária paulista, o diploma superior parece sensivelmente menos importante: apenas 17 dos 27 representantes estudados (62,9%) haviam concluído estudos superiores, também aqui, dois possuíam dupla formação universitária. Desses 19 diplomas, 12 eram de direito; as formações médica, agrônômica e engenharia possuíam cada um dos representantes, ao passo que um dirigente realizara outro percurso universitário não identificado. (HEINZ, 2006, p 132).

Heinz veio a ter inúmeras possibilidades para verificar de que modo essas variáveis interferiam negativamente ou seriam aliadas dos dirigentes na disputa pela representação. Esse é um exemplo da capacidade de interpretar, mas também de pôr em vigor critérios fundamentais que levassem em conta uma gama de informações, viabilizando o mapeamento de alguns grupos, disputas internas e externas.

Cybele Crossetti de Almeida, cujo trabalho sobre a cidade alemã de Colônia se destaca. No artigo: *Ética cristã, riqueza e poder: reflexões sobre a elite dirigente da cidade de Colônia na Idade Média tardia* (2009), demonstrou como utilizou o método para investigar três famílias que se mantinham em posição de poder, entre 1391 até 1513. Desse modo, o banco de dados foi organizado da seguinte maneira:

[...] foram investigados igualmente pais e irmãos de homens ou mulheres que casaram com membros das três famílias principais e seus herdeiros na primeira geração. O conjunto das famílias investigadas elevou-se, deste modo, de 3 para 25. Fazem parte do catálogo prosopográfico 97 indivíduos, além de 13 extras, que não tinham relação direta com as famílias por parentesco, mas que tinham relações próximas com as mesmas, e serviram



como uma espécie de grupo de controle, bem como alguns indivíduos que faziam parte das famílias analisadas, mas que viveram fora do período em questão. (ALMEIDA, 2009, p.3).

Ao observar o progresso da carreira, Crossetti destaca "foi possível verificar que existiam diferentes modelos de carreiras. Estes modelos foram então divididos em três categorias, alfa, beta e gama, ordenados segundo a intensidade da participação na vida política" (ALMEIDA, 2009, p.3). Havia duas categorias sociais, uma inferior e outra superior, porém a organização não era rígida. Era comum a diversidade na ocupação de cargos, os integrantes dessas famílias atuavam em esferas diferentes, aumentando a sua influência e assim perpetuando o poder por mais tempo. As atividades comerciais, empréstimos com juros e os negócios imobiliário eram condenadas pela igreja. A atuação na política era bem vista (ALMEIDA, 2009).

Estruturado com o uso da prosopografia e da micro-história italiana a dissertação de mestrado de Livia Nascimento Monteiro, intitulada "*Administrando o bem comum: Os "Homens Bons" e a Câmara de São João del Rei 1730- 1760.* (2010). A citada pesquisa tomou por base a Câmara de São João del Rei, em Minas Gerais, averiguando o comportamento adotado pelos dirigentes, relações de parentesco, matrimoniais e o corporativismo estabelecido neste grupo. Durante a investigação a autora usou às seguintes documentações (Acórdãos e Termos de Vereança da Câmara, registros paroquiais, documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Público Mineiro).

Dentre os pontos relevantes do trabalho de Monteiro, destacados a partir da vasta documentação estudada, a autora obteve dados como: as principais famílias e suas relações de compadrio, o poder desse conjunto de pessoas responsáveis pela manutenção de uma rede, que conduzia a vida pública e privada de São João del Rei. Desta forma, Monteiro sintetiza como se dava esse arranjo social:

No que diz respeito à composição da câmara de São João del Rei, entre 1737 a 1759, o perfil dos oficiais que serviram enquanto juizes ordinários, vereadores e procuradores, seguia os moldes de uma sociedade hierárquica, com os "homens bons" se caracterizando por um grupo de homens ricos, que detinham vários cargos públicos, donos de importantes posses de terras, com altas patentes militares, membros das mais distintas .Ordens e Irmandades da Vila de São João del Rei e com relações parentais e de amizade entre si . O grupo a que pertenciam, considerados de elite, pertencia à sociedade de Minas no século XVIII e que, segundo os princípios aristotélicos, era composta por desiguais. Essa desigualdade era prevista e moldada de acordo com os 21 costumes e hierarquias típicas da Vila de São João del Rei, e não de acordo com normas e leis escritas do Reino. (MONTEIRO, 2010, p. 189).

Monteiro buscou recursos em diferentes tipos de documentos, o que é perfeitamente possível na prosopografia, e, em qualquer pesquisa histórica. Além disso, o cruzamento de dados pode ser feito através de corpus documentais concebidos por outros autores. Todavia, para a segurança da pesquisa é, mais uma vez, fundamental a disponibilização de uma ficha catalográfica explicitando como, foram obtidos os dados finais dos trabalhos. Sabe-se que todo o tipo de suporte tecnológico é passível de manipulação. O pesquisador deve utilizar chaves de segurança para evitar o acesso indevido de terceiros e a alteração nas informações; além de ser honesto na divulgação dos dados, sem esconder ou atribuir elementos inexistentes ao trabalho. Finalmente, a natureza interdisciplinar da metodologia

permite um alinhamento de fontes geradas por áreas do conhecimento complementares.

A história da maçonaria também se beneficiou da prosopografia em “*La prosopographie: une nouvelle voie pour l’histoire de la Franc-maçonnerie*” (2009), de Eric Saunière. Nos anos de 1980 há uma renovação epistemológica nos estudos referentes aos grupos maçônicos existentes na França. Entre as metodologias adotadas está a prosopografia que possibilita uma interpretação do todo sem desprezar as particularidades encontradas. Dessa modo, faz-se o cruzamento da história geral da França com o andamento da maçonaria. O ministério metodista também foi amplamente prosopografado com base nas seguintes documentações: conferências, publicações em revistas, obituários, atas de conferências anuais, dicionários biográficos, biografia particulares, entre outros. De acordo com Clive Field diversos trabalhos foram realizados a respeito do Ministério Metodista com foco nos séculos XIX e XX:

O mais acessível e, em termos da base de evidências, o trabalho de maior escala nesta categoria é de Kenneth Brown, que investigou as origens, o treinamento, a retenção e as vidas públicas e privadas de Wesleyanos, Metodistas Primitivos e Metodistas Unidos respectivos ministérios durante o período de 1830-1930. Outros exemplos incluem Clive Field, que estudou os padrões de carreira de 1.500 ministros Wesleyan, Primitive e United Methodist nascidos entre 1781 e 1900, e Timothy Allison, que examinou questões de status socioeconômico e expectativa de vida em relação a quatro cortes de Wesleyan e Primitive Pregadores metodistas nascidos nas décadas de 1850 e 1880 [...]. John Lenton, que aumentou significativamente as informações contidas na ata da Conferência. Lenton construiu uma base de dados dos pregadores itinerantes do século XVIII e depois a submeteu à interrogação estatística, a fim de estabelecer um perfil de grupo, especialmente da perspectiva geográfica, de classe social, educacional e religiosa e de suas vidas familiares e carreiras no ministério. Lenton está agora empreendendo um projeto paralelo, construindo um banco de dados dos cerca de 2.000 homens que deixaram o ministério Wesleyan de 1791 a 1932. (FIELD, p. 240, 241 ).

Esse trabalho serviu-se de variados tipos de metafonte além de ter um número razoável de pesquisadores que aprofundaram a temática, conseqüentemente colaboraram com as produções posteriores, entre elas, a análise do perfil das irmãs ordenadas no Lar Nacional das Crianças no período de 1875 a 1985.

A minha dissertação de mestrado, “*Militares de Carreira: Prosopografia do oficialato do Exército brasileiro (1900 -1954)*” foi organizada com base no método prosopográfico e da organização de um *corpus* documental constituído de cem<sup>102</sup>

---

102 Adyr Fiúza de Castro, Álvaro Fiúza de Castro, Albino Silva, André Trifino Correia, Anor Teixeira dos Santos, Antonio Bandeira, Amauri Kruehl, Afonso Augusto Albuquerque Lima, Aurélio Lira Tavares, Alcides Gonçalves Etchegoyen, Adalberto Pereira dos Santos, Alfredo Malan d’Angrogne, Alfredo Souto Malan, Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, Antônio José de Lima Câmara, Antero de Matos Filho, Artur Duarte Candal Fonseca, Artur da Costa e Silva, Ariel Paca da Fonseca, Augusto César de Castro Muniz de Aragão, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, Antônio Carlos da Silva Murici, Álvaro Alves da Silva Braga, Benedito Olímpio da Silveira, Carlos Alberto da Fontoura, Carlos de Meira Mattos, Carlos Luís Guedes, Cyro Guedes Etchegoyen, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Canrobert Pereira da Costa, Delso Mendes da Fonseca, Dirceu de Araújo Nogueira, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, Ênio Gouveia dos Santos, Euler Bentes Monteiro, Euclides Hermes da Fonseca, Ednardo D’Ávila Melo, Ernesto Geisel, Estêvão Leitão de Carvalho, Estênio Caio de Albuquerque Lima, Emílio Garrastazu Médici, Francisco Ramos de Andrade Neves, Francisco Gil Castelo Branco, Geraldo Alvarenga Navarro, Gilberto Marinho, Gustavo Moraes Rego Reis, Gustavo Cordeiro de Farias, Gregório Porto da Fonseca, Hastínfilo de Moura, Heraldo Tavares Alves, Hugo Abreu, Hugo Panasco Alvim, Humberto de Alencar Castelo Branco, Ismar de Góis Monteiro, Ivan Barros

aspirantes- a- oficial do exército brasileiro, distribuídos nas planilhas do Microsoft Excel. Na primeira planilha há informações gerais de cada indivíduo (nome, cidade de nascimento, filiação, cônjuge, escola de formação, reserva e data de falecimento). Na segunda, função exercida, data, local, cidade ou estado da realização da função e nome do oficial superior que lhe impunha ordens; na terceira, data de entrada no Exército, arma, ascensão a patentes, data de ascensão); por fim, um plano contendo as condecorações e data de entrega das mesmas. A documentação base para organizar o *corpus* documental foi o *Dicionário histórico biográfico-brasileiro pós-1930* (DHBB) consultado, graças à disponibilidade dos verbetes via web na página da Fundação Getúlio Vargas. Além desta, o projeto *Visões do golpe*, da Fundação Getúlio Vargas, coordenado por Maria C. D' Araujo, Gláucio A. D. Soares e Celso Castro. A obra *Visões do golpe* foi organizada a partir de doze depoimentos de militares atuantes no golpe civil militar de 1964.

A origem da pesquisa se deu na leitura das entrevistas de militares ao *Visões do golpe* e, posteriormente, a procura do histórico de aspirantes-a-oficial nos verbetes do DHBB. Percebemos nas entrevistas e nos verbetes o encontro de oficiais que construíram suas carreiras concomitantemente, ocupando os mesmos postos em períodos distintos, fazendo parte da mesma turma, relações interpessoais iniciadas no interior da caseira, entre outros. Verificamos o surgimento de relações de parentesco com certa frequência, por exemplo, 19% eram filhos de militares: Álvaro Fiúza de Castro, Adyr Fiúza de Castro, Cyro Guedes Etchegoyen, Alcides Etchegoyen. Adyr Fiúza de Castro, Álvaro Fiúza de Castro, Augusto César de Castro Muniz de Aragão, Antônio Carlos da Silva Murici, Artur Duarte Candal Fonseca, Cyro Guedes Etchegoyen, Círo do Espírito Santo Cardoso, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, Euler Bentes Monteiro, Euclides Hermes da Fonseca, Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, Osvaldo Cordeiro de Farias, Rubens Bayma Denis, Humberto de Alencar Castelo Branco, Ivan Barros Ribeiro, Gustavo Cordeiro de Farias, Jefferson Cardim de Alencar Osório, Pantaleão da Silva Pessoa e Tasso de Oliveira Tinoco. Dos representantes mais antigos da Força, Mário Jorge da Fonseca Hermes seu tio bisavô foi o Marechal Deodoro e seu bisavô Hermes da Fonseca.

Pertenciam a mesma família e eram integrantes do exército, Ismar Fiúza de castro irmão de Adyr Fiúza de Castro e filho de Álvaro Fiúza de Castro. Além deles, eram irmãos: Osvaldo Cordeiro de Farias e Gustavo Cordeiro de Farias, Ismar de Góis Monteiro e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, João Bina Machado e José Bina Machado, Estênio Caio de Albuquerque Lima Orlando e Afonso Augusto de Albuquerque Lima, Orlando Geisel e Ernesto Geisel; Alcides Guedes Etchegoyen e Néelson Etchegoyen. Alcides Etchegoyen era avô do atual Ministro chefe do Gabinete de Segurança da presidência do Brasil, Sérgio Westphalen Etchegoyen filho do militar Léo Guedes Etchegoyen.

---

Ribeiro, Ivan de Sousa Mendes, Jaime Portela de Melo, Jefferson Cardim de Alencar Osório, José Luiz Coelho Netto, João Bina Machado, José Bina Machado, João Batista Mascarenhas de Moraes, José Luis Arnaldo Calderari, Joaquim Abreu Fonseca, José Joaquim de Andrade, João Batista de Oliveira Figueiredo, João Alberto Lins de Barros, José Caetano de Faria, Jurandir de Bizarria Mamede, Júlio Caetano Horta Barbosa, Júlio Perouse Pontes, Landri Sales Gonçalves, Léo Guedes Etchegoyen, Leonidas Pires Gonçalves, Leopoldo Néri da Fonseca Júnior nasceu, Mário Jorge da Fonseca Hermes, Mário Davi Andrezza, Mário Poppe de Figueiredo, Newton Cruz, Nestor Souto de Oliveira, Nemo Canabarro Lucas, Nestor Sezefredo dos Passos, Nilo Caneppe Silva, Osvino Ferreira Alves, Octávio Costa, Odílio Denis, Odon Bezerra Cavalcanti, Olímpio Falconière da Cunha, Orlando Geisel, Osvaldo Cordeiro de Farias, Oscar Luís da Silva, Olvaldo Vila Belo e Silva, Pantaleão da Silva Pessoa, Raimundo Rodrigues Barbosa, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Rubens Bayma Denis, Salvador César Obino, Siseno Sarmento, Tasso de Oliveira Tinoco.

Carlos Alberto da Fontoura foi casado com Otilia Neves da Fontoura, filha do militar Isidoro da Fonseca. A esposa de Costa e Silva, Iolanda Barbosa, era filha de um instrutor da Escola Militar do Realengo. A segunda esposa de Henrique Teixeira Lott era mãe de um capitão do Exército. A filha de Ivan de Souza Mendes, Márcia Mendes, casou-se com Jurandir Dantas Mamede filho do general Bizarria Mamede. Alfredo Malan d' Angrogne contraiu núpcias com a filha do major João Batista Pereira Souto, dessa união nasceu Maria Souto Malan que casou com o general Antero de Matos Filho. Ainda casaram-se Francisco Ramos de Andrade Neves com a filha, Zalda Vilela, do general Setembrino de Carvalho.

Os resultados acima são somente uma parte da dissertação, cuja metodologia adotada foi a prosopografia e permitiu analisar a trajetória da carreira de aspirantes ao oficialato, além de possibilitar a exploração do peso das relações interpessoais no interior da caserna, principalmente, a união entre carreira e relações pessoais, bem como, a hereditariedade na profissão. Ilustrando essa realidade temos três gerações de uma mesma família no exército brasileiro, como a Etchegoyen. Um núcleo familiar presente em questões políticas a começar nos levantes da década de 1920, Tenentismo, Revolução de 1930 e até mesmo na década de 1954 como integrante da Cruzada Democrática movimento que tentava retirar Vargas do poder. O Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional do governo Michel Temer, gaúcho de Cruz Alta, Sérgio Westphalen Etchegoyen. Neto de Alcides Etchegoyen e filho do, também, militar Léo Etchegoyen. Por fim, elaboramos uma ficha com todos os dados referentes a vida pessoal e profissional de cada um dos aspirantes-a-oficiais, ou seja, cem fichas.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Ética cristã, riqueza e poder: reflexões sobre a elite dirigente da cidade de Colônia na Idade Média tardia. In: XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2009. Fortaleza. Anais do ... Simpósio Nacional de História. Fortaleza: UFCE, 2009. v. 1. p. 1-12. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp?content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0936.pdf> Acesso em: 25/06/2017
- ABREU, Alzira Alves de et al.(Coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas de Survey. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BURKE, Peter. A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: UNESP, 1992
- BULST, N. Sobre o objeto e o método da prosopografia. Politeia: História e sociedade, v. 5, n.º 1, p. 47-67, 2005.
- CHARLE, Christophe. "A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas" In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Visões do Golpe: A memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.
- FERNANDES, Fátima Regina. A metodologia prosopográfica aplicada às fontes medievais: reflexões estruturais. História da historiografia. Minas Gerais, n.º 8, 2012, p. 11-21
- FIELD, Clive. Methodist Prosopography: Sources and Exemplars of Collective Biography in British Methodism. Disponível em <https://clivedfield.files.wordpress.com/2012/03/methodist?prosopography-published.pdf> Acesso em: 20 jun. 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 31 maio 2017.

HEINZ, Flavio M. Introdução. In: Por outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LALOUETTE, Jacqueline. Do exemplo à série: história da prosopografia. In: HEINZ, F. M. (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MONTEIRO, Livia Nascimento. Administrando o bem comum: Homens bons e a câmara de São João del Rei 1730-1760. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

STONE, Lawrence. Prosopografia. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n° 39, 2011, p.115-137.

TAVARES, Edson José. Prosopografia, Exames e Laudos Prosopográficos. ABRAPOL ed. 10, 2016, pp. 40-48.

TOMICH, Dale. A Ordem do Tempo Histórico: a Longue Durée e a Micro-História. Almanack. Guarulhos, n°2, 2011, p.38-51.

# DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE NO BRASIL: HISTÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Francisco de Paulo D'Avila Junior<sup>103</sup>

**Resumo:** A segunda metade do século XX trouxe para o debate público, a necessidade de pensar a insustentabilidade da vida no Planeta Terra, visto a interação cada vez mais predatória dos seres humanos com a natureza. Desde o ano de 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, o debate se ampliou, e diversos tratados internacionais foram elaborados na perspectiva da proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações. E cada vez mais, um meio ambiente saudável e equilibrado têm se construído como um direito humano fundamental, e que permeia todos os outros direitos já conquistados, inclusive o direito à vida. O presente texto propõe pensar a evolução do tema no Brasil, de um ponto de vista da história e da judicialização, levando em conta os desafios e as perspectivas para sua efetivação.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos; Legislação Ambiental; Estado Brasileiro; Sustentabilidade.

## 1. INTRODUÇÃO

Os Direitos Humanos são um conjunto de direitos e garantias destinados a toda e qualquer pessoa, independentemente de sua cor, idade, sexo, nacionalidade, religião ou qualquer outra distinção, e que buscam garantir, a liberdade, a justiça social, e principalmente o direito a uma vida digna. O Conceito de Direitos Humanos foi construído por milhares de anos pelas sociedades ao redor do Planeta, e ao longo do tempo, os diversos povos habitantes da Terra, tentaram entrar em acordo sobre quais seriam esses direitos fundamentais e inerentes a pessoa humana. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um acordo foi sacramentado a partir da elaboração pela Organização das Nações Unidas (ONU) da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

São muitos os direitos promulgados pela Declaração, como o direito à liberdade; o direito a educação; ao trabalho; ao amparo social; dentre tantos outros. Porém, foi somente em 1972 que o tema ambiental ganhou espaço através da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. Se os direitos humanos existem para serem usufruídos por todos os cidadãos, sem a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável o exercício pleno de tais direitos é afetado, assim como a qualidade de vida humana, e sua própria existência no Planeta. A constatação da estreita relação da proteção dos direitos humanos com a proteção do meio ambiente, nas últimas décadas, fez emergir um novo direito: o direito humano ao meio ambiente.

---

<sup>103</sup> Professor-artista-pesquisador licenciado em Teatro pela Universidade Federal de Pelotas/BR com mobilidade acadêmica no curso Estudos Artísticos da Universidade de Coimbra/PT. Atualmente cursa especialização em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB).

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, os países membros da ONU, através da elaboração de diversos encontros, debates e tratados, abordam o tema de uma perspectiva jurídica, criando e sancionando uma série de Leis que visam garantir esse direito tão importante. No Brasil, o Direito Ambiental avançou com a Política Nacional do Meio Ambiente, criada a partir da Lei 6.938 sancionada no ano de 1981, e em 1988, com a Constituição da República Federativa do Brasil, que dedica um capítulo próprio ao meio ambiente. Porém, mesmo assegurado por um aporte jurídico, e por diversos acordos internacionais, esse direito é constantemente posto em xeque, e ainda enfrenta uma série de dificuldades para sua efetivação.

O presente texto propõe um breve retrospecto histórico, relatando a evolução das discussões e da elaboração jurídica a nível internacional e também citando como o tema ambiental é abordado em documentos oficiais no Brasil. Com essa contextualização histórica e jurídica, perspectivas e desafios serão considerados, levando em conta as problemáticas que envolvem a sua não efetivação, tais como a rotina de crime, a violência e propostas de governo que são consideradas retrocessos ambientais. No final, uma reflexão sobre a importância da Educação Ambiental na conscientização e reflexão ecológica, e conseqüentemente, na construção de novas posturas, atitudes e valores sociais.

## **2. Breve recorte histórico mundial**

Enquanto os astronautas do voo histórico Apollo 8, com a ajuda do foguete Saturno V SA 503, viajavam pela órbita da Lua em 1968, aqui embaixo, os seres humanos se reuniam para discutir novas possibilidades de relação com o meio natural, levando em conta o avanço intenso da degradação ambiental em esfera global. O debate tomou impulso importante, em parte pela recente experiência da Segunda Guerra Mundial, e o medo de um novo tipo de poluição por radiação, mas também pela publicação em 1962 do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) de Rachel Carson. Os escritos foram um alerta público sobre o uso de pesticidas e sobre a poluição acelerada do ambiente natural.

A segunda metade do Século XX foi marcante no despertar dos seres humanos para os riscos da insustentabilidade da vida na Terra, e a preocupação em garantir o desenvolvimento sustentável, protegendo o meio ambiente para as atuais e futuras gerações, entrou definitivamente na agenda de países e organizações internacionais. Isto foi coroado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972. Logo no art. 1º da Declaração de Estocolmo observamos:

O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, pg. 1).

Como consequência do rápido progresso da ciência e tecnologia, desde a Revolução Industrial ocorrida no final do Século XVIII, a exploração exacerbada das riquezas naturais implicou impactos dramáticos na saúde e no equilíbrio ecológico do Planeta. A capacidade dos seres humanos de interferir no meio natural aumentou, em muitas formas e em escalas jamais vistas. Nesse ponto, é interessante observar que a defesa do meio ambiente, como destaca o documento, é fator essencial para o gozo de todos os direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida. A importância da Declaração de Estocolmo é destacada por Silva:

A Declaração de Estocolmo de 1972 abriu caminho para que as Constituições supervenientes reconhecessem o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito humano fundamental entre os direitos sociais do Homem, com sua característica de direitos a serem realizados e direitos a não serem perturbados. (SILVA, 2000, pg. 67).

Ainda em 1972, com a criação do United Nations Environment Programme (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) pelas Nações Unidas, a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável ganharam contornos mais definidos. O PNUMA é a autoridade máxima global na coordenação de ações internacionais, no que diz respeito a defesa do meio ambiente, sendo reconhecido, autorizado, e um dos programas mais antigos de dois órgãos da ONU, A Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social.

Desde então, o tema foi abordado em diversos atos internacionais subsequentes: Relatório Brundtland em 1987, Declaração do Rio de 1992, de Joanesburgo de 2002 (Rio+10) e do Rio de 2012 (Rio+20), A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima de 2015 (COP 21), sucedido pelo de Marrakech de 2016 (COP 22) e de Bonn de 2017 (COP 23), apenas para citar alguns instrumentos considerados relevantes para o ambientalismo global. No contexto internacional o Brasil sempre desempenhou destacado papel, e acabou por sediar eventos importantes nas últimas décadas.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992 e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida também como Rio+20, realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2013, foram dois desses eventos importantes e que aconteceram com objetivo de discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), por exemplo, foi aprovada a Declaração do Rio sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. A declaração foi assinada com outros dois documentos: Agenda 21 e a Declaração de princípios relativos às florestas. Além de ratificar os princípios estabelecidos na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, aprovada em Estocolmo em 16 de junho de 1972, estabeleceu 27 princípios básicos sobre o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de atingir acordos internacionais que respeitem e protejam o meio ambiente, e com equilíbrio garantir o desenvolvimento mundial.

### **3. Direito Ambiental no Brasil e a tutela constitucional**



O envolvimento das ciências jurídicas é importante na efetiva proteção do meio ambiente e preservação da vida na Terra. No Brasil, a legislação ambiental foi impulsionada por todas as tratativas elaboradas no contexto internacional, na medida em que a preocupação com a preservação ambiental deixou claro a necessidade de tutela do equilíbrio ambiental, como confere Benjamin:

Retrospectivamente e em favor da clareza didática, podemos identificar três momentos (mais modelos do que propriamente períodos) históricos na evolução legislativo-ambiental brasileira. Não se trata de fases históricas cristalinas, apartadas, delimitadas e mutuamente excludentes. Temos, em verdade, valorações ético-jurídicas do ambiente que, embora perceptivelmente diferenciadas na forma de entender e tratar a degradação ambiental e a própria natureza, são, no plano temporal, indissociáveis, já que funcionam por combinação e sobreposição parcial, em vez de substituição pura e simples. A interpenetração é sua marca, deparando-nos com modelos legais que convivem, lado a lado — o que não dizer harmonicamente —, não obstante suas diversas filiações históricas ou filosóficas, o que, em certa medida, amplia a complexidade da interpretação e implementação dos textos normativos em vigor. (BENJAMIN, 2011, pg. 41).

Para o jurista, as três fases que marcam a evolução histórica da proteção jurídica do ambiente natural no Brasil são: a) a fase da exploração desregrada; b) a fase fragmentária; e c) a fase holística. Na primeira fase, o descompromisso e omissão legislativa são as principais características. Na fase fragmentária, foram marcantes leis como o Código Florestal de 1965; a Lei de Responsabilidade por Danos Nucleares, de 1967, dentre outras. Nesta fase, existe uma preocupação dos legisladores com o meio ambiente, mas no sentido de categorias específicas, e não com o meio ambiente de forma integral. Isto só aconteceu, segundo o autor, na fase holística, inaugurada com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81).

Com a Lei 6.938/81, precisamente o que diz o Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, atendendo os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (BRASIL, 1981, pg. 1).

Com a modernização do Estado, e o avanço da industrialização, o Brasil viu crescer a exploração dos recursos naturais, e conseqüentemente a geração de resíduos. Nesse sentido, a PNMA surge com o propósito de fiscalizar a atuação de empresas, estabelecendo diretrizes para práticas de gerenciamento de atividades que interferem no meio ambiente. Com o objetivo de assegurar à população condições propícias para seu desenvolvimento social e econômico, a criação dessa lei foi uma

conquista importante, reconhecendo o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito humano fundamental.

Em 1988, o debate se consolidou com impactos constitucionais. Com a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil, o Capítulo VI do Título VIII – diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, pg. 64).

O Estado Brasileiro inovou ao dedicar um capítulo próprio ao Direito Ambiental, reconhecendo a necessidade de preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações e valorizando a diversa riqueza ecológica aqui presente. A Constituição atribui o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito a todos os brasileiros, e também como um dever, que está sob a tutela de todos, no que diz respeito a sua preservação.

Outro avanço importante foi a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), sendo este documento importante na abordagem do tema na esfera dos Direitos Humanos no País. O PNDH é um programa do <sup>Governo Federal do Brasil</sup>, e foi criado, com base no art. 84, inciso IV, da Constituição, pelo Decreto nº 1904 de 13 de maio de 1996. O objetivo do Programa, criado pelo Ministério da Justiça com a colaboração da sociedade civil, foi identificar os principais obstáculos na promoção aos direitos humanos. Além disto, o documento sugere um conjunto de propostas concretas para um efetivo cumprimento dos direitos humanos no Brasil. As propostas apresentadas, se forem debatidas no Congresso Nacional, podem se tornar Leis, e no momento existem 3 versões do documento. As versões I e II foram apresentadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso em 1996, e a versão III apresentada no Governo Lula em 2009.

No ano de 2009, o então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva assinou decreto modificando nove pontos do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Embora o tema ambiental seja de extrema importância, sendo o meio ambiente a base de toda a estrutura da espécie humana, foi apenas no PNDH-3 que o tema apareceu nos documentos elaborados pelo Programa Nacional de Direitos Humanos. O documento Ressalta que “a noção de desenvolvimento está sendo amadurecida como parte de um debate em curso na sociedade e no governo” (PNDH-3, 2009). O avanço do tema ambiental na construção do PNDH pode ser percebido na citação abaixo:

O PNDH-3 inova ao incorporar o meio ambiente saudável e as cidades sustentáveis como Direitos Humanos, propõe a inclusão do item "direitos ambientais" nos relatórios de monitoramento sobre Direitos Humanos e do item "Direitos Humanos" nos relatórios ambientais, assim como fomenta pesquisas de tecnologias socialmente inclusivas. (BRASIL, 2009, Diretriz 6).

A terceira versão do PNDH-3, incorpora uma nova perspectiva e constrói relação entre os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, “buscando a garantia do acesso ao trabalho, à saúde, à educação, à alimentação, à vida cultural,

à moradia adequada, à previdência, à assistência social e a um meio ambiente sustentável” (BRASIL, 2009, pg. 5).

Com base constitucional, e com reconhecimento na esfera dos direitos humanos, a legislação brasileira é considerada uma das mais completas e avançadas do mundo. Dentre as principais leis, além das já mencionadas, estão: Área de Proteção Ambiental (Lei 6.902 – 1981); Política Agrícola (Lei 8.171 – 1991); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433 – 1997); Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605 – 1998); Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985 – 2000); Novo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651 – 2012), só para citar algumas.

Todavia, mesmo com inúmeros avanços jurídicos, o direito ao meio ambiente é constantemente violado no Estado Brasileiro. Nos últimos anos, principalmente no Governo de Jair Messias Bolsonaro, percebemos um aumento na violência sofrida pelos povos nativos, na degradação da floresta amazônica e de outros biomas, e também a tentativa engajada do governo em revogar uma série de decretos, conquistados ao longo do tempo e que visam proteger o meio ambiente.

#### **4. Como o contexto do crime, da violência e da desigualdade agrava a efetivação do Direito Ambiental no Brasil**

##### **4.1 Povos nativos**

Antes da invasão dos portugueses, já existiam milhares de tribos indígenas espalhadas pelo território, com culturas distintas e que conviviam de forma harmoniosa com o meio natural. Em pleno século XXI esses povos continuam sendo dizimados, isto constatado, principalmente, na violência imposta na disputa por terras e o avanço da degradação das florestas e áreas de preservação. A Constituição da República reconhece a dívida histórica e a vulnerabilidade desses povos. Tal afirmação pode ser percebida no Capítulo VIII, do Art. 231, que abre o capítulo dedicado aos povos indígenas:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988, pg. 65).

A violência direcionada aos povos nativos do Brasil tem levado a morte diversos integrantes de tribos indígenas, que confrontam os invasores, seringueiros e arriscam suas vidas na defesa da natureza e de suas terras, garantidas por direito constitucional. O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2017, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), aponta 19 tipos de violência que os povos nativos sofrem. Dentre elas: violência contra o patrimônio, contra a pessoa e omissão do estado. A Funai (Fundação Nacional do Índio) é o órgão do

governo brasileiro responsável por fiscalizar, criar e implementar políticas públicas para estes povos.

Atualmente, a prática da grilagem têm sido um dos maiores desafios de diversos povos indígenas. A explosão de incêndios criminosos, principalmente na Amazônia e no Cerrado, com o objetivo de limpar grande áreas de mata para empreendimentos agropecuários, além de degradar o meio ambiente, coloca em risco a vida desses povos, e a preservação de áreas de proteção ambiental. O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil- Dados de 2019, aponta a falta de compromisso do Estado brasileiro para a demarcação de terras indígenas:

Cabe ressaltar que das 1.298 terras indígenas no Brasil, 829 (63%) apresentam alguma pendência do Estado para a finalização do seu processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Destas 829, um total de 536 terras (64%) não teve ainda nenhuma providência adotada pelo Estado. (CINI, 2019, pg. 4).

A violência contra o patrimônio ambiental indígena acontece de diversas formas, sendo as mais recorrentes: invasão, exploração ilegal de madeira/desmatamento, garimpo e exploração mineral, queimadas ilegais para criação de fazendas agropecuárias, pesca predatória, grilagem, contaminação da água e alimentos através de agrotóxicos, e exploração de rotas para o tráfico de drogas. A violência contra a pessoa também é recorrente, sendo as principais: abuso de poder, ameaça de morte, assassinatos, racismo, discriminação étnico cultural e violência sexual. E tudo isto acontecendo diante de uma omissão do Poder Público. As principais omissões dizem respeito a desassistência geral, desassistência na área de educação escolar indígena, desassistência na área de saúde, falta de fiscalização e ausência de punições.

## **4.2 Desigualdade Social**

A grande desigualdade em que o povo brasileiro é submetido também contribui para a não efetivação do direito ao meio ambiente equilibrado no país. A desigualdade social no Brasil é tão presente que se tornou uma das principais características deste país de dimensões continentais. Observa-se a desigualdade a partir de vários fatores, como a renda, o IDH, escolarização e acesso a serviços básicos como saúde, educação e saneamento. O saneamento, por exemplo, é um problema crônico, e que atinge em cheio os mais pobres. Segundo dados do Instituto Trata Brasil, apenas 38% do esgoto produzido no país é tratado. Todo o resto é devolvido para a natureza sem nenhum tipo de tratamento. Além de não tratar o esgoto, não há fiscalização para a qualidade da água na maioria dos municípios brasileiros.

A falta de acesso à água tratada e ao esgoto, combinado com um sistema de saúde precarizado, acaba por gerar uma série de doenças e epidemias, que em alguns casos o país não consegue controlar e tratar. Mesmo se tratando de um país rico ecologicamente, com a maior floresta do mundo, umas das maiores concentrações de água doce para consumo humano, e um grande território de terras agricultáveis, aqui impera uma desigualdade que coloca os mais pobres em péssimas condições de saúde e qualidade de vida. O rápido crescimento das cidades, de forma

massiva e desorganizada, impossibilitou um saneamento básico e gerenciamento de resíduos adequados ou pelo menos suficientes.

A alimentação dos brasileiros também é outro problema que dificulta a efetivação do direito ambiental, previsto na Constituição e assegurado no Programa Nacional de Direitos Humanos. O excesso de agrotóxicos, e o preço alto de produtos essenciais no cotidiano alimentar das famílias brasileiras, como é o caso do arroz, são exemplos disto. Por isso, a Greenpeace, organização independente e sem fins lucrativos, acredita e apoia a ideia da agroecologia. Segundo a organização:

Além de não usar agrotóxicos (o controle de pragas é feito de forma ecológica), a agroecologia respeita os processos da natureza e não provoca danos à água, ao solo e aos animais. Ela também leva a sério as relações de trabalho no campo, de forma que agricultoras e agricultores sejam remunerados de forma justa. (greenpeace.org.br).

Nesse sentido, se torna importante cobrar dos governantes, políticas públicas que incentivem a produção e o consumo de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, que valorizem a biodiversidade e a soberania alimentar. O desemprego e a exclusão de uma parcela grande de brasileiros dos processos econômicos contribuem para, segundo o Greenpeace, 10 milhões de pessoas viverem o fantasma da fome no país. E isso se torna ainda mais intolerável se pensarmos que o Brasil é líder global nas exportações, sendo considerado o “celeiro do mundo”.

#### **4.3 A busca por lucro e os retrocessos ambientais do Governo Bolsonaro**

Na história recente do Brasil identificamos dois acidentes (crimes) ambientais, considerados os mais devastadores da história do país. Em 05 de novembro de 2015, o rompimento da barragem (Fundão) da mineradora Samarco, que é controlada pela Vale e pela BHP Billiton devastou o Distrito de Bento Ribeiro em Mariana/MG e também promoveu impactos incalculáveis e irreversíveis, isto porque liberou cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração no espaço natural, principalmente no Rio Doce.

Já em Brumadinho, cidade localizada na região metropolitana de Belo Horizonte/MG, em 25 de janeiro de 2019, a cidade sofreu com uma tragédia que devastou o espaço natural e também matou 270 pessoas. A barragem 1 do Córrego do Feijão, administrada pela Vale se rompeu liberando uma enxurrada de lama, que segundo a própria Vale, foi um volume de 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos. No percurso das investigações, evidências apontaram que os responsáveis pelas barragens sabiam dos riscos, e mesmo assim não fizeram nada para evitar os rompimentos.

Desde a vitória de Jair Messias Bolsonaro na eleição presidencial de 2018, com seu mandato iniciado em janeiro de 2019, observamos uma série de medidas que são consideradas retrocessos ambientais. O governo Bolsonaro iniciou um verdadeiro desmonte ambiental, se aliou ao Agronegócio, e agiu de forma ineficaz sobre as queimadas na Amazônia, o que têm gerado uma pressão interna e também de outros países. Com o polêmico Ricardo Salles como ministro do meio ambiente, o Governo

tem tentado suspender uma série de emendas à Constituição, conquistadas ao longo das últimas décadas, e que servem de instrumentos de proteção ao meio ambiente.

O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 30 de agosto de 2019, identificou os primeiros vestígios de petróleo cru em Conde e Pitimbu, na Paraíba, o que seria o início de uma série de mais de 5.379,76 toneladas de resíduos na costa do litoral nordestino. O Governo recebeu duras críticas sobre a condução dessa que é considerada uma das maiores tragédias ambientais do país. Sem apontar os culpados, a Marinha do Brasil sugeriu que um navio grego, o Bouboulina, foi o responsável pelo derramamento do resíduo, que seria proveniente da Venezuela.

Ainda em 2019, depois de divulgar dados que demonstravam o crescimento do desmatamento da Amazônia, Marcos Pontes, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, decidiu exonerar o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, depois que o presidente Bolsonaro reclamou dos dados sobre o avanço do desmatamento. E desde então, uma série de retrocessos foram propostos. O afrouxamento de regras ambientais como a tentativa do Governo em revogar a resolução de nº 303, de 2002, que tratava da proteção dos manguezais, sendo de extrema importância para a conservação deste importante bioma.

As atitudes antiambientalistas do Governo acabam por contribuir para um isolamento do Brasil em relação aos outros países, construindo uma imagem negativa, e que por consequência pode afetar investimentos no país e promover uma instabilidade econômica. Depois que o ministro Salles tentou interferir na gestão do dinheiro do Fundo Amazônia, e através de um decreto dissolveu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA), a contribuição financeira de outros países na preservação da Amazônia foram canceladas. Um dos financiadores do fundo é a Noruega, que na época declarou não ter mais "fundamento jurídico e técnico" para realizar os repasses. Este embaraço diplomático paralisou R\$ 2,9 bilhões, valor que o Fundo possui e que deveriam estar sendo investidos em ações de preservação da floresta.

Esses dois crimes ambientais, e todos os ataques ao meio ambiente deflagrados pelo Governo Bolsonaro, contribuem para uma alteração negativa do meio ambiente, tal como a desestabilização da fauna e da flora, a poluição dos rios e mares, a contaminação dos lençóis freáticos, doenças, mortes e a deslocação de pessoas. Além disto, são exemplos brutais de más conduções, no que se refere a utilização de meios técnico-científicos, e nas conjurações de riscos ambientais, pelos tecnocratas do Estado e os multimilionários das indústrias, quase sempre movidos pelos princípios da economia de lucro.

## **5. A importância da Educação Ambiental**

Mesmo com o avanço dos novos meios técnico-científicos, um paradoxo se estabelece, na medida em que as forças sociais não conseguem se articular na utilização desses meios potencialmente capazes de resolver as problemáticas ambientais. Somados a isto somos constantemente esmagados pelas relações

econômicas dominantes e mentalmente manipulados pela produção de subjetividade coletiva da mídia. Mais do que nunca não podemos separar a natureza da cultura. O equivalente aos peixes mortos da ecologia ambiental são as pedras colocadas embaixo dos viadutos da cidade de São Paulo, impedindo que moradores de rua possam se abrigar e dormir. A deterioração das relações sociais é evidente e monstruosa.

Se é necessário reinventarmos a maneira de viver a partir daqui, pensando estratégias sob a ótica de uma ecologia ambiental e uma ecologia social, para Félix Guattari, é necessário também perceber as implicações de uma perspectiva ecosófica sobre a concepção da subjetividade. Não separando a ação sobre a psique, daquela sobre o social e o ambiental, é que se pode combater o empreendimento de alguns setores da sociedade, como a mídia e setores da política, “na infantilização da opinião e de neutralização destrutiva da democracia” (GUATTARI, 2012, pg.24). É nesse ponto que o autor propõe um engajamento de mediadores sociais de diversas instâncias:

Invocando paradigmas éticos, gostaria principalmente de sublinhar a responsabilidade e o necessário “engajamento” não somente dos operadores do “psi”, mas de todos aqueles que estão em posição de intervir nas instâncias psíquicas individuais e coletivas (através da educação, saúde, cultura, esporte, arte, mídia, moda etc.). (GUATTARI, 2012, pg. 21).

De acordo com Guattari, a educação está em posição de intervir no subconsciente, possibilitando novas possibilidades de leitura e prática do sujeito na sociedade. A educação, seja ela formal ou não, é um espaço muito importante na formação da pessoa humana, e na construção de atitudes, posturas e valores sociais. Nesta perspectiva, cabe pensar os processos de ensino-aprendizagem num viés ecológico, com a intenção de formar sujeitos mais conscientes ecologicamente, de forma global, contextualizada e Interdisciplinar.

A Educação Ambiental (EA) tem como referência maior a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Conferência de Tbilis), que aconteceu em Tbilisi, Geórgia, ex-União Soviética (URSS), com duração de treze dias no período de 14 a 26 de outubro de 1977. Para muitos pesquisadores tratou-se da continuação da Conferência de Estocolmo, ocorrida no ano de 1972, no entanto, concentrou a discussão dos problemas do meio ambiente imbricada ao processo educativo. A Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, dentre outras deliberações definiu que:

A educação ambiental tem por finalidade criar uma consciência, comportamentos e valores com vistas a conservar a biosfera, melhorar a qualidade de vida em todas as partes e salvaguardar os valores éticos, assim como o patrimônio cultural e natural, compreendendo os sítios históricos, as obras de arte, os monumentos e lugares de interesse artístico e arqueológico, o meio natural e humano, incluindo sua fauna e flora, e, os assentamentos humanos. (CIT, 1977, RECOMENDAÇÃO 7, p. 6).

A Conferência de Tbilis foi um marco, e destacou a importância da escola desde os anos iniciais, até a formação profissionalizante de indivíduos comprometidos com a questão ambiental. No Brasil, em 27 de abril de 1999 foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que estabelece diretrizes para a Educação Ambiental no país. Baseado nessa premissa o art. II da lei N 9.795 diz:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999, caput.1).

A Educação Ambiental propõe formar indivíduos conscientes e que se comprometam eticamente com a preservação dos recursos naturais, considerando o tema numa perspectiva global, ou seja abordando os seus aspectos políticos, sociais, econômicos e éticos. Portanto, ela vai além da ecologia, sendo está apenas um aspecto que constitui a Educação Ambiental. Segundo Talamoni e Sampaio, a Educação Ambiental não pode se restringir:

Ao ensino de ecologia e ao ensino de ciência; a educação ambiental é a ideia de que ela é um processo de construção da relação humana com o ambiente onde os princípios da responsabilidade, da autonomia, da democracia entre outros estejam presentes. (TALAMONI; SAMPAIO, 2003, p. 23).

Para que essa competência seja desenvolvida no ambiente escolar, são necessários investimento na escola e na formação continuada do corpo docente, assim como a valorização da pesquisa, ciência e tecnologia. No entanto, a nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que foi aprovada no final de 2018 e na qual a Educação Ambiental não está contemplada, provoca implicações sérias no futuro da Educação Ambiental no ensino formal.

## **6. Considerações finais**

A Revolução Industrial é o marco desencadeador de uma sociedade fundada no consumo. E o consumo exacerbado aumentou uma pressão cada vez maior nos recursos naturais, o que por sua vez ameaça o equilíbrio do meio ambiente e a sobrevivência da vida no Planeta. Surge então a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento econômico tradicionais, por uma nova prática que agregue a noção de sustentabilidade. Uma elaboração a partir da união das áreas do conhecimento científico, técnico e jurídico, valorizando também os conhecimentos das comunidades tradicionais.

Mesmo assegurado pela Constituição, e pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, o direito humano ao meio ambiente vem sendo constantemente violado no Brasil, seja pelo descompromisso da iniciativa privada, acarretando acidentes ambientais graves como a morte do Rio Doce em Mariana em 2015, ou por Emendas à Constituição, propostas por Governos e que são consideradas retrocessos ambientais. Os povos nativos dizimados, a água desperdiçada, as florestas desmatadas e queimadas, o ar e os mares poluídos, populações sem acesso a esgoto e água potável, e uma série de injustiças sociais são componentes da não efetivação do direito ao meio ambiente equilibrado no Brasil.

Em comum acordo com o documento, originado na 11ª Conferência de Direitos Humanos realizada no ano de 2008, entende-se a necessidade de construção de políticas públicas de curto e longo prazo para a conquista de uma igualdade socioeconômica. O Brasil precisa pensar um modelo de desenvolvimento econômico, que garanta a distribuição de renda no país, diminuindo os impactos desse crescimento econômico no meio ambiente, a fim de protegê-lo.

Por fim, a Sustentabilidade deve ser uma política de Estado e não de Governo, e essas questões devem fazer parte do debate político a níveis locais e nacionais. A



Educação torna-se aliada importante na conscientização, sensibilização, informação e formação de uma nova subjetividade sobre a nossa relação com a natureza. São necessários mais recursos e investimentos para que a Educação Ambiental possa ser melhor desenvolvida em todos os níveis da escolarização.

## Referências

BENJAMIN, Antonio Herman V. **Introdução ao direito ambiental brasileiro**. In: Doutrinas Essenciais de Direito Ambiental. V. I. Organizadores: MACHADO, Paulo Affonso; MILARÉ, Édis. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas: Papyrus, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

TALAMONI, Jandira L. B.; SAMPAIO, Aloísio Costa. **Educação ambiental: da prática pedagógica à cidadania**. São Paulo: Escritura, 2003.

**BRASIL. Constituição de (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

**BRASIL. PNEA. LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**. Brasília-DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 21/03/2021.

**BRASIL. PNDH-3. DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm). Acesso em: 01/04/2021.

**BRASIL. PNMA. LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,Lei%2C%20com%20fundamento%20no%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,Lei%2C%20com%20fundamento%20no%20art). Acesso em: 01/04/2021.

CINI- Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados 2019**. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: 25/04/2021.

GEÓRGIA, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). **Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental**. Disponível em: [http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/EA\\_DocOficiais.pdf](http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/EA_DocOficiais.pdf). Acesso em: 16/05/2021.

GREENPEACE BRASIL. **Gente é pra brilhar e não morrer de fome**. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/gente-e-pra-brilhar-nao-pra-morrer-de-fome/>. Acesso em: 24/04/2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano – 1972**. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos: Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em: 23/04/2021.

Revista em Discussão. Edição nº 23. **Brasil não trata a maior parte do esgoto urbano**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/escassez-de-agua/materia.html?materia=brasil-nao-trata-a-maior-parte-do-esgoto->

urbano.html#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Instituto%20Trata,monitoravam%20a%20qualidade%20da%20%C3%A1gu

<sup>a</sup>. Acesso em: 21/04/2021.

# CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ, UMA EXPERIÊNCIA DE CONTROLE DA MIGRAÇÃO DOS SERTANEJOS AFETADOS PELA A SECA.

Francisco Wemerson da Silva Ferreira<sup>104</sup>

**Resumo:** Ao se falar em “Campos de concentração”, a primeira ideia que vem à mente é referente aos locais que os nazistas utilizavam como forma de aprisionamentos dos judeus, gays, comunistas e opositores políticos, porém, o nordeste brasileiro também já teve uma experiência com as concentrações, embora com uma ênfase um tanto diferente. No Estado do Ceará, os campos eram utilizados como forma de impedir que os retirantes da seca migrassem para a capital Fortaleza ou para outros estados.

**Palavras-chave:** Campos de concentração, Ceará, Nordeste, seca, retirantes.

## INTRODUÇÃO

Durante a Segunda Guerra Mundial ocorrida entre os anos de 1939-1945, os campos de concentração nazista foram usados para o aprisionamento, a tortura e o assassinato de diversos judeus, gays, comunistas e aqueles que se opunham ao regime. Porém, bem antes, ainda no ano 1915, o nordeste brasileiro já experimentava algo bem próximo. Acontece que no Estado do Ceará, os campos foram construídos para impedir que os atingidos pela seca migrassem para a capital ou até mesmo para outros estados, visto que esta era uma prática comum em outros períodos de seca. As regiões mais procuradas pelos sertanejos era a Amazônia – iludidos pelo possível lucro advindo da extração do látex e que era usado na produção da borracha; ou São Paulo – que neste período já se apresentava como um local promissor na busca de empregos.

O professor campo-maiorense Joaquim Luis Cantuário, em seu livro *Quinze a Quinze* (2018), expõe a seca como um fenômeno da natureza e que por esse motivo seria impossível de ser combatido, o que estaria ao nosso alcance seria criar métodos para a convivência com ela, de forma a evitar o máximo de prejuízos possíveis. Há registros do fenômeno na região Nordeste desde o princípio da colonização portuguesa, o que pode ser observado através de documento oficial enviado a corte pelo padre Antonio Pires ainda no ano de 1552, como fora exposto por Marco Antonio Villa em sua obra *Vida e Morte no Sertão* (2001):

o primeiro registro da ocorrência de seca nos documentos portugueses é de 1552, três anos após a Chegada do primeiro governador-geral, Tomé de Souza. Segundo menção do padre Antonio Pires: “Em Pernambuco havia quatro ou cinco anos que não chovia”. (VILLA, 2001, P. 17).

A obra ainda apresenta o testemunho do jesuíta Fernão Cardim, que descreve a ocorrência da seca ocorrida no ano de 1583 na província de Pernambuco,

---

<sup>104</sup> Graduando em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Heróis do Jenipapo – Campo Maior-PI. E-mail: wemerson537@gmail.com.

apresentando mais detalhes sobre o fenômeno. A descrição do jesuíta vai de encontro com a tese levantada pelo autor de que a movimentação dos indígenas estivesse possivelmente ligada a ausência das chuvas e improdutividade do solo:

O jesuíta Fernão Cardim foi o primeiro cronista a descrever com mais detalhes o efeito de uma seca, ocorrida no século XVI, que atingiu até o litoral de Pernambuco: no “ano de 1583 houve tão grande seca e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d’água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos 4 ou 5 mil índios. Porém, passado aquele trabalho da fome, os que puderam se tornaram ao sertão, exceto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade”. (VILLA, 2001, P. 17-18).

Na seca ocorrida entre os anos de 1877-1879, o fenômeno chegou a causar efeitos catastróficos na região em que o Ceará está geograficamente situado, o governo estadual foi autorizado a distribuir passagens aos sertanejos para se descolarem a outros estados. De início, a ideia foi bastante aceita pela elite fortalezense, que já se incomodava pelo fato de ter que dividir seu território com os sertanejos, mas, ao perceberem que os outros estados estavam sendo beneficiados por recursos federais pelo fato de receber esses flagelados, a classe política passou a pensar em um modo de, ao mesmo tempo em que se evitava o deslocamento dos atingidos para outras regiões, também se evitasse os possíveis confrontos e a insatisfação da elite.

Além disso, Villa ainda alerta sobre a crise na venda da borracha na região amazônica – que era um dos principais destinos dos atingidos pela seca – ocasionada pela expansão da produção do produto pelos asiáticos. Somado a isso, o autor ainda complementa argumentando sobre a queda de 13,7% na exportação da borracha entre o período de 1901-1910 a 1914-1918.

A presença dos retirantes na cidade incomodava tanto a elite de Fortaleza – que viam a presença desses retirantes na capital como uma ameaça pelo estado de mendicância que se instalava no centro urbano –, como também os poucos proprietários de fazendas que ainda resistiam aos efeitos da seca, pois durante o trajeto que os retirantes realizavam até a capital, se viam obrigados a invadir as propriedades em busca de água e alimentos para o consumo, constantemente eram divulgados nos jornais da época a ocorrência de furtos de animais.

No filme o Quinze, dirigido por Jurandir de Oliveira – baseado no livro O Quinze, escrito por Raquel de Queiroz –, o personagem Chico Bento, interpretado pelo próprio diretor, acaba matando uma cabra que encontra no caminho para saciar a fome de sua família. O proprietário acaba descobrindo o ocorrido e encontrando o casal quando estavam cometendo o abate, o dono então recolheu o animal e, após Chico Bento muito implorar alegando o seu estado e a quantidade de filho que tinha para alimentar, deixa ainda as vísceras para a família.

Mesmo sendo uma experiência que aconteceu no Brasil, muitos brasileiros não têm conhecimento sobre o ocorrido, isso se dá, principalmente pelo fato do assunto não ser difundido nas escolas, que ainda se ocupam em valorizar os grandes acontecimentos, os grandes heróis, mesmo que tão distantes da realidade do aluno, enfim, a temática não está inclusa nos currículos de ensino. Isso acontece porque o ensino de história nas escolas brasileiras ainda está um tanto ligado a uma abordagem histórica tradicional, que foca nos temas que mais interessam para a elite. Embora que a partir da década de 1960, Edward Thompson já tenha proposto uma abordagem que incluísse o estudo das massas populares, através da corrente historiográfica

denominada de História vista por baixo. No entanto, é importante frisar que no mesmo período instalava-se no Brasil o Regime Militar, que reduziu os direitos nas mais variadas áreas. Os defensores de uma educação mais ampla apoiavam-se nos princípios defendidos pelas teorias marxistas e pela Escola dos Annales. Segundo João Paulo Coelho Pereira, Marcos Pereira Coelho e Vanessa Alves Bertolleti, este período foi caracterizado por uma crítica ao que era ensinado pelos professores que se dedicavam a história, os autores explicam que as pesquisas de cunho histórico-sociais

Ganha maior espaço um discurso que buscava contemplar o indivíduo excluído, a partir de uma totalidade social, que em sua condição adversa contribuiu para a constituição do país. (COELHO; COELHO; BERTOLLETI, 2009, p. 07)

## O FENÔMENO DA SECA

A seca na região Nordeste é um fenômeno constante, de tempos em tempos são registradas ocorrências de estiagem pelo sertão nordestino, causando impactos sociais, econômico e ambientais, principalmente para aqueles que vivem nas regiões semiáridas, por possuir um clima mais quente e com menos índices de chuvas. Diversas pessoas morreram por efeitos relacionados a seca. Isso se dá principalmente pelo fato de a região estar localizada entre a linha do Equador e o trópico de Capricórnio – que são linhas imaginárias que influenciam nas estações do ano. Por estar localizada mais ao centro do globo terrestre, a região Nordeste, tende a receber mais luz solar, o que ocasiona em altas temperaturas durante todo o ano. Dificilmente vai ocorrer uma seca que abranja toda a região no mesmo período e da mesma forma. O Estado do Piauí, por exemplo, mesmo estando localizado na região Nordeste, também já chegou a ser o destino para muitos retirantes da seca, principalmente vindos do Ceará. (VILLA, 2006, p. 55)

No livro Geografia do Nordeste, Rocha [et al.] apresenta 04 diferentes climas na região, identificando o tipo de vegetação de cada um e o local em que está mais presente, são eles: o **Clima Equatorial Úmido** – “apresentando médias térmicas elevadas que variam entre 25 e 28 °C, pequena amplitude térmica anual e chuvas abundantes e bem distribuídas durante o ano”, encontrada em uma área restrita do Maranhão e com uma vegetação mais próxima da Floresta Amazônica. **Tropical** – apresenta duas estações bem definidas, o verão e o inverno, possuindo manchas de Cerrado e da Mata dos Cocais, é bastante presente nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí. **Tropical Semiárido** – “É marcado pela irregularidade das massas de ar, sendo caracterizado por médias de temperatura muito elevadas, em torno de 28 °C, e por chuvas escassas e irregulares.” Está localizado na região central, conhecido como Sertão nordestino e a vegetação mais típica é a Caatinga. E por último o **Clima Litorâneo Úmido** – caracterizado pela ocorrência de chuvas frontais, ocasionadas pelo encontro de massas de ar tropical atlântico. Ocorre entre o Litoral da Bahia e do Rio Grande do Norte, com a vegetação mais próxima da Mata Atlântica e da Floresta Tropical.

## A CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO

Não obstante, nem sempre o pobre ocupa o lugar previsto. Na luta por lugares dentro de uma cidade, o pobre confronta-se com as autoridades, obrigando-as a fazer constantes remodelações. A cidade se constrói menos pelo

planejamento idealizado e mais pelos embates e conflitos. As tentativas de fixação do flagelado no Sertão não tinham um êxito completo. Muitos retirantes chegaram à cidade e, além disso, não voltaram para o interior, apesar da distribuição de passagens e sementes. (RIOS, 2014, p. 87)

Entre 1914 e 1918 as atenções globais estavam voltadas para a Primeira Guerra Mundial, iniciada principalmente pelos conflitos que envolviam a expansão territorial dos impérios. Enquanto isso, o Nordeste brasileiro era castigado pelos efeitos da seca de 1915, que já pôde ser sentida ainda no ano de 1914, pois a seca é um fenômeno que se dá a longo prazo, por exemplo, se em um determinado ano o período chuvoso não é tão promissor (mesmo que não seja tão desfavorável) e no posterior os resultados se mantenham ou piorem, os primeiros efeitos da seca já podem ser sentidos e se no terceiro ano consecutivo a estiagem continuar a tendência é que se instale um estado alarmante de seca, é claro que outros fatores também estão inseridos, mas este exemplo sintetiza, mesmo que de forma um tanto generalizada, a ocorrência do fenômeno.

A década de 1870 proporcionou uma reconfiguração na convivência do sertanejo com a seca, a migração se tornou uma estratégia de sobrevivência. A debandada se dava pela improdutividade do solo, a escassez de água, assim também como a falta de alimentos para o consumo, pois muitos animais já estavam morrendo, os cereais cultivados já não vingavam, enfim, os sertanejos não viam condições para a sua permanência. Tudo isso motivou os flagelados a procurarem abrigo em Fortaleza. No livro *Os sertões*, um clássico da literatura brasileira, Euclides da Cunha expõe a gravidade do problema e como o sertanejo a vivência:

A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos. Enfrenta-a, estóico. Apesar das dolorosas tradições que conhece por um sem-número de terríveis episódios, alimenta a todo o transe esperanças de uma resistência impossível. (CUNHA, 2020, p. 78)

Dessa forma, portanto, os flagelados eram obrigados a se retirar de suas terras, abandonando os seus lares e os seus sonhos em busca da sobrevivência, muitos tinham a esperança e o desejo de retornarem a suas terras o quanto antes fosse possível, a espera teria fim com o início das chuvas, já para alguns outros, temerosos pela ocorrência de uma nova seca, já iam com a intenção de construir/ reconstruir uma vida na capital, abandonando toda uma experiência, costumes e tradições. Durante a seca de 1877-1879 Fortaleza passou a receber grande número de retirantes, fosse do próprio estado ou até mesmo de outros, como do Rio Grande do Norte, o trajeto realizado pelos flagelados até a capital se dava, principalmente pela Estrada de Ferro de Baturité, que havia sido construída naquela década e que ligava o município de Crato à capital, cortando o Estado do Ceará de norte a sul. Pra se ter uma ideia, Fortaleza possuía uma população em torno de 30 mil habitantes, mas após o período esse número foi alterado para cerca de 139 mil, com um aumento populacional próximo a 100 mil habitantes. O espaço geográfico que constituía Fortaleza não estava mais suportando a quantidade de retirantes que estava recebendo, muito menos o poder público tinha condições para garantir os serviços básicos assistenciais a este volume de pessoas, somado a isto, as ocorrências de assaltos e conflitos só aumentavam, o que fez com que os governantes optassem por remanejar os flagelados para outros estados, concedendo passagens gratuitas. Foi também durante este período que iniciaram as frentes de trabalho emergenciais, que tinham como objetivo empregar os sertanejos em obras de socorro, como a

construção de estradas, poços artesanais, açudes, enfim, era uma variedade de serviços que garantiam aos trabalhadores uma condição básica para o sustento de suas famílias. Porém, não tinha como empregar todos esses retirantes.

De início, a ideia de conceder passagens foi bastante apoiada tanto pela elite fortalezense, como também pela classe política, devido ao fato de estarem incomodados com a presença dos sertanejos na capital. Porém, durante a seca de 1915, os administradores passaram a ver a situação por um viés ganancioso, pois ao perceberem que a distribuição das passagens estava ocasionando tanto na perda da mão de obra e da população do estado, como também a vinda de recursos federais, que eram enviados aos demais estados que recebiam os flagelados como forma de possibilitar o assistencialismo aos mesmos.

Com isso, buscou-se uma outra forma para impedir a sobrecarga habitacional em Fortaleza, mas também sem se desfazer dos recursos federais e da mão de obra. A solução encontrada foi a construção de um campo de concentração, com a proposta de concentrar os retirantes em um único local que, segundo os administradores, facilitaria a distribuição de comida e água apropriada para o consumo, assim também como permitiria um tratamento mais humanitário. Mas tudo isso não saiu do imaginário dos responsáveis, pois foram muitos os casos de morte, seja por ocasião da fome, ou mesmo por doenças sanitárias, isso se deu principalmente pela quantidade de concentrados que era acima do ideal, levado em conta as medidas do campo.

Dessa forma, portanto, em 1915, o então governador da época Benjamin Liberato Barroso optou pela criação do primeiro campo de concentração no Ceará, que foi construído no Alagadiço, que é conhecido atualmente como bairro São Gerardo, em Fortaleza. Denominado inicialmente como Campo do Alagadiço, mas que depois teve o seu nome alterado para Otávio Bonfim, o campo chegou a abrigar algo próximo a 8 mil sertanejos.

Em artigo publicado em 1995, Frederico de Castro Neves expõe as condições a que os sertanejos foram expostos no referido campo:

Enfim, em resumo, o Campo de Concentração do Alagadiço aglomerou num terreno “cercado e arborizado” milhares de pessoas num ambiente de poucas instalações físicas e piores condições sanitárias, onde os números da morte também se concentraram: em geral, era mais fácil morrer no campo do que fora dele! Os observadores parecem concordar que “nada mais repugnante e contrario as regras mais elementares da higiene e caridade do que o Campo de Concentração dos retirantes do Alagadiço em 1915”. (NEVES, 1995, p. 08)

A partir do relato de Neves é possível perceber que, diferentemente dos demais campos construídos em 1932, o de Alagadiço era bem simples, era uma área cercada, e que pior que as condições físicas, eram as condições sanitárias do local. O campo foi destruído logo nas primeiras chuvas do ano de 1916. Em 1919, outra seca atinge o estado, mas sem apresentar os mesmos efeitos.

Figura 1 - Famílias que sofriam com a seca no interior do Ceará eram mantidas em campos de concentração para evitar que elas chegassem a Fortaleza



Foto: Kênia Sousa Rios/ G1 – Verdes Mares.

Na imagem acima pode ser observado quanto ao volume de concentrados, que embora a imagem apresente uma profundidade, que representaria a dimensão do campo, não é suficiente para a alta quantidade de flagelados. Por serem famílias inteiras que se retiravam da seca, nota-se também a presença maciça de crianças. No romance *o Quinze*, Raquel de Queiroz aborda um ponto importante no deslocamento dos atingidos pela seca, que seria quanto a morte de Josias, o filho mais novo do casal Chico Bento e Cordulina, que após consumir um pedaço de mandioca crua que encontrara em uma plantação localizada no trajeto que realizavam. Na mandioca é encontrado a manipueira, que possui um ácido cianídrico que é venenoso e nocivo para a saúde humana e animal, portanto, o legume estando cru é inapropriado para o consumo, para transformá-lo em alimento consumível é necessário uma série de procedimentos e espera. Durante o percurso diversas pessoas morreram acometidas pelos efeitos da seca, de sede ou em decorrência da fome, em sua maioria estavam as crianças e adolescentes, por ainda não possuírem o mesmo nível de resistência que os adultos já detinham, que resultado de experiências de outras estiagens já vivenciadas. As casas que aparecem ao fundo possivelmente eram os locais de armazenamento e preparo dos alimentos e, também, onde ficavam os administradores.



Figura 2 - Famílias que sofriam com a seca no interior do Ceará eram mantidas em campos de concentração para evitar que elas chegassem a Fortaleza



Foto: Museu de imagens

A imagem acima mostra vítimas da seca, entre adultos e crianças, deitados ao chão nas margens da linha de ferro de Baturité, que dava acesso à cidade de Senador Pompeu, onde estava localizado o campo de concentração de Patu. Essa era uma realidade bastante comum para muitos dos retirantes que buscavam melhores condições de vida e que acabavam não alcançando o destino, morrendo sem se quer ter direito a um enterro. Logo mais à frente está uma família aparentemente com 03 pessoas se locomovendo pelos trilhos por meio de um Trolley – equipamento utilizado para operações e manutenção nas ferrovias – esse, possivelmente, já estejam de mudança definitiva, pois estão levando consigo algumas bagagens.

### **1932: O PROBLEMA É O MESMO, A SOLUÇÃO TAMBÉM**

No ano de 1931 o inverno não trouxe o volume de chuvas esperado, mesmo assim os sertanejos se mantiveram em suas regiões de origem, com exceção de uma

minoria, que temendo problemas ainda maiores, optou pela migração. Devido ao volume de chuvas apresentado no ano anterior, e a permanência da escassez de água, em 1932 outra seca volta a apavorar a população cearense e a causar estragos ainda maiores. A partir do mês de março já era grande o número de retirantes que se deslocavam para a capital, o que chegou a preocupar os gestores, que apreensivos, novamente apontaram a construção de mais campos de concentração como a solução para evitar o amontoamento de retirantes na capital, desta vez construídos em um número maior, assim também como em outras cidades do estado. Ao todo foram erguidos 06 campos: o de Burity – em Crato; o de Quixeramobim – em Quixeramobim; o de Patu – em Senador Pompeu; o de Cariús – em São Matheus (cidade esta que posteriormente mudaria seu nome para Cariús, o mesmo nome do campo); o de Ipú – em Ipú; e o de Urubu – em Fortaleza. Com exceção de Cariús, os demais campos foram construídos estrategicamente em locais com alto fluxo nas estações ferroviárias, que era o principal meio de transporte para os retirantes que tinham como destino a capital. No caso da concentração de Urubu, fora instalada próximo da estação de Fortaleza para o caso dos retirantes que conseguissem acesso aos trens ou aqueles que optassem por seguir caminho a pé.

Figura 3 – Campo de Concentração de Patu, em Senador Pompeu - CE



Foto: Camila Lima/SVM

A imagem acima é referente ao campo de Patu, localizado no município de Senador Pompeu, por serem locais provisórios, após o período de seca, foram remanejados para outras funções ou destruídos, o único que ainda resta, mesmo que em ruínas, é o de Patu, que foi tombado no ano de 2019. Este era possivelmente o local destinado aos administradores do campo.

Os Campos de Concentração eram os locais onde os retirantes eram presos e impedidos de viajar para a capital ou para outros estados, sendo submetidos a uma condição desumana, embora a informação repassada pelos gestores era que os locais

eram um meio de garantir assistência médica e alimentícia para os retirantes. Após entrarem nas concentrações só era permitida a saída se fosse para um outro campo ou em caso de convocação para o trabalho emergencial nas frentes de trabalho – que eram as obras de combate aos efeitos da seca – ou nas obras de embelezamento da capital, pois contraditoriamente este foi um dos períodos que Fortaleza mais se desenvolveu no que se refere a paisagem de sua urbe. Quanto a isso a historiadora Kenia Rios relata:

Como foi visto, Fortaleza vivenciou, nesse ano de 1932, um significativo desenvolvimento. Antes de mencionar que tudo isso ocorria apesar da seca é importante observar que tudo acontecia, em certa medida, por causa da seca. Como foi ressaltado anteriormente, a utilização dessa mão de obra edificou obras paralisadas ou jamais iniciadas. Desse modo, o dinheiro dispensado nos Campos de Concentração, sem retorno lucrativo para o Estado, começou a ser questionado. (RIOS, 2014, p. 88)

Dentre os concentrados eram selecionados alguns para exercerem a função de guardas que eram encarregados pela vigilância e controle do local, muitos acabavam se empolgando e empreendendo em seus companheiros atos de crueldade, muitos eram punidos, pois dentro de alguns campos havia locais específicos para o castigo dos desordeiros. No campo de Urubu, os rebeldes recebiam um tratamento diferenciado dos demais campos, pois os casos de desordens eram levados diretamente para a delegacia e, dependendo do caso, o concentrado poderia ser até preso.

Além dos trabalhos de combate aos efeitos da seca, os flagelados também exerciam algumas atividades dentro do próprio campo, como por exemplo: os trabalhos na olaria, de carpintaria, alfaiataria, funilaria e barbearia. Muitos desses serviços era em favor do próprio campo, mesmo assim os trabalhadores que se destacavam na execução do trabalho eram recompensados através do aumento da quantidade da comida fornecida.

Nos campos também foram erguidas capelas, que eram locais onde, além das orações, também aconteciam batizados e casamentos, sendo que o matrimônio entre os sertanejos não era uma prática comum, devido a distância até a cidade, que era onde se encontrava o padre.

Os concentrados se referiam aos campos como “Currais do Governo”, pelas semelhanças que estes apresentavam em comparação aos currais onde o gado é cercado, fosse para o abate, fosse para amansar o recém-chegado ou até mesmo para o animal ter a cria, no caso da vaca.

Entre as medidas adotadas no campo, estava a raspagem dos cabelos dos homens, como forma de evitar a presença indesejada de piolhos, o que era estranho, pois só os homens eram submetidos a esta prática, a iniciativa não era recebida de maneira positiva pelos sertanejos, onde muitos tentavam, da forma que podiam, resistir ao corte.

Segundo dados apurados pela Universidade Regional do Cariri (URCA) no ano de 2017, o número total de retirantes que foram concentrados pelos campos no estado do Ceará era algo em torno de 73 mil pessoas, sendo que o campo que apresentou o maior número de concentrados foi o de Cariús, com cerca de 28 mil, o que abrigou menos foi o de Fortaleza, com cerca de 1.800 flagelados. Os dados são referentes aos campos construídos em 1932. Um detalhe importante é que a pretensão inicial era para abrigar algo em torno de 3 mil pessoas, mas a maioria abrigava um número extremamente acima do previsto.



Desde o ano de 1982 é realizada a “Caminhada da seca”, ato que acontece no mês de novembro em homenagem às vítimas do campo de concentração de Patu, localizado em Senador Pompeu, onde uma leva de pessoas saem do centro da cidade até o cemitério simbólico do açude de Patu. No final da caminhada é celebrada uma missa.

Figura 4 – Ato de devoção aos mortos no campo de Senador Pompeu - CE



Fonte: El País

Uma prática comum que é realizada na chegada dos romeiros ao cemitério dedicado aos falecidos no campo de Patu, é depositar pães e velas sobre a representação dos túmulos e jogar água no local que chamam de “campo santo”, a prática se dá pelo fato de as vítimas morrerem de fome e pelos efeitos da seca, no caso o pão representava o alimento e a água seria para molhar a terra, que estando seca, se tornara improdutiva e ocasionara a morte de milhares de pessoas. Em tempos que antecedem a realização da primeira caminhada, o local era tido pelos moradores como assombrado. Foi a partir de 1982 que o padre Albino Donatti deu início ao ato de oração em favor das almas dos falecidos.

Em um artigo publicado durante o XXVII Simpósio Nacional de História, realizado pela ANPUH em 2013, a pesquisadora Solange Ramos de Andrade explica como ocorre a crença popular em personalidades que sofreram em vida e que após a

morte Ihe é solicitado pelos devotos a intercessão para com a divindade superior, adorada pelos católicos, mesmo que este ainda não tenha processo de canonização e reconhecimento pela igreja católica.

A religiosidade católica se caracteriza pela necessidade de buscar a proximidade do sagrado num plano mais humano, mais próximo de sua realidade, de suas paixões e de seus sentimentos oportunizando ao devoto solicitar a alguém que tenha experimentado uma existência humana, interceda a seu favor junto a uma divindade distante. Uma prática que, dependendo do momento histórico, a instituição eclesiástica atacou quando considerou reflexo de crenças pagãs ou favoreceu enquanto estratégia de conversão. (ANDRADE, 2013, p. 05)

## Conclusão

A classe política de Fortaleza defendia nos jornais da época um discurso de que a construção dos campos de concentração teria como objetivo garantir assistência básica aos retirantes, porém, camuflada a este discurso, estão inseridos uma série de outros fatores que provam que a real intenção dos governantes não era bem essa (ou só essa). Na verdade, como pode ser observado, a real ideia era impedir que os sertanejos se deslocassem para a capital, possivelmente para que se evitasse o contato destes com a elite local, que se via ameaçada e descontente com a presença dos retirantes pela cidade. Mas se a intenção era assistir os prejudicados pela, por que em secas anteriores isso não aconteceu? Por que durante a seca de 1877-1879 a solução encontrada foi enviar os sertanejos para outros estados? Esses questionamentos nos fazem perceber que o propósito dos campos estava mais voltado para exclusão social, mesmo que indiretamente.

Mas, a seca de 1915 trouxe um ponto positivo para Fortaleza, talvez tenha sido o período em que a capital mais se desenvolveu, quando levado em consideração o curto espaço temporal, assim também como o fato de a visão política estar mais voltada para os estados de São Paulo e Minas Gerais, em um momento em que estava instalado no Brasil a Política do Café com Leite, que por só eleger presidentes que fossem de ambos os referidos estados. É contraditório pensar que, em um momento delicado em que diversas pessoas estavam sendo afetadas pela seca, os recursos ganharam um viés diferente do que deveria (a assistências aos flagelados), mesmo que diversos sertanejos foram empregados nas obras públicas, a verba poderia ser usada mais diretamente, de forma a beneficiar um volume maior de atingidos, visto que nem todos eram chamados para o trabalho.

## REFERÊNCIAS:

CANTUÁRIO, Joaquim Luis. **Quinze a quinze**: seca e miséria; ganância e espoliação; fé e esperança; o mapa do sertão. Edição do autor, Campo Maior, 2018. 206 p. il.  
RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 144 p. (Estudos da Pós-Graduação). Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10380>. Acesso em: 27 de março de 2021

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. Editora Ática, 2001, 269 p.

**O QUINZE**. Longa metragem. Direção, roteiro, montagem, elenco: Jurandir Oliveira, 2007. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Uu1i1U4EiPc>> Acesso em 17 de maio de 2021.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 114<sup>a</sup> ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 2020, 207 p.

BURKE, Peter. **A Escrita a história**: novas perspectivas / Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. - (Biblioteca básica).

COELHO, João Paulo Pereira; COELHO, Marcos Pereira; BERTOLLETI, Vanessa Alves. **UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: REGIME MILITAR (1968-1972) E CONSERVADORISMO PEDAGÓGICO**. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2631\\_1897.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2631_1897.pdf) Acesso em 19 de maio de 2021.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. – 2. ed. – Jandira, SP: Principis, 2020. 368 p.

NEVES, Frederico de Castro. **Curral dos Bárbaros**: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932) Rev. Bras. de Hist., São Paulo, v. 15, nº 29, pp. 93-122, 1995.

NASCIMENTO, Thatiany. **Campo de concentração onde 'flagelados da seca' eram aprisionados é tombado no Ceará**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/07/20/campo-de-concentracao-onde-flagelados-da-seca-eram-aprisionados-e-tombado-no-ceara.ghtml> Acesso em 20 de maio de 2021.

**Trópicos, meridianos e círculos, entenda as linhas que cortam a Terra**. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globociencia/noticia/2013/05/tropicos-meridianos-e-circulos-entenda-linhas-que-cortam-terra.html>> Acesso em 22 de maio de 2021.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto [et al.]. Os elementos naturais da paisagem: estrutura geológica, relevo e clima. In: **Geografia do Nordeste**. - 2. ed. - Natal, RN: EDUFRRN, 2010. p. 37-69

**Rumos 2015-2016**: Dos Campos à Concentração. Disponível em: <<https://www.itaucultural.org.br/rumos-2015-2016-dos-campos-a-concentracao>> Acesso em 22 de maio de 2021.

**Manipueira, um líquido precioso**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18147209/manipueira-um-liquido-precioso#:~:text=Devido%20a%20isso%2C%20muitos%20produtores,tamb%C3%A9m%20desperdi%C3%A7ando%20um%20%C3%ADquido%20precioso.>> Acesso em 25 de maio de 2021.

CAVALCANTE, Talita Lopes. **A grande seca do Nordeste**. Disponível em: <<https://www.museudeimagens.com.br/grande-seca-do-nordeste/>> Acesso em 25 de maio de 2021.

VIEIRA, Alexa. **Senador Pompeu realiza a 37ª edição da caminhada que homenageia as Almas da Barragem.** Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/11/09/senador-pompeu-realiza-a-37--edicao-da-caminhada-que-homenageia-as-almas-da-barragem.html>> Acesso em 26 de maio de 2021

JUCÁ, Beatriz. **Rezar para os “santos flagelados”, uma romaria com dor e história no Ceará.** Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/18/album/1576692345\\_172688.html#foto\\_gal\\_6](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/18/album/1576692345_172688.html#foto_gal_6)> Acesso em 26 de maio de 2021.

ANDRADE, Solange Ramos de. A RELIGIOSIDADE CATÓLICA E SEUS SANTOS. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, XXVII., 2013. Natal - RN. Anais... Natal - RN: ANPUH, 2013, p. 01 - 18.

## O PAPEL DA IMPRENSA CATÓLICA EM POUSO ALEGRE/MG (1917-1945)

Giovane Silva Balbino<sup>105</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem como objetivo analisar o papel da imprensa católica na cidade de Pouso Alegre, na primeira metade do século XX. A Diocese de Pouso Alegre criada em 1900 e tendo a partir de 1916, a influência do 3º Bispo D. Octávio Chagas de Miranda, a Igreja Católica atuou mais constantemente nas questões políticas, econômicas, sociais e culturais na sociedade pouso alegre, por meio dos jornais *Semana Religiosa* e *O Trabalho*. Trabalharemos com o seguinte referencial teórico: Cruz (2000) e Lang (1999) em relação aos estudos da imprensa; Arduini (2015) e Miceli (2009) sobre a Igreja Católica e com Fausto (2018) na contextualização histórica.

**Palavras-Chave:** Imprensa; Catolicismo; Pouso Alegre.

### INTRODUÇÃO

Analisaremos nesta pesquisa o papel da imprensa católica na sociedade pouso alegre, na primeira metade do século XX. Cabe reforçar que esse trabalho são reflexões da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Unicamp (BALBINO, 2020).

Após a Proclamação da República, ocorre por meio de pressões republicanas a separação institucional do Estado e Igreja.

A separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas e dos investimentos da Igreja com vistas a ampliar seu público fora do espaço da classe dirigente ou a estabelecer alguma forma de atendimento às demandas de setores sociais subalternos (MICELI, 2009, p. 26).

A Igreja Católica buscou articular nas instalações de novas Dioceses, fato que em 1889, “constituía o Brasil uma única província eclesiástica, contando de uma arquidiocese e 11 dioceses. Em 1930, havia no Brasil 16 arquidioceses, 50 dioceses, 20 prelazias ou prefeituras apostólicas” (PINHEIRO et al., 2006, p. 356). As expansões de Dioceses refletem o apoio das oligarquias regionais, da burguesia industrial, dos comerciantes, dos fazendeiros e das famílias tradicionais em suas respectivas regiões.

No Sul de Minas Gerais, Miceli (2009) aponta que as instalações de Dioceses estavam relacionadas a expansão do café: Pouso Alegre (1900), Guaxupé (1916) e Campanha (1907) e também devido as linhas férreas. Essa expansão eclesiástica possibilitou nas instalações de Dioceses e principalmente em sua coalizão com o regime republicano, em relação a Minas Gerais especificamente, “a Igreja decidiu trabalhar dentro do PRM alertando os votantes para as causas católicas, das quais a educação era prioritária” (WIRTH, 1982, p. 182).

A imprensa tem sido uma fonte de estudo da sociedade e é muito importante para os pesquisadores, pois nas suas linhas editoriais que estão presentes o contexto

---

<sup>105</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2020); Especialista em História, Educação e Sociedade (2018) e Graduado em História (2013), ambas pela Universidade do Vale do Sapucaí. Contato: [giovanesilvabalbino15@gmail.com](mailto:giovanesilvabalbino15@gmail.com) – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1270077742510528>



histórico de uma época, como por exemplo, as questões políticas, econômicas, sociais, além da presença do cotidiano da população.

Antes de falarmos da imprensa pouso alegre, cabe a necessidade de contextualizar a cidade de Pouso Alegre, nesse período. Em 1895 ocorre a instalação da Estação Ferroviária, possibilitando a ligação da região com os principais centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, em 1900 é criada a Diocese de Pouso Alegre, 1907 a chegada da energia elétrica e em 1916 começa o episcopado do 3º. Bispo Diocesano Octávio Chagas de Miranda.

A partir do seu episcopado ocorreram mudanças significativas no que tange a atuação eclesiástica local e regional. Dentre as suas realizações destacamos as seguintes: (i) as fundações de instituições educacionais, voltadas para o ensino e caridade das classes populares; (ii) a construção da Catedral Metropolitana; (iii) o aquartelamento do Exército na cidade devido as suas ações e a (iv) presença de membros do Clero, nas questões políticas e sociais na região.

A partir dessas considerações históricas, vamos aprofundar nos debates da imprensa pouso alegre, analisando o papel do jornal *Semana Religiosa*, na condução do fortalecimento do catolicismo e do projeto de sociedade.

## **O JORNAL SEMANA RELIGIOSA**

A estrutura do jornal eram as seguintes: seis colunas e a maioria dos exemplares analisados possuíam 4 páginas. Pelas informações encontradas, o jornal *Semana Religiosa* foi fundado em 1901, mas sua ampliação e atuação é a partir de 1916, o que podemos denominar de “refundação” desse periódico. Os seus redatores foram o Bispo D. Octavio Augusto Chagas de Miranda, Monsenhor Aristeu Lopes, Mario Casassanta e o Cônego João Aristides de Oliveira. Basicamente os principais membros da hierarquia eclesiástica da Diocese.

Esse material foi analisado metodologicamente, a partir do referencial teórico de Lang (1999), observando as seguintes orientações: (i) a orientação do jornal, pois ela representa interesses de seu grupo social; (ii) a posição da notícia ou artigo no jornal (editorial, manchete, pequena notícia, comentários); (iii) artigo assinado ou não; (iv) versões sobre o mesmo fato; e (v) fichamento da notícia.

A partir dessas orientações metodológicas partimos com as problemáticas levantadas por Cruz (2000, p. 72), em relação a imprensa periódica.

A imprensa periódica vira moda e transforma-se no principal produto da cultura impressa, e o periodismo emerge como um importante espaço de renovação da cultura letrada. Mais ainda, no ambiente da metrópole em formação, a imprensa periódica apresenta-se como foco fundamental de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos. A pequena imprensa de folhas e revistas aproxima o jornalismo do cotidiano da vida urbana.

Trabalharemos nessa pesquisa com o jornal *A Semana Religiosa* periódico oficial da Diocese de Pouso Alegre, sendo publicado semanalmente. Os principais membros da hierarquia eclesiástica da Diocese eram os responsáveis pela organização do periódico e da editoração. E o jornal *O Trabalho*, órgão oficial da Escola Profissional Delfim Moreira, instituição pertencente a Igreja Católica.

O projeto debatido era essencialmente a doutrina social católica e buscava restaurar o catolicismo na sociedade brasileira e no Sul de Minas Gerais. Esse jornal também divulgava, as ideias e os embates no período marcado pelas transformações políticas, econômicas e sociais no nível nacional e regional.

Figura 1 - Informações sobre o Jornal Semana Religiosa.



Fonte: Jornal Semana Religiosa, Anno XI, Pouso Alegre, 5 de janeiro de 1927, nº 524, p. 4.

Aprofundando em nossas análises, o anúncio da propaganda traz as seguintes informações: (i) jornal de maior circulação na região do Sul de Minas e (ii) importante divulgador de anúncios e publicações. Analisar essas importantes informações obtidas é necessário para entendermos a perspectiva do jornal *A Semana Religiosa* regionalmente, cabe destacar que seu processo de produção estava nas mãos dos diretores da oficina de carpintaria da Escola Profissional Delfim Moreira, propriedade da Diocese.

A imprensa católica buscava divulgar a importância da fé católica para os rumos do país e da sociedade pouso alegreense, esse “segmento religioso (jornais com maior perenidade e tiragem das igrejas católica, espírita, metodista, presbiteriana) revela a fidelidade dos leitores e/ou a força das edições religiosas na formação de leitores” (GALVÃO; FRADE, 2019, p. 27).

Outro importante jornal católico do período é *O Trabalho*, este periódico foi fundado a partir da efetivação da oficina de tipografia na Escola Profissional Delfim Moreira, em 1917. Achamos no acervo do Museu Municipal Tuany Toledo em Pouso Alegre/MG e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, os seguintes exemplares e de seus respectivos anos: 1. 1927; 1. 1933; 1. 1934; 1. 1946. As características editoriais desse jornal estavam assentadas dá seguinte forma, 4 colunas, 4 páginas, propagandas das oficinas da Escola Profissional, questões administrativas e financeiras da instituição, ações sociais e religiosas realizadas ou que serão realizadas.

Figura 2 - Cabeçalho do jornal O Trabalho - 1927.



Fonte: Museu Municipal Tuany Toledo – Pouso Alegre/MG.

A importância desse jornal na divulgação dos projetos sociais da Escola Profissional Delfim Moreira para a formação de trabalhadores em suas oficinas. Na imagem a seguir, retiramos do exemplar de 1933, um anúncio que é comum nesses jornais, a divulgação da Oficina de Carpintaria e Marcenaria da Escola Profissional.

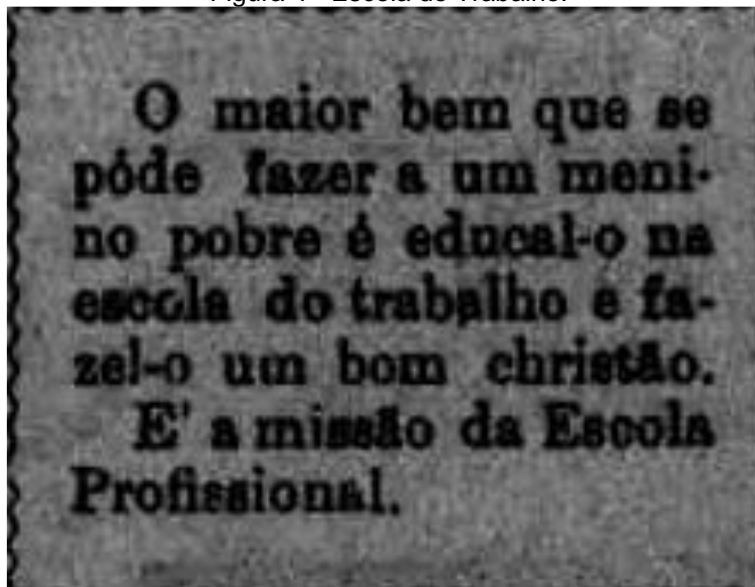
Figura 3 - Anúncio da E. Profissional



Fonte: Museu Municipal Tuany Toledo – Pouso Alegre/MG.

O que mais chama atenção no anúncio é a qualidade da informação oferecida, pois enaltece a modernidade advinda com o progresso. Os equipamentos são movidos a eletricidade e isso demonstra o processo de modernização que a oficina foi submetida, com objetivo de atender os princípios da industrialização e da formação de trabalhadores. A questão do trabalho aparece constantemente nos seus artigos, como por exemplo, o trecho que retiramos do exemplar de 1927.

Figura 4 - Escola do Trabalho.



Fonte: Jornal O Trabalho, Anno X, Pouso Alegre, 24 de março de 1927, nº 12, p. 4.

O jornal *O Trabalho* também apresentava em suas linhas editoriais a propaganda do seu coirmão, o jornal *Semana Religiosa*, periódico chefe das elites eclesiásticas pouso alegrense.

Figura 5 - Anúncio do Jornal *Semana Religiosa* no Jornal *O Trabalho*



Fonte: Jornal O Trabalho, Anno X, Pouso Alegre, 24 de março de 1927, nº 12, p. 4.

O jornal *Semana Religiosa* em suas linhas editoriais encontramos informações importantes da sociedade pouso alegrense naquele período. Baseando em nossa pesquisa de mestrado que resultou na dissertação, o noticiário girava em torno das ações da Diocese, como as quermesses, as festas religiosas, atividades nas paróquias, assuntos políticos – nacional e internacional – mandamentos bíblicos e ordens papais.

Os editores buscavam dar ênfase ao papel do catolicismo como condutor das vidas sociais e enfatizavam a preocupação com os desvios malignos existentes na sociedade, como por exemplo, o cabeçalho do jornal do ano de 1941, a preocupação com o "paganismo" frente ao papel do católico de reagir.

Figura 6 - Semana Religiosa, ano 1941.

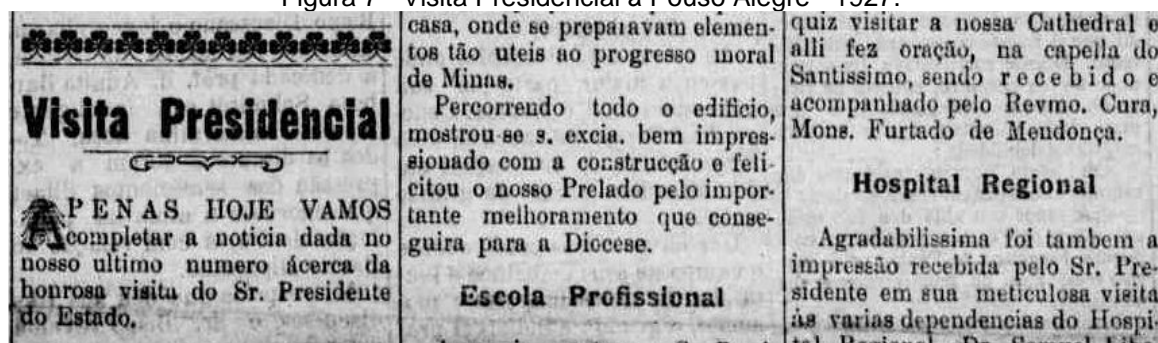


Fonte: Jornal Semana Religiosa, Anno XXV, Pouso Alegre, 15 de março de 1941, nº 1226, p. 4.

Como se fosse uma “guerra santa”, a Igreja Católica não mediu esforços para levantar a bandeira em prol do cristianismo, assim como as “cruzadas” na Idade Média, a Igreja mobilizou moralmente os seus “soldados” em relação ao seu inimigo. A “igreja tinha por dever combater o que chamavam de “males do século” (...), na construção de um projeto social baseado na restauração da unidade fundamentada no princípio religioso e na tradição” (SOUSA JUNIOR, 2015, p. 95). Os grandes “males do século” para os católicos eram os liberais, os socialistas, os positivistas, os maçons e os modernistas. Para o combate desses males, a Igreja Católica procurou investir na expansão e na organização eclesiástica, reforçando a influência católica sobre as suas respectivas regiões.

Um outro detalhe, foi a importância do Jornal *Semana Religiosa* em divulgar as visitas das autoridades políticas e religiosas nas dependências da Diocese. Muitas dessas visitas estavam concentradas nas instituições educacionais ou em Igrejas. No jornal do ano de 1927, trouxe a notícia em três colunas acerca da visita do Presidente do Estado de Minas Gerais em Pouso Alegre, o sr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), filiado ao PRM e católico fervoroso. Esses detalhes podemos acompanhar no trecho a seguir:

Figura 7 - Visita Presidencial à Pouso Alegre - 1927.

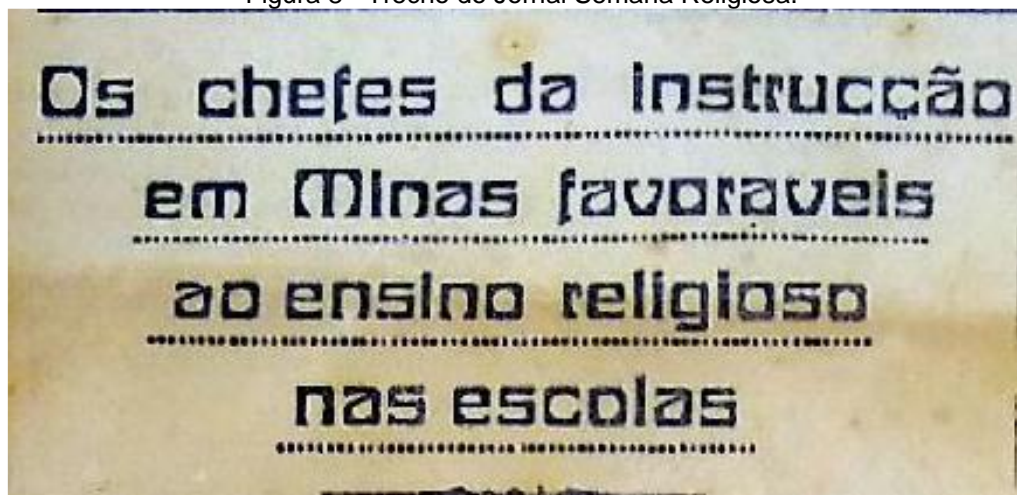


Fonte: Jornal Semana Religiosa, Anno XI, Pouso Alegre, 2 de abril de 1927, nº 532, p. 1.

O recorte feito buscou demonstrar a visão dos editores acerca da visita presidencial do Estado de Minas Gerais, na cidade de Pouso Alegre. Se atentarmos aos detalhes da imagem acima, percebemos as relações entre Estado e Igreja Católica, o caso confirma quando os eclesiásticos possuem apoio dos “chefes da instrução” na efetivação do ensino religioso nas escolas públicas, essas reivindicações religiosas não “dividiram Minas mas as gerações sentiriam de forma diferente a separação da Igreja e do Estado. De outro modo, a intensa campanha para reestabelecer a instrução religiosa nas escolas não levaria 20 anos” (WIRTH, 1982, p. 207).



Figura 8 - Trecho do Jornal Semana Religiosa.



Fonte: Jornal Semana Religiosa, Anno XVII, Pouso Alegre, 14 de janeiro de 1933, nº 811, p. 1.

A luta pela inserção do ensino religioso começou com entraves contra o laicismo, após a Proclamação da República em 1889. As pressões dos republicanos, maçons, liberais, positivistas e dos setores progressistas favoreceram a ascensão de uma educação e do Estado laico, essa ideia não teve muito adesão, pois a Igreja Católica começou sua contraofensiva. Se na Primeira República a Igreja buscou organizar e expandir internamente, na Era Vargas as reivindicações solicitadas pelos católicos estavam no retorno do ensino religioso nas escolas públicas em 1931. A Igreja buscou mobilizar “a população católica ao apoio do novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto de abril de 1931 que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas” (FAUSTO, 2018, p. 186).

A Igreja Católica nesses dois períodos históricos teve forte atuação nas questões educacionais, pois segundo Miceli (2009, p. 28), a “prestação de serviços educacionais para as elites passasse a constituir a diretriz-mor da política expansionista seguida pela organização eclesiástica”. Essas prestações de serviços são uma “estratégia da Igreja na época republicana é de reforma pelo alto. As elites foram cristianizadas, para que, por sua vez, cristianizasse o povo, o Estado, a Legislação” (MENDONÇA et al., 2011, p. 279).

É importante reforçar que não só as elites tiveram esse “suporte” educacional da Igreja Católica, as classes populares tiveram uma educação voltada a formação profissional, pois “o ensino profissional era visto como possuidor de outras virtualidades corretivas” (CUNHA, 2005, p. 16). Neste sentido, surgiram as instituições educacionais em Pouso Alegre: A Escola Profissional Delfim Moreira (1917), Orfanato Nossa Senhora de Lourdes (1920) e a Escola Doméstica Santa Terezinha (1929), como destaca Balbino (2020).

A Escola Profissional Delfim Moreira responsável pela educação e do ensino de ofícios aos meninos pobres e órfãos, as oficinas eram a tipografia, sapataria, carpintaria, marcenaria, artes e uma seção agrícola, de forma geral, inserida na proposta de industrialização e de formação de trabalhadores. A Escola Doméstica Santa Terezinha tinha o propósito de atender as moças pobres e órfãs, oferecendo em seu currículo as oficinas de costura, bordados, arte culinária, entre outros, ou seja, buscava a formação de mulheres para as atividades domésticas. Nessa mesma direção, o Orfanato, também destinado à educação de “futuras mães e boas esposas”

de meninas pobres e órfãs, todas propriedades da Diocese e atendiam os meninos e as meninas das classes populares.

Durante a pesquisa de mestrado analisamos essas instituições educacionais e ficou evidente a existência de relações dos membros da elite eclesiásticas com os representantes da oligarquia local. Esses estabelecimentos de ensino possuíam primeiramente um suporte financeiro de duas frentes: (i) pública, subsídios advindos do estado; e a (ii) privada, doações das elites. O Jornal *Semana Religiosa* divulgava em seus números as doações recebidas pelas suas instituições educacionais ou de outros projetos sociais:

Figura 9 – Donativos recebidos.

<b>DONATIVOS</b>	
<p>O sr. dr. Antonio Moreira da Costa, residente no Rio, enviou ao Exmo. Sr. Bispo, para ser distribuida, como aproovesse a S. Excia., a quantia de 500\$000</p> <p>O sr. Bispo deu a essa importancia o seguinte destino :</p>	
Para a Villa D. Nery	100\$000
» a Associação de Caridade	100\$000
» a Escola Domestica	100\$000
» a Escola Profissional	50\$000
<p>» a Caixa de Assistencia da L. F. Ação Catholica 50\$000</p> <p>» a Conferencia Vicentina 50\$000</p> <p>» a Assistencia Bom Jesus 50\$000</p>	
<p><b>TOTAL</b> 500\$000</p>	
<p>De uma senhora do Rio recebeu igualmente o Exmo. Sr. Bispo a quantia de 50\$ para a Villa D. Nery.</p> <p>Agradecemos, em nome de S.Ex., aesses bemfeitores, pedindo a Deus que lhes conceda suas bençans e lhes centuple todos os bens.</p>	

Fonte: Jornal *Semana Religiosa*, Anno XIX, Pouso Alegre, 19 de outubro de 1935, nº 952, p. 3.

A divulgação dos donativos recebidos remete a ideia de aproximar e de prestar contas à sociedade local. Nesse sentido, outra fonte de financiamento usada pela Igreja era as quermesses, essas ações eram divulgadas no jornal.

Figura 10 - Quermesses em 1922.

**KERMESSE**

XIII

Em homenagem á Commissão de Honra, ás Exmas. Directoras das Barracas, ás suas dignas Auxiliares e a todas as pessoas que se interessaram pela KERMESSE, haverá Domingo proximo, dia 23, ás 5 horas da tarde, no jardim da Cathedral uma

**RETRETA**

pela banda "BEMFEITORES DA ESCOLA PROFISSIONAL".

Ao mesmo tempo far-se-á um grande

Fonte: Jornal *Semana Religiosa*, Anno VI, Pouso Alegre, 22 de abril de 1922, nº 280, p. 3.

As quermesses e doações estavam inseridas num contexto histórico em que o assistencialismo se assemelhava de fato, com o sentimento “cristão”. A caridade tornou-se um “modelo de assistência predominante na Primeira República, exercendo um papel fundamental na estruturação das instituições sociais e na formação das elites e de quadros profissionais” (RANGEL, 2013, p. 21).

As realizações de quermesses também estavam relacionadas aos projetos sociais da Igreja Católica, como a manutenção das atividades de suas instituições ou até mesmo na construção da Catedral. Na imagem a seguir, veremos uma demonstração de uma “quermesse pro Catedral”, organizada no ano de 1941.

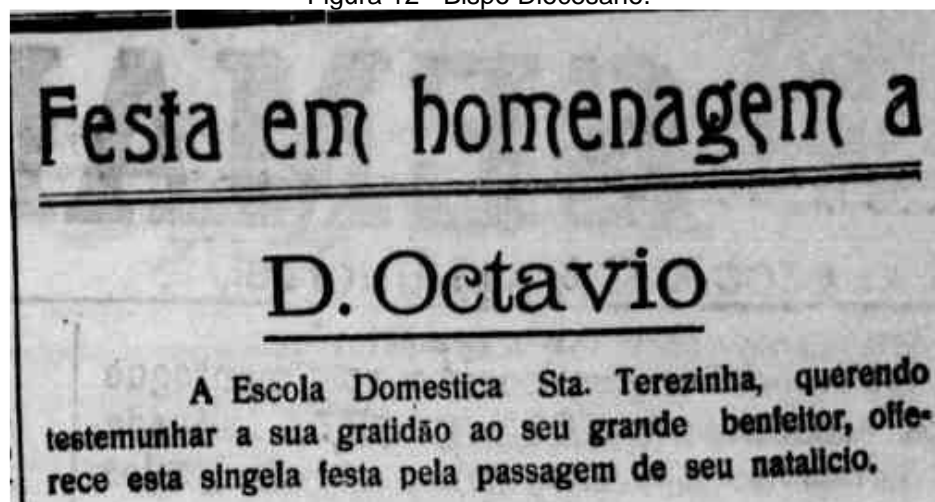
Figura 11 - Quermesse pro Catedral.



Fonte: Jornal Semana Religiosa, Anno XXV, Pouso Alegre, 19 de abril de 1941, nº 1230, p. 1.

Para realizar as quermesses e angarias fundos, a Igreja Católica tinha que ter apoio da comunidade católica local. O jornal em si, buscou enaltecer as ações do Bispo Diocesano ao longo dos anos, os editores também faziam homenagens a figura diocesana e a sua importância para sociedade local.

Figura 12 - Bispo Diocesano.



Fonte: Jornal Semana Religiosa, Anno XVIII, Pouso Alegre, 17 de agosto de 1935, nº 943, p. 3.

O papel do Bispo Diocesano no fortalecimento das ações eclesiais e a construção da memória, tiveram êxitos a partir do Jornal *Semana Religiosa*, pois esses “impressos e meios de comunicação, utilizados pela Igreja, transformaram o próprio papa em um ícone popular” (LEONARDI; BITTENCOURT, 2016, p. 144), ou seja, ocorre em suas linhas editoriais a propagação de ideais pró Igreja Católica e com o seu “santo” protetor, o Bispo Diocesano. Sendo “uma espécie de medidora das ideias e movimentos que a comunidade eclesial se promovia socialmente” (SAMPAIO, 2009, p. 20).

## CONCLUSÃO



A pesquisa apresentada é parte das reflexões discutidas na dissertação de mestrado em Educação na Unicamp. Por mais que o trabalho de mestrado focou nas relações, entre o Estado e a Igreja Católica na educação profissional em Pouso Alegre (1917-1947), este trabalho apresentou elementos importantíssimos para ser analisados, como por exemplo, a questão da imprensa local.

Destacamos o papel da imprensa como instrumento cultural e social das elites eclesiásticas pouso alegrenses. Como vimos, esse jornal possui relevância política no Sul de Minas Gerais, possuindo apoio de grupos oligárquicos em sua campanha religiosa, política e social de aumentar sua influência na sociedade local.

Essa pesquisa não se encontra fechada, pois permite inúmeras indagações ainda em aberto, possivelmente a indagação mais importante que devemos atentar são as seguintes: quais os conflitos presentes? E quais as relações entre a Igreja e o conservadorismo local?

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945)**. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

BALBINO, Giovane Silva. **A Igreja Católica e o Estado na educação profissional em Pouso Alegre - MG (1917-1947)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas /UNICAMP: Campinas, SP, 2020.

CRUZ, Heloisa Faria de. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana**. São Paulo/SP: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2ª ed. São Paulo/SP: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. Colaboração de Sérgio Fausto, 3ª edição, atualmente e ampliada, 1ª reimpressão, São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Cultura escrita em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas**. In: GONÇALVES NETO; Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (orgs.). **História da educação em Minas Gerais: da Colônia à República: volume 3: República**. Coordenadores da Coleção Carlos Henrique de Carvalho, Luciano Mendes de Faria Filho, Uberlândia/MG: EDUFU, 2019.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo et al. (Org.) **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1999.

LEONARDI, Paula; BITTENCOURT, Agueda Bernardete. De documento religioso a fonte histórica: As atas do I Concílio Plenário da América Latina. **Educação e Filosofia**, v. 30, n. 59, p. p. 135-158, janeiro/junho, 2016.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de (*et al.*). Luz, escuridão e penumbra: o Governo Vargas e a Igreja Católica. **Dimensões**, vol. 26, p. p. 277-291, 2011.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890-1930. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2009.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (*et al.*). **O Brasil republicano, v. 9**: sociedade e instituições (1889-1930). Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda, 8ª. edição, Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2006.

RANGEL, Rosangela Faria. **Assistência no Rio de Janeiro: Elite, Filantropia e Poder na Primeira República**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ: 2013.

SAMPAIO, Carlos Leonardo Teixeira. **A Igreja Católica e a transformação do espaço e do viver urbano de Pouso Alegre – MG (1936-1945)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica/PUC/SP, São Paulo/SP: 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA JUNIOR, José Pereira de. O processo de restauração católica no Brasil na Primeira República. **Fato & Versões Revista de História**, v. 7, n. 14, Cultura, Política e Poder, p. p. 80-103, 2015.

WIRTH, John D. **O Fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias, Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1982.

# A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS ERECHINENSES EM COGUMELOS DE OUTONO DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO<sup>106</sup>

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues<sup>107</sup>

**RESUMO:** O estudo analisa a representação das relações interétnicas erechinense na literatura pós-moderna no romance, *Cogumelos de Outono* do escritor erechinense Gladstone Osório Mársico (1927-1976), o recorte do estudo é o ano de publicação da obra em 1972. A cidade de “Erechim” possui o nome de origem caingangues que significa “campo pequeno”, e localiza-se no norte do Rio Grande do Sul, emancipada em 30 de abril de 1918, região ocupada por indígenas, afrodescendentes, e colonizada por imigrantes de origem polonesa, alemã, turca e, principalmente, italiana. O artigo objetiva-se a analisar as representações interétnicas em *Cogumelos de Outono*, devido sua literatura ser satírico-marginal, envolvendo representações das relações entre indígenas, nativos e imigrantes de Erechim-RS. O estudo, em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História. O cruzamento de fontes inclui revisão bibliográfica, documentos sobre a imigração por fontes orais e literárias e o conceito de etnicidade de Fredrik Barth.

**Palavras-chave:** História e Literatura. Relações interétnicas. Gladstone Osório Mársico

## INTRODUÇÃO

O escritor Gladstone Osório Mársico nasceu em Erechim-RS, (1927-1976), atuou como advogado da *Jewish Colonization Association* (ICA), vereador erechinense no período de 1956-1959, e produziu um livro de contos satírico; *Minha Morte e Outras Vidas* (1958), e quatro romances satíricos; *Gatos à Paisana* (1962) *Cogumelos de Outono* (1972) *Cágada (ou a história de um município a passo de)* (1974) e *Furúnculo* (1994) - póstumo, através da pesquisa de Vera Sass. Para esse artigo, será analisado, *Cogumelos de Outono*, publicado em 1972, pela Editora Movimento.

Para esse artigo o objetivo é analisar alguns dos fragmentos que tratam as representações interétnicas na obra de Mársico, a fim de encontrar as relações entre indígenas, nativos e imigrantes de Erechim-RS. Para o conceito da construção de identidades étnicas de Fredrik Barth (1998, p. 141), define:

[...] uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em funções de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente

---

106 Este artigo foi publicado nos anais da I Semana internacional de História e IX Semana de Ciências Humanas: Contemporaneidades, resistências e discursos (UFMS/CPCX), disponível em: < <https://cpcx.ufms.br/semana-internacional-de-historia> >.

107 Universidade de Passo Fundo (UPF) Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2019), defendeu a dissertação, *A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só*, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr. Rosane Marcia Neumann sendo bolsista FUPF. Doutoranda em História sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr. Gizele Zanotto, bolsista FUPF. E-mail: [gluciaelisazinani@hotmail.com](mailto:gluciaelisazinani@hotmail.com).

diferenciadores.

Gladstone Osório Mársico, descendente de imigrantes italianos teve envolvimento com os grupos étnicos indígenas, afro-descendentes e demais imigrantes, que formaram o povoamento Erechinense. Contudo, Mársico trata de um espaço ficcional específico, ocupando-se o espaço rural de Erechim, no Norte do Estado. Esse afastamento permite traçar um panorama geral da imigração e colonização erechinense, bem como as diferentes representações que surge desse espaço.

Teoricamente, o estudo está situado na fronteira entre a História e a Literatura, Sandra Pesavento (2004, p. 80) define: “[...] a relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real”. E utilizará o conceito de representação de Roger Chartier, a “[...] representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma <imagem> capaz de o reconstituir em memória e o de figurar tal como ele é” (CHARTIER, 1988, p. 20).

O que chama a atenção nas obras de Mársico é sua irreverência na sátira que assume toda sua obra, atrelada a cidade de Erechim. O enredo da narrativa se desenvolve na cidadezinha de Boa Vista, no Vale do Rio Dourado, local em que residem as personagens. O tempo da narrativa transcorre da Revolução de 1923 até o fim da 2ª Guerra Mundial.

No enredo, o personagem Bernardo Lutzmann, nasce em Santa Catarina, criado em Nova Pomerânia, no Vale do Itajaí, presta serviço militar, e se envolve com a amante do coronel “*La virgem de los infernos*”, ao ser descoberto pelo coronel Tio Gonça foge do batalhão migrando por via de sistema ferroviário em 1923, para Boa Vista, onde se emprega no jornal local “*O Boavistense*”.

A personagem principal, Fabrício Najak filho de um turco com uma imigrante descendente de franceses, possui uma loja de secos e molhados no centro de Boa Vista, ama sua namorada Gudrun também chamada de “Gud”, filha da viúva Frau Mika, uma senhora extremamente religiosa defensora dos deveres morais cristãos, chefe do grupo “Apostolado Coração de Jesus” preocupada que sua filha case com um bom partido. Gudrun, foi apresentada aos 15 anos de idade por sua mãe com um cachorro, chamado Epaminondas. Fabrício é bem visto pela sogra, ele respeita sua amada, e não ousa tocá-la, mas Gudrun o vê como um tonto, um sem graça. Gudrun conhece Bernardo, que é hóspede da pensão de sua mãe, e foge com ele na véspera do noivado com Fabrício, deixando para Fabrício o cão Epaminondas. Bernardo e Gudrun casam-se às escondidas em Porto Alegre e retornam à Boa Vista.

Gud facilmente engravida, tendo um filho atrás do outro, para se vingar do marido, ela aceita a corte do prefeito e compadre Major Giovanni Pandolfo, que a mantinha como amante chamando-a de “*la divina comadre*” ou *Ah, che donna*”, com total sigilo, porque era casado e padrinho de um dos filhos de Gudrun e Bernardo, porque para ele não ficaria bem para sua reputação de prefeito ser casado e ter um caso com uma mulher casada.

O marido de Gud, se preocupa com a política, vindo a fundar o 1ª núcleo de Ação Integralista Nacional, também o 1ª time de futebol, o *Sport Club* 25 de julho, transformando-o num autêntico clube do Eixo. Quando a Alemanha tem alguma vitória na 2ª Guerra Mundial, ele não perde a oportunidade de provocar Fabrício, que é seu vizinho da casa da frente. Bernardo se associa ao Dr. Mayer, médico da região, para

a instalação de uma casa de rádios e, com isso, vai prosperando rapidamente. Bernardo é nazista fanático que chegou a reformar a casa para esperar a vinda de *Führer*, na qual inauguraria a sede provisória do III Reich. Todas as noites com o auxílio de alto-falantes, Bernardo transmite por via rádio as notícias vindas diretamente da Alemanha aos habitantes de Boa Vista.

Fabício sofre com a desilusão amorosa, e cuida do cão Epaminondas deixado por Gud. Epaminondas adora comer *takamelo*, um prato de cogumelos preparado por um japonês. Tendo o Brasil declarado guerra ao Eixo, ficaram proibidas no país manifestações públicas ou privadas de apoio às potências do Eixo, como também o uso de qualquer língua estrangeira, isso veio deixar Fabício muito contente. Bernardo foi obrigado a entregar o *Telefunken* (rádio que emitia a propaganda nazista) ao delegado. Frau Mika querendo protegê-lo, pelo trajeto leva a estátua do Sagrado Coração de Jesus, mas Epaminondas ataca-a, Frau Mika cai, e a estátua se espatifa ao chão, deixando-a furiosa. Frau Mika pede a Bernardo matar o cão Epaminondas.

Bernardo para matar Epaminondas, pede ao japonês *Taka- Mori* que troque cogumelos bons por venenosos quando preparar o *takamelo* para o cachorro, que é o único na cidade que aprecia seu prato. Epaminondas morre e Fabício descobre que Bernardo estava por trás da morte do amigo. Para vingar-se resolve enterrar o cão no cemitério municipal, e quando está para fazer isso, por causalidade encontra Gud no quarto da capelinha. Qual não é surpresa ao compreender que ela havia se encontrado a poucos instantes com o Major, seu amante. Ela com o maior despudor se oferece a ele, que não a recusa.

Gud, resolvendo trocar de amante, alega ao Major que não irá mais ao cemitério, enquanto Epaminondas lá estiver enterrado. O Major tenta fazer com que o delegado Tropeiro de Lesma, tome as providências, porém este nega, alegando o cemitério ser municipal. Houve processo e julgamento no qual Fabício foi defendido pelo Rábua de Jerico, seu padrinho, o qual prova que o cachorro não está enterrado no cemitério, e, sim, a sopeira de porcelana, prêmio que Epaminondas havia ganhado no concurso do japonês.

Fabício estando de malas prontas para partir, Gud vem na casa dele, em seu encontro, e lhes diz que o ama verdadeiramente, e que está disposta a tudo, até abandonar o marido e os filhos. Fabício não aceita, dizendo indiferentemente, que vai seguir a vida no seminário. Então, Fabício pega o trem e vai embora de Boa Vista.

## **A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS EM COGUMELOS DE OUTONO**

A cidade de Erechim, localiza-se na região norte do Rio Grande do Sul. A região pertencia ao então 8ª Distrito de Passo Fundo criado em 28 de janeiro de 1857. Em 1904, a demarcação de terras da colônia Erechim foi iniciada, e seu primeiro nome foi Boa Vista, e posteriormente, povoado Paiol Grande até 30 de abril de 1918. A partir daí, passou-se a chamar Boa vista de Erechim a partir de 1922. Em 1938, foi alterada sua denominação para José Bonifácio. Em 1944, recebeu o nome definitivo de Erechim, conforme Garcez (2008).

O termo “Erechim” de origem indígena, que significa “campo pequeno”, que antes da colonização oficial, “[...] na região Alto Uruguai habitavam, além deles caboclos, foragidos, fugitivos das revoltas e intrusos que tomavam posse das terras devolutas do Estado” conforme (GARCEZ, 2008, p.23).

Garcez (2008), salienta que os trabalhos de demarcações dos lotes iniciaram em 1914, mas que antes já em 1900, vinham imigrantes de forma espontânea. O fluxo continuou, com a chegada de imigrantes; russos, ucranianos, lituanos, poloneses, prussianos, espanhóis, holandeses, portugueses, austríacos e judeus (grupo religioso não étnico).

Em Paiol Grande, nos primórdios da colonização (1910- 1921), existiam “pistoleiros, renegados, revolucionários sem causa, bandidos de todos os quilates cruzavam o Alto Uruguai, em busca de riquezas ou simplesmente para fugir da polícia” segundo Dill (2019, p. 259). Em *Cogumelos de outono* “[...] os criminosos de verdade andavam à solta no Matinho da Comissão de Terras, onde ninguém se arriscava a meter o nariz [...]” (MÁRSICO, 1972, p. 17-18). Nesse contexto, surge uma autoridade policial notável, o caboclo<sup>108</sup> Cesário de Oliveira Mattos, natural de Passo Fundo nascido em 22 de julho de 1881 e morto 22 de maio de 1922. Ele foi nomeado comissário policial pelo subintendente do 8ª Distrito de Passo Fundo, responsável de assegurar a segurança e tranquilidade da população, ele soube impor-se como autoridade, “de tal sorte que os desordeiros e malfetores nele encontravam espantinho, para regozijo dos habitantes” conforme Font (1983, p. 130).

Neuza Garcez (2009), entrevista um imigrante italiano, Pedro Antônio de Toni, que caracteriza Cesário Mattos,

[...] houve aqui um policial muito enérgico, chamavam-no de “Cesário do Mato”, eu o conheci. Em 1922, quando ele morreu (ali na frente ao *Arthur Sperger*- ele morava ali onde era a casa do falecido Miguel *Reinert* e dos Godoy Ilha) - na rua Alemanha. Ele era um índio xucro, por assim dizer, mas tinha o dom que nem todos os homens têm, de saber onde está o direito- o que é direito, o que é errado; por isso ele era uma autoridade; foi muito estimado. Se ele teve alguma coisa de exaltação, em 1917-1918, é porque, naquela época, as leis eram assim. Quando ele fazia uma audiência, um acerto policial, ele sabia o que fazia. O falecimento dele em 1922 foi muito sentido. Nessa época eu era aluno do professor Mantovani. Fomos todos juntos no enterro dele, a pé (GARCEZ, 2009, p. 132).

Cesário era um capitão do mato, caçava bandidos com métodos nada sutis, sempre armado com espada, revólver na guaiaca, ou um relho (rabo de tatu). Em Erechim não havia cadeia pública, então mandava seus meganhas capturarem os bandidos e transportá-los até uma casinha no meio do mato. Os vadios e os ladrões colocavam-nos para trabalhar, ora carpindo, ora arrancando tocos, ou auxiliando na construção civil. Cesário ocupou a intendência municipal (delegacia situava-se nos porões da prefeitura) e ficou em Paiol Grande até 03 de março de 1922, vinculado a administração pública municipal, conforme Dill (2019), “Cesário resolvia as questões sumariamente, concentrando as figuras de policial, promotor, juiz, executor, carcereiro, numa única pessoa”, segundo Dill (2019, p. 261).

---

<sup>108</sup> Pessoa que resulta da mistura de branco com índio.

Segundo Dill (2019, p. 259), “[...] eis que certo dia, montando um cavalo branco, chapéu aba larga cobrindo-lhe os olhos, capa pesada e negra, aquele forasteiro chega a cidade. Cruza a a atual Avenida Sete de Setembro, sob os olhares desconfiados do povo”. Em *Cogumelos de Outono* surge a personagem, Jeremias, o Tropeiro de Lesma, que “[...] no dia que ele desembarcou do noturno e subiu rumo a Avenida. A notícia correu célere sobre a chegada do novo delegado” (MÁRSICO, 1972, p. 18).

Em *Cogumelos de Outono* a personagem Jeremias,

[...] tinha que ser tratado com muita cerimônia porque o seu porte o exigia e era a única forma de comovê-lo. Gostava de reverências como diabético de sobremesa. Era desses policiais egressos da Fronteira, com cara de índio, bigode retorcido nas pontas, me1enas que se abotoavam pela nuca e olhar de quem não pede desculpas quando cospe no chão. Tinha uma Estatura de campeão - não igual a *Cid*, legada por *Corneille* e que, além de belo e heroico, sempre teve à sua disposição bons alfaiates para as suas amaduras - mas ao comum de nossos legendários galãs das coxilhas, de porte macho, destemperado, boca sensual e voz com morrinha de barítono. Vestia geralmente bombachas de brim ou de lã, conforme a época das estações e que se aplastavam nas botas de cano impúbere como duas piornas sem corda, um grande pala sobre os ombros, enfiado no pescoço e caído sobre o ventre e as costas como fraque de diácono em missa solene, e um lenço branco, um pouco de escanteio na omoplata direita querendo advertir que não era homem de muitos arreganhos ao espelho [...]. Jeremias ainda tinha a seu favor o apelido de Tropeiro de Lesma, ou simplesmente Tropeiro, apelido que desconhecia e ninguém se arriscava lhe dizer - justamente por não se dar muito bem com o trabalho e viver sempre com a mania de doença se queixando (MÁRSICO, 1972, p. 17-18).

Contudo, haviam relações interétnicas na divisão do espaço entre colonos, trabalhadores, pequenos comerciantes, disputando o mesmo espaço geográfico, geralmente aconteciam casos de violência, segundo Dill (2019, p. 259), “[...] qualquer desavença era resolvida na ponta da faca ou no cano do revólver [...] numa terra sem lei (ou onde demora um pouco para chegar), era preciso estabelecer a força da lei e revogar-se a lei da força”. Em *Cogumelos de Outono*, o Tropeiro de Lesma é visto como um delegado que sempre anda armado e “que não é acostumado a brincar em serviço” (MÁRSICO, 1972, p. 25). Por outro lado, Mársico satiriza a personagem usando esse termo “Tropeiro de Lesma” que indica um homem que anda a cavalo porque era o meio de transporte da época transportando algo, vindo do sinônimo tropeirismo<sup>109</sup>, na ficção a população de Boa Vista, pensa que Jeremias por andar a cavalo e ser desconhecido na cidade é um tropeiro. O termo “lesma” poderia estar associada a imagem do indígena, ser preguiçoso para o trabalho, já que a personagem tem muito trabalho e vive as queixas.

Conforme Dill (2019) nas reuniões políticas patrocinadas por Amado Fagundes, Amintas Maciel e Henrique Cordova, nas dependências do comércio de Albano Stumpf, Cesário era o encarregado de preparar o churrasco, o que demonstra o entrosamento interétnico. Isso vem de encontro, a *Cogumelos de outono*, a

---

109 Fenômeno conhecido desde o período colonial, grande movimento histórico e social fundamental para o desenvolvimento comercial que interligou diferentes e longínquas áreas da colônia e sobreviveu até o século XX.

representação, que Mársico faz dos dotes de Cesário ao preparar um churrasco, e do compromisso no seu dever de proteger a cidade, no trecho, “[...] não sabe que o governo nos paga para trabalhar? – Não sabe que ainda estamos em guerra? – Nenhuma resposta. - Deixa o cabrito passar do ponto que te boto na cadeia hoje mesmo, desgraçado. E agora, te arranca!” (MÁRSICO, 1972, p. 20).

A morte de Cesário é especulada, “se foi, tudo o que indica que de uma emboscada ou de outro modo covarde. Ninguém teria coragem de enfrentá-lo frente a frente [...] visto que já estava com a saúde profundamente abalada”, segundo Dill (2019, p. 262), ou devido ao desgaste provocado pelo exercício de sua difícil profissão. Faleceu em Passo Fundo, e seu corpo foi trazido de vagão até Paiol Grande, teve funeral digno de estadista, o seu corpo desfilou em cortejo pela cidade seguida por uma multidão, conforme Dill (2019).

Em 1952, uma das ruas da cidade de Erechim recebeu seu nome. O memorialista Miguel Illa Font (1983, p. 130), salienta que,

[...] era um homem de bem, corajoso e enérgico na manutenção da ordem e da lei. Tinha muito valor pessoal. Certa vez, foi atingido com um tiro, à falta de médico, por sua insistência Ernesto Pedrollo extraiu-lhe da perna o projétil, á canivete e sem anestesia. Weber, bacharel em Direito, criminalista e escritor, formou elogiosa imagem de Cesário Mattos, homem que a partir da municipalização, por sua atuação política, seria figura controvertida no julgamento de opositores e admiradores.

O indígena desempenhou cargo público e seu trabalho foi reconhecido por ser um homem a frente de seu tempo, conforme Dill (2019, p. 261), “quando hoje os juristas debruçam-se sobre a discussão de penas alternativas à prisão, o destemido homenageado já experimentava, na prática, a teoria que só décadas depois seria afirmada no Código Penal”.

Além dos grupos étnicos indígena e afro descendentes, chegam os imigrantes sírios em Paiol Grande, em menor escala comparada aos outros grupos de imigrantes. Segundo Francisco (2015, p. 134) apud Pimentel (1986, p. 121) sobre os dados migratórios dos sírios revela que,

[...] são muito imprecisos, sobretudo porque até 1892 todos eles (sírios, libaneses, palestinos e mesmo turcos) foram classificados como turcos. Foi apenas a partir desse ano que os sírios passaram a ser registrados separadamente. Como até 1920 – depois, portanto, do término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e início do mandato francês na Síria e no Líbano – o Líbano foi considerado parte da Síria, todos os libaneses foram incluídos entre os classificados como sírios. Todavia, “tanto antes como depois de 1892, a imensa maioria dos imigrantes registrados como turcos eram, de fato, sírios e libaneses” (PIMENTEL, 1986, p. 121).

Em *Cogumelos de Outono* a personagem principal do romance, é Fabrício que aos trinta e poucos anos, desfrutava de sólida posição financeira em Boa Vista, no Vale do Rio Dourado, pois herdara a casa comercial de seu pai, o Varejo *Najak*, situado bem no meio da Avenida. Na trama, seu



[...] pai o Turco Mansur, que nascera e se criara em Boa Vista, filho de pais sírios que se extraviaram numa imigração lá por volta de 1893, não se conformava de viver na dependência da família Rampanella, especialmente de Secondo, que vivia a dizer de seu pai, magro e pobre concorrente: - *Porco sarraceno!*(MÁRSICO, 1972, p. 99).

Aqui, nesse trecho nota-se que surgem a representação das relações interétnicas entre a família síria que abriu um estabelecimento comercial, e a família italiana Rampanelli, que como a família síria tinha o comércio como fonte de renda. A personagem Fabrício, neto de um imigrante sírio que chegou no Brasil, por volta de 1893. O Turco Mansur, pai de Fabrício, foi ia à Porto Alegre fazer compras para a loja e numa das viagens, conheceu a mãe de Fabrício, Miguela (sem sobrenome), de nacionalidade francesa mestiça com indígena. Ela antes de conhecer o Turco Mansur havia cursado os preparatórios em Porto Alegre e trabalhado como funcionária do Tesouro. Na trama,

[...] seus ancestrais sírios do lado paterno não conseguiram transmitir a vocação mercantil [...]. Prevaleceu, porém, o sangue misto da mãe, uma combinação de pirataria francesa e arte da culinária indígena, que lhe gerou um temperamento sensível (MÁRSICO, 1972, p. 100).

Nesse trecho, Fabrício teve educação feita pela mãe, enquanto o pai evolvia-se nos negócios. A mãe não encontrou em Boa Vista uma escola que julgasse suficientemente boa para seu filho. Então, com ela, ele aprendeu francês, tinha acesso a leitura de textos, como *La Historie de la Revolution Française*, de *Michelet*, se converteu ao catolicismo, que seu pai abominava e seguia a cultura e os comportamentos da mãe, deixando seu pai incomodado, como no trecho, “[...] está vendo, Miguela? Eu não tinha razão? Bem feito, queixuda! Veste o guri como um efeminado, quer que ele seja doutor e aí está o resultado... Para mim, basta que ele seja homem, está me entendendo?” (MÁRSICO, 1972, p. 108). Aqui, Mársico mostra que havia um conflito interétnico no grupo familiar, a recusa do pai em aceitar que o filho estudasse tornando-se “doutor”, que na visão dele não era importante, logo para o pai ele deveria seguir a mesma carreira dele, como os demais sírios, no comércio.

Em *Cogumelos de Outono*, Fabrício perde a mãe antes de completar dezesseis anos, com isso, deixa de estudar, e logo que sua mãe falece, seu pai arruma uma madrasta para substituir o lugar de sua mãe. Fabrício assume a loja da família em Boa Vista a pedido de seu pai. Segundo a filha de Gladstone Osório Mársico, Rosangela Lehmann (2019), a personagem “Fabrício de *Cogumelos de outono*, foi inspirada no Fabio Koff”.

Fabio Koff nasceu em Bento Gonçalves em 1931 e faleceu em Porto Alegre em 2018, atuou como juiz de direito e dirigente de clubes esportivos, como o Ypiranga 110

---

110 Foi convidado para ser treinador do Ypiranga Futebol Clube, com o qual firmou seu primeiro contrato profissional como treinador. Com a equipe formada pelo Sr. Fábio Koff, o Ypiranga subiu para a primeira divisão do Campeonato Gaúcho.

, Grêmio Football Porto Alegre<sup>111</sup> e do Clube dos 13<sup>112</sup>, sobre a trajetória de vida, a reportagem do jornal online *Atmosfera*, do dia 10/05/2018, traz que,

[...] Fábio se tornou cidadão erechinense aos 10 anos de idade, quando veio residir com seu pai, sua madrasta e seus irmãos. Na cidade, estudou na Escola Marista Medianeira, onde concluiu o atual ensino fundamental, se transferindo a Porto Alegre/RS para continuar os estudos e concluir o ensino médio. Voltou a Erechim, a pedido de seu pai, para assumir, junto com sua madrasta, o comércio da família, conhecido por “Varejo Koff”. Em 1957 casou-se com Yvonne Koff, e teve dois filhos, Fabinho e Alexandre. Por influência da esposa, voltou a estudar, cursando Direito na Universidade de Passo Fundo. Nesse período em Erechim, além de sócio da loja, começou a se envolver com o futebol local, sua paixão. Foi jogador, atuando como meia-direita do Clube Esportivo e Recreativo Atlântico, do qual também foi Vice-Presidente e treinador, recebendo o título de Sócio Remido do Clube pelos serviços prestados. Sob seu comando o Atlântico obteve muitas vitórias, sendo tricampeão de Erechim, tetracampeão da Zona Norte do Estado e, em 1962, vice-campeão estadual. No ano 2000, foi agraciado pelo título “Cidadão Erechinense”, através do Decreto Legislativo n.º 220, de 20 de junho de 2000, de autoria dos vereadores Aldérico Albino Miola (PTB) e Silvério Fortunato (PDT).

Nota-se que existe a verossimilhança com a vida de Fábio Koff. Gladstone Osório Mársico, o conhecia devido ambos atuarem como Presidentes do Departamento Esportivo do Ypiranga Futebol Clube, justamente de (1964 a 1970), período em que resultou no projeto de construção no estádio Colosso da Lagoa.

Além dos imigrantes sírios, chega em Paiol Grande a imigração italiana, por volta da década de 20, de forma espontânea ou através da Empresa Colonizadora *Luce Rosa Cia Ltda*, que era uma empresa privada com sede social em Porto Alegre, trazendo imigrantes alemães e italianos, fundou quatro povoações; Três Arroios, Nova Itália, (Severiano de Almeida), Dourado e Rio Novo, região do município de Aratiba, conforme Cassol (1979).

Em 15 de abril de 1910, na estatística oficial chega o primeiro imigrante italiano em Erechim, conforme Garcez (2008). Na Itália “[...] em 1850, das 1800 comunidades do Reino de Nápoles, 1500 não tinham estradas. Em muitas zonas, não sabiam nem ao menos o que era dinheiro; faziam trocas” salienta Garcez (2008, p. 20). Nota-se que o imigrante ítalo vem de uma situação econômica deplorável porque milhares de famílias viviam “[...] a base da alimentação era o milho (fubá de farinha) porque custava pouco. Massas a base de farinha de trigo era um luxo reservado apenas aos ricos, o pão dos pobres era preto, feito à base de centeio” (GARCEZ, 2008, p. 20).

Em *Cogumelos de outono*, a personagem Major Giovanni Pandolfo, é um imigrante do sul da Itália,

---

111 Presente na política do Grêmio desde os anos 1970, esteve no comando do clube nos períodos mais gloriosos de sua história: as conquistas do Mundial de 1983, e também as duas primeiras Libertadores da América, em 1983 e 1995. O último de seus quatro mandatos ocorreu entre 2013 e 2015.

112 Koff também presidiu o Clube dos 13, organização criada em 1987 para defender os interesses comerciais e políticos dos grandes clubes do Brasil, até sua dissolução, em 2011.

A carreira militar do Major Giovanni Pandolfo foi das mais pitorescas que se teve memória nos anais da gloriosa Brigada militar do estado do Rio Grande do Sul (...) Major viera de Nápoles há menos de dois anos porque ganhava muito como *Carabiniere del Reggimento della Lupa* e porque ouvira dizer que os negócios daqui eram melhores que os da China (...) Giovanni era um rapagão elegante, moreno, caprichava num bigode acolchoado e meio num bigode acolchoado e meio recurvo para baixo, nos cantos da boca, como se fosse um parêntese de carinho: moldura de beijo preguiçoso, de acabar o fôlego. O cabelo parecia uma vassoura de bicho da seda, lustroso e fino, que se atirava bem vadio para trás, chegando muitas vezes a espanar as dragonas quando a rabanada era mais afoita. Tipo do homem sedutor, aumentava os seus encantos pela voz, imitando Caruso no banheiro ou nas praças, quando animado, fazendo jus à graça de ser bom um bom italiano: nascido de quatro para o Vesúvio e de peito para Sorriento. De uniforme, então era de ferver o patriotismo das raparigas, que brigavam por um lugar na janela nos dias de passeata do *Reggimento* só para vê-los desfilar atacando os agudos da *Virginella* (MÁRSICO, 1972, p. 206).

Nota-se que na ficção para a personagem Major, era lucrativo trabalhar no Brasil, e abandonar Nápoles na Itália, seu nome Giovanni Pandolfo, tem origem itálica. Mársico o descreve como um homem que fala com um tom de voz alta comparando-o com seu amigo de bancada do PTB, o deputado João Caruso, de origem italiana, nota-se que o Major continua se vendo como um italiano ao defender sua pátria de origem e ao cantar a música *Virginella*, típica italiana. Gladstone Osório Mársico descendente de imigrantes itálicos participava nos anos (1937-1939) do Coral Medianeira, juntamente com outros descendentes de imigrantes italianos; Jorge Corradi, Meri Tirapelli e Nadir Rigo.

Além da imigração italiana surge a imigração alemã no Rio grande do Sul em 1824. Em Erechim a primeira colônia se estabeleceu em 1909, conforme Cassol (1979). O memorialista, Antônio Ducatti Neto, em sua obra *O grande Erechim e sua história*, afirma que:

em 1915, a população de Erechim ascendia a 27.259 habitantes, dos quais 3.625 eram alemães (14% do total). Os restantes eram 7.114 brasileiros, 5.721 poloneses, 246 suecos, 1.827 italianos, 722 austríacos, 106 espanhóis, 74 franceses, 234 portugueses, 7.863 de outras nacionalidades (NETO, 1981, p. 96).

Nota-se que o número de imigrantes alemães é acentuado, comparado aos outros grupos étnicos. Em *Cogumelos de Outono*, a personagem Bernardo é filho de imigrantes alemães catarinenses, que se instalaram em Nova Pomerânia, no Vale do Itajaí, que se dedicaram a lavoura de trigo. Bernardo não se acostumou com a vida de agricultor. Então, ele conseguiu um emprego com o cunhado trabalhando como auxiliar de balconista, em Blumenau. Porém, Bernardo foi convocado para o serviço militar, e não querendo ficar no batalhão do exército se envolveu com a amante do coronel “*La virgem de los infernos*”, ao ser descoberto pelo coronel Tio Gonça, com isso, se obrigou a fugir do batalhão para não ser preso. Então, “[...] correu para a estação mais próxima e conseguiu meter-se no trem que vinha de São Paulo e se dirigia ao Rio Grande, o famoso Noturno Paulista (trem) que passava de madrugada” (MÁRSICO, 1972, p. 66).

Aqui, revela a verossimilhança, com o perfil dos pais de Bernardo, com os imigrantes alemães da segunda colônia fundada em Santa Catarina em 1846, situada em área próxima à foz do rio Itajaí-açu, segundo Giralda Seyferth (1999, p. 62):

A colonização sistemática do Vale do Itajaí, na verdade, começou em 1850, com a fundação de uma segunda colônia particular, na confluência do ribeirão da Velha com o rio Itajaí-açu — ponto a partir do qual este deixa de ser navegável. Após uma longa negociação com os governos provincial e imperial, Hermann Blumenau formou uma empresa colonizadora que obteve uma concessão de terras devolutas destinada à ocupação com imigrantes alemães em regime de pequena propriedade familiar. Coincidentemente, os primeiros colonos chegaram à região poucos dias antes da promulgação da Lei de Terras (Lei 601, de 18/9/1850). Esse projeto, apesar das dificuldades encontradas por Hermann Blumenau para trazer imigrantes, deu impulso à colonização alemã na província de Santa Catarina.

Em Boa Vista do Erechim, os imigrantes criaram espaços de sociabilidades, entidades e clubes<sup>113</sup>, como a “[...] a sociedade germânica (hoje é o Clube Caxeiral) também realizava excelentes bailes, em que só podiam entrar alemães” segundo Neusa Garcez (2008, p. 145). Contudo os clubes na região de Erechim “têm sua origem nas antigas associações e comunidades fundadas pelos imigrantes, muitas vezes ligadas à igreja e /ou a atividades coletivas como esportes, teatro, dança e a música”, conforme Wojciekowski (2007, p. 43).

Os imigrantes italianos, fundaram clubes recreativos, como o Ipiranga Futebol Clube<sup>114</sup>, fundado em 18 de agosto de 1924, e o Esporte Clube 14 de julho<sup>115</sup> fundado em 20 de novembro de 1936 e o Clube Esportivo e Recreativo Atlântico<sup>116</sup> fundado em 1937. Na ficção de *Cogumelos de Outono*, surge a representação,

---

113 Segundo Font (1981) o Clube Germânia, manteve uma escola, canchas de bolão e outras atividades sociais em 1931, sem igual desde sua fundação em setembro de 1914. Wojciekowski apud Frainer (1936) revela que as diversas sociedades teutas que existiam na vila Boa Vista fundiram-se na Sociedade Alemã G. W. C., com sede no antigo clube Germânia. Sociedade esta que “impõe-se pelo brilhantismo de suas festas, e pelo carinho que dispensa ao canto e a ginástica”. Em 1914, um grupo de imigrantes alemães fundou a *Deutscher Schuverein* Paiol Grande, mudando sua denominação diversas vezes, *Hindenburg-Cabral* em 1920, Germânia em 1924, Verein GWC em 1933 e voltando a o nome Germânia em 1938, conforme Wojciekowski (2007, p. 42).

114 Gladstone Osório Mársico dirigiu o Esporte Clube Ipiranga no período de (1970-1971).

115 O Clube 14 de Julho foi fundado em 20 de novembro de 1936 por 143 sócios (inicialmente), entre os quais é possível citar José Rigoni, Henrique Rigoni, Antônio Rigoni, Luiz Rigoni, Antônio Fontanelli, Luiz Chiapin e Hercolino Molossi. Sua primeira diretoria foi assim composta: Armando Picoli (presidente), Lázaro Molossi (vice), Orly Borges Duarte e Antônio Trentin (secretários), Carlos Rigoni (tesoureiro), Manoel Carmona (orador), Frederico Leopoldo Sefrin (porta estandarte), Normélio Reginatto (guarda esporte), conforme (FONT, 1983, p. 277).

116 A Sociedade *Carlo Del Prete*, que passaria a denominar-se Sociedade Recreativa e Beneficente Atlântico Futebol Clube, foi fundada em 1915 por um pequeno grupo de imigrantes italianos, nominada inicialmente *Società Mutuo Socorro XX Settembre*, mas em agosto de 1929 mudando sua denominação para *Carlo Del Prete*, conforme Font, 1983). A Sociedade Italiana M. S. *Carlo Del Prete* mantinha o Grupo Artístico *Vittorio Alfieri*, que oferecia à sociedade da então Boa Vista “belíssimos espetáculos”. Em uma reunião realizada na Sociedade Carlo Del Prete, no dia 18 de março de 1935, foi fundado o Clube do Comércio, e em 12 de outubro do mesmo ano inauguram sua sede provisória, conforme Font (1983).

Bernardo [fundador do clube alemão] se reunia na calçada para conversar. Viam-se Beppi, o Maestro Krause, Mestre Faísca e o Canhão do Vale. Com certeza falavam dos preparativos do novo jogo de futebol com o Sport Clube 14 de julho, [clube fundado por italianos] já marcado para o fim do mês (MÁRSICO, 1972, p. 404).

Na entrevista de Abraão Izaquiel Charchat (2018) descreve como eram as partidas de futebol e os espaços de sociabilidade nos anos 60,

[...] o 14 lá, [14 de julho], o 14 tinha uma rivalidade, com nós [clube Ipiranga] quase que nem o Atlântico, porque os caras que eram do 14 diziam assim, podemos perder pra todo mundo, mas só ganhamos do Ipiranga, eles adoravam, os Badalotti, os Barbieri, então no 14 assim, no Atlântico o cara tinha rivalidade tudo bem, no clube 14 que eles tinham um time de futebol ali na praça, pra onde tem aquele terreno vazio, ali era o campo deles. Agora no 14 assim, o cara não tinha rivalidade, mas todo jogo dava pauleira, e se cuidava em todos. Nós tinha [Ipiranga] uma rivalidade muito grande com Getúlio Vargas também, porque em Getúlio Vargas tinha a fábrica da *Serra Malte*, aí aqui nós de Erechim, chegavam esses palhaço chato, então nós ia lá nos bailes, chegava e pedia uma *Brahma*, mas os cara queriam nos expulsar.

Entrevistador: mas eles expulsavam lá em Getúlio.

Entrevistado: mas ficavam... só tinha que tomar *Serra Malte*. Eu tinha uma amizade muito boa lá, eu queria na casa do Almir a gente posava, dava cada baile, meu deus.

Nota-se que a partida de futebol e os bailes eram espaços que os grupos étnicos compartilhavam mutuamente. Em *Cogumelos de outono*, Bernardo fundou o Núcleo da Ação Integralista e em 1935, e criou o time de futebol, Sport Clube 25 de julho<sup>117</sup>, desafiando o clube rival, o Sport Clube 14 de Julho para uma partida de futebol,

[...] o campinho da Viação férrea já estava repleto de gente quando o time do Sport Club 14 de julho entrou no gramado sob estrondosa vaia dos *boavistenses*, embora recebido por um mixadíssimo foguetório da sua torcida, composta por meia dúzia de gatos pingados reunidos num canto, bem lampeiros e próximos do portão da saída. Os jogadores fizeram a volta olímpica na pequena quadra, sacudindo as bombachas e urrando a saudação de praxe com socos para cima, no ar, o pessoal de casa aumentando a dose da zoada na base do vale-tudo, desde assobios, laranjas, casca de banana, até umas palavras de baixo calibre metendo a mãe e a patroa dos atletas no embrulho [...] (MÁRSICO, 1972, p. 432-433).

Nota-se que na ficção ocorre semelhantemente desavenças entre as torcidas dos clubes. Porém, apesar das brigas, os espaços de sociabilidade eram necessários,

[...] o processo de desenvolvimento urbano de Erechim, bem como a formação a partir de diferentes origens étnicas foi um facilitador para que os imigrantes e seus descendentes se reunissem a partir de clubes e

---

117 Em 1937, o Estado Novo instaurou a Campanha de Nacionalização, com isso, os clubes da cidade que tinham nomes estrangeiros tiveram que ser alterados, como o clube dos alemães que passou a se chamar Centro Cultural 25 de julho.

associações, que em alguns casos tinham departamentos esportivos, sociais e culturais. (...) Dessa forma, mesmo imigrantes de diferentes nacionalidades, mas por algumas semelhanças culturais, acabam por reunir-se em uma mesma associação, na qual era possível compartilhar heranças culturais, e a música estava entre elas. Imigrantes de nacionalidades diferentes reuniam-se em um mesmo grupo, mesmo com tradições diferentes, mas com alguns elementos em comum, formando uma comunidade (WOJCIEKOWSKI, 2007, p. 31)

Então, a formação de clubes, no contexto social proporcionou que os indígenas, afro descendentes e imigrantes pudessem interagir entre si, e ter acesso a cultura, que antes era vista como a cultura diferente, ou seja, a cultura do outro. Portanto, a formação de clubes proporcionou a reciprocidade entre esses grupos sociais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que os objetivos foram atingidos, na obra de Mársico os fragmentos analisados constituem representações interétnicas, visto que são relações entre indígenas, nativos e imigrantes de Erechim-RS. Através dos dados históricos, é inquestionável que houve miscigenação interétnica entre os grupos de povoamento. Visto que, a literatura traz um novo olhar para os grupos que desbravaram Erechim. Por fim, o estudo em *Cogumelos de Outono* está apenas no início, a investigação segue.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATMOSFERA. *Município decreta luto oficial pela morte de Fábio Koff*. Ex-dirigente do Grêmio passou boa parte da vida em Erechim. Disponível em: < <https://atmosferaonline.com.br/municipio-decreta-luto-oficial-pela-morte-de-fabio-koff/> >. Acesso em: 05 set. 2020.

BARTH, Frederik. *Grupos Étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: UNESP, 1998.

CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Centro de Ensino Superior de Erechim-CESE. Passo Fundo, Instituto Social Padre Berthier, 1979.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

DILL, João Francisco Campello. *100 razões para viver sem medo de morrer*. Uma breve história sobre os 100 anos de Erechim. Erechim RS, Campanha brasileira de cinema, 2019.

FONT, Miguel Illa. Serra do Erechim. *Tempos heroicos*. Erechim RS: Empresa Gráfica Carraro Ltda, 1983.

FRANCISCO, Julio Bittencourt. *Sírios e Libaneses no Rio Grande do Sul: Análise do cadastro de imigrantes do arquivo nacional do Rio de Janeiro – ANRJ (1939-1949) e outras fontes*. Revista Semina V. 14, N.º 2, 2015 – ISSN 1677-1001. Disponível em: < <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/5622> > . Acesso em: 05 set. 2020.

GARCEZ. Neusa Cidade. *Marcos do colonizador: o “Castelinho” e a Casa*. Erechim, RS: Edifapes, 2008.

GARCEZ. Neusa Cidade. *Voices – Sentimentos Construções: colonização italiana no Alto Uruguai Gaúcho*. Erechim, RS: Habilis, 2009.

MÁRSICO. Gladstone Osório. *Cogumelos de Outono*. Porto Alegre: Movimento, 1972.

REVISTA VEJA. *Morre Fábio Koff, ex-presidente do Grêmio, aos 86 anos*. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/esporte/morre-fabio-koff-ex-presidente-do-gremio-aos-87-anos/> >. Acesso: 05 set. 2020.

NETO. Antônio Ducatti. *O grande Erechim e sua história*. Porto Alegre. EST, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 2 ed.

SEYFERTH. Giralda. *Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro*. Revista Scielo MANA 5(2):61-88, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v5n2/v5n2a03.pdf>>. Acesso: 05 set. 2020.

WOJCIEKOWSKI. Gleison Juliano. *FREDERICO SCHUBERT E ORQUESTRA DE CONCERTOS DE ERECHIM: MÚSICA DE CONCERTO EM ERECHIM ENTRE 1950 E 1968*. Dissertação de mestrado de música apresentada a Universidade do Estado de Santa Catarina, 2017. Disponível em: < <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006b/00006b8b.pdf> >. Acesso: 04 set. 2020.

### ***Entrevistas cedidas a autora***

CHARCHAT, Abraão Izaquiel. Erechim, 12 set. 2018. Profissão: agropecuarista, idade 70 anos, descendentes de imigrantes judeus que se estabeleceram em Erechim.

LEHMANN, Rosangela Mársico. Suíça, cidade Meggen, (entrevista via Facebook) 15 jan. 2019. Possui 65 anos de idade, filha de Gladstone Osório Mársico.

# A REPRESENTAÇÃO DA IMIGRANTE JUDIA EM *CÁGADA* E O EXÉRCITO DE UM HOMEM SÓ<sup>118</sup>

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues<sup>119</sup>

**RESUMO:** O artigo objetiva-se a analisar a representação da imigrante judia na literatura do Rio Grande do Sul, optando pelas obras *Cágada (ou a história de um município a passo de)* de Gladstone Osório Mársico, publicada em 1974, tendo como cenário a Fazenda Quatro Irmãos, em Erechim; e a obra *O exército de um homem só*, de Moacyr Scliar, publicada em 1973, ambientada no bairro Bom Fim, em Porto Alegre. Justifica-se por analisar a forma de representação marginal, ora por meio da sátira, ora pela ironia, do papel da mulher judia no espaço rural e urbano. O estudo, em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História. O cruzamento de fontes inclui revisão bibliográfica, documentos sobre a imigração por fontes orais e literárias.

**Palavras-chave:** Representação. *Cágada*. *O exército de um homem só*.

## INTRODUÇÃO

O escritor Gladstone Osório Mársico nasceu em Erechim-RS, (1927-1976), atuou como advogado da *Jewish Colonization Association* (ICA), vereador erechinense (1956-1959), e produziu o romance satírico, *Cágada (ou a história de um município a passo de)* publicada em 1974, pela Editora Movimento. O escritor Moacyr Jaime Scliar nasceu Porto Alegre- RS, (1937-2011), atuou como médico, membro da Academia Brasileira de letras, e produziu a novela irônica, *O exército de um homem só*, publicada em 1973, pela Editora LP&M. Esse artigo faz parte de um dos capítulos da dissertação, *A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só* de autoria da autora.

## A IMIGRANTE JUDIA: DE CAMPONESA À COMERCIANTE

No decorrer da análise, percebe-se a ausência de bibliografias específicas sobre as atividades desenvolvidas pelas mulheres judias no Rio Grande do Sul, ou registros na historiografia da atuação da mulher judaica imigrante. Então, no contexto histórico feminino, no início do século XX, na Praça da Bandeira localizada na cidade de Erechim-RS, encontramos o monumento da *Mulher camponesa*.

Se tu fores a praça da Bandeira depois, tenta focar a mulher [escultura de uma mulher] ela tem pés descalços, a mulher de Francisco Riopardense de Macedo<sup>120</sup>, ela tem uma enxada e no ombro uma foicinha. Além de ser uma

---

118 Este artigo foi publicado nos anais do 8º Seminário Nacional e 2º Seminário Internacional de Língua e Literatura - Conversas Remotas, disponível em: < <https://www.upf.br/seminariolingualiteratura/anais>>.

119 Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2019), defendeu a dissertação, *A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só*, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr. Rosane Marcia Neumann sendo bolsista FUPF. Doutoranda em História sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr. Gizele Zanotto, bolsista FUPF. E-mail: [glauciaelisazinani@hotmail.com](mailto:glauciaelisazinani@hotmail.com).

120 Francisco Riopardense de Macedo foi um historiador, paisagista, poeta, urbanista, artista plástico, arquiteto e engenheiro brasileiro.



família de 10 ou 11 as vezes 15 [filhos] ela [mãe imigrante] também dava suporte para o marido na lavoura, o artista retratou a mulher naquele tempo histórico inserida no processo histórico dessa forma, ela não lastimava ela não lamentava, ela não reivindicava direitos da mulher porque na década de 50 ainda não se fazia isso, a nível mundial. Até já tinha a Simone de Beauvoir que está teorizando no primeiro mundo. Depois da 2<sup>a</sup> Guerra Mundial buscando mais direitos, mas espaço que vai se caracterizar na década de 60, mas mentalmente a fundamentalmente a década de 50 para a mulher era a rainha do lar, a mulher a família e os filhos, o homem o provedor ele que busca né [...] se tu fores a praça da Bandeira, tu vais ver a representação desta classe, desse setor com o *Lavrador* [escultura] com a *Mulher camponesa* [escultura], ali tem o chafariz ali tem o colono [escultura]. Na entrada da avenida que tem uma frase bonita lá tá escrito: “Ao defrontares com este símbolo, pensa naqueles que, alheios aos gozos mundanos, só tem como glória o suor do seu esforço”. O trabalho. Terminada a década de 50, nós fomos aqui capital, 4<sup>a</sup> festa estadual do milho agosto de 1940. Em 1953 em novembro terceira festa nacional do trigo em Erechim<sup>121</sup> (CHIAPARINI, 2018).

Na obra autobiográfica, Chwartzmann (2005, p. 34) escreve sobre a mulher

[...] a velha Ite atravessava aquele trecho de quatro quilômetros de mato até a nossa casa para pedir aos meus pais que eu fosse dormir na casa dela, afinal de contas eu já tinha nove anos e bem podia servir-lhe de “guarda-costas”, ajudá-la em muitos trabalhos e, no outro dia, voltar sozinho para casa sem que ela precisasse me levar. Numa dessas vezes, ela disse-me que estava sem erva-mate e que, assim que terminasse os afazeres de casa, iria até o mato cortar galhos de alguma erveira baixa, depois secaria as folhas no forno e teria erva para mais alguns dias [...] Depois que fui para casa, dona Ite pegou um facão e foi até o mato, procurou algumas erveiras bonitas, cortou-lhes os galhos mais bonitos, fez com ele um belo feixe amarrado com cipó. Mas, ao voltar, enganou-se de direção e tomou o caminho errado. Quanto mais caminhava, mais se aprofundava no mato. Enfim, estava perdida. Quando começou a escurecer, ela parou de caminhar, subiu num galho de uma árvore, a uma determinada altura do chão, para se livrar de algum bicho rasteiro, e ali passou a noite empoleirada. Ao amanhecer, tornou o caminho até dar numa trilha de gado. Foi seguindo a trilha e, assim conseguiu sair no campo [...]. Pela distância percorrida, dava, mais ou menos, uns quinze quilômetros. Depois disso tudo, dona Ite voltou para casa, mas infelizmente, sem a erva.

A mulher é representada como trabalhadora, ao lado do marido, ou sozinha, administrando a sua propriedade.

As mulheres iam para trabalhar nas lavouras junto com os maridos e levavam as crianças pequeninas enroladas em algum cobertor, isto quando era pouco frio; no verão às vezes as deixavam peladas, conforme o calor e as largavam no chão debaixo da sobra de alguma árvore. Não havia perigo de se extraviar porque eram muito pequenas e as maiores ficavam de guarda, o que aconteceu comigo e minha irmã Rosa. A mãe tinha que ajudar o pai a lavar uma área de campo e como os bois não obedeciam às regeiras, ela levava os mesmo por uma corda e o pai segurava o arado (CHWARTZMANN, 2005, p. 74).

---

121 Na 3<sup>o</sup> edição da festa do Trigo em 1953, a judia, Terezinha Kives Bacaltchuc foi eleita a rainha da Festa do Trigo, a festa ocorreu na rua Comandante Kramer, num pavilhão lotado, conforme (CHARCHAT, 2018).

Em *Cágada*, a mulher judia é representada em Lady Hilda, imigrante inglesa, esposa de Mister, e Lady Salma, filha do casal também chamada carinhosamente pelo pai de a *lovely and little daughter*, que se traduz “uma adorável e pequena filha”. Mesmo já como uma mulher casada, seu pai tratava-a afetuosamente, prática familiar recorrente entre as famílias judias, onde o pai judeu possui um tratamento extremamente afetuoso e carinhoso com os filhos, mesmo quando esses chegam a fase adulta.

Ainda, nesse grupo de mulheres judias na ficção, há Rachel, que vive no Bom Fim [imaginário de *Cágada*], ex-noiva de Muja e filha de Arão. Em *O exército de um homem só*, a representação das mulheres judias é através da mãe de Mayer [sem nome], da esposa Leib Kirschblum, também chamada de Leia, da filha do casal chamada Raquel, da amante de Mayer chamada Geórgia, e da proprietária de uma pensão, chamada Sofia. Percebe-se que Mársico traz a representação da família judia nuclear padrão, enquanto Scliar traz uma família em desestruturação, onde a mulher é a responsável pelo sustento da casa e ocupando cargos majoritários masculinos.

De modo geral, na colônia Quatro Irmãos, as mulheres casavam jovens, formando famílias (FAERMANN, 1990; CHARCHAT, 2018). Porém, nem todas as mulheres seguiam essa regra, ficando marginalizadas da estrutura da sociedade, como Geórgia, a amante judia, presente em *O exército de um homem só*: “Eu vivi bem, Geórgia. À minha maneira, é claro. E tu? Nem sequer conseguiste realizar o sonho de toda guriazinha judia - casar. Agora vais ter de andar sozinha por aí” (SCLIAR, 1973, p. 117). Em *Cágada*, Lady Salma apaixonou-se por um soldado não judeu em Londres, por isso não pode levar adiante o relacionamento, sendo impedida por seus pais. No Brasil, Lady Salma preocupa-se em não ficar solteirona.

Lady Salma ficou longos e longos anos sem achar nada, nem marido. As visitas à sinagoga aumentaram, nunca mais foi ver a rendição da guarda, mas os mocinhos que continuaram a lhe apresentar pareciam cada vez mais feios e desengonçados, a própria traça. Quando chegou a hora de virem todos para o Brasil, a primeira coisa que Lady Hilda se lembrou, depois dos gerânios, foi perguntar para Mister Glupp:

- Será que tem patrícios por lá? *Dear*?
- Por quê?
- Ora, a nossa filha vai casar com quem?
- Tem tempo, *Darling* [...]

Lady Salma foi crescendo e vivendo naquele trauma de ficar solteirona. Não tanto por ela, mas pela mãe e o pai (MÁRSICO, 1974, p. 55).

A situação das duas mulheres era delicada entre os judeus: o fato de não casar era reprovado, ficando toda comunidade encarregada por auxiliar a encontrar um marido, como no caso de Lady Salma, e a marginalização total da mulher, tornando-se amante ou prostituta, como no caso de Geórgia (ASHERI, 1987).

Outra situação embaraçosa era o fim de noivados. Em *Cágada*,

Muja estava noivo de Rachel há sete anos. Era um moderno Jacó. Realmente, há sete anos de mandalete servia a Arão, pai de Rachel. Só que esta não era serrana bela e nem possuía uma irmã chamada Lia. Serrana bela, para ele, agora, somente havia uma: Lady Salma [filha do Mister]. Rachel era a única filha-mulher de Arão, criaturinha magra e pegajosa, de voz fina e trejeitos de mamãe. Muja, às vezes, nas suas confissões ao espelho, especialmente quando se enfarava dela, chamava-a de lagartixa. Pois Rachel era envolvente, persistente, vivia a chamá-lo de benzinho para cá, beijinhos numa verruga que ele conservava com muita descrição atrás da orelha – enfim, era uma dessas noivas que já se consideram esposas com todas as

bodas do mundo antes do casamento e os agravos da lua-de-mel (MÁRSICO, 1974, p. 65).

Contudo, após sete anos, o noivado termina. Como o próprio Mársico diz de seu personagem Buja, que “era um moderno Jacó”, devido sua trajetória poder ser comparada com a passagem bíblica de Jacó, situada em Gênesis 29:15-20, que como o personagem Muja, Jacó serve como escravo, sete anos Labão pelo amor de Raquel, mas na ficção Muja não quer abandonar a noiva para não ficar desempregado. Em *O exército de um homem só*, o pai de Leia, namorada de Mayer preocupava-se com a filha,

Era meiga e loira. Morava sozinha com o pai. A mãe os abandonara quando Leia tinha cinco anos. O pai era doente; quando se incomodava com Leia, dizia que ela ainda acabaria por matá-lo. Por causa disto, Leia chorava muito. Depois enxugava as lágrimas, procurava seus amigos e declamava para eles (SCLIAR, 1973, p. 14).

O pai preocupasse que a filha case logo devido sua doença, e porque casada ele acreditava que ela não ficaria desamparada. Em *Cágada*, além de procurar um casamento para filha, sobre as atividades desenvolvidas por Lady Hilda,

[...] todos os dias, apenas o sol aparecia por cima da Montanha da Caverna, Lady Hilda regava as flores que havia plantado nas janelas de seu apartamento e, logo em seguida acordava Lady Salma para respirar o ar puro pela manhã. [...] Lady Hilda plantara, ali gerânios trazidos de Londres num pequeno baú (MÁRSICO, 1974, p. 30).

Lady Hilda cuidava da filha e tomava conta da casa e do jardim, principalmente das mudas de gerânios, que a faziam lembrar e compensar a saudade que tinha da Inglaterra. “Lady Hilda e Lady Salma já estavam cansadas de fazer e requestrar o *klops* [bolinhos de carne] de que Muja tanto gostara naquele jantar inesquecível” (MÁRSICO, 1974, p. 48).

Em *O exército de um homem só*,

[...] nossa mãe sofria ao nos ver de balaio na mão. Nossa mãe tinha projetos para nós: eu seria médico, Mayer, engenheiro; ou, eu advogado, Mayer engenheiro; ou, eu engenheiro, Mayer advogado... Logo ficou claro que eu não dava muito para os estudos, e então nossa mãe concentrou seus esforços em Mayer. Com ele o problema era outro. Mayer era magro. Rapazes magros não progridem nos estudos. Sabia-se [...]. Na busca de alimentos para Mayer, nossa mãe revelava diligência, argúcia, arrojo, destemor; perícia e espírito de improvisação; carinho. Perseguia tenras galinhas, suas e dos vizinhos; levava-as em pessoa ao *schochet* [responsável por realizar o ritual do abate], assistia ao sacrifício ritual, cuidando assim que a carne (especialmente a do peito, que era a que Mayer abominava menos) recebesse as bênçãos divinas. Viajava quilômetros para conseguir de certa mulher, uma bruxa do Beco do Salso, leite de cabra- único preventivo contra a tuberculose que ameaçava os meninos magros. Mais tarde, quando nos mudamos para a Rua Felipe Camarão, ela ia bem cedo à venda comprar maçãs para Mayer. Por mais que madrugasse, contudo, já lá achava as vizinhas, comprando maçãs. Para entrar na luta pelas maçãs maiores e mais maduras nossa mãe desenvolveu habilidades especiais; seus cotovelos, mergulhando nas barrigas das outras [...]. De posse das frutas corria para casa e lá encontrava a cara de nojo de Mayer. O arroz saboroso, Mayer recusava; os *kneidlech* [bolinhos] quentinhos recusava; os biscoitos doces, a boa sopa, recusava. [...] Um dia, em desespero, nossa mãe jogou-se nos pés

dele: - Diz meu filho, diz o que tu queres comer! O que quiseres mamãe traz!  
(SCLIAR, 1973, p. 19).

Em ambas obras literárias, a mãe judia é representada como a responsável pela alimentação da família, aquela que cozinha pratos típicos judaicos, que se preocupa com o futuro de seus filhos. Mayer trabalha num comércio rudimentar, sua mãe projeta um futuro melhor para os filhos, formando-se numa universidade para ter uma profissão que lhes elevasse *status*. Em *Cágada*, Lady Hilda, demonstra-se atenta e preocupada com a família, ao impedir o marido de tomar um remédio cuja bula desconhece:

- *My lord*, que remédio milagroso é este?  
- Fórmula da casa.  
- Posso experimentar? *Please*?  
Lady Hilda saltou:  
- Cuidado, *dear*!  
- Não tem contra-indicação- tranquilizou Padre Nero.  
Mister Glupp pegou do galheteiro, cheirou e bebeu um gole (MÁRSICO, 1974, p. 78).

O consumo de álcool no lar era outra questão controlada pela mulher.

- O senhor por acaso tem *whisky*? – perguntou a Mister Glupp. Lady Hilda olhou para o marido, gelada. Ela seria capaz de preferir a morte de Muja do que a entrada de álcool naquela casa. Era o antigo delírio contra qualquer espécie de bebida que não fosse água. Água tinha de sobra. Não servia?  
- *My Lord*, para quê? - perguntou.  
- Preciso de anestésico.  
- Nesta casa nunca entrou bebida, nem como remédio, *oh, yes, by my honour!*  
- Então, vou ter que dar outro jeito.  
Lady Salma começou a tossir de novo e Lady Hilda achou que já era demais.  
- Quieta, filhinha. Deus é grande.  
- A senhora acha, mamãe? (MÁRSICO, 1974, p. 77).

Lady Hilda não permite a entrada de álcool dentro de casa, mesmo que fosse usado para fins de anestésico ou sedativo. Aqui, percebe-se uma mãe judia dominadora e protetora do lar, porque toma decisões na casa. Em outro trecho, em *Cágada*: “E quando é que a gente deixa de ser judia? - quis saber Lady Salma? - Quando morre, filhinha. - A senhora acha, mamãe?” (MÁRSICO, 1974, p. 140). Lady Salma por ser uma judia jovem, aprende com a mãe religião. Em Quatro Irmãos, além das atividades no lar, trabalhavam como professoras na colônia. Em ambos espaços Quatro Irmãos e Porto Alegre, a mulher desempenha o papel de alfabetizadora. Em Porto Alegre, Moacyr Scliar, em sua biografia revela,

[...] minha mãe corria a mostrar minhas historinhas aos parentes e amigos. Mais tarde, quando publiquei meu primeiro livro, obrigava suas amigas a adquiri-lo. Cumpria, assim e de outra forma, o que considerava sua primeira obrigação para com os filhos: alimentá-los (SCLIAR, 1985, p. 98).

À mulher cabia o espaço do lar, o cuidado da família, mesmo os filhos adultos.

O pai judeu estava na loja, na fabriqueta, ou na rua, vendendo. Mas em casa imperava a mãe judia. Que, no Bom Fim, correspondia à tradicional imagem da mãe ansiosa, superprotetora, alimentadora. Não era raro ver mães correndo atrás dos filhos com um prato de comida em plena rua. Posso aliás dar um testemunho pessoal. Magrinho, sem apetite, eu só comia umas

colheradas de sopa quando ligavam as máquinas na mercaria do meu tio. Meu irmão era ainda pior: ele não comia nada mesmo. Era um mistério saber como sobrevivia. Minha mãe acabou descobrindo: em frente a nossa casa havia uma construção. Meu irmão atravessava a rua e pedia comida aos operários que, condoídos, alimentavam-no. Sabendo disto, minha mãe fez um pacto com a classe trabalhadora: ela fornecia comida aos homens, que a colocavam nas marmitas. Assim, meu irmão acabava sendo alimentado por sua mãe judia. Esses cuidados eram, se não justificados, pelo menos explicáveis. A magreza podia ser o prenúncio da tuberculose, a peste branca que dizimavam os habitantes do *shtetl*, do gueto- também os brasileiros. Alimentar era proteger as crianças contra a terrível doença [...] minha mãe esquentava água em uma grande lata de azeite *Sol Levante*. E não a esquentava no fogão a gás ou elétrico; o que tínhamos era um fogão a lenha. Quem já tentou acender o fogo numa manhã de inverno, com lenha úmida, sabe que isto é o que mais se aproxima de uma missão impossível (SCLIAR, 2003, p. 64).

A mãe judia cuidava para que os filhos não adoçam, aspecto presente em ambas obras literárias. Também, se envolve nos negócios da família. Em *O exército de um homem só*, Mayer vai ao encontro de sua mulher para dizer-lhe do novo empreendimento da família:

- O que é que tu já estás inventando, Mayer? É outra ideia maluca para incomodar a gente?  
- Sossega, Leia- disse ele. É para nós que eu vou trabalhar. Para ti, para nossos filhos, vais ver. Me dá... quatro anos. Só isto. Quatro anos (SCLIAR, 1973, p. 101).

A mulher judia continua a ocupar o papel de proteger, alimentar e educar os filhos. Enquanto, a mãe judia de Quatro Irmãos, auxilia o marido na lavoura, a mãe judia porto-alegrense frequentava a feira, auxiliava o marido nos negócios ou era dona de estabelecimento comercial. Nas duas obras, é representada como superprotetora. Essa representação associa-se ao imaginário dos membros da comunidade judaica, da mãe judia ser sinônimo de proteção, e zelosas pelos filhos, mas que possuem diferentes maneiras de demonstrar o afeto. Na obra autobiográfica, Moacyr Scliar afirma:

Não era fácil ser filho de professora, como não foi fácil ser filho de uma das mães mais superprotetoras que Deus botou na face da terra; as merendas que eu trazia dariam para alimentar um batalhão (SCLIAR, 1985, p. 96).

Em *O exército de um homem só*, a esposa de Mayer,

Leia comia bem. Não podia se desnutrir; trabalhava muito e precisava se sustentar. Não se queixava, mas às vezes sentia na boca um amargo. A vida é amarga- murmurava. Minorava seus desgostos com chocolates *Neugebauer*. Em geral permanecia firme, embora às vezes tivesse vontade de se desligar do mundo, de se apagar; suas pálpebras se fechavam e logo se abriam. [...] Às vezes a enormidade de suas tarefas pesava sobre ela como a carga sobre o lombo de um cavalo; sentia então dor nos rins, mas consultava o Dr. Finkelstein em último caso; este lhe receitava pílulas brancas, que ela sempre esquecia de tomar. Seu cabelo loiro ficou grisalho; isto aconteceu ainda do nascimento de seu segundo filho, uma menina (SCLIAR, 1973, p. 49).

Aqui, surge a representação da mulher judia ter uma enormidade de tarefas como trabalhar na loja e com as atividades domésticas, que caem sobre seus ombros,

mas ela continua persistente. Durante a trama, Leia e seus dois filhos, são abandonados pelo marido, quando Mayer resolve viver no Beco do Salso. Leia tenta convencê-lo para que retorne para casa, mas ele não aceita. Mayer convive com uma mulher que encontra no sítio, mas Leia não separa-se de Mayer, ao saber da primeira traição do marido [com uma não judia]. Quando Mayer é abandonado pela mulher e desiste do sítio, Leia perdoa-o e Mayer retorna para casa. Enquanto isso, Leia trabalha muito na loja, herança de seu pai, e “não fazia questão de joias, ou vestidos; o pior, para ela não poder levar as crianças na praia” (SCLIAR, 1973, p. 99). Aqui, sobressai uma mãe que deixa seu bem-estar para segundo plano, e preza pela felicidade dos filhos, e que na ausência de marido, ela ocupou o lugar de provedora, assumindo o papel dele.

Além da representação da mãe de Mayer, e da esposa Leia, também surgem duas mulheres judias na trama. A judia Geórgia, amante de Mayer, e na velhice, Sofia Kirschblum, que era a dona da pensão em que Mayer residia, após a separação da esposa. Sofia era “poderosa, e orgulhava-se de seu tipo empresarial” (SCLIAR, 1973, p. 130), e

Geórgia estava cada vez mais insolente. Tratava Mayer por “tu” na frente de todo o mundo; quando ele a repreendia, respondia ironicamente: “Está certo, Capitão Birobidijan” [...]. Uma noite Geórgia disse, acendendo o cigarro:  
- Estive falando com Raquel ontem no Clube. Acho que ela não vai se opor...  
- Não vai se opor o quê? – perguntou Mayer, alarmado.  
- À tua separação. Estive pensando nisto e acho que a tua mulher... (SCLIAR, 1973, p. 111).

Nota-se que a judia Geórgia, sem que ele saiba toma a atitude e comenta com a filha de Mayer, chamada Raquel, que pretende assumir publicamente o relacionamento com Mayer. Também na pensão a Dona Sofia,

- Vou direto ao assunto... Sabes, eu sou uma mulher de iniciativa, não perco tempo com grandes explicações... É o seguinte: tu te sentes sozinho, é por isso que fazes bobagens como aquilo ontem. Mas eu também me sinto sozinha. Nunca casei... E a gente enjoa de não ter ninguém. Depois, se nós... Se a gente acertasse... A casa poderia ser ampliada...  
- Não, Sofia... – Começa Mayer.  
- Com um homem é outra coisa- ela continua, apressada. - E, Mayer, se quiseres, podemos ser só companheiros. Isto de sexo... Eu não faço questão; não me interessa te assegurar (SCLIAR, 1973, p.143).

Existem duas mulheres decididas, a amante Geórgia insiste que o Mayer, divorcia-se de sua esposa, e Sofia lhe propõem casamento, mas o pedido é recusado por ele. Além das mulheres judias, em *O exército de um homem só*, retrata duas mulheres não judias, a primeira chama-se Santinha, que reside próximo dos limites do Beco do Salso, acompanhada de quatro homens chamados; Libório, Nandinho, Hortênsio, Fuinha. Num certo dia, eles observaram que Mayer estava plantando na horta e invadiram a colônia, durante a noite, matando os animais; o Companheiro Porco, a Companheira Cabra, e a Companheira Galinha, e agredindo a mulher. Enquanto isso, Mayer esconde-se, e depois que os invasores partem pela manhã, ele aproxima-se dela ainda machucada. A partir disso, Mayer e Santinha mantém relação amorosa na colônia, e chamam-na de Nova Birobidijan. Santinha, católica afrodescendente,

[...] era uma ativa proletária. Limpou toda a casa; improvisou uma cama com lona e feno seco; fez um fogão com pedras e uma velha grade. Derrubou um

eucalipto, libertou-o de toda a ramagem e erigiu-o em mastro para quando Birobidijan terminasse a bandeira de Nova Birobidijan. Preparou a plantação de milho e marcou o lugar para a futura usina. E não fazia só serviço interno. De madrugada já estava batendo estrada; ia fazer biscates ou pedir esmolas. Nunca voltava de mãos vazias. O capitão não passava fome, tinha até roupas novas- a túnica usada de um sargento da Brigada (SCLIAR, 1973, p. 87).

Acredita-se que aqui, seja uma representação do trabalho femenino no kibutz, porque como a mulher kibutziana, Santinha realiza todos os serviços braçais. Como também, devido Santinha, viver nas humildes habitações da colônia africana, bairro predominantemente negro, acredita-se que essa personagem representa as mulheres nativas que viviam e trabalhavam na olaria, no bairro Santa Cecília.

Porém, Moacyr Scliar, além de trazer a representação da mulher kibutziana, traz uma temática social, porque traz a exploração da mulher para a trama, devido Santinha passar fome e trabalhar exaustivamente. Enquanto isso, Mayer usufrui dos benefícios da prostituição de Santinha, como no trecho, a exploração acontece:

Rosa tinha pequenos surtos de rebeldia. Uma vez o Capitão a encontrou na despensa, devorando toda a reserva de alimentos. Quando a repreendeu, lembrando que estavam na economia de guerra, ela respondeu, com boca cheia de pão:

- Mas eu estou com fome! Faz dias que não como direito! (SCLIAR, 1973, p. 88).

Enquanto Santinha era explorada,

Mayer também trabalhava, mas já não tinha o mesmo ímpeto de antes. Roçava um pouco de mato e ia se deitar, ou então ficava horas no Mausoléu dos Heróis, limpando os crânios do Companheiro Porco e da Companheira Cabra, murmurando impropérios contra a Companheira galinha. Outras vezes cantava – nem sempre hinos revolucionários; preferia agora velhas canções em ídiche (SCLIAR, 1973, p. 87-88).

Então, Mayer ficava com o serviço mais leve, dirigindo o comitê no kibutz. Dentro da pensão Mayer envolve-se com a segunda mulher não judia, chamada de Santa Teresinha da Silva, empregada doméstica,

[...] os olhos não eram azuis, eram castanhos; a tez era morena... Mayer não foi para o quarto depois do almoço; ficou sentado na sala de refeições observando Santinha, que limpava a casa (SCLIAR, 1973, p. 140).

Scliar toca em outro problema social, porque a mulher Santa Teresinha da Silva, é vista como objeto sexual, ou na forma de amante, ou por ela ser uma simples trabalhadora, que nesse contexto encaixa-se como assédio sexual contra a funcionária. Retrata perfis diferentes de mulheres, as judias como; a mãe de Mayer e Leia são zelosas com a família; Rachel é uma jovem judia ingênua; Dona Sofia é empreendedora da pensão; Geórgia, amante de Mayer, funcionária de Mayer e sonha em casar-se. Diferentemente das mulheres judias, as nativas; Santinha e Santa Teresinha, estão representadas como prostitutas, e ambas pobres, afrodescendentes, com similaridade nos nomes “Santa” e em suas aparências físicas. Pode-se afirmar que o autor faz um contraponto da mulher judia versus a mulher não judia, havendo diferença das judias em relação as brasileiras. Através dessas personagens, revela o drama humano e faz uma denúncia social.

Moacyr Scliar, não retrata a prostituição somente em *O exército de um homem só*, mas principalmente em seu romance, *Ciclo das águas*, publicado posteriormente

em 1977, no qual retrata o contrabando de mulheres judias polonesas, trazidas da Europa sob vários pretextos para, na verdade, se prostituírem nos cabarés da América.

Foi inspirada na figura de uma velha prostituta judia, já falecida, a quem atendi como médico. O que mais me impressionava nesta mulher era a sua capacidade de sedução, em flagrante com sua deterioração física e mental. Pouco depois que o livro foi publicado recebi um telefonema anônimo. Uma pessoa censurava-me por tratar de um assunto que deveria “ficar em silêncio”. A desconformidade do meu desconhecido interlocutor era compreensível; certamente resultava do receio de que os antisemitas explorassem o assunto. Mas o fato de ter havido traficantes judeus de mulheres na América Latina e gangsters judeus nos Estados Unidos nada tem a ver com o “caráter judaico”; evidência apenas que, em circunstâncias de miséria, de desagregação social, de luta desesperada pela sobrevivência, judeus recorrem aos mesmos métodos que outros usaram e usam. E, por outro lado, sabemos que a comunidade judaica condenava o tráfico e o banditismo, providenciando ajuda às mulheres vítimas do lenocínio, através da instituição (SCLiar, 1985, p. 101-102).

A prostituição, também é vista em *Cágada*, “a Comadre Pitanga [não judia], que era ao mesmo tempo amante do Perna de Pau e de Seu querido, dono da funerária” (MÁRSICO, 1974, p. 28), aqui, surge a representação de uma mulher não judia, que semelhantemente a obra, *O exército de um homem só*, é marginalizada, e caracterizada como falsificadora de documentos de óbitos.

Portanto, a representação feminina em *Cágada* restringe-se às mulheres judias Lady Hilda, Lady Salma, Rachel e a não judia Comadre Pitanga; já em *O exército de um homem só*, sobressaem de uma maneira significativa nas personagens Mãe de Mayer [sem nome], Leia, Raquel, Geórgia, Dona Sofia e não judias, Santinha e Santa Teresinha da Silva. Possivelmente, o próprio espaço cosmopolita da capital permite esse mosaico feminino, ao contrário de uma colônia no interior do Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Moacyr Scliar e Gladstone Osório Mársico representam a posição da mulher judia imigrante, quando jovem judia é ingênua, quando mulher é decidida, quando mãe é superprotetora e sua função é zelar pela família e pelas tradições judaicas que envolvem ensinamentos religiosos e responsabilidade pela organização do espaço doméstico, cabendo a ela a responsabilidade de educar os filhos. No espaço rural, era cultiva a terra, já no espaço urbano, ela cuida dos negócios da família, mas ambas são responsáveis pelo afazeres domésticos, e não delegam a educação dos filhos e a organização da casa a outros. Concordam que as judias se casam jovens e logo em seguida tem filhos, além disso o casamento é representado como um momento muito importante e esperado na vida da mulher judia. Entretanto, trazem mulheres melancólicas ao lembrarem do passado, mas encobrem a tristeza, aparecendo frente aos outros como determinadas e fortes, seu único medo é que os filhos adoeçam por má alimentação, por isso preocupam-se em ter domínio da cozinha.

Pode-se concluir que as duas obras literárias analisadas carregam em si representações do papel social da imigrante judia erchinense e porto-alegrense, representada no meio urbano e rural. Visto que, a literatura traz um novo olhar para a importância da mulher na sociedade, e serve como uma importante fonte de acesso para futuros debates.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHERI, Michael. *O Judaísmo vivo: as tradições e as leis dos judeus praticantes*; tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

CHIAPARINI, Enori José. *Erechim: Retratos do passado, memórias do presente*. Erechim: Graffoluz, 2012.

CHWARTZMANN, Samuel. *Memórias de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Edições EST, 2005.

FAERMANN, Martha, Pargendler. *A promessa cumprida: histórias vividas e ouvidas de colonos judeus no Rio Grande do Sul (Quatro Irmãos, Baronesa Clara, Barão Hirsch, e Erebangó)*. Porto Alegre: Metrôpole, 1990.

FELDMAN, Marcos. *Memórias da Colônia de Quatro Irmãos*. São Paulo Maayanot, 2003.

MÁRSICO. Gladstone Osório. *Cágada (ou a História de um município a passo de)*. Porto Alegre: Ed Movimento. 1974.

SCLIAR, Moacyr. *O exército de um homem só*. Novela. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Ciclo das águas*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

\_\_\_\_\_. *Uma autobiografia literária: o texto, ou: a vida/ Moacyr Scliar*. Porto Alegre: L&PM, 2017.

\_\_\_\_\_. *Moacyr Scliar Site oficial*. Disponível em: <<http://www.moacyrscliar.com/sobre/o-escritor/>>. Acesso: 28 set. 2018.

TORÁ. *A Lei de Moisés*. Centro Educativo Sefaradi em Jerusalém e Editora e Livraria Sêfer Ltda. Texto hebraico: Der Shul Chumash. 2001.

Entrevistas cedidas a autora

CHARCHAT, Abraão Izaquiel. Erechim, 12 set. 2018. Profissão: agropecuarista, idade 70 anos, descendentes de imigrantes judeus que se estabeleceram em Erechim.

CHIAPARINI, Enori. Erechim, 31 ago. 2018. Prof. Historiador, patrono da XV Feira do Livro de Erechim 2012, atua diretamente junto ao Acervo documental, colaborador do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, e apresenta o programa de rádio *Vozes do Tempo*, na Rádio Virtual FM, 104.7.

JOHELAVICIUS, Jayme. Erechim, cirurgião dentista, idade 80 anos, descendente de imigrantes judeus, viveu em Barão Hirsch e trabalhou no Hospital de Quatro Irmãos.



# A REPRESENTAÇÃO DO COLONIZADOR ERECHINENSE NAS IMAGENS DA OBRA LITERÁRIA MINHA MORTE E OUTRAS VIDAS DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO<sup>122</sup>

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues<sup>123</sup>

**RESUMO:** Esse artigo objetiva-se a analisar a representação do colonizador erechinense em imagens, optando pelas imagens da obra literária, *Minha Morte e Outras Vidas*, do escritor satírico Gladstone Osório Mársico, publicada em 1958, tendo como cenário a cidade de Erechim. Justifica-se por analisar a forma de representação, produzida pelas imagens de representação do colonizador no norte do Rio Grande do Sul. O estudo, em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História. Faz uso do conceito de Representação do teórico Roger Chartier (1988). O cruzamento de fontes inclui revisão bibliográfica, documentos sobre a imigração por fontes orais e literárias. **Palavras-chave:** Representação. *Minha Morte e Outras Vidas*. Imagens.

## INTRODUÇÃO

O escritor Gladstone Osório Mársico nasceu em Erechim-RS, (1927-1976), atuou como advogado da *Jewish Colonization Association* (ICA), vereador erechinense no período de 1956-1959, produziu um livro de contos satírico e quatro romances satíricos, *Minha morte e outras vidas* (1958), *Gatos à Paisana* (1962) *Cogumelos de Outono* (1972) *Cágada (ou a história de um município a passo de)* (1974) e *Furúnculo* (1994) - póstumo, através da pesquisa de Vera Beatriz Sass. Para esse artigo, será analisado o livro de contos, *Minha morte e outras vidas*, publicado em 1958, pela editora porto-alegrense, Livraria do Globo.

Para esse artigo o objetivo é analisar as imagens de *Minha morte e outras vidas*, porque tratam da representação do colonizador erechinense, busca-se através das imagens observar as representações do processo de colonização e modernização.

Gladstone Osório Mársico, descendente de imigrantes italianos teve envolvimento com os grupos étnicos indígenas, afro-descendentes e demais imigrantes, que formaram o povoamento Erechinense. Contudo, Mársico trata de um espaço ficcional específico, ocupando-se o espaço rural de Erechim, no Norte do Estado. Esse afastamento permite traçar um panorama geral da imigração e colonização erechinense, bem como as diferentes representações que surge desse espaço. Além disso, o que chama a atenção nas obras de Mársico é sua irreverência na sátira<sup>124</sup>

---

122 Este artigo foi publicado nos anais do I Encontro Discente de Pós-graduação em História (EDPH), disponível em: < <https://www.upf.br/iedph/publicacoes>>.

123 Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2019), defendeu a dissertação, *A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só*, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr. Rosane Marcia Neumann sendo bolsista FUPF. Doutoranda em História sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr. Gizele Zanotto, bolsista FUPF. E-mail: [glauciaelisazinani@hotmail.com](mailto:glauciaelisazinani@hotmail.com).

124 O termo sátira remete, em primeiro lugar, a um gênero histórico, definido já a partir da tradição clássica (com desdobramentos até a era moderna) - seja pela vertente lucílica (também denominada romana), seja pela vertente menipeia (ou luciânica). Em rápidas palavras, a sátira de tradição lucílica caracteriza-se pela utilização regular de hexâmetros e pela finalidade moralizadora dos textos; nela o riso é utilizado como meio de denúncia dos vícios da humanidade. Os romanos a consideravam uma

que assume toda sua obra.

Teoricamente, o estudo está situado na fronteira entre a História e a Literatura, Sandra Pesavento (2003, p. 80) define: “[...] a relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real”. E utilizará o conceito de representação de Roger Chartier, a “[...] representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma <imagem> capaz de o reconstituir em memória e o de figurar tal como ele é” (CHARTIER, 1988, p. 20).

## **A REPRESENTAÇÃO DO COLONIZADOR ERECHINENSE NAS IMAGENS DA OBRA LITERÁRIA, MINHA MORTE E OUTRAS**

A primeira e única edição de *Minha morte e outras vidas*, foi publicada Livraria do Globo em 1958, contendo 109 páginas, dentro dela não menciona a autoria das imagens, que estão desenhadas ao meio dos contos. *Minha morte e outras vidas* é prefaciada pelo escritor regionalista Darcy Azambuja<sup>125</sup>, que diz existir na obra, uma acentuada técnica do estilo de Machado de Assis, e que Mársico escolheu, “os episódios e os personagens que retrata revelam nele uma sensibilidade delicada, que o “humor” não consegue disfarçar e que atrai o leitor” (MÁRSICO, 1958, s/p).

O manuscrito original dessa obra, dentre outras documentações como; anotações, reportagens de jornais, fotos, localizam-se na Biblioteca Pública Municipal - Dr. Gladstone Osório Mársico, localizada no centro da cidade de Erechim/RS. Sobre a construção do livro, Barros (2013, p. 80) salienta,

[...] são tanto de ordem *autoral* (modos de escrever, de pensar ou expor o que será escrito), como *editoriais* (reunir o que foi escrito para constituí-lo em livro), ou ainda *artesanais* (a construção do livro na sua materialidade, dependendo de estarmos na era dos manuscritos ou da impressão). Da mesma forma, quando um autor se põe a escrever um livro, ele se conforma a determinadas representações do que deve ser um livro, há certas representações concernentes ao gênero literário no qual se inscreverá a sua obra.

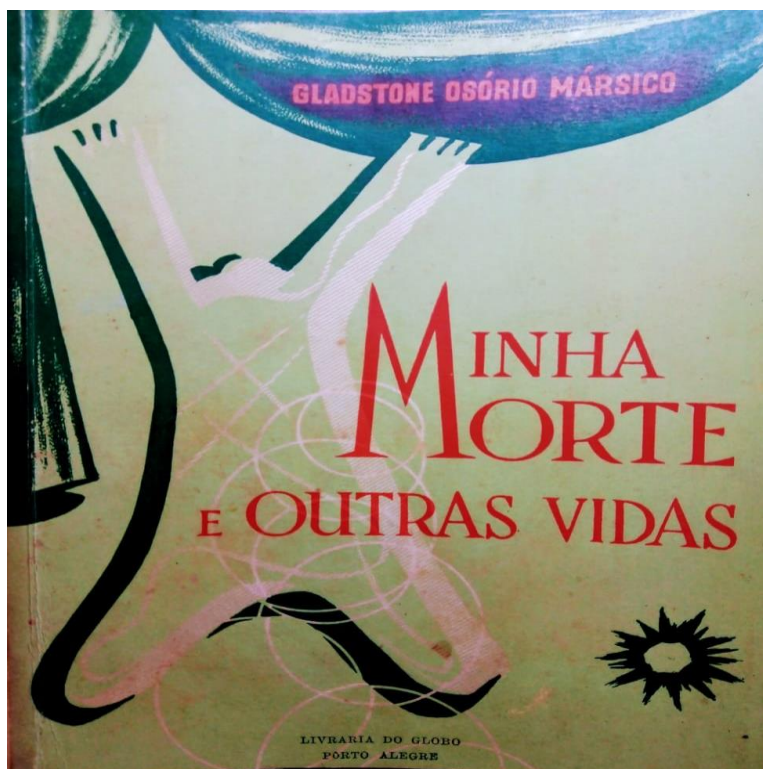
Nessa historieta Gladstone Osório Mársico conta em primeira pessoa a narrativa dos dois contos; *Minha morte*, e *O bacharel e a causa*, e nos outros três contos; *O dote*, *O magistrado e o poço*, *O escrivão e o murro*, narra em terceira pessoa, sendo narrador onisciente. O espaço de tempo nesse livro de contos, percorre ao ano de 1958. A narrativa possui o cenário de uma cidadezinha de interior em processo de crescimento urbano no RS. Abaixo a figura da capa de *Minha morte e outras vidas*.

Figura 1 - Capa do livro *Minha morte e outras vidas*

---

invenção sua. O riso é sua marca distintiva, sem assumir, no entanto, o caráter exclusivamente moralista da tradição romana, conforme Soethe (1998, p. 7).

<sup>125</sup> Darcy de Azambuja foi um escritor, professor universitário e jurista brasileiro. Formado pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre em 1927, foi no mesmo ano nomeado como promotor. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da Academia Rio-Grandense de Letras. Se destacou cedo na literatura por descrever o ambiente gaúcho, tendo influência de João Simões Lopes Neto em seus textos, atuou como redator do jornal *A Federação*.



Data: 27 out. 2020. Fonte: Acervo particular da autora.

Observa-se a figura 1, situada acima, as expressões artísticas de desenhos não são uniformes, e existe mistura de cores e formas, estes elementos sem definição expressam a pós-modernidade<sup>126</sup>. Dessa forma, a autora optou em encaixá-la na Literatura Contemporânea Pós-Moderna<sup>127</sup>, porque “na ficção pós-moderna, o literário e o historiográfico são sempre reunidos - e normalmente com resultados desestabilizadores, para não dizer desconcertantes”, segundo Hutcheon (1991, p. 136). Além da capa, a obra possui cinco imagens distribuídas no meio do livro. Dessa forma, serão analisadas, em ordem de sequência que aparece no livro de Mársico.

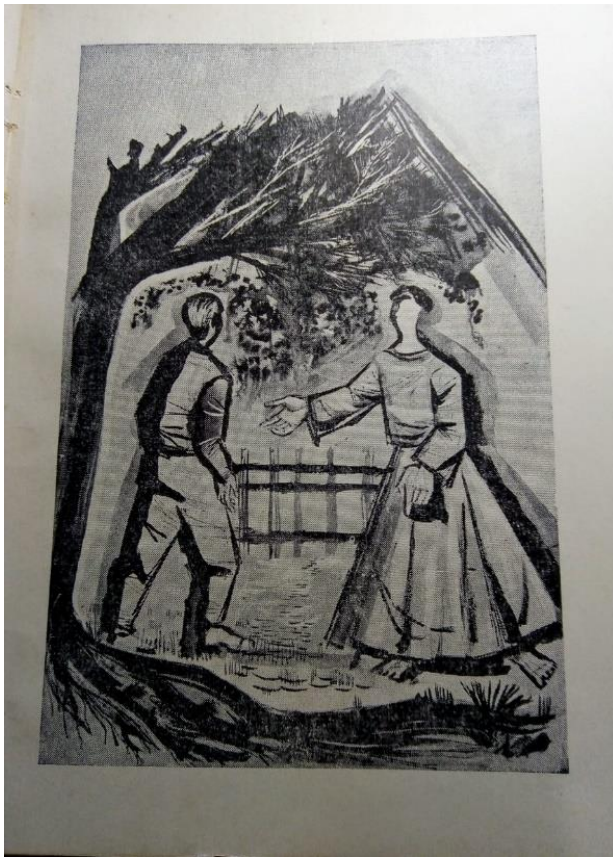
Percebe-se que as características descritas dentro da obra, são semelhantes as características desenhadas nas figuras, ou seja, o produtor das imagens tentou reproduzir e seguir as características descritas dentro da narrativa. Porém, somente a figura 2, não tem nenhuma alusão aos contos das narrativas, ela “simplesmente” aparece dentro da obra, especula-se o motivo.

Figura 2 – livro *Minha morte e outras vidas*

---

126 O pós-modernismo, também chamado de pós-modernidade, pode ser definido a partir das mudanças sociais, culturais, artísticas, filosóficas, científicas e estéticas que surgiram após a Segunda Guerra Mundial.

127 O conceito atribuído de Pós-Moderna, justifica-se por serem narrativas produzidas a partir dos anos 1960, surge o debate de Maria Lúcia Outeiro Fernandes.



Data: 27 out. 2020. Fonte: Acervo particular da autora.

Na figura 2, que está em preto e branco pode-se ver a representação de um espaço rural, nota-se ao fundo, não definido se caracteriza uma casa e devido a paisagem conter uma cerca de modelo colonial, o chão de terra e mato e a árvore sobre as duas personagens, um homem e uma mulher, o homem vestido com um casaco ou uma camisa manga longa, calça e botas, e a mulher com um vestido longo e recatado, sem calçar sapatos. Ambos têm tonalidade de pele cores claras. Esta imagem por ser pós-moderna, não se preocupa com o desenho ter bordas bem definidas dos contornos. Aqui, nota-se a representação de colonizador homem e mulher erchinense. Na obra, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, de autoria de Jean Roche, publicada em 1969, traz a descrição dos trajés utilizados pelos colonizadores:

Como traje de lã, os sapatos desapareceram, porque muito quentes para o verão muito leves para lama, mas não se adaptaram às condições locais assim, que possível os colonos adotaram as botas. Na colônia o vestuário masculino de trabalho foi de imediato composto de calça de cotim ralado, de camisa de algodão e, por vezes, do colete de um velho traje; nada de suspensórios, mas a cinta de couro que segura a faca do gaúcho na bainha de couro ou de metal prateado; no verão, o chapéu de palha e, no inverno, um chapéu de feltro, anteriormente utilizado como chapéu de Cerimônia. A camisa de cor apareceu mais recentemente, é a do domingo. A transformação das roupas femininas, embora mais lenta, Ainda mais se fez sentir; entendeu a aproximá-las da moda citadina à medida que a prosperidade da colônia foi aumentando. Os pesados vestidos escuros foram



substituídos por fazendas mais leves e mais claras; as mulheres jovens andam de cabeça descoberta, as mais idosas cobrem-na com lenço; no trabalho usam geralmente anáguas, saia e corpetes. A roupa interior, as meias, os sapatos fazem parte do traje dos dias festivos, quase não tem outra joia a não ser uma cruz com corrente, e a aliança, como os homens (ROCHE, 1969, p. 635).

Além da verossimilhança dos trajes usados pelos colonizadores, a imagem contém o dois desenhos que nos chamam a atenção, porque caracterizam-se por serem dois símbolos oficiais do município de Erechim; a Bota<sup>128</sup> usada pelo homem da imagem, o calçar uma bota e no fundo alude a uma casa triangular com uma entrada composta por gradezinhas, devido a essas semelhanças na estrutura da casa, que poderia estar associada a casa símbolo erechinense, chamado de “Castelinho<sup>129</sup>”.

Quanto ao primeiro símbolo, o termo “bota amarela”, conforme o livro de relato do Padre Benjamim Busato, em *Meu Erechim Cinquentão*, publicado em 1968, no qual assume pseudônimo de Chico Tasso ele comenta, que os erechinsenses eram chamados pelos munícipes vizinhos de botas amarelas. “Apelido que adveio do calçado uniforme, usado pelos agricultores da região que acorriam a Erechim como o centro comercial forte e próspero, porém carente de acessos pavimentados”, segundo o *blog Flor Amarela*, com a reportagem Erechim Bota-Amarela, postado por Giane Cor de Rosa, em 04 nov.2012.

Já o segundo símbolo, o Castelinho era, “o órgão oficial responsável pela instalação da Colônia era a Comissão de Terras<sup>130</sup>. A construção que serviu de sede para essa repartição pública foi o Castelinho”, conforme Baldissera (2008, p. 63). O Castelinho é marca a arquitetônica do positivismo<sup>131</sup>, porque mostra o ecletismo<sup>132</sup> encontrado na colônia por possuir um estilo germânico, conforme a Revista *Perspectiva* (1991). Na obra *Encontro Estadual de Micro história*, publicação em anais, do curso de Estudos Sociais do Centro Integrado de Ensino, FURI/CIE, Campus Erechim, de 1991, organizado por Ernesto Cassol, traz a fundação do Castelinho:

---

128 Na Expo 2001 – X FRINAPE, de 10 a 18 de novembro de 2001, com o Slogan: “Ter você aqui é bom demais”. Trouxe Vovô e a Vovó Bota Amarela foram e os mascotes da Cidade do Livro. <https://www.accie.com.br/frinape/expo-2001-x-frinape/>. Acesso: 25 out. 2020.

129 No Brasão de Armas de Erechim instituído pela Lei nº 28 de 16 de abril de 1959, promulgada pela Câmara Municipal, contém o desenho do Castelinho, que é a reprodução estilizada do velho edifício da Comissão de Terras, o mais antigo prédio público da cidade.

130 Era a Comissão de Terras que tomava todas as providências: construiu barracões para abrigar provisoriamente os colonos, forneceu as primeiras ferramentas, mediu os lotes, forneceu agrônomos, dentista, médico, orientação gratuita sobre os problemas de demarcação e assistência em geral, mesmo após instalação do município, conforme Baldissera (2008, p. 64).

131 A denominação Positivismo vem da obra de Augusto Comte, *Filosofia Positiva* (aquilo que pode ser provado com cientificidade). Essa ideologia era da qual militares, e políticos brasileiros que proclamaram a República em 1889, estavam fortemente influenciados, inclusive o engenheiro Torres Gonçalves.

132 O Ecletismo, também chamado de Historicismo, “por apresentar formas inspiradas nas antigas construções clássicas, góticas e barrocas. Foi um amplo movimento arquitetônico que coincidiu, na Europa, com a revolução industrial, em meados do século XVIII. Justamente no momento em que a industrialização passou a oferecer novas e assombrosas possibilidades para as construções, os arquitetos voltam-se para as formas do passado. O Ecletismo chegou a Erechim através de novos construtores, vindos de centros maiores. Foi muito bem aceito pelos comerciantes por significar progresso, estabilidade econômica, conforme Revista *Perspectiva* (1991, p. 82).

[...] era o “ prédio da antiga comissão de terras. O “Castelinho” como é conhecido, foi construído em 1912, contratado por Guilherme Franzmann ao Sr. Frederico Musig. A madeira veio de Getúlio Vargas, as pedras para alicerces foram buscadas nas cabeceiras do Rio Dourado. Localizado na Praça da Bandeira, em frente à prefeitura, consta do próprio brasão do município de Erechim. Dados extraídos dos escritos de Wilson Weber e de Maríndia Girardello Detoni.

De acordo, com a obra, *Cinquentenário de Erechim 1918-1968: album oficial*, organizado por Israel José da Costa, e publicada em 1968, sobre a responsabilidade da Comissão de Terras e a importância do castelinho, a delegacia Regional de Terras, afirma:

Instalado em 1916 a então Comissão de Terras de Erechim, foi no dia 20 de abril, [...], tem a sua denominação de Delegacia Regional de Terras pertencente ao Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, são suas finalidades precípuas a instalação de serviços de demarcação de lotes rurais e urbanos; instalação de núcleos coloniais e urbanos, sendo que na distribuição de terras aos emigrantes, oriundos de diversos países europeus, formou-se a mescla cosmopolita de Erechim [...]. Essa repartição, tem tido valor marcante no desenvolvimento de Erechim [...]. Ao emigrante total tem sido a assistência dada, quer social, quer médico-hospitalar, além de ferramentas, assistência agrônômica etc... (COSTA, 1968, p. s/p).

Nota-se que o colono se dirigia ao Castelinho para negociar terras, e para ter assistência aos serviços básicos, possivelmente, a figura alude a representação, de um casal de emigrantes que se dirigem ao Castelinho. Na imagem 3, situada abaixo, o Castelinho, o prédio público mais antigo da cidade que ainda existe, situado no centro da cidade de Erechim, nota-se a verossimilhança com a imagem de representação da obra literária.

Figura 3- O castelinho, antigo prédio público da Comissão de Terras

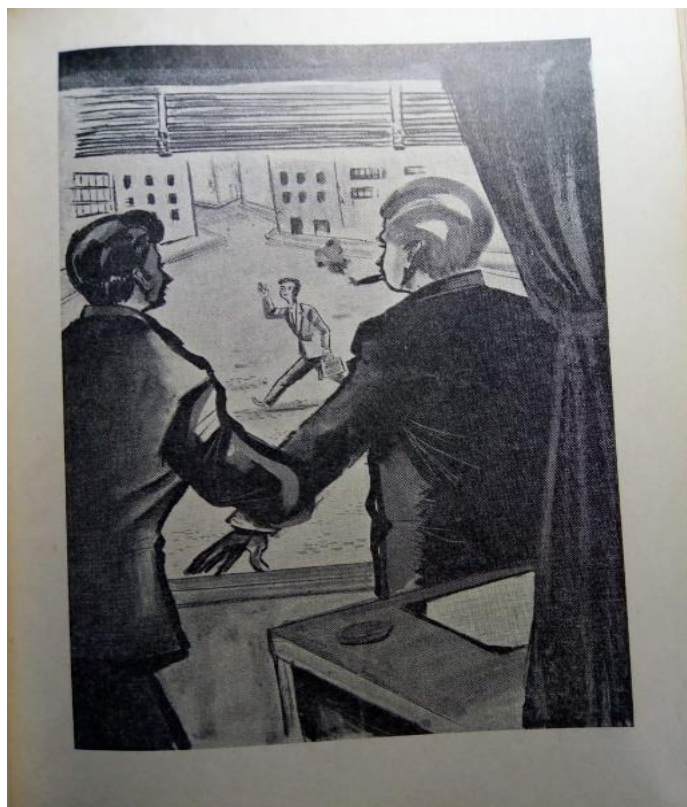




Vista parcial de Boa Vista do Erechim em 1.938. N° 01 - Centro educacional São José. N° 02 - Casa Oito, de Otto Eduardo Müller. N° 03 - Inspetoria de Terras, hoje chamado de castelinho, foto 3960. Fonte: Arquivo Histórico Miguel Juarez Illa Font.

Para dar sequência a figura 4, tratará da representação do conto *O dote*.

Figura 4 – livro *Minha morte e outras vidas*, representação do conto *O dote*.



Data: 27 out. 2020. Fonte: Acervo particular da autora.

A figura 4, que também está em preto e branco, traz em destaque dois homens de costas para o leitor, porque estão num gabinete da prefeitura, estes dois homens trajam ternos escuros, têm pele cor clara, um deles fuma um charuto. A imagem representa similarmente ao enredo do conto. Por isso, o homem da esquerda é o secretário do prefeito, e o homem loiro da direita é o Dr. Leôncio Cabral Filho, o prefeito da cidadezinha do enredo, porque fuma o charuto. Em, *Minha morte e outras vidas*, surge o trecho: “o charuto apagara e Leôncio, antes de persistir e, mesmo, para manter o suspense, achou melhor reacende-lo” (MÁRSICO, 1958, p. 63).

Contudo, dentro da imagem na parte central existe um homem que é observado por estes dois homens da janela do gabinete, a uma certa distância, que também usa terno, mas carrega uma maleta em uma de suas mãos este, chama-se Bernardinho. Mais ao longe, existem prédios que cercam até o restante da imagem. Em *Minha morte e outras vidas*:

No dia seguinte tomou do emprego. Porém, quando saiu da prefeitura- de roupa azul, o colarinho teso e o “lago revoltó’ a plagiar o sol- sobraçando os haveres da municipalidade, Leôncio, da janela de seu gabinete, virando-se

para seu secretário, observou com malícia: - Agora sim, talvez apareça menos vezes lá em casa... (MÁRSICO, 1958, p. 65).

A trama se passa numa cidadezinha com a personagem Bernadinho, que namorava Rosália a filha do prefeito, Dr. Leôncio Cabral Filho, por interesse, para dessa forma, adquirir regalias e uma promoção de emprego por intermédio do futuro sogro. Leôncio pertencia ao partido trabalhista, e Bernadinho era do partido contrário, prevendo em seus pensamentos se infiltrar para pleitear um posto no governo, por isso, Rosália seria o primeiro passo para seu plano, Bernadinho frequentava a casa de Rosália, então num dos encontros, Leôncio pediu à Bernadinho se ele queria trabalhar na prefeitura, Bernadinho animou-se e imaginou sua futura projeção política, e combinaram a data para conversar sobre esse assunto. Bernadinho aguardava esse encontro ansiosamente, porque poderia ser uma oportunidade de promoção.

Então, reuniram-se na sala de estar da casa de Leôncio, e ele logo foi dizendo, que precisava de alguém para cobrar as dívidas das pessoas que recebem os serviços públicos e que não haviam pagado a prefeitura, ou seja, ele precisava de um cobrador. Esse emprego vinha em desapontamento aos sonhos e objetivos de Bernadinho. Leôncio, não se hesitou e logo, perguntou a Bernadinho se ele era, ou não getulista<sup>133</sup>? Deixando-o em dúvida em seus pensamentos sobre o aceite do emprego, porque imaginava, o que pensariam seus amigos do seu partido contrário ao de Leôncio. Ele se questionava como ele se livraria dessa situação, pensou por um momento, que o futuro sogro estaria a testar-lhe, fazendo-lhe uma provação, mas acabou aceitando o trabalho e ainda agradeceu a Leôncio pela confiança depositada.

Nota-se que Mársico faz uma crítica ao casamento por interesse, possivelmente Mársico refere o título do conto “O dote”, ao prêmio malsucedido de Bernadinho, que Leôncio suspeitava de seu envolvimento partidário oposto ao seu, querendo vê-lo o mais longe de sua filha, por isso, um emprego não bem-sucedido frustraria Bernadinho, sendo uma forma de atingi-lo em seu namoro, para que desistisse de frequentar sua casa.

A imagem traz o contexto por volta da década de 1950, década que o livro em análise foi publicado. Segundo Baldissera (2008, p. 70):

[...] as políticas econômicas deram preferência a industrialização, havendo então, grande êxodo rural. As pessoas deixavam suas terras por serem pequenas e produzirem pouco e vinham para a cidade para tornar-se mão-de-obra barata para as indústrias.

Nota-se que Bernadinho vive numa cidadezinha, e busca emprego num ambiente urbano em transformação. Sabendo que nas décadas de 1950 e 1960, durante o governo de Getúlio Vargas<sup>134</sup>, houve regulamentação das profissões, e uma das profissões foi a engenharia civil, que tomou a dianteira na construção civil

---

133 Relativo ao getulismo, ou quem é dele partidário ou simpatizante.

134 Getúlio Dornelles Vargas foi um advogado, militar e político brasileiro, líder da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha, depondo seu 13.º e último presidente, Washington Luís, e impedindo a posse do presidente eleito em 1.º de março de 1930, Júlio Prestes. Foi presidente do Brasil em dois períodos 31 de janeiro de 1951 – 24 de agosto de 1954, 20 de julho de 1934 – 29 de outubro de 1945.

“[...] trazendo a arquitetura moderna<sup>135</sup>, nascida na Alemanha, no princípio do século. Era o concreto armado, permitindo a criação de grandes espaços sem colunas, de grandes janelas nas fachadas” (PERSPECTIVA, 1994, p. 84). Dessa forma, os prédios de concreto, desenhados na imagem 4, se assemelham com as características de uma cidade em processo de modernização.

Figura 5 – livro *Minha morte e outras vidas*, representação do conto *O magistrado e o poço*



Data: 27 out. 2020. Fonte: Acervo particular da autora.

A figura 5, em preto e branco acima, traz a representação de dois homens, um deles é o escrivão de terno escuro e bigode com olhares decididos segura uma corda e pretende colocar dentro do poço, por meio de uma roldana, o outro homem magro com cara de Lincoln, que está vestido de cueca.

No enredo do conto, o homem de cueca trata-se do juiz, Porfírio Caminha, que segundo o autor não teria capacidade para assumir seu cargo de magistrado, devido:

[...] seu rosto encovado e pálido, cuidadosamente gramado por uma barba espessa e curta, que fazia questão de conservar por semelhança a Lincoln, seus olhos cansados repousando na prateleira das órbitas (MÁRSICO, 1958, p. 69).

Porfírio atuou numa cidadezinha, que era muito quente no verão, então ele não se conformava com o calor, mas queria comparecer as audiências com toga, porque

---

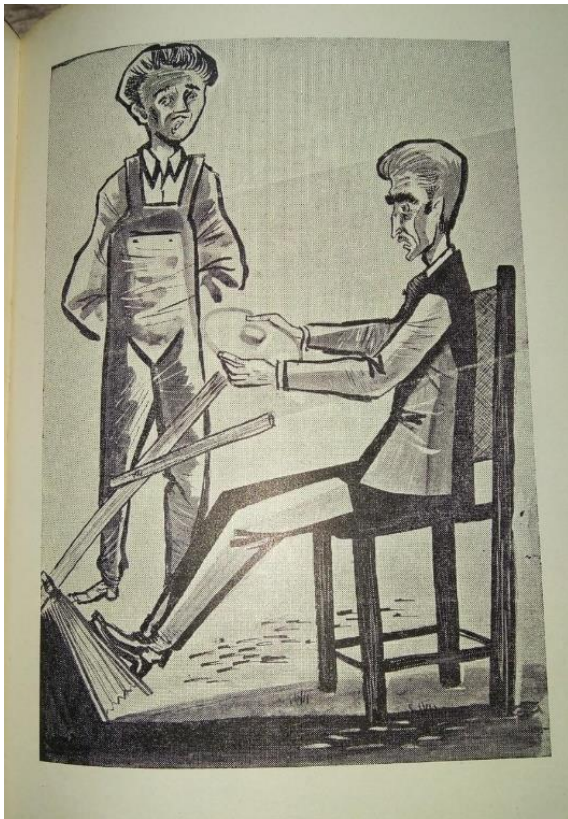
<sup>135</sup> Em Erechim, o prédio que marcou o início deste período da arquitetura moderna do interior do estado, foi o Clube do Comércio.

considerava fundamental para um juiz estar vestido ao traje. Com o tempo, Porfírio não aguentou o calor, e viu de sua janela, um poço e lembrou-se das travessuras infantis. No quarto dia, chamou o escrivão de órfãos, para que o ajudasse em seu plano, de instalar uma roldana com manivela, cordas e um banco, e uns pedaços de lona, que o isolava da vizinhança. Os homens se dirigiram ao poço, Porfírio tirou as roupas, ficando de cueca revelando seu corpo magro e esquelético, sentou no banco que foi preso pelas cordas, e o escrivão rodou a manivela, cautelosamente, e o magistrado desceu às profundezas do poço, porque queria ficar lá escondido seis metros abaixo do solo, escondido na umidade, e quando chegasse a hora das audiências, o fiel servidor do cartório viria despertá-lo do subterrâneo. Depois, o escrivão girava a manivela, e Porfírio vestia a toga e voltava para as audiências imponente e calmo. O juiz ganhou fama, que a corregedoria da justiça mandou um emissário, porque Porfírio estava tão acostumado a temperatura do poço, que não mais se conformava em subir para realizar as audiências, então os advogados, funcionários e réus que deveriam descer ao poço para fazer o inquérito.

Nota-se a verossimilhança com o espaço erechinense, que conforme Mársico (1958, p. 70), “convém que fiquemos por aqui mesmo, numa província qualquer do Rio Grande, gozando as aventuras desse juiz”. Contudo, Erechim situa-se na região do Alto Uruguai, numa área de clima subtropical, que no verão as temperaturas podem atingir entre 36° e 40° de calor. Sabe-se que nos anos 50, era extremamente necessário e comum ter um poço artesiano nas residências, porque a água é de importância vital para a sobrevivência.

Nota-se a denúncia através da sátira da morosidade do poder público numa cidadezinha de interior. A sátira se dirige à um juiz, por ser a autoridade principal, ele retém poderes em suas mãos, na narrativa ele abusa desse poder em suas decisões, fazendo o que preferir sem ser questionado pelos demais. Para dar sequência, segue a próxima figura.

Figura 6 – livro *Minha morte e outras vidas*, o conto *O escrivão e o murro*



Data: 27 out. 2020. Fonte: Acervo particular da autora.

A imagem 6, em preto e branco aponta dois homens, aquele sentado na cadeira chama-se Juvêncio de Oliveira Júnior, escrivão de uma pequena província do interior, ele está aprendendo a dirigir, e o segundo homem é um mecânico em pé, que o observa.

Então, a narrativa é similar a imagem, Juvêncio aposentou-se e comprou um carro, mas “era um homem elegante, fino e profundamente metuculoso”, característica que Mársico repete várias vezes, durante a narrativa, no seu cartório foi onde mais se destacou na metuculosidade. “Nunca escreveu palavra fora de linha e as folhas de seus processos jamais contiveram rasura que lhe comprometesse a fé pública” (MÁRSICO, 1968, p. 79). Juvêncio comprou um carro à vista, mas quis usá-lo a prazo, por não saber dirigir e por uma questão de princípios. Dessa forma, para treinar antes de dirigir fez um treino inicial:

Improvizou no pátio de sua casa um modelo das principais peças que deveria manejar. Adaptou uma tampa de panela para servir de volante e cravou-a ao solo com um pedaço de bambu, que lhe fez de mastro. Para a alavanca de mudanças, ajeitou um cabo de vassoura, também aposentado, que foi preso ao bambu com parafusos, permitindo-lhe os movimentos necessários. Para os pedais, da trave e embreagem, conseguiu de empréstimo dois foles de matar formigas. O resto, ajeitou como pode (MÁRSICO, 1958, p. 80).

Nota-se o verossímil com a narrativa, Juvêncio após esse treino irreal, contrata pedreiros para construir uma garagem no porão, que está na mecânica. Ele ordenou que os pedreiros fizessem um muro antes da garagem. Depois, de dois dias



ficou pronto e Juvêncio ordenou o mecânico que dirigisse o automóvel até sua casa, por uma questão de princípios veio a pé às pressas.

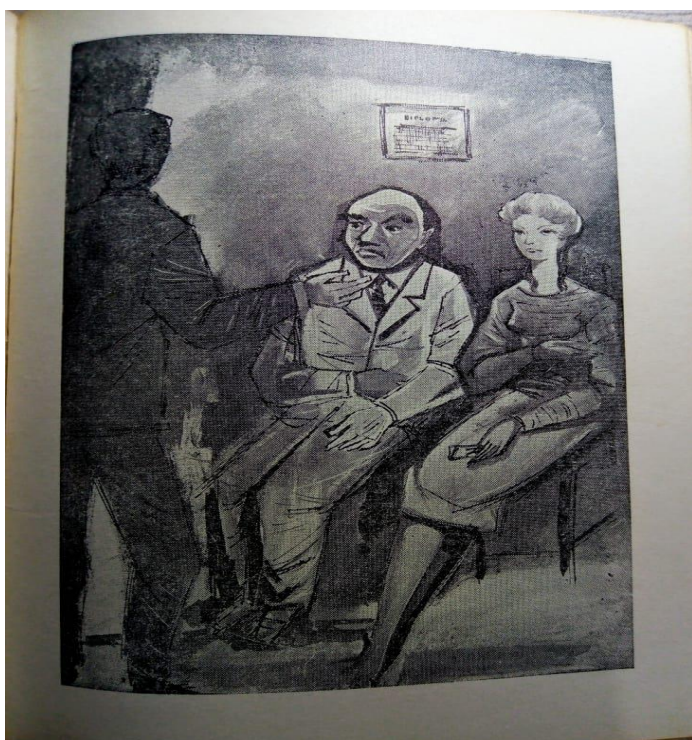
Com o automóvel na garagem Juvêncio, sentia muito alegre, e preparava-se para dirigir, depois de muitos treinos expediu na véspera, uma comunicação a polícia para que redobrasse a vigilância, e mandou um recado para seu amigo, compadre Zeferino, que iria no dia seguinte visita-lo. O dia esperado chegou, e Juvêncio vestido de preto, preparou-se para dirigir, verificou o tempo, o céu estava ensolarado, seu carro *perfect136*, saiu da garagem, mas não viu o muro que havia construído duas semanas atrás, pois estava acostumado com o automóvel na garagem, que acabou construindo um muro sem portão. Então, ficou uma semana com o *perfect*, naquela posição, decidindo se demolia o muro ou vendia o carro. Por fim, optou pela última solução, mandou tirar o carro por cima, afinal era um homem de princípios.

Mársico traz a modernização da década de 50 e 60, a compra de automóveis<sup>137</sup> em Erechim,

A partir de 1950, incentivou-se a indústria, em detrimento do campo. Passou a haver uma urbanização nacional, e Erechim não escapou desse efeito [...]. Adveio a era da tecnologia, com grande evolução nos anos 60. A modernidade, a comunicação, os transportes, a tecnologia mudaria consideravelmente o enfoque empresarial (CHIAPARINI, 2012, p. 162).

Para dar sequência, segue a última figura.

Figura 7 – livro *Minha morte e outras vidas, O bacharel e a causa*



136 O *Ford Prefect* foi um carro da *Ford Motor Company* fabricado entre 1938 e 1961.

137 O primeiro dono de automóvel em Erechim pertenceu ao advogado Eurídes de Castro, segundo Zambonato (2000, p. 29).

Data: 27 out. 2020. Fonte: Acervo particular da autora.

Observa-se que a imagem 7, que está em preto e branco, traz em seu desenho, um homem de pé, e outro homem e uma mulher loira, ambos sentados numa cadeira.

Mársico neste conto assume a narrativa em primeira pessoa, segundo Regina Ziberman em sua obra, *Roteiro de uma literatura singular*, isso torna-se

[...] característica da arte moderna a preocupação em investigar a subjetividade do ser humano. Com isto, mudaram os processos literários: ao invés de apresentar acontecimentos desenrolados no tempo e determinados pela mobilidade de heróis, desponta a descrição dos estados íntimos vividos no presente. Passam a predominar a narrativa em primeira pessoa e as técnicas de monólogo interior e discurso indireto livre. Penetram-se os desvãos profundos centralizando-se o ponto de vista em poucas personagens; e começam a ser procuradas as formas curtas, como a novela e o conto, em substituição a epopeia e ao romance (ZILBERMAN, 1992, p. 18).

Mársico assume o papel de personagem, e descreve situações de um jovem recém-formado em direito que sai da capital e que regressa para sua cidade de origem no interior, cheio de sonhos e expectativas. Ele instala-se num escritório e aguarda a clientela chegar. Até que apareceu um homem de mansinho, e olhando para o “DR”, na placa do escritório de advocacia, pensa que Mársico fosse um médico.

O homem aproximou-se de mim e perguntou com sotaque de lavoura: - O senhor é o Doutor? - Eu mesmo- respondi, com um sorriso profissional. Em que posso servi-lo? - Queria fazer-lhe uma consulta (MÁRSICO, 1958, p. 88).

Aqui, retrata o contexto de um pobre agricultor sem formação acadêmica, que se desloca para o centro de sua cidadezinha, e acaba cometendo um erro comum que foi disseminado historicamente, devido a forma de se dirigir as pessoas que tivessem a formação acadêmica dos cursos de direito, medicina e engenharia. O termo “Doutor”, é um título acadêmico de quem terminou o 3º ciclo do ensino superior e não um pronome de tratamento. Nota-se que Mársico demonstra essa confusão, como no trecho o “meu DR.” passou a ser de advogado e eu passei a dar consultas normalmente” (MÁRSICO, 1958, p. 90).

Mársico narra um episódio, que segundo ele na ficção jamais pode esquecer, a causa do médico Dr. Franz Heller. Heller tem 60 anos, de origem alemã, e faz questão que todos o chamassem de “doutor”, então, certa manhã entra no escritório de Mársico. A imigração alemã no Rio grande do Sul inicia em 1824. Em Erechim a primeira colônia se estabeleceu em 1909, conforme Cassol (1979). O memorialista, Antônio Ducatti Neto, em sua obra *O grande Erechim e sua história*, afirma que,

[...] em 1915, a população de Erechim ascendia a 27.259 habitantes, dos quais 3.625 eram alemães (14% do total). Os restantes eram 7.114 brasileiros, 5.721 poloneses, 246 suecos, 1.827 italianos, 722 austríacos, 106

Nota-se que o número expressivo de imigrantes alemães em Erechim. Na narrativa, o imigrante alemão Heller conta para o advogado Mársico o seu caso amoroso com Maria Cândida. Heller conta que a mulher lhe pede garantias, caso ele morresse dela não ficar na miséria, assegurando a ela um noivado sem adiantamento de salário. Na imagem representada acima o homem sentado na cadeira é Heller que trouxe Maria, uma moça tímida e pálida, que sua beleza é linda demais para Franz Heller. Nesse contexto, Franz deixa no escritório Maria e Mársico conversarem e logo, o advogado pede a Maria se ela realmente gostava de Franz. Ela responde que não o amava que estava interessada na fortuna, e que ela viera da sarjeta. Mársico indagou-a se ela realmente sabia se Franz Heller possuía mesmo muito dinheiro, quanto dizia. Maria assegurou que ele possuía no Banco do Brasil, quatrocentos mil cruzeiros. Então, com o consentimento de Maria Cândida e Franz, Mársico elaborou o termo de noivado para o casal.

Dois meses, depois, Heller voltou ao escritório de Mársico, disse que ela era um anjo de bondade, que cuidava bem dele. Passou-se um tempo, Heller traz Maria ao escritório e decide casar-se com ela, e que o casamento se realizaria ao receber o atestado de óbito de sua esposa que falecera na Alemanha, porque casar-se duas vezes seria bigamia<sup>138</sup>. Na manhã seguinte, a mulher retorna ao escritório lamentando a morte de Heller. Mársico seu único amigo, ajuda a pagar os gastos com caixão, flores e enterro, e aguardava ser ressarcido do valor gasto, e da mesma forma, Maria esperava receber no inventário, e Mársico pensa em estratégias de conseguir o amparo legal. Estava disposto a comprovar que Maria foi companheira de Heller em vida, e fazer comprovar isso nos tribunais. Maria continua em luto por Franz, enquanto Mársico tenta desenrolar o processo, e o juiz lhe deu causa ganha, os sobrinhos de Franz Munich se interessaram pelo caso. Maria já havia comprado uma casa em Novo Hamburgo, e aguarda a sentença. Quando tudo estava pronto para a sentença, que se realizaria, Mársico pegou um avião para Porto Alegre, e foi de ônibus à Novo Hamburgo no banco para sacar seus honorários e descobriu que Franz Heller não tinha nenhum dinheiro na conta, que tudo passava de uma mentira de Heller, e que ele e Maria são vítimas de um golpe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise da representação das imagens da obra literária encontrou-se a representação do colonizador erechinense, na imagem 2, ela trouxe a discussão do termo “os botas-amarela” e a representação do “castelinho”, que era o local onde situava-se a Comissão de Terras. Nas demais imagens que seguem, Mársico explora a cidade de Erechim num processo de modernização, na construção de casas e atuação de profissionais liberais que atuam nessa área urbana em desenvolvimento, e no meio disso, Mársico satiriza o casamento por interesse nos contos *O Dote*, e *O bacharel e a causa*. Pode-se concluir que as imagens analisadas carregam em si representações da colonização e do processo de modernização da década de 50, da cidade de Erechim.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

138 Em 1952, Mársico discutia no jornal *Voz da Serra*, um debate com *Lewis Luis Caron*, sobre o divórcio.



BALDISSERA, Marli de Almeida. CIMA, Sônia Mári. *De campo pequeno ao grande Erechim*. Erechim RS: Edifapes, 2008.

BLOG FLOR AMARELA. ROSA Giane Cor. *Erechim Bota-Amarela*. Disponível em: <<https://gianepereirasoaes.blogspot.com/2012/11/erechim-bota-amarela.html>>. Acesso em: 25 out. 2020.

CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Centro de Ensino Superior de Erechim-CESE. Passo Fundo, Instituto Social Padre Berthier, 1979.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHIAPARINI, Enori José. *Erechim: Retratos do Passado, Memórias no Presente*. Erechim RS: Graffoluz, 2012.

COSTA, Israel José da. *Cinquentenário de Erechim 1918-1968: album oficial*. Erechim: Editora Metrópole, 1968.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago Ed. 1991.

MÁRSICO, Gladastone Osório Mársico. *Minha morte e outras vidas*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958.

NETO, Antônio Ducatti. *O grande Erechim e sua história*. Porto Alegre. EST, 1981.

PERSPECTIVA. DETONI, Maríndia Giardello. *História da Arquitetura de Erechim*. Erechim: URI, 1994.

PERSPECTIVA. SPONCHIADO, Breno Antônio. *O positivismo na colonização do norte do Rio Grande do Sul*. Erechim: URI, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

\_\_\_\_\_. *O mundo como texto: leituras da História e da Literatura*. Revista: História da Educação ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.14, p. 31-45, set.2003.

TASSO, Chico. *Meu Erechim cinquentão*. Erechim: Modelo, 1968.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SOETHE, Paulo Astor. *Sobre a sátira: Contribuições da teoria literária alemã na década de 60*. Revista Fragmentos, Florianópolis, v.7 n.2, p. 07/27/ jan – jun. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/6014/5559>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

ZILBERMAN, Regina. *Roteiro de literatura singular*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

# O CINEMA E O DECLÍNIO DO SAMURAI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O HERÓI HOLLYWOODIANO E O NIPÔNICO

Guilherme Nunes de Souza<sup>139</sup>

**RESUMO:** O espectador ocidental ao se deparar com um filme sobre samurais, cria, geralmente, certa deturpação da realidade social dessa camada da população nipônica. Esse senso comum, muitas vezes, motivado por filmes que tratam desse tema, dependendo da ótica escolhida pelo diretor/roteirista pode impor sua visão de mundo acerca dos samurais, constituindo um novo discurso e interpretação histórica que se sobrepõe ao discurso histórico tradicional. Evidencia-se nos filmes a preocupação na ambientação do espaço físico e histórico, bem como na construção e no tratamento dado ao herói. Na presente pesquisa, visou-se trabalhar a visão dada aos samurais através do cinema realizando-se um estudo comparado entre um filme norte americano e um japonês.

**Palavras-chave:** Análise Fílmica, História, Representação Imagética

## INTRODUÇÃO:

Para entendermos o Japão no século XIX primeiramente precisamos estudá-lo em períodos antecessores analisando sua economia, sociedade e seu complexo senso de hierarquia. A história japonesa torna-se complexa à maneira que vamos conhecendo-a, pois não é uma tarefa fácil explicar uma nação no qual o sentido mítico confunde-se com seu passado histórico.

Essa fusão entre mito e realidade, segundo Yashimiro em seu livro "*Pequena História do Japão*", era uma estratégia muito usada para possuir um controle social, tanto que as próprias famílias reais valiam-se dela para manterem-se no poder sem questionamentos de sua legitimidade.

Pode-se dizer que a história japonesa se inicia, oficialmente, a partir do Reino de Yamato, onde ocorre a aculturação do Japão e a centralização do poder aprendido com os chineses que une a parte mítica para dar legitimidade ao Imperador. A centralização do poder nas mãos de um único homem acaba fazendo com que ocorra disputa entre os Clãs ocasionando a criação dos "17 Artigos" que não seriam um conjunto de leis propriamente ditas, mas sim regras de ética para um melhor convívio no Império. Esse artigo juntamente com essa organização política fomentou e incentivou um comércio mais variado, pois, mesmo tendo um só Imperador, todo o trabalhador se reportava ao senhor de seu clã, o Daimio, que controlava determinada região do Reino.

Foi através destas disputas entre os senhores locais e a falta de segurança nas áreas rurais que surgiram os "bushi" ou samurais. Os samurais, em um primeiro momento, eram apenas alguns camponeses que trabalhavam para o senhor da terra em que viviam como responsáveis pelo recolhimento de impostos e a manutenção da ordem local. Com o passar do tempo algumas famílias começavam a viver apenas com o ofício de samurai, especializando-se e treinando artes marciais com o intuito de defender as

---

<sup>139</sup> Graduado em História pela UFN-Santa Maria, Especialista no Ensino de História e Geografia pelo Grupo Uninter, Graduando do curso de Bacharel em Direito pela FMC-Santa Maria, Professor de anos iniciais de escola pública municipal em Caçapava do Sul, R/S. E-mail: guilhermens90@hotmail.com

terras do seu respectivo Daimio como foi o caso das famílias Taira e Minamoto que disputaram o poder no século IX.

Com um forte poder paralelo, um Império fragmentado e uma importante e respeitada milícia formada, faltou apenas a sua organização e ascensão hierárquica. Como dito anteriormente os Bushi ou samurais eram camponeses que, com o passar do tempo, foram aprimorando as habilidades militares tornando-se exímios nessa arte de fazer guerra, porém, aos olhos da sociedade aristocrática japonesa, continuavam sendo agricultores. A honra de ser chamado samurai deveria vir de seu senhor que o reconheceria como tal. Um samurai de verdade lutava à cavalo e tinha sua espada forjada especialmente para si além de usar armadura e elmos ostentando as cores da bandeira de seu senhor e, através de sua bravura em combate e lealdade para com o Shogum, poderia ascender na hierarquia. Portanto, por mais tensas que sejam essas relações de poder entre Shogunato e Imperador, ambos viviam de uma cooperação para a manutenção da ordem no império. De um lado o Shogum e seus samurais detêm o poderio militar responsável pela cobrança de impostos que sustentavam grande parte dos gastos da nação enquanto, que do outro, a supremacia simbólica do Imperador garantia a legitimidade do poder do Shogum.

No Japão, a partir do século XVI, houve três dinastias no poder representadas, basicamente, por três famílias militares sendo elas: Nobunaga, Hideyishi e Tokugawa. Odo Nobunaga não veio de uma família elitizada e possuía uma pequena faixa de terra no litoral que, ao decorrer de inúmeras batalhas, foi sendo anexada a outros territórios conquistados tornando-se um poderoso líder regional. Sendo responsável por diversos trabalhos em favor do Imperador, Nobunaga aproxima-se de Kyoto, a capital, onde ganha legitimidade e força militar empregando, inclusive, o uso de armas de fogo no exército imperial além de voltar-se para o bem civil arrumando pontes e estradas, acolhendo europeus, comerciantes e religiosos. Após a sua morte, outro líder de grande importância, mas de comportamento severo, foi Toyotomi Hideyoshi. Seguindo os passos de seu pai, tornou-se um samurai reforçando as fileiras do exército ao comando de Nobunaga que, após ver seu valor e coragem em combate confia-lhe um cargo de confiança e o comando de algumas tropas. Com a morte do general, Hideyoshi assume o poder central e torna Osaka o centro administrativo do Império, de onde abafa os últimos focos de resistência que ainda existiam na região. Apesar de ter vindo de uma família rural, sua primeira atitude como Shogum foi desarmar os camponeses. Ele acreditava que portar armas era um privilégio de um samurai demonstrando um “status” superior aos demais. Com essa atitude ele acaba com qualquer intenção de levantes regionais garantindo a estabilidade.

Com o Shogunato imposto por Tokugawa a sociedade japonesa passou por um grande processo de hierarquização tanto como um modo de organização da nova administração como por influência do estrangeiro. Assim ficam proibidos os casamentos entre pessoas de níveis sociais diferentes e a ascensão hierárquica antes acessível. As camadas sociais, segundo Célia Sakurai, em seu livro *Os Japoneses*, ficam, então, divididas basicamente em: Senhores, Imperador, Samurais, Comerciantes, Piratas e os Camponeses

Diferente de Oda Nobunaga, que via no estrangeiro um aprendizado precioso para o desenvolvimento japonês e na sua religião uma opção a ser considerada, Tokugawa as via como péssimas influências e, fechando os portos para todo e qualquer contato com o exterior, isola o Japão desse contato com o europeu. Essa atitude radical foi tomada após observado dois pontos importantes na história do comércio marítimo

como as grandes disputas por rotas no Pacífico e a insistência por parte dos catequizadores da igreja católica no arquipélago japonês. Tokugawa via isso como uma afronta à sua cultura e à sua hegemonia banindo, assim, todos os europeus do Japão sob ameaça de morte se regressasse.

Esse sistema isolado começa a decair em meados do século XIX. Com a demografia aumentando em média 1% ao ano (Yashimiro, 1964) e com poucas extensões de terra sem ocupar juntamente com a revolução industrial, as negociações internacionais entre Rússia, Estados Unidos, Inglaterra, China e Índia o governo japonês fica sem recursos a não ser propor uma nova abertura dos portos e uma relação diplomática mais ampla dando origem à chamada “era Meiji” ou a era do “esclarecimento”.

Com a abertura do país em 1868, uma parte representativa dos soberanos tinham interesses puramente econômicos porém, com tantas novidades vindas do exterior nenhuma despertou tanto a curiosidade dos orientais como o cinema. Em uma região que se isolou por mais de dois séculos, a idéia de imagens em movimento era fantástica. Tudo começou com a introdução do “Cinescópio Edson” ou “Edison” que, em seguida, foi substituído pela “Lumière” por ser mais avançada que sua concorrente.

## **O CINEMA:**

Os filmes japoneses como vistos atualmente foram criação de Shogo Makino, filho de um militar xenofóbico e de uma gueixa (NOVIELLI, 2007). Era diretor de teatro Kabuki mas, mesmo relutante, via na criação ocidental uma ótima ferramenta de trabalho. Como filho de uma mulher dedicada ao mundo artístico sabia todos os truques e técnicas a serem aplicadas criando um novo gênero cinematográfico: o “Jidaigeki”. Esse gênero baseava-se em um teatro tradicional com uma câmera fixamente posicionada na parte central do palco, ou seja, mesmo modernizando-se a tradição da velha escola, seus temas variavam desde histórias épicas à casos de vingança.

O uso do cinema no estudo da história não é nenhuma novidade. Com a evolução da imagem estática para a imagem dinâmica nos rolos de filmes, muitos estudiosos aumentam a dimensão de suas percepções tanto como espectadores como de produtores de longa e curta metragem. A nova História, escrita e republicada por Ferro nos *Annales*, coloca os filmes como fonte e objeto de estudo: “considerar as imagens tais quais são, mesmo se for preciso apelar para outros saberes para melhor abordá-los.” (FERRO, 2007, P. 240)

Marc Ferro utiliza-se da manipulação dos fatos através da mídia e, para reforçar a sua teoria, compara alguns contos da história japonesa com os reais objetivos dos mesmos acontecimentos. Com isso o autor consegue deixar clara a “ruptura” no pensamento nipônico pós Segunda Guerra Mundial. Ferro em seu livro *A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação* ressalta que: “A maioria dos textos precedentes comprova a reiterada preocupação de glorificar certos valores que permaneceram constantes na enunciação do passado histórico na forma que é passada para as crianças: a lealdade ao imperador e a crença na superioridade do Japão.” (FERRO, 2007, P. 256)

Com o tempo, esses ideais xenofóbicos começam a se modificar com a ocidentalização do país, agregando valores do “novo” e do “velho” mundo. Mas como ocidentalizar o oriente? O que é o oriente? Para explicar tais perguntas Edward Said em

livro *Orientalismo* diz: "... É uma nação de um campo de estudos baseados em uma unidade geográfica, cultural, linguística e étnica chamada de oriente." (SAID, 1990, P. 160)

O Japão foi criado por Deuses, povoado e, inicialmente, administrado por eles logo, no pensamento mítico somado à teoria da evolução das espécies de Darwin, os japoneses possuem ainda mais convicção em sua origem divina, pois são os "herdeiros" diretos dos Deuses. Porém essa supremacia foi fortemente abalada após a derrota na Segunda Guerra Mundial no qual o Japão viu o estrangeiro ocidental como o indivíduo que o humilhou e o fez perdedor mas, por outro lado, ocasionou um estreitamento dos laços afetivos do Japão com a Ásia que o autor coloca da seguinte maneira:

Essa rejeição foi acompanhada da reidentificação do Japão com a Ásia ficando bem claro que o ensino de história tem por objetivo mostrar às crianças a responsabilidade do Japão no mundo e, particularmente, na Ásia. (FERRO, 1990, P.266)

## **O SAMURAI:**

Através de todo o estudo do misticismo e da cultura japonesa existe um personagem em particular cercado de admiração e mistério. Sua participação na história e formação do Japão foi de importante relevância tanto em momentos de guerra entre os clãs quanto no ato de repelir invasores estrangeiros e inimigos em comum. Estamos falando do guerreiro samurai. Seu código de honra e conduta lhe forneceu um reconhecimento mundial, seus feitos, sua coragem e lealdade o precediam aonde quer que se apresentasse. O "regime dos guerreiros", o sacrifício poético em prol de causas nobres. Essa é a retratação mais comum feita acerca do samurai.

Uma figura interessante de ser estudada nesse período foi Miyamoto Musashi, um samurai que lutara nas batalhas que deram a vitória ao clã Tokugawa e atualmente declarado o maior e mais conhecido samurai de toda a história do Japão. Sua fama ficou conhecida com a publicação de seu livro escrito no século XVII intitulado *O Livro dos Cinco Anéis*. Nele, Musashi, didaticamente, repassa seus conhecimentos sobre artes marciais e estratégias, além de citar o bushido diversas vezes analisando suas falhas e como o "verdadeiro" guerreiro deveria se portar. Em sua visão, o samurai precisaria mais que um código de conduta para alcançar o nível da perfeição, ele precisaria, por exemplo, aprender vários ofícios e não apenas o militar, por em prática a ciência da época, nunca pensar desonestamente, não propiciar coisas inúteis e desenvolver um julgamento intuitivo.

Para Leandro Narloch em seu livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo*, Miyamoto Musashi não passava de uma figura desleal querendo tirar proveito da época de paz em que se encontrava. Utilizando-se de um depoimento acerca dos samurais feito por um pároco lusitano para o rei de Portugal o autor afirma que:

Entre os samurais medievais, ser desleal nem sempre era considerado moralmente deplorável ou divergente ao comportamento normal de um guerreiro. Até mesmo Miyamoto Musashi, herói nacional do Japão e celebridade entre as turmas de artes marciais, usava artifícios desse tipo. (NARLOCH, 2013, P.153)

Partindo desses pressupostos teóricos somados a idéia imagética do cinema e da cultura tanto ocidental como oriental, pode-se comparar estilos de filmes internacionais com o objetivo acadêmico de completar muitas lacunas deixadas acerca do tema “samurai” e suas várias versões e estilos.

## O JAPÃO: ENTRE MITOLOGIA E HISTÓRIA

Para entendermos o Japão do século XIX primeiramente precisamos estudá-lo em períodos anteriores, analisando sua economia, sociedade e seu senso de hierarquia. A história japonesa torna-se complexa à maneira que vamos conhecendo-a, pois não é uma tarefa simples explicar o sentido mítico que se confunde com seu passado histórico.

Segundo a mitologia de criação do povo do Japão, a sua origem baseia-se nos Deuses Izanagi e Izanami que após saírem do Céu criam a terra, seus rios, montanhas, homens e animais. Durante um banho para purificar-se, do corpo de Izanagi caíram três gotas de água criando, assim, Tsuki No Kami reinando a noite, Sosanoo reinando o as planícies do mar e Amaterasu, Senhora dos Céus.

Célia Sakurai em seu livro *Os Japoneses* salienta que:

[...] determinado dia, Susanoo desrespeitou sua irmã em seu próprio reino fazendo com que ela, de tamanha tristeza com o irmão, se escondesse em uma caverna tirando, assim, a luz do mundo. Os outros Deuses, que perceberam a importância de Amaterasu no mundo, provocaram a sua vaidade pra que saia da caverna e volte a brilhar na Terra usando um espelho adornado para mostrá-la quem era a Deusa mais bela, ou seja, ela mesma. Quando saiu de seu esconderijo a Deusa pede uma jóia para seus irmãos e Susanoo lhe dá uma espada retirada da barriga de um dragão que havia enfrentado. (SAKURAI, 2007, p.50-51)

Esse mito, segundo Sakurai, mostra a fusão entre a criação mitológica e a história do povo nipônico no seguinte trecho: “...São as insígnias da Casa Imperial Japonesa, para ressaltar seu prestígio e intimidade com a Deusa... Os símbolos Imperiais transmitem as virtudes do valor (espada), da sabedoria (espelho) e da benevolência (joia)” SAKURAI, 2011, p.51

O Japão do Século XIX, além da mitologia e sua fusão com a história, devemos entender suas dinastias ao decorrer dos séculos, afinal, a xenofobia e o fechamento dos portos para com o comércio ultramarino foi um processo que se agravou acontecimento após acontecimento.

Pode-se dizer que a história japonesa inicia-se, oficialmente, a partir do Reino de Yamato, onde ocorre a aculturação do Japão e a centralização do poder aprendido com os chineses que une a parte mítica para dar legitimidade ao Imperador. A centralização do poder nas mãos de um único homem acaba fazendo com que ocorra disputa entre os Clãs ocasionando a criação dos “17 Artigos” que não seriam um conjunto de leis propriamente ditas, mas sim regras de ética para um melhor convívio no Império. Esse artigo juntamente com essa organização política fomentou e incentivou um comércio mais variado, pois, mesmo tendo um só Imperador, todo o trabalhador se reportava ao senhor de seu clã, o *Daimio*, que controlava determinada região do Reino.

Foi através destas disputas entre os senhores locais e a falta de segurança nas áreas rurais que surgiram os “bushi” ou samurais. Os samurais, em um primeiro momento, eram apenas alguns camponeses que trabalhavam para o senhor da terra em que viviam como responsáveis pelo recolhimento de impostos e a manutenção da ordem local. Com o passar do tempo algumas famílias começaram a viver apenas com o ofício de samurai, especializando-se e treinando artes marciais com o intuito de defender as terras do seu respectivo Daimio como foi o caso das famílias Taira e Minamoto que disputaram o poder no século IX. (SAKURAI, 2011)

Os samurais passaram a possuir grande prestígio e respeito devido a sua honra e palavra para com seu senhor e sua causa, seja ela qual for. Para padronizar esse novo sistema hierárquico cria-se o “Bushido”, uma lista de normas que todo samurai deveria seguir tornando-o uma das castas mais admiradas por causa de seu inquebrável laço de lealdade. Essa lista compreende os seguintes tópicos que deveriam ser trabalhados pelo samurai: justiça e moralidade, atitude direta e razão correta, decidir sem hesitar; coragem e bravura heróica; compaixão e benevolência; polidez e cortesia; sinceridade e veracidade total; honra e glória; dever e lealdade.

Segundo Yamashiro em seu livro *Pequena História do Japão*:

[...] completava-se, assim, uma nova organização político-social : o feudalismo, um regime considerado feudal pela existência da relação entre soberano e vassalo, divisão social, tendo como base a produção da terra dividida pelo senhor pra seus cavaleiros que, nesse caso, eram bushis o que marca o início dos governos militares no Japão, os "Bakufu". (YASHIMIRO, 1964, p.65)

Seguindo essa linha de pensamento, o Shogum em seu poder paralelo ao do governo imposto, torna-se uma autoridade real enquanto o imperador fica como uma soberania simbólica. Sakurai salienta que: “Nesse novo sistema o chefe militar, o Shogum, não substitui o imperador mas exerce o poder de fato enquanto que o imperador vive politicamente isolado em uma aristocracia urbana agora decadente”.(SAKURAI, 2011, p.82)

Com um forte poder paralelo, um Império fragmentado e uma importante e respeitada milícia formada, faltou apenas a sua organização e ascensão hierárquica. Como dito anteriormente os Bushi ou samurais eram camponeses que, com o passar do tempo, foram aprimorando as habilidades militares tornado-se exímios nessa arte de fazer guerra, porém, aos olhos da sociedade aristocrática japonesa, continuavam sendo agricultores. A honra de ser chamado samurai deveria vir de seu senhor que o reconheceria como tal. Um samurai de verdade lutava à cavalo e tinha sua espada forjada especialmente para si além de usar armadura e elmos ostentando as cores da bandeira de seu senhor e, através de sua bravura em combate e lealdade para com o Shogum, poderia ascender na hierarquia. Portanto, por mais tensas que sejam essas relações de poder entre Shogunato e Imperador, ambos viviam de uma cooperação para a manutenção da ordem no império. De um lado o Shogum e seus samurais detêm o poderio militar responsável pela cobrança de impostos que sustentavam grande parte dos gastos da nação enquanto, que do outro, a supremacia simbólica do Imperador garantia a legitimidade do poder do Shogum.

Em 1274 os Mongóis chegam à baía de Hakata com uma esquadra de quarenta embarcações e, aproximadamente, quarenta mil soldados, mas, ao começar o desembarque, são dispersados por um vendaval que assolou toda a costa japonesa. Nessa época o Japão vivia uma propícia rede de relacionamentos no exterior com

bons negócios providos da China e da Coreia. Porém, com a invasão do Império Mongol liderado pelo neto de Gengis Khan, Kublai Khan, essas relações foram cortadas e trocadas por ameaças e invasões. Porém, segundo Yamashiro comenta da ação dos Bushi nessa primeira invasão: “Atacaram os agressores na baía de Hakata em Kyushu. Os Bushi lutaram valentemente na defesa do solo pátrio, mas o inimigo conseguiu desembarcar após furiosa luta”. (YASHIMIRO, 1964, p.67)

Não convencido de sua derrota, Kublai Khan retoma a invasão sete anos mais tarde com uma força de cento e cinquenta mil homens, mas, novamente, são destruídos por um temporal na costa nipônica. Com esses dois episódios os japoneses reforçam a sua crença de que o Japão é o “arquipélago dos Deuses” afinal, havia sido o “*Kamicaze*”, que expulsou os invasores. Após o ataque mongol, crises internas e grandes descontentamentos começam a ocorrer no Império japonês. Como a capital e todos os nobres aristocratas encontravam-se no centro da nação durante os ataques, restava para os bushi defenderem o litoral. Segundo o código dos guerreiros a vitória deveria sempre ser premiada ou com privilégios ou com terras aos chefes e soldados, mas, pela visão dos nobres, não houve uma batalha significativa e nem posse de novas terras o que fez com que os samurais não recebessem nada acarretando em crises internas.

### **AS DINASTIAS: A ERA DOS GENERALÍSSIMOS**

O poder político começa a fugir das mãos da aristocracia japonesa que, mesmo vivendo no luxo de Kyoto, continua não se preocupando com a área rural. Como reação a essa vida fútil e egoísta vivida pelos nobres na corte, os samurais surgem como personagens carismáticos aumentando, tanto em número como em importância. Diferente dos políticos da capital, os “Bushi” levavam uma vida simples como lavradores e guardas pessoais o que os deixava próximos ao povo até então ignorado pelo Império. (YASHIMIRO, 1964)

Outro grande problema, causador de muitas revoltas tanto entre clãs como contra as políticas do Império, era a inadequação do sistema administrativo pouco modificado desde o século XII e que englobava muito a questão da terra e da hereditariedade dos cargos públicos. (Sakurai, 2011)

Yamashiro ressalta que:

No Japão houve um grande período de agitação caracterizada pela separação político-administrativa entre a metrópole e o interior. Tanto na Europa como no Japão, o surto das rebeliões seguidas de inquietação social teve como causa política a inércia ou fraqueza do poder central. (YASHIMIRO, 1964, p.77)

Com esse caos social se espalhando por todo o Império, a economia e a política iam perdendo suas forças fazendo com que os únicos personagens possuidores de influência suficiente para um retorno de controle fossem o Shoguns porém, eles estavam sempre ocupados demais em alguma guerra particular. A providência tomada, segundo Célia Sakurai, foi: “Em meados do Século XVI, os portugueses chegam ao Japão e o contato com alguns países Europeus e com a China, com seus governos estáveis e poderosos, viu a necessidade de buscar um governo centralizado e com estabilidade”. (SAKURAI, 2011, P.97)

No Japão, a partir do século XVI, houve três dinastias no poder representadas, basicamente, por três famílias militares sendo elas: Nobunaga, Hideyishi e Tokugawa.



Odo Nobunaga não veio de uma família elitizada e possuía uma pequena faixa de terra no litoral que, ao decorrer de inúmeras batalhas, foi sendo anexada a outros territórios conquistados tornando-se um poderoso líder regional. Sendo responsável por diversos trabalhos em favor do Imperador, Nobunaga aproxima-se de Kyoto, a capital, onde ganha legitimidade e força militar empregando, inclusive, o uso de armas de fogo no exército imperial além de voltar-se para o bem civil arrumando pontes e estradas, acolhendo europeus, comerciantes e religiosos. Após a sua morte, outro líder de grande importância, mas de comportamento severo, foi Toyotomi Hideyoshi. Seguindo os passos de seu pai, tornou-se um samurai reforçando as fileiras do exército ao comando de Nobunaga que, após ver seu valor e coragem em combate confia-lhe um cargo de confiança e o comando de algumas tropas. Com a morte do general, Hideyoshi assume o poder central e torna Osaka o centro administrativo do Império, de onde abafa os últimos focos de resistência que ainda existiam na região. Apesar de ter vindo de uma família rural, sua primeira atitude como Shogun foi desarmar os camponeses. Ele acreditava que portar armas era um privilégio de um samurai demonstrando um “status” superior aos demais. Com essa atitude ele acaba com qualquer intenção de levantes regionais garantindo a estabilidade. (SAKURAI, 2011)

Em contra partida proíbe o uso dos “zás<sup>140</sup>”, essa atitude torna mais fluido o deslocamento de mercadorias e pessoas fomentando cada vez mais o comércio e a exportação graças aos portos reformados e reorganizados. Monopolizou a extração de metais preciosos e a cunhagem de moedas além de fazer medições nos campos para controlar os impostos recebidos. Porém, todas essas mudanças e facilidades em favor do comércio tinha uma razão, Hideyoshi ambicionava uma expansão territorial ultramarina o que englobava a China, a Coreia, Taiwan e as Filipinas. A China era o alvo principal dos japoneses, mas antes precisavam passar pelo território coreano, porém, após muitas baixas e tentativas frustradas, ordena a retirada das tropas em seu leito de morte encerrando sua dinastia em 1598.

Iyeyasu Tokugawa era filho de um senhor de terras muito poderoso e influente na região de Mikawa. Como todo Shogun travava batalhas contra os feudos vizinhos para aumentar o seu próprio, tanto que chegou a enfrentar Hideyoshi algumas vezes. Por ser de notável destreza e popularidade, assim como seu antecessor, Tokugawa adquire poder e autonomia para determinada região do país, no seu caso, o leste. (YASHIMIRO, 1964)

Segundo Célia Sakurai em *Os Japoneses*:

[...] Tokugawa é considerado por muitos o melhor estrategista japonês por ter conseguido terminar o processo de progresso iniciado por seus antecessores e, para isso, proporcionou condições para que o Japão passasse por três séculos de paz interna fazendo com que a hierarquia no Império fosse reformulada e institucionalizada para um melhor controle social. (SAKURAI, 2011, p.109)

Com o Shogunato imposto por Tokugawa a sociedade japonesa passou por um grande processo de hierarquização tanto como um modo de organização da nova administração como por influência do estrangeiro. Assim ficam proibidos os casamentos entre pessoas de níveis sociais diferentes e a ascensão hierárquica antes acessível. As camadas sociais, segundo Sakurai, ficam, então, divididas basicamente

---

140 Pedágios colocados nas estradas e terras dos Daimios.

em: Senhores<sup>141</sup>, Imperador<sup>142</sup>, Samurais<sup>143</sup>, Comerciantes<sup>144</sup>, Piratas<sup>145</sup> e os Camponeses<sup>146</sup>.

Diferente de Oda Nobunaga, que via no estrangeiro um aprendizado precioso para o desenvolvimento japonês e na sua religião uma opção a ser considerada, Tokugawa a via como péssimas influências e, fechando os portos para todo e qualquer contato com o exterior, isola o Japão desse contato com o europeu. Essa atitude radical foi tomada depois de observado dois pontos importantes na história do comércio marítimo como as grandes disputas por rotas no Pacífico e a insistência por parte dos catequizadores da igreja católica no arquipélago japonês. Tokugawa via isso como uma afronta à sua cultura e à sua hegemonia banindo, assim, todos os europeus do Japão sob ameaça de morte se regressasse. (SAKURAI, 2007)

Em seu isolamento os japoneses começaram a trabalhar, valendo-se de diversas técnicas aprendidas com os portugueses na agricultura durante o Shogunato Nobunaga. Essas técnicas disponibilizaram um excedente na produção, tornando a vida dos camponeses mais suportável e a dos comerciantes mais rica. Com uma melhor produção/alimentação, era só uma questão de tempo para que o contingente demográfico começasse a subir ocasionando um êxodo rural e aumentando a produção das fábricas na capital. Essas fábricas foram possíveis graças a dois fatores: a cultura do algodão largamente difundida e com o enriquecimento dos comerciantes em suas viagens ultramarinas que, além de criarem fábricas era os principais responsáveis pela circulação da economia japonesa tornando-se, inclusive, os principais credores dos Daimios e de alguns samurais. Esse sistema isolado começa a decair em meados do século XIX. Com a demografia aumentando em média 1% ao ano (YAMASHIDO, 1964) e com poucas extensões de terra sem ocupar juntamente com a revolução industrial, as negociações internacionais entre Rússia, Estados Unidos, Inglaterra, China e Índia o governo japonês fica sem recursos a não ser propor uma nova abertura dos portos e uma relação diplomática mais ampla dando origem à chamada “era Meiji” ou a era do “esclarecimento”.

## **ENTRE TEORIAS E SAMURAIS:**

O uso do cinema no estudo da história não é nenhuma novidade. Com a evolução da imagem estática para a imagem dinâmica nos rolos de filmes, muitos estudiosos aumentam a dimensão de suas percepções tanto como espectadores como de produtores de longa e curta metragem. A Nova História<sup>147</sup>, escrita e republicada por Ferro nos *Annales*, coloca os filmes como fonte e objeto de estudo pois, para o autor, considerar as imagens tais quais são, mesmo se for preciso apelar para outros saberes para melhor abordá-los.

---

141 Donos de terras subordinados ao Shogun

142 Peça simbólica na manutenção da ordem

143 Assim como Imperador os samurais viviam de uma renda doada pelo senhor de terras aonde viviam

144 Responsáveis pela circulação das mercadorias

145 Figura comum no Cotidiano. Sua tripulação era composta por “*ronin's*” (os samurais sem mestre) e derrotados de guerras

146 Formava, junto com o senhor de terras, um convívio de vassalagem. Peça fundamental na economia agrícola japonesa.

147 A nova história cultural ocupa-se com a pesquisa e representação de determinada cultura em dado período e lugar. Nela a cronologia não é tão relevante quanto na historiografia política que, juntamente com a *Escola dos Annales*, propunha-se a ir além da visão positivista da história.

Com essa abordagem, Marc Ferro demonstra que o filme assistido sem um referencial teórico torna-se um objeto limitado para qualquer análise que se queira argumentar. Como fonte, a imagem fílmica tornou-se riquíssima possuindo ou não erros históricos ou de continuidade pois, mesmo através das incoerências pode-se usar como objeto de estudo. Cardoso em seu livro *Domínios da História* ressalta que: “O filme é tratada como um produto, uma imagem-objeto. Trata-se, em suma, de um testemunho.” (CARDOSO, 1997, p.412). Com essa abordagem o autor acompanha o pensamento de Ferro, cuja ideia de filme esta estritamente ligada com a de fonte plausível da nova história. Além de trabalhar com a ideia dos filmes, Marc Ferro utiliza-se da manipulação dos fatos através da mídia e, para reforçar a sua teoria, compara alguns contos da história japonesa com os reais objetivos dos mesmos acontecimentos. Com isso o autor consegue deixar clara a “ruptura” no pensamento nipônico pós Segunda Guerra Mundial. Ferro em seu livro *A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação* destaca que:

A maioria dos textos precedentes comprova a reiterada preocupação de glorificar certos valores que permaneceram constantes na enunciação do passado histórico na forma que é passada para as crianças: a lealdade ao imperador e a crença na superioridade do Japão. (FERRO, 2007, p.256)

Com o tempo, esses ideais xenofóbicos começam a se modificar com a ocidentalização do país, agregando valores do “novo” e do “velho” mundo. Mas como ocidentalizar o oriente? O que é o oriente? Para explicar tais perguntas Edward Said em livro *Orientalismo* diz: “... É uma nação de um campo de estudos baseados em uma unidade geográfica, cultural, linguística e étnica chamada de oriente.” (SAID, 1990, p.160)

A ideia de “oriente” foi usada, inicialmente, para definir os novos domínios britânicos no século XIX. Após a perda de uma das suas mais ricas colônias, a Grã-Bretanha precisava de uma nova expansão o que incluía o norte da África e parte da Ásia. Essa nova definição geográfica foi estipulada na câmara dos comuns em 1910 quando o comandante Balfour comentou sobre os problemas no Egito e o fato de que o povo ao leste da Europa viviam costumes e culturas muito diferentes que ocasionavam seguidos confrontos e conflitos de interesses . Em um trecho transcrito de sua conversa, Balfour ressalta que: “Estamos no Egito não apenas para o bem do Egito, apesar de estarmos lá para o bem deles, estamos lá para o bem da Europa em geral.” (SAID, 1990, p.43)

Esse registro mostra claramente o sentimento de superioridade do ocidente com o oriente pois demonstra ser de vital importância para os povos conquistados a sua ocidentalização, seu acultramento segundo os preceitos europeus. Seguindo a ideia dos registros do comandante, o autor justifica o sentimento de supremacia dizendo que:

A supremacia esta associada ao conhecimento sobre o Egito e não, necessariamente, com o poder militar e econômico do mesmo. O conhecimento ,quer dizer, fazer um reconhecimento de uma civilização desde a sua origem. (SAID, 1990, p.42).

O que o comandante Balfour quer dizer é que para um domínio rápido, completo e ostensivo primeiramente necessita-se da maior quantidade de conhecimento acerca

do povo a ser dominado. Sabendo suas origens, saber-se-á sua cultura, seus costumes e sua sociabilidade. Através disso descobrem-se os aliados e os inimigos e, com os mesmos, conhecerá suas fraquezas que conjuminaram em alguma crise passada. Estudar a cultura de um povo é o modo mais fácil de saber como dominá-lo. Edward Said confirma essa ideia falando que os orientais de Balfour são as raças submetidas. O conhecimento dessas raças é o que torna a administração delas fácil e proveitosa, o conhecimento confere poder, mas o poder requer conhecimento.

Para aproximarem-se dos povos ditos “orientais”, os “orientalistas” baseava-se na mitologia para um primeiro contato que, além de ter um enraizamento muito forte, ditava os principais preceitos e normas de conduta daquela sociedade tanto que, ainda no século XX, os japoneses acreditavam no individualismo e que somente através dele era possível ascender com honra e respeito. Com as incursões feitas por esses intelectuais ao oriente, com o tempo houve a aculturação de certos costumes como no caso do coletivismo e da autossuficiência. Ferro, para reforçar essa ideia, diz que: “O povo japonês não será um grande povo; já o é e, através dos estudos do Darwinismo, justifica a sua ascensão.” (FERRO, 1990, p.255). Segundo o autor, o Japão foi criado por Deuses, povoado e, inicialmente, administrado por eles logo, no pensamento mítico somado à teoria da evolução das espécies de Darwin, os japoneses possuem ainda mais convicção em sua origem divina, pois são os “herdeiros” diretos dos Deuses. Porém essa supremacia foi fortemente abalada após a derrota na Segunda Guerra Mundial no qual o Japão viu o estrangeiro ocidental como o indivíduo que o humilhou e o fez perdedor mas, por outro lado, ocasionou um estreitamento dos laços afetivos do Japão com a Ásia que o autor coloca da seguinte maneira:

Essa rejeição foi acompanhada da reidentificação do Japão com a Ásia ficando bem claro que o ensino de história na parte oriental do globo tem por objetivo mostrar às crianças a responsabilidade do Japão no mundo e, particularmente, na Ásia. (FERRO, 1990, p.266)

Através de todo o estudo do misticismo e da cultura japonesa existe um personagem em particular cercado de admiração e mistério. Sua participação na história e formação do Japão foi de importante relevância tanto em momentos de guerra entre os clãs quanto no ato de repelir invasores estrangeiros e inimigos em comum. Estamos falando do guerreiro samurai. Seu código de honra e conduta lhe forneceu um reconhecimento mundial, seus feitos, sua coragem e lealdade o precediam aonde quer que se apresentasse. O “regime dos guerreiros”, o sacrifício poético em prol de causas nobres. Essa é a retratação mais comum feita acerca do samurai. Porém existem autores que não vêem apenas a “aura” honrada dos samurais, e sim todo o contexto que o fizeram bons e destemidos guerreiros. Segundo Leandro Narloch em *Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo*: “Os guerreiros se importavam muito pouco com a lealdade e a honra, fingiam estar em paz para pegar o adversário de surpresa, servindo como espões e agentes duplos.” (NARLOCH, 2013, P.152)

Essa Citação de Narloch a respeito dos samurais, guerreiros tão valorizados em sua história, coloca em cheque toda a honra e o respeito à cerca do *bushido*, o conjunto de regras que todo o samurai deveria seguir. Essas regras serviam para o samurai viver e morrer com honra pois, para essa classe guerreira, seguir o bushido, era dar ênfase à lealdade, fidelidade, auto sacrifício, justiça, modos refinados, humildade, espírito marcial e honra acima de tudo, morrer com dignidade. Utilizando

os preceitos do Budismo, Xintoísmo e Confucionismo, a doutrina samurai espelha-se nos seus principais ensinamentos sendo eles: o destemor a morte, o dever com a pátria e a relação de bem estar com a família e o mundo a sua volta.

Narloch comenta outra versão deste mesmo guerreiro destemido e honrado apontando seus defeitos morais e éticos. *O Livro dos Samurais* foi escrito durante o período Tokugawa em que não se tinha mais batalhas árduas e a maioria dos guerreiros foram realocados nos vários cargos da administração pública. Escrito por saudosistas, o autor coloca de uma maneira em que o livro fique entendido não como uma representação fiel dos verdadeiros samurais, mas sim de uma reinterpretação do estilo do mesmo diante uma vida burocrática em que estavam destinados durante o período Tokugawa. Outro ponto abordado pelo autor comenta sobre a idade e o desejo de ascensão existente entre essa camada da população japonesa, na qual muitos jovens guerreiros agiam contra o seu senhor por uma melhor posição social em determinado grupo ou família que, mais uma vez, é algo que vai contra os preceitos do código de conduta dos samurais baseado no confucionismo: respeitar e honrar seu mestre. Tal atitude é considerada inexistente na vida do samurai que segue o bushido porém, como falando anteriormente, o código de ética dos guerreiros japoneses só foi escrito no século XVII em um período de paz pois, segundo o autor “A idéia do “samurai original” é, na verdade, uma idealização do samurai original. Os guerreiros do século 16, aqueles da época de outros samurais, eram mais mundanos e trapaceiros.” (NARLOCH, 2013, p.150)

Uma figura interessante de ser estudada nesse período foi Miyamoto Musashi, um samurai que lutara nas batalhas que deram a vitória ao clã Tokugawa e atualmente declarado o maior e mais conhecido samurai de toda a história do Japão. Sua fama ficou conhecida com a publicação de seu livro escrito no século XVII intitulado *O Livro dos Cinco Anéis*. Nele, Musashi, didaticamente, repassa seus conhecimentos sobre artes marciais e estratégias, além de citar o bushido diversas vezes analisando suas falhas e como o “verdadeiro” guerreiro deveria se portar. Em sua visão, o samurai precisaria mais que um código de conduta para alcançar o nível da perfeição, ele precisaria, por exemplo, aprender vários ofícios e não apenas o militar, por em prática a ciência da época, nunca pensar desonestamente, não propiciar coisas inúteis e desenvolver um julgamento intuitivo mas, para Narloch, Miyamoto Musashi não passava de uma figura desleal querendo tirar proveito da época de paz em que se encontrava. Utilizando-se de um depoimento acerca dos samurais feito por um pároco lusitano para o rei de Portugal o autor afirma que:

Entre os samurais medievais, ser desleal nem sempre era considerado moralmente deplorável ou divergente ao comportamento normal de um guerreiro. Até mesmo Miyamoto Musashi, herói nacional do Japão e celebridade entre as turmas de artes marciais, usava artifícios desse tipo. (NARLOCH, 2013, p.153)

## **A ANÁLISE FÍLMICA:**

Quando estudamos o cinema mais a fundo notamos peculiaridades que o público mais passivo não percebe. Elementos como fotografia, figurino, roteiro, som, etc são observados por todos os espectadores porém, de uma maneira mais voltada ao entretenimento enquanto que estudiosos da sétima arte possuem um caráter analítico tendo que, por várias vezes, rever o filme procurando seus detalhes.

“Analisar um filme não é apenas vê-lo revê-lo e, mais ainda examina-lo tecnicamente.” VANOYÉ, 1992, P. 12 Com esse argumento o autor esbarra no segundo obstáculo da análise fílmica: a psicológica. O filme, basicamente falado, é uma retratação propriamente dita de algo que pode ser caro para o espectador ou não. Esse sentimento de assistir uma obra cinematográfica é comum tanto para um público dito leigo como para os mais analíticos. Mas o que diferencia esses dois tipos de pessoas? Segundo o autor, o espectador normal é passivo, percebe o filme sem desígnio particular, é guiado e o filme torna-se um lazer enquanto que o analista é ativo, observa e analisa tecnicamente, transforma o filme em objeto de análise de uma produção intelectual.

Através da influência midiática, para o público comum, que coloca o filme com um prazer, a manipulação torna-se quase que iminente e faz com que o espectador torne-se passivo diante do que vê. Para o autor essa afirmação torna-se válida que diz que:

Estamos cercados por um dilúvio de imagens. Seu número é tão grande, estão presentes tão naturalmente, são tão fáceis de consumir que nos esquecemos que são o produto de múltiplas manipulações, complexas, às vezes muito elaboradas. (VANOYE 1992. P. 13 )

Com isso analisar um filme torna-se uma atividade reflexiva somada a muitos fatores para chegar a um resultado satisfatório. O tipo de filme, país de origem, o público alvo, os atores contratados, o contexto histórico, político, econômico da época em que a obra foi feita, etc. Para isso necessita-se “dividir” o filme para uma análise mais aprofundada. Segundo o autor:

Analisar um filme ou um fragmento é, antes de mais nada, no sentido científico do termo, assim como se analisa, por exemplo, a composição química da água, decompô-lo em seus elementos constitutivos. Parte-se, portanto, do texto fílmico para desconstruí-lo e obter um conjunto de elementos distintos do próprio filme. (VANOYÉ, 1992, P. 15)

Isso demonstra que a análise fílmica é trabalhosa e demorada para alcançar um resultado satisfatório. É um trabalho intelectual que demanda tempo e perseverança e, segundo o autor, necessita-se de uma convicção muito forte por parte do analista para não ser “seduzido” pelo filme. Sem esses elementos essenciais para a pesquisa, o espectador intelectual terá resultados parciais e incompletos.

O elemento gênero é a base da “desconstrução” fílmica para análise. Através dele, o analista basear-se-á com que tipo de obra cinematográfica estará lidando. Os gêneros servem de código de compreensão e o cinema o adotou e o definiu como sua gramática baseando-se nas divisões literárias.

Os gêneros, segundo a autora Maria Bahiana em seu livro *Como Ver um Filme*, dividem-se basicamente em: drama, comédia, acção/aventura, ficção científica e *thriller* (terror/suspense). Porém, essas classificações são apenas do elemento básico de cada formato, cada um deles tem seu próprio conjunto de significados e símbolos. Outro estilo também adotado para classificação é o autoral que, segundo Bahiana são “realizadores cuja marca é tão pessoal e distinta que, além transcender as normas preestabelecidas, criam um novo parâmetro de reconhecimento”. De todos os gêneros citados existe um que se destaca de uma maneira geral: o drama. Segundo a *Poética* de Aristóteles, a autora expressa a importância do gênero dramático e de como ele forma a base dos

outros pois “a estrutura da melhor tragédia não é simples, mas complexa, se representa incidentes que provoquem medo e compaixão desta forma de arte”. (Aristóteles, Poética in Bahiana, 2012, P. 141). Para a autora, Aristóteles é o mestre supremo dos roteiristas e, para ele, o drama-tragédia era a forma mais clara de demonstração teatral, algo que exigia máxima perícia tanto de atores como de produtores pois produziam, no público, lições duradouras e catarses poderosas. Superação, heroísmo, destino, descobertas interiores e grandes questões morais são elementos que compõe e tornam o drama como gênero-mestre do cinema.

Em *O Último samurai* (Zuick, 2003) enquadra-se o drama épico ou histórico. Esse modo de apresentar um filme tem por base a interpretação de fatos e personagens em ambientes históricos. Já em *O Samurai do Entardecer* (Yamada, 2002) o gênero dramático é representado na versão de drama de época que, segundo a autora “é o gênero em que o período inspira e dá contornos específicos às crises mais íntimas e específicas que, ao contrário do drama épico, as personagens podem ter existido ou não”. Bahiana, 2012. P. 150. Em ambos os filmes a presença do herói (estrangeiro ou não) e do auto-sacrifício são a peça chave na trama e no roteiro assim como as cenas de ação presentes na história que, segundo a autora, na *Poética*, Aristóteles ressalta a importância da ação. O samurai vivido pelo ator norte-americano Tom Cruise em *O Último Samurai* do diretor Edward Zuick, é um elemento típico de filme dramático com teor de ação pois as personagens protagonistas desse gênero são os heróis com sua capacidade de superar obstáculos e de encontrar, em seu interior, virtudes como coragem e resistência diante de dificuldades impostas a ele que, segundo a autora “não são gratuitos, são testes da virtude do herói: força de vontade e persistência, inteligência, bravura, estoicismo, capacidade de autossacrifício”. BAHIANA, 2012. P. 195

Enquanto que no filme de Zuick o herói está em plena ascensão física e espiritual, o samurai retratado pelo diretor japonês Yoji Yamada vive a decadência de um guerreiro que, diante de inúmeras dificuldades e desafios, torna-se o herói necessário para o momento. Esse sentimento passado de sacrifício e de dever é o que torna *O Samurai do Entardecer* um filme que tenta despertar o melhor em cada espectador. Como diz a autora a meta não é o alívio do *Happy ending*, mas a catarse heróica: o herói nos redime por que encarna o que há de melhor em nós.

O capitão Algren, personagem interpretado por Tom Cruise em *O Último Samurai*, por exemplo: era um honrado oficial da 7ª cavalaria americana sob o comando do General Custer durante a conquista do oeste, mas, de tantos massacres que presenciara e, conseqüentemente, participara, desilude-se com a carreira militar e torna-se representante comercial de uma fábrica de armas. Com problemas de alcoolismo e desiludido com a vida é convidado a treinar o exército japonês para enfrentar o Shogun de nome Katsumoto vivido por Ken Watanabe. Já em *O Samurai do Entardecer*, Seibei Iguchi, interpretado por Hiroyuki Sanada, é um samurai de 2º escalão que, com a paz entre os feudos, torna-se contador no vilarejo em que vive com sua mãe e suas duas filhas. Ao decorrer do filme lhe é ordenado que enfrente o mais temível espadachim que, insubordinadamente, vai contra as ordens de seus superiores.

Partindo desse histórico dos enredos podemos notar o segundo elemento comentado pela autora: O antagonista. Ele sempre deve ser mais ou tão importante quanto o herói, deve ser a personagem na qual o espectador sinta o confronto entre o bem e mal na trama. No filme de Yamada, o inimigo de Iguchi (Sanada) é o chefe da guarda do clã, Zenemon Yogo interpretado por Min Tanaka, o samurai mais temido e habilidoso da região que, com muito custo, é vencido pelo herói. Em *O Último Samurai*,

inicialmente, o inimigo do Capitão americano (Cruise) é o samurai Katsumoto (Watanabe) mas com o decorrer da trama há uma reviravolta na qual se tornam aliados diante de um inimigo em comum tão habilidoso e perspicaz quanto eles.

Em ambas as obras os obstáculos impostos aos heróis são de importante significado e necessidade para a sua ascensão como personagens íntegros e dispostos a se sacrificar em prol de um bem maior. O alcoolismo, a desorganização financeira, a vergonha do fracasso são elementos muito presentes para a criação do herói, assim como um dos mais antigos instintos humanos, a violência.

Em *O Último Samurai*, como um filme feito nos moldes Hollywoodianos, esses três elementos apresentados interagem com harmonia. A intensidade das cenas presentes são claramente notadas pelo espectador que reage de diversas maneiras em determinados momentos do longa metragem seja pela mudança ambiente ou pelo clima de tensão causado pela trilha sonora. Através dessa reação do público nota-se a intimidade repassada. A platéia sente-se ligada ao protagonista e à sua causa ao mesmo tempo em que vê nas belas imagens do Japão do século XIX uma deslumbrante “viagem” pelo tempo. Entretanto, para Rosenstone em seu livro *A História nos Filmes e os Filmes na História*, esses elementos rotulam o cinema norte americano, pois o autor os vê como uma tradição nos filmes Hollywoodianos em transformar obras fílmicas em longa metragens comerciais.

Já em o *Samurai do Entardecer*, a fórmula do cinema norte-americano não esta totalmente presente. Apesar de usar elementos da cultura de Hollywood como a importância de um herói que, no começo da trama, parecia improvável, o filme japonês não foca na ascensão e glória da personagem e sim na sua luta e o seu processo diante de um mundo em transformação. Ao contrário de *O Último Samurai*, este longa metragem não utiliza a ideia de que as coisas vão melhorar e sim a luta e a resistência pela adequação às mudanças.

No filme de Yamada, ao contrário do de Zuick, o espectador não espera a vitória do bem sobre o mal mas sim o sucesso do protagonista sobre si mesmo, superando suas dificuldades cotidianas sem elementos extraordinários. Utilizando-se dos mais diversos elementos fílmicos, *O Samurai do Entardecer*, segundo Rosenstone, acaba se adequando, no que diz o autor, no típico cinema de drama inovador, ou seja: “Raramente (ou nunca) produzido nos Estados Unidos, é uma obra criada para contestar as narrativas perfeitas de heróis e vítimas que constituem o longa metragem comercial”. ROSENSTONE, 2006, P. 81.

## **CONCLUSÃO:**

O cinema sempre foi algo agradável aos olhos do público, tanto leigo como intelectual e, certamente, o será por um longo tempo. Através das obras cinematográficas nota-se uma nova forma de expressão que, assim como a bibliográfica, cada vez que se olha para ela, se modifica e notamos detalhes não antes vistos, isso se reforça no texto quando se fala de como é comum roteiristas errarem em suas conclusões assistindo o filme uma única vez.

O fato do etnocentrismo norte-americano nos filmes de Hollywood não é novidade em termos de análise fílmica, o “*destino manifesto*” e o “*American way of life*” mostram-se presentes tanto no filme analisado, no caso, “*O Último Samurai*” de Edward Zwick como em tantos outros em que o norte americano mostra sua “bravura” e



“coragem” em qualquer lugar e situação em que esteja, sem contar o fato de sempre ser, se não o protagonista, a peça chave para o desenvolver da trama.

Utilizando de elementos técnicos para um melhor estudo da obra, nota-se a presença de elementos tão comuns ao público em geral que, ao mesmo tempo, mostra-se caríssimo aos especialistas em tal análise. A iluminação, as cores e o próprio traje que a personagem estiver vestindo oferecem detalhes e dicas preciosas para os intelectuais que para outras pessoas que assistem os filmes por puro lazer, passariam despercebidos. O cenário é um show a parte, o fato de poder ser natural ou totalmente artificial, ou seja, montado em estúdio somente para tal propósito, faz com que os filmes gozem de uma vantagem que os teatros tradicionais não oferecem: a praticidade e o realismo.

O estudo feito acerca dos filmes não seria possível sem uma prévia revisão da história do Japão, tão fortemente formado através de suas lendas e seus heróis que, atualmente, ainda estão presentes no cotidiano da população nipônica. Tanto “*O Último Samurai*” quanto “*O Samurai do Entardecer*” apresentam fortes traços de um passado mítico e muito respeitado pelos japoneses além de toda a sua cultura voltada em honras e respeito dentro de uma hierarquia fortemente enraizada desde o período dos clãs no século XII. É através dessa cultura que os filmes giram embora que existam autores que discordem dessa parte “honrosa” de ser um samurai.

Através de vasta pesquisa histórica e técnica sobre cinema, nota-se que a 7ª arte é, atualmente, uma das melhores formas de expressão e retratação tanto de tempos homéricos como de atualidades mostrando a visão de várias pessoas que, através de elementos fílmicos que melhoram cada dia mais, conseguem passar uma mensagem para os diversos públicos, passivos ou ativos acerca da obra.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BAHIANA, Ana Maria. **Como ver um filme**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p.126-201

FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo**. São Paulo: Leya, 2013.

NOVIELLI, Maria Roberta. **História do Cinema Japonês**. Brasília: UNB, 2007

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2011.

ROSENSTONE, Robert. **A História nos Filmes, Os filmes na História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. Ensaio sobre análise fílmica. **2.ed. Campinas, SP: Papirus, 2002, p.09-21.**

**YASHIMIRO, José.** Pequena História do Japão. **São Paulo SP: Heder, 1964.**

REFERÊNCIA FILMOGRÁFICA:

YAMADA, Yôji. **O Samurai do Entardecer** (Tasogare Seibei). Japão, Eisei Gekijo Company, 2002. DVD, 129 min. Colorido, som.

ZWICK, Edward. **O Último Samurai** (The Last Samurai). Estados Unidos, Warner, 2003. DVD, 150 min. Colorido, som.

## A EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE UM ESTADO E SEUS MODOS DE GOVERNO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE *THE WALKING DEAD*

Guilherme Nunes de Souza<sup>148</sup>

**RESUMO:** A utilização de ferramentas mais atrativas para o uso didático em sala de aula está se tornando cada vez mais necessário para fazer frente ao acesso facilitado das mídias virtuais. O presente escrito mostrará uma ideia de como criar uma nova forma de material lúdico utilizando, por base, o tema direito e história concomitantemente com histórias em quadrinhos e/ou séries televisivas da cultura *Geek* intitulada *The Walking Dead* que pode ser acompanhada das duas maneiras citadas. Diversos autores entre juristas, filósofos e sociólogos compõem o referencial teórico da obra demonstrando a sua interdisciplinaridade.

**Palavras-Chave:** História, Direito, *The Walking Dead*, interdisciplinaridade.

### INTRODUÇÃO:

O presente artigo visa analisar as possibilidades da didática interdisciplinar entre direito e cultura pop. Por ser uma cultura contemporânea de fácil acesso e grande proporção, a escolha foi da série de histórias em quadrinhos de Robert Kirkman chamada *The Walking Dead* no Brasil lançada com o título de “*Os mortos vivos*”. Tal série possui uma versão televisiva que também será utilizada na elaboração do trabalho.

A série foi lançada no Brasil no ano de 2006 pela Editora HQM possuindo 18 volumes e, posteriormente, comprada pela editora Panini Comics que publicou mais 48 edições. A versão para TV foi feita em 2010 pelo canal AMC e foi a partir dela que *The Walking Dead* alcançou novos patamares de audiência tanto pela amplitude do canal propagador quanto pelo enredo da criatividade da série.

Desde os anos de 1960, os zumbis estão presentes no imaginário popular por causa do diretor George Romero e seu filme “*A noite dos mortos vivos*”. Os espectadores desta época (auge da guerra fria e do medo do fantasma do comunismo) lotaram salas de cinema para apreciar o espetáculo de terror e efeitos especiais presentes na película. Os terrores da época eram, em sua maioria, voltados para propaganda política mas, como zumbis encurralando pessoas em uma cabana durante a noite tem a ver com política? Como elucidado anteriormente, a guerra fria estava em níveis quase insuportáveis para as nações participantes. Em 1962 houve a crise dos mísseis em Cuba que quase acarretou na evolução da 3ª Guerra Mundial e, logo após, em 1969 a Revolução Cubana deixa os Estados Unidos em estado de alerta.

Romero tenta passar esse medo para seu público, ou juntamente com sua opinião sobre o capitalismo e o incentivo para o consumo, o “*American Way Of Live*”.

---

<sup>148</sup> Graduado em História pela UFN-Santa Maria, Especialista no Ensino de História e Geografia pelo Grupo Uninter, Graduando do curso de Bacharel em Direito pela FMC-Santa Maria, Professor de anos iniciais de escola pública municipal em Caçapava do Sul, R/S. E-mail: guilhermens90@hotmail.com

Para o autor, os zumbis, criaturas irracionais que apenas desejam alimentar-se da carne dos vivos, representa o consumismo, irracional e desenfreado.

Cinquenta anos depois, a ideia dos “filmes de zumbis” ainda sonda o imaginário populacional sempre evoluindo à medida que a comunidade também avança. Os monstros de Romero, atualmente, correm e as vezes pensam em estratégias para atacar os vivos como visto no filme “*Madrugada dos Mortos*”, também do mesmo diretor. Nota-se que a crítica política cedeu a vez para o entretenimento, puro e simples.

As ideologias políticas e sociais presentes em filmes dos anos 60 são excelente fontes para trabalhos acadêmicos voltados para história e sociologia, assim como para o direito e filosofia porém, poucas pessoas apreciam um longa-metragem em preto e branco cujos efeitos especiais tornaram-se obsoletos em meio século. Kirkman mostrou sua criatividade em *The Walking Dead* e sanou a problemática da limitação dos filmes de zumbi na qual é o único inimigo com um objetivo simples: de atacar o humano vivo na qual o mesmo o rechaça de maneira simples e pratica: Um golpe certo na cabeça.

Em um mundo globalizado com tecnologia de imagem e uma concorrência ferrenha em todos os ramos do entretenimento, os autores devem possuir algo que, além de criativo e visualmente bonito, os consumidores sentiram empatia com as personagens.

Nos filmes de Romero, os protagonistas deveriam sobreviver uma noite apenas para que, no raiar do dia, o mundo volte a ser o que era antes e as pessoas sigam suas vidas como e nada tivesse acontecido. Fim.

Robert Kirkman aprofundou-se mais, trouxe a mesma temática de Romero mas de uma maneira infinitamente abrangente. Em *The Walking Dead*, a evolução da história acontece por temporadas possuindo vários personagens com reações e vivencias diferentes mas com o mesmo objetivo: Sobreviver até a chegada de uma solução para a epidemia, seja pelas forças armados ou pelo Centro de Controle de Doenças (CCD).

Ao decorrer do tempo na série, tanto o exército como os cientistas do CCD não possuíram condições para a resolução do problema cabendo aos protagonistas a criação de uma nova sociedade desde sua base. Chega-se à problemática do presente artigo. Um objetivo didático nova no qual visa-se a elucidação do entendimento da disciplina de teoria Geral do Estado através da cultura pop.

Como referência acadêmica, autores especializados na área enriqueceram o presente artigo sendo que escritores como Sahid Maluf, Paulo Bonavides e Miguel Reale darão o suporte a um pensamento sobre a formação dos Estados, suas funções e tipicidades além de um entendimento entre formação estatal e direito.

Para uma melhor elucidação sobre a formação dos Estados desde suas primeiras manifestações de sociedade, deve-se remeter à história, disciplina cuja função é a explicação do passado para um melhor entendimento do presente e, como diria Thompsom, o processo histórico é cíclico. Não que necessariamente se repitam atos ou ideias propriamente ditas, mas sim uma evolução de algo já a muito existente porem, esquecido e, muitas vezes, ignorado.

Para o entendimento do direito atual bebe-se de fontes históricas, a democracia, por exemplo, presente em sua forma contemporânea remete-se aos antigos romanos cujas instituições evoluíram. Regimes ditatoriais e com intenções bélicas, também presentes na atualidade, podem-se comparar aos regimes de monarquia da extinta *pólis* grega de Esparta. Estes são apenas exemplos “rasos” e práticos no estudo da evolução de uma forma de governar um Estado.

Para realçar as teorias de formação e tipos de Estado deve-se analisar seus efeitos sociais através do estudo da evolução do pensamento do próprio ser humano e do seu meio pois, segundo Karl Marx, “o indivíduo muda quando a sociedade em que ele está inserido muda”, como uma seleção natural só que de cunho comunitário. Nesta vertente, Marilena Chaui, Flávia Lages de Castro e Jose Carlos Moreira Alves prestam assistência ao presente escrito com suas ideias histórico-sociológicas.

O soberano de um tipo de Estado necessita de força de estratégia para manter-se em sua administração, ou seja, em palavras de um célebre autor do período renascentista italiano: “É preciso ser raposa para conhecer as armadilhas e leão, para aterrorizar os lobos.”. Esta frase é atribuída a Nicolau Maquiavel em sua obra *O Príncipe*. Juntamente com ele John Locke, Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau são de imensurável relevância para um melhor entendimento de como o sistema legal e governamental evolui, mas, simultaneamente é cíclico em seu desenvolvimento.

Porém, como citado anteriormente na parte introdutória, a presente pesquisa compor-se-á de maneira em que determinadas áreas distintas mas, comunicáveis entre si, complementem-se. Um escrito de cunho interdisciplinar. Neste caso houve a predileção entre direito e cultura, esta última sendo joeirada através da série em quadrinhos norte-americana *The Walking Dead*, dos criadores Robert Kiskman, Tony Moore e Charlie Adlard.

Como foco da pesquisa acerca-se de tema cultural sem alienar-se do tema direito, Nestor Garcia Canclini e Estevão C. de Rezende Martins, complementarão o presente estudo analítico-comparativo com suas temáticas sobre consumo, cultura, cidadania e poder.

A história do direito nos faz refletir que além da evolução das leis e das sociedades (no plural, pois, na era contemporânea, existem diversas sociedades diferentes com poucas equiparações entre si) pode-se contemplar e refletir o desenvolvimento do próprio ser humano como criatura social e política assim salientado por de Castro em seu livro *História do Direito Geral e do Brasil* planejando que “A transformação é a essência da história, e somente o ser humano pode executar tal tarefa, o tempo é a dimensão do trabalho”. (DE CASTRO, 2014)

Quanto ao estudo do direito através da história e vice-versa, pode-se citar o direito romano. Como dito na parte introdutória do presente trabalho, o direito romano recai na formação da política de Roma com magistrados como Sólon e Clístines cujo termo “cidadão” foi adotado para diferenciar as pessoas com direitos daquelas que lhe faltava tal prerrogativa. O direito de raiz romanística, criado a quase dois milênios (Sólon é citado em torno de IV d.c) na atualidade ainda é pautado e pesquisado sendo de tal importância para o jurista hodierno que, segundo Alves em seu livro *Direito Romano VI* dos 1807 artigos do código civil brasileiro 1445 tem raízes na cultura romana. Sabe-se que o atual código civil brasileiro possui 2040 artigos no total, mais

de 200 artigos comparados no tempo da escrita de Alves, mas a ideia continua a mesma, o fato de que historicamente o direito atual é deveras entrelaçado com o direito primordial. (ALVES, 2003)

O foco do artigo é a evolução dos Estados e seus tipos em uma análise comparativa entre história e cultura, no caso, histórias em quadrinhos. Porém, para dar prosseguimento à escrita deve-se entender o que é Estado. De maneira geral e aceito por diversas regiões culturais distintas, Estado é, segundo Maluf em sua doutrina intitulada *Teoria Geral do Estado*, “a presença com comitente entre três elementos revestidos de características essenciais: uma população homogênea, um território certo e inalienável e um governo independente”. (MALUF, 2003)

A população é um elemento chave em qualquer sociedade, é a substância humana que da existência ao Estado. Para alguns pensadores, é necessário uma unidade ética, uma homogeneidade como salienta nas palavras de Maluf. Tais prerrogativas podem se fazer presente no velho continente cujo raízes etnocêntricas são profundas como Grécia e Israel, por exemplo. Mas quando pensamos em Estado do “novo mundo”, ou seja, das Américas, tal concepção tona-se enfraquecido e ineficaz graças a miscigenação de dezenas de povos durante, séculos.

Neste contexto pode-se citar Miguel Reale cujo pensamento não se limitou a considerar o Estado como a soma de três elementos especiais mas como uma entidade agregadora, um norteador como fenômeno de integração. Em seu livro *Teoria do direito e do Estado.*, Reale admite que há uma complexidade para explicar um Estado, seus tipos e funções, então, para isso, agrega a interdisciplinaridade trazendo dados estatísticos e teóricos dos ramos da psicologia, da saúde, economia e política pois, segundo o autor “A teoria que mais parece aderir a realidade dos fatos é aquela que prefere apreciar os elementos formadores do Estado de maneira relativa e considerando suas variáveis”. (REALE, 2015)

Aqui possuímos dois autores que complementam-se em suas teorias à respeito do Estado. A vertente de Maluf é mais prática, legalista, explicada de uma maneira eloquente e linear enquanto que para Reale, o todo deve ser considerado e não apenas o Estado, pois ele é composto por elementos voláteis e imprevisíveis.

Tais elementos para Bonavides remetem-se à apenas uma máxima: a de que o homem é o formador do Estado e a matriz do direito. O ser humano, em seus primórdios pré-históricos via no instinto de sobrevivência o direito mais legítimo existente não importando os meios para alcançá-lo. O mesmo pensamento vem de Maquiavel em seu livro *O Príncipe*, que, segundo o autor, para administração do soberano os fins justificam os meios.

Seguindo tal raciocínio, a ideia de Thompson de que a história e cíclica torna-se evidente pois, do homem neolítico até o homem moderno, existe milhões de anos de diferença e, mesmo assim, certas atitudes são toleradas se versam acerca da sobrevivência, seja individual ou coletiva. Pelo pensamento jurídico, o direito natural ou jus naturalista, remete à ideia do homem em seu estado natural regido por leis naturais que, segundo Rousseau “todos os homens são iguais: livres em plenitude, perfeitos e felizes”. (CASTRO, 2009)

Para Rousseau, a volta ao estado de natureza é impossível, logo o homem obriga-se ao convívio social, todavia, acredita que ambas as teorias devem coexistir.

Na obra analisada, *The Walking Dead*, tal teoria é posta a prática em uma distopia social no qual, suas personagens sofrem um retrocesso nas mais determinadas instituições da atualidade como política e economia sempre salientando uma luta feroz contra seu estado de natureza mas, utilizando-o quando necessário, para alcançar novamente o *status* social.

Neste ponto, o criador da série, Robert Kirkman, coloca em pauta de discussão a ideia do poder e as ideologias. A força das ideias é de suma importância para o processo cultural pois é através delas que se dá a afirmação do indivíduo no processo social. Na evolução do direito e da sociedade, as ideias influenciam sob a forma de crenças e opiniões, são diretrizes que orientam os agentes da ação ativa e passivamente. As ideias possuem três papéis fundamentais que são: interpretar o passado de modo que explique o presente e projete um futuro. Para o personagem Rick Grimes protagonista do seriado escolhido, tais ideias, as vezes controversas com o cenário apocalíptico criado por Kirkman, denotou de uma linha de reconstituição da ordem social descrita por Rousseau em “O Contrato Social”. (MARTINS, 2010)

Na cadeia evolutiva não é o animal mais forte e nem o mais rápido que prospera e sim o que melhor se adapta. Tal afirmativa remonta à Charles Darwin, biólogo britânico do século XIX que, através de seu livro “*A origem das Espécies*” analisa que o processo produtivo dos seres vivos está diretamente ligado ao seu grau de adaptação do meio em que vive e suas variações. Para a evolução sociológica e política do homem tal ideia se aplica seguindo o mesmo raciocínio chama-se Darwinismo social. Para o presente artigo comparativo, a série de Kirkman denota grande apreço pelo evolucionismo social através de suas personagens e seus grupos sobreviventes. Pode-se citar o grupo radical do personagem Negan (na série televisiva maravilhosamente representado pelo ator norte americano Jeffrey Dean Morgan), cujos métodos sociais remetem à lei de Talião criada na antiga Mesopotâmia por Hamurabi, “olho por olho, dente por dente” somada a ideia de Maquiavel que no direito e na política os fins justificam os meios. Assim como o grupo formado por Rick que pelo fato de ser ex-policial, ainda acredita em um mundo no qual os grupos possam coexistir com tratados de benefícios mútuos, algo reforçado pelo Rei Ezequiel, líder de um território chamado o Reino, na mesma série. (CASTRO, 2004)

Para uma análise interdisciplinar necessita-se, além de ideias de diferentes ramos que se comuniquem, uma identidade para o trabalho. Na era virtual o cinema e a internet são os principais meios de propaganda, dando mais ênfase a segunda. Para Canclini, em seu livro *Consumidores e Cidadãos* salienta que “a identidade é uma construção que se narra, vão se somando às façanhas em que seus habitantes defendem seu território.” Para os personagens da série escolhida para análise, a sua identidade como grupo social, além das ideias, carece de uma construção cotidiana na qual se reforça a necessidade dos contratos e a de soberania. (CANCLINI, 2015)

Nos exemplos acima citados, como o território do personagem Rick e seu grupo com sede em uma comunidade chamada Alexandria, Negan e o grupo dos Salvadores e Ezequiel em o Reino, nota-se a presença de elementos constitutivos do Estado nos três exemplos como a população, um território fixo e um governo. Como a população cita-se o elemento humano, essencial para a manutenção do Estado; o território, ou seja, a delimitação geografia; e o governo, cuja função é a instituição de uma delegação de soberania nacional. (MALUF, 2003)

A soberania de um Estado é tão importante quanto seus elementos constitutivos com a diferença de que, sem o primeiro não haveria, a priori, um assentimento dos outros Estados o que poderia acarretar desde simples segregações a invasões territoriais. Tal teoria, na concepção de Maluf, é deveras precipitada pois:

Alguns autores pretenderam a inclusão de soberania como um quarto elemento na constituição de um Estado. Sem razão, porém, visto, que a soberania se compreende no exato conceito de Estado. Estado não soberano ou semi-soberano não é Estado, é a sombra de algo que deveria ser um norte para a população. (MALUF, 2003, p.29)

Segundo tal teoria, como analisado nos quadrinhos de Kirkman, apenas Negan e o grupo dos Salvadores seria um Estado constituído de fato pois, indiferente de seu tipo de governo e de suas manobras políticas adotadas, subjuga os outros grupos à suas vontades deixando-os, inúmeras vezes, à um nível de subsistência. Em contrapartida, Alexandria e o Reino (o primeiro por paúra devida a episódios que futuramente serão comentados, e o segundo por convivência) mesmo possuindo elementos como população, território delimitados e uma forma de governo, não possuem um ideal de imposição, seja por traumas sofridos ou comodidade, logo, inexistente soberania.

Para Maluf, a ideia de soberania divide-se e subdivide-se para uma melhor análise técnica e, concomitantemente, histórica demonstrando tanto as divisões teóricas como suas limitações. Os limites impostos seriam o do direito natural, o direito grupal e o direito internacional, ou seja, uma coexistência pacífica dos Estados, uma limitação do poder soberano em nível de governo. Tal ideia limítrofe demonstra uma evolução, como destaca Castro: “O homem se parece mais com seu tempo que com seu país”. Logo, para a análise proposta no presente artigo, a história em quadrinhos *The Walking Dead* exibe elementos que corroboram tanto com as ideias dos autores aqui presentes quanto a um conjunto epistemológico, reflexo do retrocesso social que é o foco de sua trama. (CASTRO, 2014).

Um fator social importante de ser salientado na formação de um Estado são as suas formas de governo pois, através de um estudo analítico dos mesmos pode-se, segundo Norberto Bobbio em seu livro *A Teoria das Formas de Governo*:

Além de um julgamento de valor comparativo, uma axiologia pode compreender também juízos absolutos de valor. Isso significa que uma tipologia das formas de governo pode levar a uma tomada de posição que indique qual é a melhor forma e qual a pior. (BOBBIO. 1997, p.35)

Para existir com autonomia um Estado deve garantir que haja coesão entre seus elementos, ou seja, pensamento da população deve estar em equilíbrio com a ideologia adotada pelo governante seja de modo amistoso ou coercitivo. Tal coexistência dentro de um ambiente cuja população viva em harmonia chama-se ideologia que, nada mais é, do que, um conjunto sistemático e encadeado de ideias. Na série escolhida para análise, a ideologia é algo fundamental para manter o grupo unido e coeso, e, assim, tentar manter o *status quo* de Estado de direito, cujo papel, para Chauvi em seu livro *O Que é Ideologia é*:



[...] de fazer com que dominação não seja tida como violenta, mas como legal, e por ser legal e não violenta dever ser aceita por todos. A lei é direito para o dominante e dever para o dominado que, assim, o aceita como legítimo sem imposição ou conflitos. (CHAUI, 2001, p. 37)

A violência de Estados contra Estados ou de Estado contra sua população, ambos de fato e de direito devidamente justificadas sendo a primeira pela soberania interna, como citado por Maquiavel retrata um pensamento no qual deve-se utilizar de toda e qualquer ação para manter o poder e, por consequência, o respeito de outros Estados. Quanto a forma de governar, segundo o autor, “todos os Estados que existem ou existiram são e foram sempre republicas e monarquias.” Em *The Walking Dead*, tal afirmativa se sustenta, utilizando por exemplo a cidade de Alexandria na qual Rick Grimes comanda mas, de acordo com o apelo da população que manifesta-se por assembleias, decidiu seus atos e, novamente, os Salvadores colocando Negan como ditador cujo a única assembleia é formada por seus “tenentes”, como são denominados nas HQs, que possuem a incumbência de repassarem as reclamações da população. (BOBBIO, 2017)

Comparando as duas entidades governantes da ficção em análise, nota-se uma discrepância na forma do uso da força pelos Estados. Enquanto uns a usam para a defesa, outros utilizam-se de formas objetivas para sobrepor sua soberania. Historicamente as sociedades mais fortes e mais aparelhadas política e militarmente trazem em seu cerne ideológico a necessidade de obliterar as sociedades julgados por eles como mais fracas e/ou desorganizadas tanto por interesses de dominação para estender seu próprio território como por acharem demasiados ineficazes para própria defesa o que, em caso de invasão do inimigo, os Estados mais forte terão de defender os mais fracos para que as forças ofensivas não articulem-se muito próximas a eles. Quanto a subordinação dos Estados “conquistados” na série analisada, as suas revoltas acabam sendo refutados pelo grupo dos “Salvadores” que, usam da ideologia para garantir sua dominação pois, segundo Chauí:

A função da ideologia consiste em impedir essas revoltas fazendo com que o legal pareça para os homens como legítimo e crível, isto é, como justo e bom, assim, a dominação de uma classe é substituída pela ideia de interesse geral, encarada pelo Estado. (CHAUI, 2003, p.83)

Este despotismo exercido pelo personagem Negan, é uma categoria das formas de governo estudadas desde a Grécia de Aristóteles no qual era tratada como tirania cujas sucessões davam-se em sua maioria, com usurpações. Em um pensamento moderno, o déspota não é considerado um monarca e nem líder de um republica e sim uma entidade autônoma com poderes ilimitados concentrados em sua figura. A falta da clássica tripartição de poderes, cujo objetivo era a limitação de soberano, é um elemento muito presente nas histórias de Kirkman e em seus personagens líderes de comunidades diatópicas.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a liberdade individual do cidadão é um bem tutelado juridicamente cabendo ao Estado a tarefa de, ao menor distúrbio, proporcionar diretrizes para que esta prerrogativa seja alcançado e agregada em sua plenitude. Autores como Rousseau e Montesquieu abordam com maestria tal tema em suas obras *O Contrato Social* e *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*, e *O Espírito das Leis*, respectivamente. Em *The Walking Dead* a liberdade individual é “sacrificada” em prol das melhores estratégias de sobrevivência em grupos que, dependendo daquele que o individuo se insere,

pende para algo mais próximo a uma democracia (grupo de Alexandria comandado por Rick) como a um mais ditatorial (como Woodburry de Phillip Blaick, auto intitulado “Governador”).)

De maneira geral (diga-se também moral) o Estado deve ser encarado como um pacto e como tal, deve-se analisa-lo e modificá-lo cada vez que sua eficácia encontra-se reduzida ou seu plano de validade em decadência. Rousseau encara o começo da desigualdade entre os homens pelo fato de os mesmos, através de atos evolutivos no cerne político-social, verem-se necessitado de um comando central, de um governo.

Na série de Kirkman, *The Walking Dead*, a formação de grupos em uma ficção de forma primitiva, inicialmente, carecem de formação pelo mesmo motivo que Rousseau elucida em sua obra sobre a desigualdade entre os homens: para defesa da propriedade privada, para esta ser legítima de fato e de direito à vista de outros homens. Pois então, aí está o primeiro progresso da desigualdade, a propriedade privada. Em um mundo ficcional no qual objetos banais como latas de comida e pilhas são de suma importância para a sobrevivência, pode-se nesta perspectiva compará-los a extensões de terra nas quais camponeses franceses do século XVIII colhiam suas culturas de cevada e trigo protegendo-as, através das leis do Estado, sua subsistência. Na obra escolhida, a figura do Estado é representada em sua natureza, na violência irradiada em cada homem responsável por cada grupo social, algo que ao decorrer da serie mostra-se em constante evolução.

No desenvolvimento do pensamento humano acerca de política e sociedade, a primeira “barreira” encontrada foi a de separar a propriedade privada da propriedade comum porém, agora surge um novo patamar chamado por Rousseau de segundo progresso na desigualdade: os magistrados. Com a separação dos tipos de propriedade involuntariamente cria-se dois tipos de indivíduos: os que possuem e os que não possuem, os ricos e os pobres. Como salienta o autor em seu livro *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*:

A insuficiência do primeiro pacto (da propriedade privada, o início da situação de desigualdades) traz consigo a necessidade de um segundo pacto, no qual a sociedade dá a si mesma um governo. Há necessidade de magistrados para fazer observar as deliberações do povo. (ROUSSEAU, 1997, p.23)

Seguindo este raciocínio, o pensador francês traça uma perspectiva linear facilitando, assim, o entendimento sobre as causas das desigualdades. Basicamente, o rico proprietário de terras cria outros direitos e instituições além das já existentes naturais para, assim, garantir sua perpetuação nas posses, com isso forma-se os governos em concorrência com a perda das liberdades individuais em prol da coletividade na sequencia vários governos distintos multiplicam-se em indeterminados territórios que, nas exteriormente utilizam-se de suas leis naturais contra outros formados.

Fazendo um comparativo com a obra de ficção, tema do presente artigo, a ideia de Rousseau caberia da seguinte forma: Um grupo de sobrevivente une-se para, assim, facilitar a proteção de sua propriedade criando, entre si relações mutuas de direito para uma melhor vivencia. As sociedades multiplicam-se, cada uma com suas leis pactos porem, externamente no conjunto com outros grupos como o episódio em que Negan, líder dos “Salvadores” divide os espólios entre seus subordinados de maneira meritocrática enquanto rechaça indiscriminadamente o grupo de Rick.

Pensar em um personagem como Negan ou Philip Blaike (conhecido como O Governador) em um mundo ideal com normas e costumes como o conhecemos torná-los- iam os mais repulsivos indivíduos. Sua violência para manter o controle sobre seus súditos ao mesmo tempo, massacra sociedades alheias apenas pelo fato de poderem praticar tais atrocidades, seria inconcebível aceita-los em um meio de convívio social. Tais personagens encaixam-se perfeitamente em um mundo no qual o terceiro progresso da desigualdade de Rousseau salienta-se: o despotismo. Para o autor “despotismo fecha o círculo evolutivo e reencontra todos os caracteres do Estado de natureza.” O direito dos mais fortes prevalece, não existe virtude e nem costumes, o pensamento moral é detalhe frente a necessidade de sobrevivência. O déspota legitima a si mesmo enquanto conseguir manter-se no poder e, para isso, o pensamento maquiavélico surge diuturnamente salientando que “os fins justificam os meios.” (ROUSSEAU, 1997)

Em um governo, independentemente de sua força e de que Estado seja, um líder deve sempre pensar no coletivo, em seu bem estar e alcançar o que seus subordinados necessitam independente das atitudes que o soberano deva tomar. Mas e se tratando da relação interna? Para um soberano vale mais ser amado ou temido? Salientar a clemência ou a crueldade? Para Maquiavel em *O Príncipe* o ideal seria o de unir os dois elementos em um indivíduo porem, como o próprio autor reconhece a dificuldade de tal ato, a crueldade é o caminho mais seguro que um soberano possa tomar pois, como parafraseia o autor:

Os homens tem menos escrúpulos em ofender quem amam do que quem temem, pois o amor é preservado pelo vinculo da obrigação, que, por serem os homens maus, é quebrado quando necessário. Mas o medo os mantem unidos, devido do pavor do castigo, que jamais vai embora. (MAQUIAVEL, 2014, p.38)

Rousseau e Maquiavel trabalham o despotismo de maneira equivalente porem, na análise comparativa do presente artigo, o Governador refere-se ao primeiro e Negan ao segundo, pois Phillip Blaick é um governador déspota pelo simples fato de ter tal capacidade e de não haver ninguém que se oponha. Neste caso em toda a sua soberba e loucura, acaba por destruir sua comunidade colocando-a em conflito com o grupo de Rick, até então entrincheirados em uma prisão de segurança máxima abandonada. Já para o caso do líder dos Salvadores, Negan é um personagem tão sanguinário quanto Blaick com a diferença de que seu despotismo não segue unicamente a visão de Rousseau e sim a de Maquiavel, pois seus atos de crueldade em comando são em parte, por “poder fazer” e em parte, por “precisar fazer” tanto que seus “tenentes” em suas prerrogativas “negociam” com outros grupos ao estilo da política “*Big Stick*” do ex-presidente norte americano Theodoro Roosivelt que, assim como Negan, segue a ideia do pensador italiano quando escreveu que “O príncipe deve ser lento no acreditar, e no agir, não deve demonstrar medo e cuidar para que um excesso de confiança não o torne incauto e uma desconfiança exagerada não o faça intolerável.” (MAQUIAVEL, 1997)

Se em *O Príncipe* e o *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens* o déspota é caracterizado como ardil, líder habilidoso e, muitas vezes cruel, para Montesquieu, em *O Espirito das Leis, livro I*, um líder de Estado despótico é, nas palavras do autor, “naturalmente preguiçoso, ignorante e voluptuoso, um líder que abandona os negócios públicos.” Nota-se uma discrepância no mesmo termo em três autores diferentes porem, no que tange os personagens de

*The Walking Dead*, Negan e Phillip antes mencionados, por mais que sejam déspotas em suas comunidades, não se encaixam no pensamento de Montesquieu. Para alcançarem o patamar de líderes especializados em crises não podem ser nem preguiçosos e muito menos ignorante por serem ambos excelentes estrategistas. Para Montesquieu, um líder de Estado despótico deve possuir, além do já descrito anteriormente, uma demonstração de soberba. Para um exemplo comparativo da série *The Walking Dead*, Gregory, líder da comunidade de Hilltop encaixa-se no papel. É um líder fraco em uma comunidade forte cujo papel de chefe é apenas representativo pois são outros personagens que fazem todos os trabalhos e diligências do local. Gregory para o povo de Hilltop mostra-se um indivíduo arrogante e preguiçoso mas, em negociação com os Salvadores, demonstra sua covardia ao ponto de ignorar as necessidades da própria comunidade em prol de benefícios individuais. O único motivo de manter-se no poder é o fato de, como líder, desterrar as pessoas da comunidade, algo encarado no contexto como uma pena de morte pelo fato de o homem estar em Estado de natureza e nenhum lugar sem muros é seguro. Como salienta Montesquieu quanto ao governo déspota só é poderoso pois pode suprimir a vida dos súditos. (MONTESQUIEU, 1997)

Em *The Walking Dead*, o Estado de Natureza está presente em todas as ocasiões, mesmo com a evolução social sempre existirão grupos que acreditam no ideal de “guerra total” no qual como salienta Hobbes, “O homem é o lobo do homem.” Quando se refere ao seriado, o espectador deve ter sempre a ideia de que o conflito é a regra e a paz é a exceção. No escrito *O Leviatã: Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, Hobbes traz a ideia de que o Estado através de determinados tipos de governos é essencial para tirar o homem do Estado de natureza e domar sua bestialidade pois segundo o autor, “a utilidade é a medida do direito, ou seja, o homem busca meios para a sua satisfação pessoal”. A ideia de altruísmo ou de bem comum não fere o prazer individual e sim, muitas vezes, sacrifícios, logo, não é algo proveniente do Estado de Natureza e sim lapidado para encaixar no mundo social, afinal, todos os homens são naturalmente iguais, a sociedade que os corrompe. Por esse viés, Hobbes elencou três motivos pelos quais os homens entram em guerra: desconfiança, competição por recurso e glória. Em *The Walking Dead* a teoria Hobbesiana sobre desconfiança e competição para garantir a sobrevivência são encaradas a vista de todos recorrentemente logo, as guerras são praticamente perpetuas pois, como salienta o autor:

Torna-se manifesto que, durante o tempo em que os homens sem um poder comum capaz de manter o respeito de todos, eles estão naquela condição que é chamado de guerra, e tal guerra é a de todos os homens contra todos os homens afinal, o homem é o lobo do próprio homem. (HOBBS, 1997, p.65)

Já para Locke, que assim como Hobbes, defende o Estado de natureza e a necessidade de um Estado regulador, a ideia de abdicar de liberdade individual em prol de poderes a um soberano é inconcebível. O Estado de Natureza se enfraquece a medida em que os homens fazem acordos entre seus semelhantes e a presença do “*Leviatã*” de Hobbes torna-se necessária. Os então indivíduos sociais, não desistindo de suas liberdades individuais, entrariam em acordo com seus semelhantes para a criação de regras e desenvolver os direitos pertencentes ao Estado de Natureza e não elimina-lo em prol de uma sociedade civil tutelado por um Estado autoritário, pois, segundo o autor em seu livro *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*:

O Estado Natural seria a condição no qual o poder executivo da lei da natureza permanece exclusivamente nas mãos dos indivíduos, sem se tornar comunal. Todos os homens participariam desta sociedade singular que é a humanidade, ligando-se pelo liame comum da razão. No Estado Natural de todos os homens o destino de preservar a paz e a humanidade e evitar ferir os direitos dos outros. (LOCKE, 1997, p.15)

Assim como para Hobbes, o exemplo das comunidades presentes no universo fictício de *The Walking Dead*, para Jhon Locke deve-se criar os momentos nas temporadas iniciais da série em análise como, por exemplo, no primeiro acampamento formado por Rick Grimes. Eles não possuíam inimigos organizados, nem mesmo pensavam que tais atrocidades aconteceriam ao decorrer da trama, logo forma-se, como escreve Locke, uma relação de acordos entre indivíduos presentes no mesmo Estado de Natureza, evitando atritos entre seus semelhantes e protegendo individualmente suas posses vivendo assim, em plena liberdade e igualdade.

De maneira geral o homem possui duas vertentes dos quais ele próprio bebe para desenvolver a desigualdade entre seus semelhantes: a desigualdade natural ou física e a desigualdade moral ou política. A primeira diz respeito aos aspectos físicos do indivíduo como sua altura, peso, força, idade e condições de saúde. Quanto à segunda dá-se pelo desenvolvimento social acompanhado de desigualdades econômicas e políticas e, com isso ocorre a segregação dos mais pobres pelos mais ricos ou a dominação dos segundos sobre os primeiros que na teoria Hobbesiana seria a criação do governo para que os fracos sejam defendidos pelos mais fortes. De maneira geral, tais percepções acerca das desigualdades sejam elas físicas ou morais, nas palavras de Jean Jaques Rousseau.

Não se podem considerar tais pesquisas como verdades históricas e absolutas, mas somente como raciocínios históricos e condicionais coerentes com a sua época, mais apropriados à esclarecer a Natureza das coisas do que mostrar a verdadeira origem das mesmas. (ROUSSEAU, 1997 p.82)

Em *The Walking Dead* o autor tenta passar em suas histórias que dada as circunstâncias que encontra-se a trama ao decorrer de suas temporadas a volta ao Estado de Natureza e o desenvolvimento do homem salientando as desigualdades naturais ou políticas, agravam à necessidade que os grupos antes dispersos começam a se reorganizar em sociedade. Durante o decorrer da série o protagonista Rick Grimes perpassa por vários tipos de sociedade. Inicia-se com a busca de sua família de maneira solitária até encontra-la em meio a um grupo de sobreviventes liderados, até então, por seu parceiro, o também policial Shainne. Neste momento encontram-se em uma sociedade de estilo tribal vivendo da caça e coleta de víveres e uma plena e bem definida divisão interna baseado no patriarcalismo no qual os mais fortes (homens) responsabilizam-se pela alimentação dos outros enquanto os “menos capazes” incumbem-se das tarefas domésticas (mulheres e crianças). Com o tempo a sociedade aumenta a sua complexidade avançando para patamares políticos com a escolha de líderes, por exemplo, e de um sistema de escambo rudimentar com outros grupos mostrando, assim, uma fase de desenvolvimento econômico logo após, os grupos de sobreviventes dividem-se em setores distintos como um mais agrário e outro, mesmo que defasado, mais industrial. Com isso, a ideia de Adam Smith, em seu livro *A Riqueza das Nações* concreta-se, pois, segundo o autor:

O grande comercio de toda sociedade civilizada é o que se realiza entre os habitantes da cidade e os do campo. Consistem na troca de produtos brutos por manufaturados. Os campos fornecem as cidades os meios de subsistência e as matérias primas enquanto a cidade restitui esse fornecimento devolvendo aos habitantes do campo, uma parte dos produtos manufaturados. (SMITH, 2013, p.473)

Toda sociedade civilizada carece de um sistema normativo para seu perfeito funcionamento, para separar atos feitos ou não. Tal sistema tem por base as leis, que para Montesquieu:

São relações necessárias que deveriam da Natureza das coisas e, nesse sentido, todos os serem tem suas leis, a divindade possui suas leis, o mundo material possui suas leis, as inteligências superiores ao homem possuem suas leis, os animais possuem suas leis, o homem possui suas leis. (MONTESQUIEU, 1997, p.37)

Em *O Espirito das Leis*, do escritor francês Barão de Montesquieu, tem por base de que tudo possui uma lei própria, plena e imperativa sem a qual tudo ao redor entraria em colapso. Para o autor, existem dois tipos básicos de lei: a da natureza e as positivas tal qual elucidado anteriormente no presente artigo por seu conterrâneo Rousseau em que divide a origem da desigualdade entre os homens em físicas e políticas.

Montesquieu, porém, aprofunda-se mais na área política subdividindo os tipos de lei enquanto Rousseau dá ênfase aos contratos entre os homens no qual se indaga o seguinte:

Quero indagar se pode existir na ordem e segura, alguma regra de administração legítima e segura, tomando os homens como são e as leis como podem ser. Esforçar-me-ei, nessa procura, para unir o que o direito permite ao que o interesse prescreve, a fim de que não fiquem separados a justiça e a utilidade. (ROUSSEAU, 1997, P.51)

Tanto o conteúdo de “Espirito das leis” como em “O contrato social” denota um grau libertário para a atividade do homem com a presença mínima de leis que os restrinjam. Ao contrário do pensamento de Hobbes em *O Leviatã*, na qual a presença imperativa do Estado é um fator necessário, para Montesquieu e Rousseau a intenção estatal só deve ocorrer em último caso nas resoluções de um conflito de maneira a mediar negociações e não as arbitrar-las a seu bel prazer.

Nos quadrinhos de Kirkman e também na série televisa os três autores acima mencionados tem suas teorias postas na prática. Quando se inicia o “apocalipse zumbi”, a queda da sociedade e do Estado que tudo tutelava não existe mais, a proteção do governo no que tange segurança e saúde básica entram em situação crítica. Os personagens acostumados com o “*Leviatã*” de Hobbes encontram-se perdidos sem seu fechado sistema de cobertura tendo de acostumar-se ou padecer sobre as ideias de Estado de Natureza e desigualdade oferecidas na teoria por Locke e Rousseau no qual a ideia de o “homem ser o lobo do homem” e o mais forte sobre jogar-se sobre o mais fraco ficam evidentes conforme o seriado progride.

Com a formação de novos grupos de sobreviventes há a progressão de complexidade formadas por eles, as leis novamente devem ser feitas pois o Estado de Natureza não combina com progresso. Tal teoria analisa-se de maneira visceral no confronto entre os então “Alexandrinos” (moradores da cidade fictícia de Alexandria

no seriado) com os “Sussurrados”, um grupo cujo pensamento é de que em um mundo no qual os mortos são maioria, deve-se segui-los. É com base neste embate de ideias que Alexandria, Hilltop, O Reino e Oceanside unem-se, em pacto assinado, o tratado de mutuo auxilio seja em casos de sua defesa territorial como em comércios e calamidades inevitáveis, pois, como salienta Rousseau:

A ordem social é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. Tal direito, no entanto, não se origina da Natureza: funda-se, portanto, em convenções e regramentos específicos e congruentes cuja ideia é o bem comum entre os homens independente do governo que os rege facilitando, assim, a coexistência das nações.” (ROUSSEAU, 1997 p.53)

## CONCLUSÃO:

Vive-se em um relativamente confortável Estado Democrático de Direito. Seus princípios e garantias fundamentais somados às normas escritas e delimitadas ocasionam um sentimento de seguridade e bem estar social, ao mesmo tempo em que floresce a vontade de fomentar a relação interpessoal de seus cidadãos. A troca de informações, a cordialidade e, em muitos casos de bens econômicos são frutos desta relação humana.

Porém, a criatividade de Kirkman em *The Walking Dead* fez surgir dúvidas em relação ao caráter e moralidade humana frente às adversidades assim como o quão frágil pode ser um Estado que, mesmo firmemente consolidado com normas, regras e princípios nortadores, possui suas limitações. A aplicabilidade das leis e da coercitividade do Estado vai ao encontro da recepção do indivíduo que pode acatá-la por livre e espontânea vontade ou não, afinal, em um ambiente fictício despótico, tal força imperativa não mais existe acarretando, assim, na formação de grupos autônomos onde antes se localizava uma harmonização dos poderes legislativos.

A presente análise tratou de temas caros ao direito e às ciências sociais como é o caso do retrocesso ao Estado de Natureza e a inclinação do homem em se relacionar com seus pares através de pactos de mútua cooperação. Tal evolução demonstra que, mesmo regredindo socialmente à um ponto em que os sobreviventes poderiam fazer o que quisessem sem medo de sanções penais e, em muitos casos, morais, os indivíduos preferiram trilhar um caminho cujo final denotaria uma semelhança com a sociedade antes existente demonstrando, não de maneira absoluta, de que o homem, sendo o ser político que é, almeja determinada ordem social para se desenvolver em plenitude.

Quando Robert Kirkman foi entrevistado sobre o que seria *The Walking Dead* em 2003, durante o lançamento dos quadrinhos, limitou-se a responder que seria uma história de zumbis e de desenvolvimento social que nunca teria fim. Em suma, será deveras prepotente chamar tal parte do escrito de “conclusão”, afinal, tratando-se de da evolução humana no ramo das ciências sociais aplicadas, as análises podem ser vistas de diversos prismas dependendo apenas das escolhas dos autores e da criatividade do escritor

## REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES. **Poética**. Editora Hunter Books. São Paulo S/P, 2013

BOBBIO, Norberto. A Teoria das Formas de Governo. Editora UNB, Brasília D/F, 2006

LA BRUYÈRE. Dos Poderosos. Editora Brasileira, São Paulo S/P, 1949

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e Cidadãos. Editora UFRJ, Rio de Janeiro R/J, 2016

CARDOSO, Fernando Henrique. Homem e Sociedade. Editora Nacional, São Paulo S/P, 1977

CASTRO, Flavia Lages de. História do Direito Geral e do Brasil. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro R/J, 2014

HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil. Editora Nova Cultural, São Paulo S/P, 1997

HUME, David. Investigação à Cerca do Entendimento Humano. Editora Nova Cultural, São Paulo, S/P, 1997

KIRKMAN, Robert. The Walking Dead. Editora HQM, São Paulo S/P. 2006

LENIN, Vladimir Ilitch. O Estado e a Revolução. Editora Centauro, São Paulo S/P. 2007

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Hunter Books, São Paulo S/P. 2011

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Cultura e Poder. Editora Saraiva, São Paulo S/P, 2010

MONTESQUIEU. Do Espírito das Leis. Editora Nova Cultural, São Paulo S/P. 1997

LA ROCHEFOUCAULD. Reflexões Morais. Editora Brasileira, São Paulo S/P, 1949

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens. Editora Nova Cultural, São Paulo S/P, 1997

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Editora Nova Cultural, São Paulo S/P, 1997 SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. Editora Abril, São Paulo S/P, 1974.



## MINHA CASA DE PAU A PIQUE MEU TELHADO DE SAPÊ: A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM

Gunnar Sotero Ferreira Gomes 149

**Resumo:** Este artigo visa analisar a construção das identidades na comunidade negra de São José da Serra, através da produção de imagem. Nosso recorte temporal de 1995 a 2008 foi selecionado pelo fato de que a comunidade de São José da Serra tornou-se conhecida a nível regional e nacional. Para este fim elegemos o seguinte problema: Como a referida comunidade utiliza-se do discurso da tradição cultural para legitimar a ocupação do espaço? Assim, o aporte teórico-metodológico baseou-se na história oral, junto com análise de fontes escritas, estatuto da comunidade, a produção e análise crítica imagética, articulado ao objeto estudado. Destaca-se a memória, tradição e identidade na construção das identidades locais.

**PALAVRAS-CHAVES:** Comunidade. Tradição. Identidade. Memória.

### 1- APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi fruto de uma pesquisa que se iniciou em 2008, em um Projeto de Iniciação Científica, denominado “Os Usos da Tradição: uma análise sobre a comunidade Remanescente do Quilombo de São José da Serra”. Através dessa participação, iniciei minhas pesquisas sobre as comunidades Remanescentes de Quilombolas, no Estado do Rio de Janeiro. Assim, mergulhei em pelos menos três idas à comunidade, conhecendo-a e colhendo materiais, colaborações orais, fotografias e levantamento de fontes e documentos relacionados ao assunto.

Assim, em 2009, quando da necessidade da construção do trabalho monográfico, utilizei todo o material levantado na prática do PIC, ampliando minhas pesquisas com a introdução de novas fontes orais, levantadas no LABHOI- Laboratório de História Oral e Imagem, da Universidade Federal Fluminense, ligado ao Centro de Estudos Gerais, por meio do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia do Departamento de História. Onde o projeto Memória do Cativo produziu várias colaborações orais, filmagens e imagens sobre a comunidade de São José da Serra. Cabe destacar que, durante o projeto de iniciação científica, também ocorreu à produção de colaborações orais, filmagens e a produção de imagens que utilizamos na pesquisa.

Portanto, neste processo de construção do conhecimento histórico, determinamos a Comunidade de São José da Serra, entre os anos de 1995 a 2008, como nosso recorte espaço-temporal. Para atender este objeto de estudo, buscamos resolver como a referida comunidade utiliza-se do discurso da tradição cultural para legitimar a ocupação do espaço. Com isso, foi estabelecido os seguintes objetivos: analisar como se dá a articulação da tradição cultural com a ocupação do espaço, quais mecanismos são utilizados para este fim; apontar como esse sujeitos históricos se utilizam a articulação para a construção de uma identidade comunitária.

A partir dessas considerações metodológicas, instituímos uma metodologia articulada entre a utilização de fontes escritas como a Constituição de 1988, que deu

---

149Licenciado professor de história pelo Centro Universitário Geraldo di Biase, em Volta Redonda-RJ; Especialista (Pós- Graduação) em História Moderna, Lato Senso, Pela Universidade Federal Fluminense- Niterói- RJ e Especialista (Pós- Graduação) em Ensino de História, pela Faveni- Faculdade de Venda Nova do Imigrante- ES. É pesquisador e professor da Rede Pública e Privada.

início ao processo de reparação às comunidades remanescentes quilombolas e as comunidade negras. Que, uma vez libertadas pela lei Áurea, esse ato não garantiu uma reparação por trezentos e cinquenta anos de exploração. Com base na Carta Constitucional, lançamos mão do o Artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), baseado no artigo 215 e 216, que trata da preservação do Patrimônio Cultural sob proteção do Estado. Além dessas fontes jurídicas estatais, utilizamos também a Portaria nº 98, de 2007 da Fundação Palmares que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo. Ainda assim, lançamos mão do Estatuto da Associação da Comunidade Negra Remanescente do Quilombo da Fazenda São José da Serra, com registro nº1956, no cartório do 1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos, em Valença/RJ e também uma matéria da Revista Isto É, sob o título: “De pai para filho. No interior do Rio, descendentes de escravos vivem sem luz elétrica e lutam para manter a tradição, de 1997”.

Todas essas fontes escritas foram somadas a várias horas de colaboração oral, filmagens e fotografias feitas pelo projeto da UFF/Niterói Memórias do Cativo e do PIC- Os Usos da Tradição, sendo que as fotografias foram levantadas no LABHOI-UFF, no Google e produzidos pelo autor do artigo. Assim, o caderno de campo, para compreender a dinâmica do espaço da comunidade. Utilizamos também a contextualização e a interdisciplinaridade com o uso de fontes escritas e orais com suporte da etnografia, sociologia e antropologia. Para além da articulação dos diferentes tipos de documentos escritos, colaborações orais e uma produção iconográfica, marcaram a prática da pesquisa que se prolongou por mais de dois anos, entre 2008 e 2009, começando com um projeto de iniciação científica e concluindo com uma monografia.

## **2- O CONCEITO DE COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS: ORIGEM, DEFINIÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO**

Outhwaite e Bottomore (1996) compreendem por comunidade as unidades e conjuntos habitacionais e suas vizinhanças, englobando grupos étnicos. Isto demonstra que o conceito de comunidade passa pela questão de um grupo humano dentro de um espaço geográfico que integram suas instituições comuns e possuem um senso de interdependência e integração. Mostrando assim que através desse conhecimento prévio, pode-se compreender mais aprofundado o conceito de comunidade remanescente de quilombolas, uma questão de abordagem direta na compreensão da comunidade de São José da Serra.

Segundo Gomes (2006), o debate sobre a formação das comunidades de quilombolas estaria baseado em uma dicotomia, a visão culturalista e a materialista. Uma visão com base do conhecimento sobre as comunidades quilombolas, inspirado no exemplo de Palmares. Localizado na Serra da Barriga, em Alagoas, a sustentação da ideia está na questão da formação de uma comunidade com a ideia de resistir materialmente contra escravidão, isto é, através da fuga e luta armada, ocorria a formação de uma comunidade em um local isolado geograficamente que se defendia contra ataques e tentativas de controle patriarcal, dentro do processo de destruição da comunidade. Ou ainda, a formação de uma comunidade com a ideia de preservação de cultural essencial que não poderia ser perdida ou deveria ser guardada em sua originalidade.

Com isto, o conceito de comunidade remanescente de quilombolas, passou por uma ressemantização, como aponta Mattos (2006). A autora indica que as antigas

terras de pretos possuem uma formação em fazendas escravocratas e comunidades de senzalas, o que pode distanciar as comunidades. Mas, no desenvolvimento do processo de reparação histórica administrado na Carta Constitucional de 1988, passou a utilizar o termo de “remanescente de quilombo” com a finalidade de designar um legado, herança cultural e material, conferindo o sentimento de ser e de pertencer a um lugar e a um grupo específico, utilizando a questão referencial.

Assim, conforme O'Dwyer (1999) e Mattos (2006), este fator permitiu uma ampliação na utilização da categoria dos “remanescente de quilombos” uma vez que, ampliava a utilização conceitual, desarraigando o termo dos resquícios arqueológicos e materiais, antes usados como base para fundamentar a afirmação dos remanescentes e ainda apontou que, os grupos remanescentes são consistidos por meio de práticas cotidianas, marcados por meio da resistência, manutenção e reprodução de seu modo de vida, em uma delimitação territorial de origem própria, não impondo limites ao grupo, seja de uma forma numérica ou espacial, mas partindo de um ponto das experiências vividas e partilhadas, dentro de uma trajetória compartilhada socialmente, onde ocorre a relação do pertencimento através de ligações sociais, parentais e espaciais.

Através desses apontamentos, a origem das comunidades remanescentes de quilombolas na região Sudeste do Brasil estaria ligados a última geração de negros escravizados, na região onde ocorria a exploração da atividade cafeeira focada na exportação. Muitas dessas áreas estão relacionadas as fazendas e antigas áreas de fronteira agrícola aberta, com menções a comunidade de formadas por meio de fugas de escravos. Dessa forma, de acordo com Mattos (2006), as comunidades “remanescentes de quilombolas” estariam no Sudeste brasileiro possui duas origens. A primeira estaria ligada aos antigos portos clandestinos de desembarque de escravos, na costa do Rio de Janeiro trazidos da África cativos posteriormente à lei Eusébio de Queiroz, sancionada em 1850, na qual abolia o Tráfico Atlântico de mão de obra, para exploração nas plantações de café. Apresenta-se nessa origem as comunidades de Santa Rita do Bracuhy (Município de Angra dos Reis), Rasa (Município de Búzios), Caveira (Município de São Pedro da Aldeia), Marambaia (Município de Mangaratiba) e Campinho da Independência (Município de Paraty). (Mattos e Rios, 2005)

A segunda estaria ligado a formação de comunidades remanescentes de quilombolas em áreas de café em decadência, relacionando a origem da comunidade dentro de espaço de antigas fazendas produtoras e exportadora. Mesmo estando longe das áreas de desembarque de escravos, identifica-se duas outras comunidades nestes parâmetros, na região do Vale do Paraíba, sendo a Comunidade de Santana (Município de Quatis) e São José da Serra (Município de Valença). (Mattos e Rios, 2005)

### **3- A COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO DE SÃO JOSÉ DA SERRA- 1995 A 2008.**

Diante dessa perspectiva, observa-se tais características ligariam essas comunidades do Vale do Paraíba a um passado que os leva a afirmar sua condição de “remanescente de quilombolas”, buscando uma justificativa original. Nesse interim, em nosso trabalho, observa-se que o primeiro aspecto em destaque foi o uso da genealogia de nomes e sobrenomes, repetidos em um sistema de continuidade de gerações onde ocorreram, na comunidade de São José da Serra. Assim, observamos durante o desenvolvimento da pesquisa que o uso da árvore genealógica, referência a ancestrais comuns, tomando como base um ancestral, a comunidade lançava mão

do mito fundador para justificar a origem étnica da comunidade e o pertencimento a localidade geográfica.

Isto demonstra que a utilização de um mito fundacional tem um sentido duplo. Ao mesmo tempo transforma esses descendentes de atores sociais da comunidade em sujeitos históricos, conferindo origem e pertencimento étnico, também serve para um reforço social de reafirmação e descendência de uma comunidade de quilombolas. Essa estruturação genealógica com base em um mito fundacional parte de uma articulação mnemônica, onde ocorre com uma profundidade comunitária o uso da memória coletiva com base na memória familiar e individual. (Pollak, 1992)

Essa memória coletiva com base familiar, estrutura uma narrativa, onde ocorre a reconstrução do passado, usando as lembranças do cativo, do pós-cativo dos parentes, da utilização da terra. Essa memória coletiva marca também as diferentes formas de contratos econômicos firmados com fazendeiros no período posterior a abolição da escravidão, evidenciando as relações sociais com os fazendeiros em sistema de meeiros e pequenos produtores rurais locais. Com isso, o patrimônio imaterial que estes grupos venham a produzir, como músicas, danças, religião e folclore, são praticadas em um direcionamento a utilizar-se de seu capital simbólico, a fim de legitimar uma identidade quilombola. (Hall, 2001)

Assim, a autoafirmação de comunidade remanescentes de quilombola, passa por uma estrutura que visa relacionar-se ao espaço geográfico, partindo de uma produção cultural que reforçada pela memória, apresenta uma tradição cultural capaz de conferir significados para uma autoafirmação social, que está ligado a construção das identidades a fim de conferir aos sujeitos históricos uma inserção social e reparatória do Estado. Este patrimônio imaterial passou a ser defendido por meio do art. 215 da Constituição Federal que garantiu o exercício dos direitos culturais e apoiou a valorização e difusão cultural, direcionando políticas públicas para as comunidades remanescentes de quilombolas focados na proteção imaterial ligadas a elas.

Portanto, pode-se apontar três fatores que corroboraram para a emergência das comunidades quilombolas, no Vale do Paraíba. Primeiro, a proteção do Estado através do artigo 68 da Constituição de 1988, dos Atos e Disposições Transitórias e Constitucionais (ADCT), com vista ao desenvolvimento de políticas públicas reparatórias aos descendentes de escravos libertos com cem anos de atraso. Segundo a formação de quilombos com dimensões sociopolíticas, econômicas e culturais por meio da construção de sua identidade, estruturada na memória do período escravocrata, das formas de resistência cultural engendradas na questão auto afirmativas. E, em terceiro lugar, a defesa dos direitos culturais dessas comunidades no aspecto jurídico e a responsabilidade e compromisso do Estado assumido em 1988.

Para tanto, a compreensão sobre as comunidades “remanescentes de quilombola” encontra-se baseado na genealogia familiar, memória coletiva, uso do espaço ocupado, com finalidade material e de sobrevivência e auto afirmativa da comunidade, onde as práticas culturais são articuladas para a construção de uma identidade quilombola. E, assim, compreende-se que a comunidade de São José da Serra, em Valença, encontra-se dentro dessa perspectiva, onde a busca por auto afirmação, reconhecimento e posse da terra, passou por um processo histórico de lutas e articulações.

A matéria da Revista Isto É, de 1997, tipificou a comunidade como algo de outro mundo, dentro de um grau de isolamento, sem acessos a modernidade de luz, televisão e saneamento básico. Trata-se de uma comunidade, presente no distrito de Santa Isabel do Rio Preto, município de Valença, Estado do Rio de Janeiro, com a presença de cerca de 77 pessoas, por volta de 16 casas, de estrutura de pau-a-pique,

telhado de sapê e chão de terra batido, onde vivem em um espaço da Fazenda São José da Serra, ocupando e produzindo em pequenas roças o espaço, em sistema de meeiros ou empreiteiros dos proprietários. Nessa comunidade, destacava-se um elemento do patrimônio imaterial, o jongo. Um elemento de origem tradicional, capaz de promover a ligação da comunidade ao passado escravista, sendo reconhecido dentro e fora da comunidade.

Através do uso da História Oral no trabalho em consulta a entrevistas realizadas anteriormente a nossa pesquisa, passamos a conhecer através de pessoas como Antônio Nascimento Fernandes, o Toninho Canecão e o sr. Manoel Seabra, como o jongo era articulado, praticado, estruturado e trabalhado no interior da comunidade. Assim, o jongo passou a ser visto e praticado, com a comunidade promovendo, participando e produzindo materiais sobre esta expressão poético-musical, primo-irmão do candomblé, originado em comunidades negras rurais e periferias das cidades do Brasil. Praticado como diversão e com aspectos religiosos, o jongo é uma dança de formação circular, onde através do uso de tambores, palmas ritmadas e articulações de versos em poemas e significados duplos, era dançado por escravos e no período pós-abolição pelos livres e seus descendentes. (Lara e Pacheco, 2007).

Com a prática do jongo em festivais conferiram notoriedade a comunidade, ocorrendo um reconhecimento local de sua origem ligada à escravidão, atraindo turistas, jornalistas e pesquisadores. Assim, São José da Serra passou a uma escalada pública em busca de sua autoafirmação identitária e em busca da titulação das terras. Em 1995, devido atuação política de Antônio Nascimento Fernandes, mais conhecido como Toninho Canecão, junto ao movimento negro de Valença, Ana Maria Lugão Rios, pesquisadora da UFF, esteve na comunidade colhendo entrevistas para sua tese de doutorado, na qual abordava a questão dos libertos pós-emancipação.

Em 1996 Antônio Nascimento Fernandes, o Toninho Canecão, se elegeu vereador. E posteriormente, subprefeito do Distrito de Santa Isabel do Rio Preto, articulando-se com o poder legislativo local em busca de melhorias para comunidade. Isso atraiu pesquisadores interessados em produção acadêmica sobre o período pós-abolição e ao mesmo tempo permitiu a ocorrência da organização de festas da comunidade de São José da Serra transformassem em grandes festivais de jongo, conferindo visibilidade a comunidade.

Em 1997 a revista Isto É (21/05/1997) produz uma reportagem sobre a comunidade de São José da Serra, relatando as tradições da comunidade. Em 1998, chega a comunidade uma equipe, incumbidos através do Instituto Palmares e o ITERJ (Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro), para produzir um relatório de identificação da comunidade como remanescente quilombola. Em 1999, a comunidade recebeu da Fundação Palmares a certidão de auto reconhecimento como remanescente quilombola, o que abriu caminho para a titulação das terras ocupadas por seus habitantes.

Em 2000, é criada a Associação de Moradores como “Associação da Comunidade Negra Remanescente do Quilombo da Fazenda São José da Serra”, registrada assim no Cartório do Primeiro Ofício de Valença/RJ, no dia 21 de junho de 2001. Sendo definida assim, destacamos alguns de seus objetivos como: 1º Promover o turismo cultural próprio das suas tradições na região; 2º Revigorar os laços da unidade familiar, introduzindo hábitos alimentares e habitacionais tradicionais.

Outro acontecimento neste ano é que Toninho Canecão foi convidado pelo Prefeito a tornar-se Coordenador de Cultura Negra da Secretaria de Cultura de Valença. Entre 2002 a 2005 as festas na comunidade tomam vultuosidade nacional, ganhando páginas em jornais e revistas, como Globo, Jornal do Brasil e Revista Isto É. Inclui-se ainda as apresentações de jongo em locais como o Centro Cultural Banco

do Brasil, no SESC da Tijuca. Em 2004, ocorreu um fator importante para comunidade, a gravação de um CD - livro, com apoio do SESC - Rio de Janeiro e a ONG Brasil Mestiço, na qual ficou registrado os principais pontos de jongo da comunidade. No ano seguinte, 2005, o festival de Jongo na comunidade tomou as proporções nacionais, atraindo até jornalistas internacionais.

Nesta escalada pública dois fatores nos prendem o olhar. O primeiro é a utilização do patrimônio imaterial em consonância da busca pela titulação das terras ocupadas, procurando através de elementos tradicionais como jongo e caxambu, articular a ocupação o espaço com a tradição e a justificação e afirmação da Comunidade de São José da Serra como “remanescentes de quilombos”. O segundo fator é a formulação de um estatuto comunitário, enquadrando a comunidade como sociedade civil, sem fins lucrativos, mas estipulando parâmetros e normas, com objetivos a serem seguidos em busca de uma preservação das “raízes”.

Neste sentido, os apontamentos de Barthes (1984) permitem analisar o jongo como um punctum, um detalhe capaz de promover uma marcação, um destaque social relevante que para comunidade possui significância e significados. Ou seja, o jongo passou de uma forma de dar visibilidade para um sinônimo de reivindicação e afirmação, onde significados que não eram trabalhados no interior da comunidade tomaram uma proporção imaterial política como elemento de justificação para ocupação do espaço.

Outro ponto de destaque é a formulação do estatuto da comunidade, na qual registrou a comunidade como “Associação da Comunidade Negra Remanescente do Quilombo da Fazenda São José da Serra”, enquadrando a comunidade no âmbito jurídico na qual

Segundo o decreto 4.887, de 20/11/2003, que regulamenta o artigo constitucional, em termos legais, “ a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade” ou seja, “grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra com resistência à opressão histórica sofrida”. (MATTOS, 2006,104)

Neste caminho, a comunidade buscou de maneira clara e enfática demonstrar que eles são “remanescentes de quilombos”, produzindo um discurso que abrangesse seus anseios. Uma das formas pode ser vista assim:

Parece que a constituição federal em 1988, né? Foi publicado uma Lei em 88, e em 98 parece que a Doutora Hebe foi mais um pessoal aí, sabendo da comunidade, ligou pra mim. Falei assim: “nós somos mesmo aqui”. A gente só vive da terra mesmo, ninguém sabia que era Quilombo não. Que era dos negros mesmo. Aí ela falou: “você são Quilombo”. Aí nós botamos a ideia de quilombo na cabeça e foi lá e fez esse trabalho na Comunidade, né? (NASCIMENTO, 2003)

Partindo da fala de Antônio do Nascimento Fernandes, observa-se que comunidade produziu um discurso dentro dos parâmetros jurídicos, buscando sua auto definição, com abrangência, princípios, finalidades, direitos e deveres. Com normas para admissão, suspensão e exclusão de associados, organização político social para a comunidade. Assim, analisando essa fala, nota-se que não se tratava de uma simples formulação de um estatuto normal, ocorria também a produção de um discurso a ser seguido. E isto pode ser percebido a partir da compreensão da produção do discurso que é selecionada, organizada, controlada e redistribuída, conjurando poderes e perigos e dominar os acontecimentos, permitindo que a

comunidade pudesse articular objetivos legais, antropológicos, históricos e jurídicos, diante da utilização do patrimônio imaterial articulado com um discurso jurídico para justificar e legitimar-se como comunidade. (Foucault, 1996)

#### **4- A AUTO AFIRMAÇÃO E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOLA DE SÃO JOSÉ DA SERRA**

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa monográfica, observamos que o processo de auto afirmação da comunidade de São José da Serra passou por uma estrutura conceitual tríplice, onde a memória, tradição e a identidade atuaram de forma somativa no processo de construção identitário local, demonstrando a profundidade e a significativa atuação, onde, articulado com o discurso jurídico direcionou meios de justificar e ocupar o espaço geográfico.

Félix (1998) aponta que a memória estabelece laços de afetividade e pertencimento, onde sua atuação progressista e aberta encontra-se ligado a tradição, conferindo um grau de sacralidade às experiências grupais. Assim, esses laços de pertencimentos ficam evidentes nas relações sociais da comunidade, onde as contribuições orais demonstram a atuação mnemônica. Na fala de sr: Manoel Seabra pode ver alguns traços quando ele se refere à comunidade ele diz:

Eles falavam: quilombo é aqui, na fazenda São José (...). Aqui era meu Pai que falava isso. Meu pai, vovô... Vovô falava que aqui era quilombo. Era um quilombo. (...) Eles só falavam quilombo, ficavam falando quilombo. O doutor Ferraz era muito exigente mais não batia, não castigava muito. (...) Coitado, lá nesses outros lugares, ele era amarrado e muito castigado. Nós também não pretende sair daqui de jeito nenhum. Gostamos muito daqui. Criado e nascido aqui, daqui não saio. (MATTOS, 1998, P- 5-15) *Apud* (RIOS E MATTOS, 2005, P-261)

De acordo com Pollak (1989), a fala do colaborador, sr. Manoel Seabra estabelece os laços afetivos, com grau de parentesco afirmativo e mnemônico, onde o pertencimento espacial remontaria a uma antiguidade, imbuída de 'verdade' familiar, estabelecendo um grau de pertencimento espacial. Isto aponta para a atuação da memória, e indica que está é essencial para os sujeitos coletivos e sua definição de laços de identidade, indicando que a memória é estruturada e reforçando o pertencimento e as fronteiras sociocultural. Nessa estruturação da memória, a memória individual do sr. Manoel Seabra atuaria na contribuição individual e cotidiana e que, mediante a recortes e somas, essa memória individual passaria a atuar como uma memória coletiva, onde trata-se da fala de um ancião, sr. Manoel Seabra que atuava como um porta-voz oficial da comunidade, e sua manifestação mnemônica estaria ligado a um passado de luta, relacionando-se com o presente através do reforço dos laços de pertencimento e vínculos originais, onde avô e pai, são tratados como um mito fundacional (avô) e de sua fala.

Assim, é importante destacar que a memória possui uma ligação interfamiliar, se justifica por meio da fala, é hierarquizada através da genealogia, com base em um mito fundacional (avô e alguns casos, o pai), solidificando o grau de pertencimento ao lugar, devido a uma temporalidade antiga, conferindo ao espaço geográfico da comunidade uma necessidade de manutenção, de lugar de memória, onde através do diálogo comunitário entre o passado histórico e as políticas públicas afirmativas, geraram a consciência histórica da necessidade para além de uma auto afirmação como "comunidade remanescente de quilombolas", mas também como sujeitos históricos e como negros.

Assim, Hall (2001), a identidade é algo móvel, que é formada e transformada de uma forma contínua, relacionando-se com as formas pelas quais somos representados e interpelados pela sociedade e cultura em que estamos inseridos. Assim, esta identidade quilombola estaria pautada em buscar suas “raízes”. E, nesse sentido, observamos que dois mecanismos foram estabelecidos. O primeiro foi o jongo, elemento do patrimônio imaterial, revestido de significados que ligava o passado ao presente, estruturado dentro dos parâmetros jurídicos estabelecidos pelo Estado como condição de proteção e reconhecimento e, articulado no sentido de gerar visibilidade e credibilidade cultura, tradicional, mnemônica e identitária. O segundo, seria a memória coletiva da comunidade. Um fator discreto e relevante, atuante através da fala de porta vozes anciões e oficiais da comunidade, estabelecidos e revestidos de credibilidade local, capazes transmitir oralmente, a memória comunitária, em um processo de seletividade da memória, descrevem os laços de pertencimentos, a ligação entre o passado e presente, por meio do mito fundacional, baseado na estrutura interfamiliar e genealógica, capaz de transmitir um peso mnemônico atuante e direto, no processo de construção das identidades.

Hall (2001) mostra que essa consciência nuclear interior do sujeito é importante, devido a mediação de valores com vistas a contribuição e o alinhamento de sentimentos com lugares e seus objetivos relacionados ao mundo social e cultural que os cercam. Dessa forma, o que liga ou costura a identidade da comunidade aos seus membros ocorre por meio da tradição. Tradição essa que é baseada nos elementos já descritos, o jongo e a memória coletiva, que atuam como fatores de afirmação de identidade, garantido a São José da Serra, um suporte de enunciação capaz de demonstrar sua formação identitária que busca a coesão grupal.

Assim, vemos que memória, identidade e tradição caminham juntos e que dentro da comunidade, buscando uma forma coerente para a construção de uma identidade de “remanescentes de quilombolas”. Nesta construção de identidade, utiliza-se vários elementos que podem ser trabalhados para este fim, onde se lança mão de aspectos familiares, de ligação com o lugar e com o passado, de forma que a identidade trabalhada vise através da tradição e da memória engessar o sujeito na estrutura comunitária, de uma forma que o sujeito se locomova dentro da estrutura e não fora dela.

E uma das coisas que nos chamou a atenção durante a pesquisa foi a forma que o colaborador, sr. Manoel Seabra tratou o espaço. Em um determinado ponto, ele disse: “eles (pai e vovô) dizia quilombo é aqui”. Este fator na colaboração oral desse alegre ancião, nos desperta a observação de conferência ao espaço geográfico como um lugar de memória, dirigindo a esse espaço, uma atenção especial e sacra, defendendo a preservação local para que a comunidade não perca sua tradição, memória e identidade. E, foi assim que minha atenção despertou para as formas de ocupação do espaço pela comunidade. Fator especial e diametralmente, fundamental para o reconhecimento da comunidade como “remanescente de quilombolas”.

Esta ocupação espacial pode ocorrer de formas diferenciadas e com significados implícitos, dentro de um jogo de aparência, com diálogos, utilização de símbolos que atuem na fundamentação de uma representação “ideal” ou de um discurso, ou, pelo menos, que seja capaz de construir um discurso significativo social e culturalmente. Mediante a problemática da ocupação do espaço, atravessada por símbolos, formas de representação, e como a ocupação do espaço e trabalhada em São José da Serra, elencamos algumas formas de ocupação. Estas formas de ocupação foram enxergadas através dos contatos com a Comunidade de São José da Serra, assim observamos que a ocupação deste espaço ocorre através de uma dicotomia.



O primeiro caminho observamos foi o legal, onde através da Constituição de 1988, que através de seu artigo 68 da ADCT garantiu primeiramente a titulação das terras ocupadas por “remanescentes quilombolas”, mas não sua posse. Em seguida ocorre a defesa dos direitos culturais mediante aos artigos 215 e 216 gerou uma postura que não só em São José da Serra, mas em outras Comunidades que se auto definem como “remanescentes de quilombolas”. Esta postura seria aquela da defesa da permanência de um espaço que abarcasse seu capital cultural simbólico e que representasse, não só os sujeitos históricos, mas uma identidade e sua própria existência, conferindo assim a territorialidade a associação com a construção da identidade e considerando este espaço geográfico como essencial para a representação étnica e identitárias e suas articulações. (Velloso, 1990)

Diante desses apontamentos, observamos que o primeiro passo para ocupação do espaço foi o da legalidade, vinculado ao Estado e suas responsabilidades através das políticas públicas afirmativas para atender aos “remanescentes de quilombolas”. O Segundo passo está assentado nas formas que a comunidade se afirma e ocupa esse espaço, com capacidade da comunidade promover uma construção de sua identidade e se inserir no mundo sociocultural que encontram inseridos.

Nesse sentido, compreende-se que a comunidade ocupa o espaço de duas maneiras diferenciadas. A primeira baseada nos elementos já debatidos no artigo, através do jongo que faz parte do capital simbólico atuando como ligação entre o passado e presente, incluindo assim práticas de significação e simbólicas, onde os significados são produzidos e utilizados para o posicionamento dos sujeitos históricos, onde por meio dos significados produzidos através dessas representações que conferimos sentido à nossa existência e afirmamos àquilo que somos. (Silva, 2009). A segunda forma, ocorre através da memória coletiva, organizada por meio da tradição cultural da comunidade, expressa nas contribuições orais dos sujeitos históricos e porta vozes da comunidade que, articulam a memória individual e, lançam as bases da memória coletiva, de relação interfamiliar e genealógica, permitindo através dela a observação do mito fundador como justificativa e base para construção do discurso mnemônico. Este fator da memória coletiva permite a observação do sentimento de pertencimento, da transformação do local em um lugar de memória capaz de relacionar sujeitos e espaço, conferindo base identitária aos membros da comunidade (Pollak, 1992)

Para além desses dois argumentos, o segundo caminho de ocupação do espaço em São José da Serra, estaria na utilização do espaço, sendo que este ponto é fundamental para a compreensão da construção do processo identitário. Essa ocupação ocorre de forma material utilizando-se de atividades econômicas como: criação de porcos, galinhas, patos e outros animais, chegando a ter algumas cabeças de gado leiteiro e por meio do cultivo da terra, onde ocorre a presença de roças de subsistência, com a plantação de milho, feijão, mandioca, frutas e a presença de hortaliças e verduras para o consumo diário e pequena comercialização na região. Estas práticas estão ligadas a prestação de serviço aos donos da fazenda em que ocupam, por meio de pagamento como meeiros ou empreitadas, articulada entre os proprietários e os chefes comunitários. Conforme Mafesoli (1984), essa ideia de valor territorial, concentra no coletivo qualidades que, em sua maioria das vezes condiciona o indivíduo dentro de uma estrutura de família ampliada e concentra valor significativo com o trabalho.

Diante disso, a ocupação do espaço, a família e o trabalho, atuam no processo de significação e subjetividade, imprimindo na comunidade uma visão de mundo que interfira no comportamento não apenas do individual, mas também no coletivo, onde o fato de ocupar o lugar pode não estar ligado ao não estabelecimentos de vínculos

locais fundiários, mas sim, a uma rede de relações que ao ser interiorizada acaba fazendo parte da própria identidade individual, refletindo na identidade coletiva. Apontando assim para o enraizamento no lugar, Velloso (1990) indica que o espaço é construído, onde o marco físico, com símbolos, confere não apenas um registro da memória comunitária, mas serve como ponto referencial ao sentido de identidade, onde o referencial representativo necessita de materialidade.

Entendemos que está ocupação material foi articulada a partir do ano 2000. Pois, nesse ano foi criada a Associação de Moradores, reconhecida em cartório como “Associação da Comunidade Negra Remanescente do Quilombo da Fazenda São José da Serra”, registrada assim no Cartório do Primeiro Ofício de Valença/RJ, no dia 21 de junho de 2000. Sendo definida assim, destacamos alguns de seus objetivos como: 1º Promover o turismo cultural próprio das suas tradições na região; 2º Revigorar os laços da unidade familiar, introduzindo hábitos alimentares e habitacionais tradicionais. O que nos chama a atenção neste documento, não é a atividade o turismo cultural da comunidade que exemplificou no seu estatuto, mas sim o segundo parágrafo, onde por meio de um parâmetro jurídico trata de apresentar meios pelos quais, nos permite compreender que torna-se necessário a adoção de tais práticas que não era e/ou não estava sendo trabalhados, principalmente no que se refere as habitações tradicionais.

FIGURA 1 e 2 - Casas “tradicional” na Comunidade de São José da Serra. Fonte: Acervo do autor montado entre maio e dezembro de 2008.



Partindo disso, a compreensão que a partir do momento que se busca instituir e/ou revigorar os hábitos habitacionais tradicionais, a comunidade busca a materialização da ocupação do espaço por meio das habitações, estabelecendo regras para a construção e ocupação desse espaço, onde a construção da imagem transmite e representa uma imagem capaz de ligar a comunidade ao seu passado. Por este motivo, optamos pelo uso de fotografias para ampliar a compreensão sobre o objeto de estudo, uma vez que as imagens circulam em jornais, revistas, pôsteres, banners, entre outros, ampliando o discurso em defesa da identidade e ocupação do espaço pela comunidade. Cabe ainda apontar que Barthes (1984), indica que as imagens são representativas e selecionadas, onde valores e ideias subjetivas e objetivas trabalham em uma perspectiva de ampliação e consolidação do discurso social, onde a produção de significados são maximizados.

Este fator vai de encontro com que Pollak (1992) mostra que a identidade está relacionada a questão da imagem produzida para si e para os outros, que esta imagem, possui tal força capaz de acreditar na própria representação e relaciona-se na forma como é percebida pelos outros. Isto vai de encontro com a forma que a

comunidade estipula no Estatuto sobre as habitações tradicionais, no âmbito comunitário, onde os traços tradicionais devem ser representados e preservados, devendo as habitações seguir um padrão relacionado à época da formação do quilombo, as casas serem feitas de estuque (pau-a-pique) e cobertura de sapê com chão de terra batida, como demonstrado nas imagens acima. Ocorre que diante disso, o autor aponta que a autoimagem não é isenta de mudanças e negociações, muito menos de transformações em função de outros fatores, significando que a imagem pode ser negociada, influenciada e enquadrada dentro de parâmetros tradicionais, com uma visão de coesão histórica, buscando uma finalidade identitária e afirmativa.

Dessa forma, a memória histórica, capturada por meio da história oral e consolidada por meio do Estatuto da comunidade, estabelece padrões na construção das imagens sobre a comunidade, com a finalidade de referendar e transmitir valores que levam a comunidade a ser reconhecida, principalmente fora de seu espaço e por quem consome as imagens sobre a comunidade, como uma comunidade “remanescentes de quilombolas”. Onde a casa tradicional, a qual fora relatada na matéria da Revista Isto É, de 1997, consolidada por uma visão histórica tradicional sobre a formação de quilombos, reforça a ideia comunitária. Uma imagem de uma casa comunitária de pau a pique, coberta de sapê e com chão de terra batida, é capaz de referendar o discurso ao público da associação da habitação a requisição do reconhecimento de “remanescentes de quilombolas”, revestindo as imagens de um referencial simbólico poderoso, atuante, profundo e representativo, dentro de uma estrutura mnemônica, identitária, tradicional, representativa, jurídica, identitária e histórica. (Bourdieu, 2009)

Assim, a utilização das imagens corrobora na construção da identidade na Comunidade de São José da Serra, marcando esse processo de forma singular. Diante disso, a atuação da casa atua como forma de ocupação do espaço. E isto se deve ao fato muito peculiar, onde, em um tempo que não havia as políticas públicas do Estado, a ocupação do espaço ocorria através da habitação, onde a família, mediante a sua construção assentava-se ali e estabelecia seus laços de pertencimento, familiar, mnemônicos e tradicionais. Onde se comia, dançava-se o jongo no terreiro, divertia-se, falava-se, contava-se histórias, trabalhavam nas proximidades, a habitação tradicional estabelecia um convívio social e de luta cotidiana pela ocupação do espaço. Cabe lembrar que, as terras da comunidade de São José da Serra, existem duas povoações, Cabinda e Grotão, com as casas distribuídas por uma área ampla, onde os meios de sobrevivência e uso da terra atuam na construção de um universo social dialógico, conferindo as habitações poder de pertencimento, estruturante dentro da noção de sociedade e força ou poder, definidos pelas posições que essas casas se localizam em relação ao espaço (Bourdieu, 2009)

Conforme os apontamentos de Bourdieu (2009), concebemos a casa como um símbolo de integração local, conferindo representatividade a comunidade na ocupação do espaço e na construção da identidade, pois a identidade carece de símbolos e a casa é um elemento fundamental de representatividade. Basta lembrar que Johann Moritz Rugendas, em 1823, passando pelo Brasil recém independente, retratou em seu quadro, Habitações de Negros, uma dessas casas tradicionais, formada de estuque (pau-a-pique), coberta de sapê e chão de terra batida. Assim, as casas que não se encontrava nesses parâmetros tradicionais e estatutários da comunidade, não servem de representatividade comunitária.

FIGURAS 3 e 4 – Casa fora do padrão do estatuto da comunidade. Acervo do autor montado entre maio e dezembro de 2008.



A partir das observações das imagens acima, observa-se a existência de habitações fora do padrão estatutário da comunidade e distante do pensamento tradicional do que seria uma casa de uma comunidade de “remanescente de quilombolas”. Isto ocorre pelo fato da tradução cultural e do hibridismo, que Bhabha (1998) indicou. Trata-se de pessoas que ressignificaram optando por uma busca de relações com a modernidade disponível aos sujeitos históricos, inserindo-os em um mundo social que os cerca. A construção das casas em desarmonia com os parâmetros estabelecidos serve de observação pelo fato dessas habitações terem rompido uma linha tênue entre a tradição, identidade, discurso sobre a ocupação do espaço. Dai a importância da análise dos parâmetros do Estatuto Comunitário que ao estabelecer regras de construção das casas, para além de criar uma padronização enquadrada na memória histórica, na tradição e no pensamento comum sobre uma comunidade “remanescente de quilombola”, busca frear o avanço da modernidade e suas influências no interior da comunidade. Não influenciando em uma proibição de construções de casas fora do padrão estabelecido, mas, não permitindo que as casas desarmonizadas não podem ser utilizadas nas imagens sobre a comunidade.

Nesse sentido, a quebra desses significados considerados tradicionais, é o terceiro espaço, ressignificado de acordo com a realidade pós-moderna, onde os indivíduos buscam uma integração e o desfrute dos elementos tecnológicos. E isto, no interior da comunidade pode ser interpretado como uma dinâmica de ameaça às suas referências, fazendo com que a casa fora do padrão seja descartada do padrão imagético, por que os detentores dessa referência tendem a construir um consenso entre o grupo de forma permanente para assim promover os interesses materiais e simbólicos.

## 5- CONCLUSÃO

Assim, nesse processo de construção das identidades, compreendemos que o processo histórico foi atravessado por diferentes matizes onde, o Estado, por meio da Carta Constitucional de 1988, através do artigo 68 da ADCT, iniciou após cem anos um processo de reparação aos descendentes de negros escravizados que a Lei nº. 3353 tinha libertado. Através do artigo 68 possibilitou a estas comunidades dimensões sociopolíticas, econômicas e culturais, na construção e atualização da identidade, onde os artigos 215 e 216 passaram a atuar na defesa dos direitos culturais das comunidades que emergiam no contexto da ressemantização do termo quilombo, que inseriu comunidades que não eram considerados como “remanescentes de quilombolas” as formas de serem reconhecidas. Assim, a produção científica passou a tecer análises sobre estas comunidades onde, começou a divulgar análises e revisar análises antigas e estereotipadas sobre estas comunidades que tendiam a ver os quilombos de forma marginalizada.

Nesse sentido, a Comunidade de São José da Serra, emerge em um contexto histórico, diante de novas possibilidades, buscando, dentro das linhas legais, o reconhecimento de seu espaço geográfico como uma comunidade “remanescente de quilombolas” e buscando-se afirmar como negros, sujeitos históricos e como cidadãos portadores e conhecedores de seus direitos. E, diante dessa realidade, a comunidade tomou uma consciência política e passaram a atuar no processo de construção de sua identidade. Nessa perspectiva, a tradição cultural busca articular essa tradição para a ocupação do espaço, elegendo o jongo e a memória coletiva, por compreenderem que se trata do patrimônio imaterial, onde a memória coletiva, estruturada em uma perspectiva interfamiliar, genealógica, com um mito fundacional atua em seu caráter justificador, tornando o jongo uma ligação entre o passado e presente, elemento remoto do tempo da escravidão, com uma prerrogativa de continuidade no presente, com dever de preservação e transmissão às gerações futuras. Assim como a memória é responsável pela transmissão do capital cultural simbólico da comunidade, busca a justificativa da ocupação do espaço, evidenciando os laços de pertencimento ao lugar, conferindo ao espaço um lugar de memória.

Outro ponto de destaque sé justamente a articulação do discurso legal, através dos dispositivos constitucionais e jurídicos com a tomada de consciência política e a organização da comunidade nos parâmetros legais, onde ocorreu a instituição do Estatuto da Comunidade, capaz de instituir padrões históricos e impedir a ressignificação do espaço, elegendo a casa como elemento identitário, transmissor de um discurso identitário, solidificado na memória, na tradição, no senso comum e na produção de imagens. Impedindo a tradução cultural e o hibridismo no interior da comunidade, o Estatuto consolida-se como norteador e como fator jurídico a ser seguido, sendo capaz de estabelecer um silenciamento, exclusão e inutilização das casas da comunidade que estivesse em desarmonia com a tradição.

Ainda sim pode-se apontar que a construção das imagens que ocorreu nesse processo, que visava a atender uma afirmação identitária ocorreu de forma direta e singular onde, apenas as casas padronizadas fossem retratadas para a transmissão da imagem da comunidade no seu exterior servisse como um elemento de afirmação identitária e histórica, promovendo assim a comunidade o reconhecimento como uma comunidade remanescentes de quilombolas.

Nesse sentido, a tarefa do historiador é o de compreender e não julgar a construção das identidades na Comunidade de São José da Serra, o que se revelou desafiador, porém gratificante. Forma horas e horas de pesquisa, onde leituras, visitas a comunidade com a perspectiva de elaboração de contatos, produção de vídeos, fotografias, colaborações orais, leituras teóricas e discussões, foi árduo, porém, gratificante. E isto acabou gerando a produção de um trabalho monográfico que está depositado na biblioteca do Centro Universitário Geraldo di Biase.

Ainda cabe a observação que, pouco tempo depois, a comunidade que fora reconhecida como uma comunidade remanescente de quilombola recebeu a tão sonhada titulação das terras que ocupava. Isto foi gratificante, pois em meu contato na comunidade sempre a cordialidade e a hospitalidade foram marcas locais. E por analisar esses parâmetros que podemos apontar que a comunidade de São José da Serra é uma comunidade remanescente de quilombolas consciente de seu papel histórico e social que contribuiu de forma singular, servindo de base para outros reconhecimentos. Viva São José da Serra.

## **6- FONTES**

Estatuto Da Associação Da Comunidade Negra Remanescente Do Quilombo Da Fazenda São José Da Serra, Conforme O Novo Código Civil (LEI 10.406/02)-



(Registro Número 1956 No 1º Ofício Do Registro De Títulos E Documentos- Valença/ RJ)

Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas E Filosofia. Departamento de História. Laboratório de História Oral E Imagem. Projeto: Memória do Cativo Entrevistado: Antônio do Nascimento Fernandes Entrevistadoras: Hebe Mattos E Martha Abreu Data da Entrevista: 28 De Novembro de 2003

Relatório de Identificação de Comunidade Remanescente de Quilombo. Rio de Janeiro: LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem – UFF, 1998.

## 7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. RJ: Nova Fronteira, 1984.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009

FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da Pesquisa*. Passo Fundo: EdIUPF, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro DP&A, 2001.

LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo. *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. Vassouras, 1949. Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.

MAFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MATTOS, Hebe Maria; MEIRELES, Lídia C.. *“Meu pai e vovô falava: quilombo é aqui” Memória do Cativo, Território e Identidade na Comunidade Negra Rural de São José da Serra*. Relatório de Identificação de Comunidade Remanescente de Quilombo. Rio de Janeiro: LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem – UFF, 1998.

\_\_\_\_\_. *Turismo em comunidades Quilombolas- uma Construção Historiográfica*. In: Turismo Social: diálogos do Turismo: uma viagem de Inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *“Remanescentes de Quilombos” do Rio Erepecuru: O lugar da Memória na Construção da Própria História e de sua Identidade Étnica. Brasil: um país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas; 1999.

OUTHWITER, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade social*. In Estudos Históricas, Rio de Janeiro, volume 5, nº 10, 1992.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In Estudos Históricas, Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tias baianas tomam conta do pedaço*. In Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990.

# HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O DECRETO 8.268/2014 E A PEDAGOGIA MARXIANA

Heloisia Carneiro de Souza<sup>150</sup>

**RESUMO:** O decreto nº 8.268/2014, que altera a diretriz 5.154 de 2004, representa um marco na educação brasileira. Neste sentido, pretende-se analisar as concepções históricas, políticas e educativas que nortearam a elaboração do decreto 8.268/2014. Para tanto, será utilizada a metodologia bibliométrica que permitirá analisar a extensão de bibliografias que avaliam o referido decreto, bem como será necessário analisar à luz do Materialismo Histórico Dialético as concepções de tais materiais. Acredita-se que este estudo será relevante por analisar as implicações do referido decreto na política educacional brasileira.

**Palavras-chave:** Pedagogia Marxiana. Formação Humana. Diretrizes educacionais.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo irá analisar os delineamentos do decreto nº 8.268/2014 que apresentam aspectos de indicações marxianas como: articulação entre educação e trabalho como possibilidade de emancipação humana, sendo o trabalho evidenciado como princípio educativo em suas características ontológicas e históricas. E a educação é um produto da indissociabilidade entre teoria e prática para além dos aspectos formais.

As questões que motivaram e mobilizaram o aprofundamento nesta temática emergiram a partir de dois pontos centrais, sendo o primeiro a busca pela seguinte compreensão: como esse decreto foi criado? Ele é inédito ou ele altera algum outro que já existia? Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar como se articula a categoria “formação humana” no decreto 8264/2014, tendo em vista o panorama político, educativo e social do referido contexto.

Esta discussão se mostra relevante tendo em vista a conjuntura neoliberal que aprofunda a dicotomia entre educação e trabalho, como sendo a educação um privilégio de poucos, os mais favorecidos economicamente, e o trabalho, ou a educação profissional, ser voltada às camadas sociais menos favorecidas de recursos financeiros. Assim, apresentar as evidências e propostas contra hegemônicas podem ser significativas para repensar a emancipação humana como uma ferramenta política.

Por fim, depreende-se da pesquisa apresentada, que, existe um confronto de vertentes do poder político que tem redefinido o sentido da relação público-privado na educação brasileira, itens a serem constatados a partir dos elementos a serem apresentados nos tópicos seguintes.

## 2 O DUALISMO ESTRUTURAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: TRAÇOS HISTÓRICOS

---

<sup>150</sup> Licenciada em Pedagogia pela Fundação Universidade do Tocantins (2009). Possui Especialização em Educação Infantil (2012); Psicopedagogia Clínica e Institucional (2020). Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo PROFEPT.

A história da educação no Brasil apresenta como uma de suas principais características o dualismo estrutural. Entretanto, Frigotto (2011) acentua que mantém-se:

O dualismo estrutural na educação, a inexistência de um sistema nacional de educação, uma desigualdade abismal de bases materiais e de formação condições de trabalho e remuneração dos professores, redundando numa pífia qualidade de educação para a maioria da população. (FRIGOTTO, 2011, p. 246)

De acordo com Aranha (2006) a origem do dualismo se verifica nas antigas civilizações orientais, quando suas organizações políticas e sociais se tornaram mais complexas e hierarquizadas. No entanto, não é apenas na antiguidade que essa relação existe. Isso porque ainda permanece essa forma de organização, que acaba sendo um dos fatores que reforçam a desigualdade social.

O reflexo do dualismo social na educação é elucidado por Ciavatta (2005), a autora apresenta como esse dualismo toma um caráter estrutural especialmente a partir da década de 1940, quando a educação nacional foi organizada por leis orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando os que deveriam ter o "ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção" (CIAVATTA, 2005, p.4).

Neste contexto, o processo de modernização brasileira, importante traço histórico da dicotomia entre trabalho e educação, se aprofunda no âmbito das inovações tecnológicas, lideradas pelas áreas de informação e microeletrônica, quanto pelos novos processos organizativos e gerenciais.

Qualificar massivamente os trabalhadores com uma metodologia que rompa com a concepção tradicional de capacitação profissional e incorpore a formação escolar para possibilitar a continuação do processo educativo do trabalhador, pois é um grande desafio.

O efeito da chamada flexibilização do mercado de trabalho decorrente da modernização produtiva poderá ser a precarização do emprego, pois se não há uma política eficiente de educação e qualificação profissional que vise melhorias as possibilidades de emprego do trabalhador; ou seja, que forneça um conjunto de habilidades ao trabalhador que ele possa exercer sua profissão.

A aprendizagem flexível, como metodologia, é uma das formas de atender à finalidade de formação desses profissionais, cuja força de trabalho poderá ser consumida de forma mais ou menos predatória, ao longo das cadeias produtivas, segundo as necessidades da produção puxada pela demanda (KUENZER, 2016, p.6).

Um novo perfil de qualificação do trabalhador é fundamental ao novo contexto, no qual sobressai em primeiro plano — vale a pena insistir — a importância da educação básica. O núcleo de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos ao longo do processo educacional constitui um requisito essencial para que a força de trabalho possa ampliar as oportunidades de incorporação e de desenvolvimento no futuro mercado de trabalho, objetivando sua valorização pessoal e profissional e o atendimento às novas exigências de qualificação.

Para Antunes (2010), as mudanças no mundo do trabalho foram tão intensas que atingiu diretamente a classe que vive do trabalho no que diz respeito a sua materialidade, bem como sua subjetividade. Estas mudanças acarretam em algumas tendências, a destacar: emergência de formas desregulamentadas de trabalho, acarretando na redução do conjunto de trabalhadores estáveis; surgimento de um novo proletariado fabril (os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre outros); e a



exclusão de jovens com idade de ingresso no mercado de trabalho, que sem perspectivas de emprego acabam, muitas vezes, inserindo-se nos trabalhos precarizados ou mesmos fazendo parte da parcela cada vez mais numerosa de desempregados.

### **3 O ANO DE 2014 E AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Durante o Governo Dilma Rousseff foi estabelecido o decreto 8.268 de 18 de junho de 2014 que teve o propósito de superar a dualidade da formação do trabalhador. Na legislação evidencia-se a proposta de cursos e programas da educação profissional que deveriam ser organizados por regulamentação do Ministério da Educação em trajetórias de formação que favoreçam a continuidade da formação, carga horária mínima de cento e sessenta horas para a formação inicial, sem prejuízo de etapas posteriores de formação continuada.

Para os fins do disposto neste Decreto, consideram-se itinerários formativos ou trajetórias de formação as unidades curriculares de cursos e programas da educação profissional, em uma determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. Houve a proposição de projetos de cursos experimentais com carga horária diferenciada para os cursos e programas organizados na forma prevista no § 1º, conforme os parâmetros definidos em ato do Ministro de Estado da Educação. Também enfatiza-se a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; a centralidade do trabalho como princípio educativo; e a indissociabilidade entre teoria e prática.

E nesse mesmo ano houve a atualização do plano nacional de educação, o PNE instituído em 2014, sob a lei 13.005, com tempo previsto para 2014-2024 estabelece 20 metas divididas em temas. Nove metas referem-se à estrutura da educação básica, a garantia do direito e a defesa da qualidade desta etapa do ensino; duas metas relacionadas à redução das desigualdades sociais e à valorização da diversidade; quatro metas destinadas à valorização dos profissionais da educação e três metas relacionadas ao ensino superior.

Dessas 20 metas, apenas as metas 10 e 11 estão relacionadas à educação profissional e tecnológica. A meta 10 aborda a integração de pelo menos 25% das matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos ofertadas concomitante com a EPT. A meta 11 defende a triplicação das matrículas da educação profissional integrada ao ensino médio, ampliando para 50% a oferta na rede pública. O documento informa que o atendimento na rede pública de metade dos alunos dessa modalidade já foi atendido, devendo apenas se estabelecer metas para triplicar a oferta. Entende-se que o programa atual do Governo Federal deve atender a essa exigência. Assim a educação profissional e tecnológica, assume novas posições no cenário econômico, pois deverão preparar os indivíduos com habilidades e competências flexíveis para se adaptarem às céleres mudanças do mundo do trabalho.

### **4 AS RELAÇÕES DO DECRETO 8268/2014 COM A PEDAGOGIA MARXIANA**

O Decreto 8268/2014, de 18 de junho de 2014, altera em alguns pontos o Decreto 5.154/2004: os cursos e programas da educação profissional de que tratam os incisos I (qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores) e II (educação profissional técnica de nível médio) do caput serão

organizados por regulamentação do Ministério da Educação em trajetórias de formação que favoreçam a continuidade da formação. (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014).

A educação profissional, dessa forma, observa as seguintes premissas: articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; a centralidade do trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2014).

Há várias argumentações que a educação deve formar o homem integral, vale dizer, indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas.

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 85).

Para isto, precisamos de alguns pressupostos, nos termos descritos por Ramos (2005). O primeiro deles é compreender que homens e mulheres são seres histórico-sociais que atuam no mundo concreto para satisfazerem suas necessidades subjetivas e sociais e, nessa ação, produzem conhecimentos. Assim, a história da humanidade é a história da produção da existência humana e a história do conhecimento é a história do processo de apropriação social dos potenciais da natureza para o próprio homem, mediada pelo trabalho. Por isto, o trabalho é a mediação ontológica e histórica na produção de conhecimento.

Assume-se esse princípio a partir da compreensão do homem como ser histórico-social, portanto, capaz de transformar a realidade, ou seja, um ser que busca a autonomia, a auto-realização e a emancipação através de sua participação responsável e crítica nas esferas sócio-econômico-política.

Isto consiste em perceber o homem como um ser capaz de colocar-se diante da realidade histórica para, entre outros aspectos, reagir à coerção da sociedade, questionar as pretensões de validade e de normas sociais, construir uma unidade de interesses e descobrir novas estratégias de atuação solidária (CEFET-RN, 1999, p.47).

Nesse sentido, compreende-se que uma prática pedagógica significativa decorre da necessidade de uma reflexão sobre o mundo do trabalho, da cultura desse trabalho, das correlações de força existentes, dos saberes construídos a partir do trabalho e das relações sociais que se estabelecem na produção. Essa reflexão sobre o trabalho como princípio educativo deve constituir-se em um movimento na busca da unidade teoria e prática, e conseqüentemente na superação da divisão capital/trabalho - uma utopia necessária.

Assim, é fundamental atentar para o fato de que o trabalho como princípio educativo não se restringe ao “aprender trabalhando” ou ao “trabalhar aprendendo”. Está relacionado, principalmente, com a intencionalidade de que através da ação educativa os indivíduos/coletivos compreendam, enquanto vivenciam e constroem a própria formação, o fato de que é socialmente justo que todos trabalhem, porque é um direito subjetivo de todos os cidadãos, mas também é uma obrigação coletiva

porque a partir da produção de todos se produz e se transforma a existência humana e, nesse sentido, não é justo que muitos trabalhem para que poucos enriqueçam cada vez mais, enquanto outros se tornam cada vez mais pobres e se marginalizam – no sentido de viver à margem da sociedade.

#### 4 METODOLOGIA

Este estudo se deu a partir do método bibliométrico e bibliográfico, nos termos expostos por Costa (2017) e Wolfram (2017), o que possibilitou uma melhor compreensão do fenômeno pesquisado. O critério utilizado para encontrar os materiais selecionados para o estudo foram: 1) inserir o nome do decreto em aspas na plataforma *Google* acadêmico, seguido da palavra artigo, pois quando a palavra está em aspas o *Google* refina a pesquisa; 2) busca em repositórios institucionais (bancos de dissertações e teses), *Google* acadêmico, bibliotecas virtuais, *Scielo*, dentre outras que possam emergir do contato com o campo teórico.

Quanto à pesquisa bibliográfica, esta utiliza a análise de textos escritos e por meio da avaliação e organização desses textos desenvolve-se o conhecimento científico. O quadro abaixo delinea o percurso metodológico delineado por esta pesquisa de modo mais detalhado.

QUADRO 1 - MÉTODO

Método	Procedimento técnico	Instrumento de análise
Bibliométrico	Quali-quantitativo	Análise Textual Discursiva
Materialismo Histórico Dialético	Qualitativo	Análise de documento

Fonte: Própria autora, 2021.

O trato metodológico dos dados coletados na pesquisa bibliográfica foi alicerçado na Análise Textual Discursiva (ATD). De acordo com a metodologia da Análise Textual Discursiva os dados podem ser entendidos como unidades de significados, a partir de processos chamados de categorização, unitarização e teorização. No processo de categorização nomeia-se as palavras-chave que nortearão o tratamento dos dados da pesquisa (GALIAZZI; SOUSA, 2019).

No sentido de relacionar as categorias de pesquisa com outras bibliografias pertinentes sobre o tema, apóia no materialismo histórico-dialético, um método de interpretação da realidade considerado como a teoria do conhecimento do marxismo originário. Para Marx (1987), esse método permite pensar a realidade concreta em que vivem os homens consiste em partir do abstrato em direção ao concreto.

O pensamento se apropria do concreto e torna-se concreto pensado como síntese, resultado, unidade do diverso. Marx (1987. p.17) exemplifica a ideia acima dizendo que o valor de troca na sociedade capitalista seria uma abstração “de um todo vivo e concreto já dado”. Com esse método de investigação objetiva-se alcançar o concreto no pensamento, ou seja, uma ideia diferente do concreto real, que é o empírico. Assim, após investigação e análise dos elementos constitutivos do objeto alcança-se a compreensão das suas múltiplas determinações.

Assim, o estudo resulta em uma pesquisa qualitativa, quando realiza o tratamento de dados a partir de relações com múltiplos aspectos da realidade, e outros materiais teóricos que não apenas os selecionados como alvo para análise. E de modo quantitativo se apóia na pesquisa bibliométrica para informar a quantidade de estudos específicos sobre o referido decreto. Assim, na pesquisa, detectou-se 6 dissertações que citavam o decreto 8.268/2014, conforme exposto no quadro abaixo.

## QUADRO 2 - COMPILAÇÃO TEÓRICA

Categoria a ser analisada na pesquisa: decreto 8.268/2014	Autor que discute a categoria	Principais idéias do autor
Indissociabilidade entre teoria e prática.	SILVA,2016	O decreto busca afirmar que a educação profissional deve ser ofertada concomitante ou subsequente ao ensino médio, garantindo a indissociabilidade desta etapa de ensino e prevendo também a oferta em cursos de graduação tecnológica.
Qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores	LEMES, 2016	O Decreto se constituiu como um possível meio de ascensão da educação profissional em nosso país, isso porque o novo governo, contrapondo ao anterior, passaria a investir de forma mais significativa nesse segmento (LEMES, 2016).
Cursos e programas da educação profissional organizados por regulamentação do Ministério da Educação em trajetórias de formação que favoreçam a continuidade da formação.	SILVA, 2016	Em linhas gerais, as mudanças propostas em 2014 evidenciam a defesa pela qualificação profissional, seja ela na formação inicial ou continuada de trabalhadores, a articulação de várias esferas e a necessidade de parceiros para oferta dos cursos.

Fonte: Própria autora, 2021.

O Texto 1, enquanto unidade de significado, se intitula “projeja no instituto federal de educação, ciência e tecnologia farroupilha – campus São Vicente Do Sul:

construção de identidades sociais e culturais e o processo de inserção de egressos na sociedade” de autoria de Néri Emílio Soares Júnior. No texto, antes de chegar ao decreto em estudo, o autor fala do PROEJA através do decreto 5.154/2004, comenta a luta pela superação da histórica através do decreto 2.208/1997, fala que esse decreto foi revogado pelo 5.154/2004, assim ele vai trazendo uma trajetória do Programa e mostra a diferença dos decretos Decreto nº 5.840/2006 em relação ao Decreto nº 5.478/2005, em seguida chega ao decreto 8.268. Comenta que o Decreto 8268/2014, de 18 de junho de 2014, altera em alguns pontos o Decreto 5.154/2004: os cursos e programas da educação profissional de que tratam os incisos I (qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores) e II (educação profissional técnica de nível médio) do caput serão organizados por regulamentação do Ministério da Educação em trajetórias de formação que favoreçam a continuidade da formação. (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014).

A educação profissional, dessa forma, observa as seguintes premissas: articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; a centralidade do trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2014).

O Texto 2, enquanto unidade de significado intitula-se desafios à formação continuada de professores atuantes na educação profissional e tecnológica com ênfase no pronatec: a pós-graduação lato sensu ofertada pelo senai-cetiqt de autoria de Stella Alves Rocha da Silva. A autora relata que em linhas gerais as mudanças propostas em 2014 evidenciam a defesa pela qualificação profissional, seja ela na formação inicial ou continuada de trabalhadores, a articulação de várias esferas e a necessidade de parceiros para oferta dos cursos.

O texto 3, enquanto unidade de significado, intitula-se “A Concepção De Educação Profissional E Tecnológica Dos Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia (Ifets) Nos Governos Lula e Dilma”, de autoria de Jaqueline Moritz. Nele a autora afirma que o Decreto se constituiu como um possível meio de ascensão da educação profissional em nosso país, isso porque o novo governo, contrapondo ao anterior, passaria a investir de forma mais significativa nesse segmento (LEMES, 2016).

O texto 4, intitulado “as diretrizes curriculares da educação profissional no governo dilma: formação dual do trabalhador?” de Néri Emílio Soares Júnior. O autor comenta que por meio do Decreto nº 8.268. Foram estabelecidas, por exemplo, a centralidade do trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade de teoria e prática como premissas da educação profissional. Dessa forma, o decreto se torna mais articulado com a Resolução CNE/CEB nº 06/2012.

O Texto 5 “a política de educação profissional do governo Dilma: o direito à educação no contexto da expansão da rede federal de educação profissional e do pronatec” de Samanta Lopes Maciel, ela apresenta o decreto alvo desta análise como marco legal da educação profissional e Tecnológica no Brasil.

O Texto 6 “contextos históricos e políticos da educação profissional brasileira nos últimos trinta anos” de Pauline Vielmo Miranda e Tacisio dos Reis Pereira, aborda que, em 2014, o Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), alterou o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamentava o § 2º do artigo 36º e os artigos 39º ao 41º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Os dois primeiros artigos do Decreto nº 5154/2004 passam a incluir em seu texto: Art.1. I – qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; e Art. 2. II – articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; III – a centralidade do trabalho como princípio educativo; e IV – a indissociabilidade entre teoria e prática” (BRASIL, 2014).

Um ponto explorado no decreto é sobre o processo de formação do professor. Mesmo não se tendo referências específicas sobre o decreto, temos outras possibilidades de pesquisar a questão. De acordo com Kuenzer (2011), o trabalho docente está imerso numa conjuntura que produz valor de uso e valor de troca. Moura (2014) reflete sobre esta questão evidenciando como o docente dispõe sua força de trabalho, seja para o capitalista ou para o estado, a partir de um contrato, laço este que contribui para formar pessoas que alimentarão “a engrenagem do modo de produção capitalista por meio do trabalho abstrato que produz valor de troca, mercadoria” (MOURA, 2014, p. 34). Este processo revela um aspecto contraditório do trabalho docente. Ao mesmo tempo em que “produz conhecimento científico e tecnológico, forma pesquisadores etc., produz trabalho eivado de valor de uso e que pode, inclusive, contribuir para questionar o próprio sistema capital” (MOURA, 2014, p. 34)

Outra especificidade importante do trabalho docente é o fato de que apesar de ser produtivo, ocorrendo em meio às relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho, esse trabalho não é material, pois nele não se separa o trabalhador do produto do seu trabalho. Assim, o trabalhador tem um relativo grau de domínio e autonomia sobre o conteúdo do próprio trabalho [...] Não obstante, não se pode deixar de considerar que essa característica do trabalho docente - sua não materialidade - é um espaço importante para se avançar em uma racionalidade contra hegemônica de formação humana (MOURA, 2014, p.35).

Nessa perspectiva, o grande desafio do docente é “mover-se dentro dessas contradições, ao mesmo tempo em que forma pessoas que tenham a capacidade de compreender as relações sociais e de produção sob a égide de capital, em compromisso ético-político para atuar na direção de sua superação” (MOURA, 2014, p. 35). Nesta arena de contradições, as múltiplas dimensões da formação humana compõem uma totalidade na qual se pode aliar competência técnica e compreensão crítica das relações capitalistas (MOURA, 2014).

A conjuntura do trabalho docente explicitada acima pode ser investigada tendo em vista a epistemologia das práticas docentes. Já que os saberes dos professores são constituídos e mobilizados no cotidiano. “Olhar de modo sistematizado para este contexto é reconhecer a complexidade da epistemologia da prática docente à luz do sujeito que a constrói” (SILVA, 2009).

No estudo de cunho bibliográfico e documental de Silveira, Santiago e Rodrigues (2020), são apresentados os desafios atuais que rondam a formação docente na EPT. Ademais, os autores enfatizam o caráter indispensável da formação docente com base na realidade vivida pelos professores.

Diante desse cenário, situa-se a formação docente, num “processo gradativo e infundável [...] em constante construção” (LOPES; VEIGA; LUTERMAN, 2019, p. 184). Uma vez que o professor é um dos elementos primordiais no aprimoramento da qualidade do ensino, segundo Costa (2018), a formação docente, principalmente a continuada, tem sido alvo de diversas preocupações advindas de distintas esferas do poder público.

Nóvoa (1995) coloca que o campo da formação de professores está imerso pelo controle administrativo, político e ideológico do Estado. Assim, a passagem de um controle administrativo a um controle ideológico, insere-se em um enquadramento de conflitos políticos que afetam as escolas e a situação educativa em sua totalidade. Assim, do seio da educação emergem conflitos que levam a pensar sobre como tem se configurado a formação e o trabalho docente em um quadro de disputas, poder e

mudanças estruturais, bem como leva a refletir sobre as possibilidades de enfrentamento aos entraves à formação docente em uma perspectiva continuada.

Muitas das iniciativas públicas de formação continuada no setor educacional adquiriram a feição de programas compensatórios, e não propriamente de atualização e aprofundamento no que diz respeito ao avanço do conhecimento, sendo realizados com a finalidade de suprir aspectos da má formação anterior, alterando o propósito inicial dessa educação posto nas discussões internacionais: o aprimoramento de profissionais nos avanços, renovações e inovação de suas áreas, dando sustentação à sua criatividade pessoal e à de grupos profissionais, em função dos rearranjos nas produções científicas, técnicas e culturais (GATTI, 2008).

Não se pode deixar de mencionar que a formação do professor está impregnada por sua história de vida, pelo meio que atua e por condições socioeconômicas e sociais. Como afirma Tardif (2005), uma boa parte do que os professores sabem sobre o ensino, sobre sua função e sobre sua prática, que é adquirida na sua vivência, principalmente na socialização enquanto alunos. Assim, a formação continuada contribui para direcionar as diferentes trajetórias dos docentes. Portanto, é necessário que se rompa com a tradição permeada pela crença de que essa formação pode ser feita por cursos aleatórios, isolados, sem levar em conta a totalidade da formação docente.

Quando voltada para a EPT, a formação docente continuada tem como princípio a formação omnilateral do homem, ou seja, em todos os aspectos, a fim de que esse assuma o papel do ser crítico e emancipado (DELLA FONTE, 2018). Seguindo a mesma linha de raciocínio, Ramos (2014, p. 86) relata que é necessário “garantir [...] o direito a uma formação humana para a leitura de mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”. Dessa maneira, a formação continuada do docente tem grande importância no sentido de contribuir com a formação acadêmica profissional e de compreensão de mundo.

## 5 CONSIDERAÇÕES

Todo o esforço aqui empreendido serviu para possibilitar uma melhor compreensão sobre o decreto proposto nesta análise, pois, pela pesquisa aqui exposta, chegou-se ao resultado de que há poucos trabalhos referente ao decreto. No decreto foco deste estudo, tem-se categorias importantes para a educação profissional, tais como: a noção de trabalho como princípio educativo e integração entre educação escolar e trabalho na educação básica que deveria ser mediata e não imediata. Destacando que nas dissertações analisadas os autores não trazem esses conceitos tão importantes, sendo assim, este trabalho se faz relevante para pesquisas futuras sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ARANHA, M. L. de. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRASIL. MEC, **Decreto Nº 8.268**, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm) Acesso em 14 abr. 2015.

CATTANI, A. D. **Trabalho e Tecnologia**. Dicionário Crítico. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002, quarta edição revista e ampliada.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto de reestruturação curricular**. Natal: CEFET-RN, 1999.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**. Ano 3. n. 3. 2005.

COSTAS, R. Discussões gerais sobre as características mais relevantes de infraestruturas de pesquisa para a ciëntometria. *Bibliometria e Ciëntometria no Brasil: infraestrutura para avaliação da pesquisa científica na Era do Big Data*, p. 19-42, 2017.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: **Revista Brasileira de Educação**. V.16 . n. 46. Jan/abr 2011.

GALIAZZI, M.; SOUSA, R. A dialética na categorização da análise textual discursiva: o movimento recursivo entre palavra e conceito. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 7, n. 13, p. 01-22, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. *Anais. Reunião Científica Regional da ANPED – XI ANPED SUL*. Curitiba/PR, 2016. p. 1 – 22.

Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wcontent/uploads/2015/11/Eixo-21-Educação-e-Trabalho.pdf>>

LOPES, C.; VEIGA, J.; LUTERMAN, L. A Importância dos Multiletramentos na Formação e na Prática Docente: A Pirâmide Holográfica Como Um Recurso Didático. **Caderno Seminal Digital**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 33, p. 172-197, 2019.

MACIEL, S.L. **A política de educação profissional do governo Dilma: o direito à educação no contexto da expansão da rede federal de educação profissional e do PRONATEC**. Espírito Santo, 2016.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Os pensadores.

MORITZ, Jaqueline. **A concepção de Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) nos governos Lula e Dilma**. Cascavel, 2017.

MOURA, D. H. Sociedade, educação, tecnologia e os usos das TIC nos processos educativos. In: **Trabalho necessário**. Revista Eletrônica do neddate. Disponível em <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/>>. Acesso 15.08.2004.

MOURA, D. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. 2ª ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

RAMOS, M. N. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. IN: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; e RAMOS, M. N. (Orgs.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 106-127.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, M. **Complexidade da formação de professores: saberes teóricos e saberes práticos** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. ISBN 978-85-98605-97-5.



SILVA, S .A.R.**Desafios à formação continuada de professores atuantes na educação profissional e tecnológica com ênfase no Pronatec:a pós-graduação lato sensu ofertada pelo SENAI-CETIQT.**Rio de Janeiro,2016.

WOLFRAM, D. Bibliometrics Research in the Era of Big Data: Challenges and Opportunities. Bibliometria e Cientometria no Brasil: infraestrutura para avaliação da pesquisa científica na Era do Big Data, p. 91-101, 2017.

# O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL (DE 1999 A 2019): UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Jeferson Cararo<sup>151</sup>  
Adriana Ribas Adriano Cararo<sup>152</sup>

**RESUMO:** Ao longo da década de 1990 fatos econômicos balizaram os rumos das economias nacionais contemporâneas, ocasionando crises monetárias, financeiras e cambiais. Como consequência, e também como resposta a este cenário alguns países adotaram em suas economias o sistema de política econômica, denominado de Regime de Metas de Inflação (RMI). O Brasil adotou este sistema em 1999, e desde então vem sendo alvo de críticas de especialistas das mais variadas correntes de pensamento econômico quanto à condução da política monetária. Frente a este cenário, este artigo propõe realizar uma breve reflexão sobre a adoção do RMI e a posição do Banco Central, frente ao crescimento e desenvolvimento econômico nacional no período de 1999 a 2019.

**PALAVRAS-CHAVE:** Metas de Inflação; Banco Central; Desenvolvimento Econômico.

## 1. INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas compartilham de um conjunto de elementos que possibilita estabelecer um elo entre aspectos que vão do individual ao coletivo, do cultural ao econômico, do simples ao complexo.

Abordar aspectos recorrentes ao crescimento e ao desenvolvimento econômico destas possibilita trilhar um caminho em que o humano sobrepõe questões corporativas dos Estados, ainda, que isso seja um elemento de difícil incorporação nas culturas dos países que desfrutam de um sistema capitalista, estabelecido ao longo dos últimos séculos, e, delineado e impregnado na sociedade global, durante o século XX.

Deste cenário metamórfico emergiram, principalmente, ao longo das últimas duas décadas do século passado, fatos econômicos que balizaram os rumos das economias nacionais contemporâneas.

Fatos estes, que respondem pelas crises monetárias, financeiras e cambiais ocorridas no México (1995), nos países do Sudeste Asiático (1997-98), na Rússia e na Venezuela (1998), no Brasil e Equador (1999), e que acabaram por revelar um processo comum subjacente à instabilidade econômico-financeira dos países emergentes.

Como consequência, e também como resposta a este cenário, no início da década de 1990, países como Nova Zelândia, Canadá, Suécia, Finlândia, Austrália e Reino Unido, adotaram de forma pioneira em suas economias o sistema de política econômica denominado de Regime de Metas de Inflação (RMI), com a finalidade de exercer maior controle sobre este cenário econômico metamórfico.

---

<sup>151</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela UNICENTRO (1999), especialista em Gestão Financeira e Controladoria pela UNICENTRO (2002), mestre em Integração Latino-americana pela UFSM (2008) e professor assistente no curso de Ciências Econômicas da UEPG desde 2013.

<sup>152</sup> Graduada em História pela UNICENTRO (2001); especialista em Formação de Professores para Docência no Ensino Superior pela UNICENTRO (2004) e mestre em História, Cultura e Identidades, pela UEPG (2016).

O Estado brasileiro adotou este sistema no ano de 1999, e desde então vem sendo alvo de críticas de especialistas das mais variadas correntes de pensamento econômico.

Tais críticas são constantes e direcionadas ao Banco Central e, particularmente ao Comitê de Política Monetária (COPOM) quanto à condução da política monetária, especialmente no que se refere aos determinantes da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Dentre os argumentos desfavoráveis reside o fato das taxas de juros observadas no Brasil, ao longo deste período, estarem entre as maiores do mundo, o que segundo especialistas, vêm impedindo que a economia nacional obtenha taxas de crescimento condizentes com a resolução dos problemas econômicos nacionais, e, da discussão sobre a independência do Banco Central.

Frente ao cenário apresentado, este artigo propõe realizar uma breve reflexão sobre a adoção do Regime de Metas de Inflação e a posição do Banco Central, frente ao crescimento e desenvolvimento econômico nacional, no período de 1999 a 2019.

A temática apresentada se torna relevante para uma análise econômica mais aprofundada, uma vez que, tanto os argumentos favoráveis quanto os desfavoráveis ao RMI, convergem para a discussão sobre o desempenho econômico e consequente processo de desenvolvimento e crescimento tanto regional, quanto nacional.

## **2. REGIME DE METAS PARA INFLAÇÃO (RMI)**

Por Regime de Metas para Inflação (RMI) entende-se como sendo um regime monetário, no qual o Banco Central se compromete a atuar de forma a garantir que a inflação efetiva esteja em linha com uma meta preestabelecida, anunciada publicamente.

Sua origem remonta ao modelo de C. Walsh de que o Banco Central seja independente. Mas sua implementação não seguiu rigorosamente o receituário original. A Inglaterra, por exemplo, não possui um Banco Central independente, formalmente estabelecido, entretanto, ainda assim, adotou um regime de metas inflacionárias.

Deste modo, neste modelo a política monetária passa a ter um único objetivo, alcançar a meta inflacionária determinada, obrigando os dirigentes do Banco Central a não se preocuparem com o desempenho de outras variáveis macroeconômicas, como por exemplo, o desemprego e o produto de uma economia, que somente se tornariam objeto de análise se estivessem dificultando a realização da meta de inflação.

Argumentos empíricos também têm sido utilizados na defesa deste Regime. É comum se ouvir dizer que o Regime de Metas tem sido bem-sucedido nos países desenvolvidos onde passou a ser adotado (Nova Zelândia, em 1990, Canadá em 1991, Reino Unido em 1992, Suécia, Finlândia e Austrália em 1993 e, Espanha em 1994).

Realmente deve-se reconhecer que a inflação assumiu uma trajetória descendente durante os últimos anos nesses países que adotaram o referido Regime, comparativamente à década anterior.

A despeito dessas evidências não existem argumentos suficientemente sólidos que garantam que a adoção de metas inflacionárias seja ideal.

Países como Estados Unidos, Japão, Noruega, Dinamarca, Bélgica, Holanda, Áustria e Portugal, adotando ou não esse regime têm tido sucesso no *front* da inflação.

A inflação desse conjunto de países também apresentou uma tendência de queda durante a década de 1990, se comparada à década de 1980.

De acordo com Carvalho (2000), a explicação para esse fato foi dada por Andrew Haldane do Banco Central da Inglaterra, e um dos maiores defensores (ao seu tempo) da adoção deste Regime, em seu livro “Targeting Inflation”:

Metas de inflação têm sido propostas durante um período em que as pressões inflacionárias são benignas em comparação com os anos 1970/80. Quanto da melhora na performance da inflação nos anos 1990, pode ser atribuída à boa sorte e quanto se pode atribuir à boa administração monetária permanece como uma questão aberta, em países com ou sem metas de inflação. (CARVALHO, 2000, p. 227)

Já, para os adeptos do chamado “novo consenso macroeconômico”, segundo Squeff; Oreiro; Paula (2009), que estabelece que uma taxa de inflação baixa e estável é condição *sine qua non* para o crescimento de longo prazo e que não há *trade-off* no longo prazo entre inflação e desemprego, é que a discricionariedade na condução da política monetária deve ser limitada, de modo a assegurar uma baixa e estável taxa de inflação e minimizar a volatilidade do crescimento do produto.

Ainda segundo os autores, a despeito do fato de que a adoção de uma regra simples, do tipo de crescimento de “x%” de um agregado monetário, como sugeriu Friedman (1968), pode ser uma política monetária não ótima em um ambiente de incerteza, a literatura do *ministream* argumenta que a discricionariedade dos bancos centrais deve ser institucionalmente restrita – por meio de um banco central independente – visando reduzir o problema do viés inflacionário que advém quando a política monetária é conduzida dessa forma.

A teoria pós-keynesiana, por sua vez, defende que a moeda não é neutra no curto e longo prazo, o que significa que não existe equilíbrio no longo prazo, independentemente da política monetária; ademais, a economia não pode ser avaliada negligenciando-se o nível da demanda agregada – que é importante não só na determinação do nível de atividade econômica, mas também por sua influência sobre a taxa de investimento.

Mais especificamente, a teoria pós-keynesiana considera que variáveis nominais afetam as variáveis reais no longo prazo, porque mudanças na taxa de juros nominal de curto prazo têm efeitos permanentes sobre as decisões de investimentos.

Mudanças no nível dos gastos com investimentos afetam tanto o nível de demanda agregada por meio do tradicional multiplicador de investimento keynesiano – e assim o nível corrente de desemprego, quanto à taxa de desemprego de equilíbrio, devido aos seus efeitos sobre o nível de utilização da capacidade instalada e, por meio desta, sobre o nível do salário real que as firmas estão dispostas a pagar aos seus empregados.

Uma redução nos gastos com investimento, decorrente de uma política monetária restritiva, resulta no aumento do desemprego corrente e na elevação do nível de desemprego, no qual a inflação é constante ao longo do tempo.

Assim, a taxa de desemprego de equilíbrio depende do comportamento do desemprego corrente, tornando-se um equilíbrio *path-dependent*. Esse comportamento, por outro lado, é determinado pela dinâmica da demanda agregada, que é amplamente influenciada pela operacionalização da política monetária. Portanto, a moeda não é neutra no equilíbrio de longo prazo do sistema.

Outro ponto de divergência dos economistas pós-keynesianos com relação ao RMI está relacionado à natureza do processo inflacionário.

Para os pós-keynesianos, uma situação de excesso de demanda agregada só pode produzir uma pressão altista nos índices de preços no mercado à vista (spot).

Se os preços do mercado à vista são mais elevados do que os preços no mercado futuro (forward), ocorre um ajuste de quantidade, de modo a garantir a eliminação da inflação produzida pelo excesso de demanda.

Os preços no mercado futuro, no entanto, não são influenciados pelas condições de demanda, mas determinados pelo fluxo de oferta de bens e serviços, que depende das margens de lucro desejadas pelos empresários e do salário real desejado pelos sindicatos. Isso significa que um aumento persistente do nível de preços só pode ocorrer como resultado de um conflito distributivo entre salários e lucros.

Estas são as bases da chamada “visão estruturalista da inflação”, que determina que a taxa de inflação resulte de um conflito entre trabalhadores e capitalistas acerca da distribuição da renda e dos custos de fatores, como o preço de matérias-primas e do petróleo.

Mais recentemente, alguns economistas pós-keynesianos começaram a reconsiderar a compatibilidade teórica entre o RMI e a abordagem pós-keynesiana. Um exemplo é Palley.

Segundo ele, o RMI pode fazer sentido para a teoria pós-keynesiana se admitirmos a existência de uma curva de Phillips no longo prazo do tipo *backward bending*.

A lógica por trás dessa argumentação baseia-se na ideia de que, com níveis muito baixos de inflação os trabalhadores tem uma espécie de “ilusão monetária”, na medida em que a inflação pode ajudar a lubrificar as “engrenagens” do mercado de trabalho, facilitando o ajuste entre salários relativos e preços no setor com desemprego.

Isso gera uma relação negativa entre inflação e desemprego ao longo de um intervalo restrito da curva de Phillips de longo prazo. Nesse intervalo, a política monetária deve ser conduzida de forma a atingir a taxa de inflação que minimiza a taxa de desemprego.

Em outras palavras, a política monetária deve ser erguida pela MURI (em inglês, *minimum unemployment rate of inflation*, ou seja, a taxa de inflação em que o desemprego é mínimo), que representa o ponto em que o mercado de trabalho como um todo está lubrificado pela taxa de inflação ideal.

Se a inflação subir acima do limite estabelecido nesse intervalo, os trabalhadores resistiram a uma redução nos salários reais, de modo que a inflação perdesse seu efeito lubrificante do mercado de trabalho. Nessa abordagem, o regime de metas de inflação é um modelo de política monetária desejável para alcançar o nível mais baixo de desemprego compatível com uma taxa de inflação estável.

### **3. A QUESTÃO DA INDEPENDENCIA DO BANCO CENTRAL (IBC)**

No que diz respeito à discussão sobre a independência dos Bancos Centrais (IBC), depois da onda inflacionária que agitou os países industrializados durante a década de 1970 e, particularmente, depois da assinatura do Tratado de Maastricht, de unificação da Europa, surgiu uma volumosa literatura em defesa da tese da independência dos mesmos.

Dentro da vasta literatura de defesa da tese da IBC, os trabalhos de Charles Godthart e de Alex Cukierman estão entre os mais importantes.

Este último elaborou diversos critérios com a intenção de medir quantitativamente o grau de autonomia das autoridades monetárias. Em outras palavras, criou um método de avaliação do grau de independência dos bancos centrais.

De acordo com Carvalho (2000) o artigo de Cukierman intitulado “*Measuring the Independence of Central Banks and its Effects on Policy Outcomes (1992)*”, resume grande parte dos estudos deste sobre o assunto:

Cukierman defende a existência de três formas para se avaliar o grau de independência de um Banco Central.

*O primeiro é o grau de rotatividade dos dirigentes:* quanto maior é o tempo de permanência do seu presidente, maior é o grau de independência.

Entretanto, impôs restrições a esse critério de avaliação. Reconheceu que um presidente pode permanecer por muitos anos à frente de um Banco Central sem que este fato seja um indicador de um grau de independência elevado. Um presidente pode ser subserviente às diretivas governamentais e, exatamente por este motivo, ser mantido no cargo por um longo tempo.

*O segundo critério diz respeito aos estatutos do Banco Central que estabelecem o seu objetivo e os limites para a interferência do executivo sobre a política monetária.*

A análise dos estatutos também é considerada por Cukierman com reservas. Primeiro, porque as leis são incompletas, isto é, não podem especificar com precisão regras claras de relação entre o Banco Central e o governo para todas as contingências possíveis. Como consequência, os vácuos são preenchidos, por exemplo, pela força política.

Em segundo lugar, mesmo quando a lei é bastante detalhada, a prática real pode se afastar das regras estatutárias.

*O terceiro instrumento utilizado para medir o grau de independência é um questionário sobre os objetivos do Banco Central e sua relação com o governo que é enviado a especialistas de cada país.*

Sobre este critério, o autor parece demonstrar maior confiança, embora o índice que elaborou seja uma média das três apresentadas. (CARVALHO, 2000, p. 221)

Os defensores da tese da IBC reconhecem que são os pilares teóricos da economia novo-clássica que sustentam a sua proposição. Estes reconhecem que a curva de Philips de longo prazo vertical compõe os fundamentos teóricos da proposta de independência.

De acordo com Carvalho (2000), Cukierman considera que políticas monetárias discricionário-ativas podem somente temporariamente reduzir a taxa de desemprego. O custo da melhoria temporária das variáveis reais é, contudo, a Inflação.

Para Cukierman, a independência de um Banco Central não significa tão somente autonomia para realizar políticas monetárias sem a interferência do governo central, significa acima de tudo independência para perseguir o objetivo da estabilidade de preços, mesmo que esta busca represente sacrificar outros objetivos que podem ser mais importantes para as autoridades políticas.

Desta forma, os proponentes da tese da IBC têm argumentado que um Banco Central independente deve assumir a tarefa estatutária única de *guardião da estabilidade* do poder de compra da moeda.

A tese da IBC tem se desenvolvido em torno do trinômio “credibilidade-reputação-delegação” estabelecido por alguns teóricos novo-clássicos. Afirmam os proponentes da IBC que existe um *viés inflacionário* presente na economia que se expressa através da implementação de políticas monetárias que são dinamicamente inconsistentes com a posição de equilíbrio correspondente à *taxa natural de desemprego*.

gestores da política econômica podem circunstancialmente avaliar que resultados imediatos e passageiros sobre o nível de produto são mais valiosos do que a *credibilidade* nas regras de política monetária. Motivados, por exemplo, por interesses eleitorais podem flexibilizar a política monetária com ações discricionárias

expansionistas. Neste caso, os gestores implementam uma política monetária dinamicamente inconsistente e conseqüentemente, perdem *reputação* perante os agentes privados.

O termo reputação deve ser entendido como a quantidade de graus de confiança dos agentes nos dirigentes do Banco Central, a qual deve ser medida em relação ao seu comportamento progressivo.

A tese da IBC objetiva delegar a política monetária a um agente que mantenha a sua reputação, a credibilidade nas regras monetárias e, conseqüentemente, mantenha a inflação em patamar aceitável e reduza a variabilidade do produto.

É importante destacar que, se as autoridades monetárias têm elevada reputação e suas políticas são consideradas críveis, os custos da desinflação serão nulos. Sob essas circunstâncias favoráveis, se as autoridades monetárias anunciam que eliminarão a variação do estoque de moeda que causa a inflação (que deve ser eliminada), os agentes acreditarão que tal política será implementada e desistirão de reajustar seus preços e salários.

Com relação à *delegação* da política monetária, Carvalho (2000) apresenta as proposições de C. Walsh, que sugere que seja estabelecido um contrato entre o Banco Central e o governo. Esse contrato deve impor custos (perda de cargo) ao presidente e a sua diretoria, quando a inflação ultrapassar o nível considerado ótimo pelo governo e/ou parlamento.

Nesta abordagem, o Banco Central tem que ser independente para que seus dirigentes possam, sem restrições, tentar atingir seu objetivo: a taxa de inflação ótima e, conseqüentemente, a manutenção dos seus empregos. Ademais, o Banco Central deve ser independente porque contratos são necessariamente assinados entre partes, que por definição são independentes.

Para os defensores da tese da IBC, esta surge, como já citado anteriormente, como decorrência do trinômio credibilidade-reputação-delegação, e a questão central é a tentativa de se eliminar a possibilidade de implementação de políticas monetárias consideradas dinamicamente inconsistentes.

Ainda segundo Carvalho (2000, p. 225) o modelo de Walsh é isento de influências subjetivas tais como, a personalidade, ou as preferências inflacionárias dos dirigentes do Banco Central, por que estabelece uma meta de inflação que deve ser perseguida pelos gestores da política monetária e, ao mesmo tempo, estabelece uma punição aos mesmos, caso a meta não seja alcançada.

O contraponto desse argumento reside no fato de que esta tese da IBC não é unânime. É importante ressaltar que mesmo dentre aqueles que aceitam a tese da existência de uma taxa natural de desemprego e na curva de Phillips com expectativas, há os que defendam a tese da IBC.

Conforme Carvalho (2000) Milton Friedman, por exemplo, opõe-se radicalmente a essa tese, pois avalia que é perigoso conceder a alguns indivíduos a liberdade para acionar sem qualquer restrição instrumentos tão poderosos, como são os instrumentos de intervenção monetária. Se assim fosse, seria dado a alguns a possibilidade de interferir sobre a vida de todos.

Friedman sugere que em lugar da liberdade monetária sejam estabelecidas regras de expansão do estoque monetário. Assim, indiretamente se controlaria o nível de preços.

Carvalho (2000) ainda afirma que os velhos economistas keynesianos, como James Tobin e os pós-keynesianos também são contrários à tese da IBC; argumentam que a política monetária tem efeito não somente sobre as variáveis nominais, mas também sobre as variáveis reais da economia.

Portanto, a política monetária segundo esses economistas, deve ser acionada de forma coordenada e não independente das demais políticas econômicas. O seu objetivo deveria ser não exclusivo, isto é, controlar não somente a inflação, mas também reduzir o desemprego.

Dessa forma não há qualquer sentido em subutilizar a política monetária aprisionando-a em um Banco Central independente que possui somente objetivos nominais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Economistas pós-keynesianos defendem que a utilização da taxa de juros para controlar a inflação e a demanda agregada tem efeitos nocivos sobre o investimento e, conseqüentemente sobre a taxa de crescimento da capacidade produtiva.

Além disso, vimos que o uso de instrumentos alternativos, como o controle da inflação via política de rendas, pode não cumprir essa tarefa na maioria dos países, principalmente no caso dos emergentes, devido ao seu baixo nível de centralização no que diz respeito à negociação salarial.

Portanto, conciliar estabilidade de preços e crescimento econômico sustentável exige um uso moderado da política de taxa de juros no controle da inflação.

No caso do Brasil, a mudança no regime cambial em janeiro de 1999, e a adoção do Regime de Metas de Inflação (RMI) em meados deste mesmo ano, muito além de mudarem o *modus operandi* da política monetária brasileira, a adoção do regime de flutuação cambial eliminou a possibilidade de se controlar a taxa de inflação por intermédio da administração da taxa de câmbio.

O controle da inflação nesse novo regime de política monetária se dá fundamentalmente por meio da fixação do valor da taxa básica de juros (SELIC) num patamar compatível com a meta inflacionária definida pela autoridade monetária, o crescimento dos agregados monetários (M1, M2 e M3) não é uma variável sobre a qual o Banco Central tente exercer algum tipo de controle.

Em vez de controlar o crescimento da quantidade de moeda, o Banco Central deve focar sua atenção na relação entre a taxa de juros real efetiva e a taxa de juros real de equilíbrio.

No que diz respeito a sua independência ou não, ainda que haja mais divergências que convergências, a defesa da independência do Banco Central é definida como a institucionalização do compromisso da política monetária, e não necessariamente da política econômica como um todo.

Ao longo da exposição sugere-se que o conceito de credibilidade, todavia, não depende estritamente da independência, em que grau da autoridade monetária. A credibilidade pode ser encarada como uma espécie de acumulação de reputação no combate a alguma variável alvo, como a inflação.

A própria definição de credibilidade ainda não é um consenso entre os gestores e os economistas monetários, assim como seu grau de importância.

Contudo, parece que a relação entre o sucesso do Regime de Metas de Inflação e a autonomia, indica que um Banco Central autônomo goza de maior credibilidade ao se isolar de intempéries políticas, o que lhe dá maior grau de liberdade na condução de sua política monetária, trazendo uma maior eficiência em termos de volatilidade de produto, inflação e desemprego.



## 5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Regime de Metas para a Inflação no Brasil:** informações até março de 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2010-Regime%20de%20Metas%20para%20a%20Infla%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf> Acesso em 18/07/2016.

\_\_\_\_\_. **Regime de Metas para a Inflação no Brasil:** informações até junho de 2016. Série Perguntas Mais Frequentes. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%2010-regime%20de%20metas%20para%20a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20no%20brasil.pdf> Acesso em 20/05/2017.

BIONDI, R. L. **O regime de metas inflacionárias e sua adequação ao caso brasileiro:** os custos de manutenção do regime. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto - SP, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-25042007-134849/pt-br.php> Acesso em 22/08/2017.

BIONDI, R. L.; TONETO JR., R. O Desempenho dos Países que Adotaram o Regime de Metas Inflacionárias: uma Análise Comparativa. In: Cadernos PROLAM/USP. ano 4. v. 2, 2005. Disponível em: [http://www.usp.br/prolam/downloads/2005\\_2\\_1.pdf](http://www.usp.br/prolam/downloads/2005_2_1.pdf) Acesso em 22/09/2016.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia.** 3ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BOGDANSKI, J.; TOMBINI, A. A.; WERLANG, S. R. da C. **A Implementação do Regime de Metas para a Inflação no Brasil.** 2000. Disponível em: [http://www.economia.ufpr.br/Professores/54/Art\\_Bogdanski\\_2000.pdf](http://www.economia.ufpr.br/Professores/54/Art_Bogdanski_2000.pdf) Acesso em 22/09/2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GOMES, C. O regime de metas de inflação no Brasil e a armadilha da taxa de juros/taxa de cambio. In: Política monetária, bancos centrais e metas de inflação: teoria e experiência brasileira. OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. de; SOBREIRA, R. (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 21-51.

CARRARA, A. F.; CORREA, A. L. O Regime de Metas de Inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA. In: Revista Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 441-462, set-dez/2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v16n3/a04v16n3.pdf> Acesso em 15/09/2016.

CARVALHO, F. J. C. de; et al. **Economia Monetária e Financeira: teoria e política.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DEZORDI, L. L.; et al. Regime de metas de inflação para a condução da política monetária brasileira: uma aplicação do modelo VAR. In: Política monetária, bancos centrais e metas de inflação: teoria e experiência brasileira. OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. de; SOBREIRA, R. (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 128-130; 134-135.

FROYEN, R. **Macroeconomia.** 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GORDON, R. J. **Macroeconomia.** 7ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

LEAL, R. A.; FEIJÓ, F. T. **O regime de metas de inflação foi a melhor escolha para o Brasil?** In: Revista Economia & Tecnologia – UFPR, ano 07, v. 24, jan-mar/2011. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/ret/article/viewFile/26843/17808> Acesso em 15/08/2016.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia.** 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

NEVES, A. L.; OREIRO, J. L. **O regime de metas de inflação:** uma abordagem teórica. In: Revista Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 101-132, jun. 2008.

Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2164/2548> Acesso em 15/08/2016.

PAULA, L. F. de; SARAIVA, P. J. **O Regime de Metas de Inflação no Brasil: o que pode ser mudado?** 12/05/2015. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-Regime-de-Metas-de-Inflacao-no-Brasil-o-que-pode-ser-mudado-/7/33475>

Acesso em 26/08/2016.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.  
SQUEFF, G. C.; OREIRO, J. L. da C.; PAULA, L. F. de. **Flexibilização do regime de metas de inflação em países emergentes: uma abordagem pós-keynesiana**. In: Política monetária, bancos centrais e metas de inflação: teoria e experiência brasileira. OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. de; SOBREIRA, R. (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 319-347.

**Resumo:** Interessa-me expor como o discurso histórico se articula com o discurso literário no romance de Nélide Piñon para mostrar as origens das mentalidades brasileiras contemporâneas. Esse diálogo entre história e ficção que sempre tem sido problematizado questionando o estatuto de veracidade dos fatos históricos quando textualizados, vai ser o ponto de partida para adentrar-me no texto de Piñon e explorar a presença da história do século XX do Brasil. Alaida Assman (2010), Marcio Selimang Silva (2000) Walter Benjamin, Paul Ricoeur e Jeanne Marie Gaegbien vão ser meus suportes teóricos para desenvolver este trabalho.

**Palavras-chave:** Espaços de recordação, história, ficção, ditadura,

*O que sobra de um povo sem seu imaginário? Deve ser por isso que o primeiro ato das ditaduras é proibir a imaginação. Nada asfixia mais que vernos privados de inventar* (PIÑON, 1984, p. 45)

### 1.- Das crises da representação. Como narrar catástrofes?

Ao repensar o diálogo entre história e ficção na contemporaneidade a partir de qualquer acontecimento do século passado o conceito de representação entra em crises. Genocídios, ditaduras, regimes totalitários, torturas, e uma extensa lista de violações dos direitos humanos perfilam nosso passado como uma enorme catástrofe. A representação do passado está atravessada pela dialética entre o esquecimento e a memória. O diálogo entre história e ficção se encontra condicionado pela elaboração do trauma em um testemunho que pretende expor o que foi a catástrofe. Segundo Márcio Seligmann-Silva, sempre o intérprete é o leitor do passado, da catástrofe, que se encontra com o dilema de “não desistir do conhecimento, sem trair a natureza do vivido” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.9). Assim, neste debate se desenvolve uma polêmica teórica em torno do trauma, da lembrança ao esquecimento. Embora as catástrofes excedam as possibilidades de representação, a necessidade de recomposição de um evento traumático é necessária e paradoxalmente impossível.

A recomposição do trauma é necessária porque seu silenciamento pode interpretar-se como a tolerância desses eventos horrorosos e propiciaria sua reiteração no futuro. A recomposição do trauma é impossível porque os eventos estão além do limite do real, porém, eles expandem a fronteira do real. A questão dessa impossibilidade não é uma “impossibilidade técnica”, mas sim depende de se essa reelaboração é desejável ou não (SELIGMAN-SILVA, 2000, p. 85). Como pensar este debate no contexto brasileiro? Como pensar a história do Brasil levando em conta este questionamento das possibilidades de representação? E como pensar o século XX do Brasil, herdeiro da catástrofe da colonização e da catástrofe da escravidão? Como e sob quais efeitos emergem na literatura, especificamente no romance *A República*

---

<sup>153</sup> Este trabalho forma parte da pesquisa desenvolvida no Doutorado em Letras onde exponho as possibilidades textuais da memória em alguns romances históricos de Nélide Piñon e Ana Teresa Torres. Com o apoio da bolsa CAPES em convenio com a OEA

<sup>154</sup> Licenciado em Letras hispano-americanas pela Universidade de Los Andes (ULA, Mérida, Venezuela); Mestre em Literatura Ibero-americana pela mesma instituição. Doutorando em Letras: teoria da literatura e literatura comprada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

*dos sonhos* (1984), de Nélide Piñon, os acontecimentos referentes aos períodos autoritários do Brasil do século XX? São perguntas que nortearam as seguintes páginas, tentando destacar como alguns acontecimentos históricos — e catastróficos— entram no espaço literário como possibilidade de reelaboração de um trauma.

Rita Olivieri-Godet e Mireille Garcia enfatizam que, no Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, o Estado “recusou-se a fazer o trabalho de desconstrução do simbolismo autoritário dos atores da ditadura” (OLIVIERI-GODET, GARCIA, 2020, p. 1), pois não implementou nenhuma política que propiciasse o surgimento dos “Lugares da memória” (NORA, 1977). Pelo contrário, foi promulgada uma lei de anistia que tentou apagar qualquer culpabilidade por parte dos militares. Mas contrário a estas atitudes do Estado, a arte, a literatura e a crítica têm produzido uma quantidade importante de trabalhos em relação a esse período da história do Brasil. E não só da ditadura militar, mas também da época de Getúlio Vargas, nos anos de 1930 até 1945.

Neste sentido, temos, por um lado, os textos criados durante a época da ditadura militar, no calor da hora, e que têm sido classificados como romance-reportagem cuja fórmula era “conteúdo jornalístico com tratamento literário” (SCHNEIDER, 2014. p. 111). São textos produzidos por jornalistas com a intensão de oferecer a população as histórias reais que não tinham espaço no jornal por causa da censura. *Lúcio Flávio, passageiro da agonia* (1975), *Aracelli, meu amor*, (1976) e *Infância dos mortos* (1977) são alguns dos títulos mais significativos. São textos que segundo a crítica jornalística representam um novo gênero literário, mas, que segundo a crítica literária, são textos cujo caráter jornalístico prevalece ante os cuidados estéticos e da linguagem, porém eles formam parte de uma possibilidade narrativa que surgiu no período de maior repressão e censura do século XX. Sem dúvida, são textos que entram no panorama literário nacional para formar parte da memória e do registro dessa época.

Por outro lado, temos uma enorme produção que se considera como da geração dos filhos, todo um elenco de autores contemporâneos que revisitam essa época porque apesar de não a terem vivido, seus pais, a geração anterior, estes sim foram vítimas do autoritarismo. Esse *corpus* analisado com detalhe pela pesquisadora Eurídice Figueiredo deixa em evidência como essa problemática é uma questão vigente. Mas, também, que a literatura é uma possibilidade de transmissão desse saber histórico ignorado pelo Estado. Assim, a literatura pode-se compreender como “um arquivo da ditadura”, sobretudo porque “a literatura, ao recriar o ambiente de tensão e de horror, provoca a identificação do leitor, suscita a emoção e a compreensão ao mesmo tempo” (FIGUEIREDO, 2018, p.157). A literatura elabora essas passagens duras e difíceis de digerir da história de um jeito que supera e incomoda a outros discursos porque ela “percorre regiões da experiência que os outros discursos negligenciam, mas que a ficção reconhece em seus detalhes” (COMPAGNON, 2009, p. 50 apud FIGUEIREDO, 2018, p. 157).

No meio dessas duas vertentes, temos textos como o romance de Nélide Piñon que não se encaixa nem no romance-reportagem, nem nos romances das gerações dos filhos analisados por Figueiredo, mas, ainda assim, é um documento/monumento valioso para nos aproximarmos dos períodos autoritários da história do Brasil. O romance de Nélide é conhecido por ser um romance histórico ou uma saga familiar. Mas a obra se expande para além desses rótulos, pois ele incorpora o registro dos acontecimentos históricos, a “história inabitada” (ASSMAN, 2011, p. 146) e simultaneamente com uma multiplicidade de interpretações emitidas pelos personagens que pensam e articulam cada acontecimento da história nacional com

sua vida e com sua própria história, uma história elaborada a partir das vivências dos rastos e dos restos, uma “história habitada” (ASSMAN, 2011, p. 146). De tal modo, Madruga traz sua perspectiva de estrangeiro que vem “fazer a América” e que chega ao Brasil sem nada, mas que com trabalho consegue erigir uma grande fortuna, cuja estabilidade depende diretamente dos acontecimentos políticos. Assim, articulando as “duas modalidades de recordação” (ASSMAN, 2011, p.46), tanto a “história habitada” quanto a “história inabitada”, o romance se cristaliza como um “espaço de recordação”

No romance *A República dos sonhos*, de Nélide Piñon, a história do Brasil emerge no texto a partir da perspectiva de Madruga, um imigrante galego, que chegou em 1913 a um país que recentemente tinha abolido a escravidão e ainda estava-se acostumando com a “independência da república”. Madruga, personagem central do relato, em companhia de seu amigo Venâncio, e sua esposa Eulália, quem foi trazida pelo próprio Madruga ao Brasil dez anos depois, são os três personagens que pertencem a uma geração que viveu de perto as mudanças políticas do país. Junto com eles temos gerações mais novas, os filhos e os netos de Madruga e Eulália que também foram participantes dessas mudanças.

O romance se destaca por mostrar de uma perspectiva intra-histórica<sup>155</sup> a vida do Brasil. Configura-se como uma grande biografia, a história de três gerações de uma família em diálogo com uma “Biografia do Brasil” inteiro. O romance se estrutura de maneira retrospectiva, os narradores localizados no início da década de 1980. As vozes alternam entre as memórias do idoso Madruga e a curiosa neta Breta, que tem como alvo escrever um livro da vida de seu avô. O amigo Venâncio também terá uma participação muito importante na configuração do relato, porque ele se interessa pela história e pela política. O seu relato acrescenta ao romance uma perspectiva histórica, pois ele “vive” na biblioteca nacional “comendo livros”.

Nesse sentido, *A República dos sonhos* é uma entrada para a história do Brasil do século XX, mas longe de concatenar os acontecimentos seguindo a ordem cronológica e a sucessão de fatos ligados exclusivamente à vida política do país, o romance pretende criar uma imagem do Brasil. No entanto, na medida em que avança apresenta-se a impossibilidade de mostrar uma imagem única. Cada período histórico é apresentado com a lente subjetiva dos personagens que debatem suas visões do país. Constituindo cada uma delas uma valiosa aproximação não só a História como também às experiências de vida das mulheres, dos negros, dos migrantes, de todos aqueles por diferentes motivos têm sido minorizados e segregados da História.

Temos a perspectiva de um dos filhos de Madruga, Tobias, quem com uma vocação humanitária se forma com advogado e se levanta contra o regime intervindo nos processos dos presos políticos, uma luta quase sempre sem sucesso. Também temos a perspectiva de uma empregada negra, Odete, herdeira da história dos escravizados. E a perspectiva da mulher que luta, durante todo o século XX por achar um lugar com igualdades de direitos, Breta a principal narradora, sua mãe Esperança e também sua avó Eulália. Como vemos, o romance põe em cena todo o corpo social e através dessas subjetividades deixa entrever como o exercício da cidadania está condicionado por uma multiplicidade de fatores econômicos, sociais, raciais de gênero. A história apresentada em *A República dos sonhos* é justamente uma história

---

155 A pesquisadora venezuelana qualifica de intra-histórico a aquele romance que “re-cria o passado no interior da ficção a partir da distância que lhe confere uma consciência da história, presente no texto como instância de avaliação, reorganização e interpretação dos fatos do passado” (RIVAS, 1996, p. 14.) [Novela que recrea el pasado en el interior de la ficción desde la distancia que le confiere una conciencia de la historia, presente en el texto como instancia de evaluación, reorganización e interpretación de los hechos del pasado]

heterogênea que longe de tentar configurar uma imagem única do Brasil ostenta a pluralidade em todo sentido.

## 2.- Imagem, memória e ficção. Uma preocupação pelo presente

No livro *Brasil: Uma Biografia* de Lilian Schwarcz e Heloisa Starling comentam uma frase de Saldanha Marinho, um político do século XIX que influenciou toda a geração dos modernistas: “Essa não é a república dos meus sonhos”. Uma república que segundo a descrição de Schwarcz e Starling “não só negava o argumento racial e seu derrotismo, como a mestiçagem e a presença dos negros aqui viravam características fundamentais: uma verdadeira fortuna” (SCHWARTZ, STARLING, 2015, posc. 7977). Uma fortuna que homogeneiza e tenta forçosamente falar de um país no singular, anulando arbitrariamente as diferenças e ignorando, ao mesmo tempo que perpetuando, a segregação dos escravizados, das mulheres, dos estrangeiros. *A República dos sonhos* de Nélide Piñon aponta para o sentido contrário.

Aquela imagem de Brasil que se propõe fazer Bretanha, neta de Madrugada e narradora em parte do relato, pluraliza-se cada vez mais. O romance oferece uma visão caleidoscópica onde o Brasil se refrata produzindo não uma, mas sim diversas imagens do Brasil que convivem e as vezes se superpõem:

Onde afinal se encontra o Brasil? [se pergunta Bretanha] haverá um só artista capaz de reconciliar numa síntese perfeita as visões e as imagens que fazemos do Brasil? Ou o destino de um país contraria qualquer unidade, inclina-se pela fragmentação? De forma a que cada habitante apresente a sua versão pessoal do Brasil. E jamais se explique o espírito deste país acorçado há centenas de anos dentro da lâmpada de Aladim! (PIÑON, 1984, p. 307).

Imagens inacabadas que começam a se delinear no passado e que ainda estão em construção. Por isso, a narradora junto com seu avô, revisita o passado e recolhe os “restos” ou “os cacos” e a partir deles reconstrói sua narrativa. A proposta narrativa de Piñon apela a diversas estratégias textuais para juntar em uma página só tempos e espaços distantes:

Pensando bem, avô, Carlos III foi muito esperto. Como são aliás todos os ditadores. O fato é que apesar da resistência heroica dos ciganos terminam eles dizimados. O que resta deles hoje? Aliás, esta era a estratégia do decreto. Não visava liquidá-los em um ano ou dois. Mas pretendia enfraquecê-los ao passar de intermináveis décadas. Veja, por exemplo, a estratégia do AI-5. Além de expurgar a nação inteira com sua simples existência, de fato permitiu que a chamada revolução brasileira se livrasse de inimigos inconvenientes, cancelou o acesso da classe política ao Poder, e ganhou tranquilamente duas décadas para agir e impor sua ideologia (PIÑON, 1984, p. 480).

Assim como com os ciganos, essa repressão é novamente posta em relação com os judeus: “É provável que a essência da Pragmática tenha inspirado a Hitler” (PIÑON, 1984, p. 477) e no mesmo parágrafo aproxima também aos negros: “—tocar nesses assuntos é como mexer em casa de marimbondo. O pesquisador termina por esbarrar na própria origem, de tanto lidar com essas informações. E por sinal, uma origem declarada socialmente espúria. É como aqui no Brasil, quem é que não passou ao mesmo tempo pela casa-grande e pela senzala!” (PIÑON, 1984, p. 477) frase que é emitida por Madrugada quem tem uma perspectiva homogeneizante do Brasil que choca com a Perspectiva de Bretanha e de Tobias.

Neste sentido, a obra de Nélide se articula sob “[...]uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. [...]” (AGAMBEM, 2009, p.59). Desse modo, uma perspectiva contemporânea implica um posicionamento diante do tempo — diante do presente— que deve estar: “[...] à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade [...]” (AGAMBEM, 2009, p.72). Deixando em evidência essa necessidade, sobre a qual comentei no início, de contar e narrar as catástrofes para que elas não sejam repetidas. Esta ênfase no contemporâneo dialoga com a proposta de W. Benjamin expressa em suas *Teses sobre a História*:

[...] se procurarmos saber qual é, afinal, o objeto de empatia do historiador de orientação historicista. A resposta é, inegavelmente, só uma: o vencedor. [...] Aqueles que, até hoje, sempre saíram vitoriosos integram o cortejo triunfal que leva os senhores de hoje a passar por cima daqueles que hoje mordem o pó. Os despojos, como é da praxe, são também levados no cortejo. Geralmente lhes é dado o nome de patrimônio cultural. [...] Porque ela deve a sua existência não apenas ao esforço dos grandes gênios que a criaram, mas também à escravidão anônima dos seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie. [...] Por isso o materialista histórico se afasta quanto pode desse processo de transmissão da tradição, atribuindo-se a missão de escovar a história a contrapelo.” (BENJAMIN, 2013, p.13).

Benjamin, convoca a escovar a história a contrapelo, recorrendo a outros caminhos, outras estratégias nas quais a presença das minorias, anonimatos e cotidianidades seja preponderante. Nesse sentido, esse anonimato que se configura como sustento e substrato da história, articula cada traço da imagem que nós fazemos do passado: “[...] a imagem verdadeira do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu intencionado nela [...]” (BENJAMIN, 2012, p.11). A narrativa de Nélide Piñon é consciente desta ameaça e tem incorporado em seu itinerário uma revisita ao passado para mostrar o papel e as contribuições da “escravidão anônima”.

Eis como estas colocações, referentes à história e ao contemporâneo, não escapam da preponderância do visual, havendo a recorrência da imagem, pois, como comenta Didi-Huberman:

Diante de uma imagem, enfim, temos que reconhecer humildemente isto: que ela provavelmente nos sobreviverá, somos diante dela o elemento de passagem, e ela é diante de nós o elemento do futuro, o elemento de duração [*durée*]. A imagem tem frequentemente mais memória e mais futuro que o ser [*étant*] que a olha. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.16)

Nesse sentido, posso afirmar que a ideia benjaminiana de escovar a história a contrapelo vai de mãos dadas com a preponderância do visual expressa por Didi-Huberman; nela palpita uma relação com o tempo — anacrônica e alegórica. Presenciamos uma relação entre a imagem e a memória que se evidencia na narrativa contemporânea — e a caracteriza — devido a seu olhar ao passado — à história —, para compreender o presente a partir da subjetividade. Do mesmo modo, a escrita contemporânea insiste em configurar propostas com traços performáticos, cuja recorrência ao corpo, ao espaço, ao gestual e ao teatral, nos deslocam a outros territórios que transcendem as fronteiras e demarcam uma diferença com as formas tradicionais de narrar. A posta em xeque da noção de representação quando se tenta

falar de uma catástrofe obriga, neste caso de representação narrativa, a abrir novas trilhas e gerar novas estéticas, como observamos na obra de Nélide Piñon

O romance configura um espaço onde se articulam os restos desse passado recente do Brasil que “em tempos de comemorações declamatórias ou de embates ideológicos torna-se indispensável resgatar” (Vecchi, R., & Dalcastagnè, R. 2014, p. 12), instaurando como uma espécie de monumento. O romance publicado em 1984, ainda em ditadura, abriga um repertório de perspectivas sobre o passado recente, mas, com a particularidade de que sempre estará condicionado pela perspectiva de um estrangeiro que decidiu morrer no Brasil, um estrangeiro que herdou uma obsessão pela memória de seu antepassado galego Xan, e que ele transmite para a geração seguinte deixando nas mãos de Breta sua neta essa obsessão tanto pela memória familiar, quando pela história do país.

Esta obsessão pela memória, assim como o contato do passado com o presente que aparece no romance, contrasta totalmente com a lei de anistia que silenciou e com a constante censura à que foram sometidos intelectuais e jornalistas nos anos setenta. Essa obsessão pela memória também contrasta com a ideia de expor reiteradamente um acontecimento traumático e violento pode naturalizá-lo, mas também como afirma Maria Rita Kehl teorizando sobre o ressentimento que “O ‘esquecimento’ da tortura produz, a meu ver, a naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil.” (KEHL, 2010, p. 124), e poderíamos acrescentar, não só da tortura, mas também de qualquer violação dos direitos humanos.

Ante essas oposições e perigos do esquecimento e da memória em relação a reiteração das catástrofes no presente ou no futuro, posso pensar que o romance de Nélide se alinha na “justa medida” do esquecimento e da memória, pois, como diz a narradora do romance: “esquecer fazia parte do patrimônio universal.

” (PIÑON, 1984, p. 79). Essa mesma ideia é a que atravessa o livro *A memória, a história, o esquecimento* (2007) de Paul Ricoeur:

O esquecimento não seria, portanto, sob todos os aspectos, o inimigo da memória, e a memória deveria negociar com o esquecimento para achar, às cegas, a medida exata de seu equilíbrio com ele? [...] uma memória sem esquecimento seria o último fantasma, a última representação dessa reflexão total que combatemos obstinadamente em todos os outros registros da hermenêutica da condição histórica? [...] (RICOEUR, 2007, p.424).

Encontrar a medida justa, o equilíbrio entre a memória e o esquecimento, é equivalente à abertura das formas de enunciação descentradas como as que achamos no romance de Nélide, que interrogam constantemente o passado e os mecanismos de legitimação e, ao mesmo tempo, modela uma: “[...] delicada articulação entre o discurso da memória e do esquecimento e o da culpabilidade e do perdão.” (RICOEUR, 2007, p.104). Este posicionamento de Paul Ricoeur me faz pensar em outras propostas que vêm de outras áreas do saber humanístico como a psicologia, as quais afirmam que: “quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras”. (KEHL, 2000, p. 127). Mas, esse debate entre memória e esquecimento assim como o condicionamento da lei de anistia como um esquecimento obrigado é explicado por Jean Marie-Gaegbiem, argumentando com Nietzsche que existe uma:

dimensão feliz do esquecimento, uma alegria e uma leveza que permitem fazer as pazes com o passado, geralmente depois de um longo, dolorido e generoso processo de elaboração, leveza e alegria que possibilitam não carregar mais o



passado como uma pedra nos ombros, mas reaprender a dançar e a inventar outras figuras de vida no presente. (GAEGBIEN, 2010 p. 179)

É importante deixar claro que esse esquecimento feliz, tem que ser voluntário e que pelo contrário a imposição de esquecer é realmente a imposição de uma única forma lembrar que tenta gerar “uma sobrevivência *imediate* do conjunto da nação enquanto tal, mas não garantem uma coexistência em comum duradoura.” (GAGBEIN, 2010, p. 180). Isso é, esse tipo de medidas muitas vezes pode ser reconhecido como o “melhor dos males”, mas sem dúvida “ela não é nenhuma solução durável, mas só uma pausa para reconstituição posterior do estabelecimento de uma verdadeira ordem político-jurídica”. (GAGBEIN, 2010, p. 181).

### 3.- Pluralidades do Brasil, A República dos sonhos

Nélida Piñon traz à tona com certo caráter testemunhal, os acontecimentos dos períodos ditatoriais do Brasil, alternados com passagens que recriam o processo de modernização. No romance vemos o esforço por criar esse espaço de equilíbrio entre o esquecimento e a memória mediante a engenhosa estratégia de criação de imagens plurais do Brasil. Assim, o romance de Nélida se destaca por elaborar narrativamente períodos esquecidos e silenciados da história nacional, não só os regimes ditatoriais do século XX, mas também a época da escravidão. Essa elaboração como menciona Maria Rita Kehl contribui com a elaboração do trauma (social) e com a não tolerância da violência no presente.

Um dos personagens que exhibe o abuso de poder na ditadura militar é Tobias, o caçula da Eulalia e Madruga, que herdou de seu padrinho Venâncio uma profunda preocupação pelo país e também uma inclinação por defender injustiças do regime:

Desde 68, Tobias aventura-se na defesa de alguns presos políticos. As mães o procuravam no modesto escritório da Rua Primeiro de Março. [...] A lhes suplicarem, com os dedos entrelaçados, alívio para o sofrimento infligido aos filhos.

—Nossos filhos estão sendo assassinados, Dr. Tobias, e ninguém se importa. Como se ninguém acreditasse nas nossas denúncias. Terminou de vez a justiça no Brasil?” (PIÑON, 1984, p.37)

O Tobias forma parte do que Nélida chamou da legião dos vencidos, sujeitos que nunca param de lutar e de resistir embora saibam que suas ações estão condenadas ao fracasso. Os diálogos entre ele e seu padrinho Venâncio se tornam uma exploração da configuração da mentalidade brasileira. Essas longas conversas servem à escritora Nélida para debater sobre a configuração das estruturas de poder no Brasil. Esses mesmos diálogos se apresentam como passagens ensaísticas que servem para além de oferecer uma versão da história, servem também para contrastar opiniões, explorar possíveis respostas e explicações ao autoritarismo no Brasil. O Tobias, sempre frustrado por não conseguir quase nada do que se propôs: “Refugiado nos bares até tarde, via-se incapaz de compreender o país herdado graças ao pai imigrante” (PIÑON, 1984, p. 38). Segundo a perspectiva dele é impossível identificar o momento exato em que:

dera-se a ruptura entre o sonho de uma nação, em crescimento, e a prática de sua realidade. Uma dissensão sem dúvida tão dramática, que mergulho a sociedade num cotidiano abúlico e amesquinçado, a ponto mesmo dos efeitos

desse rompimento, que acarretam conseqüentemente a perda dos vínculos éticos, repercutirem até hoje por todos os estratos. (PIÑON, 1984, p. 38).

Entre este debate, a voz de Tobias se posiciona com um olhar crítico sempre em oposição ao poder, sempre em defesa dos oprimidos e sempre definindo o Brasil com um sentido pessimista: “O Brasil vem mantendo para si mesmo a cada hora. E não existe pior elite que a nossa. Ela condena os fracos e os miseráveis ao extermínio e ao exílio. O exílio do silêncio e da não participação da vida social. Da privação dos direitos humanos” (PIÑON, 1984, p. 38). Cada intervenção de Tobias deixa claro como os mecanismos de poder constantemente estão acentuando a desigualdade e particularmente como o regime militar suspende os direitos da cidadania, esse período é apresentado no romance como um período cruel e com algumas contradições: “São tempos cruéis, Tobias, em compensação, observe a prosperidade. Nunca se compraram tantos aparelhos domésticos, roupas e adornos, quinquilharias. Até parecem índios. E é isto o que faz a classe média não acreditar nas torturas e nas prisões” (PIÑON, 1984, p. 40).

Esse comentário, emitido por Madrugá, aponta ao contraste da prosperidade de uma classe em contraposição à inconformidade de outra que leva à manifestação ao protesto e à conseqüente ação repressora do regime militar. Esse contraste também se expõe no romance com a modernização do Brasil, a construção de Brasília, oferecendo uma descrição do espaço, da cidade como emblema do moderno, mas que no caso do Brasil evoca uma profunda crise política na qual o autoritarismo junto com a corrupção acentua as diferenças sociais:

— É a própria cidade que enseja a implantação de uma ditadura. Desde o golpe, os militares aproveitam-se do urbanismo de Brasília, da sua arquitetura setorizada, para formar uma elite irresponsável insensível, debochada. Com rigoroso desprezo pelas normas institucionais. Esta ditadura é oposta à de Vargas. A de Vargas ao menos era regida por civis. A sociedade civil conseguia humanizar o sistema por meio dos anéis e canudos dos seus bacharéis. [...] Já em Brasília é impermeável, resistente ao cheiro do povo” (PIÑON, 1984, p. 46)

A ditadura militar vem a ser narrada também a partir das experiências de Breta e de Tobias, ambos jovens vinculados ao âmbito universitário e acadêmico. Particularmente com Breta, temos o posicionamento de Madrugá por resguardar a sua neta, uma constante preocupação que mostra quão repressora foi a ditadura com os jovens: “Por isso temi perdê-la na virada histórica. Outra vez o Brasil circunscrito à ditadura, desta vez militar. De caráter aparentemente brando, no início. Até desaguar em conflitos abertos, nos quais envolviam-se jovens.” (PIÑON, 1984, p.264) Consciente dessas ameaças, Madrugá se questiona preocupado: “Como controlar Breta, orgulhosa do seu estatuto de universitária, inconformada com as conseqüências do golpe. Sobretudo porque havia agora, a partir de 68, prisões indiscriminadas e torturas vis. Os jovens caindo na clandestinidade quando não se seguiam para a morte. Não havia constituição que os protegesse” (PIÑON, 1984, p.264). As preocupações pela neta, levam Madrugá a imaginar sempre o pior: “Passei a ter noites insones. Imaginava Breta presa, a lhe infligirem maus-tratos no corpo. Não ousando pensar o pior. Fazia cogitações sobre o preço de sua liberdade. Haveria dinheiro que a arrancasse da tortura, do confinamento? Preservando-lhe a alma e a pele tenra?” (PIÑON, 1984, p. 266). Essa mesma preocupação leva Madrugá, junto com Miguel, a organizar uma fuga para Breta, assim ela vai se exiliar na França. Todo o processo de exílio é narrado no romance, desde o planejamento, à saída do país, os dias em solidão em Paris.

Do mesmo modo detalhado que encontramos as vivências da família de Madrugá nesse período da ditadura militar achamos também passagens do romance onde se contextualiza e se explica o panorama político justo antes do golpe, com Jango na presidência:

Estava claro para eles que o presidente ameaçava alterar a essência do próprio regime. Ao instigar greves, enquanto articulava-se com grupos sindicais e operosos setores da esquerda, já em franca atividade. Tendo à frente destes movimentos homens de liderança popular como Brizola e Arraes. O país à beira da desestabilização social e econômica.

Aliás, como consequência desta grave crise, os marinheiros começavam a demolir os princípios básicos da hierarquia militar, invertendo a ordem rígida da caserna. A presidência da República portanto servindo de palco para a propaganda de um modelo social a se implantar no país, e voltado para a esquerda. Uma nova cuba no continente, desta vez atingindo um país do porte do Brasil. O começo enfim da anarquia, que gerava no seu bojo insegurança e inquietação (PIÑON, 1984, p.129).

Na citação se evidencia a grande crise em que está o país, a inconformidade da classe trabalhadora e a ameaça de um período que sem dúvida afetaria a vida social e econômica da família de Madrugá. Essa ameaça parece que esteve concomitante ao longo de sua vida no país. Num capítulo onde se conta a vida cotidiana dos migrantes jovens, Venâncio e Madrugá, contextualizado num passeio pela Cinelândia, Madrugá, por meio de um amigo, Sendo Silveiro, um deputado com uma breve carreira política, começa a receber em primeira mão algumas notícias que geram a suspeita do golpe em 1930.

Por um lado, essas mudanças políticas eram aplaudidas por Venâncio. As mudanças o deixavam “Emocionado com a possibilidade de se extinguirem os privilégios sociais. Sobretudo que viesse o país a sofrer uma dramática mobilização política, a ponto de propiciar uma ruptura com os modelos e as práticas vigentes” (PIÑON, 1984, 145). Por outro lado, em oposição a esta atitude celebratória de Venâncio, temos o posicionamento de Madrugá:

Tantas mudanças teriam afetado a vida dos migrantes, uma gente desprovida de recursos legais, de um fórum a que apelar, o caso de necessidade ou de urgência. Bastava a eles, para infernizar-lhes a vida, um fiscal da fazenda corrupto o ressentido. Ou uma autoridade policial para seus nomes ingressar na lista dos migrantes com ordem de expulsão do país, e sem direito à apelação. (PIÑON, 1984, p. 145).

Com esse medo sempre recomendava a seu amigo que tivesse muito cuidado com o que falava nos cafés e na rua, pois estava consciente de que sua estadia no Brasil estava em risco por sua condição de migrante, mas no meio da crise econômica também estava consciente de que “a burguesia brasileira, quase toda de lastro luso, preferiria negociar com ibéricos, tomando-os mesmo como exemplo de trabalho e probidade, em detrimento do nativo pobre, de mistura branca, negra e indígena” (PIÑON, 1984, p. 147). Época na que segundo Schwarcz (2015), o ambiente cultural propiciava e implementava uma campanha a favor do estereótipo do Brasil mestiço, aquele descrito por Freyre em *Casa grande e senzala*, publicado em 1933. Para o Venâncio que já na década de 1930 era um conhecedor experto tanto da história do Brasil como da vida política, o golpe e a revolução desses anos foram os primeiros acontecimentos que modificariam as estruturas anteriores: “não lhes restando outra

saída senão o mergulho integral em um regime por meio do qual se construísse uma nova sociedade” (PIÑON, 1984, p.154).

Venâncio é um personagem obcecado pela história não só do Brasil, mas também de Espanha, seu país natal. Enquanto lia as notícias da guerra civil espanhola, “vivía de perto a ditadura imposta por Getúlio” (PIÑON, 1984, p.192). Pois não conseguia andar tranquilamente pelas ruas, ao contrário “Percorria as ruas atento aos esbirros de Filinto Müller, distribuídos em cada esquina e nos bares em vigilância. Enviando para a prisão da rua Frei Caneca, a pretexto de sanear a nação, homens como Graciliano Ramos e Hermes Lima” (PIÑON, 1984, p. 195). Assim como esses nomes, faz alusão seguidamente à Elise Ewert, esposa de Berger e à Olga Benário quem foi enviada aos campos de concentração nazistas apesar de estar grávida. Em meio à crise política a saúde mental de Venâncio piora cada vez mais. Aparece o periscópio com o qual viaja ao passado, estratégia narrativa que serve para incorporar a história do século XIX (PIÑON, 1984, p. 199). Através de sua janela e apontado com um telescópio para a baía consegue ver a chegada dos barcos de exploração colonial assim com também os barcos da colônia.

O romance apresenta diversas estratégias engenhosas da história do Brasil. Episódios que costumam ser registrados coma linguagem descritiva, distante no romance, surgem com cenas sumamente emotivas. Uma delas é um extenso episódio no qual se descreve a participação do Brasil na segunda Guerra mundial é contado por meio da história de vida de um jovem soldado que vai representar o seu país, mas que ao voltar o trauma da guerra o deixa incapaz de levar uma vida normal, e nessa mesma passagem surge o comentário que expõe como a participação do Brasil na guerra foi um paradoxo:

Embora Getúlio Vargas aceitasse as honras provenientes do febril estado de guerra, proibia na pratica qualquer investida democrática. Ironicamente o Brasil, no plano internacional, enfileirava-se junto às nações que combatiam o nazismo, quando intramuros o DIP fiscalizava democracia e comunismo rigorosamente banidas dos jornais e da vida nacional” (PIÑON, 1984, p. 228)

A poética do romance é narrar o fato histórico configurando-o como uma imagem, como uma cena vivenciada e experimentada pela família de migrantes, apresentada como um debate entre os mesmos personagens que questionam cada evento político e histórico e tomam posição. Essa tomada de posição propicia o surgimento da associação do presente com o passado. Essa tomada de posição faz dela muitas vezes uma memória dolorida, uma memória emotiva. Tudo no romance aponta para configurar um espaço que articule o passado com o presente com o afã de impossibilitar a reiteração de eventos traumáticos no futuro, apontando sempre para mostrar as fatalidades e os estragos de regimes autoritários. Assim, o romance de Nélida Piñon, história e ficção se articulam configurando-se através de diversas imagens do Brasil, como “espaços de recordação”.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo**. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapeco: Argos. 2009
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

COMPAGNON, Antonie. **Literatura para quê?** Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens.** Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2015.

FIGUEIREDO, Eurídice, “A literatura como arquivo da ditadura” Em: COELHO, Haydée e VIEIRA, Elisa (Org.). **Modos de arquivo: literatura, crítica, cultura.** Rio de Janeiro: Batel, 2018, pp. 153-167.

GAEGBIEN, Jeanne Marie. “O preço de uma reconciliação extorquida”. Em: TELES Edson e SAFATLE Vladimir (Orgs.) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Bomtempo, 2010, p. 177-186.

KEHL, Maria. “Tortura e sintoma social” Em: TELES Edson e SAFATLE Vladimir (Orgs.) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Bomtempo, 2010, p. 123-133.

NESTROVSKI Arthur, SELIGMANN-SILVA Márcio (orgs.). **Catástrofe e representação.** São Paulo: Escuta, 2000.

NORA, Pierre. “Entre memória e história a problemática dos lugares”. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo, Projeto História, **Revista do programa de estudos pos graduandos de história** PUC V.10, dez 1993.

OLIVIERI-GODET, R. GARCIA, M. **Apresentação. literatura e ditadura.** Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, [S. l.], n. 60, p. 1–5, 2020. DOI: 10.1590/2316-4018600. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/30752>. Acesso em: 20 maio. 2021.

PIÑÓN, Nélica. **A República dos sonhos.** Rio de Janeiro: Record, 1984.

RICOEUR Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução: Alain François Campinas: UNICAMP, 2007.

RIVAS, Luz Marina (coop). **La historia en la mirada: La conciencia histórica y la intrahistoria en la narrativa de Ana Teresa Torres, Laura Antillano y Milagros Mata Gil.** Guayana: Universidad experimental de Guayana, 1996.

SCHNEIDER, S. Ditadura militar e literatura “parajornalística”: desconstruindo relações. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.], n. 43, p. 111–132, 2014. DOI: 10.1590/S2316-40182014000100007. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9949>. Acesso em: 20 maio. 2021.

SCHWARCZ, Lilian e STARLING, Heloisa. **Brasil: uma Biografia.** São Paulo Companhia das Letras. 2015

VECCHI, R.; DALCASTAGNÉ, R. **Apresentação.** Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, [S. l.], n. 43, p. 11–12, 2014. DOI: 10.1590/S2316-40182014000100001. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9941>. Acesso em: 20 maio. gg2021.

## COMO UM SAMBA ENREDO SE TORNA ANTOLÓGICO?

João Gabriel Costa de França Souza<sup>156</sup>

**Resumo:** O samba enredo, importante manifestação da cultura nacional, atravessa processos evolutivos diferenciados em comparação aos demais gêneros da MPB. Sua dissociação do mercado musical levou a padrões independentes e únicos, sendo as razões do sucesso e de popularização das composições do gênero ainda objetos de estudo. Através de análises técnicas, históricas e sociais de cinco consagradas obras, intenciona-se avançar na compreensão do processo de popularização, ao entender que fatores técnicos e históricos, apesar de contribuírem, não garantem a ascensão de um samba enredo a antologia do gênero.

**Palavras-chave:** Carnaval. Música. Samba Enredo.

### Introdução

O gênero samba enredo, tão marcante e presente no cancionário nacional, difere-se dos demais estilos musicais desde sua concepção à execução e distribuição. Ao passo que o mercado musical interage intimamente com grande parte dos gêneros, o samba enredo não se insere no mesmo da maneira convencional. Seu foco principal não é a popularização e a vendagem, mas sim a obtenção de notas máximas no quesito relativo e a facilidade de canto e assimilação de sua comunidade (SOUZA, 2021). Sua temática não é livre. Está indissociavelmente atrelada ao enredo apresentado por uma escola de samba e pautada rigorosamente em um documento descritivo do desfile desenvolvido pelo carnavalesco, denominado sinopse.

O processo distante dos modelos vigentes fez com que o samba enredo desenvolvesse um nicho específico de apreciadores integrais, geralmente desfilantes ou torcedores de agremiações carnavalescas, e também um nicho mais amplo, de ouvintes não obrigatoriamente ligados ao carnaval, mas que conhecem e apreciam o gênero. O segundo grupo ganhou força após o início da comercialização dos discos com os sambas do grupo especial do Rio de Janeiro, em 1968, e as primeiras transmissões a cores dos desfiles cariocas, em meados da década de 1970 (OLIOZI, 2019).

Contudo, apesar da grande quantidade de sambas compostos e apresentados anualmente pelas escolas, apenas alguns recebem notório destaque. Poucos são aqueles que, como se diz no meio, transpassam o carnaval e são lembrados em anos posteriores. Menor ainda é a quantidade de obras capazes de obter sucesso no nicho geral, sendo amplamente divulgadas em rádios, televisões e regravadas por artistas de fora do carnaval.

---

<sup>156</sup> Pós-graduando em Gestão e Design em Carnaval pelo programa de especialização do Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação (CENSUPEG). Licenciado em física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No entanto, ainda não é claro o processo que atravessa um samba enredo até sua transformação em antologia do gênero. Pode-se supor que qualidade técnica, receptividade popular, contexto histórico, boas apresentações das agremiações e títulos estejam atrelados a esse processo. Porém, como demonstrado adiante, as suposições não mostram-se unânimes quando analisamos grandes obras do gênero. Trata-se de um processo gradual, muitas vezes posterior às apresentações dos desfiles.

Objetivando o avanço da compreensão do processo de maturação e a transformação musical experimentada pelo samba enredo, o presente trabalho consistirá da análise de obras que, histórica e atualmente, possuem grande identificação popular dentro e fora das esferas carnavalescas. São elas: Império Serrano 1964, Acadêmicos do Salgueiro 1971, Em Cima da Hora 1976, União da Ilha do Governador 1982 e Acadêmicos do Salgueiro 1993. A compreensão dos aspectos que levaram tais obras ao sucesso, e seus compositores à imortalidade artística, contribuirá para o entendimento acerca dos processos evolutivos do gênero.

## **Discussão e método**

O processo latente de valorização de determinados sambas enredo é bastante comum no meio carnavalesco. A tendência de criticar o que se faz no presente e reverenciar o passado não é exclusividade atual. Essa mentalidade mostra-se clara em uma entrevista concedida pelo compositor David Corrêa, em 1980, ao *Jornal do Brasil*. Na ocasião, o artista, vencedor do samba que representaria a Portela no carnaval de 1981: “Das maravilhas do mar fez-se o esplendor de uma noite”, declarou:

O negócio de samba é amor. Era amor, porque hoje não dá pra ficar quieto e ver os outros faturar. Antigamente ninguém dava importância ao desfile das escolas, ao contrário do que acontece hoje. Então eu acho que o samba tem que ter a participação do público, não pode ter mais de 30 linhas. O desfile acaba cedo, tem tempo marcado. Antes acabava às duas da tarde. Até a porta bandeira que antes evoluía 20 minutos na frente dos jurados, só passa. Tudo mudou. Os sambas antigos são bonitos, mas ninguém sabe cantar. É certo que vai longe o tempo em que se podia cantar um samba como Heróis da Liberdade, de Silas de Oliveira, Manuel Ferreira e Mano Décio da Viola ou Legados de D. João VI (Candeia, Waldir 59, Picolino). da Portela de 1957 quando predominavam os sambas históricos, hoje antológicos (ARAGÃO, 1980, p. 5).

Claramente o compositor tentava justificar sua obra frente às críticas da imprensa e de especialistas no assunto, que apontavam o andamento e a melodia truncada da composição como pontos fracos e preocupantes para a Portela. O que não se sabia à época era o enorme sucesso que o samba enredo de David Corrêa e Jorge Macedo alcançaria.

Durante o desfile observou-se grande receptividade do público, que, antes mesmo da entrada da Portela na avenida, entoava o hino. Após a apresentação vieram os prêmios, como o cobiçado estandarte de ouro, e a consagração como o único samba a receber notas máximas dos dois jurados do quesito àquele ano. A

música, bastante reproduzida mesmo após o período da folia, ocupou posições de destaque nos *rankings* das mais tocadas, criados pelas rádios e pelo ECAD (RIOTUR, 1991). Até os dias de hoje “Das maravilhas do mar fez-se o esplendor de uma noite” é lembrado, cantado e saudado em quadras, rodas de samba e shows por todo o país.

Desse modo, mostra-se importante a compreensão poética e musical de um samba enredo, assim como o contexto no qual está inserido, para uma análise mais precisa. Para isso, analisaremos através das letras, gravações e bibliografia disponível as características artísticas de cada obra, como número de versos, refrões e rimas e variações melódicas. Posteriormente uma análise da conjectura do cenário carnavalesco, musical, político e social acerca do período de lançamento e do desfile será conduzida paralelamente a uma revisão de estudos, das principais críticas e opiniões jornalísticas disponíveis. Por fim, a observação de aspectos técnicos de desfile, notas, premiações, reedições e resultados ligados ao desempenho da agremiação em questão durante o carnaval, através de pesquisa direta no acervo da hemeroteca da Biblioteca Nacional. Espera-se observar flutuação nos dados de maneira geral, mostrando, portanto, que o sucesso alcançado pelas obras em questão não se limita a fatores técnicos ou midiáticos mensuráveis.

### **Império Serrano 1964: “Aquarela brasileira”**

Indubitavelmente a obra prima de um dos maiores compositores da história do samba enredo: Silas de Oliveira. O samba, derivado do enredo inspirado na canção “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso, alcançou grande projeção nacional.

Uma referência importante desse subgênero do samba-enredo é “Aquarela do Brasil” (1939). A canção de Ary Barroso, contemporânea dos primeiros desfiles de escolas de samba e do ideal fortemente nacionalista que se impunha sobre a cultura no período, deu início ao gênero samba-exaltação. Ufanisticamente invocando um “Brasil lindo e trigueiro”, “terra de samba e pandeiro”, influenciou os poetas das agremiações carnavalescas por várias gerações. A versão mais conhecida, e abertamente inspirada no samba de Barroso, é “Aquarela Brasileira”, de Silas de Oliveira, apresentada pelo Império Serrano pela primeira vez em 1964 e, posteriormente, em 2004 (RAYMUNDO, 2019, p. 192).

Fruto de um longo processo de popularização das escolas de samba, iniciado em 1936 pelo então presidente da União das Escolas de Samba, Mano Eloy, através de regulamento específico, a composição imperiana de 1964 reflete com absoluta clareza o ideário nacionalista, reflexo do governo de Getúlio Vargas, ainda presente e influente no imaginário popular à época (GUARAL, 2012).

O dispositivo de Mano Eloy nasceu, talvez, com o intuito de agradar às autoridades que estavam adotando as escolas como uma expressão das massas. Antes, outro presidente, Flávio Paulo da Costa, em carta dirigida ao prefeito destacava que eram importantes “cortejos baseados em motivos nacionais” com o objetivo de “imprimir o cunho essencial de brasilidade em nossa festa máxima”. Tanto no discurso oficial, quanto no próprio conceito



popular perpassava a atmosfera de brasilidade, grandeza e orgulho nacionais. A União das Escolas de Samba nascia sob esses signos e se sentia na obrigação de ser o veículo desta sensação coletiva (COSTA, 2001, p. 96).

“Aquarela brasileira” é uma composição de caráter descritivo, atualmente enquadrada na categoria denominada samba-lençol, um estilo de samba enredo caracterizado pela grande extensão da letra e por cobrir de maneira detalhada todo o tema explorado. Esse modelo, apesar de iniciado nos anos 1950, teve seu apogeu na década de 1960, sendo o samba imperiano de 1964 um dos grandes marcos do estilo.

A narrativa direta, sem refrões (exceto “lá rá rá rá” repetido ao fim da letra), leva, em consonância com a melodia, a uma verdadeira viagem pelo Brasil. Apresenta estrutura típica de epopeia, ao iniciar-se com o eu-lírico apresentando o tema e convidando o ouvinte a acompanhá-lo (RAYMUNDO, 2019). Segue geograficamente a narrativa através das regiões do país, iniciando pela exaltação às belezas naturais da região norte, com foco amazônico.

A sensação de saga itinerante é logo percebida na transição para a região nordeste, com os versos: “Caminhando ainda um pouco mais / Deparei com lindos coqueirais”. Passa então pelo Ceará e segue seu trajeto até o estado da Bahia, regressando rapidamente a Pernambuco. Brasília, recém fundada capital, é exaltada por sua beleza arquitetônica, ao passo que São Paulo, a Terra da Garoa, também é lembrado nos versos: “Feitiço de garoa pela serra / São Paulo engrandece a nossa terra” (RAYMUNDO, 2019). A Região Leste, hoje extinta, também é lembrada, mesmo que de maneira sucinta.

De modo sumário, em dois versos a letra refere-se à extinta região leste, que incluía Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara (a cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal), e o Centro-Oeste, composto pelo Mato Grosso (ainda não existia o Mato Grosso do Sul), Goiás e o novo Distrito Federal (na cartografia brasileira não existia, ainda, a região Sudeste, o que só aconteceria em 1969). Diz a letra, eufórica: “Do leste, por todo Centro-Oeste / Tudo é belo e tem lindo matiz” (RAYMUNDO, 2019, p. 194).

O Rio de Janeiro, terra natal da agremiação e local de sua apresentação, ganharia ainda mais destaque na sequência. Segundo RAYMUNDO (2019, p. 194), destacavam-se “aspectos que se consagraram como verdadeiros estereótipos da cidade - samba, malandro e mulata-, o samba fecha assim a narração das regiões brasileiras”.

O desencadeamento épico é finalizado pelos últimos versos, que exaltam o país de maneira geral. Muito criticou-se à época, e posteriormente, a ausência da região sul na letra do samba. No entanto, ainda em 1963, São Paulo pertencia a essa região, estando, portanto, a mesma representada de maneira poética na obra, mesmo que brevemente. Mesmo um dos jurados dos desfiles oficiais de 1964 concedeu nota 8 à letra do samba, pois o mesmo não falava de Minas Gerais (RAYMUNDO, 2019). Em entrevista o consagrado compositor Martinho da Vila afirmou que apesar da sensação de incompletude, “o encantamento pela música se deu pela versatilidade

apresentada, em especial pelo fato de cada lugar do país corresponder a uma variação na melodia” (MELLO, 2015, p. 29).

Ainda que a composição apresentasse qualidade técnica, o desfile do Império Serrano de 1964 rendeu apenas o quarto lugar à escola, que se apresentou abaixo do esperado.

O compositor cuja obra estava sendo homenageada [Ary Barroso] na noite de 9 de fevereiro de 1964, um domingo, falecera pouco antes do desfile do Império Serrano. Tal acontecimento teria abatido os componentes da agremiação - e, conseqüentemente, feito com que o desfile não cumprisse toda a expectativa do período pré carnavalesco (RAYMUNDO, 2019, p. 192-193).

Mesmo enfrentando revezes o samba enredo verdadeiramente adentrou na história da música brasileira e foi regravado por grandes artistas: Elza Soares (1973), Martinho da Vila (1975), Monobloco (2000), Karametade (2000), Leci Brandão e Casuarina (2007), Arlindo Cruz (2009), Diogo Nogueira (2010), Zeca Pagodinho (2013) e Dudu Nobre (2014) (RAYMUNDO, 2019).

Importante lembrar que o prêmio Estandarte de Ouro, concedido anualmente pelo Jornal O Globo aos melhores do carnaval, foi criado apenas em 1972. Desse modo o samba imperiano de 1964 só seria agraciado com tal honraria em 2004, quando foi reeditado na Marquês de Sapucaí (COSTA, 2008). Recebeu, também em 2004, o prêmio “Samba do Ano” do Tamborim de Ouro. Esse ano, na apuração, o já consagrado samba recebeu notas 10,0 de todos os quatro jurados do quesito.

Tecnicamente a letra do samba chama atenção pela ausência de refrões e por sua extensão (38 versos) acima da média até mesmo para a década em questão. São apresentadas 17 rimas (entre internas e externas) divididas em 11 pobres e 6 ricas. O destaque principal é da construção melódica, que se ateve a detalhes como modulações entre os diferentes trechos relativos às regiões do país.

### **Acadêmicos do Salgueiro 1971: “Festa para um Rei negro”**

Prosseguindo a abordagem temática afro iniciada em 1960 com um enredo sobre o Quilombo dos Palmares, o Acadêmicos do Salgueiro apresentou em 1971 o enredo “Festa para um rei negro”, de Fernando Pamplona, Arlindo Rodrigues, Maria Augusta e Joãozinho 30. O samba, composto por Zuzuca, ficaria marcado histórica e principalmente por seu refrão, não atrelado à temática e que se repetia mais de uma vez em uma mesma passada: “O-lê-lê / O-lá-lá / Pega no ganzê / Pega no ganzá”.

O tema, inspirado em alianças de nobres africanos e Maurício de Nassau contra as invasões portuguesas, rendeu um samba que fugia aos padrões vigentes. Em uma tentativa de romper com o samba-lençol, Zuzuca concebeu o hino salgueirense de 1971 através de uma estruturação original: O refrão principal se repetia ao final de cada uma das três estrofes e todas estas possuíam melodias idênticas, diferindo-se apenas em letra. O sucesso de vendas dos discos das escolas de samba, que havia iniciado em 1968, contribuía para a popularização do gênero. No entanto, devido às

demoradas disputas em sua quadra, o Salgueiro não participou das gravações oficiais do *long play* produzido pela Associação das Escolas de Samba do Estado da Guanabara em 1971. Interessantemente a ausência não impediu que o samba caísse no gosto popular e se tornasse um clássico.

O compositor caracteriza sua obra como um retorno aos padrões antigos, um flerte com os sambas de terreiro e categoriza sua criação como “samba-reisado” (RAYMUNDO, 2019). Vale-se em diferentes momentos de licenças poéticas e de descritivismo diferenciado.

Diferenciando-se da enumeração de fatos e personagens históricos comum no gênero, a letra é bastante holística em sua descrição de uma festa de reis. Apresenta uma outra característica fixa e presente em todas as estrofes (exceto o refrão): o verso exclamativo “Que beleza!”, acentuando a felicidade pelo que se sucede. Agora, a nobreza não está mencionada mais de modo genérico, e sim presente no congá.

Ainda na presença da visita dos reis, a canção encerra entusiástica, chamando todos à celebração. Contudo, ao expressar “esta noite ninguém chora / E ninguém pode chorar”, deixa transparecer um choro latente, uma tristeza guardada, que deve ser ocultado naquela noite de festa.

Um caso peculiar de absoluta licença poética em relação àquilo previsto no enredo: “Festa para um rei negro”, se não consolidou um novo padrão no gênero

serviu como exemplo de (boa) exploração das muitas possibilidades que ele oferece (RAYMUNDO, 2019, p. 297-298).

A obra transpôs as fronteiras nacionais e tornou-se o primeiro samba enredo a alcançar sucesso internacional, tornando-se uma das marcas mais reconhecidas do gênero mundialmente. Contudo, apesar da enorme visibilidade alcançada pelo refrão, as demais partes do samba não são tão reconhecidas.

Mesmo o famoso estribilho, inspirado no caxambu, não apresenta uma construção poética requintada. O neologismo verificado em *ganzê*, mostra-se como ferramenta exclusivamente dedicada a rimar com O-lê-lê, para uma combinação harmônica com ganzá e O-lá-lá. A repetição melódica, além de gerar estranheza, conduz o ouvinte à impressão de estar sendo cantado sempre o mesmo trecho da obra durante o desfile. Importante no caso tornou-se, aliada à facilidade de canto, a popularidade que a obra de Zuzuca obteve durante as disputas de samba na quadra do Salgueiro, através de trocadilhos feitos por parte da comunidade. Em entrevista o Jornal do Brasil o diretor geral salgueirense Laíla adentrou esse campo:

A escola será a última a escolher seu samba enredo e o fará a pouco mais de duas semanas do dia do desfile. A princípio, o retardamento foi considerado uma jogada inteligente: o objetivo era deixar que o público pegasse no ouvido as duas músicas e se interessasse pela disputa, que chegou a virar concurso patrocinado por jornal e deu até em muita briga.

Mas hoje a Salgueiro está dividida - e isso também se deve às discussões sobre o samba. Uma parte da diretoria não aceita a composição de Zuzuca,

achando que a deturpação do estribilho, trocado por uma letra pornográfica, pode tirar pontos da escola na apresentação. Ainda havia outra corrente que pretendia deixar a escolha para o sábado de carnaval ou mesmo para pouco antes do desfile.

Nisso tudo também houve um erro muito grave: na verdade, o público não se fixou em nenhuma das duas músicas. É difícil você encontrar alguém que saiba cantar os dois sambas inteiros: o pessoal só consegue pegar mesmo os estribilhos, que são fáceis.

Eu só acho - continua Laíla - que a gente pode ser prejudicada na avenida pelo próprio público. Imagine só: a escola canta o estribilho e a arquibancada acompanha; a escola passa para outra parte e a arquibancada continua no estribilho. No fim, está tudo atravessado. E ainda tem o perigo de os torcedores de outras escolas fazerem o coro pornográfico. Se o Salgueiro for prejudicado por isso, eu paro o desfile.

Mas os compositores de outras escolas têm muito mais medo do samba de Zuzuca que do outro. eles acham que sua batida diferente - o próprio autor define como um samba-reisado - "empolga demais" (Salgueiro..., 1971, p. 14).

Levando-se em conta a repetição de refrões como trechos independentes, a composição possui um total de 33 versos, nos quais estão presentes 18 rimas subdivididas em 13 ricas e 5 pobres. Ressalta-se também a repetição de palavras e trechos como soluções recorrentes de fechamento de estrofe.

Em 1971 o Salgueiro obteve o campeonato do carnaval carioca, com um desfile de boa receptividade popular. O samba contribuiu para a conquista, obtendo notas 10 nos quesitos letra e melodia.

Em contraponto ao observado anteriormente no samba do Império Serrano de 1964, observamos agora o destaque alcançado pelo popular, o primeiro refrão "oba-oba" da história, em detrimento de um descritivismo profundo e uma poeticidade mais trabalhada. Esse novo modelo perdurou e influenciou a composição no gênero por décadas. Importante registrar que quando da escolha da obra na final das disputas, sua aceitação não havia sido unânime, encontrando resistência de parte da diretoria e comunidade.

### **Em Cima da Hora 1976: "Os sertões"**

Trata-se inegavelmente de um dos grandes clássicos do gênero, presente em qualquer lista com os melhores sambas enredo de todos os tempos. Chama atenção pelo poder de síntese do compositor Edeor de Paula, que resumiu um grande clássico da literatura nacional, Os Sertões de Euclides da Cunha, em apenas 24 versos. O compositor estreante desbancou renomados competidores nas disputas de 1975, como Baianinho, veterano poeta da Em Cima da Hora, vencedor do Estandarte de Ouro de 1973.

O sucesso alcançado mostra-se ainda mais notório quando analisa-se o alto nível musical do carnaval de 1976, que legou composições imortais ao carnaval brasileiro, como: Sonhar com rei dá leão (Beija Flor), No reino da mão do ouro (Estação Primeira de Mangueira), Mãe Menininha do Gantois (Mocidade

Independente de Padre Miguel), A lenda das sereias, rainhas do mar (Império Serrano), Arte negra na legendária Bahia (Unidos de São Carlos) e Mar baiano em noite de gala (Unidos de Lucas).

O clássico de Euclides da Cunha subdividia-se em três partes: “A terra”, “O homem” e “A luta”. A composição de Edeor de Paula, atendo-se também ao enredo desenvolvido por Sebastião Souza e Dirceu Quintanilha, possuía partes similares, porém, apresentando “A paz” como nova inserção setorial (RAYMUNDO, 2019).

O samba inicia-se como um lamento capaz de descrever de maneira impressionante “A terra” e as mazelas do sertão no primeiro setor. Para “O homem” coube o final da primeira estrofe que, de maneira sucinta, sintetizou a máxima euclidiana: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”, nos versos: “Sertanejo é forte / Supera miséria sem fim / Sertanejo homem forte / Dizia o poeta assim”. Importante frisar que a citação direta à frase mencionada era item regulamentar obrigatório do concurso. A adaptação de Edeor gerou, portanto, diversos atritos entre a direção da agremiação.

Segue então, ainda de maneira poética, a descrição do grande líder de Canudos, Antônio Conselheiro. Destaca-se a guerra e a brava participação dos jagunços.

Narrando a terceira - e mais extensa - parte da obra euclidiana, a estrofe seguinte simboliza em Antônio Conselheiro, sem citá-lo nominalmente, a luta do sertanejo contra o poder central.

No refrão final, em tom apologético é destacada a luta dos jagunços. A Guerra de Canudos é diretamente mencionada, retratando o seu desfecho trágico como “guerra fatal” (RAYMUNDO, 2019, p. 244).

O samba, vencedor do Estandarte de Ouro, alcançou enorme projeção nacional, tornando-se *hit* do verão de 1976 e perdurando no imaginário popular até os dias atuais, já havendo sido regravada por Nosso Samba (1976), Mestre Marçal (1993), Fagner (1997), Dudu Nobre (2014), entre outros. Mesmo no período pré-carnavalesco a obra gozava de excelente aceitação popular e de crítica. Os jornais claramente o apontavam como o melhor samba enredo do carnaval daquele ano.

Infelizmente, devido às fortes chuvas que assolaram o Rio de Janeiro em Fevereiro de 1976, parte das alegorias da Em Cima da Hora foi destruída, restando apenas o abre alas. Após um atraso de mais de cinco horas os desfilantes se abateram e, mesmo com um grande samba, não realizaram um desfile memorável (RAYMUNDO, 2019). Apesar da boa nota 13 em samba enredo (sim, em 1976 as notas poderiam variar entre 0 e 15, sendo concedidas entre 0 e 5 por cada um dos três jurados e posteriormente somadas) a escola de Cavalcanti encerrou a apuração com 77 pontos, apenas à frente da Tupy de Brás de Pina, sendo rebaixada ao grupo de acesso para o carnaval seguinte.

Apresenta em sua construção apenas 24 versos e 9 rimas, sendo 3 pobres e 6 ricas. Seu estilo dentro do gênero pode ser caracterizado como literário, ou seja, baseado em grandes clássicos da literatura nacional. Trata-se de um samba que verdadeiramente rompeu barreiras e se tornou mais famoso que a própria agremiação que o concebeu (RAYMUNDO, 2019).

Em 2014 a Em Cima da Hora novamente cantou Os Sertões no carnaval carioca, nesta oportunidade desfilando pela Série A do carnaval carioca. O desfile, menos problemático, rendeu um décimo terceiro lugar à agremiação e a permanência no grupo para o ano seguinte. O compositor Edeor de Paula foi agraciado com o prêmio especial do Prêmio Sambanet, no entanto sua composição recebeu notas 9,7 - 9,7 - 9,9 e 9,9 dos jurados.

### **União da Ilha do Governador 1982: “É hoje”**

O carnaval que canta e conta o próprio carnaval! Um exercício de metalinguagem proposto inicialmente em 1965 por Fernando Pamplona, no enredo salgueirense "História do Carnaval Carioca - Eneida". A tônica proposta pela União da Ilha do Governador em 1982 era ligeiramente diferente: não se atrelar tanto aos aspectos históricos e, sim, à alegria inerente ao período carnavalesco. Inspirado no livro “As escolas de Lan”, do desenhista Lanfranco Vaselli, o enredo, e conseqüentemente o samba, exploraram elementos baseados no resgate histórico da folia e valorização dos grandes baluartes, através da exaltação à alegria e irreverência intimamente ligados ao carnaval (RAYMUNDO, 2019).

A letra inicia-se demarcando geograficamente a escola em “A minha alegria atravessou o mar”. Em 1982 a única maneira de comunicação entre o continente e a Ilha do Governador era por mar, portanto a tricolor insulana era a única das agremiações do grupo especial carioca que de fato atravessava o mar para se apresentar no centro do Rio de Janeiro. Travessia essa positivamente adjetivada na letra do samba.

A travessia dos insulanos é recheada de adjetivos eufóricos (“alegria”, “fascinante”) até aquele que é descrito como o “maior show da terra”.

Ainda na primeira estrofe, uma pergunta retórica característica da poética do compositor Didi: “será que eu serei o dono dessa festa?”. Ser o “dono” da festa significava ganhar o carnaval daquela gente “tão modesta” - no caso, os concorrentes.

Por fim, o trecho inicial reforça a expectativa acerca do desfile (“Cheio de euforia para desfilas / O mundo inteiro espera” e, ao final, parece inspirar-se no mito do riso de Demócrito (ou no choro de Heráclito).

O misticismo e a fé que envolvem um desfile merecem destaque no primeiro refrão. Em um certame onde todos estão com o mesmo objetivo - o campeonato ou uma boa colocação -, recorrer às forças sobrenaturais é necessário para garantir a “proteção” espiritual (RAYMUNDO, 2019, p. 265).

Importante notarmos a presença de perguntas retóricas em letra como a mais marcante característica do compositor Didi. Em outras três composições suas para a União da Ilha valeu-se do recurso: “O que será?” (1979), “É a voz de Deus / Será?” (1984) e “Como será o Amanhã?” “O que irá me acontecer?” (1978). Vale salientar que a autoria do samba de 1978 ainda segue incógnita aos pesquisadores de carnaval. Didi afirmou em entrevista ao Jornal O Globo de 24 de fevereiro de 1987 ser o verdadeiro autor, ao passo que João Sérgio, compositor que assinou o samba na

gravação oficial, o desmente. De qualquer maneira vale citá-lo pela recorrência de perguntas retóricas (RAYMUNDO, 2019).

A adjetivação também é marca da composição de 1982 e ainda se evidencia em trechos subsequentes da letra. Trata-se de uma construção interessante, capaz de alcançar a empolgação dos ouvintes e desfilantes e se manter satisfatoriamente bem no campo poético, através de soluções não apelativas e inteligentes.

O samba da União da Ilha preserva o coloquialismo que fez as delícias dos desfiles da escola em outros anos. Será dos melhores momentos do carnaval de 1982. Rico na melodia, inspirado nos versos, ousado no tema, original no tratamento. Seu estribilho provocará certamente compulsiva identificação popular (MOURA, 1982, p. 7).

A composição de Didi e Mestrinho possui tom épico e ares heróicos em sua construção. Apresenta 21 versos e 8 rimas, subdivididas em 3 pobres e 5 ricas. A obra ajudou a União da Ilha do Governador a conquistar um honroso quinto lugar, melhor resultado que alcançaria na década de 1980, com notas máximas concedidas pelos jurados do quesito (IMPÉRIO..., 1982). O sucesso atravessou o período pós carnaval e perdura até os dias de hoje, sendo amplamente executado em festas, shows e ensaios de inúmeras agremiações. Dentre as regravações mais marcantes podemos citar Caetano Veloso (1983) e Fernanda Abreu (1995).

A composição revisitou a Marquês de Sapucaí em 2008, quando a União da Ilha desfilou pelo grupo de acesso do carnaval carioca, obtendo novamente o quinto lugar, com 238,4 pontos.

### **Acadêmicos do Salgueiro 1993: “Peguei um Ita no Norte”**

Assim como em 1971, no carnaval de 1993 o Salgueiro apresentou um samba arrebatador. As similaridades, no entanto, são ainda maiores. Novamente a agremiação apresentou um refrão de forte apelo popular, de fácil canto e completamente desconexo com o enredo propriamente dito, inaugurando oficialmente o que se denomina samba de empolgação, ou como dito popularmente: “oba-oba”. Seus padrões e construção servem de modelo para compositores até os dias atuais.

O enredo, que havia sido a maneira encontrada pelo carnavalesco Mário Borriello de homenagear Ivete Garrido, recém falecida campeã de diversos concursos de fantasia (RODRIGUES; RÊGO; BATISTA, 1993, p. 32), rendeu bons sambas à disputa, dividindo a comunidade. Dessa maneira, durante o período pré-carnavalesco e de disputas a composição de Demá Chagas, Arizão, Celso Trindade, Bala, Guaracy e Quinho não era unanimidade popular ou de crítica. Ainda assim a obra sagrou-se campeã, recebendo duras críticas de especialistas e jornalistas e de parte da própria comunidade. Segundo Fernando Lobo, compositor e jurado do Jornal do Brasil, por exemplo: “O [samba] do Salgueiro tem uma bobagem: ‘O Ita vai vai partir’. Não existe mais Ita nenhum! (MARTINS, 1993, p. 43). O mesmo jornal realizou uma votação entre especialistas de carnaval para a escolha do melhor samba de 1993, o Salgueiro

obteve a seguinte avaliação: Ruim (1 voto), Regular (5 votos), Bom (2 votos) e Excelente (2 votos) (MARTINS, 1993).

Assim, observamos uma grande diferença entre a obra salgueirense de 1993 e os demais sambas analisados neste estudo. Apesar das críticas não serem um elemento novo, é importante apontar que “Peguei um Ita no Norte” alcançou fama e projeção principalmente após o desfile arrebatador. É verdade que o público já estava familiarizado com a composição tempos antes da apresentação oficial na Marquês de Sapucaí, refere-se aqui à projeção enquanto música, de sucesso nas rádios e regravações, não no tocante ao nicho carnavalesco.

Sua letra é bem construída, com destaque para os refrões. O principal, de apelo popular, e o intermediário inovador, divisor de águas para uma nova tendência: os refrões responsivos (PRADO, 2015). Esse recurso é definido da seguinte maneira:

Sua organização interna é feita da seguinte maneira: 1) apresentação de uma frase musical composta por dois membros: pergunta (o maior deles) e resposta (sempre de curta duração). Estes são separados por pausa ou nota de longa duração pertencente à pergunta; 2) uma ou duas repetições variadas dessa frase; 3) frase intermediária (em alguns casos) frequentemente sugerindo o elemento responsorial; 4) frase conclusiva (resolução) (PRADO, 2015, p. 179-180).

Apesar de não ser apontado à época como o desfile plasticamente mais bonito, a apresentação salgueirense foi arrebatadora. A participação das arquibancadas, que cantava a plenos pulmões o refrão principal, foi fundamental para o êxito, assim como as três notas máximas conquistadas no quesito samba enredo.

No que depender do público presente à Passarela do Samba, a Acadêmicos do Salgueiro é a campeã do carnaval de 93. Com um samba de refrão fácil e um enredo que apaixonou os foliões desde o início, a escola arrancou aplausos e ovações durante toda a sua apresentação (MANGUEIRA..., 1993, p. 1).

O modelo de samba de empolgação funcionou com tanto sucesso que foi perseguido nos anos posteriores, não só pelo Salgueiro, mas também por outras agremiações. Exemplo dessa influência é o samba da Unidos do Viradouro de 1998 em seu refrão de meio: “É na magia do sonho, que eu vou / Mitologia no samba, amor”. Apresenta grande semelhança poética, melódica e de construção com o trecho de “Peguei um Ita no Norte”: “Oi, no balanço das ondas, eu vou / No mar eu jogo a saudade, amor”. O padrão responsivo é ainda mais evidente na utilização das terminações de versos “eu vou” e “amor”, recorrentes em diversas outras obras do gênero.

As estrofes, de maneira geral, apresentam bom gosto poético e construção com a qual estamos acostumados atualmente. Em seus 25 versos utiliza a rima como recurso em 9 oportunidades, sendo 7 pobres e apenas 2 ricas.



## Considerações Finais

Após considerações acerca de cinco consagradas obras do gênero samba enredo, pode-se perceber a inexistência de um padrão definitivo. Observamos que certas obras adentram a passarela já bem avaliadas, para outras a consagração está atrelada mais ao desfile do que à composição em si. Títulos e grandes resultados também não mostraram-se como fatores determinantes, assim como prêmios e críticas, sejam populares ou de especialistas. De forma técnica observamos uma grande variação de versos, rimas e refrões, além de discrepância relativa às notas obtidas nas apurações. Vale salientar que a escolha específica das cinco obras não se deu pela qualidade poética ou musical e, sim, pela projeção regional, nacional e internacional que obtiveram.

Devemos, portanto, compreender o processo que leva um samba enredo a tornar-se antológico como uma construção popular, que vale-se de fatores incomensuráveis, como aceitação e emoção, diversas vezes sobrepondo-se a critérios técnicos. Por fim deve-se fazer clara a percepção de que mesmo alcançados fatores como os citados anteriormente, a imortalização da obra não é certeza. Exemplo recente é Beija Flor 1989, “Ratos e urubus, larguem minha fantasia”, desfile emotivo e de enorme apelo popular, cujo samba não se imortalizou de maneira geral fora das esferas ligadas ao carnaval. Trata-se de uma gama complexa de elementos, ainda havendo muito a se explorar nesse campo.

## Referências

ARAGÃO, Diana. O samba-enredo de novo nas lojas: O que antes era uma aventura é hoje um bom negócio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 244, p. 5, 8 dez. 1980.

COSTA, Haroldo. **100 anos de carnaval no Rio de Janeiro**. 1. ed. São Paulo: Irmãos Vitale, 2001. 258 p.

COSTA, Haroldo. Os colonistas do carnaval. **Revista INTERFACES**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 68-72, 2008.

Disponível em:  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/article/download/30363/17203>. Acesso em:  
2 abr. 2021.

GUARAL, Guilherme. **O Estado Novo da Portela**. 1. ed. Jundiaí: Paço, 2012. 207 p.

\_\_\_\_\_. MANGUEIRA e Mocidade também levantaram a avenida: Salgueiro é o favorito. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, n. 13126, p. 1, 24 fev. 1993.

IMPÉRIO e Portela sacodem Madureira. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n. 119, 26 fev. 1982. Segundo Caderno, p. 13.

MARTINS, Lula Branco. A beleza é a missão de todo artista: Júri B e convidados escolhem os melhores sambas-enredo de 93. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 302, p. 43, 4 fev. 1993.

MELLO, Marcelo Pereira de. **O enredo do meu samba: A história de quinze sambas-enredo imortais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. 308 p.

\_\_\_\_\_. Memória do Carnaval. **RIOTUR**. 1991.

MOURA, Roberto. A marchinha recrudescce. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, p. 7, 11 fev. 1982.

OLIOZI, Ana Carolina Cometti. **O Carnaval na TV: Análise da transmissão dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro nas telas das TVs Brasil e Globo**. Orientadora: Renata Rezende Ribeiro. 2019. 195 p. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

PRADO, Yuri. Padrões musicais do samba-enredo na era do Sambódromo. **Música em Perspectiva**, [s. l.], v. 8, ed. 1, p. 155-196, 2015.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/musica/article/view/44102/26736>. Acesso em: 2 abr. 2021.

RAYMUNDO, Jackson. **A construção de uma poética de brasilidade: A formação do samba-enredo**. Orientador: Luís Augusto Fischer. 2019. 479 p. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RODRIGUES, Alvimar; RÉGO, Lúcia; BATISTA, Tarlis. ITA: Viagem aos mares dos sonhos. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, ano 41, n. 2136, p. 30-34, 13 mar. 1993.

\_\_\_\_\_. SALGUEIRO elege seu samba hoje. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 14, 3 fev. 1971.

SOUZA, João Gabriel Costa de França. RECORRÊNCIA DE RIMAS NO SAMBA ENREDO CARIOCA ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 2010. **Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 1, p. 278-290, 2021

# MÚSICA POPULAR PIAUIENSE NOS ANOS 1970: HISTÓRIA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Laiz Mara Meneses Macedo<sup>157</sup>

**RESUMO:** O artigo analisará as relações entre música e identidade na cidade de Teresina - Piauí, especificamente no contexto da ditadura civil-militar. A partir da história, memória, trechos de canções, depoimentos de músicos envolvidos neste processo, serão apresentadas concepções em torno da construção da Música Popular Piauiense (MPP) como instrumento de resistência à ditadura civil-militar. A pesquisa que se deu a partir do enfoque qualitativo e identificou que as categorias "identidade" e "pertencimento" podem ser elementos que, para os músicos, garantem a autenticidade da MPP como elemento de resistência.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de minha dissertação de mestrado realizada durante os anos de 2012, 2013 e os meses de janeiro e fevereiro de 2014. Neste texto reflito aspectos da história e da memória das práticas de “música popular” ocorridas em Teresina nos anos de 1970 a 1986. O termo “música popular” aparecerá em aspas por que problematizo seu significado ao longo do texto, esse conceito de caráter polissêmico se refere a uma classificação nativa que divide e valora as canções.

O campo da música “popular” pode ser visto por vários espectros, não só por sua pluralidade conceitual, estética, mas também pelos significados e reflexos que ela produz. No Brasil, atribui-se à “música popular” um papel histórico relevante, sendo considerada responsável por momentos de integração entre intérpretes, compositores e público de modo a proporcionar encontros entre etnias, diferentes classes sociais.

Assim a música “popular” propicia aproximações bem como diferenciações que formam o campo dessas manifestações artísticas. Na conjuntura do século XX, a música “popular” emerge com o papel reflexivo e de tradução das questões nacionais brasileiras, sendo assim instrumento de veiculação de ideias contra e a favor às concepções sobre nação.

As práticas de música “popular” correspondem, portanto, a um debate mais amplo, o da nacionalidade. Tal como se articulou ao longo do século XX a Música Popular Brasileira se configurou em meio à sociedade capitalista moderna. A industrialização da cultura, o mercado de massas, delineou, portanto, os caminhos dessa vertente musical. Como produto da modernidade, a MPB tornou-se um dos eixos das vivências sociais dessa época, sendo vetor de expressão de contradições políticas, sociais, como também das culturas regionalistas. A década de 1970 no Brasil foi marcada por debates intensos no campo da “música popular”.

A Música Popular Brasileira (MPB) ainda consolidava suas bases estéticas e de mercado enquanto era considerada importante nas discussões sobre nacionalidade e formação de uma consciência nacional moderna (SAUTCHUK, 2012). A ideia seria a composição de uma canção que traduzisse os brasileiros em torno de um projeto de nação. Nos anos 1980, contexto em que a questão da indústria

---

157 Mestre em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal do Piauí. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente é *Personal Academic* na Academic Plan Consultoria.

fonográfica brasileira se evidencia, os debates em torno da música se concentram no tema da mundialização da cultura. A produção de discos no Brasil organizada em um processo produtivo com base nos moldes industriais, numa linha de montagem, já existia nos anos 1970, no entanto nos anos 1980 a estrutura da empresa fonográfica passa por um processo de descentralização, o que redireciona não só a maneira como são produzidos os discos, mas também os debates em torno da produção, distribuição e divulgação dos repertórios musicais. Um dos reflexos da ideologia que entende a música como elemento importante nas concepções de pertencimento social se estende nas composições locais numa busca por “identidades” afins a estéticas sonoras.

No caso em pauta, tais estéticas aludem a elementos regionalistas do nordeste brasileiro com o desejo de criar músicas com temas a respeito do cotidiano piauiense e teresinense. As canções deveriam traduzir vivências e experiências da época, trazer algo de novo, autêntico, em suas dimensões poética e musical. Nesse âmbito, as categorias que centram as concepções de regionalidade no campo de circulação da “música piauiense” se referem às ideias de “autenticidade cultural” e “movimento cultural”.

Ao imaginar a composição da “música popular” empreitando ideias de autenticidade, muitos atores do circuito de consumo da “Música Popular Piauiense” provocavam tensões com outros circuitos de produção musical local. Para compreender a articulação das tensões e categorias na imaginação da “Música Popular Piauiense” analiso os principais vetores da “Música Popular Piauiense” (MPP), como instituições, grupos e pessoas.

A análise do circuito de produção, difusão e consumo da MPP será fonte para discutir as articulações da indústria cultural em Teresina e sua relação com os centros desta indústria no país e, eventualmente, fora dele. Bem como dará densidade na interpretação dos dilemas e debates em torno da construção da MPP, tendo em vista o contexto político e econômico que circunda suas performances, absorções e reinterpretções regionalmente. Esclareço que a perspectiva trabalhada neste texto considera que as práticas de “música popular” são plurais, heterogêneas.

Existem, portanto, classificações de “música popular”, assim sendo essa conceituação não almeja enquadrar as manifestações sonoras pesquisadas em um gênero específico. Procuo demonstrá-las em suas especificidades, mesmo que no contexto de suas criações as músicas autorais sejam classificadas em termos específicos como “música piauiense” ou “música popular piauiense”.

A “música popular” em Teresina apresenta algumas divergências importantes para a compreensão de sua construção: “Música Popular Piauiense” se refere ao conjunto de composições musicais criadas por piauienses ou por pessoas de outros estados brasileiros que almejavam traduzir o cotidiano teresinense, piauiense, brasileiro em canções que reportassem símbolos do que tradicionalmente era partilhado pelo universo “rural” ou atribuído a este.

No entanto, há um deslocamento dessa visão no transcorrer dos anos 1970 a 1980. No contexto teresinense esse termo remete à junção de pessoas em torno de uma determinada prática artística. 10 inclusive das mudanças ocorridas em Teresina que vivia a transição do rural ao urbano de modo veemente. Ao mesmo tempo algumas músicas exprimem o desejo do movimento inverso, revelam a vontade de ter de volta a paz de um lugar repleto de verde, rios e abundância de recursos elementares à existência humana. Muitas canções retratam símbolos do universo nordestino como o vaqueiro, as roças, a paisagem do campo.

Esses temas eram colocados nas canções ressaltando as transições globais e os contrastes entre “velho” e “novo” mundo, cantados com o intuito de expor estas

problemáticas. Os temas mais comuns das letras das canções eram o amor, as contradições sociais, a religiosidade e o apego à Teresina como um lugar de contato com a natureza. As músicas consideradas “populares” localmente eram compostas, tocadas e cantadas com o intuito de representar o piauiense em suas formas musicais e no conteúdo de suas letras. No entanto, a construção sonora dessa canção era polêmica na época: as estéticas musicais nordestinas, como xotes, frevos, baiões, eram inspiradoras de uma ala da “música piauiense” vista no seu campo social como regionalista, enquanto outras vertentes pretendiam um som que na época era considerado como “universalista”.

A incorporação por músicos e compositores piauienses de elementos estéticos classificados como “estrangeiros”, sobretudo a influência de gêneros musicais norte-americanos como o jazz e o pop era condenada por muitos como atitude alienante, e valorizada por outros por trazerem inovações importantes na construção da “música piauiense”.

Essas distinções internas referentes aos gêneros e estilos de sua composição levam a pesquisar os dados percebendo a situação cultural específica, a época em que se desenvolve e como a música se insere nas redes de relações sociais na região observada. Utilizo o recorte temporal dos anos 1970 a 1986 para compreender e explicitar como ideias de autenticidade perpassavam as representações sobre a música local, enquadravam certas produções como “populares” e ao mesmo tempo davam o sentido de originalidade às composições autorais da época.

Os debates que circundam esta questão concentram em sua construção aspectos de uma imaginação coletiva baseada nos conceitos de uma autenticidade local que percebia os 2 1) Xote: gênero ou subgênero de música e dança muito executado no forró. Na “Música Popular Piauiense” era interpretado com os seguintes instrumentos: sanfona, zabumba, triângulo e outros instrumentos de percussão, violões, violas, flauta, piano, dentre outros. 2) Frevo: gênero de música de carnaval, de origem pernambucana, que incorpora elementos de marcha e maxixe. 3) Baião: gênero musical popularizado por Luiz Gonzaga, na música piauiense é interpretado com instrumentos similares aos do xote.

Em Teresina esses gêneros eram interpretados com guitarra, baixo, piano, seguindo tendências como o blues, folk e marchas. É importante observar que em um nível geral certas características musicais são amplamente compartilhadas. Nesse sentido, esses estilos podem ser estudados levando em conta a tradição musical à qual pertencem, bem como são avaliados levando em consideração o panorama social da qual essa tradição faz parte. Deste modo fabricou-se uma concepção de autenticidade enraizada nas ideias de nação que delineou modos e estilos dessa imaginação de autenticidade cultural e influenciou a sonoridade das manifestações de música “popular” localmente. Inicialmente, meu interesse era pesquisar a década de 1970 somente, período enquadrado pela memória coletiva local como um momento de consolidação das práticas de “música popular” consideradas autênticas.

Contudo, no decorrer do trabalho de busca e análise dos dados, percebi que deveria levar em consideração o seguinte: em Teresina, as principais maneiras de difusão das composições “populares”, como o rádio, a TV, o disco tem sua efervescência de produções nos anos 1980.

## **METODOLOGIA**

Para avaliar de modo mais abrangente a questão foi necessário rever como a indústria do disco operou no panorama das produções locais, além de examinar a importância/significado dessas gravações para “músicos” e compositores que viveram

a experiência da “música popular” em Teresina problematizando também o uso do conceito “indústria cultural” nos diversos âmbitos do conhecimento humano.

Assim ampliei o recorte temporal até o ano de 1986, pois o material analítico reunido durante o período de pesquisa, principalmente os lps, vai além dos anos 1970 e fornece suporte para analisar a questão musical sob dados referentes a momentos diversos na história da “música popular” local. Este estudo não percorre a década de 1970 e os anos de 1980 a 1986 de modo linear.

Analiso material textual, musical e depoimentos como fontes para interpretar os processos de construção simbólica da “Música Popular Piauiense” compreendendo suas estratégias de articulação, pensando-a em consonância às conjunturas diversas que a transcorrem. A busca pelos campos de atividades e organização da música piauiense, as diferenciações internas de composição, produção, circulação/difusão, divulgação, trata – de uma dimensão contextual das relações entre música e identidade.

A pesquisa documental e a busca por histórias de vida de pessoas que vivenciaram a experiência da “Música Popular” produzida durante os anos 1970-1986 dão à pesquisa a dimensão temporal do processo de construção da “Música Popular Piauiense”. As entrevistas com compositores e intérpretes permitiram reconstituir as redes de relações entre estes agentes, bem como auxiliou na reconstrução de parte da organização do campo artístico da cidade e de suas atividades no âmbito musical. Nesse sentido trabalhei de acordo com a perspectiva da metodologia da história oral. Esse recurso permite analisar as narrativas que Artigos de jornal, revistas, letras de canções e entrevistas publicadas em revistas e jornais.

Os relatos colhidos nas entrevistas foram transcritos considerando a perspectiva que entende as memórias tecidas por meio do discurso como elemento revelador das práticas humanas. Durante o trabalho de coleta de dados, uma grande quantidade de material analítico foi reunido. Pesquisei fontes como jornais, revistas, fotografias, lps, que forneceram dados sobre o movimento da “música popular”, sobre as apresentações dos compositores e intérpretes nos anos de 1970. Bem como tive acesso a matérias escritas por esses músicos (anos 1970 a 1986), fotografias dos shows ocorridos no Teatro 4 de Setembro (Teatro localizado no centro da capital teresinense), entrevistas de compositores e intérpretes concedidas aos jornais que circulavam no período.

A partir dos dados levantados em revistas e jornais pude recompor parte das redes sociais que compunham o campo da “música popular piauiense” naquele momento – especialmente porque parte relevante dessas redes era composta justamente por profissionais destes meios de comunicação que agora nos servem de fonte. Não foi possível, em função do curto tempo de pesquisa, consultar integralmente as edições de todos os jornais publicados em Teresina no período em questão. Por isso, me concentrei especificamente nos escritos sobre a “cultura” teresinense, já que a música é percebida como parte da “cultura” local.

O termo “cultura” para os teresinenses diferencia-se da acepção propriamente antropológica da palavra. Para a Antropologia a cultura é vivida e produzida por nós humanos num sentido mais amplo (CIACCHI, 2010), e não apenas delimitado ao campo das habilidades artísticas, intelectualizadas ou religiosas, assim um estudo antropológico deve contextualizar e relativizar as noções sobre cultura (CAVALCANTI, 2001).

A partir das fontes pesquisadas, como jornais, revistas, além dos dados de entrevistas com agentes do campo social de articulação da MPP, percebe-se que a sociedade teresinense da década de 1970 entendia a questão artística como sendo parte da cultura e como bem a ser cultivado e compartilhado entre seus membros.

Socialmente havia também uma clara distinção entre classes, que no campo da música reflete na articulação entre os grupos de músicos. O raro material de “música popular” gerado nos anos 1970 indica que músicos com menor poder aquisitivo não conseguia investir na divulgação e gravação dos seus trabalhos.

Essas distinções entre classes ficam evidenciadas quando analiso os títulos das colunas de jornais por exemplo. A busca por dados de festivais, shows, nomes dos bares, pontos de encontro ou performance dos “artistas”, apresentou colunas como: “Comunicação” (jornal O Dia de 1972), “Colunáveis” (jornal O Dia de 1975), “Aqui Sociedade” (jornal O Dia de 1975) escritas por Elvira Raulino, além das notas avulsas sobre “música brasileira” e “piauiense” publicadas nos jornais.

Note que “Colunáveis”, por exemplo, indica que existem membros da sociedade que podem ter algumas de suas atividades sociais divulgadas pela imprensa, além de terem espaço específico para este fim. Em geral quando a imprensa se referia à camadas da população de menor poder aquisitivo utilizava o termo “populares”. É necessário discutir, portanto, o conceito de “popular” para a sociedade teresinense, bem como esse conceito se articula no campo da música.

Dados sobre os debates políticos também revelaram fatos importantes acerca da movimentação das redes sociais em torno da música, até por que na década de 1970 e meados dos anos 1980, a MPB e a MPP eram vetores dessas discussões, daí pode partir a ideia de artista engajado. Localmente os artistas da MPP, deveriam, para garantir seu lugar de autenticidade, discutir as conjunturas da época, questioná-las, como proposta de uma renovação tanto da música, como para romper com ideais conservadores e repressores do período em questão. Nas revistas que circularam na década e nas mensagens enviadas pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa também encontrei dados quantificados sobre as atividades “culturais” que ocorreram na cidade sob a organização dos órgãos do estado. A revista Presença, editada pela Fundação Cultural do Piauí, que circulou entre 1974 e 1975 apresentava relatórios do Departamento de Assuntos Culturais<sup>10</sup>. Pude mapear a partir dessas publicações alguns shows de música autoral que ocorreram neste período.

Tratarei das tensões em torno da composição da música regional piauiense, levando em conta o panorama da “música popular” em Teresina nos anos 1970 a 1986. Nesse sentido, pesquisei os circuitos, estilos, meios de divulgação, mercados e públicos da MPP situando os atores desse campo social ao analisar origem social e geográfica, familiar, formação educacional, profissões, vínculos políticos e demais aprendizados desses sujeitos. A análise das redes de relações entre compositores e intérpretes da MPP será feita a partir da interpretação das ligações e segmentações entre esses artistas, tendo em vista opções estéticas, situação social e vínculos desses sujeitos com empresários, políticos, instituições (escolas, universidade, bares, teatro), veículos de comunicação, aparatos estatais de cultura como lugares e vetores da MPP

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No início da década de 1970 em Teresina a “música popular piauiense” era interpretada por violas, violões, vozes, flautas instrumentos percussivos, como tambores. A ideia era utilizar instrumentos rústicos que produziram uma identidade regional à música piauiense. No entanto, para outras vertentes desse campo social de articulação da música “popular”, a inserção de outros instrumentos, um exemplo é a guitarra elétrica no decorrer dos anos 1970, ideologicamente era considerada alienante por alguns atores do campo da música “popular”, enquanto para outros

grupos a mistura de instrumentos provenientes de diversas culturas eram entendidos como sinal de evolução musical.

A perspectiva antropológica observa que a “cultura” se refere às organizações das experiências humanas e se dá por intermédio do simbólico. Marshall Sahlins (1997) quando se refere ao termo coloca que “as pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados”. Neste texto, reflito sobre transformações culturais, políticas, históricas, econômicas correlatas à produção musical autoral em Teresina durante os anos 1970 a 1986.

Traço um panorama da constituição do campo artístico musical teresinense concentrando atenção nas conjunturas, contextos e grupos de pessoas, descrevendo como as relações entre atores desse campo social sistematizavam a produção, circulação e consumo de “música popular” nesse período. Reporto o início dos anos 1970 onde panorama político brasileiro possuía o general Médici como governante época conhecida e marcada pela repressão da ditadura militar em várias partes do país.

Ocorriam prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos provocadas pelos atos institucionais, fatos que foram fomento para a composição de canções de protesto veiculadas pela MPB. Marly Job de Oliveira (2007) observa que o decreto-lei 1.077 declara a prévia censura à apresentação de espetáculos e publicações em 26 de janeiro de 1970. Essa decisão revela uma intensificação das decisões políticas na configuração do panorama musical nacional. Não só os artistas se preocuparam mais em produzir letras que enquadrassem numa perspectiva considerada como “engajada”, ou seja, um tipo de canção que refletisse as problemáticas da época em suas dimensões histórias, sociais, políticas, econômicas, como também revelasse aspectos das modificações vivenciadas nesses âmbitos no panorama brasileiro.

Um tema bem recorrente em canções tidas como “populares” é a questão urbana, o processo de modernização das cidades. Em Teresina, discursos de progresso difundidos pela imprensa, pelos governantes, fizeram com que muitos migrantes, do interior do Piauí, viessem para Teresina no intuito de adquirir melhorias nas condições de vida (ARAÚJO, 2012). O governador Alberto Silva (governo que durou de 1971-1975) em parceria com o prefeito Joel Ribeiro fizeram obras com a intenção de modificar a estética da cidade, no sentido de dar mais beleza ao espaço urbano (ARAÚJO, 2012). O discurso do governo era, portanto, de que o Piauí estava numa crescente econômica, assim as modificações deveriam contemplar Teresina em primeiro lugar. Para que políticos, empresários, turistas, desfrutassem da nova imagem de Teresina, instaura-se a era das reformas e construções na cidade. Dentre as principais obras destacam-se a reforma do Hotel Piauí, da Praça Marechal Deodoro da Fonseca e do Palácio de Karnak (ARAÚJO, 2012).

No início dos anos 1970 a insatisfação popular quanto à política econômica de diminuição salarial e redução do poder de compra, bem como as barreiras impostas pelo sistema militar de governo, possivelmente serviram de fomento para a organização de artistas no sentido de elaborar canções-protesto (ARAÚJO, 2012). A organização artística ainda não possuía um cunho de institucionalização, a ideia era demonstrar Teresina, o Piauí por intermédio de músicas concebidas como “populares” e ao mesmo tempo realizar oposição frente ao governo.

No início dos anos 1980 com a criação de sindicatos de músicos a MPP vivencia o processo de institucionalização, um pouco mais tardio que o da MPB. Outro fator que estava em evidência na década de 1970 foi a expansão das universidades, o que também influenciara na concepção das canções da MPB e MPP. Em Teresina, a conjuntura social e política do início dos anos 1970 foi fomento para artistas



mobilizarem “shows” (como chamavam) para divulgar e difundir suas composições e práticas em torno da música. Segundo depoimento das fontes orais, a universidade foi fundamental nesse momento, principalmente como lugar de manifestação dessas práticas.

Os festivais de “Música Popular Piauiense” no início dos anos 1970 eram realizados na Universidade que fora criada no ano de 1971, em Teresina a partir da Lei nº 5.528. Com a criação da Universidade Federal do Piauí em 1971, a inserção da TV, hábitos se modificavam e implicam características específicas na composição da música feita em 19 Teresina (ARAÚJO, 2012).

As transformações culturais, econômicas, sociais, levaram a uma reavaliação das normas e padrões culturais por parte de muitos dos compositores e intérpretes da “música popular piauiense”. Utilizando como exemplo o artigo do jornal O Dia veiculado em sua primeira edição, correspondente aos dias 1, 2 e 3 de janeiro de 1972, intitulada “Nova ordem de progresso”, é latente o discurso de que o Piauí começava a romper com uma visão negativa que recaía sobre o estado.

Afirmava-se que, dentro da configuração geográfica nacional, o Piauí estava se integrando às outras unidades federativas e saindo do período da “civilização do couro”, em que as fazendas de gado tornavam o Piauí conhecido como estado pecuário, e a economia local baseava-se em atividades pastoris. Explanava-se nos jornais que o governo estadual, com incentivos da administração federal, fez investimentos de infra-estrutura nos setores de energia, comunicações e transportes. A valorização desse “progresso”, alardeada pelos jornais, indica novos modos de pensar o estado e é elemento central na construção de identidades por meio da “música popular” local. A este progresso, as construções musicais ora atribuem valor negativo, ora positivo

## **CONSIDERAÇÕES**

A partir desta pesquisa foi possível investigar dados interligados às práticas musicais ocorridas nos anos 1970 a meados de 1980 (1986), avaliamos a noção de autenticidade e identidade conferida a tais manifestações e constata-se como estas concepções são socialmente determinadas pelas condições históricas, econômicas. A noção de autenticidade na música, esta categoria moderna de pensamento, era organizada baseada em ideais regionalistas, intentando a valorização da estética musical produzida pelos artistas locais.

No entanto estas, se analisadas percebendo o conjunto de produções nacionais e estrangeiras, se assemelham a algumas dessas demais produções, como o Rock, Jazz, Reggae, dentre outras. A articulação de um gênero de canção que intenta não só originalidade quanto à origem mesmo dessas produções, como também busca se direcionar ao mercado de “música popular”, apresenta contradições características nesse ramo.

As produções consideradas “populares” são direcionadas localmente não exatamente a um público “popular”. Em Teresina nos anos 1970, por exemplo, “popular” era quem pertencia a camadas sociais de menor renda. A complexidade destes dados demonstra a peculiaridade da “cultura” humana no sentido de como organizamos nossa vida em sociedade e nossos hábitos cotidianos. No âmbito musical, a vida de um compositor, músico, intérprete está sempre interligada a universos abrangentes por existir uma rede de relações no envolvimento com a feitura e produção de músicas. Nesse sentido trabalhar com narrativas que contam um passado não tão distante, mas que explica o delineamento e movimentação da

“Música Popular Piauiense” revela pessoas, lugares de performance, bem como explicita a redefinição dessa conceitualização e das práticas em si ao longo da história.

O que contam os músicos demonstra o que ocorrera nos debates em torno da concepção da MPP. A reconfiguração do contexto político em Teresina ao longo dos anos 1980 foi fundamental para o alargamento da visão sobre o que pode ser “música piauiense”, bem como propiciou mais oportunidades de divulgação, comercialização, apresentação dos repertórios musicais compostos em Teresina nesse período.

Interessante também é notar a música como um fenômeno amplo, estético, social, sonoro e que esta prática, em geral, revela concepções de mundo diferenciadas já que é um modo de expressar vivências, experiências e emoções. Nesse sentido a perspectiva de redes de relações foi fundamental para a compreensão de que não existe um único agente que dirige as relações no âmbito do circuito musical local.

Por se tratar de um campo de interações complexas que ocorre em grupos e entre grupos, essa rede de relações cresceu e se consolidou a partir de si mesma e da relação de interesses e afinidades entre seus membros. A preferência por determinadas estéticas musicais, estilos de composição tem a ver com quem se liga a quem e por que razão.

A estrutura e comportamento das redes de relações em torno da música agrega fatores diversos, como comunicação, instituições, sociedade, economia, política. Ao analisar as relações entre música popular e identidade na cidade de Teresina na década de 1970 a meados de 1980 pude mapear e analisar a produção da chamada Música Popular Piauiense; Investigar as ideias de autenticidade cultural e identidade piauiense que perpassavam esta produção e sua relação com influências estéticas e políticas diversas; Entender os reflexos em Teresina de uma ideologia que entende a música como elemento decisivo na definição de projetos de nação e nas concepções de pertencimento social. Deste modo cada capítulo buscou avaliar a produção, os contextos e atores sociais em torno da construção do conceito de música popular.

O panorama da música popular em Teresina nos anos 1970 revela portanto circuitos, estilos, meios de divulgação, mercados, públicos, o que localiza a MPP neste panorama. Alguns aspectos priorizados nos estudos em música no âmbito antropológico e etnomusicológicos são relevantes para a compreensão da articulação da MPP de modo geral: a situação dos atores do campo social da MPP (e adjacências, possivelmente): origem geográfica (no estado e na cidade) e familiar; formação educacional, formação musical (não me refiro somente à escolarização musical, mas a todo tipo de aprendizado musical); tendências e vínculos políticos; profissões; As redes de relações: ligações e segmentações entre os artistas (e seus possíveis nexos com opções estéticas, situação social, formação musical, filiações políticas etc.); vínculos com empresários, políticos, funcionários públicos; relações com músicos de outros locais; As instituições (escolas, universidade, bares, teatros, casas de shows, gráficas, aparatos estatais de cultura etc.) como lugares e vetores da MPP; O aparato da indústria cultural em Teresina nos 1970 e sua relação com os centros desta indústria no país e, eventualmente, fora dele; A influência do regime ditatorial no contexto local, em especial sobre a MPP; Dilemas e debates da MPB e sua absorção ou reinterpretação pela MPP; As tensões em torno do regional.

A análise de forma e conteúdo da produção musical levou a procurar nas canções, nos discos, nos documentos e entrevistas a construção da estética da MPP, identificando elementos que perpassam sua heterogeneidade e as divergências internas a ela. As discussões antropológicas sobre autenticidade cultural e imaginação de pertencimentos nacionais e locais auxiliaram na seleção de exemplos referentes a diversas tendências e períodos da MPP para 89 analisar o conteúdo musical local, a

questão dos arranjos, instrumentação, iconografia e discursos sobre a música. Identificar em que medida estes discursos dão vida a ideais de autenticidade e pertencimento local e como as contradições desse modelo estético exprimem as contradições dessa ideologia de autenticidade permitiu compreender a importância dos fluxos das narrativas e da memória como interpretação das experiências e como fonte de pesquisa. A memória referente à música enquanto fenômeno coletivo e como construção do presente, permitiu uma problematização do uso das narrativas, das entrevistas como fontes, e da visão atual dos sujeitos sobre a experiência dos anos 1970 a meados de 1986 e suas trajetórias.

Além dos festivais, um dos principais meios de divulgação da “Música Popular Piauiense” foi o “movimento cultural” articulado durante a década de 1970 que agregava diversas formas de expressão artística: música, cinema, literatura, pintura, jornais (“noticiosos”) e revistas – que foram escritos para denunciar implicitamente práticas repressivas ditadura militar. Alguns desses jornais eram: “O Estado” (proprietário: Helder Feitosa) que trazia o suplemento “O Estado interessante” (editor: Marcos Igreja); “A Hora” com o suplemento “A hora fatal”, “Opinião”.

Os “Shows” aconteciam em decorrência da vontade de demonstrar as composições musicais produzidas em Teresina. Geraldo Brito, músico atuante nesse cenário durante as décadas de 1970 e 1980 publicou um artigo na revista Cadernos de Teresina que serviram de fonte de informações para acrescentar estes dados à pesquisa. 25 Oliveira, Durvalino Filho e Fátima Mesquita; Proprietário: Ministro Petrônio Portela, com direção de José Camilo da Silveira Filho) e o jornal “Gramma” (1972). Obtive essas informações em entrevista com Noronha Filho (médico, escritor, cinegrafista), um dos participantes do núcleo de escritores desses impressos e também no livro “Enquanto a carne seca é servida” de Kennard Krueel. Outros membros desse movimento de escritores para jornais e revistas que se ligavam diretamente aos compositores e intérpretes de da MPP eram: Paulo José Cunha (jornalista, poeta, letrista, crítico e produtor cultural) Durvalino Couto (poeta, escritor, baterista), Torquato Neto (jornalista, ator, letrista), Edmar Oliveira (letrista, jornalista).

Na concepção desses atores do campo social teresinense, a cidade necessitava de agitação cultural. Unificando os movimentos de arte e de imprensa eles acreditavam que o movimento artístico-cultural local seria mais respeitado e fomentado. O campo social da MPP articula atores diversos, pois como se desenvolve em meio a um movimento amplo, articula muitos agentes em torno de sua construção.

Analiso, portanto, a participação de alguns compositores e intérpretes da MPP que entrevistei ao longo desta pesquisa. O direcionamento para a escolha dos entrevistados se deu inicialmente a partir da consulta aos acervos do Arquivo Público do Piauí, Teatro 4 de Setembro e Casa da Cultura de Teresina. As informações encontradas nesses locais delinearão o olhar para onde buscaria dados a respeito da articulação da música autoral no período em questão. Grande parte dos participantes da construção da “Música Popular Piauiense” no início da década de 1970 eram jovens de 16 anos em média, iniciavam os estudos em música ou por conta própria ou nas escolas, CSUs. A juventude que participava de movimentos culturais era vista como rebelde, nesse sentido o que ocorreu foi uma junção dos artistas com seus amigos, jornalistas, poetas, escritores, músicos, atores. Essa atitude auxiliaria a dinamização das atividades artísticas na cidade, além de facilitar, para os músicos a circulação e divulgação da “música piauiense” em Teresina ao mesmo tempo reforçaria a ideia de compor em torno de estéticas que identificariam a cidade mediante o panorama estadual, nacional e internacional da época. A interação com a mídia, TV, rádio e outros setores da arte auxiliou a efervescência das produções locais em torno da música. O contato com atores de âmbitos tão diversos proporcionou a

gravação, distribuição e divulgação das composições piauienses. A partir desse envolvimento muitos músicos locais conseguiam viajar para gravar suas canções, conhecer novos artistas e voltar para Teresina para vender e fazer shows divulgando o trabalho. 26 A Secretaria de Cultura, no início da década de 1970, era praticamente o único órgão estatal a gerenciar atividades como os festivais, shows.

A atitude dessas instituições governamentais frente ao movimento da “música popular” era vista com insatisfação por muitos artistas, pois efetivamente as “promoções culturais” não eram suficientes para explorar e apresentar a arte musical da época (segundo informações colhidas em entrevistas por via das fontes orais consultadas: compositores, intérpretes, quanto pela leitura do material impresso que circulava no período de 1970 a 1986). De certo modo não havia grande apoio do público a música produzida pelos jovens agentes da MPP, estas era consideradas como atitudes de rebeldia, ilusão e alienação.

O músico “popular”, mesmo tendo suas composições apreciadas por um público variado (a elite empresarial, juventude da classe média e classes “populares”), acabava buscando outras formas para complementar sua renda e custear os gastos com a produção artística de suas obras. “Viver de música” era complicado, tanto pelo estigma da boêmia que recaía sobre os músicos, quanto pela baixa remuneração dessa atividade.

Essa conjuntura preocupava os artistas, pois a cidade não dispunha de um aparato de gravação e circulação da música local que correspondesse às demandas da produção teresinense. Diferente dos músicos “populares”, os músicos de baile não se preocuparam em gravar seus trabalhos, a divulgação era feita pela imprensa (rádio, TV, jornais impressos), os shows garantiam uma maior remuneração. Os compositores “populares” locais se preocuparam em autenticar, conferir identidade a esse movimento (musical), se firmar no cenário local a partir da exposição de uma música “autoral”, letra feita por pessoas residentes em Teresina e sonoridades que se identificassem com estilos de música nordestina, como os xotes, baiões, cirandas, bois. Outro segmento da “Música Popular Piauiense” seguia tendências ditas “modernas”, inspiradas no jazz, no blues e no rock. Essa é certamente uma das maiores divergências que existia nesse campo, pois as concepções sobre fazer um som moderno ou tradicional influenciavam na categorização de que música seria piauiense. Moderno e tradicional são termos nativos utilizados para distinguir e classificar estilos de “música piauiense”.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. “O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa” In: Ouvir contar: textos em historia oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, pp 13-32.

ALBERTI, V. “O que documenta a fonte oral: a ação da memória” In: Ouvir contar: textos em historia oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, PP 33-44.

ANDERSON, B. Comunidades Imaginadas – Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. 2ª reimpressão. São Paulo. Companhia das letras. 2008.

ARAÚJO, K. S. F. A capital do Piauí na década de 1970: Teresina sonhada, construída e vivida pelos pobres urbanos. Teresina, 2012. Disponível em: Acesso em: 07/09/2014. ISBN: 978-85-98711-10-2

ARAÚJO, P. C. Eu não sou cachorro, não. Música popular cafona e ditadura militar. 3ª edição. Rio de Janeiro. Record. 2002.

AUGÉ, M. Por uma antropologia dos mundos contemporâneos. Editora: Bertrand Brasil, 1997.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. Org: Bela FELDMAN-BIANCO. In: Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Global. Pp. 159-193. 1987.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

BLACKING, J. Música, cultura e experiência. Cadernos de campo. São Paulo. N. 16, p. 1- 304. 2007.

BOSI, E. Memória e Sociedade – Lembranças de velhos. 10ª edição. São Paulo. Companhia das letras. 1994.

BRANCO, E.de A.C. Táticas caminantes: cinema marginal e flanâncias juvenis pela cidade. Rev. Bras. Hist. vol.27. Nº. 53. São Paulo Janeiro./Junho de 2007. Dossiê: Cidades Acesso em 19 de janeiro de 2014.

BRITO, G. Música no Piauí anos 70. Cadernos de Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Ano 8, nº 18, Teresina, dezembro de 1994.

CAMPOS, W. Achegas para uma história do violão. Em: A história do violão. Mostra de instrumentos musicais 2006-2007. Cadernos Sonora Brasil. SESC, BRASIL, 2006.

CAVALCANTI, M. L. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. Revista Tempo Brasileiro. Patrimônio Imaterial. n °147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp. 69-78. 2001.

CIACCHI, A. Era uma vez a teoria: reflexões sobre antropologia e narrativas. Graphos; João pessoa, vol. 12, n. 2, dez./2010 – Issn: 1516-1536. Disponível em:< <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/article/download/10906/6111>>. Acessado em: 06/09/2014.

CERUTTI, S. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: Jogos de escalas - A experiência da microanálise. Org.: Jacques Revel. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DIAS, J. Candeia, uma luz na música piauiense. Cadernos de Teresina. Ano 1, nº 2. Teresina, agosto de 1987. DIAS, M. T. Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura. 1ª edição. Editora: Boitempo editorial, 2000. FILHO, João Valter Ferreira. História e memória da educação musical no Piauí: das primeiras iniciativas à universidade. Dissertação de mestrado (UFPI), 2009.

GARCIA, M. Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958- 1964). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. – Coleção História do Povo Brasileiro. INGOLD, T. A distinção entre evolução e história. Revista Antropolítica, nº 20, Niterói, RJ. 2006.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Eds.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2003, p.90-113.

LAPLANTINE, F. O Que é Imaginário. São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção primeiros passos; 309. LEME, M. N. Que “tchan” é esse: indústria e produção musical no Brasil dos anos 1990. São Paulo, Annablume, 2003.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-249.

MARCUS, G. Identidades passadas, presentes emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. Revista de Antropologia, volume 34. 1991. PP 197-221. MEDEIROS, H. C. Acordes na cidade: Música Popular em Teresina nos anos 1980. Dissertação de mestrado. UFPI, 2013. Arquivo digital.

MENEZES BASTOS, R. J. de. A “origem do samba” como invenção do Brasil (por que as canções tem música?). Revista Brasileira de Ciências Sociais 31: 156-177. [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_31/rbcs31\\_09.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_09.htm) MORELLI, R. C. L. Indústria fonográfica: um estudo antropológico. 2ª edição. Editora: UNICAMP, SP, 2009.

NAPOLITANO, M. A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira. 1ª edição, São Paulo. Editora: Fundação Perseu Abramo. 2007.

NAPOLITANO, M. Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo. Anna Blumme, FAPESP. 2011. Versão digital.

NETO, A. Geografia e História do Piauí para estudantes. Da pré história à atualidade. Teresina, Piauí, 2006.

OLIVEIRA, M. J. de. A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964-1985). Tese de doutoramento. São Paulo, 2007. PELEN, J-N. Memória da literatura oral. A dinâmica discursiva da literatura oral: reflexões sobre a noção de Enotexto. 1986. Tradução: Maria Thereza Sampaio. Projeto História, São Paulo, 22 de junho de 2001.

PINTO, T. de O. Som e música. Questões de uma Antropologia Sonora. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 2001, V. 44. Disponível em: . Acesso em 06/09/2014

PORTELLI, A. História oral como gênero. Projeto História, São Paulo, 22 de junho de 2001.

PORTELLI, A. “Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral”. In: Ensaio de história oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010, pp. 19-36.

PORTELLI, A. "Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento de igualdade". In: Projeto história. São Paulo: Educ, nº14, jun/1997, PP 7-24.

SANDRONI, C. Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. UFRJ, 2001.

SAUTCHUCK, J. M. Interesse moderno pelo folclore: nação e cultura no Mapa Musical do Brasil da gravadora Marcus Pereira. In: Anuário Antropológico, 2011-I, 2012. PP: 261-288. SCHWARZ, R. Cultura e política, 1964-1969. In: O pai de família e outros estudos. São Paulo: Companhia das letras. Pp. 70-111. 2008.

SAHLINS, M. História e cultura: apologias a Tucídides. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Consultoria técnica: Celso Castro. CPDOC/FGV. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro: 2006. 93

SEEGER, A. Etnografia da música. Tradução: Giovanni Cirino. Cadernos de campo, São Paulo, n. 17, p. 1-348. 2008.

SANTANA, MONTEIRO DE. R. N. Música Piauiense (Emmanuel Coelho Maciel). Em: Apontamentos para a história cultural do Piauí; vários autores, Fundação de Apoio Cultural do Piauí – FUNDAPI – Teresina, 2003, 486 p.

SILVA, R. S. H. A situação etnográfica: andar e ver. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SOUZA, M. G. de. Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. Coleção: história do povo brasileiro.

TATIT, L. Musicando a semiótica: ensaios. São Paulo, Annablume, 1997.

TATIT, L. e Ivã Carlos Lopes. Em: Melodia e Letra: os modelos de integração entre palavra e música na canção Aquarela do Brasil. Revista Língua Portuguesa. Edição: Música e linguagem. Editora: Segmento, 2010. Pág.: 8-10.

THOMPSON, P. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus (Coord.). História falada: memória, rede e mudança social. São Paulo: Sesc/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial, 2006. p. 17-44.

VAN VELSEN, J. A. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. Org: Bela FELDMAN-BIANCO. In: Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Global. Pp. 345-374. 1987.

VIANNA, H. O mistério do samba. 4ª edição. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2002.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. P. 7-72. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Editora Vozes. Org: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis.

# “ESSA MANIA DE GRANDEZA É BEM COISA É BEM COISA DE BRANCO”: A INVISIBILIDADE HISTÓRICA DO NEGRO NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE A PARTIR DE UMA AÇÃO EDUCATIVA COM O MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO

Leo Francisco Siqueira de Moraes<sup>158</sup>

**Resumo:** O trabalho relata uma experiência pedagógica com estudantes da educação básica no Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, cujo objetivo foi propor uma abordagem descolonizada do patrimônio cultural afro-brasileiro na educação patrimonial. Realizou-se saída de campo que culminou em ricos registros de impressões pelos estudantes. As discussões evidenciaram a ausência da história negra no Centro da cidade e que os monumentos na paisagem urbana central remetem à história branca hegemônica. A atividade problematizou o conceito de museu pouco interativo, propondo uma releitura da região central da capital pela perspectiva da população negra de forma dinâmica e lúdica.

**Palavras-chave:** Porto Alegre; territórios negros; educação patrimonial; patrimônio cultural afro-brasileiro

## 1. Introdução

O presente artigo é uma reflexão a partir da experiência vivenciada na disciplina Estágio de Docência III - Educação Patrimonial, do curso de Licenciatura em História da UFRGS. O componente curricular tem como objetivo qualificar o futuro professor de História para abordar reflexivamente o patrimônio cultural em sala aula e desenvolver ações de Educação Patrimonial, utilizando-se dos diversos elementos culturais e patrimoniais disponíveis no espaço em que os estudantes vivem, seja a cidade, a escola, o museu, os monumentos, obras de arte e outros espaços culturais. Um princípio básico da disciplina é que é possível fazer Educação Patrimonial com quase tudo, desde que haja um discurso histórico que confira sentido pedagógico ao objeto estudado, produzindo aprendizagem de conceitos e mudanças de perspectiva.

A partir do tema de pesquisa escolhido para minha monografia de graduação, o patrimônio cultural afro-brasileiro, foi decidido junto com a professora orientadora ser mais coerente produzir uma oficina de educação patrimonial com esta temática para que se obtivesse uma linguagem única na etapa derradeira da graduação, alinhando os temas do estágio final e do trabalho de conclusão de curso. Num primeiro momento, optamos por realizar uma oficina na escola com o jogo pedagógico *As Viagens do Tambor*, produzido pelo LHIESTE<sup>159</sup>. Todavia, ao avançarmos nas discussões teóricas no âmbito dos Territórios Negros identificamos como problemática central a ser abordada a invisibilidade da trajetória histórica do negro em Porto Alegre. Como a escola se mostrara aberta ao diálogo e à realização de atividades fora do ambiente escolar, construímos uma proposta de conduzir os estudantes ao Museu de Percurso do Negro, museu a céu aberto idealizado pelo movimento negro porto-

---

<sup>158</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do campo de estudos do patrimônio cultural afro-brasileiro. Membro do Memorial da Associação Satélite Prontidão (ASP), em Porto Alegre.

<sup>159</sup> Laboratório de Ensino de História e Educação da UFRGS.



alegrense, composto por um percurso cujos marcos são obras de arte em espaços públicos do Centro Histórico da capital.

A atividade foi realizada com uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental e uma turma do 2º ano do Ensino Médio. As oficinas foram compostas de três momentos: uma discussão inicial em sala de aula para apresentação da proposta da ação educativa, a saída a campo e a discussão final com avaliação da mediação. O objetivo principal da atividade foi problematizar a visão do Rio Grande do Sul e Porto Alegre como um estado e uma cidade que se identificam etnicamente como brancos e descendentes de europeus, colocando em evidência a participação do negro na história da cidade, sua dor e sua resistência.

## **2. A instituição cultural**

O Museu de Percurso do Negro foi idealizado a partir do Programa Monumenta, vinculado ao Ministério da Cultura e ao IPHAN<sup>160</sup>. O programa, em ação desde 2001, tinha como premissa a revitalização do patrimônio material nos centros históricos brasileiros. Diversos municípios em todo o país foram contemplados com verbas para ações de revitalização de marcos arquitetônicos e escultóricos referentes, em maioria, à história e patrimônio de ascendência europeia. O Museu de Percurso do Negro foi um projeto até então inédito no país e, no âmbito do Programa Monumenta no Rio Grande do Sul, foi o primeiro projeto dedicado à revitalização do patrimônio cultural afro-brasileiro.

O percurso é composto por quatro pontos marcados por obras de arte produzidas por artistas plásticos, griôs, babalorixás, historiadores, antropólogos e integrantes do movimento negro. O Tambor, primeira a ser inaugurada, se localiza na Praça Brigadeiro Sampaio, antigo Largo da Forca. A seguir, o museu passa pela Pegada Africana na Praça da Alfândega (antigo Largo das Quitadeiras), o Bará do Mercado, localizado no centro da encruzilhada do Mercado Público Municipal e termina no Painel Afrobrasileiro, obra de arte composta por um mosaico colorido de cacos de cerâmica, localizada no Largo Glênio Peres.

A idealização do Museu foi embasada por uma densa pesquisa histórico-antropológica realizada por Iosvaldyr Bittencourt Júnior (2014), que se valeu do conceito de Territórios Negros Urbanos para abordar os locais da cidade de Porto Alegre que possuem significação histórica e social de luta, resistência e protagonismo da população negra. O conceito de territorialidade negra relacionado ao Museu de Percurso, segundo o antropólogo, se refere aos espaços no entorno da região central de Porto Alegre que entre o início do século XIX e meados do XX foram densamente habitados por famílias e indivíduos negros, uma vez que

os negros ocuparam afirmativamente, em Porto Alegre, o espaço público urbano, contribuindo com seu patrimônio cultural de matriz africana para o desenvolvimento da economia e cultura locais. Eles consolidaram saberes singulares no que diz respeito à linguagem, aos modos de festejar, à religiosidade, à culinária, ao saber em torno dos ervanários; [...] desenharam diferentes aspectos históricos e antropológicos da cultura negra na paisagem urbana, num misto de ações de estratégias de subsistência, de resistência

---

<sup>160</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A territorialidade negra não se limita a espaços de moradia, incluindo também a presença da resistência a partir de lugares de resistência (Largo da Força e Pelourinho), trabalho (Largo da Quitanda, Cais do Porto, Mercado Público), identidade (quilombos, clubes negros, escolas de samba, coretos de carnaval, esquina do Zaire, Painele Afrobrasileiro) e religiosidade (Bará do Mercado, Praia de Ipanema, casas de batuque).

### **3. A problemática da invisibilidade negra**

Numa sondagem inicial os estudantes foram questionados sobre quais as características principais do gaúcho. A maioria das respostas pairou sobre os conceitos de “gaudério”, “chimarrão”, “churrasco” e “fazenda”, e o monumento do Laçador foi o mais lembrado para representar o estereótipo deste indivíduo. Posteriormente, ao serem perguntados sobre elementos que remetem à figura do negro gaúcho, os alunos associaram expressões como “escravo”, “trabalho”, “sofrimento” e “lanceiros negros”, e reconheceram a ausência de monumentos públicos que representem esta categoria. Assim pudemos questionar o imaginário da composição étnica do Rio Grande do Sul e a noção de que o indivíduo negro não está compreendido no tipo ideal de gaúcho.

Os Territórios Negros são invocados, neste aspecto, para se reafirmar a perspectiva de valorização da participação do negro na história gaúcha e da importância da afirmação de sua cultura e identidade para que se preserve a história do povo gaúcho como um todo. Para o autor,

a forte herança europeia do Rio Grande do Sul, os intensos movimentos migratórios, acentuadamente de italianos e alemães, a figura mítica do gaúcho que traz em sua origem o português, o índio e o espanhol, relegaram ao silêncio e ao esquecimento uma herança cultural também negra nesta construção social. (BITENCOURT JÚNIOR, 2010. p.12)

O problema da invisibilidade da participação histórica do negro não se limita ao Estado do Rio Grande do Sul, com seu caráter conhecidamente racista, cujo esforço das classes dominantes tem sido o de apagar do discurso historiográfico oficial a participação indígena e negra. O Brasil, de uma forma geral, ainda que reconheça a participação efetiva do negro em sua composição social e na sua trajetória histórica, ainda reproduz um discurso muito pobre sobre esta realidade, conforme demonstra o trabalho de Marcelo Cunha (2006), que mapeou a representação do negro em museus de temática africana e afro-brasileira no Estado da Bahia e em países da Europa e da África, comparando-as.

A pesquisa de Cunha demonstrou que há um padrão de abordagem sobre temáticas e situações que se repetem em vários museus, ainda que distantes uns dos outros, e que compõem um discurso básico comum dos brancos a respeito das culturas africanas e afro-brasileiras:

A maioria das exposições apresenta culturas afro-brasileiras sem estabelecer vínculos com a África, sem esclarecimento sobre origens de traços culturais nacionais, sobre contribuições históricas do africano para o Brasil. Não há, também, ideia de culturas afro-brasileiras como permeadas de transgressões, continuidades, transformações, adaptações e reinvenções a partir de referências milenares e com fortes tradições e historicidade. O

discurso destas instituições, na maioria das vezes, é baseado na apresentação isolada de encontros, em cenas “congeladas” no tempo e no espaço, como recortes das realidades sem articulação com o processo histórico. (CUNHA, 2006. p. 78)

Evidencia-se assim o problema da invisibilidade histórica do negro nos discursos historiográficos oficiais e a negligência no trato com as representações culturais deste povo em museus. Generalizações como a representação única do negro como escravizado, abordagem de tipos ideais (baiana do acarajé, capoeira, mãe-de-santo) em detrimento das trajetórias individuais, ausência de informações amplas sobre resistência e insurreições são algumas das muitas incongruências perceptíveis nas abordagens museais.

O que se tem percebido e que fica evidente no trabalho de Cunha (2006) é que as representações apresentadas pelos museus de temática cultural africana não dão conta de reproduzir um discurso que honre o passado e a importância histórica do povo negro para a construção do tecido cultural brasileiro e da luta para a construção de sua própria história. Considerando a instituição do museu como espaço de protagonismo educativo e palco onde se produzem e reproduzem discursos sobre dinâmicas sociais e culturais (FLORÊNCIO, 2014), é inegável a responsabilidade das instituições museais ao abordarem o patrimônio cultural africano e afro-brasileiro a fim de quebrar paradigmas e introduzir novas perspectivas.

A questão da invisibilidade da negritude em museus representa apenas uma faceta da desproporcionalidade racista sobre a qual vem sendo construído o sistema de pensamento da nossa sociedade. A história afro-brasileira tem sido negada não só nos museus, mas também no cinema, nas artes, na literatura, na sala de aula, como também ocorre com os povos indígenas, mulheres, LGBTQ's e demais minorias que nas últimas décadas vêm conquistando projeção por meio dos movimentos sociais e reivindicando seu espaço de atuação na sociedade. Atendo-se à questão racial, fica evidente a colonialidade do poder e do discurso centrada na descendência europeia, negligenciando e menosprezando toda cultura que seja distinta desta origem concebida como oficial:

A referência centrada na Europa é também a forma como se organizam os currículos de História na educação superior e na educação básica, o que significa que ainda aprendemos e ensinamos mais Europa e menos América ou África, da mesma forma que permanecemos, em geral, tratando da América e da África com uma perspectiva eurocêntrica. Por outro lado, é preciso ressaltar que estamos vivendo um momento de esforço no sentido de trazer as histórias e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras para o cenário de nossas explicações e para nossas aulas de história. (GIL e MEINERZ, 2017. p. 21, 22.)

O movimento da Educação para as Relações Étnico-Raciais teve como marco legal a Lei 11.645/2008, que instituiu a obrigatoriedade da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. A exigência legal foi estabelecida em resposta aos movimentos sociais e discussões acadêmicas na área da educação, em especial nas áreas de Ciências Humanas.

Educar sob uma perspectiva decolonial, entretanto, não é uma tarefa fácil, haja vista que todo o sistema educacional, inclusive na formação de professores, está estruturado sobre a colonialidade do poder e subalternização do negro e do indígena. Na última década temos assistido a emergência de novas discussões, reformas de

currículos universitários e problematizações em salas de aula da educação básica, mas educar para as relações étnico-raciais exige um questionamento de toda a estrutura de pensamento sobre a qual fomos educados:

Pensar a radicalidade da colonialidade do poder, do saber, do ser é desconstruir as propostas pedagógicas eurocentradas ou pelo menos mostrar suas fragilidades para desconstruir o racismo, o preconceito e a discriminação. Advém daí a necessidade de se construir propostas e currículos outros, nos quais essas populações sejam contempladas em suas dimensões históricas, culturais, políticas, sociais e afetivas. (PAIM, 2018. p. 102)

É preciso tomar cuidado, portanto, para se produzir um discurso que contemple a história e a cultura afro-brasileira sem tomar como ponto de partida o prisma eurocêntrico a fim de não atender meramente a uma exigência legal, mas inovar o trabalho pedagógico a partir de uma abordagem decolonial do saber.

Por fim, os temas norteadores da territorialidade negra urbana e da Educação para Relações Étnico-Raciais se interseccionam no artigo de Gabriel Gonzaga (2015), que faz uma leitura do projeto Territórios Negros: Afro-brasileiros em Porto Alegre, ação de educação patrimonial operada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e que esteve ativa entre os anos de 2008 e 2013. O projeto consistia de um ônibus que percorria os territórios negros na região central da capital com monitores que mediavam o percurso, atendendo principalmente estudantes da educação básica. Gonzaga propõe, a partir de sua experiência como mediador, o conceito de “tempo da diáspora” como ferramenta conceitual para dar sentido ao passado que se apresenta no percurso:

As continuidades da lógica racista-colonial são levantadas, um passado de dor e de sofrimento é desenterrado a partir do trauma e, por fim, este passado invade o presente, interrompe sua eterna transição e ganha o status de um problema – um passado que não passa. O passado que não passa é a ferramenta política pelo qual a eterna transição em uma experiência cultural colonial é interrompida e o presente é retomado para que o futuro só possa acontecer quando uma verdadeira democratização acompanhar as políticas públicas movidas pela diversidade. O futuro é cancelado até que a descolonização seja concluída. O passado paira no presente como um fantasma em casas mal-assombradas. Não é possível dormir, muito menos ignorar os sujeitos que quebram as janelas da fortaleza racial. Invadem suas fronteiras e acuam a branquitude, que reage com o tom agressivo e desesperador. O passado que não passa é a arma pelo qual os negros puderam impor uma política antirracista (de descolonização) no presente. (GONZAGA, 2015. p. 65)

O tempo da diáspora, nesse sentido, adquire status de um tempo distinto do convencional, um passado que não passa, que assombra o presente e cujas marcas podem ser sentidas. A partir dessa chave interpretativa evidenciamos que o tempo colonial não é o mesmo tempo da diáspora; as feridas deste passado seguem abertas e o contato com este patrimônio vivo nas ruas da cidade de Porto Alegre clama pela sua problematização e sua releitura, para que se modifique, para que cessem seus efeitos de dor, sofrimento e esquecimento. Semelhante perspectiva tentou-se aplicar na mediação do Museu de Percurso do Negro.

#### **4. A instituição de estágio**

O Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha, ou Instituto de Educação, como foi seu nome oficial durante muito tempo, é uma escola estadual mantida pela 1ª Coordenadoria Regional da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS). Seu prédio sede original está situado no coração do bairro Bom Fim, em Porto Alegre, entre o Parque Farroupilha e o Campus Centro da UFRGS. O edifício opoente, de arquitetura neoclássica, demonstra o peso histórico que a instituição carrega.

Fundada em 1869, a então denominada Escola Normal da Província de São Pedro foi por décadas a única instituição da província que oferecia a formação em Curso Normal, observado um contexto histórico em que se começava a valorizar a formação profissional específica como requisito para o exercício do magistério. Por ser uma escola normalista, desde 1959 o Instituto de Educação conta com duas escolas de aplicação onde as estudantes realizavam seus estágios de docência.

Em 1978 a instituição foi reestruturada, passando a oferecer 1o e 2o graus (atualmente Ensinos Fundamental e Médio) e transformando-se em uma escola de educação básica regular. Até 2014 o Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha contava com o prédio sede na Avenida Oswaldo Aranha (bairro Bom Fim), onde funcionavam o setor administrativo central da escola e os cursos de Ensino Fundamental II (5o ao 9o ano), Ensino Médio e Curso Normal (inclusive modalidade Aproveitamento de Estudos), além do Centro de Línguas Estrangeiras, departamento que já contou com certa autonomia para atender a comunidade geral, porém subordinado à estrutura pedagógico-administrativa da escola. A unidade de Educação Infantil e a creche interna - que atende a estudantes e servidores em exercício na escola - funcionava nos fundos do prédio sede (Avenida Setembrina) e o Ensino Fundamental I (1o ao 4o ano), na unidade anexa Escola Professora Dinah Néri Pereira (Avenida José Bonifácio, bairro Farroupilha).

Em 2014 o prédio sede histórico precisou ser desocupado para restauração, mas tão logo a mudança ocorreu a obra foi embargada pelo processo licitatório. A escola ocupa desde então o prédio da antiga Escola Roque Callage, na Rua Cabral, e as turmas noturnas foram remanejadas para o colégio Rio Branco, na Avenida Protásio Alves, ambas no bairro Rio Branco. A educação infantil, por sua vez, segue operando na Rua Felipe de Oliveira, bairro Santa Cecília.

Desde a mudança de local físico a comunidade escolar da mais antiga escola do estado, desmembrada em diversos prédios emprestados, luta para retornar à sua sede original, mas sofre com o abandono e se obriga a assistir o edifício histórico ruir perante o descaso do poder público. Frequentam atualmente todo o complexo escolar aproximadamente 1000 estudantes e 150 servidores (entre professores e técnico-administrativos).

## **5. A atividade pedagógica**

A introdução da ação educativa foi em sala de aula, com a apresentação da proposta pedagógica. Os estudantes foram informados sobre o objetivo do estágio e a proposta de abordagem do ensino de História através da educação patrimonial. Na ocasião, os educandos foram questionados sobre o que entendiam como “patrimônio”, e as respostas se concentraram em torno da ideia de “prédios antigos” e “monumentos públicos”. A partir daí, foi possível discutir o patrimônio como qualquer elemento

importante para a identidade histórica e cultural de um grupo, seja um bem material ou imaterial, saberes, ofícios, modos de ser, viver e de se expressar.

Utilizamos como analogia, neste ponto, o antigo prédio sede do Instituto de Educação, tombado pelo IPHAE<sup>161</sup>, que se encontra fechado para uma infundável reforma. A maioria dos estudantes, principalmente os do Ensino Médio, por serem mais velhos, havia frequentado aquele prédio quando ainda estava em funcionamento. Assim, questionamos a importância do sentido histórico do edifício fundado em 1869 e da primeira escola normalista do Estado que lá funcionou durante quase 150 anos. O velho prédio do Instituto de Educação não é um museu, mas é um patrimônio porque tem significado histórico. Assim, nem sempre quando se fala em patrimônio estamos nos referindo a um museu, embora todo museu direta ou indiretamente se refira a um patrimônio, seja histórico, artístico, científico ou cultural.

No âmbito da discussão sobre a instituição museu, questionei os estudantes a respeito dos museus que já haviam visitado. As instituições mais lembradas foram o Museu Julio de Castilhos e o MCTC/ PUCRS<sup>162</sup>, este por sua vez sempre identificado pelos estudantes com a frase digna de nota “é um museu, mas é um museu diferente”. A partir dessas respostas, foi possível problematizar a concepção da instituição museu como um edifício cheio de objetos antigos onde não se pode rir, falar alto, tirar fotos nem interagir com o acervo. A discussão culminou no esclarecimento de que existem muitos tipos de museus: históricos, como o Julio de Castilhos; artísticos, como o MARGS<sup>163</sup>; e científicos, caso do MCTC/ PUCRS; além de memoriais e espaços de cultura que podem também ser entendidos como instituições museais.

Durante a saída a campo, a discussão foi mais qualificada porque os estudantes já haviam sido apresentados à proposta do museu de Percorso do Negro e às obras de arte que o compõem em sala de aula. O Tambor, primeiro ponto do Museu, despertou interesse por ser apresentado como “o celular do povo negro do século XVIII”, pelo papel que tinha na comunicação da comunidade de determinados acontecimentos pelos diferentes ritmos de seu toque. A atenção dos estudantes foi aguçada também pelo fato de a cor amarela do tambor ter sido determinada pela própria divindade Oxum, em sua homenagem.

“Como os orixás podem comunicar aos humanos sua vontade?” Esta pergunta gerou um fértil debate sobre o papel do tambor nas culturas de matriz africana, inclusive no Batuque e na capoeira, em que o ritmo do tambor abre portais e propicia a comunicação dos vivos com as divindades e com níveis individuais de consciência que estejam adormecidos. Por fim, a possibilidade de interagir com o tambor (a obra foi projetada para produzir som ao ser tamborilada) quebrou o tabu do museu tradicional, pois os visitantes podem manipular o objeto e o som do tambor, produto desta interação, adquire um significado de memória às vidas que foram tiradas naquele local histórico: o antigo Largo da Forca.

A Pegada Africana na Praça da Alfândega, antigo Largo das Quitandeiras, é um gatilho para a discussão da presença africana na cidade. Ao serem questionados sobre o significado da pegada, os estudantes identificaram como um elemento que simboliza o rastro, o “nós estivemos aqui”. Ao serem informados de que o local no

---

<sup>161</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual.

<sup>162</sup> Museu de Ciência e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>163</sup> Museu de Arte do Rio Grande do Sul.

século XVIII era a principal porta de acesso à cidade devido ao porto e ao trapiche que ali se localizava, chamou-se atenção para o intenso fluxo de negros cativos e libertos que circulavam no local, além da figura dos escravos de ganho<sup>164</sup>.

A partir da apresentação dos diversos status jurídicos que um negro poderia ter no contexto colonial, a lógica limitada de se conceber o negro da Porto Alegre do antigo regime unicamente como “escravizado” foi rompida, evidenciando a complexidade de situações socioeconômicas que ser negro poderia representar à época. Sobre as quitadeiras, a maioria dos alunos se mostrou surpreso ao perceber o papel de protagonismo das mulheres negras ao trabalharem para produzir certo pecúlio e assim garantir a compra da alforria dos filhos e dos companheiros, abrindo precedente para uma pequena discussão sobre a diferença do feminismo das mulheres brancas, que se projeta nas décadas de 50 e 60 do século XX, e o feminismo negro, com suas peculiaridades devido a trajetórias históricas distintas.

No Bará do Mercado os educandos foram apresentados ao local de culto de uma divindade muito simbólica para a religiosidade afro-gaúcha: o orixá Bará. A experiência de fazer uma aula no meio do dinâmico Mercado Público de Porto Alegre traduziu muito bem o significado do assentamento deste orixá, que representa a energia de movimento do comércio, do dinheiro e do alimento naquele local. O Mercado Público é farto em alimentos e movimento de mercadorias, serviços e informações. Neste ponto pudemos explicitar a diversidade de religiões de matriz africana que existem no Brasil, para além do Batuque do Rio Grande do Sul, como o Candomblé da Bahia, Umbanda, Quimbanda, Xangô e assim por diante.

Durante a mediação, transeuntes paravam para ouvir, alguns atiravam moedas ao centro do assentamento, assim como rapidamente outros recolhiam o dinheiro oferecido; foi explicado que essa é a dinâmica do fundamento religioso das moedas: a troca e circulação. Ao final da discussão, os alunos interagiram com o assentamento oferecendo moedas ao Bará com seus pedidos de fartura e prosperidade, se retirando sem olhar para trás e sem retornar pelo mesmo caminho por onde chegaram, como reza o preceito batuqueiro.

Por fim, no Largo Glênio Peres, os educandos foram apresentados ao Painel Afrobrasileiro, quadro construído com mosaico de cacos de cerâmica, nas cores do pan-africanismo, reproduzindo figuras e elementos que remetem à cultura afro-brasileira. Os estudantes admitiram nunca terem percebido a presença da obra naquele espaço, mesmo com seu tamanho e evidência. Outro aspecto importante foi sua observação de que as cores verde, amarelo, vermelho e preto presentes na obra e que representam o pan-africanismo são as mesmas das populares “pulseirinhas do reggae”, moda entre os adolescentes. A situação oportunizou evidenciar os movimentos políticos de união dos povos africanos e de afirmação de sua importância para a construção histórica de países em outros continentes, como é o caso do Brasil.

A atividade foi encerrada com o questionamento aos estudantes se podiam lembrar-se de outras obras de arte e monumentos em espaços públicos que remetiam à cultura afro-brasileira. O seu silêncio demonstrou a invisibilidade do negro na representação patrimonial da cidade. Ainda que pudéssemos mencionar o

---

<sup>164</sup> Escravizados que eram liberados por seus senhores para exercer uma profissão mediante pagamento de uma grande percentagem da renda auferida ao senhorio.

monumento a Zumbi dos Palmares no Largo dos Açorianos e o Monumento à Mãe Oxum, na Praia de Ipanema, admitindo que ainda assim há uma lacuna muito significativa de referências culturais deste povo em espaços públicos de Porto Alegre e do Brasil como um todo.

Retornando à sala de aula, a discussão com os alunos teve como eixo norteador a visão que tiveram do museu e quais os impactos desta ação educativa na sua percepção sobre a presença do povo negro no Centro de Porto Alegre. Através de fichas de avaliação, os participantes foram convidados a apresentar o museu a um amigo que viria visitar a cidade, com suas próprias palavras, ressaltando sua importância histórica.

Apareceram muitas apresentações do Museu de Percurso do Negro como “um museu diferente”, e “um museu de rua”, além de observações como “o museu mostra a história esquecida do povo negro” e “precisamos prestar mais atenção à nossa história”. Retomando o questionamento inicial sobre as visões estereotipadas de gaúcho e de negro, foi possível chegar à conclusão de que a história negra não é contada, se mantém esquecida e silenciada, e que ações como esta que buscam evidenciar esta história fogem ao padrão seguido no currículo escolar.

Outra questão que ficou evidente foram os monumentos presentes no centro das Praças Brigadeiro Sampaio da Alfândega: exuberantes e centrais, homenageiam homens brancos por atos de heroísmo em honra aos seus grandes nomes; os monumentos do Percurso do Negro, por sua vez, tinham uma visibilidade muito menor e, no caso da Pegada Africana que é um mosaico na calçada da praça, muitos transeuntes pisam em cima do monumento sem ao menos perceber sua presença ou seu significado. Ao serem questionados sobre a diferença da visibilidade entre os monumentos, muitos estudantes chamaram atenção para a questão racial, indicando que os monumentos mais imponentes normalmente se referem aos homens brancos, heróis da pátria. Esta observação foi acentuada pelo comentário de uma aluna ao comparar o monumento central da Praça da Alfândega com a Pegada Africana: “essa mania de grandeza é bem coisa de branco”. Esta frase traduz a ciência dos estudantes de que há uma diferença clara nas manifestações patrimoniais em espaços públicos da cidade quando os monumentos fazem referência à história branca/europeia, com uma necessidade de demonstrar grandeza heroísmo, e quando fazem referência à cultura afro-brasileira, mais singelos e menos visíveis.

## **6. Considerações finais**

A partir desta ação educativa pudemos questionar os conceitos pré-estabelecidos de museu e introduzir concepções mais recentes sobre patrimônio, indicando a ampliação do conceito e a admissão do caráter material e imaterial do mesmo, desconstruindo junto com os estudantes os paradigmas tradicionais da história das elites. O Museu de Percurso no Negro, neste aspecto, cumpriu um papel importante de surpreender os alunos com a oportunidade de visitar um museu interativo e que não possui sede física própria, um museu que se baseia num ideal, constituído por manifestações artísticas em espaços públicos da cidade e repleto de significados; um museu diferente.



Os estudantes puderam ir para as ruas, vivenciar os territórios negros, perceber as mudanças na paisagem e o apagamento dos vestígios deste passado que não passou. Sua inquietação é demonstrada na sua participação ativa, seus comentários provocadores e nos instrumentos de avaliação aplicados. O objetivo de qualquer museu é o de provocar a zona de conforto, questionar a sensação de normalidade, despertar o olhar questionador sobre as dinâmicas históricas e sociais que representa.

Através de monumentos idealizados e produzidos pelo povo negro e seus movimentos sociais é que se evidencia este passado, torna-se visível esta luta e se dá significado às demandas sociais negras do presente. Assim, o objetivo de provocar um olhar questionador sobre a presença do negro na história local de Porto Alegre e sobre sua (in) visibilidade histórica foi cumprido, ainda que não tenha sido esgotado. A intenção foi, de fato, deixar em aberto a questão do racismo e das relações étnico-raciais no discurso em sala de aula, por ser uma etapa que segue em aberto nas dinâmicas sociais.

Foi possível, portanto, romper com a abordagem colonial da história afro-brasileira, propondo uma atividade diferente do que usualmente ocorre nas salas de aula, e que deu conta de uma abordagem mais adequada da história e cultura afro-brasileira. São pequenos passos em direção à decolonização dos saberes e do currículo, que juntos acabam construindo um caminho rumo ao futuro que desejamos: menos racista e, por conseguinte, mais justo, igualitário e plural.

#### **Referências:**

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Os percursos do negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In: Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. Editora Porto Alegre, 2010.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Teatro de memórias, palco de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

ESCOBAR, Giane Vargas. Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; MEINERZ, Carla Beatriz. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. Revista Horizontes, v. 35, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2017.

GONZAGA, Gabriel. Territórios negros, patrimônio, diáspora e tempo. Revista História e Diversidade, Cáceres, v.7, n.2, p.54-72, 2015.

PAIM, Elison Antonio. Para além das leis: o ensino de culturas e histórias africanas, afrodescendentes e indígenas como decolonização do ensino de história. In: MOLINA, Ana Heloisa; FERREIRA, Carlos (Orgs.) Por textos e contextos: os caminhos do ensino de História. Revista Pedagógica, v.20, n.45, p. 90-112, 2018.

## OS NECROLÓGICOS: PERIÓDICOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX.<sup>165</sup>

Liana Nadine Gonzalez Piñeiro<sup>166</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é compreender a representação dos discursos pós-morte nos jornais publicados pela imprensa na primeira metade do século XX, problematizando as práticas sociais e culturais diante da morte naquele período. Utilizando uma metodologia interpretativa e descritiva, baseada nos conceitos de Clifford Geertz (1973), serão analisados necrológicos de indivíduos que pertenciam ao Partido Republicano e à elite política da cidade de Jaguarão/RS, percebendo, dessa forma o discurso social, cultural e político implicado nas publicações e homenagens fúnebres.

**Palavras-chaves:** Necrológicos, Periódicos, Imprensa.

### INTRODUÇÃO

Sabemos que todos nós um dia iremos morrer, aliás, diz-se que a única certeza que temos nesta vida, é que um dia morreremos. Mas existem diversas formas de morrer, e estas estão condicionadas às realidades do grupo cultural, social e religioso ao qual pertence o indivíduo. Nesta análise de fontes, realizamos um estudo sobre os necrológicos de periódicos do início do século XX. *Para isto*, selecionamos alguns textos necrológicos dos jornais *A Federação: Orgam do partido Republicano do Rio Grande do Sul*, encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e também os jornais *A Situação*, e outros jornais encontrados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Este tipo de documentação foi uma excelente fonte de pesquisas, pois contém diversas informações sobre tais indivíduos, como data de nascimento, data de falecimento, filiação e parentescos, nome da esposa e filhos, atividade profissional, grau de instrução, e até mesmo, sobre sua investidura política. Contudo, a coleta de informações nestes necrológicos deve ser feita com certo cuidado, pois a imprensa possui uma carga simbólica e ideológica de determinado grupo e de determinado tempo (NORONHA, 2012), permitindo vislumbrar as práticas sociais, culturais, religiosas e políticas do período estudado. Todavia, não podemos deixar de levar em conta o grupo social e político à que pertencem os indivíduos selecionados, tendo em vista o objetivo de compreender as práticas e representações da imprensa nas homenagens, assim como as reflexões sobre a morte destes indivíduos.

A seleção dos indivíduos, foi a partir das atas do Clube Republicano de Jaguarão de 1882 a 1890, foram selecionados alguns personagens pertencentes ao

---

<sup>165</sup> Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior que foi feita durante minha formação de Licenciatura em História e tornou-se um trabalho de conclusão de curso intitulado, *“Arte e Discurso do Cemitério das Irmandades de Jaguarão, nas Primeiras Décadas da República”* (2018). Foram inclusas agora novas investigações.

<sup>166</sup>Licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa (2019) e Pós-Graduada em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Auditiva (2020). E-mail: lilipineiromachado@gmail.com

clube e que tiveram papéis políticos na cidade, alguns que chegaram a ser intendentess da cidade de Jaguarão e um até mesmo presidente da província. Para a análise de seus necrológios e notas fúnebres, os indivíduos que foram selecionados, são Carlos Barbosa Gonçalves, Augusto Cezar de Leivas, Zeferino Lopez de Moura, Gabriel Gonçalves da Silva e Pedro Frederico Rache.

Através deste trabalho foi possível analisar a representação dos discursos pós-morte nos necrológios e notas fúnebres contido nos jornais, publicados pela imprensa, para assim entender as práticas sociais e culturais diante da morte nesse período. Como já foi dito, os necrológios que serão analisados pertencem a indivíduos que integravam o Partido Republicano Jaguarenses e a elite política da cidade, dessa forma, o discurso social, cultural e político pode ser percebido através dos discursos e homenagens fúnebres, com considerável carga simbólica.

Este trabalho tem uma perspectiva da história social e cultural, com uma análise voltada para as representações e práticas de discursos pós-morte inserida nos necrológios e homenagens pós morte publicadas nos jornais. A metodologia utilizada faz um detalhamento descritivo e interpretativo das práticas sociais e culturais do período estudado, utilizando os conceitos de etnografia de Clifford Geertz (1973), levando também em conta, o período histórico e o grupo social e político que pertencem os indivíduos selecionados. Baseamo-nos, então, nos vestígios deixados pela imprensa jornalística nos necrológios e homenagens fúnebres, com o objetivo de entender as práticas e representações da imprensa nas homenagens, assim como as reflexões sobre a morte destes indivíduos no período estudado.

Os necrológios, na maioria das vezes, são publicados pela imprensa no dia seguinte da morte do indivíduo. Segundo o dicionário Luft<sup>167</sup>, o necrológio consiste em um elogio oral ou escrito sobre pessoas falecidas ou uma relação de mortos publicada em jornal. É perceptível que o formato da publicação é proporcional à importância do personagem para a sociedade da época, pois alguns são publicados em pequenos quadros, apenas avisando sobre a morte, outros, intermediários, trazem informações sobre a realização da missa, cortejo fúnebre e local onde seria realizado o sepultamento, enquanto os maiores eram destinados à pessoas detentoras de um maior acúmulo de capital simbólico que o indivíduo tenha carregado durante sua trajetória de vida, estes contendo uma pequena biografia do falecido. Em alguns casos, o jornal publicava também homenagens alguns dias após a morte, após os sete dias, trinta dias ou em aniversários de morte. Estes textos de homenagem evocam a memória do falecido, e as dedicatórias reforçavam a importância do indivíduo para cidade ou para o estado.

## **NECROLÓGIO CARLOS BARBOSA GONÇALVES**

Carlos Barbosa foi uma liderança política local e um dos fundadores do Clube Republicano em Jaguarão, teve uma grande trajetória política na cidade, atuando como chefe do Partido Republicano local. Barbosa chegou a ser presidente<sup>168</sup> do estado durante os anos de 1908 e 1912, sendo o único a adentrar o conhecido governo castilhistaborgista. Nascido na cidade de Pelotas, no dia 8 de abril de 1851, veio ainda bem jovem para a cidade de Jaguarão. Barbosa era filho de Antônio

---

<sup>167</sup> Luft, Celso Pedro 1921- Minidicionário Luft/ colaboradores: Francisco de Assis Barbosa, Manuel da Cunha Pereira; organização e supervisão Lya Luft. São Paulo: Ática, 2000.

<sup>168</sup> Aviso do falecimento do ex-presidente Carlos Barbosa, falecido aos 82 anos. No Jornal O Combate (MA) Ano 1933\Edição 02354. Pg. 4. Disponível: Hemeroteca Digital.

Gonçalves da Silva e de Maria da Conceição Barbosa Gonçalves, e sobrinho-neto do “herói” republicano Bento Gonçalves da Silva. Barbosa faleceu em Jaguarão e foi enterrado no Cemitério das Irmandades, no dia 23 de setembro de 1933 com 82 anos, já vinha há alguns anos afastado da política por motivos de saúde.

Seu necrológio foi publicado dois dias após a sua morte (25 de setembro de 1933), no jornal *A Federação: O Orgam do partido Republicano do (RS)*, pois, de acordo com a nota do jornal, quando foi recebido o telegrama de aviso de sua morte, já havia se encerrado o expediente de trabalho daquele dia.<sup>169</sup>

O necrológio de Carlos Barbosa não é uma biografia de sua vida como médico, ou a descrição de sua trajetória familiar, mas sim uma homenagem à sua atuação política local e no Estado. Demonstra também na escrita, ao refletir sobre a morte, um discurso de luto e tristeza, ao mesmo tempo que possui um toque de romantismo. Logo no início, o texto escrito demonstra a dificuldade de notificar a dolorosa notícia da morte de Carlos Barbosa Gonçalves. O discurso sobre sua trajetória política é adornado com muitos adjetivos, que homenageiam a memória do indivíduo republicano que acabara de falecer. Os adjetivos são utilizados desde o início quando é dado o aviso “faleceu inesperadamente o venerável e benemérito (...)”, trazendo um sentido de reverência e respeito através da palavra “venerável”, e “benemérito”, significando aquele que é digno de honras, homenagens, aplausos, pois contribuiu com serviços em benefício de uma causa. Outros adjetivos utilizados no decorrer do texto referem-se à sua carreira política como “brilhante e fecunda” e “sem um momento de vacilação”, “tenacidade” e “figura mais ilustre da política local”, palavras que expressam a pompa e qualidades particulares de perseverança e sacrifício.

Sabemos que a imprensa jornalística era passível de diversos usos, além do partidário e publicitário, também atendia às necessidades do cotidiano dos indivíduos, informando a população de chegadas e saídas de embarcações, anúncios de eventos, e era usada até mesmo como instrumento pedagógico, onde eram publicadas regras de etiqueta para a população. Além disso, havia notícias sobre enfermos, avisando sobre seu estado de saúde. Há também, no caso do Carlos Barbosa, homenagens no jornal local *A Situação*, que foram publicadas durante todo o mês posterior à sua morte, além de biografias suas em primeira página e em página inteira, elogiando-o como cidadão e político. Constam, ainda, publicações de agradecimento da família de Carlos Barbosa aos que acompanharam o sepultamento, enviaram flores e expressões de pesar, transmitidas por cartões e telegramas.<sup>170</sup>

## **NECROLÓGIO DE ZEFERINO LOPEZ DE MOURA**

Zeferino nasceu na cidade de Herval no dia 26 de agosto de 1856, e faleceu na cidade de Jaguarão dia 17 de setembro de 1929 com 73 anos. Dono de uma trajetória política marcante, pertencia ao Clube Republicano e mantinha contato com o presidente do estado Borges de Medeiros, representando a minoria/dissidência do partido em Jaguarão. Era proprietário de grandes frações de terras em Jaguarão,

---

<sup>169</sup> Homenagem falecimento Dr. Carlos Barbosa Jornal *A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS)*- Ano 1933\ Edição 00222(1) pg.3. Disponível: Hemeroteca Digital.

<sup>170</sup> Jornal estadual “A federação: Orgam do Partido Republicano (RS)”, de 13 de abril de 1933. P. 1. Disponível: Hemeroteca Digital.

Herval e outras localidades. Seu necrológio foi publicado no jornal local *A Situação*, em setembro de 1929, o qual saiu como uma nota de aviso do falecimento do “digno conterrâneo, o velho republicano Sr. Cel. Zeferino Lopez de Moura”. O texto inicia falando de sua influência política em Herval e discorre sobre o “pesar causado na cidade, apesar de que todos soubessem do estado de saúde gravíssimo em que se encontrava”. Neste necrológio, também há informações sobre a cerimônia de sepultamento, além do nome das filhas, que encomendaram os serviços fúnebres. Ao finalizar, o jornal transmite os sentimentos e pêsames aos familiares.

Outro necrológio de Zeferino foi encontrado no jornal *Mensageiro Católico*, de 1929, um mês após a sua morte. O texto inicia com a seguinte frase: “18 do mês passado faleceu com todos os confortos religiosos o Sr. Zeferino Lopez de Moura”. Neste necrológio, não há homenagens ao indivíduo, nem uma biografia de sua vida social ou política, mas relatam como foram pomposas as práticas velatórias, “proporcionando-lhe todos os sufrágios possíveis, mandando rezar um terço na câmara mortuária”, sendo contratado o acompanhamento da residência até a igreja onde sucedeu a missa de corpo presente e também o acompanhamento da igreja ao Cemitério das Irmandades. O jornal enfatiza no final do texto que estes são atos edificantes e consoladores que devem ser imitados “pois é assim que a família deve socorrer seus queridos entes na tremenda passagem à eternidade”, e finaliza prestando singelas condolências à enlutada família.<sup>171</sup>

### NECROLÓGIO DE AUGUSTO CEZAR DE LEIVAS

Augusto Cesar de Leivas, respeitado pela sociedade e conhecido como humanitário<sup>172</sup>, nasceu em Jaguarão, no dia 16 de abril no ano de 1854. Filho de Pretextato Leivas e Felisbina d’ Avila Leivas. Teve quatro irmãos Antero, Laudecena, Amália e Irineu. Augusto Leivas foi casado duas vezes: seu primeiro casamento foi com Maria Elisa, com quem não teve filhos legítimos, mas adotou sua sobrinha caçula Maria José Leivas, filha de seu irmão que acabara de ficar viúvo; e o segundo casamento foi com Eponina Soares Leivas.

Leivas integrou e idealizou o Clube Republicano, junto com Carlos Barbosa e Manoel de Deus Dias. Exerceu o cargo de secretário do Partido Republicano e fez parte da primeira comissão da Câmara Municipal de Jaguarão. Desempenhou, também, papel de importante relevo no cenário comercial da cidade como também do estado, junto com seus sócios Pedro Frederico Rache e barão Gabriel de Tavares Leite. Chegou a ser eleito a presidente da associação comercial de Jaguarão.<sup>173</sup>

Foi criador da *Associação protetora dos desvalidos*, “o lar de meninas” ou asilo de órfãs chamado “Felisbina Leivas”<sup>174</sup>, em homenagem a sua mãe. Augusto Cesar Leivas era detentor de grandes propriedades e fazia parte da elite jaguareense, este faleceu com 72 anos, no dia 22 de julho de 1926, na cidade de Rio Grande, mas seus restos mortais foram transferidos em 1939 para o Cemitério das Irmandades, na cidade de Jaguarão.

---

171 Jornal local de Jaguarão “A Situação” de 17 de setembro de 1929. Disponível: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

172 Informações retiradas do jornal “O Momento (RS)- 1933 a 1950” e do jornal “A Federação: Organ do Partido Republicano (RS) 1884 A 1937”. Disponível na página da Hemeroteca Digital.

173 Jornal A federação: Organ do Partido Republicano(RS). Ano 1891\edição 00005(1). Pg. 2.

174 Jornal O Momento (RS). Ano 1936\Edição 00195 (1). Pg. 3. Disponível: Hemeroteca digital.

No Jornal A Federação, na coluna de notícias sobre Jaguarão encontra-se um pequeno aviso sobre o falecimento do Coronel Augusto Cesar Leivas<sup>175</sup>. Mas o necrológio de Augusto Cezar de Leivas que foi encontrado no arquivo do Instituto Histórico de Jaguarão. Trata-se de várias folhas do jornal *Rio Grande*, o qual veicula um longo texto, contando onde e como foi sua morte, logo após uma pequena biografia sobre sua vida familiar e comercial, trazendo informações sobre a luxuosa cerimônia de sepultamento. O jornal fala com “apreço, estima e consideração” a respeito do indivíduo e demonstra grande pesar ao ter que passar a notícia dolorosa do falecimento deste “distinto cavalheiro” e utiliza diversos adjetivos e qualidades exaltando-o como “figura de grande relevo”, “dedicado amigo” e “coração sempre voltado para o bem”.<sup>176</sup>

### NECROLÓGIO DE PEDRO FREDERICO RACHE

Pedro Frederico Rache, nascido em 1853 na cidade de Jaguarão, Filho de Silvestre Rache e Maria Rache, foi casado duas vezes. O primeiro casamento, com Belominda Lopes Rache, e o segundo casamento com Elvira Rodrigues de Faria Rache. Rache era um dos grandes comerciantes da cidade, sócio da empresa “Leivas e companhia”, e da “Rache, leite e companhia” e também empreendedor na “Charqueada União”. Tinha uma linha fluvial e lacustre, que compreendia as cidades de Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Pelotas e Rio Grande. Em sua vida política, fez parte do partido republicano de Jaguarão desde sua Ata de fundação, chegou a ser intendente<sup>177</sup> Municipal e teve o cargo de “mordomo”<sup>178</sup> na Santa Casa de Caridade, fez parte da “Associação protetora dos desvalidos”, que prestava auxílio a pessoas menos desfavorecidas financeiramente, idealizada por Augusto Cezar Leivas.

Rache faleceu em 16 de Janeiro de 1931, aos 78 anos e foi sepultado no Cemitério das Irmandades. Um dia após a morte de Pedro Frederico Rache, o jornal *A Situação* publicou a triste notícia de seu falecimento. O jornal expressa a infelicidade de todos que tomaram conhecimento, foram à casa do falecido e prestaram suas condolências à viúva. Além disso, o jornal enfatiza também o sofrer da “Sociedade Jaguareense” e do “Partido Republicano”, por ter perdido um de seus mais fiéis servidores. Logo após, continua a homenagem falando sobre as qualidades de cidadão do falecido, um exemplar íntegro e ímpoluto, dando a entender que teve uma vida social e política pura e sem manchas, pautada em “uma bondade infinita”, sendo “exemplo de cidadão e chefe de família”. Outros elogios sobre o triunfo comercial e político, com palavras como “laborioso” dando a entender que era esforçado para o trabalho, “enfibratura de aço” significando firmeza de caráter e de uma bondade infinita, afirmando que trabalhou desde moço e conquistou o que tinha por seu próprio mérito.

O texto ressalta a sua trajetória política, mostrando que em toda sua vida foi um republicano convicto e exaltado, tendo trabalhado em prol da República ainda antes de sua proclamação. Além disso, não são deixadas de fora as qualidades

---

175 Jornal A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). Ano 1926\Edição 00167(1). Pg. 6. Disponível: Hemeroteca Digital.

176 Jornal “Rio Grande” de 21 de julho de 1926. Disponível: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

177 Jornal A federação: Orgam do Partido Republicano. 1917\Edição 00060(1). Pg. 4. Disponível: Hemeroteca Digital.

178 Administrador dos bens de uma Irmandade.

imemoráveis, de quando atuou como presidente do Conselho Municipal, intendente do município, venerável honra da Loja Maçônica Luz Transatlântica, e também como benemérito de várias instituições de beneficência, “sempre pronto para fazer o bem”. Os elogios do jornal seguem, ressaltando que em seu túmulo, deveriam ser escritas as palavras: “viveu uma vida de trabalho, fazendo o bem a humanidade. Seguí seu exemplo!”. 179

O necrológio de Pedro Frederico Rache, finaliza apresentando algumas informações sobre os procedimentos e organização da cerimônia de sepultamento, que foi realizada com muita pompa, na Loja Maçônica Luz Transatlântica, onde foram prestadas as últimas homenagens e um “magnífico discurso” público em louvor ao indivíduo.

## NECROLÓGIO DE GABRIEL GONÇALVES DA SILVA

Gabriel Gonçalves da Silva, nascido no dia 25 de junho de 1867, foi casado com Celínea Marques da Silva. Gabriel era sobrinho-neto de Bento Gonçalves da Silva e primo de Carlos Barbosa. O Coronel Gabriel Gonçalves da Silva, foi um dos grandes charqueadores do município e foi comandante da revolução na ocasião do afastamento de Coronel Manuel de Deus Dias quando este se juntou ao corpo Prates de Castilhos. E foi presidente da Associação protetora dos desvalidos. O nome de Gabriel não consta na primeira ata do Clube Republicano, mas de acordo com SOARES (2010), este participou dos primeiros movimentos da formação local do Partido Republicano, foi intendente local e chefe do Partido Republicano quando Carlos Barbosa se afastou para ocupar o cargo de presidente do estado, exercendo influência por muitos anos. Silva veio a falecer no dia 27 de março de 1959, com 92 anos.

A nota de falecimento de Gabriel Gonçalves da Silva, publicado no *Jornal do Dia* (RS)180 de 1959, demonstra pesar em passar a triste notícia sobre sua morte. O necrológio inicia homenageando-o com vários adjetivos e frases como “ilustre”, “ocupava posição de maior relevo”, “digno cidadão” e “chefe de família”. Enfatizava, também, sua atuação como “filantropo” (aquele que pratica ações humanitárias), principalmente à frente do benemérito “Asilo de Órfãs: Felisbina Leivas”, durante muitos anos. Ainda, ressaltou a genealogia familiar de Gabriel, descrevendo-o como “melhor estirpe rio-grandense”, por ser sobrinho-neto de Bento Gonçalves da Silva.

A nota traz informações sobre sua atuação política desde sua juventude, quando participou de movimentos político-partidários no Rio Grande do Sul e da propaganda republicana, denotando longo prestígio. O fato de Gabriel ser amigo dedicado e leal de Júlio de Castilhos, não foi esquecido, bem como sua atuação na revolução de 1893, como oficial das forças governistas, organizadas na fronteira sul do estado. Há, sobretudo, ênfase em seu exercício de intendente municipal em Jaguarão, sendo um “administrador operoso, capaz e progressista”, integrando, posteriormente, o partido republicano liberal. Em relação ao seu capital monetário, o necrológio apresenta a informação de que o falecido foi um dos grandes pecuaristas da região, tendo destaque nos círculos rurais das plantações orizícolas (plantações de arroz).

---

179 Jornal local de Jaguarão “A Situação” de 17 de janeiro de 1931. Disponível: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

180 Jornal do Dia 1959\Edição a3688(1). Pg. 6. Disponível: Hemeroteca Digital.

O encerramento da nota conta com diversos adjetivos sobre o indivíduo, descrevendo-o como cívico e de “dignidade pública e privada”, colocando o pedido para que avisem a família sobre a “justa homenagem”, solicitada em votação na assembleia legislativa, finalizando com a seguinte frase: “se aprovada, pedimos se dê ciência a digníssima família enlutada residente em Jaguarão”.

## **A IMPRENSA E A DIVULGAÇÃO DAS IDEIAS REPUBLICANAS**

Foi possível notar, através desta análise, que há uma estreita relação entre imprensa e política, pois em todos os necrológios analisados, são enfatizados os feitos e a fidelidade dos falecidos para com o Partido Republicano. Isto vem do fato de que, os necrológios analisados homenageiam republicanos históricos da cidade de Jaguarão. O nosso recorte abrangeu indivíduos que tiveram participação ativa na fundação do Clube Republicano de Jaguarão. Além disso, damos destaque à figura de Carlos Barbosa Gonçalves, que através de estreitas relações com o presidente do estado, Borges de Medeiros, obteve grande influência na região e no estado.

Consideramos como republicanos históricos aqueles indivíduos que atuaram na propaganda republicana, desde a década de 1870. O Partido Republicano Rio-Grandense foi fundado em 1882, e entre alguns indivíduos que fizeram parte de sua fundação, estavam José Gomes Pinheiro Machado, Júlio de Prates de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Antônio Augusto Borges de Medeiros. Em sua maioria, eram filhos de estancieiros e bacharéis em direito. Em 1884, o Partido Republicano conseguiu eleger o primeiro deputado para a Assembleia Provincial, Assis Brasil, antes da proclamação da República (MARTINY, 2014: 133)

Júlio de Castilhos era conhecido como grande chefe republicano, participou da fundação do Partido em 1882 e em 1884 a fundação do jornal *A Federação*, no qual foi diretor, redator e escritor. Em 1881 foi presidente do estado, retornando no período entre 1893 e 1898. Castilhos deixou a presidência, que foi assumida por seu protegido, Borges de Medeiros. Após dez anos no poder, Medeiros foi impedido de se reeleger, lançando a candidatura de Carlos Barbosa para ocupar seu cargo. Este foi eleito pela maioria dos votos, à frente de Fernando Abbot, ficando no poder entre os anos de 1908 e 1913. (MARTINY, 2014: 134, FÉLIX, 1987:22-61, FRANCO, 2001: 131-188)

Em Jaguarão o Partido Republicano foi também fundado em 1882, tendo como presidente o médico Carlos Barbosa Gonçalves, este que ainda durante a monarquia, elegeu-se a vereador da Câmara Municipal. Após a proclamação da república teve grande influência na cidade e em cidades vizinhas, através das cartas do arquivo Borges de Medeiros, podemos perceber sua forte influência, tendo um grande número de cartas de pedidos de nomeação e de favores para com o presidente do estado. (FRANCO, 2001: 131-188)

Os jornais *A federação* e *A Situação* foram utilizados como meio de disseminação das ideias republicanas. De acordo Saccol (2013), existia uma rede de letrados, que colaboravam para a publicação e circulação dos escritos e das propagandas, com o objetivo de fortalecer o movimento republicano, aumentando o número de adeptos e simpatizantes aos ideais que pregavam. Para isso, estes recorriam às suas redes de relações pessoais, que normalmente abrigavam laços formados nos tempos de colégio ou faculdade. O objetivo de Saccol é compreender como esta rede, estabelecida por laços de amizade ou de parentesco, colaborou para a difusão das ideias republicanas, vislumbrando as estratégias de ajuda mútua, apoio e solidariedade.

Unidos por laços ideológicos, em defesa da república, e pelo objetivo de conquistar mais adeptos e simpatizantes ao movimento na década de 1870-1880, a



autora afirma que, apesar deste indivíduos integrarem uma elite econômica e cultural regional, o espaço para publicação era restrito, e dessa forma, moldavam estratégias para mobilizar amigos influentes, visando modificar tal situação. Estas redes estendiam-se pela região e pelo país, cobrindo também outros grupos sociais. Em sua maioria, eram jovens que tinham feito o curso superior de direito, detentores de atuações políticas e na imprensa acadêmica. A passagem pelas academias denota grande importância nos processos de sociabilidade, pois este ambiente acadêmico facilitava a formação de laços de amizade entre os rapazes que ali estudavam, muitas vezes oriundos de diferentes estados (SACCOL, 2013: 78-79). De acordo com a autora, as amizades iniciadas na faculdade facilitavam o lançamento de suas carreiras políticas, sendo este um fator que impulsionou diversos indivíduos aqui do Rio Grande do sul:

Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Alcides Lima, Argemiro Galvão e Borges de Medeiros participaram de alguns jornais com os paulistas Rangel Pestana, Prudente de Moraes, os irmãos Alberto e Campos Sales e Júlio Mesquita, que já militavam no Partido Republicano Paulista, fundado em 1873 (SACCOL, 2013: 80).

A autora mostra que as principais formas de divulgação do ideal republicano, além de livros, panfletos, foi a participação em periódicos que contribuía para divulgação de seus ideais.

## CONCLUSÃO

Os necrológios, anúncios de falecimento e homenagens fúnebres analisados são pertencentes à indivíduos distintos, vultos da comunidade jaguareense, e por esse motivo, os consideramos discursos de grupos e sujeitos privilegiados. Estes receberam homenagens que preservam a memória individual, característica do grupo social ao qual pertenciam, no qual estava implícita a necessidade de registrar e preservar a memória, seja em museus, arquivos públicos, cemitérios e até mesmo em jornais. Deixam registradas representações de memória que Regina Abreu (1996), em seu livro “A Fabricação do Imortal”, analisa no contexto dos museus, e mostra que os objetos trazem informações sobre os grupos sociais e que “os discursos por ocasião de enterro e biografias são algumas das formas de manter a memória do indivíduo. Memória que, diga-se de passagem, é construída item por item.” (ABREU, 1996: 67)

Nos necrológios de Carlos Barbosa, e nas inúmeras homenagens que recebeu por vários dias após a sua morte, com textos memorialísticos e biografias no jornal local “A Situação”, ressaltam a importância e os feitos deste indivíduo, destacando sua atuação política e seu engajamento em espaços sociais, econômicos, beneficentes e religiosos. De acordo com Regina de Abreu (1996), quando fala sobre a nobreza Brasileira imortalizar-se nos museus, com a exposição de objetos que demonstravam destaque e prestígio, objetos que muitas vezes demonstrava sobre a vida deste grupo social e sobre alianças estabelecidas ao longo da vida, muitas vezes expressando a representação do sujeito. Ele também mostra as estratégias desse grupo social. Estas mesmas estratégias percebemos nos necrológio e homenagens analisadas nesta análise, que parecem ter o objetivo de imortalizar os feitos destes indivíduos.

Estratégias educativas, sucessórias, de aliança dos agentes e das famílias, nas práticas, regulares ou episódicas, as mais diversas: trabalho voluntário, esporte, política e mais ainda nos *habitus* desigualdades predispostos e treinados para desenvolver e fortalecer essas crenças (ABREU 1996:63).

Além de immortalizar estes indivíduos, estes textos têm outros objetivos práticos de prestar homenagem, aviso do falecimento, agradecimentos e pêsames aos familiares. Mas, além disso, existe uma carga simbólica nestes textos, que talvez tenham o objetivo de construir uma realidade socialmente determinada pelos interesses da classe dominante, que impõe significados como legítimos para obter reconhecimento simbólico, prestígio e fortalecimento da elite (BORDIEU,1989; ABREU,1996). Pois para Andrade:

Ao entender que existem várias regras sociais que condicionam o modo de viver, é possível que estas venham a interferir no modo de morrer, ou mesmo, no modo como a sociedade idealiza a morte. Assim, da mesma maneira que a cultura tem em sua representação elementos dominantes, os quais apontam os comportamentos na forma de se comunicar e de viver em sociedade, as práticas diante da evidência da morte e como os vivos lidam com ela, também possuem uma carga simbólica que revela as ideologias contidas em uma sociedade em determinado tempo (ANDRADE 2017:12).

Estas representações simbólicas traduzem a ideologia dominante da sociedade, elementos que aparecem e desaparecem até os dias presentes. Refletir sobre as práticas de discursos pós-morte da primeira metade do século XX, é também uma reflexão sobre a própria vida e de como a sociedade lidava e lida com as práticas que envolvem a morte. Esta análise pretendeu compreender os aspectos da construção de memórias e representações, por meio dos discursos da imprensa. Para essa sociedade, preparar e redimir o morto para um bom lugar na terra e na eternidade, assim como vimos no necrológio de Zeferino Moura, era um exemplo que devia ser seguido pela sociedade. Práticas religiosas diante da morte, com rituais e cuidados com o morto, de influência cristã católica sobre a vida após a morte, fazem parte de comportamentos tradicionais.

Notou-se também que a imprensa, até mesmo nos necrológios, demonstra ter estreita relação com a política, pois em todos os necrológios analisados é enfatizado os feitos e a fidelidade para com o Partido Republicano. Os necrológios ressaltam a imagem dos indivíduos como trabalhadores, esforçados e merecedores de seu próprio mérito, omitindo as falhas dos indivíduos e reforçando uma memória positiva dos personagens e conforme destacado na introdução deste trabalho, sua importância.

O estudo aqui apresentado visou mostrar algumas interpretações sobre o discurso social, religioso, cultural e político inserido nos necrológios e notas fúnebres, publicadas na imprensa jornalística do século XX. Com o objetivo de compreender a importância das representações pós morte, pois entendemos que foram escritos em um determinado período e que estas publicações podem falar sobre esse tempo. Através destas foi possível encontrar manifestações de expressões de ideologia política partidária, e perceber a religiosidade do período com relação a morte e o bom lugar na eternidade, como também costumes culturais e até mesmo distinção social, pois para os indivíduos com maior poder econômico eram dedicados espaços e colunas em homenagem com maior importância.

Tendo em vista que esta pesquisa será uma ferramenta importante para instigar o conhecimento sobre os discursos históricos inseridos em homenagem pós morte que foram publicados em jornais. Este trabalho fica em aberto para pesquisas futuras com um maior aprofundamento e também para análise de outros necrológios, em homenagem a outros indivíduos que também merecem um estudo aprofundado.

## **FONTES**

Jornal A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS)- Ano 1933\ Edição 00222(1) pg.3. Disponível: Hemeroteca Digital.

Jornal O Combate (MA) Ano 1933\Edição 02354. Pg. 4. Disponível: Hemeroteca Digital.

Jornal O Momento (RS). Ano 1936\Edição 00195 (1). Pg. 3. Disponível: Hemeroteca digital.

Jornal "Rio Grande" de 21 de julho de 1926. Disponível: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Jornal A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS. Ano 1926\Edição 00167(1). Pg. 6. Disponível: Hemeroteca Digital.

Jornal local de Jaguarão "A Situação" de 17 de janeiro de 1931. Disponível: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Jornal local de Jaguarão "A Situação" de 17 de setembro de 1929. Disponível: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Jornal estadual "A federação: Orgam do Partido Republicano (RS), de 13 de abril de 1933. P. 1. Disponível: Hemeroteca digital.

Jornal estadual "A federação: Orgam do Partido Republicano (RS), de 4 de junho de 1959. P. 6. Disponível: Hemeroteca Digital.

Jornal A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS. Ano 1926\Edição 00167(1). Pg. 6. Disponível: Hemeroteca Digital.

Jornal do Dia 1959\Edição a3688(1). Pg. 6. Disponível: Hemeroteca Digital.

Jornal A federação: Orgam do Partido Republicano(RS). Ano 1891\edição 00005(1). Pg. 2.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A fabricação do Imortal**. Rio de Janeiro: LAPA, 1996.

ANDRADE, Suelayne Oliveira et al. " **Capitolino, um artista typographo e seu morrer**": o jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886-1895). 2017.

BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. 3ª Edição. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

BLUME, Sandro. "**A dor dos enlutados e a consagração do falecido: discursos e relatos contidos em necrológicos**". In: Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul: Recortes do cotidiano. São Leopoldo: Oikos, 2015.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Mercado Aberto, 1987.

GEERTZ, Clifford. The interpretation of cultures: Selected essays. Nova York, Basic Books. Trad. brasileira: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar. 1993.

MARTINY, Carina. **Entre chefe e correligionários: negociação, hierarquia e mobilidade social na Primeira República (Rio Grande do Sul, 1899-1900)**. Revista Latino-Americana de História-UNISINOS, v. 3, n. 11, p. 131-142, 2014.

NORONHA, Andrius Estevam. **Dados biográficos do extinto**": análise das fontes para o estudo prosopográfico de elites locais (os necrológicos). ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, XI, 2012. p. 69-78.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil: década de**

**1880.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2013.  
SOARES, Eduardo Álvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa. **Olhares sobre Jaguarão.** Porto Alegre: Evangraf, 2010.

## **CENSURA MUSICAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): DANDO "VOZ" À MÚSICA POPULAR "BREGA"**

Lívia Karolinny Gomes de Queiroz (UERN/UFC)<sup>181</sup>  
Isaíde Bandeira da Silva (UFRN/UECE/UERN)<sup>182</sup>

**RESUMO:** O presente artigo busca analisar as motivações da censura imposta às canções “bregas” no contexto do Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Através da análise de músicas e documentos oficiais da censura, nos propomos a entender aspectos da sociabilidade da época de Ditadura no Brasil. Assim, buscamos ampliar os olhares acerca da censura e dar visibilidade ao brega, que é pouco abordado e explorado na academia e nos materiais didáticos. Para tanto, faremos a análise das músicas “Pare de tomar a pílula” (1973), de Odair José, “O caminhante” (1974), de Dom e Ravel e “Amigo Chico”, de Luiz Ayrão (1977).

**Palavras-Chave:** Ditadura Civil-Militar, Censura, Canções bregas.

### **INTRODUÇÃO:**

A ditadura civil-militar iniciou-se oficialmente em 31 de Março de 1964, através de um golpe de que depôs o então presidente João Goulart e teve seu marco final com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, através do Colégio Eleitoral<sup>183</sup>, em janeiro de 1985.

Decorridos mais de cinquenta anos, o movimento continua a ser visto como um momento, cujo ciclo histórico ainda não se encerrou. A nossa intenção não é cobrir toda a história da época, mas revisita-la através de um outro olhar, à luz da produção historiográfica recente. Tendo como foco a censura imposta através do Ato Institucional nº5, decreto emitido durante o governo de Artur Costa e Silva, no dia 13 de dezembro, de 1968.

O AI-5 deu início ao período mais repressivo da ditadura, o Presidente tinha plenos poderes para fechar o Congresso, cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar funcionários públicos, “crimes políticos” tiveram o direito de habeas corpus suspenso, entre outras medidas repressivas e arbitrárias.

No Brasil, pelo menos no campo cultural, e, em particular na música, podemos dividir a ditadura em dois momentos: antes e depois do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968. O AI-5 outorgava poderes ilimitados ao poder executivo e

---

181 Cursando mestrado no Programa de Pós-graduação em Ensino de História (PROFHistória), pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isaíde Bandeira da Silva e graduação em Letras-Espanhol, pela Universidade Federal do Ceará/UFC.

182 Doutora em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Professora da Universidade do Estado do Ceará/UECE e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História (PROFHistória), pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

183 Durante o governo militar no Brasil (1964-1985), as eleições aconteciam de forma indireta, por meio do Colégio Eleitoral. Este era composto por representantes das Assembleias Legislativas de todo o país. Em 1985 aconteceu a disputa entre Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS/SP), que era apoiado pelo Regime Militar e Tancredo Neves do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

causa uma intensificação no processo de repressão política e censura. Sufocando um movimento que estava crescendo naquele cenário.

Antes da promulgação deste Ato, havia uma atenção voltada aos políticos, canais de televisão e na tentativa de interromper o contato entre o movimento cultural e as classes populares. O AI-5 é que muitos vão chamar de um “golpe dentro do golpe”, fazendo com que a repressão se tornasse mais ampla e direta.

Precisamos esclarecer pontos importantes sobre as reações da vida cultural diante das imposições do AI-5. Essa relação de crescimento do prestígio do campo artístico-cultural tem a ver com o contexto de crescimento econômico, fazendo com que esses bens culturais passassem a ser consumidos em escala “industrial”. Gerando o paradoxo entre a perseguição implementada pelo regime e o estímulo ao crescimento das produções culturais.

No começo dos anos 1970, o campo artístico-cultural protagonizado pela esquerda viveu um momento paradoxal. Por um lado, estava cerceado pela censura rigorosa às artes, sofrendo com a repressão direta a artistas engajados. Por outro, passava por um momento criativo e prestigiado socialmente, estimulado pelo crescimento do mercado e pelo papel político que assumiu como lugar de resistência e da afirmação de valores antiautoritários. Os meios de comunicação e a indústria da cultura como um todo conheciam uma época de expansão sem precedentes. (NAPOLITANO, 2019, p.173)

Além dessas medidas autoritárias, é importante ressaltar que o AI-5 refletiu de forma muito negativa no campo da produção cultural, além de prisões arbitrárias de artistas e intelectuais, houve um aumento substancial da censura. O tema sobre censura cultural não estava detalhado no Ato, mas gerou interferências e censuras imediatas, sendo fortalecido pelo decreto-lei 1.077, de janeiro de 1970, que misturou a censura moral com a política, como vemos no Art. 1º “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.”<sup>184</sup>

Por um lado, vemos a repressão gerar uma série de violências e interdições no campo artístico, por outro, vemos movimentos de resistência e invenção a partir das canções produzidas naquele contexto.

Starling (2020) ressalta que:

O AI-5 era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado diuturnamente pela ditadura contra a oposição e a mera discordância. Fazia parte de um conjunto de instrumentos e normas discricionárias que foram adaptadas ou criadas pelos militares durante os anos de exercício do poder: Atos Institucionais, Atos Complementares, Decretos-Leis, Decretos Secretos, Leis Especiais ajustadas para reprimir crimes contra a segurança nacional. (STARLING, 2020, p. 2)

---

<sup>184</sup> DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8, parte final da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm) . Acesso em: 16/02/2021.

A ditadura alcança o seu ponto máximo, onde o direito de ir e vir, de falar, de discordar, são postos como um perigo à ordem, moral e desenvolvimento da nação. Onde os militares passam a ser detentores de todos os poderes e ordens que regem a sociedade. E essas disposições do AI-5 reverberam na produção musical daquela época.

Em nosso entendimento, a História é um processo dinâmico, contínuo, contraditório que fala sobre continuidade, rupturas, avanços e transformações. Nesse sentido,

[...] O entendimento das razões que levaram ao golpe e à longa duração do regime militar é uma tarefa incompleta. A história pode ser revista e reexaminada quando surgem novos dados e novas fontes, quando a perece novas teorias ou interpretações, ou quando o interesse por um tema é despertado em função de demandas conjunturais. Devemos estar sempre equipados para pensar e repensar a nossa história e, por meio dela nosso destino (D'ARAÚJO; SOARES, CASTRO, 2014, p.2)

E é através da revisitação desse passado, que buscamos entender os aspectos e condições que norteavam as produções, “bregas” e a censura implementada a esse gênero tão popular da época, a fim de compreender quais foram os incômodos causados por essas canções; compreendendo também, que essas canções são fontes e memórias importantes para analisarmos a sociabilidade na época da ditadura.

Falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas – por mais insignificantes que sejam nossos papéis –, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. (HOBSBAWM, 1995, p.13)

O olhar do historiador para o passado deve ser desafiador, não no sentido de querer afirmar que ele nunca existiu, mas de revelar que os critérios estabelecidos pelo homem para relatar as suas experiências concretas, dependem de uma ótica pessoal que, por sua vez, torna o conceito de verdade e o estatuto do fato histórico, discutíveis ante a pluralidade do olhar humano.

Escolhemos analisar as músicas “bregas” que foram censuradas no período da ditadura no Brasil, enquanto forma de suscitar o debate crítico sobre o período. Trabalhamos especificamente com as seguintes canções: “Pare de tomar a pílula” (1973), de Odair José, “O caminhante” (1974), de Dom e Ravel e “Amigo Chico”, de Luiz Ayrão (1977).

Através da análise destas canções podemos compreender alguns aspectos importantes sobre a sociabilidade na época da ditadura no Brasil, além de perceber a importância e relevância do gênero brega nesse processo de compreensão do passado.

## **DITADURA CIVIL-MILITAR, CENSURA E CANÇÕES “BREGAS”**

Sucesso de norte a sul do país, patrimônio afetivo de grandes contingentes das camadas populares, esta vertente da nossa canção romântica tem sido sistematicamente esquecida pela historiografia da música popular brasileira. Nas publicações referentes à década de 70, de maneira geral são focalizados

nomes de Chico Buarque, Elis Regina, Gilberto Gil (...), todos, sem dúvida, representativos, mas que na época eram consumidos por um segmento mais restrito de público (...) O que a maioria da população brasileira ouvia eram outras vozes e outros discos. (ARAÚJO, 2003, p. 16)

Desde o começo da década de 80, se utiliza o termo “brega” para designar a música de mau gosto, geralmente produzida por camadas populares; surgindo como uma forma pejorativa no que se refere à preferências musicais das classes mais baixas. No final dos anos 70, uma nova tendência surge no Brasil, através de vários cantores com este novo estilo musical denominado “brega” e/ou “cafona”.

Diante disso, mais uma vez, ressaltamos a importância de canções “bregas” serem um excelente recurso para compreender diferentes contextos do regime militar. E dialogaremos com essas canções ao longo de nossa pesquisa.

O gênero “brega” é pouco explorado na escola e matérias didáticos, na academia e nas pesquisas em geral, e isso já evidencia a importância de tornarmos essa temática como objeto de investigação, que merece ser estudado e analisado de maneira mais dinâmica e reflexiva.

Podemos, através da análise de canções bregas, entender o contexto histórico e sociopolítico da ditadura militar, como os autoritarismos do sistema implementado interferiram na arte, na cultura, especificamente na música popular, por meio da repressão que veio a se manifestar através da censura.

Canções de sucesso em nosso país, que atingiram as camadas populares da nossa sociedade em grandes proporções, tem sido esquecidas pela historiografia da música popular brasileira. Analisamos algumas obras que contam um pouco sobre a história da MPB, mas não encontramos referências ao gênero brega. Há uma exclusão do “brega” nos almanaques sobre a música brasileira. Não há como negar que esse tipo de produção fez e faz parte da produção musical nacional e precisa ser pesquisada e analisada.

Nos valemos de uma pesquisa documental, trabalhamos com a intenção de refletir e analisar documentos da censura, bem como os recursos musicais, enxergando a música “brega” como uma fonte importante na construção da história e entendimento sobre a sociabilidade da época da ditadura, elementos e motivações da censura e as críticas sociais presentes nas canções bregas.

É de fundamental importância defender a questão de nomear o período de “ditadura civil-militar”, fundamentada nas ideias de Reis (1997), tendo em vista que houve envolvimento de amplos segmentos da população no golpe. Daniel Aarão frisa que “o golpe de 1964 ocorreu com a participação de militares, populares, segmentos organizados, como a OAB, a CNBB e a Imprensa.”

Além de perceber a ditadura de 1964 como algo que está além do envolvimento de militares, é importante ressaltar também, que no âmbito cultural e musical, além de estilos consagrados da chamada “MPB”, o estilo “brega” também foi censurado naquele período. Já que a censura não se tratava apenas de vetar músicas de protesto ao governo. Existia também a questão moral e religiosa, sendo assim, analisaremos também, a importância da música “brega” nesse período, a fim de resgatar essas memórias pouco lembradas nos materiais didáticos.



Para tanto, partimos das ideias de Napolitano (2002) sobre as relações entre a música brasileira e a história, em que nos atenta para como pensar os usos da canção, analisada como constituída de vários elementos: melodia, letra, interpretação, etc., não aceitando que ela seja pensada como parada no tempo, nem como algo abstrato e que os sujeitos históricos não encham de valor e sentido.

Portanto, o universo de recepção de cantores, musicistas e compositores e o universo de recepção da audiência mais ampla (os chamados “ouvintes comuns”) não podem ser vistos de maneira dicotômica nem generalizante, mesmo dentro do mesmo momento histórico, cuja configuração é sempre complexa e nunca completamente determinada por forças estruturais que estariam por trás dos fatos. (NAPOLITANO, 2002, p.83)

A música é algo que está presente e tem vários papéis na vida de todos, além de ser algo que embala as experiências humanas e as canções bregas suscitaram um enorme gosto e curiosidade em despertar as memórias de um passado cheio de historicidade.

Quando falamos sobre ditadura, música e censura, a tendência é que nomes como Chico Buarque, Caetano Veloso venham à tona como imagens consagradas de artistas que foram censurados pelo regime militar. Mas durante o processo de pesquisa e produção, tivemos contato com “documentos da censura” que nos instigaram e inquietaram, pois traziam muitas informações sobre cantores bregas que tiveram suas músicas censuradas por fatores que não tinham ligação com “protesto político explícito”.

Nosso intuito não é negar a importância de movimentos como “Tropicália” ou minimizar a influência de Chico Buarque, mas vemos que é necessário falar sobre outras camadas da sociedade, outros gêneros musicais que foram censurados e são importantes para entendermos a sociabilidade do período de ditadura no Brasil.

Partindo de outros olhares, para além das músicas de protesto, nossa intenção é trazer à tona esse gênero “marginalizado” como fonte importante na construção do entendimento sobre o período de ditadura no Brasil, buscando novos olhares e significados sobre as motivações da censura e entender aspectos importantes sobre a sociabilidade na época da ditadura no Brasil.

## **OS SONS DA DITADURA: A CENSURA É BREGA**

Entendemos que o campo da censura é muito amplo, através de uma análise documental, tivemos contato com pareceres e vetos a músicas que estavam fora do âmbito considerado “MPB” naquele contexto.

Para tanto, escolhemos algumas músicas, do gênero “brega”, que foram censuradas por motivos diversos. Durante o regime a censura à produção musical perseguiu toda e qualquer ideia que estivesse em desacordo com os interesses dos militares, mesmo que a música não tivesse especificamente conteúdo político. A censura à música estava ligada a uma questão de costumes e valores, o que é obscuro, enfim, além de algo remetido à moral; e também havia um olhar crítico para ideias consideradas tendenciosas.

Araújo (2003), afirma, em seu livro “Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar, que:

Mesmo estando “desligados” da questão política, a produção musical desses artistas vai denunciar o autoritarismo vivenciado pelos segmentos populares em nosso país. Isto porque os o Estado ditatorial controlado pelas Forças Armadas era apenas uma das faces do autoritarismo presente na vida social brasileira daquele período.” (ARAÚJO, 2003, p. 48)

Esses autoritarismos se expressavam de diversas formas, e isso era denunciado nas canções e no repertório brega. As formas de “repressão” também se faziam presentes através da exclusão social, do preconceito com analfabetos, prostitutas, imigrantes, etc. Precisamos falar sobre esses autoritarismo presentes no cotidiano.

Assim, é bastante interessante e válida essa multiplicidade nas escolhas das músicas, onde podemos pensar as diversas motivações para a prática da censura. E dar visibilidade ao gênero brega como uma forma de suprir as lacunas existentes nos estudos e pesquisas sobre ditadura civil-militar.

Podemos destacar a música “Pare de Tomar a Pílula” (1973) de Odair José, que diz o seguinte:

Todo dia a gente ama  
Mas você não quer deixar nascer o fruto desse amor (...)  
Pare de tomar a pílula  
Pare de tomar a pílula  
Porque ela não deixa nosso filho nascer  
Pare de tomar a pílula pois ela não deixa sua barriga crescer.  
(JOSÉ, 1973)

A música foi censurada por ir contra valores cristãos e também por ter sido lançada quando no Brasil o governo fazia campanhas para ter um controle de natalidade entre as populações pobres, para os censores esta canção representava uma desobediência civil, além de uma referência explícita à sexualidade.

É importante trazer outros artistas à tona quando tratamos sobre censura e ditadura no Brasil, a música brega também foi perseguida pela censura. Canções que não tinham conotação política, mas denunciavam alguma situação social ou iam contra os ideais de “bons costumes” defendidos naquela época, viravam foco de atenção para os censores.

O próprio Odair José, em entrevista ao site censura musical, ressalta que a cada 12 canções que ele fazia 7 eram censuradas, e mesmo assim a música brega é pouco lembrada quando se fala nesse período de censura. Então, porque a música brega é lembrada por uma minoria? Acreditamos ser de grande importância dar mais atenção a outros estilos, e não focar somente na MPB, por exemplo, onde a maioria das pesquisas são concentradas, o objetivo é buscar e conhecer outros espaços de discussão e análises.

Ainda sobre música de Odair José, intitulada “Pare de tomar a pílula”, esta foi censurada, pois era vista como uma ameaça à moral da sociedade, naquele contexto da década de 1970 do Brasil.

Podemos falar também sobre a experiência dos cantores e compositores Dom e Ravel. Os irmãos Eustáquio Gomes de Farias (Dom) e Eduardo Gomes de Farias (Ravel) nasceram em Itaiçaba, no Ceará. Filhos de pai paraibano e mãe cearense, nos anos 50 mudaram-se para São Paulo. Antes vistos como propagadores de ideias

ufanistas através música “Eu te amo, meu Brasil” (1969), composta pela dupla, fez grande sucesso com a banda “Os incríveis”, chegou a ser rotulada como hino da ditadura. Dom compôs a música “Eu te amo, meu Brasil” (1970), gravada pelo grupo “Os incríveis”, a canção se transformou em propaganda ufanista dos governos ditatoriais.

Mas posteriormente, os cantores experimentaram o gosto amargo da censura. Uma de suas músicas, intitulada “O caminhante” (1974), sofreu o que chamamos de censura “não oficial”. Em entrevista ao site censura musical, Ravel explica o que ocorreu quando a dupla fez um show na região do Araguaia, em que o contratante pediu para que eles não cantassem a música. Ravel diz que:

O contratante enfiou uma pistola nove milímetros na boca do Dom e disse que se nós cantássemos “O caminhante”, não iria ter mais show de Dom e Ravel em lugar algum. O Dom foi frio. E essa questão de não tocar algumas músicas acontecia em quase todo o país. (RAVEL, 2007)

A música “O caminhante” tocava em pautas muito “sensíveis” para o governo militar. Como era o caso da reforma agrária:

Eu ando caminhando por aí  
Procurando uma região sem dono,  
Local do qual me sinta proprietário,  
Usuário do que dele eu extrair.  
Tomaram palmo a palmo quase tudo.  
Absurdo, eu não consigo acreditar!  
Conquistarei um dia o meu lugar?  
Preciso tanto recomeçar!  
(DOM; RAVEL, 1974)

Uma vez, lá no Norte, na região do Araguaia” – recorda Dom – “nós cantamos essa música num show. Na época a gente ainda não sabia o que estava acontecendo naquela área. Mas ao final do show fomos abordados por uma pessoa ligada aos proprietários de terra de lá. Ele me chamou a uma sala particular do clube e disse: ‘Olha, nós temos uma grande satisfação de recebê-los aqui, sabendo que vocês ainda têm uma série de outros shows por toda essa região, então eu chamei você aqui para lhe advertir de uma forma muito amistosa: não cantem mais essa música nesses outros shows. Não cantem mais, porque vocês estão estimulando os nossos inimigos contra nós. E nós não admitimos isso. (ARAÚJO, 2003, p. 43)

Ao retratar a luta de um caminhante que busca um lugar para morar, a canção aborda algumas questões sociais presentes no Brasil. Para um governo que fazia propaganda de vida próspera, milagre econômico, oportunidades de emprego, etc., a música toca em um ponto muito incômodo para o governo e para os grandes proprietários de Terra.

Por fim, trazemos a música “Amigo Chico” (1977), de Luiz Ayrão. Com as canções citadas anteriormente, abordamos a não intencionalidade dos compositores e cantores no que diz respeito a músicas de protesto. No que se refere a Luiz Ayrão, podemos dizer que este foi um dos cantores mais contundentes contra o governo militar instaurado naquele período. De início, as músicas de Ayrão passaram despercebidas pela censura, mas quando os censores viram “problemas” em suas produções, ele também passou a ser alvo do sistema, tendo até que utilizar pseudônimos para burlar a censura.

A composição “Amigo Chico” (1977) é uma resposta à composição “Meu caro amigo” (1976), de Chico Buarque, onde Chico escreve ao amigo teatrólogo Augusto Boal, quando este pedia notícias sobre o Brasil, em um dos trechos, Chico diz: “o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta”, fazendo uma alusão à situação social e política do Brasil.

Destacamos um trecho da canção “Meu caro amigo”, onde Ayrão diz o seguinte:

Amigo Chico recebi a sua carta  
E talvez eu já não parta  
Como estava planejando  
Você falou que a coisa aí tá preta  
E na pá e na picareta a gente acaba segurando  
(AYRÃO, 1977)

Nos versos acima, vemos uma possível resposta do amigo de Chico, que estava exilado em Portugal, dizendo que talvez não venha ao Brasil, pois a coisa não está boa. A música expõe os problemas que a regime tentava abafar a qualquer custo, vendendo a ideia de paz social, emprego, milagre econômico para mudar o foco.

Destacamos também:

Estava querendo regressar inda esse ano  
Mas você mudou meu plano  
Eu lhe agradeço pela pista  
Se estão jogando futebol  
Se estão dançando rock'n'roll  
Sinceramente sua gente é masoquista.  
(AYRÃO, 1977)

É possível perceber uma crítica direta a forma com que uma parte da sociedade estava dispersa e relapsa com o que estava acontecendo no país. Podemos também falar sobre a forma com que o esporte, especificamente o futebol foi utilizado como estratégia política pelos governos ditatoriais.

Das três canções bregas analisadas, “Amigo Chico” é a que tem conotação política explícita e direta. Isso nos mostra que a canção brega teve muitas vertentes no período da ditadura, apesar de a maioria não compor por questões políticas, não podemos minimizar a importância de cantores como Luiz Ayrão nesse processo de resistência.

## CONCLUSÃO

Fazer uma análise da censura a partir da música brega é necessário, pois embora sendo um gênero esquecido pelos “enquadradores” da memória, permanece guardada em determinadas estruturas de comunicações informais. Pesquisar, analisar e utilizar a música brega como recurso para compreender as disputas, versões e ficções acerca das memórias sobre a ditadura civil-militar é também uma forma de resistência.

O cruzamento das reflexões sobre história, ditadura civil-militar, memória e música pode possibilitar a contextualização das canções no período, dentro de um modo dinâmico de pensar o sentido social e políticos das canções. Além da capacidade de pensar como foi a censura, os porquês, a reação dos artistas e do

público ao conteúdo e proibições das canções, e elaborarmos nossas próprias ideias de como a música é importante na discussão da sociedade.

Ao falar sobre algumas ações dos fãs do cantor Paulo Sérgio, que realizam visitas anuais ao túmulo do cantor, e de como os artistas bregas enfrentam uma espécie de segregação musical, ARAÚJO (2003) ressalta que:

Além de excluídos dos benefícios do sistema econômico, para grandes contingentes da população brasileira não lhes resta nem o registro da sua própria história, dos seus ídolos, dos seus intérpretes. Por isso mesmo, ao realizar anualmente à beira do túmulo de Paulo Sérgio uma espécie de ritual em homenagem ao ídolo falecido em 1980, seus fãs realizam também um ato de resistência. Eles dão visibilidade a uma memória que se encontra subterrânea, sem canais de expressão e desprovida de “enquadradores”. Em um esforço contrário ao movimento de silenciamento e esquecimento empreendido pelas elites culturais do país (...)” (ARAÚJO, 2003, p. 375)

Vemos então uma necessidade iminente de abordagem da música brega como um instrumento importante para a construção do conhecimento histórico. Entendemos, assim, que a música é um objeto de reflexões para analisar aspectos de nossa sociedade, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. No entanto, para que esta análise não se torne apenas uma simples ilustração não se deve focalizar apenas nas letras das composições, é fundamental explorar a música em sua totalidade, isto é, nos seus aspectos discursivos e musicais, identificando sua temática e explorando o diálogo da canção. Enxergamos algumas produções “bregas” como fontes importantes, um tipo de memória na compreensão e construção de narrativas sobre a ditadura no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYRÃO, Luiz. Amigo Chico. In: **Luiz Ayrão**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon Brasil, 1977.
- ARAÚJO, Paulo Cesar. **Eu não sou cachorro, não: Música popular cafona e ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- DOM. Eu te amo, meu Brasil. In: **Os Incríveis**. Rio de Janeiro: RCA Victor P. 1970.
- DOM. O caminhante. In: **Dom & Ravel**. Rio de Janeiro: Beverly P. 1974.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos - O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JOSÉ, Odair; MARIA, Ana. Uma vida só (Pare de Tomar a pílula). In: **Odair José**. São Paulo: Polydor P. 1973.
- NAPOLITANO, Marcos. **História e Música. História Cultural da Música Popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

REIS. Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS. Daniel Aarão (org). **Versões e Ficções: O sequestro da história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

# AFRESCO DA CAPELA SISTINA NO VATICANO COMO ELEMENTO DE LEGITIMAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO OCIDENTE CRISTÃO

Manuel Alves de Sousa Junior<sup>185</sup>  
Luciana Onety da Gama Sobral<sup>186</sup>

**Resumo:** A história da arte é repleta de significados e traz uma expressão que permite a subjetividade do expectador. Na idade média, a imagem dos africanos, sobretudo dos negros, foi completamente deturpada pelo desconhecimento no imaginário europeu. A teoria camita e a cartografia de Ptolomeu relegaram à África e aos seus povos africanos as piores regiões do planeta Terra. Certamente os preconceitos raciais atuais existentes no ocidente e, sobretudo no Brasil, são reflexos dessa ideologia da superioridade branca e inferioridade negra criados ao longo da história e enraizada na sociedade.

**Palavras-chave:** História da arte, Legitimação da escravidão, Michelangelo, Vaticano, Capela Sistina.

## 1 INTRODUÇÃO

A história da arte é repleta de significados e expressões configurando uma linguagem de entendimento geralmente subjetiva. Muitos movimentos artísticos eclodiram com reflexos de suas épocas, uma vez que a arte é espelho da sociedade e do contexto histórico pelo qual ela passa. Um dos mais importantes e estudados movimentos artísticos foi o chamado Renascimento. Segundo Proença (1998) este período artístico revalorizou o período clássico da cultura greco-romana e os trabalhos produzidos na época refletiam a busca do equilíbrio das formas e no conceito universal de beleza grega. Proença (1998) afirma ainda que o termo *renaissance* começou a ser empregado apenas no século XIX para indicar o período que antecedeu a Idade Moderna quando teria ressurgido nas artes e nas letras os ideais clássicos de beleza greco-romana.

O Renascimento surgiu em um contexto histórico com intensa ebulição na Europa, marcado pelas grandes “descobertas” marítimas, pela Reforma Protestante, pela Contra-reforma católica, pela reativação do Tribunal do Santo Ofício e pelo fortalecimento do pensamento humanista que propunha uma releitura da relação dos homens com Deus. Afirma Proença (1998, p. 13) que “*Durante o Renascimento, existiu um grande desejo por parte dos mais diversos estudiosos de tentar conhecer, descrever e estabelecer relação entre os fatos observados na natureza e no próprio ser humano.*”

Esse importante movimento artístico ganhou seu maior defensor na pessoa de Francisco Petrarca (1303 - 1374) que ainda na Idade Média defendia que Roma após

---

<sup>185</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEduc da UNISC, Historiador, Especialista em História da Arte, Professor do Instituto Federal da Bahia - IFBA Campus Lauro de Freitas.

<sup>186</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGH-UFBA. Graduanda em Pedagogia pela FABRAS, Especialista em História Social e Econômica, professora e coordenadora das licenciaturas em Letras e História do Centro Universitário Jorge Amado – UNIJORGE em Salvador/BA.

oficializar-se como cristã, teria adentrado num período de obscurantismo em oposição ao período anterior que testemunhou a glória de Roma republicana e imperial. Petrarca foi um dos primeiros humanistas da História e influenciou artistas italianos consagrados. Seus ideais influenciaram uma visão que *“concebia o homem como um ser livre, capaz de conduzir a sua história, independentemente dos desígnios das divindades e, por isso, cheio de dignidade”* (PROENÇA, 1998, p. 8).

O período foi marcado também pelo estudo científico do corpo humano, sobretudo com estudo da anatomia humana, do mundo natural e a intenção de reproduzir com realismo as formas da natureza. Para Strickland e Boswell (2014, p. 40) *“Os artistas evoluíram na arte de pintar retratos, paisagens, motivos mitológicos e religiosos”*. Esse conjunto de novas habilidades artísticas promoveram a notoriedade de alguns dos maiores artistas que o mundo já presenciou como, por exemplo, Leonardo da Vinci, Rafael Sanzio, Donatelo, Sandro Botticelli e Michelangelo Buonarroti.

No contexto histórico, a Igreja Católica tinha supremacia na sociedade europeia, ao passo em que ocorria a Reforma Protestante e, desse modo, os católicos precisavam reafirmar sua supremacia e poder sendo a arte e a ideologia como alguns dos seus artifícios para tal proeza. A exploração de novos continentes e a pesquisa científica proclamavam a confiança no homem e demandavam por mão de obra barata (STRICKLAND; BOSWELL, 2014).

A escravidão de africanos negros surgia como uma solução para mão de obra no capitalismo mercantilista que se desenhava no mercado econômico ocidental. Era preciso então que todos os setores e instituições legitimassem essa instituição que se formava chamada Escravidão Negra!

Com as grandes navegações a partir do século XIV e contatos mais intensos com a África Subsaariana, *“os estranhamentos e olhares preconceituosos continuam e aumentam”*. No século XV as bulas papais *“deram direito aos Reis de Portugal de despojar e escravizar eternamente os Maometanos, pagãos e povos pretos em geral”*, reforçando o preconceito à África, usando a política e a teoria camita como justificativas. Assim, a Igreja legitimou a escravidão negra através de diversos documentos oficiais ao longo dos séculos. Alguns papas também emitiram Bulas Papais recriminando a escravidão. (OLIVA, 2003, p. 435).

Portanto, não é de se estranhar que a própria morada papal expressasse o pensamento da época. A Capela Sistina, construída na ala medieval do palácio pontifício era reservada à residência dos pontífices. Construída entre 1477 e 1480 por determinação do papa Sisto IV, foi inaugurada em 15 de agosto de 1483 e consagrada à Assunção da Virgem Maria.<sup>187</sup> Esse local tão reservado, que hoje é alvo de visitas de pessoas de todo o mundo, é um dos marcos do Renascimento italiano. Em 1508 teve início a obra de pintura da abóbada do teto e, posteriormente, também da parede atrás do altar-mor, encomenda do papa Júlio II ao grande escultor e pintor Michelangelo Buonarroti<sup>188</sup>.

---

187 A Capela Sistina é considerada pequena em suas dimensões: 40,23 metros de comprimento, 13,41 metros de largura e 20,70 metros de altura. Provavelmente, essa capela não foi pensada originalmente para ser alvo de visitas e sim para ser um local reservado apenas as mais altas dignidades religiosas, um manifesto do poder econômico e religioso da época.

188 Michelangelo nasceu em 6/3/1475 em Caprese, região da Florença. Segundo filho de Lodovico di Lionardo Buonarroti Simoni e de Francesca di Neri di Miniato del Serra. Ele foi criado por uma ama de leite e por um cortador de pedras. Cresceu interessado em escultura, desenho e arte, apesar das surras que levava para não ser artista e ter uma profissão respeitável. Aos 13 anos tornou-se aprendiz na oficina de um grande pintor florentino, Domenico Ghirlandaio (1449 - 1494). O príncipe Lourenço da



O Afresco “Embriaguez de Noé” no teto da Capela Sistina no Vaticano é uma espécie de simbologia implícita sobre a legitimação da escravidão negra no ocidente. No contexto histórico, no século XV a escravidão negra já era uma realidade crescente nas ilhas atlânticas e com a descoberta das imensidões de terras do novo mundo, passava a ser uma necessidade cada vez maior para o eurocentrismo.

A arte foi uma expressão importante ao longo da história humana e retrata diversas características e sinais das sociedades de seus períodos. Esse recorte do renascimento estava inserido no início da escravidão negra no Atlântico e é um elemento importante, devido à fama atual da Capela, do artista e à grande expressão do Renascimento para a História da Arte.

Conhecer a história e os seus elementos são de fundamental importância para se compreender o processo atual de qualquer contexto. Nesse sentido, conhecer as relações das populações negras africanas com os brancos europeus são importantes para entender o racismo da sociedade atual no ocidente.

Desse modo, esta pesquisa objetiva discutir de que forma o afresco “Embriaguez de Noé” do teto da Capela Sistina no Vaticano retrata o simbolismo e legitima a escravidão negra ocidental e então responder ao problema: De que forma a legitimação da escravidão negra no ocidente é simbolizada e legitimada no afresco do teto da Capela Sistina?

## **2 O ARTISTA MICHELANGELO**

Michelangelo Buonarroti foi arquiteto, engenheiro, escultor, pintor, poeta e grande estudioso de anatomia humana. Ele dissecou vários cadáveres para estudar e entender melhor o corpo humano e assim conseguiu desenvolver na arte seu aprendizado, sobretudo nas esculturas de Davi (esculpido entre 1501 e 1504), Pietá (1498 a 1500) e Moisés (1515) (REIS, 2010). Sua técnica era feita em bloco único e para o artista consistia em libertar a escultura do mármore que a aprisionava (STRICKLAND; BOSWELL, 2014).

Michelangelo desenvolveu aprendizados na oficina de seu mestre, mas preferia estudar os trabalhos de grandes mestres do passado, como Giotto, Donatello, Masaccio e escultores Greco-romanos. Aos 30 anos já era um artista renomado (GOMBRICH, 2013). Não se casou nem teve filhos, era muito rude, emocional e excêntrico. Sua felicidade era plena quando estava trabalhando ou escolhendo um bloco de mármore na pedreira e dizia que suas obras eram seus filhos. Trabalhou para 7 dos 13 papas que pontificaram em seu tempo. (STRICKLAND; BOSWELL, 2014).

Foi um artista que simbolizou como poucos o período áureo da renascença italiana, deixando um legado de arte e representação de um contexto marcado pela crença de que os homens brancos e europeus, descendentes dos gregos e romanos, eram a imagem e semelhança de Deus e, portanto, mais próximos do divino e que todos os que não fossem seus iguais eram por analogia, inferiores, o que justificava sua submissão. Esse discurso foi basilar na construção da ideia de que os negros e mouros mereciam ser oprimidos e até escravizados. Michelangelo, consciente ou inconscientemente, reafirmou em suas obras esse discurso, pincelando com sua genialidade, a justificativa teológica para a escravidão negra no ocidente cristão.

---

família Médici reconheceu o talento do artista e o levou com apenas 15 anos para ser criado pela corte florentina onde conviveu com artistas, poetas e humanistas proeminentes de sua época. Faleceu em 18/2/1564 em Florença, sua cidade amada. (STRICKLAND; BOSWELL, 2014; GOMBRICH, 2013).

### 3 A CAPELA SISTINA E A PINTURA DOS AFRESCOS NO SEU TETO

O papa Sixto IV, entre 1477 e 1480 foi responsável pela restauração da Capela Magna, uma construção medieval demolida e cujos alicerces foram utilizados para a construção da Capela Sistina, que levou este nome em homenagem a este último pontífice (VATICANO, 2011).

No papado de Julio II, os trabalhos de restauração da Capela Sistina foram retomados e foi necessário pintar o teto que estava com uma pintura de céu estrelado danificada nas reformas. 189 Michelangelo foi convidado para pintar o teto da capela, apesar de possuir notoriedade como escultor e não como pintor. Na figura 1 pode-se observar uma imagem recente de dentro da Capela (VATICANO, 2011).

De início o artista tentou se esquivar do pedido dizendo que não era pintor e sim escultor, porém, diante da insistência do papa resolveu aceitar (GOMBRICH, 2013). O primeiro problema enfrentado pelo autor foi o andaime, foi necessária uma estrutura que não atrapalhasse a rotina da capela, muito utilizada na vida litúrgica e cerimonial do Vaticano. Foi resolvido com a pintura em etapas e com pequenas interrupções entre estas.

Outro problema encontrado foi a falta de condições de luminosidade ideais para a realização do trabalho. Foi feita uma espécie de ponte entre os andaimes de modo que o artista estivesse erguido na menor distância possível para pintar os afrescos. Essa distância correspondia à altura de Michelangelo deitado com o braço estendido e mais o tamanho do pincel. (VATICANO, 2011).

A presença ou ausência de colaboradores é um tema polêmico que as fontes históricas podem esclarecer parcialmente: tendo sempre presente que a intervenção das ajudas foi limitada e rigorosamente controlada, a presença de outras mãos tem sido reveladas graças a restaurações. Um instrumento fundamental de controle foi a realização de esboços originais que não podiam deixar absolutamente nenhum espaço para a iniciativa de ajudas, obrigado a seguir o percurso executivo predisposto pelo mestre (VATICANO, 2011, p. 204, tradução nossa).

---

189 As paredes laterais da Capela Sistina tem como tema passagens da vida de Moisés e Jesus Cristo e foram pintadas por Perrugio, Sandro Botticelli, Domenino Ghirlandaio e Cosimo Rosselli.



Figura 1 – Parte interna da Capela Sistina, mostrando as laterais, o teto e o fundo com afrescos.

Fonte: Araújo, 2018.

#### 4 AFRESCOS DO TETO DA CAPELA SISTINA

Para a escolha do tema da História do Gênesis, que seria pintado em substituição do céu estrelado de Piermatteo d'Amelia, Michelangelo se reuniu com teólogos da corte papal e submeteu o projeto ao pontífice para aprovação (VATICANO, 2011). A pintura demorou 4 anos para ficar pronta, de 1508 a 1512, devido à riqueza de detalhes e ao tamanho de cerca de 560m<sup>2</sup>, como se observa na figura 2.



Figura 2 – Visão geral dos afrescos presentes no teto da Capela Sistina.

Fonte: Ordaz, 2014.

Foi definido que o tema seria dividido em “A Embriaguez de Noé” e “A Criação da Luz” nas extremidades e quadros com a História de Gênesis no centro: “O Dilúvio Universal”, “O Sacrifício de Noé”, “O Pecado Original”, “A Criação de Eva”, “A Criação



de Adão”, “A Separação da terra das águas” e “A Criação das Estrelas e dos Planetas”, ou seja, 3 imagens representando a História de Noé, 3 imagens da História de Adão e Eva e 3 imagens da História da Criação Divina. Nas laterais destas representações estão presentes imagens de Profetas e Sibilas, que situados frente a frente, estão sentados em tronos de mármore pintados e entre estes a presença de colunas decoradas com querubins (VATICANO, 2011). (Figura 3).

De acordo com o dicionário Houaiss (2014), Profeta é aquele que “*anuncia os desígnios divinos, que prediz acontecimentos por inspiração de Deus*” (p. 1557), na antiguidade, muitos exerciam o ofício de profeta como videntes. Traz ainda o verbete “Sibila” como sendo mulheres “*a quem se atribuíam o dom da profecia e o conhecimento do futuro*” (p.1741). As Sibilas também eram chamadas de feiticeiras ou bruxas, na cultura machista da época. O dicionário Aurélio (FERREIRA, 2009) traz o verbete Profeta como aquele indivíduo que prediz o futuro. Há quem diga que os Profetas e Sibilas, de cultura pagã anterior ao cristianismo, soam como uma crítica à Igreja Católica.

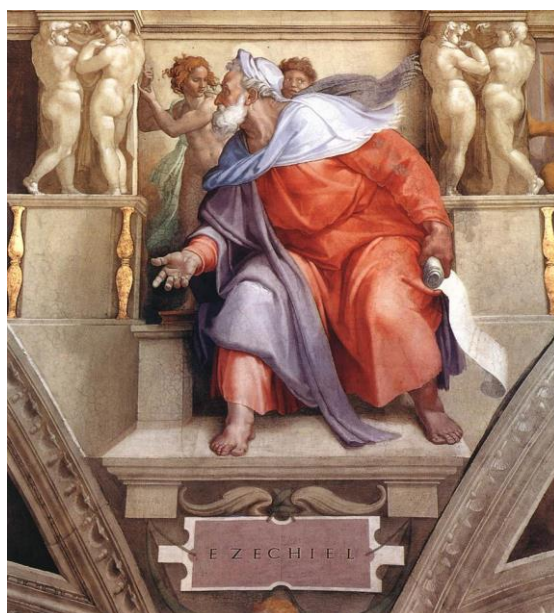


Figura 3 – Profeta Ezequiel em seu trono de mármore entre colunas de querubins.  
Fonte: Vieira, 2016.

Completam a decoração central, figuras de *Ignudi*, nome dado pelo próprio artista, na forma de homens nus sentados segurando faixas e medalhões de bronze com imagens bíblicas, principalmente do Velho Testamento, juntamente com folhagens. Depois da morte do artista, o pintor Volterra cobriu minimamente as genitálias dos *Ignudi*. Fato este que impediu que todo o teto fosse lavado e refeito de outra maneira (figura 4) (VIEIRA, 2016). Nos cantos abaulados do teto encontram-se representadas as cenas bíblicas da História de Israel: “David e Golias”, “A crucificação de Amman”, “Judith e Holofernes” e a “Serpente de Bronze” que “*mostram a Deus enquanto obra através de seus servidores para cumprir a salvação de seu povo*” (VATICANO, 2011, p. 207, tradução nossa).

Entre os Profetas e Sibilas estão presentes enjuntas triangulares com a representação de pessoas cansadas, sofredoras e que esperam por dias melhores

ou, no contexto bíblico, esperam pela chegada do filho de Deus Todo Poderoso, como se observa na figura 5 (VIEIRA, 2016).



Figura 4 – Representação do sacrifício de Noé com a presença de *Ignudi* segurando as faixas e medalhões de bronze.  
Fonte: Vieira, 2016.



Figura 5 – A imagem representa um dos triângulos presentes entre os Profetas e Sibilas  
Fonte: VIEIRA, 2016

## 5 A EMBRIAGUEZ DE NOÉ E A LEGITIMAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO OCIDENTE

Na Idade Média, a imagem dos africanos na Europa foi completamente deturpada. A teoria camita e a cartografia de Ptolomeu relegaram à África e aos africanos as piores regiões da Terra (OLIVA, 2003). Nos mapas da Antiguidade e do Período Medieval, a Europa, cuja população descendia de Jafé, primogênito de Noé, ficava à esquerda (do observador) de Jerusalém e a Ásia, local dos filhos de Sem (outro filho de Noé) à direita. Ao Sul aparece “o continente negro e monstruoso, a África. Suas gentes descendentes de Cam, o mais moreno dos filhos de Noé” e que foi amaldiçoado em uma ocasião específica (NORONHA, 2000, p. 681).

Nos textos bíblicos, Cam foi punido por flagrar o pai, Noé, nu e embriagado. Segundo PINAR (2008, p. 16) existem duas possíveis explicações para a dura punição que recaiu sobre Cam e sua descendência “...ou Cam violou a antiga proibição israelita contra olhar para o corpo do pai. A segunda resposta é que Cam violou seu pai sexualmente.”. Desse modo, seus descendentes, os africanos, deveriam ser punidos e se tornar escravos dos descendentes dos seus irmãos (OLIVA, 2003). Michelangelo representou no teto da Capela Sistina “A Embriaguez de Noé”, representando a maldição de Cam diante do ocorrido, como pode ser observado com destaque na figura 6. Essa pintura traz um elemento aparentemente anômalo a cena. No canto esquerdo pode-se ver um lavrador que parece alheio ao que está acontecendo. Se for levado em conta apenas o relato bíblico, após ver a nudez do pai, Cam chamou seus dois irmãos para verem a cena. Não existe registro de mais um personagem convidado a ver a nudez de Noé, o que demonstra que o artista introduziu esse quinto elemento com uma finalidade. Analisando a figura 6, percebe-se que trata-se de um lavrador, o que pode significar que o artista estava associando o pecado de Cam a sua futura destinação, qual seja, o trabalho pesado, exaustivo, como condenação pelo erro cometido. Outro detalhe que não passa despercebido é que a composição aponta majoritariamente para esse indivíduo, os braços de dois dos personagens da cena apontam para a direção do lavrador. Parece, enfim, que a mensagem é de que Cam, o filho negro, traidor, violador das tradições e costumes, e toda a sua descendência, merece ser relegada à submissão e ao trabalho manual de lavrar a terra.



Figura 6 – Representação da Embriaguez de Noé no teto da Capela Sistina pintado por



A Igreja Católica usou essa interpretação para justificar e legitimar a escravidão negra no Ocidente. Já no século XV, duas encíclicas papais, *Dum Diversas* e a *Romanus Pontifex*, deram direito aos Reis de Portugal de despojar e escravizar eternamente os maometanos, pagãos e povos pretos em geral (OLIVA, 2003). Monstros, terras inóspitas, seres humanos deformados, imoralidades, regiões e hábitos demoníacos eram elementos constantes presentes nas descrições de viajantes, aventureiros e missionários que se aventuravam ao Sul da Europa pela costa Africana, na direção do Equador (OLIVA, 2003). A cor negra passou a ser associada à escuridão e ao mal remetendo no imaginário europeu ao inferno e às criaturas das sombras, seguindo os preceitos do catolicismo. O diabo, nos tratados de demonologia era, “coincidentemente”, quase sempre negro (DEL PRIORI; VENÂNCIO, 2004).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de seus feitos artísticos, da época e do contexto histórico em que viveu, a ousadia de produzir elementos novos na arte, a precocidade em se encontrar na arte e tantos outros elementos fizeram de Michelangelo Buonarroti um dos maiores artistas que o mundo já presenciou. O fato de ter legitimado a escravidão negra no ocidente cristão em suas pinturas não deve surpreender, vez que, as ações humanas são frutos de suas épocas e contexto e como asseverou o grande historiador francês Marc Bloch “*o historiador não é juiz do passado*”.<sup>190</sup> Michelangelo, ainda que um dos maiores humanistas de todos os tempos, um defensor da liberdade humana, era refém de sua própria temporalidade histórica, de suas crenças e formação.

A pintura do teto da Capela Sistina foi um acaso em sua vida. A obra quase foi totalmente removida por alguns papas posteriores que se recusavam a aceitar as imagens nuas, passou por algumas restaurações para nos agraciar nos dias atuais. Atualmente, centenas de pessoas visitam diariamente a Capela Sistina.<sup>191</sup> A passagem da Embriaguez de Noé, em especial, reflete a legitimidade que a Igreja buscava para a superioridade branca e eurocêntrica. A Capela Sistina é um espelho e também um elemento legitimador da mentalidade escravista da época que já estava se instaurando na Europa, considerando que, de acordo com Schwartz (1988), o primeiro navio com negros escravizados chegou em Lisboa em 1441. Essa era a ideologia que reinava na mentalidade da época e foi consolidada ao longo dos 447 anos de escravidão negra no Ocidente, considerando que a abolição no Brasil

---

190 BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

191 A Capela Sistina sofreu outra restauração finalizada em 1994 patrocinada pela Nippon Television Network Corporation, uma rede de televisão japonesa, ao custo de 4.000.000 de dólares.

ocorreu, oficialmente, em 1888, sendo o último país do Ocidente a oficializar o término da escravidão.

Certamente os preconceitos raciais existentes são reflexos dessa ideologia da superioridade branca e inferioridade negra criados ao longo da história e enraizada na sociedade como um racismo estrutural que faz vítimas todos os dias na nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Felipe. **Capela Sistina**. 2018. Disponível em <<https://www.infoescola.com/arquitetura/capela-sistina/>>, Acesso em 12/04/2020.

DEL PRIORI, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Ancestrais. Uma introdução à história da África Atlântica**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5 ed. Curitiba: Editora Positivo, 2014.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A história da arte**. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**.

Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

NORONHA, Isabel. A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo. **História, Ciências, Saúde – de Manguinhos**. Nov/1999 – fev/2000, vol. 6, nº3, p. 681-687.

PROENÇA, Maria das Graças V. **O Renascimento**. São Paulo: Ática, 1998.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos** (UCAM - Impresso), Rio de Janeiro, v. 25, n.3, p. 421-461, 2003.

ORDAZ, Pedro. **A Capela Sistina renasce com nova luz**. El Paiz, 2014. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/29/cultura/1414614558\\_694450.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/29/cultura/1414614558_694450.html)>, Acesso em: 12/04/2020.

PINAR, William F. **O corpo do pai e a raça do filho. Noé, Schreber e a maldição do pacto**. In: Revista Brasileira de Educação, vol. 13, nº 37. Jan/Abril 2008.

REIS, Eliana Vilela. **Manual Compacto da Arte**. São Paulo: Editora Rideel, 2010.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

STRICKLAND, Carol; BOSWELL, John. **Arte Comentada: da pré-história ao pós-moderno**. 15 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.



VATICANO. **Los Museos Vaticanos**. 2ª ed. Edizione Musei Vaticani, 2011

VIEIRA, Vinicyus. **Conheça e entenda todos os ângulos da Capela Sistina**. 2016. Disponível em <<http://viagemgrafia.com.br/capela-sistina-2/>>, Acesso em: 12/04/2019.

# HUMANIZAÇÃO E APRENDIZAGEM FLEXÍVEL NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA PERSPECTIVA MARXISTA

Luana Alves dos Santos<sup>192</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa discute sobre como educar para a humanização na sociedade transpassada por um sistema de aprendizagem flexibilizada. Para tanto, é necessário identificar o que é humanização para Marx, discutir a história da educação e do trabalho na sociedade brasileira até chegar à aprendizagem flexibilizada e compreender com base em textos marxistas como educar no sistema de acumulação flexível. Diante disso, verifica-se que a humanização se torna uma ferramenta de transição para uma sociedade comunista e a educação plena tem um papel essencial nesse percurso.

**Palavras-chave:** Humanização. Trabalho. Aprendizagem flexível.

## 1 Introdução

Conforme Karl Marx, nas teses sobre Feuerbach: “Até agora os filósofos se preocuparam em interpretar o mundo de várias formas. O que importa é transformá-lo” (MARX, 2007 apud ROSSI, 2019). Diante dessa citação diversos questionamentos podem cercar a mente de jovens e velhos professores: o que fazer para mudar o presente estado de coisas? Como gerar transformação por meio da educação em uma sociedade capitalista? A formação humana oferecida na sala de aula contribui para a humanização?

O termo humanização, em especial, pode causar maior embaraço: humanizar para quê? Quem? E o principal: como? Afinal, atualmente, a maioria dos jovens tem acesso ao repertório sociocultural das gerações anteriores, porém o sistema educacional vigente baseado na aprendizagem flexível, para atender a demandas econômicas internas e externas, não permite aos alunos compreenderem o patrimônio cultural de forma aprofundada. (KUENZER, 2016).

À vista disso, analisar a humanização, em uma perspectiva marxista, na sociedade transpassada por um sistema de aprendizagem flexibilizada é essencial. Deve-se ainda compreender o termo relacionando o trabalho e a educação como categorias primordiais para a humanização.

Portanto, indaga-se: é possível humanizar, na perspectiva marxista, em uma sociedade transpassada por um sistema de aprendizagem flexibilizada? Ainda busca-se respostas para esse questionamento que ao longo da pesquisa pretende-se responder.

Então, o objetivo geral do presente artigo é analisar a perspectiva de autores que discutem a humanização na perspectiva marxista, na sociedade transpassada por um sistema de aprendizagem flexibilizada.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: identificar o que é humanização para Marx; discutir a história da educação e do trabalho na

---

<sup>192</sup> Aluna de pós-graduação *Latu Sensu* em ensino de língua portuguesa e literatura pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) em curso. Possui graduação em Letras pela Faculdade Pedro II (2019).

sociedade brasileira até chegar à aprendizagem flexibilizada; compreender com base em textos marxistas como educar no sistema de acumulação flexível.

Parte-se da seguinte hipótese: O Brasil, influenciado por pressões externas e internas, adotou o sistema de acumulação flexível que se manifesta na educação com uma aprendizagem flexibilizada. O discurso da aprendizagem flexível se diz inovador e realmente engana em um primeiro momento prometendo acesso fácil e rápido ao conhecimento que se torna mercadoria na sociedade do capital.

A humanização é uma das formas de quebrar os grilhões impostos pela sociedade do capital. Quando o homem compreende seu papel na sociedade e seu lugar nas relações de produção, consegue lutar para alterar a atual sociedade. A humanização se torna assim uma ferramenta para a transição para uma sociedade comunista e a educação plena tem um papel essencial nesse percurso.

Assim, para continuidade do presente trabalho, é indispensável uma pesquisa sob a lógica dialética, preconizada na metodologia de análise textual discursiva, com abordagem qualitativa, com referências marxistas e realizadas com procedimentos bibliográficos. As referências foram selecionadas nas plataformas Google Scholar, Researcher e EPT em Revista, levou-se em conta artigos que tivessem uma qualificação relevante.

Na primeira seção do artigo, faz-se um levantamento sobre o termo humanização na história até chegar às sociedades capitalistas. Na segunda seção, apresenta-se a relação entre o trabalho e a educação aprofundando na sociedade brasileira. Na terceira seção, é abordada a aprendizagem flexibilizada no Brasil e faz-se uma reflexão da importância dos profissionais de educação hoje.

Ao final, conclui-se que os objetivos são atingidos e a pergunta respondida com a confirmação da hipótese, indicando que a educação associada ao trabalho, mesmo com os diversos empecilhos, é a melhor forma de humanizar os futuros trabalhadores. E os educadores formais e informais devem está na linha de frente desse embate por uma educação plena.

## **2 Fundamentos teóricos**

### **2.1 Humanização**

A humanização é resultado da evolução da espécie, quando o homem desceu da árvore e adquiriu a posição de bípede. A libertação das mãos o distinguiu dos outros animais, pois a partir desse momento pôde criar ferramentas e utensílios de caça. O crescimento do crânio possibilitou o desenvolvimento da cultura e da comunicação (BORGES, 2017).

A consciência da sua ação na natureza discerne o homem dos outros animais. Afinal, quando ele utiliza além do seu corpo a sua mente para garantir sua sobrevivência está executando um trabalho essencialmente humano. Marx (2001) destaca que o ser humano se distinguiu dos animais quando começou a produzir os seus meios de subsistência e completa que ele só pode “fazer história” quando satisfeitas suas necessidades vitais.

Assim, o trabalho, enquanto atividade vital consciente, é essencial para humanização. O trabalho, em seu sentido ontológico, transforma a natureza para produção de valores de uso. Essa atividade se apresenta como humanização da natureza, onde o homem faz da natureza seu corpo inorgânico de forma voluntária, universal e consciente (MANACORDA, 2007).

Porém, as relações de produção transformam essa áurea positiva do trabalho em uma relação de antonímia: trabalho concreto e trabalho abstrato. Segundo Marx (2005) o trabalho concreto se manifesta no valor de uso e o abstrato no valor de troca. No capitalismo, o trabalho abstrato é representado pela mercadoria, pelo dinheiro, logo é o trabalho alienado.

Ademais, de acordo com Manacorda (2007) Marx avalia o trabalho com uma áurea negativa no sistema do capital devido à privação do operário ao produto de seu trabalho. Além disso, a divisão social do trabalho em manual e intelectual provoca a divisão do homem. Tornando-o unilateral, fragmentado, dominado por um sistema que o explora e gera alienação. A economia política provoca essa alienação que está na essência do trabalho (enquanto atividade estranha e alheia ao trabalhador) na sociedade dividida.

Diante do exposto, percebemos que o homem precisa se entender como ser explorado e dominado no sistema vigente para conseguir sua emancipação e trilhar rumo a uma nova sociedade. Porém, precisa de meios para subverter o atual estado de coisas e a educação plena se mostra como o processo para libertar o homem das alienações do capital. Nesse processo a educação não pode ser mero recurso didático, mas um meio real para a transformação.

### **2.1.1 Trabalho e educação**

O homem, diferente dos outros animais, não nasce apto para o trabalho. Tudo o que constitui é transmitido pelas relações sociais. Assim, o homem deve aprender a ser homem, ele nasce bicho e se faz homem por meio das relações sociais. Como o homem não nasce apto para o trabalho, logo à educação é decorrente dessa necessidade.

Para Borges (2017) educar é humanizar na medida em que o homem se apropria do que foi produzido por meio do trabalho. Afastando-se, assim, dos animais. Logo, a consciência afasta o homem da sua determinação natural. A consciência diferencia o homem dos outros animais, pois o homem constrói na mente antes da ação. E essa elaboração no pensamento é essencialmente humana: projetar, analisar e compreender antes da execução.

O trabalho é a ação consciente do homem, sua atividade vital. Entretanto, na humanidade a concepção do termo trabalho tomou diversos aspectos de acordo com as relações sociais e culturais. Por exemplo, a relação do homem com o trabalho se modificou com a passagem das sociedades tribais para os feudos e dos feudos para as cidades. Houve a separação entre o campo e a cidade e com o advento da sociedade burguesa, no sistema capitalista, surge o proletariado.

“Para Marx, quando o trabalho transforma-se em mercadoria no capitalismo, sofre uma brutal perversão, passando do caráter emancipador, realizador, libertário e libertador para aprisionar o homem. Observa-se nessa esfera a distinção, ou melhor, ainda, a divisão clara entre trabalho abstrato e trabalho concreto. O primeiro mortifica, aliena, cria valor e torna o homem assalariado, o segundo supre as necessidades vitais do homem, realiza a mediação deste com a natureza. Essa diferença exprime o conceito já apresentado por Marx em seu livro *O capital*, no capítulo *A mercadoria*” (BARROSO; HOLANDA, 2007, p. 2).

Nas indústrias capitalistas, o trabalhador se torna mercadoria, visto que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Um salário que não é livre e serve essencialmente para garantir sua sobrevivência. O trabalho nesse sistema é fonte de alienação e desumanização, o que provoca a reificação do homem.

Todavia, o homem não nasce apto para o trabalho, pois para manusear as máquinas o operário precisa de um ensino. E assim, os burgueses oferecem escolas aos trabalhadores e seus filhos, devido às demandas do sistema do capital. Segundo Marx (2005) a conjugação trabalho fabril e ensino elementar é a primeira concessão da burguesia aos proletários e traz em seu gérmen a educação do futuro.

Entende-se por educação do futuro uma educação politécnica que reintegre o homem dividido pela dualidade entre trabalho manual, trabalho intelectual; burgueses, proletários. O homem precisa se constituir como uma totalidade que trabalha não somente com a mente, mas com o corpo e que sua relação com a natureza por meio do trabalho seja voluntária e consciente.

Para alcançar a totalidade do homem – quando ele se torna consciente do seu trabalho, os proletários precisam de uma nova escola, conhecida como politécnica. Essa escola oferece aos trabalhadores um ensino tecnológico que é teórico e prático (MANACORDA, 2007).

As escolas politécnicas descritas por Marx são escolas estatais, porém uma grande questão se coloca diante delas: são projetadas para outra sociedade, assim para alcançar esse tipo de educação é necessária à transformação social. Porém, para a transformação social se faz necessário um novo sistema de ensino. Logo, como criar um novo sistema de ensino que tenha como objetivo a reintegração do homem na sociedade dividida?

## **2.2 A educação na sociedade brasileira**

Para responder a pergunta apresentada anteriormente, vamos analisar os caminhos da educação na sociedade brasileira. Primeiro devemos considerar que o Brasil é um país que ainda está em desenvolvimento, possui um capitalismo dependente e não passou pelo estado de bem estar social. “Florestan Fernandes e Rui Mauro Marini se detêm a explicar que o capitalismo dependente é a dependência econômica e cultural que torna o país refém das imposições de organismos internacionais nas políticas econômicas e sociais e também das educacionais” (CIAVATTA, 2016, p. 57). Dessa forma, o país não consegue desenvolver um sistema educacional autônomo da dominação externa.

A história da educação profissional no Brasil começa na década de 1930 com a “revolução burguesa” que instaura o processo de industrialização no país, antes disso a educação para o trabalho tinha um caráter assistencialista para os órfãos e desvalidos da sorte. Para trabalhar nas indústrias os trabalhadores necessitavam de uma capacitação profissional, assim a educação se torna uma necessidade econômica. O debate da primeira LDB foi iniciado em 1946 e concluído em 1961, com essa LDB aconteceu à equivalência entre o ensino propedêutico e a formação profissional. Em 1971, em consequência a diversos embates no âmbito de se projetar uma sociedade para o desenvolvimento, a reforma 5692/71 foi aprovada tornando a educação profissional compulsória. Já a década de 1980 foi de diversas disputas no âmbito da educação para o trabalho baseadas na aprovação de uma nova constituição e em uma nova lei de diretrizes e bases da educação profissional. Nos anos 1990, acontece a vitória conservadora com a aprovação do projeto de LDB de Darcy Ribeiro, sob a derrota de um projeto de LDB com uma concepção avançada de educação básica. Foi um movimento contraditório da hegemonia neoliberal no país, pois tinha o objetivo de buscar o fortalecimento da educação profissional mediante a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, porém o retirou do sistema de educação escolar. O decreto 2208/97 foi revogado em 2004, um marco para a educação profissional, no governo Lula. Todavia, o novo decreto 5154/2004 é polêmico, porque apresenta apenas uma possibilidade de integração entre formação profissional e educação básica (RAMOS, 2014).

Com essa pequena síntese de um trecho da história da educação profissional percebe-se que aconteceram diversas reformas. Essas reformas existem alinhadas com os grandes organismos financeiros mundiais como o Banco Mundial (BIRD) que apresenta regras para os países periféricos em busca de globalizar a educação (BARROSO e HOLANDA, 2007). As numerosas reformas têm como principais vítimas os professores, pois não existe uma continuidade de uma proposta para outra.

Atualmente, por exemplo, a palavra de ordem é a flexibilização, flexibilização do tempo e espaço de aprendizagem. De acordo com Kuenzer (2016, p.14) a aprendizagem flexível e a flexibilização curricular se justificam pelos mesmos motivos: “crítica a um modelo único para alunos com diferentes trajetórias e interesses, ao conteudismo, à disciplinarização, a centralidade no professor e ao pouco ou nenhum protagonismo do aluno”. Nessa concepção, o ideal é um currículo flexível que valorize as escolhas do aluno e a construção coletiva do conhecimento, respeitando as vivências individuais.

Na aprendizagem flexibilizada, o aluno é protagonista do seu processo de aprendizagem. O professor tem o papel de tutor e o aluno gerencia seu tempo e espaço de estudos. Logo, sua proposta é substituir a estabilidade e a rigidez pelo movimento e dinamicidade.

Esse tipo de aprendizagem tem como base as teorias do “aprender a aprender” que acreditam que o aluno deve ser autônomo. Essa teoria, por trás de sua concepção inovadora, máscara os objetivos mercadológicos que a preconiza, basta um olhar mais atento para perceber que na sua base está a pedagogia das competências que tem como objetivo a formação para o mercado e a adaptação a instabilidade do mundo do trabalho. Portanto, essa pedagogia não tem como finalidade a transformação social.

Isso se justifica, pois essa aprendizagem surge do discurso pedagógico da acumulação flexível. Desse modo, de acordo com Kuenzer (2016) sua lógica é a

distribuição desigual da educação, mesmo que de uma forma diferenciada. Com a finalidade de formar subjetividades flexíveis, que serão consumidas de acordo com a necessidade do mercado.

### **2.2.1 Flexibilização do ensino médio**

Essas concepções pedagógicas são difundidas intensamente no Brasil nas décadas de 1990. Diante disso, o projeto de lei 6840 de 2013, aprovado em 2016 tem como pano de fundo essa flexibilização do ensino médio. A teoria sobre a flexibilização pode até enganar em um primeiro momento, mas por trás da roupagem de autonomia e facilidade de acesso aos conteúdos esconde um plano cruel: a precarização da educação, uma medida reducionista e imediata.

Afinal, a flexibilização do currículo que oferecem ao jovem depende das escolas estaduais disponíveis próximas a sua residência, logo essa opção fica limitada ao currículo que a escola oferecer (provavelmente um economicamente viável). Com a finalidade de tirar pouco a pouco o conhecimento socialmente produzido deixando em segundo plano matérias como sociologia, filosofia, artes e educação física. O ensino médio, nesse contexto, fica cada vez mais a serviço do mercado com a finalidade de formar subjetividades flexíveis e acríticas (KRAWCZYK; FERRATTI, 2017).

Outro ponto a ser abordado, são as opções formativas que estendem o tempo escolar diário. Essa extensão é chamada de ensino em tempo integral e nos percursos formativos as escolas podem se associar a empresas privadas para oferecerem a educação profissional aos alunos. Esse processo, mais uma vez, separa o ensino médio da educação profissional, pois são feitos sem uma concomitância. O erro dessa proposta está em ser totalmente voltada para o mercado produzindo operários. Ela não visa uma formação integral, politécnica do ser humano, na verdade o termo integral está apenas em seu nome.

### **2.3 Uma nova educação**

Uma nova educação com base nas teorias marxistas e marxianas para a humanização, totalidade e emancipação do homem deve ter como base a escola politécnica, unitária e de formação integral. A escola politécnica foi elaborada por Marx, para uma sociedade futura, onde não existam dualidades entre o ensino/trabalho e o capital/trabalho; a escola unitária de Gramsci tem como base a escola politécnica marxiana, sendo considerada uma elaboração mais avançada; já a formação integral, com base educação socialista, é o que queremos para os nossos jovens atualmente, um ensino que integre todas as partes do homem dividido na sociedade da mercadoria.

No Brasil, diversas lutas no âmbito educacional foram travadas com o objetivo de oferecer aos estudantes um ensino integral que superasse o dualismo da sociedade e da educação no país. Sua origem é a educação socialista que busca formar um homem na sua integridade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica. Um ensino em que a educação geral se torna inseparável da educação profissional, como uma unidade/totalidade (CIAVATTA, 2014).

Segundo Ciavatta (2014) o termo politécnia começou a ser discutido no Brasil nos anos 1980 nas lutas em defesa da escola pública, no primeiro projeto de LDB elaborado em consonância com a constituição de 1988 e retornou nos anos 2000 na tentativa de se aprovar a formação integral no ensino médio.

Porém, o que foi aprovado às pressas, em 2017, foi à reforma do ensino médio sustentada em dois aspectos: ampliação da carga horária e a flexibilização curricular. Apesar das justificativas para a aprovação da reforma ser a baixa qualidade do ensino ofertado e torná-lo atrativo aos alunos evitando a evasão escolar, não pensaram que existem outros problemas que perpassam a qualidade do ensino como a estrutura das escolas, inexistência equipamentos disponíveis para o aprendizado, falta de incentivo e valorização dos professores etc. Ou seja, somente a autonomia do aluno (flexibilização curricular) não é suficiente para resolver problemas presentes em toda a educação básica (MOURÃO, 2020).

Sem dizer que os itinerários formativos (linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; e formação técnica e profissional) não serão oferecidos em toda a rede aumentando a dualidade entre as classes sociais. Outra crítica é a apresentação da formação técnica e profissional como itinerário formativo, ou seja, não forma uma unidade com a formação geral. Logo, é uma educação distante de ser onilateral.

Dessa forma, percebe-se que essa lei visa apresentar uma educação fragmentada, reduzida e que aumenta a competição entre ricos e pobres no mercado de trabalho. No capitalismo, sempre existirão embates sobre qual a melhor educação para a classe trabalhadora. A busca por um ensino que integre educação geral e profissional tem suas bases no marxismo e na escola unitária de Gramsci, pois como apresentado anteriormente o homem não deve trabalhar somente com o corpo ou somente com a mente, mas com a prática e a teoria interligadas. Utilizando a teoria como uma guia para a ação. Afinal, somente assim consegue chegar a uma totalidade, compreendendo suas ações diárias, partindo da prática para teoria e desta retornando a prática em um movimento recursivo em busca de verdades concretas.

### **2.3.1 Formação docente na contemporaneidade**

Apesar das lutas, a dualidade permanece atualmente e talvez de uma forma mais desafiadora. O neoliberalismo constantemente dá golpes na busca por uma educação de qualidade, porém os embates não podem parar. A qualidade da educação é a única forma de travessia para outra sociedade e o ensino médio integrado, politécnico e unitário se mostra uma chave para converter um ensino que não passe de mero recurso didático, ou mera qualificação, para uma educação que motive a ação e a transformação social.

Assim, os profissionais da educação devem ficar na linha de frente dessa luta por uma nova sociedade. Conscientes que não tem como fazer uma transposição didática das sociedades socialistas para a capitalista, mas continuar na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Com o objetivo de um ensino em que os estudantes tenham noção do trabalho e das suas contradições.

Pois conforme Ciavatta (2014) o que importa é a ação rumo à transformação do mundo. Ou seja, trilhar os caminhos de travessia para uma nova sociedade, em que



educação geral e educação profissional sejam indissociáveis, com foco no princípio educativo do trabalho. É importante frisar que essa educação para o trabalho oferecida aos adolescentes e jovens só é aceita e necessária nesse momento de travessia, pois no capitalismo é uma necessidade a inserção precoce no mundo do trabalho para garantir as condições de vida.

Assim, educadores formais e informais precisam de uma formação contínua, pois devem ter uma visão dialética da realidade social e da educação profissional. Afinal, somente compreendendo as raízes da divisão social e suas contradições históricas será possível superar as estratégias hegemônicas por trás das reformas capitalistas.

### **3 Metodologia**

Realizou-se uma pesquisa partindo de uma revisão bibliográfica composta essencialmente por autores marxistas. Utilizou-se o método de análise textual discursiva com finalidade de compreender na perspectiva marxista o que é educar para humanizar no sistema de acumulação flexível.

Logo, é necessária uma pesquisa sob a lógica dialética, preconizada na metodologia de análise textual discursiva, com abordagem qualitativa, com referências marxistas e realizada com procedimentos bibliográficos. Assim, o estudo tem como base autores como Karl Marx, Friedrich Engels, István Mészáros, Acácia Zeneida Kuenzer, Mario Alighiero Manacorda, entre outros pensadores que elaboraram trabalhos pertinentes ao assunto.

Como objeto, foram selecionadas as seguintes unidades de análise: humanizar, trabalho, aprendizagem flexível e ensino médio. Essas unidades foram escolhidas por estarem relacionadas ao tema da pesquisa e promoverem uma extensa possibilidade de conteúdos para investigação.

Como parte do processo de pesquisa faz-se um levantamento sobre o termo humanização na história até chegar às sociedades capitalistas, apresenta-se a relação entre o trabalho e a educação aprofundando na sociedade brasileira, é abordada a aprendizagem flexibilizada no Brasil e faz-se uma reflexão da importância da formação dos profissionais de educação hoje.

### **4 Resultados e Discussão**

A presente pesquisa se iniciou com um questionamento sobre o termo humanização relacionado à educação em uma sociedade capitalista, por isso era importante estudar sobre a humanização, em uma perspectiva marxista, na sociedade transpassada por um sistema de aprendizagem flexibilizada.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral analisar se é possível educar para humanizar, na perspectiva marxista, na sociedade transpassada por um sistema de aprendizagem flexibilizada. Constata-se que o objetivo geral foi atendido, pois educadores formais e informais devem ter uma visão dialética da realidade social e da educação profissional. Afinal, somente compreendendo as raízes da divisão social

e suas contradições históricas será possível superar as estratégias hegemônicas por trás das reformas capitalistas.

O objetivo específico inicial era identificar o que é humanização para Marx e foi atendido por meio de textos marxistas e marxianos em uma discussão sobre o termo antes e depois da indústria moderna. O segundo objetivo era discutir a história da educação e do trabalho na sociedade brasileira até chegar à aprendizagem flexibilizada e foi atendido com autores como Marise Ramos, Maria Ciavatta, Acacia Zeneida Kuenzer entre outros para se compreender as origens da flexibilização curricular. Já o terceiro objetivo era compreender com base em textos marxistas como educar no sistema de acumulação flexível e para tal o referencial teórico demonstrou o importante papel da formação do professor no atual cenário de lutas no âmbito educacional.

A pesquisa partiu da seguinte hipótese: O Brasil, influenciado por pressões externas e internas, adotou o sistema de acumulação flexível que se manifesta na educação com uma aprendizagem flexibilizada. O discurso da aprendizagem flexível se diz inovador e realmente engana em um primeiro momento prometendo acesso fácil e rápido ao conhecimento que se torna mercadoria na sociedade do capital.

A humanização é uma das formas de quebrar os grilhões impostos pela sociedade do capital. Quando o homem compreende seu papel na sociedade e seu lugar nas relações de produção, consegue lutar para alterar a atual sociedade. A humanização se torna assim uma ferramenta de transição para uma sociedade comunista e a educação plena tem um papel essencial nesse percurso.

Após a confirmação da hipótese chegamos à conclusão que o problema foi parcialmente respondido, devido a limitações da pesquisa. O presente artigo não apresenta uma sugestão prática de como se educar para humanização em um sistema de educação flexibilizada, mas apresenta ferramentas teóricas para educadores e futuros educadores incorporam em sua prática diária elementos da educação socialista, pois de acordo com o que foi apresentado tem em suas bases uma educação para a humanização por meio do trabalho como princípio educativo.

## Referências

BARROSO, Maria Cleide da Silva, HOLANDA, Francisca Helena de Oliveira. Trabalho e Educação: as implicações da reprodução do capital no contexto educacional. Anais VI seminário do trabalho: trabalho, economia e educação. 1. ed. Marília: Gráfica Massoni, 2008.

BORGES, Liliam. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. Revista educação em questão, Natal, v. 55, n. 45, p. 101-126, set./2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/12747/8779>. Acesso em 28 jul. 2020.

CIAVATTA, Maria. A historicidade das reformas e da educação profissional. Cadernos de Pesquisa em Educação, Vitória, v. 19, n. 39, p. 50-64, jun./2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10246/7032>. Acesso em 28 jul. 2020.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, abr./2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9340/6688>. Acesso em 28 jul. 2020.

KRAWCZYK, Nora; FERRATTI, Celso João. Flexibilizar para quê? Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jul./2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/757>. Acesso em 28 jul. 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. Revista Do Tribunal Regional Do Trabalho Da 10ª Região, Brasília, v. 20, n. 2, p. 13-36, mar./2017. Disponível em: <https://revista.trt10.jus.br/index.php/revista10/article/view/2/1>. Acesso em 28 jul. 2020.

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. 1. ed. São Paulo: Alínea, 2007.

MARX, Karl. O Capital - livro 1, Capítulo 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MOURÃO, A. R. B. Educação e mundo do trabalho: algumas contribuições para o debate. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, Espírito Santo, v. 4, n. 1, p. 6-18, abr./2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/631/461>. Acesso em 28 jul. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. 1. ed. Curitiba: Coleção Formação Pedagógica, 2014.

ROSSI, Rafael. Teses ad Feuerbach e a educação. Trans/Form/Ação, Marília, v. 42, n. 2, p. 85-106, jun./2019. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/6168/5734>. Acesso em 30 jul. 2020.

## “MEMÓRIAS FESTIVAS: A FESTA DE SANT’ANA NA CIDADE DE SILVIANÓPOLIS/MG”

Luis Fernando Nogueira dos Santos<sup>193</sup>  
Cleyton Antônio da Costa<sup>194</sup>

**Resumo:** O presente estudo visa analisar os significados e usos da festa da Padroeira Sant’Anna da cidade de Silvianópolis, Sul de Minas. O festejo da Padroeira da cidade é realizado anualmente no mês de julho o que oportuniza a população um momento diferente na comunidade, materializado por práticas religiosas que oportunizam a quebra do cotidiano. O evento retrata uma experiência social que integra vários elementos, como cultura, religiosidade, a ruptura do cotidiano e constitui um campo repleto de valores e sentimentos. Trata-se de um dos momentos mais esperados pela população do município de Silvianópolis.

**Palavras-chave:** Festa, Cultura, Memória e Cidade

### Considerações Iniciais

O presente estudo visa analisar os significados e usos da festa da Padroeira Sant’Anna da cidade de Silvianópolis, Sul de Minas. A festa da padroeira da cidade de Silvianópolis é realizado no mês de julho oportunizando um momento diferente na comunidade local, repleto de práticas religiosas que promovem o encontro e a sociabilidade.

A cidade de Silvianópolis está localizada no sul de Minas Gerais, foi uma das primeiras vilas sul mineiras a ser fundadas na região, fato que ocorreu em 30 de outubro de 1746, por bandeirantes paulistas que desbravavam sertão adentro em busca de metais preciosos. Passados dois anos, em 1748, cria-se a Paróquia de Sant’Ana pelo primeiro Bispo de São Paulo, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira (DUTRA, 2006). A paróquia foi criada em julho, porém foi provida de pároco apenas em novembro deste mesmo ano. E na obra memorialista Carlina Morais Dutra (2006) é exposto que a escolha de Sant’Ana, como padroeira deste nova Vila se deu em homenagem à padroeira de Sant’Ana de Mogi das Cruzes, local de onde partiram estes bandeirantes que fundaram o povoado.

E nos traz também que por volta de 1745, navegando o Rio Sapucaí os paulistas se estabeleceram a margem esquerda do rio, iniciando a exploração de uma jazida descoberta por eles (aproximadamente uns 18 km de onde depois surgiria o Arraial de Sant’Ana). Inicia-se mais tarde, uma disputa entre o Governo da Capitania de Minas Gerias e de São Paulo essa região.

Com o fim da extração de ouro que sustentou a economia local, foi se estabelecendo a agropecuária (café e leite). Atualmente, Silvianópolis possui algumas indústrias, com destaque para laticínios e algumas pequenas fábricas, mas a agricultura prevalece forte na região.

Por muito tempo, o distrito homenageava sua padroeira com o nome Santana do Sapucaí. Com a elevação à cidade em 30 de agosto de 1911, dá-se o nome de Silvianópolis em homenagem ao filho da terra Silviano de Almeida Brandão, que foi considerado pela historiografia regional como um importante político mineiro.

---

<sup>193</sup> Graduado em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (2020).

<sup>194</sup> Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí (2020). Atualmente é professor de História do Colégio Paulínia COC.

Até hoje, a religiosidade marca a história e a vida dos silvianopolenses, isto é visto nos monumentos religiosos pela cidade. A devoção a santa é materializada, como na entrada principal da pequena cidade, que ostenta uma imagem da padroeira, que acolhe aqueles que chegam a Silvianópolis.

Elencando a festa da padroeira como um recorte cultural é possível compreender as diferentes memórias e sentidos relacionados ao evento anual que além de um evento religioso, também, se constitui como uma experiência social que marca a vida dos sujeitos sociais que vivem no município de Silvianópolis. Analisamos a festa de Sant' Ana como um espaço marcado por experiências, memórias e repleto de práticas, que regem todo o seu acontecer. E nessa perspectiva, dialogamos com Costa, afirmando que

ao se dedicar a trabalhar com festejos religiosos e sociais de uma comunidade, seja qual for, estamos também, trabalhando com identidade, pois é neste processo do festejar que são evidenciadas as diferentes práticas culturais de homens e mulheres (COSTA, 2012, p.4).

Podemos compreender que as experiências permeiam essas práticas e os significados elaborados por essas experiências possibilitam produzir diferentes memórias. Ao trabalhar as narrativas orais nos foi possibilitado entender o significado da festa religiosa na vida da população silvianopolense, homens e mulheres que participam efetivamente da organização da festa, ou outros que participam da festa estabelecendo como um espaço de lazer e devoção.

Metodologicamente, trabalhamos com a prática da História Oral, por meio das diferentes memórias e experiências vivenciadas pelos sujeitos sociais entrevistados. Compreendemos que todo relato, apesar de ser individual, está dentro de um contexto social, apresenta vivências, experiências que foram vividas em comunidade, onde é notada a contribuição do sujeito social na história, pois este não é um elemento aquém desta, mas sim um construtor com sua participação.

A experiência social dos sujeitos históricos é um pressuposto para qualquer investigação que tenha como ponto de partida o uso de técnicas de história oral. Na sociedade brasileira, de alfabetização recente e com hábitos de leitura restritos a determinados segmentos sociais, a transmissão oral de valores, tradições, regras e hábitos permanece viva e com importância significativa no processo de formação do indivíduo e dos comportamentos sociais. Logo, quem trabalha com as memórias de uma pessoa contadas através de suas histórias pessoais – vividas, escutadas ou mesmo inventadas – está lidando diretamente com suas vivências sociais, em todas as suas dimensões. [...] não podemos nos esquecer de que estamos lidando com a memória social, e de que é nela que nos apoiamos para produzir conhecimento histórico (MAUAD; DUMAS, 2011, pp. 85-86)

E com este aporte teórico, cunhamos nosso olhar acerca das festividades realizadas, utilizando a História Oral, metodologia esta que possibilita uma contemplação da experiência social, que pode apresentar contradições, antagonismos, resistências, conformismo, podendo construir, desta maneira, um cenário rico em informações pautadas nas memórias dos narradores.

A entrevista engendra uma relação, entre narrador e entrevistador, como aponta Portelli, ao afirmar que “podemos ter status, mas são eles que têm as informações, e gentilmente compartilham-nas conosco. Manter em mente esse fato significa lembrar que estamos falando não com ‘fontes’ – nem estamos por elas sendo ajudados – mas com pessoas” (PORTELLI, 1997, p. 27). Nesse encontro temos

compreensão de que nossos narradores, não são apenas portadores de informações, mas vão além, pois são sujeitos sociais que significam e ressignificam o evento festivo.

Assim, vemos as memórias festivas que, muitas vezes, podem ser convergentes e, em outros pontos, se distanciarem e/ou conflitarem. As lembranças decorrem da vivência comunitária, como o festejo da padroeira, no qual um contexto marcado por diferentes práticas culturais são evidenciadas.

### Divulgando a festa

A festa da padroeira, em Silvianópolis, é, também, divulgada por meio de cartazes, que trazem a programação, cronograma e os elementos que compõem a festa. Analisar esses impressos que são espalhados pelo município e região, aponta para a configuração de um tempo diferente, ou seja, o anúncio que a festa está próxima.

Imagem 1 – Cartaz da Festa de Sant Ana 1987



Cartaz cedido pela secretaria da Paróquia Sant'Ana

No cartaz acima é possível ter contato com a organização da Festa no ano de 1987. Logo nos dizeres “Festa de Sant’Ana em Silvianópolis” no início do cartaz, alguns pontos nos conduzem a olhar de forma mais aguçada, como a cor vermelha e o sublinhado na palavra “Sant’Ana”. Apresenta-se como a referência da comunidade local, em que a santa é o cerne do festejo. Articular destaque ao nome da padroeira, conduz que todas as práticas elaboradas neste interim festivo, se voltam a este ponto de centralidade que é materializado.

Também encontramos um convite: “Celebrar a Festa da Padroeira deve ser um momento forte na vida da comunidade, contamos com a sua presença e

*participação*". Agencia-se que a festa oportuniza um momento forte, ao abordar uma menção de intensidade é traduzido que o festejar não se faz sozinho, isolado, e sim, convivendo com a comunidade. Percorre-se um movimento de sociabilidade, de estar junto, que proporciona tal força, mas se direciona para o individual, em que a "sua presença" é esperada para ocorrer o evento. O forte está no individual, no uno que se junta para expressar a devoção, articular práticas diferentes, como ir na procissão ou estar na quermesse após as celebrações religiosas. A partir de uma convocatória comunitária, sustentada no indivíduo, que compartilha gestos de pertença a tal comunidade. Esses gestos podem ser a religião, a alimentação, os locais frequentados, como escola, igreja, comércios, entre outros. A força não está apenas no estar junto, lado a lado, e sim, compartilhar os esses gestos no cotidiano, com a possibilidade de ser reforçada com a devoção a padroeira. O dia da Santa vai marcar e unificar aqueles que se entendem como devotos, dando uma nuance a mais neste estar juntos.

É apresentado, também, a programação de todos os dias de missas da novena, que consistem em nove dias seguidos de celebrações, antes do dia da padroeira. Juntamente com as missas realizadas ao longo dos nove dias seguidos, há o costume de convidar sacerdotes de outras paróquias para celebrarem a missa. A cada missa é refletido um tema que esteja vinculado à temática central, apresentado acima.

Aqui emerge a preocupação da Igreja Católica com os seus fiéis, ou seja, o tempo festivo não se resume ao festejar por si só, mas direciona os participantes da celebração a terem outro olhar e postura.

A novena assume um caráter pedagógico, conduzindo o fiel a adquirir conhecimentos da doutrina cristã pregada pelo catolicismo e propiciar a vivência em comunidade. Os dias da novena projetam a proximidade do dia da padroeira, que configura a mudança da forma de ver e sentir a festa.

No dia 26 de julho, dia da Padroeira Sant' Ana, é apresentado uma programação toda diferenciada, para marcar a grandiosidade deste dia tão relevante para a Paróquia. Iniciava às 05h30min. e transcorria todo o dia, com atividades religiosas e sociais. Ainda hoje o dia da Padroeira é marcado por uma gama de acontecimentos diferenciados dos outros dias da festa; prática estas que variam a cada ano, conforme a vontade do Pároco e dos festeiros. Percebe-se neste cartaz a divulgação de alguns patrocinadores que contribuem financeiramente para a realização do festejo.

**Imagem – 2 Festa de Sant'Ana 1998**

**FESTA**  
**250 ANOS DE PARÓQUIA**  
**SANTANA COM O ESPÍRITO SANTO E MARIA RUMO AO**  
**NOVO MILÊNIO FORTALECIDOS NA ESPERANÇA**  
**De 17 a 26 de Julho de 1998**  
**Em Silvianópolis**

**PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA**

<p><b>17/07 - SEXTA-FEIRA</b> Abertura da Festa 19:00h - Missa <b>TEMA: PELO BATISMO, VIVENDO NA COMUNIDADE, MOVIDOS PELO ESPÍRITO SANTO.</b> Celebrante: Pe. Elyseu Sebastião Flauzino Responsável: Equipe de Batismo Participação: Bairro dos Fernandes, Setor Casa, Centro</p>		<p><b>22/07 - QUARTA-FEIRA</b> 19:00 - Missa <b>TEMA: FAMÍLIA, EXPRESSÃO DO ESPÍRITO DE AMOR.</b> Celebrante: Pe. Paulo V. Ambrósio Responsável: R.C. Participação: Congonhalândia e Tatu</p>
<p><b>18/07 - SÁBADO</b> 19:00 - Missa <b>TEMA: PELA CRISMA, SERVIDORES DO REINO, FORTIFICADOS PELO ESPÍRITO SANTO.</b> Celebrante: Pe. José Francisco Rezende Dias Responsável: Congonhalândia/Cruzeiro Participação: Bairro do São Amaro, Água Limpas de Casa, Setor 7, Vila Aguarda</p>	<p><b>23/07 - QUINTA-FEIRA</b> 19:00 - Missa <b>TEMA: O ESPÍRITO SANTO NA VIDA DO CRISTÃO.</b> Celebrante: Pe. Agnir Roberto da Silva Responsável: Pastoral do Setor 7 Participação: Setor Moreira Primavera</p>	<p><b>24/07 - SEXTA-FEIRA</b> 19:00 - Missa <b>TEMA: ESPÍRITO SANTO, ALMA DA LITURGIA.</b> Celebrante: Pe. João Hélio Fagundes Responsável: Pastoral do Diácono Participação: Setor Tanque</p>
<p><b>19/07 - DOMINGO</b> 19:00 - Missa <b>TEMA: ECARISTIA, FONTE E VIDA DA COMUNIDADE, NA UNIDADE DO ESPÍRITO SANTO.</b> Celebrante: Pe. Vândalo de Paiva Responsável: Ministério E. da Comunidade Participação: Sítio, Vivermos, Água Quente</p>	<p><b>21/07 - TERÇA-FEIRA</b> 19:00 - Missa <b>TEMA: PELO ESPÍRITO SANTO SOMOS PEDRAS VIVAS, NA EDIFICAÇÃO DA IGREJA DE JESUS CRISTO.</b> Celebrante: Manoel Alberto Rosa Responsável: E. R. S. Participação: Bairro da Cachoeira, Jaguari, Santa Bárbara</p>	<p><b>25/07 - SÁBADO</b> 19:00 - Missa <b>TEMA: MARIA, MULHER DA ESPERANÇA</b> Responsável: Juventude Participação: Missionários</p>
<p><b>20/07 - SEGUNDA-FEIRA</b> 19:00 - Missa <b>TEMA: CAÍTEQUESE, RENOVADA PELA FORÇA DA EDUCAÇÃO DA FE, VIVENDO A ESPERANÇA NO ESPÍRITO SANTO.</b> Celebrante: Manoel Alberto Rosa Responsável: E. R. S. Participação: Bairro da Cachoeira, Jaguari, Santa Bárbara</p>	<p><b>26/07 - DOMINGO</b> 06:00h - Alvarado Central 09:00h - Missa 17:00h - procissão em seguida Missa <b>TEMA: SANT'ANA EDUCADORA DA FÉ</b> Responsável: Equipe de Liturgia e Coordenadores de Setor Participação: Comunidade Paroquial</p>	<p><b>OS FESTEJOS:</b> José Américo Magalhães e Espozzo Silviana Silveira Bellino e Espozzo e Fabiano Silveira Bellino Agendamentos e Indicações Que Sant'Ana sempre os todos Comissão Organizadora Pe. João Vivermos, Coordenador Adm. Paroquial</p>

**PROGRAMAÇÃO EXTERNA**

Nos dias 3, 4, 5, 10, 11, 12 e de 17 a 26 de julho funcionará a Barraca da Festa.  
Dia 8 de agosto às 14:00h - Leilão de Gado no Sindicato Rural.

Cartaz cedido pela secretaria da Paróquia Sant'Ana.

No cartaz acima, podemos notar um marco temporal dentro do festejo. O registro de 250 anos da paróquia possibilitou um grande festejo. Ocorreu uma dinâmica diferente neste ano. Visto que o evento ultrapassa a dimensão local, pois a celebração naquele ano, visou relembrar a instalação da primeira paróquia no extremo sul mineiro.

Podemos notar que a imagem da santa está ao centro, como forma de destacar e evidenciar que a devoção à padroeira da cidade, formulando que a dinâmica religiosa é traçada por tal referência. Constitui-se como epicentro do festejo, em que ocorre a ampliação dos elementos que compõem tal evento se originam a partir do que é representado a devoção da santa. A materialização dos ritos, das ações dentro e fora do espaço religioso, que são limitadas pelos dias festivos, só fazem sentido para a comunidade de Silvianópolis que orbitam em alusão a celebração do dia da padroeira.

A festa contém partes diferentes: a programação religiosa e a programação externa. Essa se refere a prática do lazer, do consumo, da sociabilidade e do encontro que é formulado. Aqui se constitui o improvisado, o riso, a bebedeira, ou seja, quebra com o rito repetitivo e estabelecido da parte religiosa. Assim, nota-se que essa parte se encontra com pouco destaque, isso é demonstra o olhar eclesial na organização e planejamento da festa, impondo certos preceitos e práticas, que é a valorização da prática religiosa, diante do destaque dado no cartaz.

### Múltiplos olhares para a festa

O festejar constitui uma ação que perpassa o planejar e preparar o evento, o arrumar-se, escolher ou comprar a melhor roupa, organizar as tarefas de trabalho para



poder ir à festa, estar com a família e/ou amigos, o consumir comidas e bebidas. Tais ações são realizadas somente no tempo/espaço das festas, tece-se um cenário que está além do que é pautado no dia a dia, é um tempo diferente, aguardado, celebrado. Mas temos a consciência de que o ver e viver a festa não se dá de modos sem razões e/ou interesses

A moradora Claudia Inês relata que

Eram as festas esperadas do ano: São Sebastiao em janeiro, Festa do Rosário e a Festa de Sant`Ana, até então não tinha a Festa de Nossa Senhora Aparecida, aquela lá é mais nova, aquela igreja não existia, é de pouco tempo para cá, né. Então essas 3 festas era o acontecimento da cidade<sup>195</sup>.

Com a narrativa da senhora Cláudia Inês compreendemos que a festa era um momento esperado pela população da cidade, que todos aguardavam a chegada da festa com grande expectativa e que as pessoas vivenciam intesamente esse momento como uma prática de lazer e soaciabilidade.

Trata-se de um momento de união e reencontro, pois as pessoas da cidade, mas que residiam fora, retornavam para a cidade neste período de festa. E essa prática ainda hoje persiste, pelo fato da festa de Sant`Ana ocorrer num período de férias, e isso contribui para esse fator de atrair pessoa que moram fora a a cidade nesse período festivo.

Diante disso, “trabalhamos com memória dos sujeitos, procurando valorizar, não somente o passado, mas sim, e, sobretudo todo o processo de mudança e experiências vividas, tais como constituidoras da cultura, aqui entendida como um movimento oriundo de vários pontos de tensão e portanto num constante processo de construção” (DOMINGUES, 2017, p. 121).

Estar em uma festa, não é simplesmente ocupar um espaço físico determinado; é muito, além disto. É interagir com o outro e compartilhar com este a concepção que se tem da realidade.

Compreendendo este evento na cidade de Silvianópolis como o ponto de encontro daqueles que são da cidade, mas que residem em outras cidades, devido sua realização dar-se em um período específico, que compreende o mês de férias escolares. A possibilidade dos “filhos da terra” ausentes poderem retornar e rever familiares e amigos é grande. Sobretudo, com um estímulo afetivo que a festa evoca e que ocasiona encontros, entre pessoas, de que há tempo, não se tem notícias, proporcionando abraços, lágrimas, alegrias, conversas sobre como está a vida de cada um. Isto, promove um tempo especial em que o reforçar os laços familiares e de amizades são materializados.

A senhora Aurea Izabel aponta que “é a festa principal da cidade, né? Para a Paróquia, porque é a Padroeira da cidade, minhas filhas mesmo, todas tem Ana [no nome], por causa de Sant`Ana”<sup>196</sup>.

Aqui, podemos compreender o pertencimento que a fala estabelece acerca da festa junto a cidade. A história da cidade está relacionada a Igreja Católica, deste

---

<sup>195</sup> Senhora Claudia Inês Silva de Lima. Cultura e Memória: Festa da Padroeira Sant' Ana de Sivianopolis/MG. Em Silvianópolis, 12 de maio de 2017. Entrevista concedida a Luis Fernando Nogueira dos Santos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de História.

<sup>196</sup> Senhora Aurea Izabel Silva. Cultura e Memória: Festa da Padroeira Sant' Ana de Sivianopolis/MG. Em Silvianópolis, 12 de maio de 2017. Entrevista concedida a Luis Fernando Nogueira dos Santos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de História.

modo, o dia da padroeira se formula como um dia de grande relevância para os moradores de Silvianópolis.

E notamos a definição como a festa principal, por estar associada a santa padroeira, ou seja, a memória histórica do município fortalece esse olhar junto a santa que protege os seus moradores.

Notamos, a busca de evidenciar uma festa que historicamente é constituída por relações de poder, junto a instituições locais e ignora outras festas dentro do espaço urbano que trazem diferentes dinâmicas para os moradores de Silvianópolis.

E neste sentimento de pertencimento com a festa e a devoção da padroeira, a senhora Aurea narra que todas suas filhas tem o nome de Ana, configurando uma forma de relação com devoção da santa padroeira. Ocorre uma identificação concreta, assim podemos compreender seu olhar dado enfoque para a festa religiosa.

Outro registro que possibilita compreender a força que a presença eclesiástica se estabelece em Silvianópolis é o Livro do Tombo. Esse documento, que registrado pelo padre responsável da paróquia traz a visão da Igreja Católica acerca da festa, e os seus desdobramentos, enquanto organização, realização e os resultados obtidos com a mesma. Como é afirmado por Eni Mesquita Samara, onde o trabalho com tal fonte é passível de ser “quantificados e/ou englobados em séries temáticas, permitem vários tipos de análise e constituem, sob a ótica religiosa, ricos registros sobre a vida cotidiana” (SAMARA, 2010, p. 105).

O Cônego Paulo Monteiro registrou no Livro Tombo da Paróquia Sant’Ana referindo-se a realização da festa no ano de 1935:

No dia 26 de julho realizou-se com esplendor a festa da nossa Padroeira Sant’Anna – Havendo o novenario, havendo grande concorrência nos actos sagrados. No dia da festa houve a comunhão geral na 1 missa e as 10 horas missa solene com sermão, e a tarde importante procissão desfilou-se pelas principais ruas da vila e cio entrar [sic] houve uma pequena pralica [sic] como de costume e após o encerramento dei a bencao do Santíssimo Sacramento.<sup>197</sup>

Nota-se pelas palavras do padre que a festa foi realizada com sucesso diante do olhar da Igreja e que teve grande participação nos atos sagrados, mas nada ele registra nesta passagem sobre a parte social do festejo. Diante disso observamos que para a Igreja, que as missas e as demais atividades religiosas ganham maior destaque. Outras atividades realizadas na festa não são relevantes. Assim, podemos notar a valorização da festa religiosa sendo cunhada ao longo do tempo dentro da cidade de Silvianópolis.

A festa não fica restrita as práticas realizadas dentro do templo, a devoção também é exposta fora, de maneira publica, como podemos ver na imagem abaixo.

### **Imagem 3 – Mulheres segurando a imagem Peregrina de Sant’Ana 2017**

---

<sup>197</sup> Livro do Tombo da Paróquia Sant’Ana, 1936, nº 3, Página 135.



**Fotografia pertencente ao acervo fotográfico da festa de Sant'Ana 2017**

A imagem acima, na noite de 14 de julho de 2017, mulheres da comunidade conduzindo a imagem peregrina de Sant'Ana. Evidenciando que a devoção se manifesta em uma dinâmica viva, circulando pela cidade. Notamos a presença de senhoras, mães, avós, que ao educar os filhos transmitem esses valores. Há a circulação da devoção entre as gerações.

Outro ponto marcante, que fora do espaço da igreja, as mulheres tem uma atuação mais ativa e presente. Elas assumem uma posição de destaque ao materializarem a devoção nos lares, na rua.

A devoção da santa circula pela cidade, produzindo diversos significados a essa prática que é uma preparação da festa. Esse momento concretiza que a festa está próxima.

**Imagem 4 – Procissão com a Imagem da Padroeira - Festa de Sant'Ana 2013.**



**Fotografia pertencente ao acervo do pesquisador**

Anualmente no dia da festa, a realização da procissão com a imagem da padroeira Sant'Ana. A procissão geralmente sai da casa dos festeiros e percorre as ruas da cidade rumo a Igreja Matriz, onde acontece a missa solene da festa.

Com essa prática conseguimos analisar a importância para a Igreja de a imagem percorrer as ruas como uma forma não apenas de devoção para também de destaque e evidencia ao momento que é vivenciado; ao centro da fotografia está a imagem da santa, ela está acima dos sujeitos que formam a procissão.

A procissão é uma atividade que remete ao Brasil colonial, conforme descreve Del Priore em seus estudos sobre as festas.

A difusão das procissões, em dias de festa religiosa, colocava em evidência a mentalidade das populações, que viam no rito processional uma função tranquilizante e protetora. Itinerários para a comunidade, cantos e litanias somavam-se, ora para coroar as procissões ordinárias (acompanhamento de grandes cerimônias, desfiles, datas da agenda real, canonizações), ora para atender necessidades constrangedoras (saúde do rei, falta de chuvas, epidemias etc) (DEL PRIORE, 2000, p. 23).

Mesmo que seu foco priorize outras temporalidades, a historiadora expõe fundamentos teóricos que contribuem na análise desta prática presente no dia da festa em Silvianópolis. Tem-se aqui a constituição de uma atividade que possui funções específicas dentro da festa. Primeiramente, é uma ação que sai dos limites físicos do templo e vai para as ruas, ou seja, a devoção percorre a cidade. A experiência de fé circula pelo espaço urbano expondo a devoção da santa publicamente.

### **Algumas considerações**

A festa se configura numa vivência social repleta de sentidos e olhares, no que tange sua dinâmica e constituição. Compreendemos que a festa não se define apenas como uma aglomeração de pessoas em um determinado horário e espaço, pois é também, por meio das festas, que nos é possibilitado evidenciar múltiplos elementos que indiquem religiosidade, lazer, economia, política, tensões, conflitos, entre outros, proporcionando diferentes reflexões que atravessam o festejar vivenciado por diferentes sujeitos sociais.

Embora o social da festa vise à arrecadação de dinheiro para a sustentação e manutenção da Paróquia, o âmbito social mesmo assim acaba sendo um lugar seletivo, pois tudo que é consumido tem que pagar. Então diante disso acaba sendo excluído desse cenário as pessoas mais pobres que não possuem condições financeiras favoráveis para usufruir deste espaço.

Através das memórias foi possível compreender os diferentes significados que a festa possui e os sentimentos que ela produz, e como tange a sua organização. Configurando uma tradição atualizada a cada ano, entende-se que a festa não é algo cristalizado, imóvel, é sim vivo dinâmico e sustentado pela construção constante de sentidos e significados, que são produzidos por experiências sociais e compartilhadas pelas muitas memórias que possibilitam a contemplação de outras histórias.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COSTA, Cleyton Antônio da. *Cultura e Memória: O festejo de Nossa Senhora do Carmo em Borda da Mata-MG*. Pouso Alegre - UNIVAS. 2012.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DOMINGUES, Andrea Silva. *Cultura e memória: A festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis – MG*, Pouso Alegre: Univás, 2017.

DUTRA, Carlina de Moraes. *Sant'Ana dos Sapucaí atual Silvianópolis*. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2006.

MAUAD, Ana Maria; DUMAS, Fernando. Fontes orais e visuais na pesquisa história: Novos Métodos e possibilidades narrativas. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho - Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC, nº 15, Abril de 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autentica. 2010.

## **O LEVANTE DOS MALÊS: A REVOLTA DE ESCRAVOS OCORRIDO NA BAHIA EM 1835.**

Luzimary de Jesus Amorim Aroucha<sup>198</sup>

**RESUMO** - Este artigo tem por objetivo refletir sobre o Levante dos Malês, uma revolta dos escravos que ocorreu na Bahia em 1835, um movimento de resistência escrava, protagonizado por seguidores do islamismo. O processo metodológico consta de uma pesquisa bibliográfica, na qual foram consultados diversos autores que abordaram a temática. O estudo prima em apresentar quem foram os malês na Bahia em 1835, posteriormente é pontuado a organização e repressão após o ato de rebeldia. O estudo se justifica na importância do conhecimento sobre o levante dos malês, para entender a resistência dos escravos que lutaram contra a opressão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Levante. Malês. Bahia. Escravos.

### **INTRODUÇÃO**

No século XIX a Bahia teve o enfrentamento de vários desafios, a saber: a guerra da independência; a crise econômica em virtude da queda na venda do café pelo espaço internacional concorrente; o sentimento antiportuguês e conseqüentemente, a província se encontrava em um momento de incertezas. Nesse ínterim, os negócios declinaram juntamente com a economia escravista, que por sua vez, sofreu com o reflexo da intensificação da proibição do tráfico de escravos comprometendo a principal mão de obra,

Além de todos esses agravantes na província, existia por todo o país, movimentos contra o governo. No Maranhão, ocorreu a Balaiada, em Pernambuco eclodiu a Guerra de Cabanos, no Rio Grande do Sul, a Farroupilha e após o ato adicional de 1834 surgiu a Cabanagem no Pará, essas e outras revoltas do período regencial surgiram, em virtude das dúvidas quanto a organização política que o país assumia.

Diante desse cenário de instabilidade, Salvador presenciou várias revoltas de escravos que não aceitavam a forma de vida que eram condicionados, no qual ocorreram inúmeras sublevações ao longo do século XIX. Logo, os escravos insatisfeitos se organizaram e lutaram contra a opressão do sistema escravagista que subsistiu por quase IV séculos no Brasil. Dentre essas revoltas ressalta-se o grande levante dos malês, ocorrido no ano de 1835, sendo precisamente versado no presente artigo.

Indubitavelmente a temática possui forte relevância para a contemporaneidade, onde a discriminação racial ainda é muito evidente no país e mundo, tornando-se necessário o estudo acerca da resistência escrava e os reflexos que ocasionaram para a atualidade, pois a história do povo negro é sem dúvidas também a história do povo brasileiro.

Vale então enfatizar que o estudo sobre o levante dos malês, é de suma importância, para a compreensão da resistência dos negros escravizados que não se

---

<sup>198</sup> Graduada em Ciências Humanas Habilitação em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira. É membro do grupo de pesquisa sobre a formação e trabalho docente da Educação Básica, da Universidade Federal do Maranhão Pinheiro-MA.

mantiveram apáticos ao estado de escravidão, outrossim, se rebelaram contra as autoridades em um cenário inimaginável para os padrões de uma época na qual os escravizados jamais foram ouvidos, tão pouco respeitados e não tinham espaço, pois, deveriam seguir apenas o que lhes eram impostos. Esse movimento dos negros letrados que se rebelaram é pouco mencionado na historiografia, isso demonstra a necessidade da expansão de pesquisas voltados para essa temática.

Perante o exposto, o objetivo deste artigo é refletir sobre o levante dos escravos de origem muçulmana que lutaram na Bahia em 1835, ramificando esse objetivo para o conhecimento dos malês que protagonizaram esse ato de insurreição, bem como enfatizar a organização do levante e posteriormente evidenciar a repressão após a eclosão do maior ato de rebeldia negra que o Brasil registrou em sua história.

O processo metodológico é baseado em uma revisão bibliográfica de vários autores que enfatizam as revoltas dos escravos. Dentre eles, João José Reis faz uma importante colaboração para o presente estudo, compondo uma abordagem singular sobre o levante dos malês. Outros autores consultados, por escreverem sobre a África e a escravidão, implementam as informações necessárias para a elaboração da presente pesquisa, possibilitando apresentar fatos relevantes que sustentam o trabalho sobre o levante de escravos.

O presente estudo além desta introdução e considerações finais, está dividido em mais dois tópicos, sendo o primeiro, apresentando quem eram os malês na Bahia em 1835, ano que ocorreu o levante, e o segundo focalizando uma abordagem sobre o levante de escravos, descrevendo como os revoltosos organizaram o plano de rebeldia e como ocorreu a repressão aos negros após o levante.

## **Os malês na Bahia**

O nordeste do país recebeu uma considerável influência de distintas partes do continente africano, de acordo com Prado Jr., (1963) embora aos portugueses e brasileiros escravagistas, jamais importou saber a origem dos negros, desde que trabalhassem e fossem submissos ainda que não haja dados precisos em relação à origem e contingente populacional, Reis (1986) fez uma estimativa que em 1835, 71% da população era composta de negros considerando escravos e libertos no ano em que eclodiu a revolta dos malês na Bahia. Referente ao número significativo da classe escrava, o autor complementa que:

É também verdade que os escravos formavam a principal categoria de trabalhadores, eram subordinados política, social e economicamente aos senhores, e por isso, inclusive por seu peso numérico, pode-se dizer que constituíam a principal classe subordinada da Bahia na época. Por essa razão, qualquer análise terá de levar em conta o fato de que as relações senhor/escravo constituíam a matriz estruturadora da sociedade e da economia. (REIS, 1986, p. 13)

Porquanto, a quantidade de escravizados era significativamente elevada, tal número expressivo refletia na população e base econômica, pois eram encarregados a realizarem o serviço braçal, proporcionando maior lucratividade. Conforme DIANNA (2016) a província baiana ganhava notoriedade, pois era o coração da economia açucareira no Brasil e concentrava muitos engenhos na região do Recôncavo. Obviamente, Salvador recebia maior número de negros africanos traficados pelo Atlântico, para serem empregados nos diversos engenhos da capital.

Depois da longa travessia atlântica e do desembarque em algum porto das grandes cidades do Brasil, ou em alguma praia deserta após a proibição, os africanos logo percebiam que sobreviver era o grande desafio que tinham pela frente. Dali por diante teriam que conviver com o trauma do desenraizamento das terras dos ancestrais e com a falta de amigos e parentes que deixaram do outro lado do Atlântico. Logo percebiam que viver sob a escravidão significava submeter-se à condição de propriedade e, portanto, passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias, doados e legados. Significava, sobretudo, ser 15 submetido ao domínio de seus senhores e trabalhar de sol a sol nas mais diversas ocupações. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 65)

Essa classe vivia à margem da sociedade, ou seja, faziam parte do grupo dos subordinados, onde o negro sempre remetia a algo negativo, como alguém que não tinha nada a oferecer exceto sua força de trabalho, o escravo simplesmente era visto como coisa. Moura destaca:

Não por acaso era considerado simples coisa, pois, dentro do regime escravista, não passava, efetivamente, de um instrumento. Não vendia a sua força de trabalho, mas era considerado pelo senhor de escravos um simples instrumento de trabalho, de vez que o direito de propriedade se estendia à própria pessoa do escravo. (MOURA, 1956, p.55)

Conforme a necessidade da mão de obra ia surgindo, os escravos eram importados por navios de diferentes locais do continente africano, para assim suprir a demanda dos senhores. Dentre eles, uma grande concentração de negros islamizados compunham os negros que chegavam, pois mas para o autor Pinto (2010) a primeira inserção ocorrida de fato de muçulmanos no espaço religioso brasileiro aconteceu através da imigração forçada pelo tráfico de escravos, que trouxe para o Brasil africanos oriundos de diversas etnias em diáspora, portanto, uma diversidade de grupos negros passava a fazer parte da população da capital baiana no século XIX. Segundo Ribeiro (2011, p.141), o islã foi trazido ao Brasil no final do século XVIII pelos escravos oriundos das regiões islamizadas da África, ainda nessa perspectiva Kupper e Chenso (2002) Entre os países africanos islamizados, o dos 'hauçás yorubanos', 'bantos', 'sanghai', entre outros, foram introduzidos no Brasil, indistintamente, como malês. Nesse contexto de expansão do islamismo Reis esclarece:

A penetração muçulmana na comunidade escrava se realizava em níveis distintos de profundidade religiosa e de compromisso, porém. Como em toda religião, havia um centro mais doutrinário e uma periferia menos doutra e relaxada. Num nível mais superficial encontramos a adoção de símbolos exteriores da cultura muçulmana. O mais notável e difundido desses símbolos eram os amuletos malês. (REIS, 1986, p.118)

Sendo assim utilizaram esses símbolos durante a organização do levante, os amuletos após o movimento serviram de prova para aprisionar e condenar os revoltosos, pois esses adereços eram usados como proteção, neles continha escritos e imagens como enfatiza Reis (1986) a magia dos textos e desenhos islâmicos servia a uma variedade de fins protetores, em suma os escravos que foram pegos com esse símbolo foram caracterizados de malê.

Esse grupo de escravos islamizados, por sua vez, foram os protagonistas da maior insurreição de escravos seguidores da religião islâmica no solo brasileiro.



Dianna (2016) ressalta que o islamismo como um elemento de resistência frente à escravidão na Bahia, observando ainda que a religião se tornou instrumento de luta a ser utilizado pelos escravos como meio de libertação. Para Silva:

A algumas das insurreições do início do século XIX, na Bahia, e sobretudo à maior de todas, a de 1835, em que os iorubás ou nagôs eram o grupo mais numeroso, e como que apenas acompanhados por hauçás, nupes, jejes, bornus e baribas, o povo baiano deu o nome justo, porque percebeu o seu caráter político-religioso. Chamou-lhes guerras dos malês, isto é, dos islamitas, pois imalê quer dizer moslim em iorubano. (SILVA, 2011, p. 70)

Com efeito, pode-se dizer que os malês foi um grupo identificado por ser composto por muçulmanos, portanto, receberam o nome de malês. Entretanto, é importante destacar que eles faziam parte de diferentes grupos advindos da África, sendo capazes de se organizarem e formarem o protagonismo da maior insurreição de escravos, liderando um ato grandioso. Nesse contexto, Ribeiro (2011, p.290), sintetiza que “Apesar desses negros malês terem grande desenvolvimento cultural – sabiam ler e escrever em árabe, foram obrigados a despir de suas túnicas brancas e a viajar trajados sumariamente em porões escuros dos navios negreiros”, relegando sua identidade.

Em contraste com os demais escravos, os malês tinham um grande domínio da leitura e escrita, o que certamente tornou uma comunicação ímpar, pois os escravos em geral não sabiam ler e escrever. Corroborando a afirmativa, Nei Lopes (1988, p.59), ressalta que “em geral eram islamizados, portadores de um grau considerável de escolaridade e consciência política, com visão e experiência militar, com maior capacidade de organização”. Por certo, todos esses condicionantes foram essenciais para que os escravos malês se identificassem entre os demais e pudessem compartilhar desse sentimento de pertencimento ao grupo unindo-se em prol do objetivo comum. Para Simões:

No caso dos escravizados, a comunidade religiosa se destacou como um dos mais fortes vínculos de identidade e segurança nas mais adversas realidades. Entre os escravizados muçulmanos não foi diferente; a religião se destacou como dimensão fundamental na vinculação com um grupo e também na confirmação social em território estrangeiro. Neste exercício, a comunidade religiosa pode oferecer plausibilidade de mundo, na medida em que é com ela que se compartilham percepções, sentidos e uma identidade, pois ao reforçar o aspecto simbólico-religioso, acionam a sensação de pertença. (SIMÕES, 2019, p. 48)

A religião é um fator de suma importância para o entendimento da vivência do islamismo, na Bahia. A identidade criada pelos malês conseguiu fortalecer o grupo e gerou possibilidades de um levante. Essa negação da condição de escravizado, logo encontrou apoio no solo brasileiro, ações conjuntas permitiram organizar o ato de insatisfação, em virtude de todas as ações sofridas desde a chegada nas terras brasileiras, sofrimento que não tinha previsões de cessar, o que Prado Jr (1963) definiu como mais conscientes de sua força ou de um nível cultural mais elevado, o que existia, particularmente, na Bahia em 1835.

Salvo que, os negros seguidores do islã foram forçados a deixar sua origem e embarcarem para o Brasil despidendo-se da sua identidade, relegando seus aspectos culturais para o embarcamento na escuridão. Ao aportarem no Brasil essa foi a realidade imposta a eles, devendo seguir uma religião e costumes desconhecidos,

coadunando com o pensamento de Reis (1986, p.189), que “Apesar das adaptações e inovações culturais impostas pela realidade da escravidão e o contato com diferentes povos num novo ambiente”, esses malês jamais aceitaram tais condições, portanto, se rebelaram.

## 1 A revolta dos malês

O ano de 1835, precisamente a madrugada do dia 25 de janeiro seria lembrado para sempre, o dia da Nossa Senhora da Guia, data escolhida pelos malês para eclosão do grande levante de escravos ocorrido na Bahia, tal data coincidiu propositalmente com os festejos católicos importantes, onde os cristãos também estavam presentes. Nesse ínterim, os senhores com suas ocupações não podiam despender atenção aos seus escravos, sendo isso de tamanha relevância para a ocasião. Outro ponto importante da data, era a marca do fim do Ramadã, que para os malês significava uma força espiritual que ajudaria no dia do levante.

A revolta foi precedida por várias outras manifestações de descontentamento, o Brasil como citado anteriormente passava por um momento de muita instabilidade política, e os escravos sempre buscavam formas de se rebelarem. A conspiração foi então liderada por malês, através de uma revolta africana, pois compunha escravos de distintas etnias, decerto:

A Bahia foi uma das regiões mais agitadas do país. De 1820 a 1840 a província foi o palco de uma guerra anticolonial, revoltas militares, motins antiportugueses, quebra-quebras e saques populares, rebeliões liberais e federalistas, e levantes de escravos. (REIS, 1986, p. 38)

Conforme o autor atesta, a província estava em um momento turbulento, o que ocasionava vários momentos de rebeldia escrava. Entre os movimentos destacou-se o então levante dos malês. Os principais líderes para execução do plano de sublevação, segundo Reis (1986, p.154), “eram [...]: Ahuna ou Aluna, Pacífico Licutan, Luís Sanim, Manoel Calafate, Elesbão do Carmo (Dandarará), Nicobé e Dassalú”, e organizavam os encontros nas suas residências e outros locais na tentativa encontrar as melhores estratégias para pôr fim à barbárie em que eram obrigados a viver.

A casa de Calafate era um dos locais secretos de encontros, assim como vários pontos espalhados por Salvador, para dar continuidade aos encaminhamentos do movimento. De acordo com Reis (1986), os malês se reuniam para rezar, fazer refeições e rituais, realizar celebrações do calendário islâmico e naturalmente efetivar as conspirações. Usavam esses encontros para consolidarem seus hábitos mantendo viva as suas crenças em um território que era proibido, pois, havia forte perseguição aos que não seguiam o catolicismo, sendo obrigatoriedade seguir apenas o que lhes eram impostos, logo, o sentimento de revolta se tornava cada vez mais forte entre os escravos muçulmanos.

Em suma, pode-se dizer que havia um planejamento, muito bem estruturado, inclusive munido por recursos financeiros para custeio das despesas, com a previsão do acontecimento no momento certo, já que queriam uma revolta exitosa. Não era apenas mais um ato de rebeldia escrava como tantos outros que haviam ocorrido, os malês de fato eram bem organizados e tinham experiência militar, sendo esse, um fator diferenciador na articulação da revolta. Nesse contexto:

Os malês encontraram na Bahia de 1835 um campo fértil onde semear a rebeldia escrava e tentar mudar a sociedade em favor dos africanos. Fundada

na desigualdade étnico-racial e social, a Bahia vivia uma profunda crise econômica e política. (REIS, 1986, p. 283)

Em se tratando das tarefas impostas, os malês assim como os demais eram destinados a exercer várias funções, a saber: barbeiro; vendedor ambulante; entre outros que na maior parte eram realizados na zona urbana da cidade. Para Silva e Reis (1989), uma dimensão da importância do meio urbano para a articulação dos levantes de escravos era justamente essas possibilidades de circular pela cidade. Cabe mencionar a importante ajuda dos libertos empregados nesse ato, pois nas diversas tarefas cotidianas que exerciam na cidade puderam contribuir para o movimento rebelde, pois andavam pelas ruas de Salvador livremente, tornando mais fácil a interação, possibilitando a comunicação entre os escravos e principalmente a divulgação entre os demais, sobre o plano de rebeldia que estava sendo planejado.

Como mencionado, os malês por serem letrados, faziam também a distribuição de bilhetes entre eles, longe dos olhares dos brancos, “usando o seu código de linguagem, transmitir aos demais escravos o espírito de rebeldia necessário para levá-los a um tipo de comportamento que iria culminar na luta armada” (MOURA, 1986 p.60). O movimento precisava do maior número de apoiadores possíveis, traçando as estratégias durante um longo período.

Apesar de todo o planejamento e esforços para que o plano tivesse êxito, algumas horas antes houve uma conspiração, ao serem alertados sobre o ato de insurreição, as autoridades logo que tomaram conhecimento agiram prontamente colocando todos em alerta. Assim que o Juiz de Paz teve conhecimento deu início à busca pelos revoltosos e tomaram as medidas para contê-los de imediato, pois não podiam permitir que os escravos tomassem a cidade e instaurasse o caos absoluto. Em consequente conforme cita Rodrigues (1932, p. 58), as autoridades:

Começaram desde logo a buscas nas casas dos Africanos. Sob denúncia de que, na loja da segunda casa da ladeira da Praça, estava reunido grande número de negros Africanos, foi esta cercada e, apesar das evasivas coniventes do pardo Domingos Marinho de Sá, principal inquilino do prédio, as autoridades penetraram nele e dispunham-se, já às 11 horas da 59 noite, a dar minuciosa busca, quando de súbito se entreabriu a porta da loja e dela partiu um tiro de bacamarte, seguido da irrupção de uns 60 negros armados de espadas, lanças, pistolas, espingardas.

A perseguição aos insurretos foi rápida e para conter e evitar o sucesso dos revoltosos, o que certamente foi de suma importância para que o levante não tomasse as proporções que desejavam alcançar. Para Reis (1986, p.102) “neste caso, a frustração do fator surpresa exatamente no centro da operação representou um golpe irrecuperável para o levante armado, pois desestruturou “tecnicamente” a tática militar malê”, a casa de um dos líderes, denominado Manuel Calafate, foi atacada e logo a rebelião foi deflagrada com apenas alguns revoltosos, antecipando os atos que foram tão bem planejados, sem qualquer opção ou alternativa, além de seguir em frente com o plano.

O plano tinha sido inteligentemente estabelecido. Os revoltosos deveriam provocar simultaneamente incêndios em diversos pontos da cidade, para desviar a atenção da polícia e da tropa e tirá-las de suas casernas. Deviam aproveitar a confusão para atacá-la e desarmá-las. Uma vez senhores da cidade, contavam junta-se com os escravos das plantações do Recôncavo. Este plano tinha mais chances de sucesso do que as tentativas precedentes de rebelião, que começavam fora da cidade e tornavam as chances do ataque

final problemáticas, estando as tropas já alertadas e na defensiva. Uma denúncia in extremis fez fracassar esta revolta. (VERGER, 2002, p. 365)

Durante o longo tempo de preparação do movimento, jamais os escravos cogitaram a possibilidade de traição, diante desse cenário inimaginável tiveram que antecipar o levante do jeito que foi possível, pois não havia um segundo plano, logo, tiveram que sair às ruas. Todavia nem todos os envolvidos estavam inteirados que o movimento tivera mudanças, portanto, muitos deles ficaram de fora desse primeiro ato. O ataque ficou comprometido sem a ajuda de todos os malês, assim, as possibilidades de obterem sucesso se tornava cada vez mais distante.

Nota-se que o levante sofreu muito, pois todo o esquema planejado não pôde ser seguido, mas a vontade de lutar, de colocar em prática todo o descontentamento com as condições que eram obrigados a viver, era maior. Apesar de todas as adversidades, os revoltosos insistiram em atacar, pegaram suas armas as que puderam e foram às ruas. Vale destacar que os insubordinados muçulmanos receberam apoio de escravos libertos, que se uniram contra o sistema de escravidão e da barbárie que eram condicionados, no entanto, essa ajuda não foi suficiente, pelo fato do grupo ter poucos integrantes para lutar contra as autoridades baianas que estavam prontas para conter a rebelião.

De acordo com Fausto, (2015 p.167) “O levante dos malês foi reprimido com violência, ocasionando a morte de cerca de 70 participantes. Mais de quinhentos africanos foram vítimas de repressão, que incluiu a pena de morte em alguns casos, prisão, açoites e deportação”, após o ato de conspiração a iminência da derrota dos escravos era indubitável. Os malês foram fortemente atacados, seguido de sucessivas derrotas e então o grande levante de escravos foi desarticulado, colocando fim ao maior ato de insurreição que a Bahia presenciou. A autoridade baiana tomou medidas avassaladoras, pois:

Fez recolher ao quartel uma força de infantaria a fim de defender a porta e fazer fogo das janelas e estendeu a cavalaria em linha de combate no largo para receber os assaltantes. Quase em seguida chegava ali o grande troço de Africanos, que intrepidamente atacaram ao mesmo tempo o quartel e a cavalaria. Repelidos do quartel e perseguidos pela cavalaria, que carregou 60 fortemente sobre eles, tiveram de debandar, morrendo mais de 40, ficando muitos feridos e precipitando-se ao mar uma grande parte dos quais muitos pereceram afogados, refugiando-se os demais na mata vizinha. (RODRIGUES, 1932, p. 60)

Essas ações conjuntas das forças armadas da Bahia foram suficientes para conter o maior ato de rebeldia, pois apesar de todo o esforço, o levante não teve o fim desejado. De acordo com Reis (1986), no que se referem às armas utilizadas pelos rebeldes, as mesmas eram rudimentares se comparadas ao armamento das forças baianas. O levante dispunha em geral de porretes, lanças e pouquíssimas armas de fogo, eram elas numericamente inferiores, e claro, o fator inesperado a delação às autoridades. O autor destaca que:

Não há sombra de dúvidas sobre o papel central desempenhado pelos muçulmanos na rebelião de 1835. Os rebeldes – ou uma parte deles – foram para as ruas com roupas usadas na Bahia pelos adeptos do islamismo. No corpo de muitos dos que morreram a polícia encontrou amuletos muçulmanos e papéis com rezas e passagens do Qur’ân usados para proteção. (REIS, 1986, p. 158).

Em virtude da singularidade que o movimento liderado por malês teve na história, é compreensível que suas ações resultassem em uma esperança transformada em união dos escravos muçulmanos, compondo então, um levante contra autoridades da Bahia. Após o ocorrido, os resquícios da religião dos rebeldes estavam presente por toda parte, diante desse fato foi possível corroborar que o levante foi planejado por seguidores do islã, embora não seja possível afirmar que se trate de um levante de cunho estritamente religioso, não se pode também negar a sua presença e que teve um papel singular na história da Bahia. Em consonância ao pretendido, Guimarães et al. (2019 p.82) sintetizam que:

O que se pretendia não era apenas um novo modelo administrativo, ideológico e religioso – uma nação mulçumana em detrimento do catolicismo imposto aos escravos - era descolonizar um pensamento dominador e centralizador presente no Brasil, de negação dos direitos fundamentais e de exploração racial, que tem reverberado até os dias de hoje diretamente contra os povos negros e desfavorecidos.

É notório que o cerne da rebelião deflagrada na Bahia em 1835, era uma luta de escravos que se rebelaram contra o domínio dos senhores, um levante de insatisfação com intuito de findar tantos anos de crueldade contra o povo negro escravizado, que carregava o peso da brutalidade do homem, o que foi intensificado após o levante. De fato, para Reis:

A Revolta dos Malês foi, provavelmente, a primeira Jihad (pequena) ocorrida em toda América, pois os escravos islamizados lutaram para defender suas vidas, seus amigos, a liberdade e, acima de tudo, sua fé, assim “(...) o islã representou o refúgio dos humildes. Deu força espiritual, moral e organizativa a homens pobres livres que viviam subordinados aos poderosos protegidos da religião tradicional e manteve viva a esperança de libertação de milhares de escravos muçulmanos” (REIS, 1986, p. 115)

Para Reis (1986, p. 253) “acabar com africanidade baiana – não se pode ver de outra forma a qualificação de “subversivo” a qualquer objeto da África encontrado nas casas vasculhadas pela polícia em 1835”, precisam punir todos que participaram da revolta, pois saíram a procurar todos os envolvidos. Ainda de acordo Reis uma legislação antiafricana, fez parte do rigoroso sistema de controle através dos senhores e do poder político, surgiu no Brasil e, com todo rigor, na Província da Bahia

Qualquer acessório que remetesse ao levante, fosse abadas, papéis árabes, amuletos e outros objetos, era considerado como prova de participação na insurreição, portanto, tal responsável deveria sofrer as penalidades impostas pelas autoridades baianas. As penalidades variavam entre açoite, prisão, execução, deportação, entre outros. Enfim, a vida ficou mais difícil para os negros africanos na Bahia.

Uma revolta de poucas horas, mas que causou efeitos em vários segmentos, afetando toda a Bahia, ganhando notoriedade por todo o Brasil, bem como, expandindo para os territórios internacionais. Com um acontecimento planejado e arquitetado, uma das iniciativas era estabelecer que eventos como esse jamais voltasse a acontecer, por isso a repressão foi tão cruel, para seguir de exemplo para que outros jamais pudessem pensar em planejar um novo ato de insubordinação.

## 2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levante dos malês mostra um movimento de resistência escrava protagonizado por escravos seguidores do islamismo e povos oriundos de etnias diversas que uniram em busca de algo em comum, em um cenário conturbado da Bahia oitocentista com inúmeros outros movimentos de insurreição escrava, que aconteceram anteriormente, sendo esse em particular protagonizado por escravos seguidores do islamismo sem precedentes, pois eram letrados e tinham experiência militar, ou seja, foi um levante organizado, e considerado o maior e o último ato de rebeldia.

A repressão aos revoltosos foi tão grande que outros não ousaram se rebelar, as punições foram o suficiente para passar a mensagem do que acontece com insurreto, o controle sobre os negros foi intensificado, pois apesar de insubordinados eles ainda eram a principal força de trabalho existente.

Concluo após a abordagem acerca da revolta de escravos, que se pode dizer que o levante dos malês na Bahia em 1835, foi um movimento de negros escravizados que não aceitavam as condições de vida, não suportavam a escravidão e tão pouco aceitavam serem privados da prática de seus costumes, portanto, o levante dos malês ficou conhecido no Brasil como o mais organizado ato de rebeldia escrava que a história já registrou.

## 3 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006
- DIANNA, Eduardo Matheus de Souza. **Salvador em revolta: alguns olhares para a revolta islâmica na Bahia em 1835.** Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.5, nº10 jan-jun, 2016.p.145-161.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** -14.ed – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- GUIMARÃES, R. M. C et al. **Direitos humanos: vulnerabilidades, violações e (re)construção da cidadania.** – Campina Grande: Realize eventos, 2019.
- KUPPER, A.; CHENSO, P. A. **Malês: sangue em Salvador.** Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2002.
- LOPES, Nei. **Bantos, Malês e Identidade Negra.** Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1988.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra.** – 1ª ed. São Paulo: Brasiliense 1986.
- \_\_\_\_\_, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas.** São Paulo: LECH, 1956.
- PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Islã: Religião e Civilização. Uma abordagem antropológica.** São Paulo: Santuário, 2010.
- RODRIGUES, Nina Raimundo. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.
- PRADO JR. C. **Formação do Brasil contemporâneo.** 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense,1963.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. **Negros islâmicos no Brasil escravocrata**. Revista USP, n. 91, p. 139-153, 30 nov. 2011.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. – 5.ed. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira : 2011.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SIMÕES, Maria Cecília dos Santos Ribeiro. **Escrever a resistência: uma análise das dinâmicas religiosas como narrativas insurgentes na Revolta dos Malês**. Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 22, n1, jan./jun. 2019, p. 43-56

VERGER, Pierre Fatumbi. **Fluxo e Refluxo. Do tráfico de escravo entre o golfo do Benin e a Bahia de todo o santo do século XVII e XIX**. 4.e.d. Salvador: Corrupio, 2002.

# REPRESENTAÇÃO (IM) PROVÁVEL DOS POVOS INDÍGENAS EM OBRA CINEMATOGRÁFICA E DOCUMENTO HISTÓRICO E SUA DIVERGÊNCIA COM A PLAUSÍVEL REALIDADE

Manuel Alves de Sousa Junior<sup>199</sup>  
Ângela Araújo Gonçalves<sup>200</sup>

**Resumo:** As representações indígenas no momento do descobrimento das Américas a partir da análise da Carta de Caminha e do filme “1492 A conquista do Paraíso”, baseado no diário de bordo de Colombo merecem uma discussão aprofundada pelo viés tendencioso que aborda apenas a visão do colonizador. A colonização brutal foi escondida através de subterfúgios religiosos de “salvação da alma” e de levar a “civilização” àqueles povos ditos selvagens. Muitas sociedades autóctones foram devastadas. Costumemente, na história, a igreja atuou em outras esferas que não a religião, apoiando truculências e injustiças para benefício próprio.

**Palavras chave:** Representação indígena, colonização americana, 1492, Carta de Pero Vaz de Caminha.

## 1 INTRODUÇÃO

Um filme/relato histórico é sempre uma releitura e uma interpretação de alguém em relação a um determinado evento, daí a importância de uma análise crítica de tais recursos. O filme “1492 - A Descoberta do Paraíso”, dirigido por Ridley Scott e a Carta de Pero Vaz de Caminha, além de registrarem as primeiras impressões dos colonizadores em relação à nova terra e aos povos indígenas, tenta convencer seus respectivos Reis de que aquelas terras eram férteis, ricas e prósperas. Caminha era o escrivão das tropas de Cabral, funcionário de confiança da coroa portuguesa e relatou ter encontrado na nova terra tudo o que Portugal estava buscando, só que em níveis aumentados.

A história mostra o indígena pacífico/infantil que não reagiu à dominação dos colonizadores e se deixou ser catequizado. Isso é bem demonstrado tanto na carta de Caminha, como no filme 1492. Contudo, o que os portugueses e espanhóis encontraram foram sociedades complexas. Havia organização social, cultura, tecnologia, leis, normas de condutas, moral, ética, produção, território, guerras, religião, etc, mostrando que viviam em sociedade e havia ali um Estado deles (RIBEIRO, 1995). Entretanto, trata-se de uma forma diferente de organização social em relação ao ocidente.

O presente trabalho tem o objetivo de comparar o filme supracitado com a carta de Pero Vaz, dando ênfase ao contato com os povos autóctones e abordando sua representação e o contexto histórico da época que levou a tais acontecimentos.

---

<sup>199</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEdU pela UNISC, Historiador, Especialista em História da Arte, Professor do Instituto Federal da Bahia - IFBA Campus Lauro de Freitas.

<sup>200</sup> Graduanda em História – Centro Universitário Jorge Amado – Salvador/BA.



## 2 CONTEXTO HISTÓRICO EUROPEU NO SÉCULO XV

A Europa estava saindo da idade média e entrando no absolutismo, época marcada pela transição do feudalismo para o mercantilismo capitalista. As guerras, peste/doenças e a fome provocaram uma grande crise na Europa no final do século XIV e o comércio monetário pelos burgos acabou desenvolvendo muito, o que levou a ascensão da burguesia que, aliada a figura do rei, formando os Estados Nacionais (BARBOSA, 2010).

Quando ainda era um condado, os cristãos portugueses conseguiram expulsar os mouros das suas terras, formando Portugal como o primeiro país moderno do ocidente. Anos depois, do mesmo modo, deu-se início à formação da Espanha; com a expulsão dos muçulmanos na Península Ibérica e com a união dos reinos cristãos reconquistados, por meio de lutas ou casamentos. De acordo com Azevedo e Seriacopi (2013), em 1469, Isabel de Castela casou-se com Fernando de Aragão e consolidou a união desses reinos e o domínio do território dando origem ao reino de Aragão e Castela. Os reis católicos Fernando e Isabel, motivados pelo sentimento cristão, expulsam os mouros de Granada, o último reduto mulçumano Ibérico, formando a Espanha. A igreja, portanto, ajudou na formação do estado português e a reunificação dos reinos espanhóis (BRAICK; MOTA, 2012).

Portugal e Espanha precisavam comercializar diante do cenário embrionário capitalista que se avizinhava, o mar mediterrâneo estava dominado pelos turcos, através do comércio de Gênova e Veneza, o que levou a Europa a buscar novas alternativas (BARBOSA, 2010; MACHADO, 2007). Dessa forma, os portugueses e espanhóis foram impelidos a buscar novos territórios, se lançando ao mar com espírito aventureiro e com promessa de grande recompensa. Seus objetivos eram: difundir a fé cristã, expandir sua economia e buscar novos mercados, tanto fornecedores como consumidores.

Nesse momento, a Europa passa por uma forte inquisição. A Igreja tinha influência sobre os estados, e a inquisição matava os hereges em praça pública. Isso foi retratado aos 10 minutos no filme, quando Colombo foi desencorajado para não levar seus planos adiante, por conta da inquisição, que no final do século XV, já enforcava e queimava pessoas vivas em praça pública por crimes ou ideias que contrariassem a igreja.

Neste contexto, a reforma protestante estava se difundindo na Europa e o catolicismo passava a ser questionado por muitos, pois foram expostas e contestadas as atrocidades e as hipocrisias praticadas pela Igreja Católica. Para não perder fiéis, a Igreja fez a contrarreforma, que a levou a rever seus dogmas, valores e princípios. Para arrebanhar novos fiéis foram criadas ordens evangelizadoras, como a Companhia de Jesus, em 1540, e seus integrantes, os jesuítas desempenharam um papel fundamental na difusão do cristianismo na África, Ásia e América (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013). No discurso religioso, de expandir a fé cristã em outras terras, escondia/mascarava a intenção da expansão econômica. O capitalismo estava nascendo e era necessário buscar novos mercados, mão de obra barata e fontes de

matéria prima. E assim, os portugueses e espanhóis acabaram chegando à costa da América.

O pioneiro na expansão ultramar foi Portugal devido sua localização geográfica que tinha em seu porto privilegiado o acesso a todas as embarcações onde obteve o domínio e experiência na arte de navegar. Mais tarde, a Espanha também se lança ao mar com Colombo, navegador genovês, na busca pelos metais preciosos. Aos 7 minutos do filme 1492, mostra Cristóvão como um líder visionário motivado pela busca da rota para Catai na China/Ásia pelo ocidente em busca de ouro, novas terras, mercados e propagação da fé cristã. Era necessária uma nova rota, pois as conhecidas, contornando a África demorava cerca de um ano e a outra rota por terra e Mar Mediterrâneo estava fechada para cristãos pelos mouros. Para convencer a coroa espanhola de patrocinar tal expedição, Colombo dissemina a ideia de que encontraria metais preciosos e novos mercados nas terras descobertas e acaba chegando na América, pensando ser a Ásia, que estava habitada pelos índios, moradores das Índias. É nesse contexto que se passa o filme.

A obra cinematográfica conta com superprodução, com efeitos visuais e reconstrução do ambiente em que os fatos provavelmente ocorreram, bem como uma profunda pesquisa em relação aos figurinos, artefatos e objetos característicos. O início do filme já aparece imagens de indígenas em vermelho, remetendo ao contato sangrento que ocorreria com os brancos, mostrando que a colonização não foi tão pacífica.

Aos 13 minutos de filme, o protagonista apresenta suas reflexões na Universidade de Salamanca, enfrentando os intelectuais e nobres, que não lhe davam crédito. Em um jogo de interesses comerciais e financeiros, Colombo conseguiu, por intermédio de um banqueiro, uma audiência com a Rainha Isabel, mesmo com a negativa do Conselho da Universidade, através de um diálogo de machismo cinematográfico ao elogiar a rainha, chamando-a de jovem para a aparência, consegue a autorização para a expedição. Sendo que a Rainha Isabel era uma mulher forte e sabia que na verdade se não desse certo o investimento seria, apenas o equivalente a dois banquetes da realeza. Foram 7 anos de persistência até Colombo conquistar este objetivo. Aos 27 minutos, apesar do filme abordá-lo como um herói, também aborda o lado mercenário quando mostra as exigências em caso de êxito na expedição e o fato de não aceitar negociação para reduzi-las. A coroa espanhola, sem muito a perder, aceita as imposições.

Um fato curioso do filme é que, apesar de ser narrado na Península Ibérica, nos primórdios do que seria a Espanha, cujo idioma seria o Castelhana, precursor do Espanhol, na maioria dos momentos o filme é falado em inglês, retrato claro da indústria cinematográfica. O idioma espanhol já era falado e a primeira gramática espanhola foi publicada no mesmo ano retratado no filme, 1492, pela Universidade de Salamanca (FARIA, 2015).

Aos 31 minutos de filme, em 03/08/1492, Colombo e comitiva embarcam nas caravelas Santa Maria, Pinta e Nina rumo ao desconhecido, içam velas e a figura de Colombo é passada como um mártir ou um herói. A produção cinematográfica conta com a música de Vangelis como canção de fundo passando a ideia de um momento épico, heroico, de vitória e religiosidade.

Aos 40 minutos de filme, com 9 semanas de navegação, os marujos demonstram grande insatisfação pela demora de não encontrar novas terras. Aos 48 minutos de filme, com música de expectativa e suspense, sol se pondo por trás dos navios, insetos aparecem e a tripulação começa a ter esperança de ver terra. Ao amanhecer, com uma manipulação cinematográfica, para aumentar a expectativa, um nevoeiro toma conta da cena: a sonoplastia de suspense invade o filme, a neblina vai passando e se “descortina” a beleza do Novo Mundo. O nevoeiro presente é um elemento que simboliza um tipo de incerteza. Segundo RIBEIRO (2010), a neblina simboliza toda a incompreensão presente neste encontro de mundos. Essa cena, por mais inocente que pareça, vem ao encontro da ideia de “descoberta” da América tão propagada e romanceada no ensino de História. O Guia Viagem (2017) ressalta que nos meses de outubro nas Bahamas, local da chegada de Colombo, o clima é quente e chuvoso, condição improvável para nevoeiros. Desse modo, trata-se de mais uma discrepância observada na película, certamente justificada pela licença poética.

### **3 DISCUTINDO O (IM) PROVÁVEL ENCONTRO E RELAÇÃO COM OS POVOS ORIGINÁRIOS**

Ao desembarcar nas novas terras, certo de que havia chegado às Índias, Colombo e sua comitiva se emocionam ao pisar em terra firme ao som de música emocionante e de imediato já assina a posse das terras e passa a ser chamado de Don Cristóvão Colombo. A primeira chegada foi na Ilha Guanahani em 12/10/1492, onde atualmente se encontra o país Bahamas no Caribe (SANTANA, 2017). Finalmente quando chegaram à terra firme, os homens se jogam no chão, a câmera mostra os passos de Colombo e as cores das bandeiras que juntamente com os sons mostra a grandiosidade daquele acontecimento. As bandeiras observadas no desembarque reforçam a ideia das terras recém conquistadas e significam identificação. As novas terras seriam identificadas como pertencentes à coroa espanhola (MACHADO, 2007). A música instrumental e as cenas dão glamour e uma sensação de realização e grandiosidade, contrastando ao que deve ter sido na realidade, com a tripulação sedenta, faminta, doente e aos trapos após os meses de viagem.

O primeiro encontro com os nativos ocorreu aos 56 minutos de filme, sob a luz do sol refletida nas árvores, no leito de um riacho, com sonoplastia de suspense. Colombo, o “herói” e “diplomata”, ordena que seus homens não atirem, sendo passado que foi ele não quis atirar nos indígenas, sendo que na verdade, os nativos que tiveram a misericórdia, pois eles poderiam exterminar a todos os invasores, visto que eram em grande maioria e conheciam bem a mata. O primeiro contato mostra bem a imagem do “índio” bestializado e animalesco, na qual, aparece um homem nativo, comicamente, tentando tocar no lábio leporino de Juanito, um homem branco (Figura 1). Na sequência, os demais começam a tocar nas barbas, armaduras e roupas dos homens brancos em tom de completa curiosidade e são levados a aldeia, onde centenas de indígenas estão presentes em rituais estereotipados, quando aparece um cacique com fisionomia séria e compenetrada. O líder solta uma gargalhada surreal e todos, brancos e indígenas, já se encontram em completa harmonia. Essa visão do colonizador vai ao encontro da visão transmitida na carta de Pero Vaz de Caminha, que transmite apenas a visão bestializada, animalésca e primitiva do ameríndio.



Figura 7. Índigena curioso tentando tocar na deformação facial do homem branco.

Fonte: SCOTT, 1992

A história mostra o originário pacífico, infantil que não reagiu à dominação dos portugueses e se deixou ser catequizado. Isso é bem demonstrado tanto na carta de Caminha, como no filme 1492. Contudo, o que os portugueses e espanhóis encontraram foram sociedades complexas. Havia organização social, cultura, tecnologia, leis, normas de condutas, moral, ética, produção, território, guerras, religião, etc, mostrando que vivem em sociedade e havia ali um Estado deles (RIBEIRO, 1995). Entretanto, trata-se de uma forma diferente de organização social em relação ao ocidente.

Cunha (1992) relata que foi passada a ideia de que os indígenas ficaram na estaca zero da evolução, congelados no tempo, como se fossem fósseis vivos e condenados a uma eterna infância. Essa visão é claramente passada no documento histórico debatido: *“Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença”*, dando a ideia não só do gentio selvagem como também que seria fácil convertê-los na fé cristã: *“Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim”*. A partir daí já começa o trabalho do colonizador de tirar o indígena da posição de sujeito histórico. Os nativos viviam em outros padrões de moral e éticos, alguns poderiam ser positivos ou negativos aos olhos europeus, mas existia uma lógica de comportamento, regras, cultura e técnicas.

Segundo o Darwinismo social, amplamente aceito na comunidade científica na Europa no século XIX, os africanos, asiáticos e os ameríndios eram povos inferiores e primitivos. Os espanhóis, bem como os portugueses, referenciavam a América na sua gênese, numa visão cristã e histórica como se tivessem chegado ao paraíso. Aqueles homens viviam iguais a Adão e Eva, nus. Caminha na sua carta relata que *“Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas [grifo nosso]”*. Primeiro é importante saber: vergonha para quem? Pois é a visão do outro, há um claro julgamento de Caminha, não aceitação de que o outro é diferente, um não entendimento de que podem ocorrer outras culturas e o reconhecimento de que os outros estão errados e eles, lógico, certos. Para o indígena

não era vergonha estar nu, na verdade nem existia o “estar nu”, pois para eles era natural. No filme 1492, quando os espanhóis entram na mata para exploração, uma das primeiras coisas que aparecem são as serpentes, remetendo à criação dos tempos, à conquista do paraíso, título da obra. Aos 60 minutos, aparece uma voz narrando, como se tivesse lendo o diário de Colombo, no qual o Almirante afirma que “*Voltaram para o Éden, com a certeza que a terra era assim no começo dos tempos. [...] Nenhum homem verá essa terra de novo como a vimos pela primeira vez...*”. As cenas se passam com completa harmonia e interação entre indígenas e brancos tomando banho no rio, caçando juntos, desempenhando atividades rotineiras ao som de música sentimental. O discurso é carregado de preconceito, retratando a visão do colonizador e do indígena primitivo.

O termo “Índio” foi originado a partir do erro de Colombo em achar que havia chegado às Índias na Ásia e então passou a chamar seus habitantes de Índios. Mesmo após o equívoco ter sido percebido, o termo continuou sendo utilizado indiscriminadamente em referência aos povos americanos, sendo também chamados de ameríndios. Nesse sentido, a palavra foi construída no processo de colonização do continente americano pelos europeus a partir das chamadas grandes navegações. Alguns historiadores defendem que o termo é muito generalista e não deveria ser aplicado a todas as populações autóctones, que devem ser chamadas pelos seus nomes, Maias serem chamados de Maias, Tupinambás serem chamados de Tupinambás e assim por diante, porém, o problema é mais complexo, pois pelo processo colonial, alguns povos, já incorporaram e já se identificam com o termo, mesmo sendo etimologicamente equivocados, pela diversidade encontrada em toda a América Pré-Colombiana (SILVA; SILVA, 2015).

A princípio o filme mostra que houve um período grande de pacifismo entre os indígenas e os europeus, fato este que provavelmente não durou muito. Para impor leis e cultura numa civilização conquistada é preciso, muitas vezes, de violência. Além disso, não podiam perder tempo, era necessário prestar contas para a coroa espanhola, e apresentar as riquezas em ouro e prata daquela terra conquistada o mais rápido possível (RIBEIRO, 2010).

O mesmo é visto na carta de Caminha, em nenhum momento ele narra que houve qualquer tipo de conflito e nem leva em consideração que poderia haver algum no futuro. Em nenhum momento o nativo é visto como uma ameaça, como se explorar aquela terra fosse uma tarefa muito fácil, que não haveria impedimentos. Chegou a um ponto que Caminha relata na carta que um indígena apontou para o colar do capitão que tinha um adorno de ouro e para um castiçal de prata e em seguida apontava para terra dando a entender que naquele território havia ouro e prata em abundância, sendo que os povos autóctones “caribenhos” nem sequer conheciam as técnicas de fundição de metais e, mais ainda, o ouro e a prata não tinham o menor valor dentro da sociedade indígena.

Em resumo, Caminha disse na sua carta que aquela terra era fértil, povo dócil e puro (facilmente manipuláveis), um lugar perfeito para um porto para muitas embarcações, terra rica em água potável, prata e ouro. Enfim, tudo o que Portugal buscava em um só lugar. Do mesmo modo, Colombo se utilizou também desses subterfúgios para alcançar seus objetivos junto à coroa espanhola. No filme, os indígenas aparecem com pingentes de máscaras, brincos, *piercings*, máscaras de tamanho real e outros objetos de ouro sendo que os nativos de terras de colonização

espanhola também não dominavam a técnica de manipulação e forja do metal naquela época.

No seu diário, Colombo afirma que nas outras ilhas visitadas na primeira expedição, como as atuais Cuba e Haiti, foram confundidos com deuses pela sua aparência. Novamente o eurocentrismo marcado nas palavras do colonizador com uma ideia completamente equivocada, já que os deuses indígenas são elementos da natureza em sua maioria. Afirma também que alguns objetos de ouro e outros artefatos foram dados pelos índios em sinal de submissão, sendo que, certamente na leitura indígena soaria como hospitalidade e gentileza. Aos 61 minutos ocorre outra grande falha: após o contato dos brancos com os indígenas, Colombo conversa em inglês com o índio Utapan que o entende e trocam algumas palavras.

Já em 1494, aos 94 minutos de filme, uma grande cena mostra todo o esforço para se colocar o sino do forte "*La Navidad*" que é então construído na ilha. O sino é carregado em um ato heroico e majestoso, orquestrado por Colombo com uma música de fundo empolgante, demonstrando toda a importância e imponência da Igreja da época em erguer um sino tão grande fora da Europa. Ao instalar o sino, soam as badaladas pelo novo mundo e então os europeus se ajoelham, fazem o sinal da cruz e começar a rezar, mostrando que eram homens de fé e a grande influência que a religião exercia na sociedade europeia.

Em sua chegada à Espanha, Colombo conquista grande ascensão social e com o poder, ganha também alguns inimigos; A segunda expedição parte com 17 navios e cerca de 1500 homens e chega em 28/11/1493 à Ilha Guanahani. Encontram o acampamento deserto e os cadáveres dos 39 homens brancos que ficaram da primeira expedição. Ainda na praia, Colombo já achava que seria recebido com festa pelos nativos. Segundo Machado (2007), o filme mostra um Colombo bonzinho, líder benevolente que respeita a cultura dos povos punindo somente quando há desobediência. Quem assume o papel de vilão no filme é o personagem Moxica, um homem da nobreza espanhola, convergindo nele toda ganância e crueldade praticada realmente pelos europeus. Ele queria guerra contra os "índios", sem saber a real dimensão de sua quantidade, bem como chamava os indígenas de macacos, um claro discurso colonizador estereotipado remetendo mais uma vez o "índio" como um ser primitivo e natural. Colombo vai de encontro a Moxica, sendo favorável aos indígenas em um discurso heroico e amigável como é visto na cena em que ele ordena que os nativos seriam respeitados, não devendo haver estupros, nem matança ou qualquer tipo de atrocidades como essas, mas na verdade, ele já conhecia a região e tinha noção da quantidade da população autóctone presente. Em 1497, já há 4 anos no novo mundo, Colombo já cobrando impostos mensais dos indígenas em ouro, Moxica se revolta com um índio que não consegue o ouro necessário e decepa-lhe o braço. Após o ocorrido fala para o Vice-Rei das Índias que sua viagem foi um fracasso e que no novo mundo não tem ouro, especiarias e nem riquezas. O fato foi o estopim do confronto armado entre brancos e "índios". Colombo, o herói, sobrevive a uma luta corporal com um indígena de uma forma inacreditável e Moxica acaba se suicidando. Passada a tormenta, Colombo tenta reestabelecer a ordem através das práticas Inquisitórias: enforca em praça pública os rebeldes brancos que apoiaram o vilão Moxica.

Em 15/09/1500, a coroa espanhola, insatisfeita com a administração de Cristóvão Colombo no novo mundo, pois não conseguiu a quantidade de ouro e prata que esperavam, o substitui por outro governador, perde seus títulos e vai preso no



seu regresso. Também nesse ano, Américo Vespúcio encontra o continente sonhado por Colombo e percebeu que o “Novo Mundo” encontrado não era a Índia, mas sim uma nova e grande extensão de terra que recebeu, em sua homenagem, o nome de América. Até então, Colombo só tinha chegado às ilhas do atual Caribe e não ao continente propriamente dito como havia planejado/esperado.

Em 1501, em novo encontro com a rainha, Colombo recebe autorização para uma terceira expedição que não é narrada no filme, mas que no final, é descrito que o navegador chega ao atual Panamá e os indígenas apresentam um novo mar, o Oceano Pacífico.

O conselho da Universidade de Salamanca reunido decide, como último golpe de misericórdia ao fracasso de Colombo, reconhecer a existência de territórios no ocidente e determina que o novo continente pertence à coroa espanhola desde 1492 e cujo nome do descobridor é Américo Vespúcio. Colombo narra então toda sua trajetória ao seu filho, Fernando, que publica sua biografia retomando o nome de seu pai à história.

Em 1570 foi publicado um atlas por Abraham Ortelius, nascido na Antuérpia em 1527, atual Bélgica contendo a América com limites próximos aos atuais. Em 1575 ele foi designado o geógrafo oficial do Rei da Espanha, extremamente necessário, haja vista a grande expansão territorial do país. No mapa (Figura 2) já aparece a América em formato bem próximo do real, bem como os principais continentes. As terras mais próximas aos polos ainda distorcidas pela imprecisão tecnológica. Nota-se que a Nova Zelândia não está no mapa, apenas como curiosidade, visto que foi a última grande extensão territorial encontrada pelos europeus em 1642 (ARRIVAL MAGAZINE, 2004; NOVO MILÊNIO, 2017).



Figura 2: Primeiro mapa mundi.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vale salientar que Portugal e Espanha estavam à procura de algo que encontraram, os indígenas não, estavam apenas em suas rotinas naturais. Então pode-se imaginar que o choque cultural para o indígena foi maior. Basta mudar o prisma e olhar o encontro das duas culturas a partir da visão do originário. Cunha (1992) ainda chama atenção que apesar de não existirem documentos escritos sob a ótica indígena desse encontro, é possível analisar o olhar do autóctone nas entrelinhas dos documentos escritos dos europeus. Para os indígenas possivelmente foi um choque e estranhamento, ao mesmo tempo, deve ter gerado muita curiosidade em torno daquele povo estranho, os europeus.

O capitalismo que estava nascendo na Europa precisava da religião para promover suas ações, muitas vezes, em nome de Deus. Os colonizadores eram homens que buscavam suas recompensas em ouro e prata, mas também eram movidos pela fé cristã. A fé e a ganância andavam juntas e isso, para a época, era tolerado/normal. A religião foi usada por Caminha e Colombo como discurso de convencimento. Assim, os europeus com o objetivo de apresentar uma justificativa que ultrapassasse seus interesses econômicos na expansão marítima e ocultasse a violência da ação civilizadora, cobriram com um manto humanitário e religioso suas verdadeiras intenções. Com essa ideia dos povos originários serem inocentes e aculturados, começava a se construir uma noção da América nesse momento e, atrás disso, existia um discurso colonizador com uma perspectiva econômica de invadir e dominar os povos ditos “inferiores”, tirando o direito dos indígenas de serem sujeitos históricos.

O diário de Colombo e a carta de Caminha, retratam a visão apenas do colonizador, com uma visão eurocentrista e com os indígenas primitivos e abaixo dos brancos na escala evolutiva. Ambas retratam também os interesses das coroas Espanhola e Portuguesa em que se trata de terras ricas em ouros e especiarias, sobretudo.

Enfim, a ideia das duas nações era identificar uma região que fosse favorável economicamente para explorar. A violência da colonização era escondida por um manto humanista de “salvar essa gente” e difundir a fé cristã. Em nome de Deus, muitas sociedades foram dizimadas. Na história é comum ver a religião atuando no campo da economia e não da religiosidade, legitimando, justificando e respaldando as práticas extorsivas e manipulações de fatos.

#### **REFERÊNCIAS:**

ARRIVAL MAGAZINE. **História da Nova Zelândia – A História de um País Novo**. 2004. Disponível em <<http://www.estudenovazelandia.com.br/cultura/historia-da-nova-zelandia/>>, Acesso em: 11/06/2017.



- AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História**. São Paulo: Ática, 2013.
- BARBOSA Simone. **Resenha do filme 1492 A conquista do Paraíso**. 2010. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/resenha-do-filme-1492-a-conquista-do-paraíso/45125/>>. Acesso em: 06/06/2017.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2012.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de pero vaz de caminha**. 1500. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)>, Acesso em: 10/06/2017.
- CUNHA, Manuela Cunha. **História dos índios no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1992.
- FARIA, Pedro Augusto. **A História do Espanhol**. 2015. Disponível em <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/a-historia-do-espanhol/59367>>, Acesso em: 09/06/2015.
- GUIA VIAGEM. **Bahamas Clima: quando ir para as Ilhas das Bahamas**. 2017. Disponível em <<http://www.guiaviagem.org/bahamas-clima/>>, Acesso em: 18/06/2015.
- MACHADO, João Luiz. **1492 - A Conquista do Paraíso - Superando as barreiras**. 2007. Disponível em <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=9>>. Acesso em: 06/06/2017.
- NOVO MILÊNIO. **Theatrum Orbis Terrarum, por Ortelius**, 1570. 2017. Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa138.htm>>, Acesso em: 11/06/2020.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. 1995. <<https://www.youtube.com/watch?v=wfCpd4ibH3c>>. Acesso em 08/06/2020.
- RIBEIRO, Simone Prado. **Resenha Crítica do filme: 1492 Conquista do Paraíso**. 2010. Disponível em <<http://poesiaemsi.blogspot.com.br/2010/03/1492-conquista-do-paraíso.html>>. Acesso em: 06/06/2020.
- SANTANA, Miriam Ilza. **Descobrimento da América**. 2017. Disponível em <<http://www.infoescola.com/historia/descobrimento-da-america/>>, Acesso em: 10/06/2020.
- SCOTT, Ridley. **1492: A conquista do Paraíso**, 1992.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

# REVISTA EXPLORADOR – O USO HIPERTEXTO COMO APOIO DIDÁTICO EM ESPAÇOS MUSEAIS

Liana Nadine Piñeiro<sup>201</sup>  
Nycole Schmitt Andrade<sup>202</sup>

**RESUMO:** O presente artigo visa refletir sobre o uso do hipertexto como recurso didático em espaços de ensino não-escolares, sendo este fruto da atividade de estágio desenvolvido pelas autoras no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), durante o curso de graduação. Ao averiguar que a instituição não possuía materiais didáticos de apoio para os visitantes, optamos pela criação de uma revista em formato de hipertexto, na qual, além de apresentarmos alguns dos objetos do museu e suas conjunturas históricas por meio de dossiês, permitiu expor aos visitantes bibliografias acadêmicas, indicações de vídeos e sites confiáveis, entre outros recursos.

**Palavras-chave:** Ensino de história; Recursos didáticos; Hipertexto.

## INTRODUÇÃO

Este artigo visa tecer algumas considerações relacionadas ao uso de material didático, em formato de hipertexto, no ensino de patrimônio e museus. Para a realização do estágio obrigatório em espaços não-escolares, previsto no Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em História, da Universidade Federal do Pampa, escolhemos o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), sendo efetuado no ano de 2018.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, no Rio de Janeiro, emergiu perante uma grande preocupação com a manutenção da ordem social e a unificação do povo brasileiro, sendo incumbido com a tarefa de criação e consolidação de uma identidade nacional. Promovido no contexto histórico das revoltas regenciais, ocorridas entre 1831 e 1840, a instituição avançou pelas cidades do Brasil, tendo várias sociedades congêneres espalhadas por todo o território brasileiro, tendo como missão a coleta e preservação de dados (SILVEIRA, 2008, p. 10).

O Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão foi fundado em 23 de novembro de 1966, subordinado à sociedade congênera IHGRGS. Tendo sua sede inicial no prédio do Círculo Operário, compôs seu acervo através de doações por parte da Prefeitura Municipal e particulares. Após 1973, o IHGJ veio a funcionar na antiga sede do Partido Libertador, devido a um convênio firmado com a Sociedade Cultural Graciliano Gerônimo de Souza (SOUZA, 2017). A instituição, privada e situada na área central do município, comporta em seu espaço físico o *Museu Alfredo Varella*, a *Biblioteca Almiro de Lima Piúma* e o *Arquivo Léo Santos Brum*.

Nossa principal tarefa consistia na inserção da comunidade escolar local dentro daquela instituição, com a finalidade de aprendizado, identificação e apropriação do espaço. Apesar da existência de apenas dois museus na cidade (o *museu Alfredo*

---

<sup>201</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa (2018). Pós-graduada em Educação Especial com ênfase em deficiência auditiva pela Universidade do norte do Paraná (2020). E-mail para contato: lilipineiomachado@gmail.com.

<sup>202</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa (2019). Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail para contato: Nikeschmittandrade@gmail.com.

*Varella*, situado no IHGJ, e o *museu Carlos Barbosa Gonçalves*), foi perceptível que boa parte da comunidade não conhecia a instituição, ou apenas havia ido em passeios escolares alguma vez, consistindo como uma forma de obrigatoriedade, e não como forma de construção do conhecimento, aprendizado ou lazer, muito menos como uma ferramenta de contextualização local da história. Todavia, também reconhecemos aquela instituição como um local de memória, conforme os parâmetros estabelecidos por Pierre Nora (2008).

Pierre Nora (2008) reflete sobre lugares onde a memória se cristaliza, existindo nesses espaços uma espécie de imortalização, sendo que os mortos são eternizados nas memórias dos vivos e, ao mesmo tempo, guardam representações de um período histórico. Regina Abreu (1994 e 1996), por meio da figura (e coleção) de Miguel Calmon e do Museu Histórico Nacional, analisa e demonstra que os objetos trazem informações sobre os grupos sociais, evidenciando as estratégias dos grupos a que os indivíduos pertencem.

Em *Les lieux de mémoire*, Nora (2008) trata das diferenças entre história e memória, demonstrando que a palavra sinônimo está longe de definir a relação entre as duas. Em relação ao estudo dos lugares de memória, Nora (2008) pontua o desenvolvimento de dois movimentos na França: o “movimento historiográfico”, onde foi estabelecida uma reflexão da história sobre si mesma, e o “movimento propriamente histórico”, que estabeleceu o término de uma tradição da memória para viver sob um olhar de uma história reconstruída. O autor fala, ainda, sobre os lugares simbólicos de memória, como os monumentos, arquivos, bibliotecas, santuários, panteões, museus, arcos do triunfo, cemitérios e outros, sendo esses lugares de memória de uma consciência comemorativa, estabelecendo que essa memória não é natural ou espontânea, sem tais lugares os acontecimentos do passado seriam esquecidos.

Nora (2008) compreende os lugares de memória em dois domínios, com duas classificações cada: “simples e ambíguos” e “naturais e artificiais”. Além disso, o autor enumera três sentidos aos lugares de memória, sendo estes, ao mesmo tempo, material, simbólico e funcional. Eles são constituídos por “um jogo da memória e da história” e sobre todo objeto ser digno de uma lembrança, tanto daquelas “fontes diretas”, como também as “fontes indiretas” que foram deixadas por uma época, mas sem a intenção de que fosse usada futuramente por historiadores. Em contrapartida, se a história, o tempo e a mudança não tivessem intervindo, teríamos que nos contentar com a história dos memoriais. Com o simples objetivo de parar o tempo e bloquear o esquecimento, imortalizar a morte e materializar o imaterial, sendo apenas o que querem seus fundadores, aos olhos de Nora, seria uma derrota.

Los lugares de memoria nacen y viven del sentimiento de que no hay memoria espontánea, de que hay que crear archivos, mantener aniversarios, organizar celebraciones, pronunciar elogios fúnebres, lavrar actas, porque esas operaciones no son naturales. Por eso la defensa por parte de las minorías de una memoria refugiada en focos privilegiados y celosamente custodiados ilumina con mayor fuerza aún la verdad de todos los lugares de memoria. Sin vigilancia conmemorativa, la historia los aniquilaría rápidamente. Son bastiones sobre los cuales afianzarse. Pero si lo que defienden no estuviera amenazado, ya no habría necesidad de construirlos. Si los recuerdos que encierran se vivieran verdaderamente, serían inútiles. Y si, en cambio, la historia tampoco se apoderara de ellos para deformarlos, transformarlos, moldearlos y petrificarlos, no se volverían lugares de memoria (NORA, 2008, p. 25).

Segundo Janice Gonçalves (2015) alguns artefatos e elementos são capazes de mobilizar a memória das pessoas acerca de acontecimentos ou experiências. Os objetos, por si só, não representam nada além do material, sendo os sentidos adquiridos e transformados historicamente. “Seus sentidos, assim como seus valores, nascem de gestos de atribuição, presos a uma dada interpretação. Da mesma forma que os valores não lhe são inerentes, a memória não está neles contida” (GONÇALVES, 2015, p. 16-17). Com isso, a autora defende que os artefatos suscitam diversas identidades, e essas identidades, conjuntamente com as reivindicações de memória, suscitaram o que diversos autores denominam de “batalhas de memória”, ou ainda, “memórias concorrentes”.

[...] A memória e o vivido, postos em cena por diferentes grupos e com frequência em conflito, levam, por sua vez, à busca de resolução das tensões por meio de sua judicialização: surgem as leis memoriais, que determinam, no caso de conflitos memoriais particularmente sensíveis, qual a versão correta a ser seguida (e que deverá ser cumprida também pelo historiador, sob pena de ser “condenado” e “punido”. Memória articulada a demandas de reparação e punição) [...] (GONÇALVES, 2015, p. 23).

Assim, estabelecemos alguns pontos que devem ser levados em consideração acerca da instituição: a) configura-se em um lugar com um vasto acervo de documentos e artefatos, passível de diversos tipos de abordagem; b) as diversas possibilidades de estudo tornam aquele local propício às “batalhas de memória”; e c) contudo, como na maioria dos casos de preservação, boa parte do acervo, ou pelo menos aquela de dispõe de maiores informações, é composta por documentos e artefatos históricos relativos à elite política, à elite econômica e às duas igrejas matrizes daquele município. A composição do acervo se justifica por sua formação, visto que seus maiores doadores foram a *Igreja do Divino Espírito Santo*, a *Igreja Imaculada Conceição*, a prefeitura municipal e algumas famílias influentes em nível local, como os *Corrêa* e os *Pinto Bandeira*.

Em nossa abordagem, devido à vastidão do acervo e o tempo de realização do estágio, optamos por temáticas que estavam próximas aos nossos interesses de pesquisa, o que refletiu para que nos voltássemos ao estudo de elites. Sendo assim, compreendemos o estudo de elites com uma modalidade crítica, que se vale de diversos métodos e abordagens<sup>203</sup>, em sua construção. Renato Perissinotto (2019) apresenta razões “práticas” e “teóricas” que justificam o estudo da elite política. Fugindo da questão estruturalista marxista, que propõe uma reprodução do sistema capitalista e a elite como efeitos dessa estrutura. O que fundamenta o estudo de elites é a percepção da individualidade de ação do sujeito, dentro do contexto ao qual está inserido.

[...] se defendermos que os atributos (sociais, raciais, econômicos, profissionais, de gênero, etc.) dos agentes, no nosso caso, das elites políticas, são importantes para explicar os resultados políticos, cabe-nos então fazer uma sociologia política desses atores para tentar entender porque perseguem determinados fins e não outros. O que anima a luta política [...] é o confronto entre diferentes interesses e objetivos. Identificado esse terreno fundamental, podemos então analisar as estratégias usadas pelos atores para realizar seus objetivos fundamentais e determinar, empiricamente não por meio de axiomas, a natureza da mesma (PERISSINOTTO, 2019, p. 142-143)

---

<sup>203</sup> Algumas metodologias empregadas no estudo de elites podem ser vistas neste livro: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (orgs). *Como estudar elites*. Editora UFPR, 2015.

Para Perissinotto, o estudo de elites é “um estudo dos agentes que exercem o poder, isto é, um estudo do príncipe e, por extensão, das decisões tomadas por ele” (PERISSINOTTO, 2019, p. 143). Apesar de o autor destacar questões que se vinculam ao poder e o processo de tomada de decisões, o estudo de elites não pode ser reduzido apenas a elas. Entre algumas questões que também permeiam essa área, o autor pontua o recrutamento desses indivíduos, a comparação de aspectos sociais, econômicos, raciais e de gênero da elite política, barreiras sociais, limites institucionais, condicionamento social dos indivíduos, entre outras.

Em concordância com o autor, não defendermos a exclusividade da compreensão dos fenômenos políticos por meio do estudo de elites políticas, mas buscamos a “utilidade teórica dos estudos que focam sua atenção nas elites para entender aspectos da realidade política” (PERISSINOTTO, 2019, p. 153). Sobretudo, buscamos utilizar a trajetória dos indivíduos e objetos para contextualizar a história no âmbito municipal, “aproximando” esta do local de vivência da comunidade, demonstrando como os fenômenos em escala federal repercutiram e influenciaram Jaguarão.

A atividade final do estágio consistiu em uma visita guiada pelo IHGJ, roteirizada pelas autoras deste artigo. Para sua realização, convidamos alunos do 2º e 3º ano do ensino médio do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo, em turno contrário aos de suas aulas. Além destes, compareceram a orientadora do estágio, dra. Giane Escobar, o presidente da instituição, Vagner Pacheco, e a funcionária que se encarrega da organização do local e presta atendimento aos visitantes, Nilza Cardoso.

## **DESENVOLVIMENTO**

Durante o período destinado à observação do local de estágio, percebemos dois fatores importantes: o IHGJ dispunha de poucos recursos financeiros, tendo uma única funcionária, cedida pela prefeitura municipal, que era responsável tanto pelo atendimento ao público, como também pela organização e limpeza do local. As demais despesas geradas pela manutenção do espaço físico, como água, luz, produtos de limpeza e gastos telefônicos, eram subsidiadas por meio de arrecadação mútua entre os sócios. O segundo ponto, crucial para o desenvolvimento deste artigo, foi a inexistência de um material didático/pedagógico para servir como guia ou roteiro aos visitantes. As visitas costumavam ser guiadas pelas professoras responsáveis das turmas escolares que visitavam o local, ou, quando os visitantes não eram alunos do ensino básico, eram deixados à vontade para olhar o acervo e tirar dúvidas com a funcionária da instituição. As informações sobre os artefatos ficavam dispostas em papéis, colocados juntos às peças, que serviam como “verbetes” aos interessados. Todavia, dispunham apenas informações como nome do objeto, doadores e, às vezes, ano de doação.

Durante o período de observação do estágio, passamos a interagir com os visitantes do local, ao mesmo tempo em que nos interrogamos sobre quais medidas poderiam ser aplicadas, diante da realidade que nos era apresentada. Decidimos, em um primeiro momento, criar um roteiro/guia pelo acervo do museu, o que se demonstrou inviável devido à fatores citados anteriormente, como um grande número de artefatos e pouca disposição de informações. Dessa forma, o recorte foi a opção mais lógica a ser seguida. Além disso, era desejável que houvesse uma maior interação dos visitantes durante a atividade, sendo excluída a possibilidade de que a atividade tivesse apenas caráter expositivo.

Nessa lógica, optamos pela criação de um material didático de apoio, que auxiliasse, instruisse e cativasse os visitantes. Priorizamos que esse material fosse impresso, tendo em vista que nem todos os indivíduos possuem acesso em livre demanda à internet e a aparelhos eletrônicos como celulares ou computadores. Ademais, acreditamos que o material físico seria mais atraente ao público-alvo da atividade, pois estes poderiam acompanhar o passeio e os objetos do museu ao mesmo tempo em que conferiam as referências feitas por nós à revista.

O Hipertexto é um método de estruturação de texto intuitivo, que apresenta informações, argumentos e conceitos de forma dinâmica. Este pode ser intertextual, pois podemos dizer que a leitura é que construirá o texto, não sendo uma leitura apenas passiva, sendo o leitor que escolhe a ordem de leitura. O hipertexto pode ser não linear, diferente de textos convencionais, deixando à escolha do leitor o percurso que a leitura irá decorrer, podendo ser multilinear, não estático, mudando a ordem de acordo com os interesses do indivíduo, sendo ao mesmo tempo interativo. De acordo com Parente, “A ciência da informação, o hipertexto é, antes de mais nada, um complexo sistema de estruturação e recuperação da informação de forma multilinear, dinâmica e interativa” (PARENTE, 1999).

Segundo Fachineto, a palavra “hipertexto” já dá a entender que transcende a um simples texto, “Como o nome já diz, *hiper* significa posição superior, intensidade ou excesso. Poderia-se afirmar então que o hipertexto vai além do texto, oferece algo mais, uma vez que se pratica em um suporte dinâmico como o computador” (FACHINETTO, 2005, p.27). Fachineto, propõe que esta leitura hipertextual, caracterizada por sua não-linearidade e não hierarquizada é similar ao pensamento humano, pois a função cognitiva humana naturalmente caracteriza-se por estas mesmas infinitudes de associações, pois “Uma palavra pode nos remeter a uma série de pensamentos, assim como ocorre ao clicar com o *mouse* sobre um *link*. Possibilita ainda que se realize uma trama, ou rede, de acessos sem seguir, necessariamente, sequências ou regras” (FACHINETTO, 2005, p.28).

Dessa forma, é possível dizer que o hipertexto é um dispositivo cognitivo, no sentido de que no instante da leitura podemos dar saltos, fazer associações. Cabe ressaltar que, com o hipertexto, também lemos da esquerda para a direita, de cima para baixo, mas não necessariamente em uma ordem limitada. Da mesma forma que fazemos associações em nossa mente, podemos fazê-las na tela do computador [...]

Na Internet, podemos fazer o que cognitivamente ocorre na leitura, ou seja, dar saltos, produzindo uma leitura não-linear. Ao clicar em uma palavra, pulamos para outro texto ou outro *site*. A navegação não obedece a uma ordem. Cada leitor pode determinar o caminho a seguir, as leituras a fazer, criando seu próprio texto que também pode ser redefinido a todo instante. (FACHINETTO, 2005, p.41).

Assim, entendemos que a forma hipertextual é livre, pois no texto podem ser agregadas informações de diversas formas, em blocos descritivos, palavras, imagens, links, ícones, não havendo a necessidade de sequência, mas a interação de diversos textos ao mesmo tempo, tornando-o mais dinâmico e interativo, de uma forma não convencional. Segundo Aguiar “é o resultado de um imbricamento de textos através de imitações, paródias, citações, plágios, traduções, reminiscências, para textos, pastiches, alusões, críticas, paráfrases, entre outros” (AGUIAR, 2002: 75). Ainda segundo o autor:

Parte-se da hipótese de que a produção hipertextual é um processo de escrita e leitura que não depende do aparato técnico que dá suporte ao texto, mas sim dos procedimentos narrativos utilizados pelo autor para ampliar o potencial do texto escrito. É no ato de escrita, na oportunidade em que a obra está sendo feita, que o autor organiza o texto, de forma a possibilitar articulações entre diferentes textos (AGUIAR, 2002, p. 74).

A revista *O Explorador*, de forma hipertextual foi produzida em vários blocos, mas de forma totalmente conectada, pois segundo Aguiar, a divisão em blocos fragmentados e conectados é o que diferencia o hipertexto do texto tradicional. A metodologia para a classificação dos objetos foi o arranjo em dossiês, nos quais utilizamos como critério o simbolismo, a procedência e o uso primário do objeto. Após termos selecionado e organizado os dossiês, passamos para a etapa da pesquisa bibliográfica e arquivística, pois cada objeto terá sua história e individualidade sendo também utilizados para abordar temas específicos da história.

O hipertexto se diferencia do texto "legível", tradicional, porque é formado por um composto de blocos fragmentados e conectados, pontos multiplicados que se inter-relacionam em determinados pontos, formando uma espécie de rede através da qual passa todo o texto. Ele apresenta uma estrutura digressiva e, portanto, reversível e não-linear, formada por sentidos associados que oferecem diversas entradas e saídas do texto (AGUIAR, 2002: 81).

Dessa maneira, confeccionamos a revista *O Explorador* pautada em dois grandes dossiês temáticos, relativos à: a) história política do Brasil, incluindo aspectos como a Guerra do Paraguai, a Proclamação e a Primeira República; e b) história da Igreja, atribuindo questões como a relação entre Estado e Igreja, a maçonaria, os cemitérios, e a fundação da cidade de Jaguarão e suas igrejas matrizes. Como é perceptível, os dossiês contemplam outros diversos assuntos internos, os quais sempre buscamos traçar uma aproximação entre a história do Brasil e a história do município.

Esses dossiês foram construídos por meio de um trabalho dividido em várias etapas. Partindo da pesquisa no acervo do IHGJ, fotografamos os artefatos e buscamos informações sobre eles; posteriormente, buscamos nos guiar pelas bibliografias acadêmicas com a finalidade de contextualização histórica daquele objeto; Por último, procuramos maneiras de complementar as informações dispostas, apresentando outros tipos de fontes, como notícias de jornais e correspondências pessoais, imagens de outros objetos e outros locais, além da indicação de recursos online, como mapas interativos, sites e vídeos confiáveis. Para comportar as informações, criamos diversos "blocos" ao longo dos textos. Para isso, o formato de hipertexto foi fundamental, disponibilizando uma grande margem criativa e tornando o material fluido, e ao mesmo tempo, entrelaçado. Podemos apontar que a divisão dessas informações seguiu o seguinte modelo:

<i>BLOCO</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
<i>DESCRIÇÃO DO OBJETO</i>	<i>INFORMAÇÕES DO CATÁLOGO DOS OBJETOS DO MUSEU</i>
<i>DISCUTINDO A HISTÓRIA</i>	<i>ABORDAGEM DE CONCEITOS HISTÓRICOS</i>
<i>SABENDO UM POUCO MAIS</i>	<i>DISCUSSÃO SOBRE A HISTÓRIA DO OBJETO OU DA CIDADE</i>
<i>TRABALHANDO COM AS FONTES HISTÓRICAS</i>	<i>FONTES DIGITALIZADAS SOBRE AS TEMÁTICAS DESENVOLVIDAS</i>
<i>CONHEÇA MELHOR</i>	<i>ABORDAGEM DA HISTÓRIA DE UMA FORMA MAIS GERAL</i>
<i>OUTRAS HISTÓRIAS</i>	<i>APRESENTAÇÃO DE HISTÓRIAS INTERLIGADA AOS OBJETOS</i>
<i>NAVEGUE</i>	<i>INDICAÇÃO DE PÁGINAS DA INTERNET COM CONTEÚDOS CONFIÁVEIS</i>
<i>SUGESTÕES DE VÍDEOS</i>	<i>INDICAÇÃO DE VÍDEO-AULAS RELATIVAS AS TEMÁTICAS ABORDADAS</i>
<i>DICAS DE LEITURA</i>	<i>***</i>

Para a construção do texto dos dossiês, buscamos utilizar a transposição didática de conceituadas referências acadêmicas, como José Murilo de Carvalho (1997), Loiva Otero Félix (1987), André Fertig (2010), Carlos Otoniel Cunha (2018), Keila Grinberg e Ricardo Salles (2007), Carina Martiny (2014), Hebe Maria Mattos (2011) entre outros, além de agregar referências de pesquisadores locais como Eduardo Soares (2011), James Bolfoni (2012) da Cunha e Vagner Pacheco (2012).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acreditamos que este trabalho contribui com um material que facilitou as práticas pedagógicas naquele museu, despertando e incentivando a valorização daqueles objetos tanto quanto o interesse pela história local que são considerados patrimônio histórico de nossa cidade. A desvalorização do patrimônio histórico jaguarense fez com que pensássemos em um investimento para área educacional, com o objetivo de valorizar o uso do museu como ferramenta didático pedagógica como local de ensino e aprendizagem sobre história, ao mesmo tempo, suscitar um maior grau de pertencimento, fazendo com que os alunos adquiram o hábito de valorizar e preservar, além de que o próprio hipertexto é uma forma de preservação deste patrimônio (TEIXEIRA, 2008).

Com o material construído e impresso, convidamos alguns alunos da rede básica de ensino para participar da atividade. Pedimos que, em um primeiro momento, acompanhassem nosso roteiro, deixando dúvidas e questionamentos para o final da visita. Acreditamos que a metodologia foi uma ótima escolha, e que conseguimos cativar a curiosidade e criticidade e dos estudantes naquele momento, pois nossa “roda de conversa” pós-atividade estendeu-se em mais de uma hora, na qual tratamos de diversas questões em torno da história local e também do papel desempenhado pelo historiador.

Aceitamos o desafio de dar vida a uma forma criativa de material, que fosse capaz de modificar as relações entre professores x alunos x museu, tendo em vista



nossa preocupação de fazer com que os professores de história se apropriem deste local, contribuindo no processo de ensino-aprendizagem e no ensino da história no âmbito não-escolar, ao mesmo tempo em que fosse capaz de despertar curiosidade e propagar conhecimento histórico entre alunos, e também, comunidade.

Tendo em vista o atual cenário pandêmico causado pelo coronavírus e a infecção respiratória covid-19, acreditamos que o hipertexto pode ser uma ferramenta auxiliar na nova modalidade de ensino. É correto afirmar que a educação remota pode apresentar pontos negativos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, dificultando aspectos como interação e sociabilidade. No entanto, como ferramenta interativa e fluída, o hipertexto fornece a possibilidade de criar diversas atividades aos alunos, bem como apresentar gráficos, jogos educativos, imagens, questionários, indicações de sites confiáveis, vídeos e documentários, em um único material, a fim de aumentar o grau de envolvimento dos discentes na nova modalidade de ensino que se esboça a partir do contexto atual.

Atualmente com o fechamento emergencial das escolas, o campo educacional tem passado por diversos problemas, fez com que diversos educadores repensassem seu trabalho e as práticas educacionais, gerando inúmeros desafios. Muitos professores tornaram-se *youtubers*, gravando aulas e utilizando diversos tipos de plataformas virtuais. Com isso, e com o uso mais significativo do computador e da internet, mudou-se completamente o perfil de aluno e também de professores. De acordo com Fachinetto:

As pesquisas revelam o constante crescimento no número de pessoas conectadas à Internet, *sites* cadastrados e aumento de horas navegadas. Esse caminho não tem volta. Cada vez mais as crianças, estudantes e profissionais terão acesso à tecnologia no seu dia-a-dia (FACHINETTO ,2005, p.44).

Desta forma pensamos que a utilização do hipertexto como mais uma ferramenta didático-pedagógica no ensino virtual irá auxiliar tanto os professores como os alunos. Pois ainda de acordo com Fachinetto:

O hipertexto constitui a base da Internet. Em outras palavras, ao acessarmos um *site*, por exemplo, escolhemos o caminho que desejamos seguir e, ao clicar o *mouse* em determinadas frases ou palavras, novos textos nos saltam aos olhos. Esta estrutura textual permite que o leitor, ao escolher a sequência de leituras, seja co-autor do texto (FACHINETTO ,2005, p.28).

Este material proporciona certa autonomia ao aluno, que pode ir além do conhecimento exposto em um primeiro momento, realizando pesquisas seguras, em sites de busca na internet, de forma mais rápida e dinâmica, podendo encontrar em minutos informações buscadas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, N. ser. V.2, 1994, p. 199-233.

AGUIAR, Adair Neitzel de. *Hipertexto: que texto é esse?*. Anuário de Literatura, v. 10, n. 10, p. 73-90, 2002.

CÂNDIDO, Maria Inez. *Documentação Museológica*. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília, 2006. SCHMIDT, Maria. CAINELLI, Marlene. *História Local e o ensino de História*. In: SCHMIDT, Maria. CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Dados, Rio de Janeiro, V.40, n.2, 1997.

CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. *“Moço, inteligente e médico de competência notável”: antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves (segunda metade do século XIX)*. 2018.

CUNHA, James Bolfoni da. *Jaguarão e os militares: Dois séculos na Fronteira*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

FACHINETTO, Eliane Arbusti. O hipertexto e as práticas de leitura. *Revista Querubim*, p. 27-45, 2005.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Mercado Aberto, 1987.

FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: A Guarda Nacional na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850 – 1873)*. Santa Maria: Editora UFSM. 2010

FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos (Comp.). *Manual de catalogação; pintura, escultura, desenho, gravura*. Rio de Janeiro: MinC / IPHAN / Museu Nacional de Belas-Artes, 1995.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GONÇALVES, Janice. *Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais*. *Revista Memória em rede*, Pelotas, v.7, n.13, 2015, p. 15-28.

MATTOS, Hebe Maria. *Trabalho, Voto e Guerra Civil: algumas considerações interpretativas sobre o pós-abolição e o coronelismo*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

MARTINY, Carina. *Entre chefes e correligionários: negociação, hierarquia e mobilidade social na Primeira República (Rio Grande do Sul, 1899-1900)*. *Revista Latino-Americana de História-UNISINOS*, v. 3, n. 11, p. 131-142, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história. La problemática de los lugares. In: NORA, Pierre. *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Montevideo: Ed. Trilce, 2008, p. 19-47.

PARENTE, André. *O hipertextual*. *Revista Famecos*, v. 6, n. 10, p. 74-85, 1999.

PERISSINOTTO, Renato. *Por que é importante estudar as elites políticas?*. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v.53, p. 137-158, 2019.

SANTOS, Vagner Pacheco dos. *Caminhando através da História*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. *“O passado está prenhe do futuro”*: A escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Porto Alegre: UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Eduardo Alvares de Souza. *Igreja Matriz do Divino Espírito Santo da Cidade de Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

SOUZA, Katarine Lapuente. *“Jubilosos e esperançosos iniciávamos então a caminhada”*: homens, mulheres e as décadas iniciais do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (1966-1986). Jaguarão: UNIPAMPA, 2017.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. *A educação patrimonial no ensino de História*. *Biblos*, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2008.

# A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM POUSO ALEGRE E BRAZÓPOLIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Palloma Victoria Nunes e Silva<sup>204</sup>  
Giovane Silva Balbino<sup>205</sup>  
Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro<sup>206</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem como objetivo analisar a educação doméstica para as moças nas cidades de Pouso Alegre e Brazópolis, no Sul de Minas Gerais. Analisamos dentro do período histórico da primeira metade do século XX. A metodologia segue a perspectiva dialética e utilizou como fontes jornais, fotografias, atas, literatura memorialista e legislação. Os resultados apontam que as Escolas Domésticas buscavam formar as mulheres como "boas donas de casa e do lar" para educar o homem moderno e também visavam o progresso social no Brasil republicano.

**Palavras-Chave:** Educação Profissional, Escola Doméstica, Educação.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta o processo de consolidação do modelo republicano no Brasil, em concomitância aos projetos de sociedade pautados na educação que marcaram a Primeira República (1889-1930). Este trabalho tem o intuito de compreender os anseios subjetivos da implementação de Escola Profissional e Escola Doméstica em Pouso Alegre e a Escola Doméstica de Brazópolis (cidades situadas no interior de Minas Gerais), procurando elucidar as justificativas para a fundação destes estabelecimentos como um projeto social que fora executado. Os critérios utilizados para delimitação temporal foram o ano da criação da Escola Profissional Delfim Moreira em 1917 em Pouso Alegre/MG, até o ano de 1930, que corresponde ao fim da Primeira República e a fundação da Escola Doméstica Santa Terezinha em Pouso Alegre/MG. A Escola Doméstica de Brazópolis/MG foi criada em 1927.

Este trabalho é resultado de pesquisas no mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que se encontra em andamento e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), finalizada e publicada como dissertação. A pesquisa incide na História da Educação brasileira em geral e na história da educação profissional de Minas Gerais em particular e conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

---

<sup>204</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal. Mestranda em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>205</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2020); Especialista em História, Educação e Sociedade pela Universidade do Vale do Sapucaí (2018) e Graduado em História (2013). Contato: giovanesilvabalbino15@gmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1270077742510528>

<sup>206</sup> Docente do curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) e da pós-graduação da Faculdade de Educação (FACED), ambas da Universidade Federal de Uberlândia; é pós-doutora pela Universidade de São Paulo (USP), pela Universidade de Uberaba (Uniube) e doutora pela Universidade de São Paulo (USP).

É necessário fazermos uma contextualização histórica do Brasil, nas primeiras décadas do período republicano. O fim do século XIX no Brasil foi delineado pelo encerramento do regime monárquico (1822-1889) e início da implantação do regime republicano (1889). “Os representantes políticos da classe dominante das principais províncias – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – defendiam a ideia da república federativa (...) [pois asseguraria uma] autonomia às unidades regionais” (FAUSTO, 2018, p. 139).

Durante essa transição houve disputas, estas foram “marcadas pelo instrumento clássico de legitimação de um novo regime político, a ideologia” (CARVALHO, 2017, p. 9). Carvalho (2017) afirma que no Brasil, o início do regime republicano foi marcado pelo embate de três vertentes ideológicas, sendo o Liberalismo, pautado na ideologia americana; o Jacobismo, idealismo político e social existente na França; e o Positivismo de Augusto Comte, sendo uma idealização da democracia clássica. No final do século XIX, o regime republicano fica evidentemente marcado pelo Liberalismo à americana.

Com a Proclamação da República o país inicia a nova organização política, social e econômica pautadas nos ideais republicanos. Destarte, é implementado o Federalismo, sendo composto pela ideia de distribuição do poder estatal, que não impede que sejam divididas entre o Governo Federal e os Estados/Províncias as responsabilidades e competências, portanto, o Federalismo tinha como premissa promover a igualdade dos Estados, viabilizando a Jurisdição e a fiscalização igualitária. Visavam a modernização e industrialização do país, ocorrendo um marcante processo de mudança de “perfil de um país predominantemente agrário, para um urbano-industrial” (REIS; MARTINEZ, 2012, p. 28), assim buscavam medidas de crescimento e desenvolvimento econômico, criando escolas de artífices e ofícios para os jovens a fim de qualificar mão de obra e ocupação para a juventude. Com o crescimento de indústrias e os avanços nas políticas sociais, oportunizou uma reestruturação na sociedade e “para o governo, o ensino agrícola e o profissional seriam importantes para atender as indústrias” (GONÇALVES, 2012, p. 220). Reis e Martinez afirmam que

Ainda que o projeto de modernidade tenha sido excludente, ficava evidente nas ideias dos intelectuais e nos discursos políticos a necessidade de progresso, a idealização de formar um cidadão cívico e moral a partir da escolarização, sendo que o analfabetismo era considerado um dos grandes entraves ao avanço do país. A escola era pensada pelos intelectuais dos anos 1920 como solução para os problemas da República Brasileira (2012, p. 28).

Desta forma, com o constante aumento da população nas cidades e o alto índice de analfabetismo que de acordo com Veiga (2007, p. 237) “na época da proclamação da República a população era estimada em 14 milhões de habitantes, com 85% de analfabetos”, foi criado o Decreto 7.566 em 23 de setembro de 1909 em execução da Lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, pelo então Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Nilo Peçanha, decretando a criação de Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário gratuito, que seriam custeadas pela União e direcionadas para a juventude de classe menos afortunada no país sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que foi criado em 1906 e em 1930 é desmembrado, se tornando dois novos ministérios, um Ministério da Agricultura e o outro Ministério da Indústria e Comércio. Assim como é disposto no Decreto 7.566 de 1909

Se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo tecnico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação. (BRASIL, 1909, p.1)

Assim, a educação profissional no Brasil pode ser observada diante das mudanças nos modos de produção e tinha um papel de “formação de mão-de-obra qualificada para a indústria” (QUELUZ, 2000, p. 30).

Segundo Santos (2011, p. 207):

(...) ensinar officios às crianças e aos jovens, que na sociedade não tivessem outra opção, como era o caso dos órfãos e desvalidos, que eram encaminhados pelos juizes e pela Santa Casa de Misericórdia aos arsenais militares e da Marinha, onde eram internados e postos a trabalhar como artífices que, após alguns anos, ficavam livres pra escolher onde, como e para quem trabalhar.

A prática assistencialista do fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX influenciaram a organização de distintas instituições educacionais em todo o país. “A formação de uma força de trabalho qualificada era vista não só como forma de manutenção da ordem e de prevenção da desordem” (CUNHA, 2005, p. 30), portanto, a educação tinha como objetivo tanto formar mão de obra, quanto firmar a ordem. A “educação profissional mostrava-se como fundamental para o desenvolvimento econômico nacional e também estabelecer uma disciplina racional de toda hierarquia do trabalho desde aquele que dirige até o mais humilde trabalhador” (QUELUZ, 2000, p. 90), instituindo a ordem visando o desenvolvimento socioeconômico, portanto o “Estado deveria, portanto, criar instituições de preferência de confinamento, preocupadas em formar o caráter da criança dentro da ética do trabalho e dos valores burgueses” (Ibidem, p. 20).

Balbino (2020) relata a existência da Escola Profissional Delfim Moreira em Pouso Alegre/MG, nesse período histórico. Mas as escolas de educação doméstica no Brasil, que são o foco desse trabalho, divergem das intencionalidades das escolas profissionais destinadas aos homens, para Rodrigues (2000) tinham como objetivo formar jovens aptas para o casamento, a maternidade e a vida no lar, considerando o papel social da mulher a época como profissionais para o emprego doméstico. Os principais conceitos sobre a Educação Profissional e Doméstica Feminina foram discutidos em nível nacional pela primeira vez durante a *I Conferência pelo Progresso Feminino* em 1922, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (MARINHO, 2006). Dentre os objetivos da conferência, destacamos que tinham como objetivo que essas escolas fossem criadas nos moldes de educandário existentes na Suíça, Bélgica, Alemanha, dentre outros países desenvolvidos. A delegada da Liga Paulista, Cora de Moraes Barros, apresentou algumas reflexões na conferência, considerando conhecimentos necessários à mulher, para que possa “contribuir com a saúde da família e da nossa sociedade” (MARINHO, 2006, p. 7) sugeriu para o currículo das escolas domésticas: higiene domiciliar, defesa social, preceitos da puericultura, medicina caseira e indústrias caseiras.

Analisaremos as instituições domésticas localizada em Pouso Alegre e em Brazópolis, ambas da região do Sul de Minas Gerais.

## **A ESCOLA DOMÉSTICA SANTA TEREZINHA EM POUSO ALEGRE**

Neste tópico, analisaremos a Escola Doméstica Santa Terezinha, sua fundação, organização e manutenção no período estudado. Uma das principais fontes utilizadas nessa pesquisa foram as narrativas memorialistas.

A Escola Doméstica foi fundada no ano de 1929, possuindo como seu principal objetivo a educação de moças pobres e órfãs do município. Oferecia em sua base curricular, as seguintes oficinas de caráter domésticas: costura, bordado, práticas culinárias e prendas domésticas, além de ensinar as jovens, a serem boas mães e boas esposas. Essas características são destacadas por Gouvêa (1998, p. p. 184 – 185): “Em 5 de abril de 1929, começou a funcionar em Pouso Alegre a Escola Doméstica Santa Terezinha, propriedade da Diocese, destinada ao ensino de misteres e prendas domésticas às mocinhas pobres”.

A sua criação esteve atrelada à iniciativa das elites religiosas e políticas, mas essa instituição era totalmente da Diocese de Pouso Alegre, “Dom Otávio, que já havia fundado a Escola Profissional para meninos, fundou, a Escola Doméstica para meninas, incentivando mais a ação social” (REZENDE, 1991, p. 64). A educação das moças pela Escola Doméstica estava inserida numa lógica de reprodução de filhos sadios e obedientes, além de uma questão produtiva, pois essas moças poderiam oferecer os seus conhecimentos adquiridos na escola, como forma de garantir a sua sobrevivência e também serem inseridas nos quadros da Igreja Católica.

Instalada, a princípio, no velho prédio da Rua Afonso Pena, esquina com a Rua Bueno Brandão, ampliou-se em 1933, com a inauguração em 30 de setembro, de um novo pavilhão e de uma linda capela, o pequeno Santuário de Santa Terezinha. As construções foram feitas em terreno doado pelo cel. Joaquim Ribeiro de Abreu (GOUVÊA, 1998, p. 184).

A Escola Doméstica Santa Terezinha era destinada ao atendimento das moças das classes “desfavorecidas”. Além de tudo oferecia ensino primário e ensinavam técnicas domésticas para as moças. A presença de um pequeno santuário na Escola Doméstica nos mostra a influência religiosa sobre a educação das moças.

As novas instalações advindas da contribuição de um representante das classes dominantes na política pouso alegre. A doação realizada pelo Cel. Joaquim Ribeiro de Abreu nos mostra a relação entre a Igreja Católica e o Estado, sobre a organização e manutenção das obras sociais – instituições educacionais – na cidade.

A importância de um ensino pautado nos valores morais e éticos cristãos que busquem instruir as classes “desfavorecidas” são enaltecidas pelo jornal *A Razão*:

Escola Domestica Santa Teresinha  
Desde o dia primeiro do corrente, com elevado numero de alunas, vem sendo realizadas as aulas nessa util casa de ensino. Felicitando as abnegadas Irmãs da Providência, que, com zelo altamente cristão, vem ministrando às moças humildes de nossa cidade, ensinamentos religiosos e instrução, desejamos, no decorrer do ano letivo, os mais completos exitos (Jornal A Razão, Pouso Alegre, Ano I, 13 de março de 1937, nº 47, p. 6).

O artigo acima mostra a relevância dada pela catequização das alunas da Escola Doméstica Santa Terezinha. A presença das Irmãs da Providência como responsáveis pela educação das moças pobres e órfãs pelos dogmas católicos é enaltecida pela imprensa. A catequização nas instituições educacionais demonstra a preocupação de disciplinar os filhos e filhas das classes “desfavorecidas” assegurando, portanto, a manutenção da ordem vigente e a obediência dos valores morais.

Nesse “princípio de que resistir à autoridade é resistir a Deus, e o que todo poder vem de Deus, se tornam as bases da argumentação católica no período, [...] Igreja Católica se apresentou como a escola da ordem” (NAGLE, 2009, p. 79). A presença da Igreja Católica na região sul mineira e na educação é enorme, conforme Balbino (2018) evidenciou em sua pesquisa.

As autoridades – políticas e religiosas – da cidade de Pouso Alegre/MG encontrou por meio dos valores morais, a iniciativa de incutir nas classes “desfavorecidas” a disciplinarização e a formação para o trabalho na ótica cristã.

A presença das alunas nos rituais religiosos era frequentes por ser tratar de uma instituição educacional da Igreja Católica. Na qual a presença das alunas testemunhava o papel das autoridades religiosas de criar um laço íntimo com a religião católica. Os retiros espirituais são vistos como necessário para os dogmas cristãos e essa relevância é tratada na imprensa pouso alegre:

Na Escola Doméstica Santa Teresinha/ Será pregado um Retiro Espiritual ás ex-alunas pelo Revmo. Sr. Pe. Feliciano Iagüe, de 3 a 7 de maio com a Santa Missa, neste dia, e a Comunhão Pascoal das retirantes. A diretoria da Escola convida as ex-alunas desta Escola para o Retiro. (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 22 de abril de 1944, nº 1379, p. 4)

Como foi anunciado terá inicio dia 3 de Maio o Retiro das ex-alunas da Escola Doméstica S. Teresinha. Esse retiro terminará dia 7 e será prégado pelo Revmo. Sr. Pe. Feliciano Iagüe (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 29 de abril de 1944, nº 1380, p. 1).

As atuais e antigas alunas da Escola Doméstica, preparadas por um piedoso retiro prégado pelo Revmo. Pe. Feliciano Iagüe, farão sua Páscoa no dia 7, no Pequeno Santuário de Santa Teresinha (Jornal A Semana Religiosa, Anno XXVIII, Pouso Alegre, 6 de maio de 1944, nº 1381, p. 1)

A organização de um retiro espiritual pela direção da Escola Doméstica Santa Terezinha foi programada exclusivamente para às ex-alunas e atuais. O contato com os rituais cristãos pode ser encarado como uma tática de disciplinarização a partir da educação moral religiosa. Na qual o objetivo de formar uma mulher disciplinada e que atenderia os valores morais das classes dominantes (religiosas e políticas).

Analisaremos a seguir, uma fotografia das alunas da Escola Doméstica Santa Terezinha em plena atividade, sendo esse registro referente a aula de costura.





Figura 1 - Escola Doméstica Santa Terezinha (GOUVÊA, 1998, p. 190).

A fotografia trouxe a dimensão sobre a organização da Escola Doméstica Santa Terezinha buscou inserir as alunas na sociedade capitalista. A divisão sexual do trabalho, a disciplinarização e os aspectos da moral religiosa é o que propunham. Ao educar as meninas/moças, pobres ou órfãs como eram as solicitações para serem admitidas como alunas na instituição oferecia uma educação doméstica e ensinavam essas jovens a serem boas mães e boas esposas.

“Às meninas eram facultadas atividades relacionadas com costura e serviços domésticos” (GARNER, 2013, p. 95). A educação feminina era voltada para as meninas das classes “desfavorecidas” da sociedade. Destacamos as atividades ligadas aos assuntos domésticos e incorporando o papel da mulher como dona de casa, como mãe e esposa. O papel da mulher para a produção capitalista é tido como importante, pois “os proletários não estavam sendo adequadamente “moralizados” e “instruídos” por diversas razões: a mulher precisava trabalhar para ajudar a sustentar a prole” (CUNHA, 2005, p. 26).

As alunas sentadas e uniformizadas com o mesmo padrão de roupas, todas sentadas e seguindo uma fileira na sala de aula. A “fotografia contribui para difundir novos comportamentos e representações da classe que tem poder sobre a “produção cultural, fruto do trabalho social de produção sígnica” (CIAVATTA, 2002, p. 40).

As investigações desse estabelecimento educacional apontam a sua importância na educação das moças pobres que eram inseridas na lógica produtivista, também recebia uma educação religiosa, como catequese e aulas de canto, coral e de teatro, essas medidas proporcionava a inserção delas nos quadros da Igreja Católica.

## **A ESCOLA DOMÉSTICA DE BRAZÓPOLIS**

A Escola Doméstica de Brazópolis, localizada no sul de Minas Gerais, foi inaugurada em 1927, sendo a primeira instituição de educação doméstica do Estado, como afirma o Jornal *A Noite*, do Estado do Rio de Janeiro, em 8 de março de 1928, se referindo à instituição que sobre “os estabelecimentos que honram o espírito de iniciativa e a orientação pedagógica do Estado, destaca-se a Escola Doméstica Modelar de Brazópolis, a primeira que se criou em Minas Geraes”. Foi instaurada na

cidade sob patrocínio da Sociedade Protetora da Instrução, instituição composta por cidadãos brazopolenses que tinham como preocupação a educação da juventude da cidade e região. Entre os membros da Sociedade, destacamos o ex-Presidente da República, de 1914 a 1918, Wenceslau Braz, que era o Presidente honorário perpétuo desta instituição.

A Sociedade Protetora da Instrução foi instaurada para “preencher falhas existentes” no município, organizados para pensar, implementar e inspecionar a escola voltada para o ensino para homens, que seria o *Gymnásio de Brazópolis* e a escola destinada para o ensino doméstico, a *Escola Doméstica de Brazópolis*, como afirmado na *Revista Acaica* (BRANT, 1952). Apesar da iniciativa privada para construção da escola, a gestão e organização curricular da instituição foi confiada às Reverendas Irmãs da Providência de Itajubá (27 km de Brazópolis) desde sua inauguração.

A *Escola Doméstica de Brazópolis* iniciou seus trabalhos em 13 de maio de 1927, tinha como principal objetivo promover o aperfeiçoamento da mulher para o lar, como afirma a *Revista Acaica* que devido às iniciativas da escola ali formavam “uma legião de boas donas de casa que formará outras legiões que hão de reformar a sociedade de amanhã”. (BRANT, 1952, p. 54). Com tal característica presente em outras instituições destinadas ao ensino profissional doméstico durante a Primeira República, a educação feminina estava voltada principalmente para aprimoramento das funções dentro do lar. Soihet (2000, p.98) afirma que era proibida a educação comum dos dois sexos, não só devido à rígida moral católica como, igualmente, devido à certeza da ciência hegemônica na época acerca das diferentes aptidões entre homens e mulheres. E ressaltando essa realidade, Reis (2013, p. 18) afirma que “à mulher cabia a educação para o cuidado da casa, de atividades domésticas, visando cuidar bem do futuro marido e dos filhos provenientes do casamento”, nesse contexto, acreditam que a mulher bem instruída, formaria melhor o “homem de amanhã”, visando o progresso da sociedade.



*Figura 2: Escola Doméstica de Brazópolis (1927).*

Seu prédio, como visto na figura 3, foi planejado e construído para a implantação da instituição e contava com áreas planejadas para estudo e prática do ensino doméstico e técnico das alunas. Observa-se na imagem um prédio majestoso, de janelas arejadas, visualiza-se alunas vestidas de uniformes na janela, sentadas no

jardim e na entrada da lateral direita e na porta principal, cujo uniforme era a saia preta, blusa branca e uma grava cor preta. Na parte de cima da imagem pode-se observar alunas transitando pelo corredor do prédio e também vistas nas janelas do lado esquerdo do prédio, aparentemente, um espaço acolhedor. A escola possuía alunas internas e semi-internas, como consta em documentos presentes no Arquivo Histórico da Escola Doméstica de Brazópolis (Dossiê disponível na Prefeitura Municipal de Brazópolis). Como afirma Ribeiro; Araújo e Silva (2017, p. 73) sobre a educação profissional feminina “era compreendida como uma instituição que não formasse operárias, mas donas de casa, inculcando regras e valores morais necessários para exercer a maternidade e a função de esposa”. Sobre esse modelo, Louro afirma que

A escola parecia desenvolver um movimento ambíguo: de um lado, promovia uma espécie de ruptura com o ensino desenvolvido no lar, pois de algum modo se colocava como mais capaz ou com maior legitimidade para ministrar os conhecimentos exigidos para a mulher moderna; de outro, promovia, através de vários meios, sua ligação com a casa [...]. A escola adquiria, também, o caráter da casa idealizada, ou seja, era apresentada como um espaço afastado dos conflitos e desarmonias do mundo exterior, um local limpo e cuidado. Apontava-se que a polêmica e a discussão eram “contra a natureza feminina” (LOURO, 2004, p. 383).

Em 1952 a *Revista Acaiaca* publicou uma edição especial em comemoração ao cinquentenário da cidade de Brazópolis, divulgando que a Escola Doméstica concluía seus 25 anos de funcionamento e nesse período teve um total de 4.550 matrículas, sendo cobrado a 61% das alunas o valor da anuidade integral, 4,3% com anuidade reduzida, e 33% gratuitas. Do total de matrículas de alunas que não pagavam anuidade, 61% eram oferecidas pela escola, 5,8% exigidas pelo Estado e 32,9% foram custeadas pela prefeitura municipal de Brazópolis (BRANT, 1952). Demonstrando a relação público-privado que sempre estiveram juntos na história da educação brasileira, não numa relação de conflito, mas de complementaridade, como afirma Araujo (2005).

Essa relação público-privado viabilizou vagas para as filhas de famílias menos abastadas, Saviani (2005, p. 168) afirma que “quando fazemos a história da educação pública, a história da educação privada faz-se presente, ainda que o seja na forma de interlocutor oculto, e vice-versa”, na Escola Doméstica de Brazópolis a relação público-privado se mostra em simetria, tendo os poderes públicos subsidiando parte das finanças da instituição e inspecionando o desempenho e qualidade da educação difundida na instituição.

O currículo da instituição tinha como finalidade promover mudanças sociais a partir da mulher no lar, porém, foi capaz de modificar o paradigma social, pressupõe-se que as mulheres não ocupavam cargos no mercado de trabalho inicialmente, estando sua atuação atrelada às tarefas domésticas e posteriormente foram tomando espaços sociais conseguindo visibilidade social e empregabilidade, como foi possível analisar a partir dos cadernos de Atas de Reunião (datado de 1939 a 1965), no quadro de funcionários da escola apareciam nomes de ex-alunas formadas na instituição que posteriormente trabalharam na escola como professoras e secretárias.

## **ESCOLA DOMÉSTICA DE BRAZÓPOLIS E A ESCOLA DOMÉSTICA DE POUSO ALEGRE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS**

Como podemos observar durante essa pesquisa, as escolas domésticas possuem aproximações em sua atuação. Os currículos de ambas escolas domésticas foram pensados e implementados visando à formação e aperfeiçoamento da mulher para o lar e sendo entregue às Freiras a responsabilidade pela instrução das jovens. Gomes (2001) nos mostra a ideia de que se acreditava no poder da educação através da Igreja Católica tendo um papel de destaque na legitimação da ordem, sendo para o Estado um instrumento indispensável na transmissão de valores ligados à religião, quais sejam: a grandeza da Pátria, o valor da família, a preservação da moral e dos bons costumes, assim como Ribeiro (2017, p. 64) exprime que “a solução viria de vertentes como o higienismo – a “limpeza social – e a ênfase no trabalho e na educação – o ensino profissional para moralizar”.

A Escola Doméstica de Brazópolis foi construída a partir de iniciativa da elite política e econômica de Brazópolis, atendida as filhas dessas grandes famílias e possuía vagas para filhas de famílias menos abastadas, custeadas pelo Estado e Município. Enquanto a Escola Doméstica de Pouso Alegre, foi construída a partir da iniciativa das elites religiosas e políticas, porém, a instituição era totalmente da Diocese de Pouso Alegre e atendia moças de famílias menos abastadas e órfãs do município, sendo subsidiada por doações das famílias tradicionais e apoio do aparelho estatal.

O currículo das duas instituições se assemelhava da mesma forma que o objetivo, foram criadas para a formação da mulher visando a transformação e progresso da sociedade dentro dos lares, buscando o “aprimoramento da mulher como mãe e dona de casa”, como afirmam Tavares e Stmatto (2018, p.28). Com caráter religioso presente em seus currículos e práticas, enfatizavam a condição da mulher feita para o lar e das atividades de dona de casa, próprias do contexto histórico. Assim buscavam promover o progresso da sociedade brasileira através da educação da mulher e suas influências dentro do lar e na família, que instruiria o homem do amanhã.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados apontam que as implementações dessas instituições tiveram colaboração da sociedade civil em suas instalações, sendo iniciativa das autoridades políticas e religiosas que tinham como pretensão educar os jovens para produzir mão de obra disciplinada para o desenvolvimento destas cidades e as jovens moças para o aperfeiçoamento para lar, visando uma melhor educação familiar para as próximas gerações. a partir da educação doméstica, promover o desenvolvimento e progresso das cidades. Concluímos que as intencionalidades presentes na construção dessas instituições tinham como propósito promover a educação da juventude afim de dar-lhes uma “utilidade” visando o progresso da região.

A Educação Profissional Doméstica no Brasil na Primeira República tinha como característica principal o propósito de aperfeiçoar as habilidades e aptidões da jovem mulher para o lar, formando “boas mães e donas de casa”, a partir de um conjunto de saberes tradicionais buscando a formação da mulher para educar-se, dirigir o lar e trabalhar. A construção e instalação da Escola Doméstica de Brazópolis e de Pouso Alegre tiveram demasiada importância na formação social e profissional das alunas nos municípios e região. Essas instituições educacionais dispuseram de um papel importante na educação feminina, por meio da moral religiosa e com a preocupação de formá-las para o lar, tais características marcaram todo o processo educacional dessas escolas. As instituições voltadas para o Ensino Profissional Doméstico foram

bastante mencionadas nos impressos da época, expressando boa visibilidade das instituições ante a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, José Carlos S. O público e o privado na história da educação brasileira: da ambivalência ao intercâmbio. In: LOMBARDI, José Claudinei. JACOMILI, Mara Regina M. SILVA, Tânia Mara T. (orgs.) **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2005.

BALBINO, Antônio Gilberto. **A Igreja e a Educação Feminina no Sul de Minas (1900-1950): O ultramontanismo e as incursões da modernidade**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade São Francisco/USF: Itatiba/SP, 2018.

BALBINO, Giovane Silva. **A Igreja Católica e o Estado na educação profissional em Pouso Alegre - MG (1917-1947)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas /UNICAMP: Campinas, SP, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.566 de set de 1909**. Créa nas capitaes dos Estados da Escolalde Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Acesso em setembro de 2017. Recuperado de <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\_7566\_1909.pdf>

BRANT, Celso (org.). **Revista Acaiaca**, Belo Horizonte: Acaiaca, p. 146-147, 1952

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ClAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica** (Rio de Janeiro, 1900 – 1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2ª ed. São Paulo/SP: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

GARNER, Ana Clara Oliveira Santos. **O Discurso Sobre Educação Profissional Nos Jornais De Belo Horizonte – 1896 A 1926**. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica), Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais/CEFET, Belo Horizonte/MG, 2013.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **Vozes em Defesa da Ordem: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968)**. Campinas: UNICAMP. 2001. 205p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **A República e os seus projetos de educação profissional: escolarização do trabalhador do campo e da cidade**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v.3, n.1, p. 205-225, jan/jun. 2012.

GOUVÊA, Octávio Miranda. **A História de Pouso Alegre**. Borda da Mata – MG: Art's Gráficas e Editora Imagem, 1998.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e história da educação: atentando para as fontes**. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). Fontes, História e Historiografia da Educação. 1ª edição, Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil - 3. Ed.** - São Paulo: Contexto, 2004. Páginas 443 a 481.

MARINHO, Nilda. Concepções de educação doméstica: as teses da I Conferência pelo Progresso Feminino - 1922. In: **VII Seminário Nacional de Estudo e Pesquisas**,



2006, Campinas. Anais do VII Seminário Nacional de Estudo e Pesquisas. Campinas: FE-HIstedbr/Unicamp. p. 1-10.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3ª ed. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de Ensino técnico na República Velha 1909-1930**. Curitiba: Editora CEFET-PR, 2000.

REIS, F. A. R. **O ensino profissionalizante (feminino) no Brasil: Uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (CAMPOS, RIO DE JANEIRO, 1922 - 1930)**. 2013. 143 f. Dissertação (Pós Graduação em Políticas Sociais) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

REIS, F.A.R; MARTINEZ, S. A. O ensino profissional feminino no Brasil: uma análise da escola profissional feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922 - 1930). **A Cor das Letras** (UEFS), v. 13, p. 27-45, 2012.

REZENDE, Manoel Coutinho de. **Eu, minha terra e minha gente: o Pouso Alegre das trilhas dos faiscadores**. Pouso Alegre/MG: 1991.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. **Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte**, MG. Uberaba: Programa de Pós Graduação de Educação da Universidade Federal de Uberaba, 2017. 197p. (Relatório de pesquisa de pós-doutorado)

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; ARAUJO, José Carlos Souza; SILVA, Elizabeth Farias. Ensino Profissional Feminino: pobreza e marginalidade na nova capital mineira (1909 a 1927). In: OLIVEIRA, AntonellaCarvalhode (Org.). **Campo de saberes da História da Educação no Brasil**. 1. ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2017. p. 67-87.

RODRIGUES, Rosane Nunes. Educação doméstica e a produção de imagens femininas (DF-1920-1930). In. **Caderno de resumos do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação. 6 a 9 de nov. 2000. P.345-346

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SAVIANI, Demerval. História da escola pública no Brasil: questões para a pesquisa. In: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Demerval. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (orgs.) **A escola Pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados: Histedbr. 2005.

SOIHET, Rachel. A Pedagogia Da Conquista Do Espaço Público Pelas Mulheres E A Militância Feminista De Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, Set/Out/Nov/Dez 2000 N° 15.

TAVARES, Marianna Carla Costa; STMATTO, Maria Inês Sucupira. A concepção de mulher no currículo da Escola Doméstica de Natal (1914 – 1944). **Research, Society and Development**, v.7, n. 3, p.01-17, 2018.

TOLEDO, Alvarina Amaral de Oliveira. **Uma História Que Já Vai Longe**. Niterói, Gráfica Falcão, 1997.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

# SONS DA FÉ: A MAGIA E A IMPORTÂNCIA DA TRADIÇÃO ORAL NOS PONTOS CANTADOS DE UMBANDA PARA PRESERVAÇÃO E RECONHECIMENTO DA HISTÓRIA DE UM POVO

Paula Roberta Libanori Haenisch<sup>207</sup>

**Resumo:** A oralidade é importante na preservação dos costumes, memórias e histórias de um povo e as religiões de matriz afro-brasileira certamente evidenciam esse fato. Os Pontos Cantados de Umbanda, por exemplo, exercem primoroso papel ao retratarem as histórias das divindades que são cultuadas nos terreiros, formando um elo entre saberes, tradições e indivíduos. Assim, conhecer a simbologia dos tais Pontos Cantados é reafirmar a relevância da tradição oral para salvaguardar o passado de um povo historicamente tão preterido e a quem devemos reconhecer para compreender como se deu a edificação de nossa identidade nacional.

**Palavras-chave:** Umbanda. Pontos Cantados. Tradição Oral. Identidade Nacional. Resiliência.

## Introdução:

A religião afro-brasileira conhecida como Umbanda se sistematizou e se popularizou em nosso país no começo do século XX, ainda nas décadas iniciais do Brasil República e em meio ao caótico contexto da recém-libertação dos povos negros que viviam sob o regime de trabalho escravo. Libertação, esta, ocorrida no contexto final do século anterior ao supracitado, depois de uma longa caminhada que se fez a passos lentos e carregada de problemas que sequer eram abordados pelo Estado, posto que a Lei Áurea de Maio de 1888 não amparou minimamente os negros, quando eles se tornaram recém-libertos, e isso causou inúmeros abismos entre povos negros e não negros no Brasil.

No que diz respeito à ineficácia social da Lei Áurea, fato essencial a ser evidenciado para compreendermos o papel social dos negros historicamente preteridos em nosso país, vale ressaltar que:

[...] se no primeiro momento a Lei Áurea significou a libertação dos escravos do jugo dos seus senhores, no momento seguinte, condenou aqueles a viverem como vítimas do sistema, uma vez que se encontravam livres, sem, contudo, possuírem estudo, documentos, dinheiro, moradia, emprego, escola e nenhuma outra espécie de assistência social proporcionada pelo Estado. (MONTEIRO, 2012, p. 360).

É perceptível, portanto, que aos negros do Brasil, mesmo quando eles já se encontravam na condição de recém-libertos, lhes foi negado o acesso a diversos ambientes considerados monopólios dos brancos e isso ressoa até os dias atuais em vários setores de nossa sociedade. Cito como um dos tantos possíveis exemplos dessa realidade descrita os números referentes ao acesso de povos negros ao Ensino Superior brasileiro<sup>208</sup> que, apesar do visível crescimento porcentual nos últimos anos,

<sup>207</sup> Licenciada em História pela Universidade Estadual de Maringá onde também se especializou em História da África e Cultura Afro-Brasileira, Práticas Docentes, Relações Raciais e Aplicação da Lei 10639/03. Especialista em Docência no Ensino Superior pela PUC e, atualmente, Mestranda em História Pública pela UNESPAR.

<sup>208</sup> De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgada em Janeiro de 2020, o número de negros ingressos no Ensino Superior Brasileiro subiu 25%

ainda se apresenta em um contexto repleto de enfrentamentos e com um complexo caminho a ser trilhado.

Evidentemente, essa negação de acesso em relação aos negros para os locais cujos direitos de acesso prevaleciam entre os brancos, somada a todo o processo de opressão e submissão escravista, os levaram a procurar alternativas diversificadas para resistirem e para manterem vivas as suas tradições e as suas práticas culturais que necessitavam ser transmitidas de geração em geração. Neste sentido, portanto, a oralidade se estruturou desde o passado e se manteve até à atualidade como um recurso frequentemente acessado na expressão da cultura afro-brasileira.

Grande parte das tradições religiosas africanas e também afro-brasileiras, como é o caso da Umbanda, são marcadas pela ausência de livros sagrados e que, via de regra, têm seus conteúdos tomados como verdades (quase) incontestes como ocorre, por exemplo, em relação à Bíblia para os cristãos ou com o Alcorão para os islâmicos. Em contrapartida, quanto à Umbanda, nota-se que as suas tradições, as suas doutrinas, os seus rituais e os seus ensinamentos, sejam eles teóricos ou práticos, são transmitidos pela oralidade e pela cultura do exemplo, não por manuais prontamente escritos.

Dito isso, é importante ressaltar que, mesmo não sendo escritas, as verdades da doutrina umbandista seguem sendo inquestionavelmente valiosas para os seus adeptos e o poder dos Orixás é, igualmente, valioso e incontestável a eles, independentemente da existência ou da ausência de manuais e de livros sagrados oficiais onde esses valores fiquem registrados por escrito. É nítido, pois, que o cenário da não existência de livros sagrados oficiais na Umbanda sendo substituído por uma realidade na qual a oralidade é uma peça chave recorrente, trata-se de um fato que não diminui em nada o poder que os ensinamentos orais e a cultura do exemplo evocam para aqueles que creem na Umbanda. É por isso que diante dessa realidade da não existência de um livro sagrado que contenha escritas as verdades essenciais da doutrina umbandista, uma das ferramentas mais frequentemente utilizadas pelos povos de santo<sup>209</sup> é a oralidade, esta, expressa na musicalidade que, por sua vez, se organiza e resulta no que chamamos de Pontos Cantados.

Verificando o itinerário percorrido pela Umbanda para se sistematizar como uma religião nacionalmente reconhecida, a partir do século XX, e visualizando sua definição como religião afro-brasileira, compreende-se que para as práticas umbandistas a história oral estruturou-se, historicamente, como um eficiente recurso de resistência e preservação da doutrina, visto que ela, a oralidade como ferramenta de preservação histórica, seja capaz de pôr em posição de destaque os pressupostos da história social trazendo à tona discussões de baixo para cima (SANTOS, 2015). Todavia, antes das reflexões sobre a oralidade como ferramenta histórica e suas contribuições para a preservação de memórias e propagação de culturas, é cabível compreender o que são os tais Pontos Cantados tão frequentemente entoados nos Terreiros de Umbanda<sup>210</sup>.

---

entre os anos de 2009 e 2015 enquanto, no mesmo intervalo de tempo, a população negra do Brasil cresceu 5%.

<sup>209</sup> Por Povos de Santo leem-se Umbandistas, assim como as expressões Povos de Terreiro e Filhos de Santo e que também se farão recorrentes aqui.

<sup>210</sup> É entendido como Terreiro de Umbanda os templos onde ocorrem a maioria dos rituais umbandistas. Tais locais podem ser definidos, também, como Templos de Umbanda ou Casas de umbanda. Ademais, é válido mencionar que muitos rituais de Umbanda ocorrem fora desses locais, podendo ser realizados nas encruzilhadas de ruas ou de estradas de chão, nas cachoeiras, nas matas, em cemitérios, dentre outros locais onde, evidentemente, durante os ritos os Pontos Cantados também são entoados.



## **Dos Pontos Cantados – em que consistem e quem se encarrega de entoá-los:**

A Umbanda na condição de religião afro-brasileira, conforme mencionado anteriormente, é marcada pela ausência de livros sagrados e pela forte presença da tradição oral e da cultura do exemplo, sendo essas as principais formas de manutenção e de resistência dos Povos de Santo ao longo de anos de expiações, perseguições, intolerâncias e situações de intolerância e racismo religioso. Como também já fora discutido, essa realidade conturbada é fruto de uma estrutura que, desde os tempos dos colonizadores, foi marcada por tentativas ora de apagar, ora de distorcer, ora de ‘embranquecer’ o negro e suas culturas consideradas subversivas, inferiores e, no âmbito religioso, demonizadas.

Assim, a tradição oral, tão fortemente presente no continente africano, por meio dos Griots, considerados guardiões de memórias e tradições, se fez presente também nas Américas entre os africanos que para cá vieram e entre os seus descendentes que aqui nasceram na condição de escravizados. Por isso a presença da oralidade nos templos umbandistas é mais do que um acontecimento aleatório, natural e espontâneo, é uma construção e expressão histórico-social marcado pela resiliência em torno de seus significados histórico, social e cultural.

Ainda sobre o papel dos Griots que é de extrema relevância para que se compreenda o valor da oralidade entre os africanos e afro-brasileiros, Melo define que:

[...] o termo griot, na cultura africana, significa contador de histórias, função designada ao ancião de uma tribo, conhecido por sua sabedoria e transmissão de conhecimento; figura presente na África tribal que percorre a savana para transmitir, oralmente, ao povo fatos de sua história; é o agente responsável pela manutenção da tradição oral dos povos africanos, cantada, dançada e contada através dos mitos, das lendas, das cantigas, das danças e das canções épicas; é aquele que mantém a continuidade da tradição oral, a fonte de saberes e ensinamentos e que possibilita a integração de homens e mulheres, adultos e crianças no espaço e no tempo e nas tradições; é o poeta, o mestre, o estudioso, o músico, o dançarino, o conselheiro, o preservador da palavra. (MELO, 2009, p. 149).

Reconhecendo a importância da tradição cantada – e dançada – para a cultura africana, pode-se partir para as definições e análises acerca do que são os Pontos Cantados de Umbanda. O dicionário online Michaelis traz a seguinte definição para a expressão ‘Ponto Cantado’:

Ponto cantado, REL: em ritos de origem africana, especialmente na umbanda, cada um dos cânticos específicos de cada entidade espiritual, a fim de homenageá-la, iniciar os trabalhos e fazê-las incorporar ou desincorporar. (PONTO CANTADO, 2021, não paginado).

A partir dessa breve definição apresentada no mencionado dicionário online, somada às reflexões discorridas sobre o papel da oralidade na tradição religiosa umbandista, é possível notar que os Pontos Cantados de Umbanda não são músicas de cunho somente religioso-comercial ou, então, canções entoadas somente para fins de entretenimento religioso. Por esses motivos, os Pontos Cantados não se

enquadram na categoria de música gospel<sup>211</sup>, por exemplo. Ou seja, apesar de os Pontos Cantados apresentarem mensagens de conteúdo religioso, eles apresentam uma faceta distinta, quando colocados em comparação com as tais canções gospels: a faceta de serem capazes de conectar o mundo terreno com o mundo espiritual ao trazer à tona a ancestralidade africana para dentro dos rituais religiosos.

No início dos rituais de Umbanda, tanto nas giras de direita<sup>212</sup>, como nas giras de esquerda<sup>213</sup>, são entoados os chamados Pontos Cantados de Abertura e, seguindo a mesma lógica, há no final de cada gira os Pontos Cantados de Encerramento. Entre o abrir e o fechar das giras, evidentemente, há inúmeros momentos em que os Pontos Cantados seguem entoados, cada qual de acordo com o momento e com a ritualística a ser trabalhada e eles variam de acordo com a necessidade, havendo: pontos de demanda, pontos de cura, pontos para chamada de entidades, pontos para firmeza de entidades quando elas chegam ao terreiro, pontos de agradecimento, pontos de consagração para os alimentos compartilhados entre os Filhos de Santo, pontos de ajuda às almas que ali estão necessitando de auxílio, dentre inúmeras outras características e possibilidades.

Em geral, quem puxa os Pontos Cantados de acordo com a situação e analisando as necessidades do momento são os Filhos de Santo cuja função no terreiro é ser Ogan<sup>214</sup> (ou Ogã, também conhecido como Atabaqueiro ou Curimbeiro). Almeida e Souza ao descreverem o trabalho desses indivíduos apresentam as seguintes informações, não somente sobre os Ogans, mas, também, sobre a diversidade e aplicabilidade dos Pontos Cantados:

[...] são os responsáveis pela música sacra durante os trabalhos e, mesmo não entrando em transe, é crido que os ogans participem do processo de mediação entre os “planos físicos e espirituais” através da “intuição espiritual”. Para exercerem suas funções, estes sacerdotes utilizam atabaques consagrados para tal propósito, o Run, Rumpi e o Lé. Os praticantes do culto imaginam que é o toque destes instrumentos o principal responsável pela “decida” das “entidades sobrenaturais”, o tipo de entidade e a qualidade da “dança” que ela fará. (ALMEIDA; SOUZA, 2011, p. 78-79)

Com o poder de invocar a ancestralidade e de manipular energias, os Pontos Cantados são introduzidos nos rituais pelas vozes dos Ogans e, posteriormente, cantados por toda a comunidade ali presente que se deixa contagiar com o ritmo e com a sonoridade dos instrumentos de percussão que acompanham e dão o tom e o compasso para cada Ponto trazido ao ritual de acordo com sua específica finalidade. Com isso, crê-se que os Pontos Cantados possibilitam mais do que a exposição e a preservação das tradições africanas, eles abrem a possibilidade para trocas

---

<sup>211</sup> Música gospel é um tipo de música composto para expressar a crença, individual ou comunitária, predominantemente cristã. A música gospel é escrita e executada por muitos motivos com motivo religioso ou até cerimonial, ou como um produto de entretenimento para o mercado comercial.

<sup>212</sup> As energias da Umbanda são polarizadas de acordo com suas naturezas distintas, sendo comumente divididas em energias de Direita das quais fazem parte entidades como, por exemplo, Caboclos, Pretos Velhos, Ibejadas, entre outros e energias de Esquerda.

<sup>213</sup> Na polaridade da Esquerda, em geral, manifestam-se energias de entidades como Exus e Pomba Giras conhecidos, também, como Povos de Rua ou Guardiões, dentre outros.

<sup>214</sup> Em alguns Terreiros de Umbanda e nos templos de Candomblé, a palavra Ogan ou Ogã só deve ser utilizada, única e exclusivamente, para se referir aos iniciados do sexo masculino que tocam os instrumentos de percussão conhecidos como tambores ou atabaques. Todavia, devida à variedade dogmática e ritualística existentes nos inúmeros templos umbandistas de nosso país, encontramos termos sinônimos para se referir a tais indivíduos e, além disso, também é possível encontrar mulheres tocando tais instrumentos e puxando os Pontos Cantados em muitos terreiros. Nesses casos, essas Filhas de Santo são chamadas de Atabaqueiras ou Curimbeiras somente.

energéticas entre o natural e o sobrenatural, reafirmando as características que fomentam boa parte das narrativas africanas e afro-brasileiras.

### **Da interação social – sua relação com a construção de discursos e a formação de memória:**

É por meio da linguagem que se dão as nossas relações sociais com o mundo ao redor desde os primórdios da vida: a linguagem corporal dos pais, a linguagem expressa nos costumes da família mais extensa, a linguagem escolar no primeiros contatos com o mundo fora da família, dentre outras linguagens que transmitem valores, noções, permissões ou proibições mesmo antes de aprendermos a utilizar a linguagem falada (BORGES; SALOMÃO, 2003).

O poder que a linguagem falada exerce nas conversações sociais e nas conservações de memórias e tradições, dentre outros poderes que a ela podem ser atribuídos, nos impele a uma observação mais atenta não somente sobre 'o que' falamos, mas sobre 'como falamos aquilo que queremos dizer', isto é: Quais são as palavras que escolho para me comunicar? E por qual motivo as escolho? Essa profunda relação entre 'o Homem' e 'a Palavra' é apresentada por Larrosa da seguinte maneira:

O homem é um vivente de palavra, de linguagem, de *logos*. E isso não significa que o homem tenha a palavra, ou a linguagem, como uma coisa, ou como uma ferramenta, mas que o modo de viver específico desse corpo ao mesmo tempo vivente e mortal (vivente porque mortal e mortal porque vivente) que é o homem se dá na palavra e como palavra. (LARROSA, 2007, p. 170).

Acerca da relação entre o homem, o pensamento e a palavra, encontram-se na teoria do Sociostrutivismo ou Sociointeracionismo<sup>215</sup> definições que apontam possíveis reflexões sobre a formação intelectual humana como sendo algo que se constrói de forma paralela às relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si, corroborando com o conceito de linguagem e sua relação com a interação social abordado anteriormente. Tão ou mais importante do que conhecer as palavras é compreender os seus significados, neste sentido, Vigostki afirmara que:

A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. É a própria palavra vista no seu aspecto interior. Deste modo, parece que temos todo o fundamento para considerá-la como um fenômeno de discurso. (VIGOTSKI, 2001, p. 398).

O homem constituído, simultânea e reciprocamente, como ser social e como ser histórico, possibilita a averiguação de que a construção da linguagem, a escolha de palavras e a sucessão de ações de um indivíduo não se podem compreender como resultados de um fenômeno isolado do todo. A linguagem, a palavra e a ação, portanto, respondem a estímulos coletivos e, de modo recíproco, são moldadas e ajudam a moldar o mundo exterior ao próprio ser. Processo semelhante pode ser

---

<sup>215</sup> Tal teoria foi elaborada pelo russo Lev Semenovich Vigotski (1896-1934) que, apesar de ser abordado na maioria das vezes por psicólogos e pedagogos, apresentam vestígios de uma Filosofia da Linguagem e por essa ampla abrangência e aplicação o pensamento dele e sua teoria também contribuem nas discussões histórico-sociais que remetem ao poder do pensamento e da linguagem oral e sua condição como formadora de discursos e possibilitadora de interações sociais.

notado em relação à formação de nossas memórias que, mesmo quando se apresentam de forma individual, são influenciadas pelas memórias coletivas (HALBWACHS, 1968) atestando a noção de que o social não é uma espécie de influência que só aparece no fim da vida de cada indivíduo, mas uma influência ampla e contínua que perpassa por toda a existência interferindo, inclusive, naquilo que cada pessoa constrói como memória pessoal ao longo da vida.

### **Da tradição oral – seus embates, cuidados necessários e contribuições para a formação de uma identidade nacional:**

Fazendo um breve resgate acerca da inserção da oralidade como fonte de informações que possibilitou a origem de novas metodologias usadas pelos historiadores, nota-se que a utilização da oralidade enquanto recurso histórico enfrentou – e certamente ainda enfrenta e enfrentará – muitas resistências e aversões por parte daqueles que não enxergam um cenário onde haja a possibilidade de credibilizar a oralidade como fonte histórica confiável e plausível.

Nessa negação da credibilidade da oralidade e de sua pertinência para a história, muitas vezes estiveram presentes argumentos segundo os quais ela, a história manifestada oralmente, se colocava como empecilho à defesa da busca pela oficialidade dos fatos pois, durante muito tempo, acreditou-se que a história de um povo só poderia ser edificada por meio de documentos escritos que eram considerados por um grupo de historiadores como sendo os mais propícios à investigação histórica refletindo, deste modo, os resquícios da mentalidade histórica metódica (BOURDÉ; MARTIN, 1983) que postulava um rigor científico das produções e que, em nome desse rigor, era costumeiro argumentar que alcançá-lo somente era possível por meio do uso de documentos escritos, logo, oficiais, limitando-se em torno deles e se opondo a quaisquer outras manifestações de registro histórico cujo valor eles desconsideravam.

Fazendo um contrapeso aos avessos da oralidade e seu valor e eficácia, existem indivíduos que se posicionam como defensores das práticas orais e seu respaldo como fontes históricas. Defensores, estes, que, dentre vários argumentos, ressaltam a capacidade da tradição oral em ampliar as vozes dos indivíduos historicamente esquecidos e marginalizados pelas demais fontes documentais. Esse discurso em defesa da oralidade impulsionou, gradativamente, ao longo dos séculos XX e XXI, um crescimento significativo em relação à utilização de testemunhos orais para a produção do conhecimento histórico estimulando, inclusive, debates aprofundados sobre uma vertente do conhecimento histórico ainda recente em nosso país conhecida como História Pública<sup>216</sup>, sobretudo a partir de 2011 em contexto nacional.

Ainda se tratando da oralidade como ferramenta de preservação e edificação histórica, é fato que na medida em que o uso da oralidade tem crescido, conseqüentemente, os debates acerca da sua qualidade também têm passado por uma crescente necessidade de reflexões e debates. Por isso, para legitimar a oralidade enquanto geradora de conhecimentos históricos válidos, fidedignos e símbolos de resistência, os historiadores devem sempre se atentar aos aspectos e nuances específicas da oralidade e um desses objetos de necessária atenção é o que

---

<sup>216</sup> Originada na década de 1970 nos Estados Unidos, a História Pública chegou com força ao Brasil no início do século XXI, sobretudo, a partir do ano de 2011 quando o número de discussões sobre tal ofício cresceu, vertiginosamente, em encontros de grande, médio e pequeno porte, inclusive sendo recorrente nos encontros da ANPUH da última década.

diz respeito ao reconhecimento, por parte da comunidade de historiadores, quanto às possíveis subjetividades presentes nos discursos dos indivíduos que fazem uso da oralidade enquanto expressão. Afinal, a oralidade é duplamente influenciadora e influenciada por contextos muito amplos.

Vale destacar, enfim, que por meio dela, é possível trazer à tona histórias e narrativas até então sufocadas por uma história dada como oficial cuja ideia de identidade nacional, no caso do Brasil, tem sido expressa somente com grandes nomes de indivíduos solitários, martirizados no alto de seus privilégios de homem branco e bem nascido [LARA, 1992]. Sendo a oralidade tão carregada de valores e intenções distintas e específicas e, muitas vezes, combatente entre si, se faz necessário atentar sobre ela com muita cautela conforme já foi dito anteriormente. Assim, ainda sobre os cuidados indispensáveis que as análises de narrativas requerem, Joutard reforça que:

Estamos persuadidos de que a história oral não está mais em suas primícias. Chegou já à primavera e é cada vez mais reconhecida e compreendida nos círculos acadêmicos mais tradicionais. Os que contestam a fonte oral travam combates ultrapassados. Em contrapartida, como em todo fenômeno que atinge a maturidade, o risco de perda de vitalidade, de banalização é real. Seu segundo desafio é o de permanecer fiel à sua inspiração inicial. (JOUTARD, 2000, p. 33).

A fim de evidenciar que a oralidade tem seu papel de contribuinte da história e mostrando que cada sujeito é um sujeito social e ator da história (JOUTARD, 2000) analisemos, portanto, como a oralidade expressa em alguns Pontos Cantados de Umbanda evidenciam os contributos dos povos de terreiro no tópico a seguir intitulado como: Do conteúdo dos Pontos Cantados- exposições e análises quanto à expressão de cultura e de fé em suas letras e a carga histórica presente neles.

### **Do conteúdo dos Pontos Cantados – exposições e análises quanto à expressão de cultura e de fé em suas letras e a carga histórica presente neles:**

Nesta seção, serão analisados cinco Pontos Cantados de Umbanda e o modo como eles colocam em evidência elementos de preservação e reconhecimento da história do povo negro, quer seja na África, quer seja no Brasil. Os primeiros quatro Pontos analisados são entoados nos Templos de Umbanda para as entidades denominadas como Pretos Velhos<sup>217</sup>, fazendo referências à história dos negros escravos no Brasil, expondo situações vivenciadas por eles no contexto da escravidão em si e no contexto da travessia da África ao Brasil, além de apresentarem simbolismos da fé que esses sujeitos tinham nos Orixás. Já o quinto Ponto apresentado e, portanto, último ponto a ser analisado constará referências a diversos Orixás de Umbanda e suas respectivas atribuições e fundamentos quando foram criados por Oxalá. Ainda sobre o termo Orixás, já mencionado aqui em ocasiões anteriores, vale destacar que segundo as definições dos povos lorubas eles são seres divinos que carregam a responsabilidade de:

[...] criar e governar o mundo, ficando cada um deles com a responsabilidade sobre alguns aspectos da natureza e certas dimensões da vida em sociedade e da condição humana. Eles são também os ancestrais da humanidade e

---

<sup>217</sup> Em resumo podem ser definidos como espíritos, guias ou entidades que se apresentam com o arquétipo dos negros que sofreram nas senzalas do nosso país.

cada pessoa é um reflexo do orixá do qual descende; que é o senhor de sua cabeça; de sua mente [...]. (AZAMBUJA, 2010, p. 21-22)

Antes de prosseguir com as exposições analíticas, é válido mostrar que tanto o primeiro, como o quarto Ponto Cantado que constarão abaixo podem ser encontrados no portal online cujo nome é 'Giras de Umbanda', enquanto o segundo e o terceiro, respectivamente, podem ser encontrados na produção escrita de Pereira (2012), já o último Ponto Cantado pode ser encontrado em outro portal online conhecido pelo nome 'Pontos de Umbanda'. Todos esses referenciais estão devidamente mencionados na lista de fontes que constam no fim deste capítulo. Sendo assim, após o declarado, seguem as análises.

O primeiro Ponto Cantado retrata a realidade enfrentada pelos negros escravizados quando eles eram trazidos nos navios negreiros da África ao Brasil. Muitas vezes esses navios naufragavam em meio à imensidão do Atlântico, ceifando milhares de vidas. Na letra desse primeiro Ponto Cantado, Iemanjá – Orixá das águas salgadas – aparece como aquela que salva e recolhe as almas dos negros vítimas de naufrágio, evidenciando a fé daqueles indivíduos que diante do perigo e do medo da morte recorriam, por meio de orações e cânticos, aos elementos de sua fé, apelando pela intervenção da Mãe das Águas Salgadas. Além disso, o conteúdo expresso na letra desse Ponto narra as dificuldades enfrentadas pelos negros em alto mar e a frequência com que os escravizados eram vitimados por esse tipo de situação:

Navio Negreiro no fundo do mar  
Correntes pesadas na areia a arrastar  
A negra escrava se pôs a cantar  
A negra escrava se pôs a cantar  
Saravá<sup>218</sup> minha Mãe Iemanjá!  
Saravá minha Mãe Iemanjá!  
Virou a caçamba pro fundo do mar  
Virou a caçamba pro fundo do mar  
E quem me salvou foi Mãe Iemanjá!  
E quem me salvou foi Mãe Iemanjá!  
Saravá minha Mãe Iemanjá!  
Saravá minha Mãe Iemanjá!

No segundo Ponto Cantado são encontradas referências à chegada dos escravizados no litoral brasileiro quando, depois de viajarem por longos dias, semanas ou até meses, eles finalmente desembarcavam em terra firme. Mais uma vez é feita menção à realidade histórica dos povos negros e da situação em que eles foram inseridos no território brasileiro. No Ponto Cantado em questão, são mencionados povos da região do Congo, fazendo alusão ao trabalho desses indivíduos não somente em vida, quando eram escravos, como da sua força de trabalho espiritual ao serem mencionadas, especificamente, as seguintes palavras 'Oi, Saravá, povo de Congo, a gira é formosa em qualquer lugar'.

Lá vem navio negreiro, que vem beirando o mar  
Trazendo os africanos para trabalhar.  
Lá vem navio negreiro, que vem beirando o mar

---

<sup>218</sup> Saravá é uma saudação amplamente utilizada na linguagem ritualística dos umbandistas.

Trazendo os africanos para trabalhar.  
Oi, Saravá, povo de Congo, a gira é formosa em qualquer lugar.  
Oi, Saravá, povo de Congo, a gira é formosa em qualquer lugar.

A seguir, no terceiro Ponto Cantado, há menções explícitas à força do trabalho espiritual que os Pretos Velhos têm. Tal Ponto Cantado enaltece o trabalho de uma Preta Velha de nome Mandinga que não deixa desamparado aqueles que a procuram e, ao mesmo tempo, a letra também tem a pretensão – consciente ou não – de se quebrar os tabus diante de narrativas que geralmente distorcem e violentam a doutrina umbandista. Isso fica notável no trecho ‘Sou uma velha feiticeira e meu feitiço é de ajudar’.

Oh, Preta Mandinga, não me deixa cair.  
Oh, Preta Mandinga, me dê sua mão aqui.  
Sou Preta Velha que trabalha nessa mesa  
Com as sete velas acesas pra meus filhos levantar.  
Mas eu trabalho nas sete segundas-feiras  
Sou uma velha feiticeira e meu feitiço é de ajudar

Na sequência, temos o quarto Ponto Cantado no qual, novamente, é perceptível uma referência ao trabalho dos escravos e seu aspecto exaustivo, com uma rotina extenuante que assolava os povos negros em suas vivências cotidianas na condição de escravos. Mais uma vez, para além dos resgates históricos acerca dos povos negros escravizados no Brasil, a letra do Ponto Cantado transmite valores de perseverança possibilitados pela fé:

Preto Velho ‘tá’ cansado de tanto trabalhar  
Preto Velho ‘tá’ cansado de tanto curimbar<sup>219</sup>  
Canta Ponto, risca pamba<sup>220</sup>  
Que é longa a caminhada  
Quem tem fé tem tudo  
Quem não tem fé não tem nada

Por fim, temos aqui o quinto e último Ponto Cantado que traz uma maior complexidade, pois nele constam menções a diversos Orixás como Oxalá, Xangô, Oxóssi, Iemanjá, Oyá, Ogum e Nanã, além de entidades tratadas como boiadeiros, crianças, as almas, Exu e Pomba Gira. Segundo a crença umbandista herdade das tradições africanas, Oxalá é o Orixá responsável por fazer reinar a harmonia e paz, por isso ele aparece no Ponto distribuindo tarefas entre os demais. Xangô é o responsável pela Justiça e frequentemente associado às rochas que, assim como a justiça divina, devem ser firmes. Oxóssi é quem traz a fartura às mesas, senhor que cuida daqueles que caçam o alimento, que sai em busca do sustento físico para si e para sua comunidade. Iemanjá, conforme abordado no primeiro ponto, é a senhora das águas salgadas e também simboliza a fartura associada ao mar e a vasta quantidade de peixes que nele há. Oyá é a senhora dos ventos, muitas vezes aparece

---

<sup>219</sup> O ato de Curimbar pode ser lido, neste contexto, como sinônimo de trabalhar.

<sup>220</sup> Pamba é uma espécie de giz utilizada durante os rituais umbandistas para que as entidades registrem seu Ponto Riscado em pequenas tabuetas de madeira ou no chão do Terreiro. Esses Pontos Riscados seriam, então, considerados a ‘assinatura’ que cada entidade utiliza para se apresentar e ser identificado em seus trabalhos espirituais.

associada com Xangô, sendo a ela a senhora também dos raios e ele dos trovões, Oyá com seu vendaval leva para longe toda a maldade que assola seus filhos. Por fim, temos Ogum o senhor da guerra e das armas e ferramentas de metal, também referido em muitas manifestações culturais brasileiras como o senhor do progresso e Nanã, a mais velha dos Orixás, associada à sabedoria dos idosos, mas uma sabedoria firme pautada mais na firmeza da justiça do que na complacência frequentemente vinculada aos indivíduos idosos.

Esse arquétipo do idoso complacente e sábio está, por sua vez, presente na linha das almas da qual fazem parte os já tratados Pretos Velhos. Outras linhas aparentes no ponto são dos Boiadeiros, Crianças (também conhecidos como Ibejadas ou Erês, a depender da denominação de cada Templo de Umbanda) e os Povos de Rua como são tratados Exus e Pomba Giras, senhores e senhoras das giras De Esquerda.

E Oxalá criou a Terra  
Oxalá criou o Mar  
Oxalá criou o mundo  
Onde reinam os Orixás  
A pedra deu pra Xangô, meu pai é rei justiceiro  
As matas deu para Oxóssi, caçador grande guerreiro  
O mar com pescaria farta ele deu pra Iemanjá  
Os rios deu para Oxum, os ventos para Oyá  
Grandes campos de batalha deu para Ogum guerreiro  
Campinas Pai Oxalá deu para seu boiadeiro  
Jardim com lindos gramados, deu para as crianças brincar  
Oxalá criou o mundo onde reinam os Orixás  
Mas Oxalá criou a Terra  
Oxalá criou o Mar  
Oxalá criou o mundo  
Onde reinam os Orixás  
O poço deu pra Nanã, a mais velha Orixá  
E o cruzeiro bendito deu pras almas trabalhar  
Finalmente deu as ruas com estrela e luar  
Para Exu e Pombo Gira nossos caminhos guardar

### **Considerações finais:**

Retomando, ainda que brevemente, a trajetória dos povos negros na formação da identidade nacional brasileira, a partir da abolição da escravidão, e refletindo acerca da importância da oralidade para a preservação de tradições e divulgação de narrativas historicamente sufocadas, foi possível elencar aqui alguns Pontos Cantados de Umbanda que, de um modo ou de outro, contribuem para preservar e relatar a triste realidade vivida pelos povos negros em nosso país durante os longos séculos em que a escravidão se fez presente e até mesmo após o seu término que deixou profunda marcas sociais.

Ademais de relatar as mazelas da escravidão, os Pontos Cantados também destacam a força e as formas de resistência buscadas por esses povos que na crença aos Orixás encontraram forças para manterem a resiliência diante das atrocidades e adversidades da vida, fazendo da religiosidade muito mais do que uma simples confraternização de cunho espiritual, mas também proporcionadora de uma teia de



relações pautadas no amor à Oxalá. Amor, este, que inspira a resistir e a não calar as vozes da dor e do sofrimento diante da sociedade.

### Referências:

- ALMEIDA, André & SOUZA Ana. **Ogans: Músicos de Religiões Afro-Brasileiras. Identidades e Representações de Poder.** In Anais do II Simpósio Nacional de Musicologia (EMAC/UFG) & IV Encontro de Musicologia Histórica (UFRJ), 2011, p.78-83.
- AZAMBUJA, Márcio Passos. **Uma visada sobre a presença dos orixás em João do Rio, de Mário de Andrade e Jorge Amado.** Monografia [Licenciatura] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras, Porto Alegre, 2010, 58p.
- BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. **Aquisição da linguagem: considerações da perspectiva da interação social.** *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2003, vol.16, n.2, pp.327-336.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas.** Éditions du Seuil. Paris, França, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire Collective.** 2ª Edição: Presses Universitaires de France. Paris, França, 1968.
- JOUTARD, Philippe. **Desafios à História Oral do século XXI.** In: ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p.
- LARA, Sílvia Hunold. Tiradentes e a nação esquartejada. In. **Pátria amada esquartejada.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura / Departamento de Patrimônio Histórico, 1992
- LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.
- MELO, Marilene Carlos do Vale. **A figura do griot e a relação memória e narrativa.** In: Griots: culturas africanas, linguagem, memória, imaginário. Organizadores: Tânia Lima, Izabel Nascimento, Andrey Oliveira. – 1.ed. - Natal: Lucgraf, 2009. 277p.
- MONTEIRO, Patrícia Fontes Cavalieri. **Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea.** Meritum – Belo Horizonte – v. 7 – n. 1 – p. 355-387 – jan./jun. 2012
- PEREIRA, Linconly Jesus Alencar. **A Umbanda em Fortaleza: Análise dos significados presentes nos pontos cantados e riscados nos rituais religiosos.** 142 f. : il. color., enc. ; 30 cm. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.
- SANTOS, Mariangela Santana Guimarães. **Memória e História: contributos da história oral para a preservação da cultura.** Publicado em: Anais do XXVIII XVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Paulo, ANPUH, 2015.  
[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434411171\\_ARQUIVO\\_ANPHU-MEMORIAEHISTORIA-Artigo\\_OKK1.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434411171_ARQUIVO_ANPHU-MEMORIAEHISTORIA-Artigo_OKK1.pdf) Acesso em 05 Mar. 2021.
- VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A Construção do Pensamento e da Linguagem / L. S. Vigotski ; tradução Paulo Bezerra.** - São Paulo : Martins Fontes, 2001. - (Psicologia e pedagogia)

### Fontes:

GIRAS DE UMBANDA. **Pontos de Pretos e Pretas Velhas**.c.2010. Página inicial disponível em <https://www.girasdeumbanda.com.br/as-giras-de-umbanda/> Acesso em 10 de Abril de 2021.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3589&Itemid=6](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3589&Itemid=6) C Acesso em 04 Mar. 2021.

MICHAELIS, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ponto/> Acesso em 02 de Abril de 2021.

PONTOS DE UMBANDA. Ponto de Oxalá – Oxalá critou a Terra.c.2021. Página inicial disponível em <https://www.pontosdeumbanda.com.br/> Acesso em 11 de Abril de 2021.

# FAKE NEWS E NEGACIONISMO À VACINA: ANÁLISE DA DESINFORMAÇÃO VEICULADA DURANTE A REVOLTA DA VACINA

Paulo Pessôa Neto<sup>221</sup>

**RESUMO:** Não é novidade que haja campanhas de desinformação contra as políticas sanitárias, principalmente quando se trata de obrigatoriedades impostas através do legislativo aos cidadãos para se evitar uma crise no campo da saúde de certa região. A campanha de vacinação contra a pandemia da Covid-19, trouxe para os debates públicos a memória da Revolta da Vacina. Igualmente como hoje, a revolta foi inflamada por desinformação e negacionismo. O presente artigo, traz uma análise contemporânea para melhor entender como a desinformação da época alcançou e interferiu no entendimento da população sobre as prioridades sanitárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fake News. Revolta da Vacina. Covid-19. Negacionismo. Desinformação.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou que a epidemia do coronavírus<sup>222</sup> seria tratada como uma pandemia<sup>223</sup>. O ex-ministro da saúde, Luís Henrique Mandetta, em conversa com o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, fez a seguinte declaração sobre a pandemia da Covid-19<sup>224</sup>: “Esse é um acontecimento que vai marcar uma era. Como foi a Segunda Guerra Mundial<sup>225</sup>, a quebra da Bolsa de Nova York<sup>226</sup>. Esse período vai ser destaque dos livros de história [...]” (MANDETTA, 2020, p. 222). De fato, especialistas têm cada vez mais concordado que a pandemia mundial deve alterar os moldes da sociedade moderna. Igualmente, de acordo com Meihy e Filho (1995), a Revolta da Vacina<sup>227</sup> teve como consequência importantes legados para o Brasil. O povo tomou conhecimento de sua força e se está insatisfeito com a gestão política, possui todo o direito de se manifestar. Já o governo aprendeu que qualquer medida tem que conciliar outros setores que tratam da população. Mandetta (2020) lembra que durante uma situação de crise sanitária, ainda hoje, as ações precisam estar aliadas aos setores da cultura, economia e trabalho. Outra grande lição que Meihy e Filho (1995) apontam é de que

---

<sup>221</sup> Paulo Pessôa Neto. Aluno de graduação do curso de Jornalismo no Centro Universitário Internacional- UNINTER. Jornalista da Web Rádio UNINTER. Menção Honrosa Prof. Dr. Mario Sergio Cunha Alencastro. E-mail: paulo.pterceiro@gmail.com

<sup>222</sup> “*Pneumonia of unknown cause - China*”. Disponível no site oficial da Organização Mundial da Saúde: <https://www.who.int/csr/don/05-january-2020-pneumonia-of-unkown-cause-china/en/> Acesso em: 26 mar. 2021

<sup>223</sup> *We have therefore made the assessment that COVID-19 can be characterized as a pandemic*. Disponível no site oficial da Organização Mundial da Saúde: Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020/> Acesso em: 26 mar. 2021.

<sup>224</sup> *The most recently discovered coronavirus causes coronavirus disease COVID-19*. Disponível no site oficial da Organização Mundial da Saúde: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/q-a-coronaviruses> Acesso em: 26 mar. 2021.

<sup>225</sup> [...] guerra contra o Eixo. (KOIFMAN, 2002, p. 344)

<sup>226</sup> Iniciou-se o ano de 1929 e a crise mundial abalou também a economia brasileira. (KOIFMAN, 2002, p. 271)

<sup>227</sup> A “Revolta da Vacina” começou na tarde de 12 de novembro de 1904 [...]. (KOIFMAN, 2002, p. 118)

qualquer ação obrigatória para o povo, tem que haver consulta antes, não havendo imposições.

Após a declaração da OMS, vários artifícios começaram a ser estudados e postos em práticas por governos e instituições tentando minimizar o impacto da pandemia. Com isso vacinas foram desenvolvidas para tentar frear os contágios pelo vírus Sars-2-CoV (causador da Covid-19). Em dezembro, antes do fim do ano de 2020, o Reino Unido havia vacinado a primeira pessoa<sup>228</sup> contra a Covid-19. Em menos de um ano os esforços mundiais conseguiram desenvolver um contra-ataque sanitário contra o novo inimigo.

Porém, mais rápido do que os esforços mundiais, foi a produção de *fake news*<sup>229</sup> nesse período. Dois dias depois do anúncio da OMS sobre a pandemia, a agência Aos Fatos<sup>230</sup> já checava a primeira notícia falsa circulando no Brasil sobre uma suposta vacina em Cuba<sup>231</sup>. Na agência Aos Fatos, durante a primeira onda<sup>232</sup> da pandemia, foram checadas 174 informações falsas<sup>233</sup> espalhadas pelas redes sociais, divulgadas por figuras públicas e pautadas em sites noticiosos. A organização Avaaz (2020) denunciou o quanto a infodemia<sup>234</sup> que ocorria mundialmente, estava atrapalhando o exercício dos trabalhos de profissionais das áreas de comunicação, saúde e ordem pública:

O tsunami de conteúdo falso e enganoso sobre o Coronavírus não é um surto isolado de desinformação e faz parte de uma praga mundial. [...] Essas mentiras representam um problema sério, promovem curas falsas e incentivam o medo de vacinas e tratamentos eficazes. E elas viajam rápido: um post do Facebook que dizia que o gengibre era 10 mil vezes mais eficaz no tratamento do câncer que a quimioterapia foi curtido, compartilhado e comentado quase 30 mil vezes. (AVAAZ, 2020)

Um dos danos que pode ocasionar esse tipo de ação, é a crença que a vacinação possa causar mais males do que o benefício de se imunizar contra a doença da Covid-19. Vários debates que surgiram têm atrasado o combate sanitário e tornado medidas eficazes, impopulares. Apesar do contexto contemporâneo, negacionismo contra programas sanitários de vacinação, *fake news* sobre efeitos colaterais da imunização e debates defendidos de forma política que atrapalham uma resposta eficaz na pandemia, são antigas situações em nossa história. Os recentes acontecimentos trouxeram à memória popular casos históricos como a Revolta da Vacina contra as campanhas sanitárias do então presidente da república, Rodrigues Alves<sup>235</sup>.

Esse estudo pretende fazer uma análise contemporânea nas *fake news* vinculadas durante a Revolta da Vacina que aconteceu no ano de 1904. Com isso, entender melhor como a desinformação na época contribuiu para um negacionismo

---

<sup>228</sup> Mulher de 90 anos é 1ª vacinada contra Covid-19. (HOLTON, 2020)

<sup>229</sup> notícias falsas (*fake news*), que circulam abusivamente pela internet (SANTAELLA, 2018)

<sup>230</sup> Disponível em: <https://www.aosfatos.org/> Acesso em: 26 mar. 2021.

<sup>231</sup> Cuba não desenvolveu vacina para o novo coronavírus. (PACHECO, 2020)

<sup>232</sup> *During COVID-19's first wave - March to June 2020*. (POSSETI, BELL, BROWN; 2020)

<sup>233</sup> Verificado em 13 mar. 2021.

<sup>234</sup> além da pandemia da Covid-19, enfrentamos também uma infodemia global, com desinformações viralizando nas redes sociais e ameaçando vidas ao redor do mundo. (AVAAZ, 2020)

<sup>235</sup> No dia 1º de março de 1902, Rodrigues Alves recebeu 592.039 votos; Quintino Bocaiúva, 52.359. [...] Uma vitória com ampla margem de diferença, mas que não registrou muito entusiasmo nem participação popular. (KOIFMAN, 2002, p. 117)

contra o programa sanitário do governo. Também vamos poder analisar melhor as semelhanças e diferenças daquela época para a atual, podendo assim, apontarmos melhores métodos de combate à infodemia atual, para que não cheguemos à eminência de um conflito físico.

## 2 FAKE NEWS E O NEGACIONISMO CIENTÍFICO

De acordo com Rezende; Silva; Ribeiro; Loureto; Silva Neta e Gouveia (2019), atribuir explicações ao desconhecido é parte de nosso instinto para processarmos as informações do mundo. Por conta da capacidade tecnológica e científica de épocas remotas, as explicações normalmente tinham um caráter sagrado. Isso teria começado a mudar após a Revolução do Regadio<sup>236</sup>, quando o homem passou a antropomorfizar a imagem de seus Deuses e a tirar a figura do desconhecido e do divino dos fenômenos naturais. Nietzsche (2018) argumenta que “reduzir uma coisa desconhecida a outra conhecida alivia, tranquiliza e satisfaz o espírito, proporcionando, além disso, um sentimento de poder.” (NIETZSCHE, 2018, p. 41). Portanto, o sagrado era aceito pois confortava a inquietude de não compreender algo. Com a Era da Ciência<sup>237</sup>, que se iniciou após a Revolução Francesa, aos poucos o homem foi diminuindo a religiosidade no seu cotidiano e dando mais voz à ciência. Porém, Chassot (2004) comenta que a principal característica que separa a ciência do sagrado, também causa incertezas. A ciência é mutável e exige estar sempre contradizendo antigos dizeres. No início da Era da Ciência, as novas leis científicas eram eternas. Hoje em dia, entende-se que “a ciência não tem a verdade e sim algumas verdades transitórias.” (CHASSOT, 2004, p. 156) Essa realidade impulsiona o negacionismo crescente, conforme pseudociências e explicações sacras confortam a inquietude dos indivíduos. Nietzsche (2018) mesmo lembra que “uma explicação qualquer é preferível à falta de explicação” (NIETZSCHE, 2018, p. 41). Esse tipo de explicação pode ser mais bem compreendido pela maioria da população do que uma explicação empírica.

Peças de desinformação também não são novidades em nossa história. Com a Prensa de Gutemberg<sup>238</sup>, no entanto, a desinformação começou a chegar com muito mais facilidade e rapidez à muitas pessoas. Durant (1959) comenta que a descoberta gutenberguiana<sup>239</sup>, “depois da língua, forneceu o instrumento mais rápido para disseminação da insensatez que o mundo jamais conheceu até nossa época.” (DURANT, 1959, p. 206)

É característico, no Brasil, notícias falsas com viés político que apelem para o emocional das pessoas. Em plena era da pós-verdade<sup>240</sup> isso é amplificado, já que, o

---

<sup>236</sup> Foi a evolução na ideologia em que o “dono de tudo” não seria mais um deus abstrato mas o rei-deus que se torna o centro de toda a estrutura econômica, política, social e religiosa. (LAZZAROTTO, 1999, p. 59)

<sup>237</sup> Em 1789, a França caiu em uma sangrenta revolução. [...] Um período de restauração da ordem teve início, e, no meio científico e cultural, toda sorte de emoção diferente do deslumbre foi despertada. (DEROSA, 2019, p. 101)

<sup>238</sup> Johann Gutemberg, em meados do século XV, desenvolveu uma das tecnologias mais revolucionárias da história: a prensa, um tipo móvel que possibilitava a impressão de caracteres no papel em larga escala. (DEROSA, 2019, p. 9)

<sup>239</sup> Invenção da imprensa tipográfica [...]. (NEIVA, 2013, p. 258)

<sup>240</sup> as mentiras, as manipulações e as falsidades políticas enfaticamente não são o mesmo que a pós-verdade. A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A

emotivo é levado mais em conta do que os fatos em si. Se a informação me dá conforto, se torna uma verdade para mim. Nietzsche (2018) aponta a necessidade do conforto independente da versão do fato quando ele comenta que “a primeira representação, pela qual o desconhecido se declara conhecido, faz tão bem que ‘é considerada por verdadeira’”. (NIETZSCHE, 2018, p. 41). Quando somos cercados de informações falsas ou distorcidas, somando à serviços de informação com baixa qualidade e falta de confiança nas instituições, passamos a escolher o que é verdade.

Algumas figuras públicas, a quem Empoli (2020) chama de “engenheiros do caos<sup>241</sup>”, são ícones dessa era. Empoli (2020), comenta que, para esses líderes, o ideal no jogo político é dividir as pessoas em bolhas e inflamar suas paixões, pois assim se cria seguidores leais. Para fins políticos, em épocas de grande agitação, não é incomum vermos esses engenheiros do caos criando *fake news* e as compartilhando. *Fake news* são facilmente encontradas em situações de guerra, fome, catástrofes naturais, desordem social, crises financeiras e ataques terroristas. A seguir, este trabalho irá analisar a situação da Revolta da Vacina, um caso de revolta popular, portanto, propício ao aparecimento de notícias falsas.

### 3 REVOLTA DA VACINA

Antes de analisarmos as peças de desinformação que circularam o período da Revolta da Vacina, é importante destacar o período e região que ocorreu o fato histórico.

#### 3. 1 CONTEXTO URBANO

O Rio de Janeiro<sup>242</sup> era a capital da recente república brasileira<sup>243</sup>. O porto do Rio era a principal porta de entrada internacional e local de escoamento das riquezas para exportação. Mas, como deixa claro d’Amaral (1974), o porto não possuía infraestrutura para receber quem visitasse a cidade e para escoação de mercadorias. A cidade não possuía saneamento básico em sua grande parte. Lixo e esgoto eram facilmente encontrados em ruas estreitas. Era comum a divisão do espaço também com comerciantes que deixavam sua mercadoria exposta à sujeira. Prédios governamentais não recebiam atenção desde a queda da monarquia e se deterioravam. Meihy e Filho (1995), ressaltam as condições de falta de higiene de mansões por falta de atenção das autoridades. As moradas civis eram baixas, coladas umas às outras, insalubres, super lotadas, mal alinhadas e sem conservação. Isso era somado a um crescimento populacional desordenado que ocorreu na capital. O Projeto Memória (2003), aponta que entre a população, estavam ali ex-escravos, soldados debandados da Guerra de Canudos<sup>244</sup> e da Guerra do Paraguai<sup>245</sup>. A super lotação chegou em um nível tão grande no centro da cidade, que a população mais

---

indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à conviência. A mentira é considerada regra, e não exceção, mesmo em democracias (D’ANCONA, 2018, p. 34)

<sup>241</sup> Esses engenheiros do caos estão em vias de reinventar uma propaganda adaptada à era dos selfies e das redes sociais, e, como consequência, transformas a própria natureza do jogo democrático. (EMPOLI, 2020, p. 21)

<sup>242</sup> Rio de Janeiro, e que então era a capital do nosso país [...]. (MARIN; MONTEIRO, 1998, p. 6)

<sup>243</sup> E maio de 1889 a mensagem ao Parlamento ainda vinha assinada pelo Gabinete João Alfredo. [...] A 20 de novembro não houve reunião da Câmara dos Deputados. A 20 de novembro não havia mais Monarquia. A república se instalara havia cinco dias. (D’AMARAL, 1974, p. 55)

<sup>244</sup> A revolta de Canudos acendeu a imaginação popular, e foi quase o caos. O líder Antônio Conselheiro era fanático, um místico que arrastava atrás de si legiões de jagunços. (D’AMARAL, 1974, p. 67)

<sup>245</sup> Em fins de 1864 começara a guerra contra o ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopez, que por cinco anos enlutaria o país. (D’AMARAL, 1974, p. 43)

pobre começou a ocupar os morros do Rio de Janeiro e a constituírem as primeiras favelas. O Projeto Memória (2003) aponta que entre 1872 e 1906, a população da capital saltou de 274 mil habitantes para 800 mil habitantes. Essas condições eram propícias para que problemas sanitários.

### 3. 2 TÚMULO DOS ESTRANGEIROS

No início do século XX, de acordo com d'Amaral (1974), o Rio de Janeiro tinha problemas graves com três doenças que causavam altos números de óbitos na cidade. A Peste Bubônica<sup>246</sup>, a Febre Amarela<sup>247</sup> e a Varíola<sup>248</sup>. Os problemas sanitários, a falta de olhar para a área da saúde durante a monarquia e a arquitetura local, ajudavam a periodicamente moradores da cidade sofrerem de alguma dessas enfermidades. A Febre Amarela, de acordo com Meihy e Filho (1995), era a doença que mais causava óbitos aos moradores do Rio de Janeiro. Entre os anos de 1850 e 1905, é contabilizado 60 mil mortes pela Febre Amarela. A Varíola causou 35 mil óbitos na metade do século XIX. A Peste Bubônica entre os anos de 1900 e 1905, de acordo com Meihy e Filho (1995), tirou a vida de 1.500 pessoas na cidade do Rio de Janeiro. Com essas três endemias, a capital do país começou a ser evitada por turistas e estrangeiros do mundo todo. A má fama, de acordo com o Projeto Memória (2003) veio da visita de um navio italiano recepcionado pelo então presidente Prudente de Moraes<sup>249</sup> em 1895, com uma grande festa. Dos 340 tripulantes, 333 contraíram a Febre Amarela e destes, 234 morreram. O fato deu o apelido ao Rio de Janeiro de “Túmulo dos Estrangeiros”.

### 3. 3 REFORMA SANITÁRIA

Em 1902, vencia as eleições para presidente do Brasil, Rodrigues Alves, que pretendia colocar em prática um plano de mudanças na capital. Estavam na prioridade dos planos do governo, uma reforma urbana e uma grande campanha sanitária. Oswaldo Cruz<sup>250</sup> tomou a frente da Reforma Sanitária. O ápice das reformas promovidas foi a campanha de vacinação contra a Varíola. Os constantes ataques políticos e as *fake news* que criavam uma cultura de que os efeitos colaterais da vacina não compensavam a imunização, fizeram com que Rodrigues Alves pedisse a obrigação da vacinação. A falta de consulta da população para a campanha de vacinação obrigatória e a imposição por lei<sup>251</sup>, fez com que estourasse uma revolta popular.

### 3. 4 ESTOURA A REVOLTA

---

<sup>246</sup> A peste bubônica é causada por um bacilo cujo nome científico é *Yersnia pestis*. Esse bacilo é encontrado na corrente sanguínea de alguns roedores, especialmente o rato. A pulga é o vetor da doença. (MEIHY; FILHO, 1995, p. 9)

<sup>247</sup> A febre amarela era a doença que mais causava mortes entre a população carioca. A pessoa apresentava sinais de intoxicação, hemorragia e desordens no funcionamento do fígado. (MEIHY; FILHO, 1995, p. 7)

<sup>248</sup> A varíola ocupou lugar da expressão no quadro epidemiológico mundial, difundindo-se indiscriminada e violentamente. Dizimou populações ao longo de séculos, deixando marcas físicas e sociais indelévels. (FERNANDES, 1999, p. 11)

<sup>249</sup> No dia 2 de novembro de 1894, Prudente de Moraes chegava ao Rio de Janeiro como presidente eleito. (KOIFMAN, 2002, p. 69)

<sup>250</sup> Dedicado à higiene desde cedo, desde cedo preocupado com a febre amarela, foi indicado por seu colega Sales Guerra para a diretoria de Saúde Pública do Rio de Janeiro. (D'AMARAL, 1974, p. 84)

<sup>251</sup> 31 de outubro de 1904, ano 16º da República (MEIHY; FILHO, 1995, p. 27)

A obrigação da vacinação foi usada pelos movimentos positivistas<sup>252</sup> e políticos para fazer uma grande propaganda contra as reformas propostas pelo presidente Rodrigues Alves. A população, que já vinha sendo bombardeada com desinformação e estava insatisfeita com as reformas urbanas promovidas pelo prefeito Pereira Passos<sup>253</sup>, se revoltou contra a república. No dia 10 de novembro de 1904, a recém-formada Liga Contra a Vacina Obrigatória<sup>254</sup> e políticos opositores do governo inflamaram a população nas ruas e convocaram manifestações. D'Amaral (1974) comenta que o dia 11 já havia começado com intensos conflitos pela cidade. Houve levantes militares e cadetes marcharam para o Catete<sup>255</sup> com intenção de depor o presidente.

No dia 15, com ao menos o levante militar controlado, Rodrigues Alves pediu ao Congresso que declarasse estado de sítio. O regime foi instaurado no dia 16. A população mais pobre foi a que mais sofreu. Ela se juntou no bairro da Saúde<sup>256</sup>. Foram aos poucos sofrendo com as incursões militares e bombardeios ao bairro até que as últimas trincheiras se renderam no dia 27. Terminava a revolta popular contra a vacinação antivariólica.

## 4 FAKE NEWS E A INFLAMAÇÃO POPULAR

Apresentado um contexto cronológico da revolta popular, podemos entender melhor os momentos que apareceram certas peças de desinformação durante os debates sobre a vacinação. O uso político para defesa de interesses de alguns grupos, foi bem característico das *fake news* que circularam nesse período. A seguir, o estudo traz algumas dessas peças e uma apuração delas.

### 4.1 MAUS ARES

As peças de desinformação eram produzidas e compartilhadas por figuras públicas que queriam se aproveitar de um momento de tensão e desordem pública para promover um jogo político. Uma dessas peças é a Teoria da Miasma<sup>257</sup>. Acreditava-se que um ar fétido tomava conta de um lugar que não fosse bem arejado ou com aparência de sujo. Esse ar poderia ocasionar doenças. Para combater esses “maus ares”, recomendava-se jogar água nas vias públicas antes de varrer, para não levantar pó contaminado. Além de tiros de canhão para o céu, assim, podendo movimentar e jogar pólvora no ar, eliminando qualquer vestígio de miasma nos céus do Rio. Os adversários políticos de Rodrigues Alves teriam aprovado as obras na

---

<sup>252</sup> O positivismo é uma doutrina filosófica criada em meados do século passado pelo francês Augusto Comte. [...] De acordo com a teoria desse filósofo, as sociedades evoluem de um estágio primitivo, selvagem, para um estágio de civilização. (MEIHY; FILHO, 1995, p. 26)

<sup>253</sup> Eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro, recebeu de Rodrigues Alves a tarefa de reurbanizar o Distrito Federal. (MEIHY; FILHO, 1995, p. 15)

<sup>254</sup> Organizaram no dia 5 de novembro de 1904 a Liga Contra a Vacina Obrigatória. A Liga era dirigida pelo senador Lauro Sodré, pelo deputado Barbosa Lima e pelo médico Vicente de Souza. (MEIHY; FILHO, 1995, p. 29)

<sup>255</sup> Palácio do Catete, sede da presidência. (MEIHY; FILHO, 1995, p. 29)

<sup>256</sup> Composto por terrenos pertencentes ao Ministério da Marinha e à Igreja Católica, a Saúde foi logo ocupada pela população pobre acostumada a conviver com a repressão policial. (MEIHY; FILHO, 1995, p. 35)

<sup>257</sup> Essa teoria sustentava que as doenças vinham dos “maus ares” provenientes das águas paradas e focos de lixo putrefatos. (MEMÓRIA, 2003, p. 20)



capital baseados nesta teoria, já que uma das propostas era a explosão de vários morros<sup>258</sup> da cidade, assim, possibilitando que o ar fluísse melhor.

Essa ideia já era ultrapassada naquela época e havia comprovações científicas que davam amparo a reformas sanitárias na Europa e Estado Unidos. Os avanços científicos nessas regiões geraram amplo debate no congresso brasileiro e puderam proporcionar ações eficazes no combate das endemias.

## 4.2 O MOSQUITO COMO O VILÃO

De 1808 a 1902, foi contabilizado 58 mil vítimas da Febre Amarela. Em 1886, Carlos Finlay<sup>259</sup> havia provado que o agente transmissor da doença era o mosquito *Culex*<sup>260</sup>. Em 1900, Walter Reed<sup>261</sup> havia implementado a teoria de Finlay de acabar com os focos de procriação do mosquito para que assim, diminuísse o número de casos da Febre Amarela em Havana, capital de Cuba. Os novos casos foram zerados em um ano.

A proposta foi trazida por Oswaldo Cruz nas reformas sanitárias que tomavam conta da capital. A ideia de um mosquito como o vilão causador de surtos endêmicos na cidade do Rio de Janeiro não foi bem aceita por opositores do governo. Vendo que estavam perdendo apoio em atacar as reformas, a oposição chegou a forjar uma *fake news* sobre a eficácia do combate da Febre Amarela em Havana. Um falso telegrama indicava que havia iniciado um novo surto epidêmico da doença em Cuba, indicando que o combate aos focos de procriação do mosquito havia sido ineficaz. O fato foi desmentido pelo próprio Carlos Finlay.

## 4.3 A FABRICAÇÃO DA VACINA

Os homeopatas<sup>262</sup> se posicionavam contra todo tipo de vacina. De acordo com Meihy e Filho (1995), eles ajudaram a propagar *fake news* sobre a fabricação e as reações colaterais da vacina. Várias dessas desinformações se amparavam no medo desenvolvido pela população que não entendia o método de variolização que deu origem as técnicas de vacinação. Quando a técnica foi adaptada, no final do século XVIII, o pus dos bulbos que apareciam nas pessoas infectadas era extraído e injetado em pessoas saudáveis. Acreditava-se que o procedimento tornaria as pessoas imune à doença. Porém, frequentemente quem se submetia ao procedimento desenvolvia formas graves da doença. Isso acabou gerando um temor quando se tratava do processo de variolização. Temor que foi mantido quando foi desenvolvida a vacinação.

De acordo com Empoli (2020), acessar medos populares é uma técnica usada por produtores de *fake news* porque consegue “sustentar não importa que posição, razoável ou absurda, realista ou intergaláctica, desde que ela intercepte as aspirações e os medos- principalmente os medos” (EMPOLI, 2020, p. 20).

---

<sup>258</sup> Durante a reforma urbana dirigida por Pereira Passos, o morro do Castelo foi inteiramente arrasado para dar lugar à Avenida Central. (MEIHY; FILHO, 1995, p. 17)

<sup>259</sup> Médico cubano Carlos Finlay (D'AMARAL, 1974, p. 85)

<sup>260</sup> Teoria cubana formulada em 1881 por Carlos Juan Finlay [...] que combatera a doença em Cuba exterminando o mosquito *Stegomyia fasciata* e isolando os doentes. (MEMÓRIA, 2003, p. 20)

<sup>261</sup> Dr. Walter Reed, do serviço sanitário dos Estados Unidos. (D'AMARAL, 1974, p. 85)

<sup>262</sup> Adepto da doutrina denominada homeopatia. De acordo com essa doutrina médica, criada no final do século XVIII na Alemanha pelo médico Samuel Hahnemann, as enfermidades devem ser tratadas por substâncias que produzam nas pessoas sãs os mesmos sintomas das doenças. (MEIHY; FILHO, 1995, p. 26)

Além dos homeopatas defenderem fortemente que a vacina contra a Varíola poderia causar a própria doença, também se espalhava que os ratos comprados<sup>263</sup> dos moradores do Rio de Janeiro, durante a campanha contra a Peste Bubônica, seriam usados para fabricação da vacina. Outra *fake news* bem famosa da época era de que como o processo de fabricação era feito com líquidos extraídos de vacas infectadas, quem se vacina-se corria um risco de se tornar uma vaca. Algo parecido com o comentário do presidente, Jair Bolsonaro (2020), de que as pessoas que tomassem a vacina da empresa Pfizer poderiam correr o risco de virarem jacarés<sup>264</sup>.

#### 4.4 “SE VACINAR, MATO!”

Em julho de 1904, perto da revolta estourar, o médico-legista, Cunha Cruz, adepto do positivismo, registrou um óbito do uso da vacina contra Varíola. O caso foi amplamente divulgado pelos principais jornais. Neste momento, mesmo que logo a *fake news* tenha sido desmentida por outro médico, a população já havia sido inflamada contra a vacinação obrigatória e contra o governo. De acordo com Meihy e Filho (1995), o governo fazia propagandas sobre a importância da vacinação. Um slogan usado pela máquina pública era “se não vacinar, morre!” Conforme o negacionismo ia crescendo e a insatisfação contra a reforma sanitária do governo, após o evento do falso óbito, o povo começou a responder ao slogan do governo com “Se vacinar, mato!” A política do governo de tornar obrigatória a vacina sem consulta à população estava lentamente caminhando para uma revolta popular.

#### 4.5 CÓDIGO DE TORTURAS

O Projeto Memória (2003) registra que a procura por vacinação voluntária caiu de 23 mil aplicações em julho de 1904 para 6 mil no mês seguinte. Isso teria preocupado o governo que começou a pressionar mais para uma aprovação urgente da lei que tornava a vacinação obrigatória. Naquele mesmo mês, 1706 novos casos de Varíola foram notificados. A lei era conhecida nas ruas e pelos opositores do governo como “Código de Torturas”. Fernandes (1999) relata que os opositores no congresso começaram a trazer vários relatos de funcionários truculentos e agressivos que não sabiam como aplicar as vacinas, além de assédios. Os principais jornais se juntaram e diariamente traziam notícias falsas que criticavam o trabalho dos profissionais de saúde em uma forma de ataque ao governo. O “Código de Torturas” era constantemente apontado como algo ineficaz. Porém, d’Amaral (1974) comenta que a experiência da vacinação obrigatória já havia sido tentada na Alemanha, França e Estado Unidos.

Todos tendo excelentes resultados. O governo conseguiu a aprovação da lei em 31 de outubro. No dia 05 de novembro, quando foi publicado um plano para por a lei em prática, foi fundada a Liga Contra a Vacina Obrigatória, que no mesmo dia começou a convocar manifestações populares contra a vacina da Varíola. Menos de uma semana depois, estouraria a revolta.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>263</sup> O médico chegou a criar a figura do “comprador de ratos”: um funcionário público que passava pelas ruas pagando até trezentos réis por rato apanhado pela população. (MEMÓRIA, 2003, p. 24)

<sup>264</sup> Lá no contrato da Pfizer, está bem claro nós (a Pfizer) não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema seu. (BOLSONARO apud AFP, 2020)

Este estudo aponta as *fake news* que circulavam durante o período que precedeu a Revolta da Vacina e apresenta como ocorreu a inflamação dos sentimentos negativos na população da cidade do Rio de Janeiro, ao ponto de iniciar uma luta física contra o governo federal. As peças de desinformação são usadas como armas políticas para benefícios de certos grupos. O problema é que quando essas notícias falsas alcançam a população em massa, pode causar uma forte comoção ao ponto de atrapalhar ações eficazes. É importante o entendimento do uso político no Brasil de *fake news*, pois, como aponta o relatório *Scientific [Self] Isolation* de Machado, Guilherme Santos, Santos e Bandeira (2020), as *fake news* sobre o uso da Cloroquina, Hidroxicloroquina e Ivermectina como drogas que poderiam curar e prevenir contra a Covid-19, ainda são amplamente difundidas diariamente, apesar de já ter sido comprovado a sua ineficácia. O Brasil foi, não só apontado como único país<sup>265</sup> que ainda circulam essas peças de desinformação, como também o seu uso por disputas políticas internas é o principal motivo pela permanência dessa desinformação nos debates públicos brasileiros. O risco é que cada vez mais os debates vistos se distanciem dos resultados e pesquisas científicas, podendo levar à uma extensão da situação pandêmica no país.

Identificar o modo como esses discursos ganham novos adeptos é importante para evitar danos sociais em novas situações como as vivenciadas hoje. Seria necessária uma reformulação nas campanhas da área da saúde, para que assim a população em geral possa separar os debates políticos do entendimento científico. O conforto de existir remédios que possam curar da Covid-19 é notado em uma população que aceita com mais facilidade essas peças de desinformação. Essa mesma posição pode ser verificada nos eventos da Revolta da Vacina, onde as reformas urbanas e sanitárias, faziam com que a sensação de abandono por parte do estado fosse forte nos moradores da capital no início do século XX. Esse abandono encontrava conforto no discurso de líderes de grupos políticos que tentavam alcançar maiores índices de popularidade, usando notícias falsas para expor “a verdade”.

Épocas de desordem pública e alta comoção popular são propícias para aparecimento de desinformação. Se o governo em vigência partilha da produção e compartilhamento dessas notícias falsas, acaba criando um ambiente desestabilizado. O legado que a Revolta da Vacina deixou, é a consulta à população antes de se tomar qualquer decisão, o amparo na ciência para melhor eficácia no combate a endemias, além de melhoria na comunicação com a população em geral. Infodemias como a que enfrentamos atualmente não ajudam no combate as doenças. É importante mantermos a memória desses eventos viva para aprendermos com eles e não permitir que voltem a ocorrer.

## REFERÊNCIAS

AFP. **Bolsonaro sobre vacina da Pfizer: ‘Se você virar um jacaré, é problema seu’**. Mundo, Isto É, 19/12/2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce- virar-um-jacare-e-problema-de-voce/> Acesso em: 12 abr. 2021.

ALWAN, Nisreen A; BURGESS, Rochelle Ann; ASHWORTH, Simon; BEALE, Rupert; BHADELIA, Nahid; BOGAERT, Debby; DOWD, Jennifer; ECKERLE, Isabella;

---

<sup>265</sup> Entre os 134 países pesquisados. (MACHADO; GUILHERME SANTOS; SANTOS; BANDEIRA, 2020)

GOLDMAN, Lynn R; GREENHALGH, Trishna; GURDASANI, Deepti; HAMDY, Adam; HANAGE, William P; HODCROFT, Emma B; HYDE, Zoë; KELLAM, Paul; KELLY-IRVING, Michelle; KRAMMER, Florian; LIPSITCH, Marc; MCNALLY, Alan; MCKEE, Martin; NOURI, Ali; PIMENTA, Dominic; PRIESEMANN, Viola; RUTTER, Harry; SILVER, Joshua; SRIDHAR, Devi; SWANTON, Charles; WALENSKY, Rochelle P; YAMEY, Gavin; ZIAUDDEEN, Hisham. **Scientific consensus on the COVID-19 pandemic: we need to act now**. Correspondence. The Lancet, V. 396, Issue 10260, E71-E72, October 31, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32153-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32153-X/fulltext) Acesso em: 14 abr. 2021

AOS FATOS. Site da Agência Aos Fatos. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/> Acesso em: 26 mar. 2021.

AVAAZ. **Profissionais da saúde denunciam a infodemia nas redes sociais**. Avaaz. Disponível em: [https://secure.avaaz.org/campaign/po/health\\_disinfo\\_letter/](https://secure.avaaz.org/campaign/po/health_disinfo_letter/) Acesso em: 26 mar. 2021.

CHASSOT, Attico. **A ciência através dos tempos**. – 2. ed. reform. – São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção Polêmica)

D'AMARAL, Márcio Tavares. **Rodrigues Alves**. São Paulo: Editora Três, 1974. (A vida dos grandes brasileiros, V. 15)

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. [tradução Carlos Szlak] - 1 Ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DEROSA, Cristian. **Fake news: quando os jornais fingem fazer jornalismo**. – 1. ed. – Florianópolis: Estudos Nacionais, 2019.

DURANT, Will. **História da Civilização: A Reforma. – 6ª parte – Volume 1**- [tradução Olga Biar Laino] São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1959.

FERNANDES, Tania Maria. **Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

HOLTON, Kate. **Imunização no Reino Unido: mulher de 90 anos é 1ª vacinada contra Covid-19**. Internacional, Reuters, CNN Brasil, Reino Unido, 08/12/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/12/08/britanica-de-90-anos-e-primeira-a-receber-a-vacina-da-pfizer-fora-dos-testes> Acesso em: 26 mar. 2021.

LAZZAROTTO, Danilo. **História antiga**. – 2. ed. – Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999. (Coleção ciências sociais)

MACHADO, Caio C Vieira; GUILHERME SANTOS, João; SANTOS, Nina; BANDEIRA, Luiza. **Political [Self] Isolation**. Disponível em: <https://laut.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Political-Self-Isolation-vF.pdf> Acesso em: 15 abr. 2021.

MANDETTA, Luiz Henrique. **Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; FILHO, Claudio Bertolli. **Revolta da Vacina**. São Paulo: Editora Ática, 1995. (Coleção Guerras e Revoluções Brasileiras)

MEMÓRIA, Projeto. **Oswaldo Cruz: o médico do Brasil**. – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz e Odebrecht, 2003. (Almanaque Histórico)

NEIVA, Eduardo. **Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia**. [Instituto Antônio Houaiss] – São Paulo: Publifolha, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Crepúsculo dos Ídolos: como filosofar a marteladas**. [tradução Carlos Antonio Braga] - São Paulo: Lafonte, 2018.

PACHECO, Priscila. **Cuba não desenvolveu vacina para o novo coronavírus**. Aos Fatos, 13/03/2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/cuba-nao-desenvolveu-vacina-para-o-novo-coronavirus/> Acesso em: 26 mar. 2021.

POSSETI, Julie; BELL, Emily; BROWN, Pete. **JOURNALISM & THE PANDEMIC: A GLOBAL SNAPSHOT OF IMPACTS**. Disponível em: <https://www.icfj.org/our-work/journalism-and-pandemic-survey> Acesso em: 16 dez. 2020

REZENDE, Alessandro Texeira; SILVA, Flávia Marcelly de Sousa Mendes; RIBEIRO, Maria Gabriela Costa; LOURETO, Gleidson Diego Lopes; SILVA NETA, Olindina Fernandes da; GOUVEIA, Valdiney Veloso. **Teorias da conspiração: significados em contexto brasileiro**. PSICOLOGIA SOCIAL E ORGANIZACIONAL. Estudos de Psicologia (Campinas), 36, e180010, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02> Acesso em 06 dez. 2020.

SÁ, Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de. **Presidentes do Brasil**. [organizador Fábio Koifman] - São Paulo: Cultural, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Coleção Interrogações. São Paulo: Editora Estação das Letras e Cores, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Suíça. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020/> Acesso em: 26 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Suíça. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/csr/don/05-january-2020-pneumonia-of-unkown-cause-china/en/> Acesso em: 26 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Suíça. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/q-a-coronaviruses> Acesso em: 26 mar. 2021.

# A INFLUÊNCIA DA MAÇONARIA NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Ricardo da Rosa Soares Filho<sup>266</sup>

**RESUMO:** Neste breve trabalho faremos um apanhado de assuntos referentes à revolução farroupilha, suas causas e origens, assim como também da Maçonaria. Nosso objetivo é tentar saber se a maçonaria, como instituição, teve influência na revolução farroupilha. Foi utilizado o modelo de pesquisa bibliográfica, tendo sido feita uma coleta de fatos em livros e sites da internet. Inicialmente se abordará a origem do Estado do Rio Grande do Sul, palco da revolução farroupilha. Na sequência mostraremos a origem do charque, um dos principais motivos da eclosão da revolução. Na continuação mostraremos a origem da maçonaria e seu envolvimento na revolução.

**Palavras-chaves:** Maçonaria. Rio Grande do Sul. Revolução Farroupilha

## 1. INTRODUÇÃO

Falamos da influência ou não da Maçonaria na Revolução Farroupilha, fato histórico que ocorreu entre 1835 e 1845 em solo gaúcho. A área de concentração escolhida foi de História Regional e o título é A influencia da Maçonaria na Revolução Farroupilha. O fato de escolher este assunto para o trabalho se justifica em razão de existir esta dúvida, tanto nos meios tradicionalistas, que tratam sobre a revolução farroupilha e suas causas, como dentro da maçonaria, onde se discute algumas atividades históricas que envolveram a instituição. Considerando que eu transito tanto dentro do tradicionalismo como faço parte da maçonaria, sempre tive esta dúvida e resolvi aprofundar o estudo a respeito para sanar a minha dúvida e de tantos outros

A Revolução Farroupilha, também chamada de Guerra dos Farrapos eclodiu pela necessidade que o Rio Grande do Sul apresentava pela valorização de seu território, sua produção de charque e pela valorização de sua gente. As causas, as façanhas, as batalhas, os elementos envolvidos, tanto humanos como políticos e econômicos, as consequências de sua realização e tantos outros assuntos que cercam a Revolução Farroupilha.

Um destes é a participação ou não da maçonaria na organização e como elemento inspirador do embate entre os Gaúchos e as tropas imperiais durante o período de quase dez anos que durou a revolução. Neste trabalho tentaremos explicar as razões pelas quais haveria a influência da maçonaria na Revolução Farroupilha. Cada autor coloca sua opinião conforme sua posição e sua crença no que se refere à Revolução Farroupilha e também a maçonaria, com isto fica difícil encontrarmos um resultado confiante, o qual se pudesse afirmar esta ou aquela teoria.

## 2 RIO GRANDE DO SUL

### 2.1 ORIGEM

Fazendo fronteira por 1.721 quilômetros divididos entre a Argentina e o Uruguai, tendo a Argentina a oeste, o Uruguai ao sul, o Estado de Santa Catarina ao

---

<sup>266</sup> Psicólogo; Historiador; Policial militar aposentado (RS)

norte e o oceano Atlântico a leste, o Rio Grande do Sul nasceu espanhol por determinação do tratado de Tordesilhas.

Conforme Barbosa (1995), a partir do ano de 1503 iniciou-se a exploração da região abaixo da serra geral. Após outros exploradores, Martin Afonso de Souza (1532) explorou a costa da região, e seu irmão, Pero Lopes de Souza, na mesma expedição, porém em outra nau, penetrou no que conhecemos hoje por Lagoa dos Patos. Achando tratar-se de um rio, o denominou de “Rio de São Pedro”. Apesar de ter nascido espanhol, Martin Afonso de Souza estava a serviço da coroa portuguesa e esta nada fez pela região, enquanto o oeste crescia por conta das investidas dos Jesuítas.

Segundo Savaris (2008), a coroa portuguesa não se interessava pela região por esta fazer parte da coroa espanhola, conforme o Tratado de Tordesilhas, além de não se ter notícia que houvesse alguma riqueza de fácil exploração. Os portugueses tinham, sim, interesse no Rio da Prata, o que motivou a fundação de Buenos Aires pelos espanhóis em 1536.

## **2.2 VINDA DOS JESUÍTAS**

Cesar (2002), nos fala do Padre Roque Gonzáles que em 1626 adentrou a região do Tape com o objetivo de fundar aldeamentos missionários. Até 1633 foram fundados 18 aldeamentos na região onde hoje é o Rio Grande do Sul.

Flores (2014) coloca que, em 1634, foi introduzida nas regiões das missões uma grande quantidade de gado pelos jesuítas, afim de que este servisse aos missionários e a população indígena que habitava as missões.

## **2.3 INTRODUÇÃO DO GADO NO RS**

Savaris (2008), afirma que com o objetivo de aproveitar as pastagens naturais e melhorar as condições de sobrevivência dos índios, os padres Cristóbal de Mendoza Orellano e Pedro Romero, introduziram em torno de 1.500 cabeças de gado na região das reduções, no ano de 1634. Esta passou a ser a data oficial da introdução do gado no Rio Grande do Sul.

Ainda Savaris (2008), cita que entre 1580 e 1640, Portugal e Espanha estiveram sob o comando do mesmo soberano, em razão da unificação das coroas portuguesas e espanholas. Com isto os portugueses passaram a transitar livremente pelo sul do continente americano, chegando ao litoral rio-grandense. Facilitando com isto a caça ao índio para fins de escravizá-lo no centro do País.

## **2.4 UNIÃO IBÉRICA E ATAQUES BANDEIRANTES**

De acordo com Cesar (2002), em razão desta união entre os reinos português e espanhol, a Holanda, que estava em guerra com a Espanha, invade o Brasil e proíbe o tráfico de escravos para o Brasil. Com isto, foi prejudicada a produção de cana-de-açúcar, que dependia totalmente da mão de obra escrava, assim como outras culturas brasileiras. Frente a isto, os colonos intensificaram a predação do índio para escravizá-lo. Este serviço ficava a cargo dos bandeirantes, que se dirigiram ao sul do Brasil, mais propriamente em direção as missões jesuíticas a fim de capturar este índio, pois era catequizado, conhecia a agricultura, pecuária, lides domésticas, conhecia outras

línguas além do guarani, sabia trabalhar em diversos ofícios, todos aprendidos com os padres nas missões.

Flores (2014) cita que após 1638, depois de sofrer diversos ataques de bandeirantes que aprisionaram milhares de índios para escravizá-los assassinaram outros tantos milhares e destruíram as sedes das missões, os jesuítas retiraram os índios para a outra margem do rio Uruguai. Ainda em 1641, a última bandeira que aqui se aventurou foi derrotada pelos índios na batalha do M'bororé.

## **2.5 O GADO DOS JESUÍTAS E A IDADE DO COURO**

Flores (2013) nos diz que em razão das investidas das bandeiras em solo jesuíta, estes levaram o gado para além do Rio Jacuí. Além de levar o gado para as vacarias Del mar, os jesuítas levaram também outra parte do gado para os campos de cima da serra, região que ficou conhecida como vacarias da serra. Os jesuítas pretendiam retornar a margem esquerda do rio Uruguai, como o fizeram, em 1682 e então fundaram os sete povos das missões.

“A extração de couros e a salga da carne implantaram desta forma, no estuário platino, um gênero de trabalho e um estilo social que vão condicionar o aparecimento dos gaudérios, gente nômade e aventureira, que nos moldes da vida rústica, da pilhagem e do contrabando, funde o gaúcho platino, do qual o nosso herdou alguns traços, nessa tumultuosa “idade do couro”. (Cesar, 2002,p. 82).

Savaris (2008) nos diz que este gado que foi deixado para trás pelos jesuítas, passa a ser a maior riqueza do território gaúcho. Inicia-se assim a fase da preação do gado xucro ou chimarrão, isto por volta de 1650. O Rio Grande tinha um atrativo econômico, o gado.

Costa e Outros (1998) escreve que o boi, deixado pelos jesuítas que fugiram dos bandeirantes, reproduziram-se livremente pelos campos da região platina e moldou a vida de toda essa região nos séculos seguintes. Atrás dele, vieram os primeiros aventureiros que abriram caminhos pelas serras e matos para alcançar as planícies em que as manadas pastavam soltas. Forneceu o alimento que permitia as longas jornadas através dos descampados, além do couro, a primeira matéria prima – servia para tudo, fazer casa, canoa, cadeira, cama, telhado, arreios, calçados, caneco. É o tempo das arreadas e dos changadores.

Os mesmos autores ressaltam que nesta fase da exploração econômica, os rebanhos eram dizimados para se aproveitar somente o couro que era exportado para a Europa, via Buenos Aires e Sacramento. Tirado um naco para assar durante o dia, o restante dos animais abatidos era deixado apodrecer, pois não existia como transportar.

Cesar (1982) cita que no início do século XVIII, Felipe V dá a Portugal a oportunidade de consolidar a Colônia de Sacramento, resultando daí o Tratado de Amizade de 18 de junho de 1701, cedendo o uso da colônia e seu uso do campo a Coroa de Portugal. Portugal tinha um antigo projeto de avançar o fluxo colonizador até Montevidéu e Maldonado e fortifica-los convenientemente, porém o Governador da época Veiga Cabral julgou preferível fortalecer a Colônia, tornando-a inexpugnável, a despendendo recursos na conquista de Montevidéu, onde não vislumbrava possibilidade natural favorável. Mesmo assim o monarca expediu Cartas Régias



dispondo sobre o beneficiamento do couro, sua exportação e a respectiva cobrança de quintos. O negócio foi tão favorável que em 1702, a Fazenda Real resolveu arrematar, pela enorme quantia de 70.000 cruzados anuais, a “caça dos couros” nas campanhas da Colônia. É então que pela primeira vez aparece no cenário do território da colônia, de onde volvidos alguns anos ia destacar-se a província de São Pedro, o grande desbravador dessas regiões, o português Cristóvão Pereira de Abreu, que arrematou este contrato.

Savaris (2008) nos diz que este gado que foi deixado para trás pelos jesuítas, passa a ser a maior riqueza do território gaúcho. Atrás dele, vieram os primeiros aventureiros que abriram caminhos pelas serras e matos para alcançar as planícies em que as manadas pastavam soltas. Forneceu o alimento que permitia as longas jornadas através dos descampados, além do couro, a primeira matéria prima – servia para tudo, fazer casa, canoa, cadeira, cama, telhado, arreios, calçados, caneco. O mesmo autor ressalta que nesta fase da exploração econômica, os rebanhos eram dizimados para se aproveitar somente o couro que era exportado para a Europa, via Buenos Aires e Sacramento.

Após abater o animal, era tirado um naco da carne para assar durante o dia, o restante dos animais abatidos era deixado apodrecer, pois não existia como transportar.

## **2.6 A CRIAÇÃO DAS CHARQUEADAS.**

Costa (2011) contando a história do charque no Brasil, diz que a carne depois de salgada era exposta ao sol para secar. A carne salgada e dessecada era chamada de ‘charque’.

Gomensoro (1999), nos diz que charque é uma carne salgada e seca ao sol com o objetivo de mantê-la própria ao consumo por mais tempo. Não é rara a utilização dos termos charque, carne-seca e carne de sol como sinônimos, no entanto a diferença reside basicamente no modo de preparação.

Segundo Pivari (2016) O charque é um produto típico do Rio Grande do Sul, sendo diferente que as outras carnes na quantidade de sal usada para seu preparo. Conta a história, que o português José Pinto Martins, produziu o charque pela primeira vez em 1777, usando do seu conhecimento em fazer carne seca que aprendeu quando morou no Ceará. José fez basicamente uma adaptação da receita, para aproveitar o gado que era abatido apenas para uso do couro.

De acordo com Moro (2005) José Pinto Martins era português nascido na freguesia de Meixomil, conselho de Paços de Ferreira, distrito do Porto, na região Entre Douro e Minho. Filho de João Pinto Martins e de Catharina Pinto Martins, como se lê no seu testamento .

Ainda Moro (2005) diz que José Pinto Martins tinha vivido no Ceará, onde exercia a profissão de fabricante de carne-seca, até 1777, quando motivado por uma grande seca mudou-se para a vila do Rio Grande. Do gado, tudo o mais se perdia. A produção de carne-seca do Ceará, até então o único fornecedor, não bastava para naquela época suprir as necessidades de um sempre crescente consumo, segundo as exigências da introdução de escravos, em ondas avultadas, nas fazendas das capitanias do norte e do centro do país.

Martins (2018) diz que em 1801 a pecuária gaúcha começa um grande momento econômico. O «charque» é o grande produto de exportação do Rio Grande do Sul. Com o enriquecimento dos estancieiros, surgem os grandes latifundiários gaúchos. Com o crescimento econômico, o Rio Grande foi promovido em 1807 a

Capitania Geral com subordinação direta ao Vice-Rei do Brasil. Em 1808 o povoado de Porto Alegre se torna vila, elevando-se à condição de cidade em 14 de novembro de 1822 pela Carta Lei assinada por Dom Pedro I. Em 1831, D. Pedro I abdica do trono e assume a Regência Trina Permanente. Serviu, também, de esteio para a fixação de habitantes, na medida em que permitiu uma atividade econômica para os estancieiros que aqui se fixaram. Essa base seria ainda mais consolidada com o surgimento das charqueadas.

Conforme Vargas, o charque produzido em Pelotas era destinado à alimentação das camadas sociais mais baixas, sobretudo as que residiam na Corte e nas plantations escravistas. No entanto, os charqueadores eram os maiores escravistas da região, pois possuíam um plantel muito superior ao dos criadores de gado, sendo que os maiores proprietários possuíam mais de 150 cativos. Soma-se a isto o fato de que suas fortunas também possuíam um montante muito maior que aqueles e, entre os mais ricos, apresentavam um perfil bastante diversificado, formado por embarcações, armazéns, imóveis urbanos, ações, dívidas ativas, dinheiro, além das fazendas, animais e cativos.

Nos fala Martins [(2018)] que a origem do conflito originou-se do envolvimento das lideranças liberais do Rio Grande nas guerras uruguaias. Bento Gonçalves e Bento Manuel, comandantes militares nas faixas de fronteira, aproximaram-se do chefe blanco Oribe e do argentino Rosas, oferecendo-lhes auxílio no conflito contra o colorado Rivera. Desobedecendo Rio de Janeiro - que negociou neutralidade no conflito - os comandantes confirmaram seu apoio a Oribe. O descontentamento de estancieiros, liberais, industriais do charque, e militares locais promoviam reuniões em casas de particulares, destacando-se a figura de Bento Gonçalves.

## **2.7. ILUMINISMO**

Albuquerque (2018) relata que no século XVIII na Europa, surgiu um movimento chamado Iluminismo. Seus mentores acreditavam que o uso da razão era o melhor caminho para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação, que não existiam na época do absolutismo, já que ele possuía algumas características das estruturas feudais.

Spoladore (1996) diz que o Iluminismo ou Ilustração caracterizou-se no século XVIII, também chamado «século da luzes» pelas suas influências culturais em todos os segmentos da sociedade humana da época ensinando o Homem a liberar-se dos excessos das autoridades, dos preconceitos das tradições das convenções e retirando-lhe a viseira intelectual que lhe embaçava a mente, fazendo com que ele enxergasse o mundo de forma real, pelo menos mais real do que vislumbrava naquela época tão sufocada pela ignorância quando os homens do poder espiritual e temporal faziam questão de submeter a humanidade incauta a toda sorte de escravidão talvez até como autodefesa de seus interesses.

Ainda Spoladore (1996) cita que esta mudança de pensamento que tomou conta da Europa, se espalhou pelas colônias que a maioria daqueles países possuía em outras partes do mundo, onde exploravam seus habitantes, exaurindo-lhe todas as riquezas naturais e a maioria das vezes escravizando-os física e culturalmente.

Estas ideias também chegaram ao Brasil para se implantar aqui definitivamente com muito suor e sangue, através dos estudantes, filhos de brasileiros e de portugueses, um pouco mais abastados que podiam mandar seus filhos estudarem na Europa especialmente nas faculdades de Coimbra em Portugal, Montpellier na França, e de Londres na Inglaterra além de outras universidades. O mesmo autor nos mostra alguns ideais iluministas influenciando no Brasil, tais como – o fim do

colonialismo e absolutismo, o liberalismo econômico e a liberdade religiosa – estiveram presentes no Brasil. O Iluminismo serviu de motivação para os movimentos separatistas regionais no Brasil.

Sena (2008) afirma também que este movimento surgiu na França no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Ainda Sena defende que os pensadores iluministas acreditavam que o pensamento racional deveria ser levado adiante, substituindo as crenças religiosas e o misticismo, que bloqueavam a evolução do homem. É também de Sena a afirmação de que o apogeu do movimento iluminista foi atingido no século XVIII e, por este motivo, passou a ser conhecido como o Século das Luzes. O movimento foi mais intenso na França, onde influenciou a Revolução Francesa através de seu lema: liberdade, igualdade e fraternidade.

Albuquerque (2018) diz que no século XVIII na Europa, em "resposta" ao Absolutismo, surgiu um movimento cultural, intelectual, político, econômico, social e filosófico, chamado de Iluminismo. Este movimento defendia a educação e a liberdade religiosa, por exemplo.

As ideias do iluminismo eram inicialmente disseminadas por filósofos e economistas, que se diziam propagadores da luz e do conhecimento, por isso foram chamados de iluministas. As ideias iluministas eram liberais e logo conquistaram a população, intimidando alguns reis absolutistas que, com medo de perderem o governo, passaram a aceitar algumas ideias do movimento. Costa diz que o Iluminismo surge como um processo desenvolvido para corrigir as desigualdades da sociedade e garantir os direitos naturais do indivíduo, como a liberdade e a livre posse de bens, contra a Monarquia absolutista e os privilégios da nobreza.

Spoladore (1996) diz que o Iluminismo ou Ilustração caracterizou-se no século XVIII, também chamado «século da luzes» pelas suas influências culturais em todos os segmentos da sociedade humana da época ensinando o Homem a liberar-se dos excessos das autoridades, dos preconceitos das tradições das convenções e retirando-lhe a viseira intelectual que lhe embaçava a mente, fazendo com que ele enxergasse o mundo de forma real, pelo menos mais real do que vislumbrava naquela época tão sufocada pela ignorância quando os homens do poder espiritual e temporal faziam questão de submeter a humanidade incauta a toda sorte de escravidão talvez até como autodefesa de seus interesses.

O Iluminismo serviu de motivação para os movimentos separatistas regionais no Brasil. Sena afirma também que este movimento surgiu na França no decorrer dos séculos XVII e XVIII. É também de Sena a afirmação de que o apogeu do movimento iluminista foi atingido no século XVIII e, por este motivo, passou a ser conhecido como o Século das Luzes. O movimento foi mais intenso na França, onde influenciou a Revolução Francesa através de seu lema: liberdade, igualdade e fraternidade.

### **2.7.1 Iluminismo no Brasil**

Pereira (2014) diz que os ideais iluministas estiveram presentes no Brasil e foram responsáveis pela Inconfidência Mineira , a Conjuração Fluminense , a Revolta dos Alfaiates na Bahia e a Revolução Pernambucana .

Falbo (2017) Diz que as ideias iluministas chegaram ao Brasil no século XVIII. Alguns inconfidentes conheciam as propostas iluministas e usaram como base para fundamentar a tentativa de Independência do Brasil.

## **2.8. LIBERALISMO:**

Costa (2017) diz que em seus primórdios, o liberalismo se confunde com o iluminismo, pois é uma doutrina político-econômica que se caracteriza pela sua atitude de abertura e tolerância. De acordo com essa doutrina, o interesse geral requer o respeito pela liberdade cívica, econômica e da consciência dos cidadãos.

Ainda Costa (2017) cita que o liberalismo surgiu na época do iluminismo contra a tendência absolutista e indica que a razão humana e o direito inalienável à ação e realização própria, livre e sem limites, são o melhor caminho para a satisfação dos desejos e necessidades da humanidade. Este otimismo da razão exigia não só a liberdade de pensamento, mas também a liberdade política e econômica.

Continua Costa (2017) dizendo que no âmbito político, o liberalismo deu os seus primeiros passos com a Revolução Francesa e Americana. Os direitos humanos constituíram seguidamente o seu primeiro ato de fé político. O liberalismo foi a ideologia política da burguesia industrial, a qual, amparada por essa ideologia, conseguiu conquistar uma posição predominante durante o século XIX e até à I Guerra Mundial, altura em que se tornou a força política dominante em quase todo o mundo ocidental.

### **2.8.1 O liberalismo nas Américas e no Brasil.**

Costa e outros (1998) nos diz que as ideias liberais, que pregavam a derrubada das monarquias absolutistas, fervilhavam pelo mundo. A declaração da independência dos Estados Unidos da América em 1776 e os princípios da Revolução Francesa em 1789 continuavam a fazer a cabeça das novas gerações. Pela América do sul a fora, San Martin, Bolivar e Artigas metiam-se em guerras de libertação, e isto também repercutia no Brasil, sobretudo entre oficiais gaúchos que haviam lutado nas guerras do prata. Ao mesmo tempo, as lojas maçônicas e a imprensa intensificavam a propaganda republicana, que em alguns casos serviu de motor para as reivindicações da elite rural.

Segundo Flores (2014) a Revolução Farroupilha faz parte dos movimentos liberais que abalaram o Império do Brasil no período regencial, quando explodiram dissensões políticas entre os liberais federalistas e os conservadores unitários nas províncias do Ceará (1831- 32), Pernambuco (1831-35), Minas Gerais (1833-35), Grão-Pará (1835-40), Bahia (1837-38), Maranhão (1838-41) e Rio Grande do Sul (1835-45).

Costa (2017) diz que na sua origem, o liberalismo defendia não só as liberdades individuais, mas também as dos povos, e chegou mesmo a colaborar com os novos movimentos de libertação nacionais surgidos durante o século XIX, tanto na Europa como nos territórios ultramarinos, sobretudo, na América Latina.

## **2.9 MAÇONARIA**

Conforme Moretti (2008) a maçonaria chegou à Inglaterra na idade média por meio dos pedreiros que construíram as grandes catedrais medievais e os castelos. O primeiro registro da palavra “maçom” na idade moderna foi feito pelo inglês Elias Ashmole, o antiquário, alquimista e rosa-cruz. A maçonaria propriamente dita surge em 24 de junho de 1717 (Dia de São João Batista) quando quatro maçons londrinos se encontram na cervejaria Goose & Gridiron de St. Paul. Suas reuniões eram feitas de forma independente, mas praticavam rituais elaborados por Elias Ashmole. Ashmole transcreveu os procedimentos conforme ouvira nos rituais, mas não os inventou. Neste dia criam a Grande Loja da Inglaterra. Um deles, Anthony Sayer, que

não exercia o ofício de pedreiro, foi eleito grão-mestre da primeira Grande Loja do mundo; e os outros foram eleitos grandes vigilantes.

Segundo Tavares (2017) a maçonaria (forma reduzida e usual de francomaçonomia) é uma sociedade discreta, embora seja um termo em desuso, pois o usado atualmente é sociedade discreta, de carácter universal, cujos membros cultivam o aclassismo, humanidade, os princípios da liberdade, democracia e igualdade, fraternidade e aperfeiçoamento intelectual, sendo assim uma associação iniciática e filosófica. Os maçons estruturam-se e reúnem-se em células autónomas, designadas por oficinas, ateliers ou (como são mais conhecidas e corretamente designadas) Lojas, "todas iguais em direitos e honras, e independentes entre si."

A mesma autora diz que a origem se perde na Idade Média, se considerarmos as suas origens operativas, ou seja, associação de cortadores de pedras verdadeiros, que tinha como ofício a arte de construção de castelos, muralhas etc.

Ainda Tavares (2017) afirma que existem, no mundo, aproximadamente 5,5 milhões de integrantes espalhados pelos 5 continentes. Destes, 3,2 milhões (58%) nos Estados Unidos, 1,2 milhão (22%) no Reino Unido e 1,1 milhão (20%) no resto do mundo. No Brasil são aproximadamente 150 mil maçons regulares (2,7%) e 4.700 Lojas.

Peters(2018) cita que a maçonaria teve influência decisiva em grandes acontecimentos mundiais, tais como a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos. Tem sido relevante, desde a Revolução Francesa em diante, a participação da Maçonaria em levantes, sedições, revoluções e guerras separatistas em muitos países da Europa e da América.

### **2.9.1 Maçonaria e Iluminismo**

Ismail (2012) nos diz que estudos de importantes historiadores têm relacionado a Maçonaria com o Iluminismo e creditado à instituição o princípio da igualdade entre os homens, embrionário do movimento democrático, creditando-a também o papel de protagonista de revoluções, como a Revolução Francesa. Ainda Ismail nos diz que estudos indicam que essa ameaça maçônica ao absolutismo foi motivadora de respostas como o decreto de Luis XV, em 1737, proibindo conselheiros reais e administradores públicos de pertencer a Lojas Maçônicas, assim como o início da perseguição da Maçonaria pela Igreja Católica, pelo decreto do Papa Clemente XII, em 1740, proibindo os católicos do ingresso à Maçonaria e ordenando ao clero o seu combate.

Diz ainda o mesmo autor que, seguindo essa vocação que impulsionou o iluminismo, de emancipadora do homem pela razão, a Maçonaria realizou movimentos semelhantes nas colônias do Continente Americano, colaborando para a independência dos Estados Unidos e dos países latino-americanos.

Conforme Neto (2010) a Maçonaria tem como característica a sua forma universal, por ser uma sociedade que aceita a afiliação de todos os cidadãos que se enquadrarem na qualificação "livres e de bons costumes", qualquer que seja a sua raça, a sua nacionalidade, ou o seu credo, a sua tendência política ou filosófica. Essa universalidade não implica a Maçonaria em ter um poder administrativo soberano centralizado, nem mundial nem supranacional, e nem significa que tenha princípios doutrinários ou filosóficos universais de aceitação obrigatória por parte de seus membros. Os únicos princípios filosóficos ou doutrinários, se é que assim se pode denominá-los são a crença em um Ser Supremo, (G.A.D.U. ' Grande Arquiteto do Universo') bem como na crença da sobrevivência do Espírito, sem nenhuma definição

que identifique esses conceitos ou essas crenças, em relação a determinada filosofia ou a determinada religião. À definição desses dois postulados é deixada ao livre arbítrio de cada Maçom, de forma a não interferir em suas convicções ou tendências pessoais. Acredita o Maçom na existência de um DEUS único e Supremo. E, esse Ser Supremo, é habitualmente referido na Maçonaria como o Grande Arquiteto do Universo, uma expressão que, apesar de conter os atributos físicos Grande e Arquiteto, não privilegia nenhuma concepção de Deus em particular. Grande Arquiteto do Universo tem para os Maçons apenas um significado simbólico, o da unificação sob um só conceito, da geração de todos os seres pela contínua atuação das leis que governem o Universo. Dar-lhe uma interpretação diversa ou menos ampla, seria prestigiar uma ou outra corrente filosófica, contrariando o princípio de neutralidade maçônica.

O mesmo Neto diz que a maçonaria é dividida em potências maçônicas e estas em lojas maçônicas não tendo então um centro ou um órgão administrador supranacional ou mundial. Essa definição de Maçonaria permitiu que em tempos passados algumas lojas, ou grupos de lojas, se pronunciassem a favor da república e outras lojas ou grupos de Lojas a favor de reinos constitucionais como, por exemplo, aconteceu no Brasil durante o segundo Império. Portanto, não tem sentido a hipótese de que uma recíproca influência Iluminismo/Maçonaria, tantas vezes alegada por igrejas cristãs para condenar a Maçonaria, possa tê-la levado a ser anticristã. Neto ainda afirma que na verdade, pode ter acontecido no correr da História da Maçonaria Moderna, que uma ou outra loja tenha sido formada por uma maioria iluminista dominando a administração e impondo seu ponto de vista.

### **2.9.1 Duas Maçonarias**

Borja (1992) diz que a maçonaria azul seria a inglesa, anticatólica, protestante, que teria erguido as quatro colunas ou o governo «oculto» da Grã-Bretanha, que se exteriorizaria, conforme o preconizado por Guilherme de Orange, nas quatro instituições da nação inglesa, o Foreign Office, o Almirantado, o Banco da Inglaterra e o Intelligence Service. Ainda conforme este autor, a maçonaria azul, vai criar na França a maçonaria vermelha, visando desestabilizar a monarquia francesa, sua arqui-inimiga. Mas se a maçonaria francesa é criada como «longa manus» da britânica, com finalidades escusas ela adquire através de sua práxis um destaque maior, através dos ideais maçônicos refletidos por seus próceres, que aderem a ideologia revolucionária e se traduzem no republicanismo que sob a égide de Napoleão, vai alastrar-se pelo mundo, como doutrina subversiva do status quo monárquico até então vigente.

Flores (2014), ainda falando sobre o liberalismo, nos diz que a difusão do liberalismo no Brasil realizou-se pela maçonaria e pela imprensa. A maçonaria, regulamentada por James Anderson, na Inglaterra em 1721, espalhou-se pelo mundo e atingiu o Brasil no ano seguinte.

### **2.9.2 Maçonaria nas Américas**

Conforme Moretti (2008) o primeiro sinal maçônico nas Américas consta de um túmulo encontrado no Canadá em 1827 na praia de Goat Island, na baía de Annapolis, Tratava-se de um túmulo coberto com areia. A lápide tinha 2 pés e meio de altura e 2 pés de largura, era do mesmo tipo de pedra encontrada na região. Na parte superior estavam gravados o esquadro e o compasso dos maçons livres, e no centro números arábicos com a data de 1606. O local foi descoberto em 1827. Um

registro de 1634 marca a existência de maçons na região chamada de Nova França e que a capital era Quebec. Em 1710 encontraram registros de maçons em Annapolis Royal, mas nada cita sobre reuniões em lojas.

O mesmo autor nos diz que nos Estados Unidos da América o primeiro registro sobre a maçonaria data de 1654 no município de Plymouth, e há também uma citação do reverendo Edward Peterson sobre uma Loja em Rhode Island em 1658. Porém, oficialmente a primeira loja das Américas surge em 30 de julho de 1733 em Boston, formada por 18 maçons, também conhecida como a Primeira Loja.

### **2.9.3 Maçonaria no Brasil**

Peters (2018) diz que a divulgação dos direitos do homem e da ideia de um governo republicano inspirou a Maçonaria no Brasil, em particular depois da Revolução Francesa, quando os cidadãos derrubam a monarquia absolutista secular.

A Maçonaria é caracteristicamente universalista por ser uma sociedade que aceita a afiliação de todos os cidadãos que se enquadrarem na qualificação "livres e de bons costumes", qualquer que seja a sua raça, a sua nacionalidade, o seu credo, a sua tendência política ou filosófica, excetuados os adeptos do comunismo teórico porque seus princípios filosóficos fundamentais negam ao homem o direito à liberdade individual da autodeterminação.

Durão (2008) diz que a situação cultural dos colonos brasileiros começou a se modificar a partir da segunda metade do século XVIII, quando os filhos dos abastados colonizadores portugueses, nascidos no Brasil, começaram a ir estudar nas universidades de Portugal e na França.

O mesmo autor ainda diz que ao regressarem ao Brasil, os jovens burgueses, assim como diversos padres, deparavam-se com o total desrespeito às liberdades do indivíduo, das famílias e da sociedade, assim como a liberdade do comércio.

A intelectualidade local dos centros urbanos mais desenvolvidos já havia, certamente, tido contato com obras literárias de pensadores com ideias ligadas ao iluminismo.

Isso formatou novas gerações de estudantes, que assimilaram o novo conhecimento e auxiliaram na divulgação e propagação das transformações sociais, em grande parte de cunho anti-colonialista.

Diz ele que não há, praticamente documentos, em especial os relativos aos primórdios, ou seja, os que pudessem registrar as atividades durante o século XVIII, quando, parece, tudo começou a aparecer em termos de maçonaria no Brasil.

Como as sociedades secretas eram proibidas, em especial a maçonaria e seus membros, quando identificados eram sumariamente eliminados sob o crime de "lesa-majestade", todos os bens eram confiscados e documentos e instalações eram destruídos pelo fogo.

Peters (2018) nos diz também que no Brasil, a maçonaria deixou suas marcas, especialmente na independência do Brasil do jugo da metrópole portuguesa e, entre outras, a inconfidência mineira e na denominada "Revolução Farroupilha", no extremo sul do país, tendo legado os símbolos maçônicos na bandeira do Rio Grande do Sul, estado da Federação brasileira.

Flores (2014) ainda falando a respeito da maçonaria, nos diz que as lojas da Bahia e do Rio de Janeiro, orientavam-se pelo Grande Oriente da França, fazendo com que o Grande Oriente Lusitano enviasse emissário para filiar as lojas brasileiras a Portugal.

Esta criou no Rio de Janeiro as lojas Constância e Filantropia, surgindo descontentamento por interesses políticos, aumentando a animosidade entre brasileiros e portugueses, chegando ao ponto de o nacionalista Gonçalves Ledo

fundar o Grande Oriente, tendo como grão-mestre Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, com lojas no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

A revolução pernambucana de 1817 desencadeou perseguições aos maçons nacionalistas, que tiveram suas lojas fechadas e só reinstaladas em 24 de junho de 1821, sob a orientação do Grande Oriente Lusitano.

#### **2.9.4 Maçonaria no Rio Grande do Sul**

Colussi (1998) diz que na década de 1830, a elite intelectual gaúcha aderiu mais intensamente e quantitativamente ao pensamento iluminista e liberal, especialmente de origem francesa.

Mesmo que alguns autores acreditem haver indícios da existência de atividades maçônicas na província antes da década de 1830, não há, até o momento, comprovação documental dessas atividades.

Com base nesta constatação, é possível relacionar Revolução Farroupilha e movimento maçônico, pois eles são, no mínimo, concomitantes e conectados no campo das ideias.

O movimento de sociedades secretas nascido na Europa havia se tornado o maior divulgador de ideias libertárias.

Afirma Urbim (2002) que se não foi fundamental, porque recém estava se estruturando, a presença da maçonaria durante a guerra dos Farrapos foi importante como difusora de ideias entre farroupilhas.

Flores (2014) quando fala da existência de duas maçonarias, a maçonaria azul que era imperialista e a vermelha que era republicana, diz que os maçons rio-grandenses pertenciam aos dois grupos, sendo que os farroupilhas que proclamaram a República Rio-Grandense eram parte da orientação vermelha, tendo inclusive adotado a cor escarlate em sua bandeira, indicando a orientação do grupo.

Flores (2014) informa também que esta loja editou o jornal O Continentino, abriu uma escola, além de possuir um gabinete de leitura.

Urbim (2002) nos fala que desde 1834, o presidente da província de São Pedro era Antônio Rodrigues Fernandes Braga, bacharel em direito formado em Coimbra e que lá foi iniciado na loja A Gruta, em que participantes brasileiros defendiam o fim do absolutismo imperial e a proclamação da república.

Após alguns meses no governo, Braga foi dominado pelas ideias do seu irmão Pedro Rodrigues Chaves que era monarquista e antifarroupilha, além de editar o jornal Correio Oficial, onde combatia os farroupilhas.

#### **2.10 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA**

Segundo Borja (1992), para melhor entendermos a Revolução Farroupilha é mister que passemos, em retrospectiva, uma vista de olhos sobre o cenário europeu, que sem sombra de dúvidas, sempre, no passado e ainda no presente, influenciou e ainda influencia, a história, a economia e a política Americana.

Com a independência dos EUA em 1776, através de uma guerra que teve sua culminância em 1777, com os 10 artigos da confederação, e posteriormente com seu zênite em 1787, quando da promulgação da Constituição de Filadélfia, iniciou-se um processo revolucionário, que como um rastilho, percorreu as três Américas, de norte a sul, acendendo a flâmula libertária da luta pela independência neste continente. No século XVIII, século das luzes e das revoluções, vamos constatar um grande movimento revolucionário que interliga duas nações: França e Estados Unidos.



Ainda o mesmo autor diz que Washington, compreendendo o perigo designou Benjamim Franklin para conseguir acordos junto ao soberano francês Luiz XVI, obtendo deste, um tratado de aliança ofensivo e defensivo.

Mas esta vitória francesa causou posteriormente a destruição da sua monarquia, pois debilitada economicamente pela guerra no teatro americano, fator este que somou-se a outros enumerados pelos historiadores, tais como: a reforma, reclamações da nação, doutrinas dos filósofos e literatos (Voltaire, Rosseau, os enciclopedistas), impostos taxados sobre a burguesia, etc.

Diz ainda Flores (2014) que o movimento farroupilha classificou-se como revolução porque, de acordo com o conceito liberal da época, houve uma mudança na forma de governo: pela primeira vez no Brasil – instituiu-se de fato um governo republicano, de 1836 a 1845, abrangendo a província do Rio Grande do Sul, além de Lajes e Laguna em Santa Catarina, mas como brasileiros lutaram contra brasileiros o correto é guerra civil, com o objetivo de adotar a forma republicana.

Nos discursos, nos textos de jornais e, depois, na Constituição da República Rio-Grandense, os farroupilhas refletiram o que aprenderam do liberalismo do inglês John Locke, com as teorias dos filósofos franceses Rosseau e Mostequeiu e com os exemplos dados pela independência dos Estados Unidos.

O mesmo Flores cita que os liberais moderados pretendiam reformas através das leis e dividiam-se em moderados monarquistas, chefiados por Bento Gonçalves da Silva, e moderados republicanos, liderados por Manoel Luís Osório.

## **2.11 Farroupilhas e a maçonaria.**

Afirma Flores (2014) que não podemos aceitar que a Revolução Farroupilha tenha sido um movimento de orientação maçônica, porque entre os revolucionários havia maçons liberais monarquistas e liberais republicanos, os principais chefes legalistas também pertenciam à maçonaria.

As lojas tiveram papel importante como centro de reunião onde se discutiam ideias políticas do momento, mas nenhuma loja orientou o movimento farroupilha porque seus membros dividiram-se no campo de lutas e de ideias.

Colussi (1998) afirma que os aspectos mais relevantes na descrição e na interpretação da revolução residem na centralidade do descontentamento de setores da elite socioeconômica da revolução residem na política centralista imperial.

Frente à complexidade da realidade social do Rio Grande do Sul no contexto, a maçonaria esteve presente e, em alguma medida, contribuiu para os resultados daquele movimento político histórico.

Colussi (1998) nos chama a atenção quando diz que é relevante analisar o quadro histórico do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XIX, as suas peculiaridades em relação ao resto do Brasil.

Visto sua condição de estado periférico e sua tardia anexação ao território brasileiro, a província de São Pedro teve um papel coadjuvante na conjuntura dos movimentos que eclodiram em contestação ao colonialismo.

Os protagonistas do movimento emancipacionista, com forte influência das ideias iluministas e liberais das correntes francesas, residiam ou atuavam próximos aos centros econômicos e políticos de maior envergadura.

Flores (2014) cita que Antônio Rodrigues Fernandes Braga, o presidente da Província deposto pelos farroupilhas, quando estudou em Portugal, pertenceu à loja chamada A Gruta, que reunia brasileiros que pretendiam proclamar a república quando retornassem ao Brasil.

Em março de 1837, Bento Gonçalves, então no grau 33, foi credenciado para regularizar ou filiar todas as oficinas ao rito escocês do Supremo Conselho, na cidade de Porto Alegre.

Seus membros iam a missa e permitiram que o projeto de Constituição da República Rio-Grandense constasse que os constituintes se reuniam em nome da Santíssima Trindade, pois era a religião oficial do estado.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazermos uma leitura do que foi a revolução farroupilha, nos vemos envolvidos no amplo cenário da história mundial que aconteceu entre o século XVIII e XIX. Isto se tratando do conflito em si, pois ao analisarmos outros fatores, teremos que retornar ao início da chegada do homem branco à América do Sul.

Sendo assim, vamos encontrar nos primeiros parágrafos deste trabalho o que foi a vinda dos Jesuítas para o lado de cá do Rio Uruguai. A chegada do gado através deles e a disseminação destes animais pelas planícies do atual sul do Brasil e do Uruguai provocando assim a vinda de diversos aventureiros e contrabandistas de couros para estas bandas com a finalidade de caçar o gado e negociar seu couro que na época era matéria de grande valor comercial. Neste entrevero de tipos étnicos que para aqui vieram, foi se formando o Gaúcho ou Gaudério.

Em um próximo momento do trabalho mostramos que estes homens nada mais faziam do que matar o gado, arrancar-lhe o couro e deixar o restante ao léu, para ser devorado pelos animais.

Mais adiante no trabalho veremos que surgiu então, entre estes aventureiros um que não se limitou a retirar o couro do gado, mas resolveu aproveitar também a carne e dela fazer charque para comercializá-lo para o centro do País principalmente para suprir a alimentação dos escravos.

A partir daí, inicia-se outro ciclo comercial no sul do Brasil. A criação de diversas charqueadas altera consistentemente a cultura e a situação financeira do estado, principalmente da zona sul, onde se situam mais de 30 charqueadas no século XIX.

Na continuação da pesquisa vimos que com a mudança cultural e financeira, muitos filhos de estancieiros produtores de charque partem para a Europa para estudarem, pois no Brasil não havia escolas e faculdades. A ida destes meninos a Europa, os fazem encontrar as ideias iluministas que estão se alastrando pela Europa e que já provocaram a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa. Ao voltarem para o Brasil iniciam a espalhar estas ideias e a juntar pessoas simpáticas a elas e iniciam uma série de movimentos revolucionários, todos eles com a intenção de fazer a independência do Brasil e de buscar a mudança do regime monárquico para o regime republicano.

Vimos também que outro contato que estes jovens tiveram quando na Europa foi com a maçonaria, que iniciava também seus trabalhos na Europa e largamente também nos Estados Unidos. Apesar de ter muitas pessoas que defendem que os primórdios da maçonaria estariam nos começos do tempo com a construção do templo de Salomão e com os cavaleiros templários, temos como data inicial da maçonaria moderna o ano de 1717, isto é, nascendo junto com as ideias iluministas.

O Brasil no início do século XIX está sob um regime monárquico autoritário, reforçado pela vinda da família real para cá. Diversas revoltas eclodem pelo País exigindo mudanças principalmente nos critérios de cobrança de impostos que eram

escorchantes a fim de manterem a família real e a necessidade de remeter dinheiro para a sede em Portugal.

Assim como o povo a elite econômica da colônia não estava contente com o andar das políticas da monarquia. O excesso de privilégios a certos setores em detrimento a outros.

Foi possível ver que estas e outras razões deram início a revolução farroupilha, que se iniciou para que o governo central mudasse o modo como assistia a Província de São Pedro e acabou por declarar uma república, levada pelas ideias liberais e iluministas também vistas aqui no neste artigo.

## REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Camila. O iluminismo resumo sobre as características e pensadores Disponível em:< <https://www.estudopratico.com.br/>> Acesso em 05/05/2018

BORJA, Sérgio Augusto Pereira. A revolução Farroupilha.1994. Disponível em :<[http://www.sergioborja.com.br/SITE\\_ANTIGO\\_UFRGSS/](http://www.sergioborja.com.br/SITE_ANTIGO_UFRGSS/)> Acesso em 21 de maio de 2018.

CAVALARI, Rossano Viero. Harmonia Cruzaltense: tradição e história na maçonaria gaúcha. Porto Alegre. Martins livreiro editora, 2015. 396p

CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul: período colonial. 3ª ed. Martins Livreiro Editora, 2002. 327p.

CHIARA, Ivone Di. Normas de documentação aplicadas a saúde. Rio de Janeiro. Editora E-paper. 2008.

COSTA, Fernando Nogueira da. Raízes históricas do neoliberalismo. 2017. Disponível em <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2017/11/27/raizes-historicas-do-neoliberalismo/>> Acesso em 05/05/2018

COSTA, Leopoldo. História do charque. Disponível em: < <https://stravaganzastravaganza.blogspot.com.br/>> Acesso em: 21 de Abril de 2018

DURÃO, João Ferreira. Pequena História da Maçonaria no Brasil 1720-1882. São Paulo. Madras,2008. 256p.

FALBO, Luciano. 2017. Disponível em <http://luzesocidentais.blogspot.com.br/2017/06/a-inconfidencia-e-influencia-das-luzes.html> Acesso em 05/05/2018

FLORES, Moacyr. Guerra Civil dos Farrapos. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014. 110p.

\_\_\_\_\_. Modelo Político dos Farrapos. 5ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014. 276p.

FONSECA, Ricardo; COSTA, Elmar Bones da; SCHIMITT, Caco. HISTÓRIA ILUSTRADA DO Rio Grande do Sul, JÁ editores, 1998, Porto Alegre, 320 pg.

ISMAIL, Kenyo. 2012. Maçonaria e Iluminismo. Disponível em < <https://www.noesquadro.com.br/historia/maconaria-iluminismo/>> Acesso em 06/06/2018.

KANT, I. The Metaphysical Elements of Justice; Part I of the Metaphysics of Morals. 2nd ed. Tradução: John Ladd. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1999.

MARTINS, João Omar. Disponível em: < <https://profomar.wordpress.com/conhecimentos-gerais/>> Acesso em 21 de abril de 2018

MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MORO, Márcio Duarte. 2005. Diário Popular. Disponível em <<http://www.vivaочarque.com.br/>> Acesso em 21 de abril de 2018

PEREIRA, Laura. 2014 Disponível em<. <https://pt.slideshare.net/filosofia-da-ilustrao-ou-iluminismo>> Acesso em 05/05/2018

PETERS, Ambrósio. 2018. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Maçonaria>> Acesso em 12/05/2018

PIVARI, Marcos. 2016. Disponível em: < <https://macamp.com.br/charqueadas-um-pedaco-de-nossa-historia/>> Acesso em 21 de abril de 2018

SENA, Roque. 2008. Disponível em <<https://rmdesenna.wordpress.com/2008/08/27/o-iluminismo-e-a-revolucao-francesa/>> Acesso em 05/05/2018.

TAVARES, Suellen. 2017. Disponível em <http://suellensilvabarreto2013.blogspot.com.br/2017/07/historia-da-maconaria>. Acesso em 10/05/2018

URBIM, Carlos. Os Farrapos. 2002. Porto Alegre. Zero Hora. 3ª ed. 192p.

VARGAS, Jonas Moreira. Os charqueadores de Pelotas, suas estratégias familiares e a transmissão de patrimônio (1830-1890) Disponível em :<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/\(Anpuh-2011\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/(Anpuh-2011).pdf)> Acesso em: 21 de abril 2018.

WIKIPÉDIA. Maria Lúcia Gomensoro, Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/Charque>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

# FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA

Suelma dos Reis Pereira Alves<sup>267</sup>

**RESUMO:** A pesquisa foi realizada através de um estudo bibliográfico sobre as lutas e tentativas de implantação do Currículo Integrado nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Tecnológica e as práticas pedagógicas que levam o educando ao desenvolvimento da formação humana integral. Destacam-se: o Decreto nº 2.208/1997 e o Decreto nº 5.154/2004. As reflexões teóricas foram realizadas com base nas contribuições de teóricos que estudam a EPT e a integração com o EM, tais como Gramsci (1981), Kuenzer (2012), Moura (2007), Ciavatta (2014) Pacheco (2012), Ramos (2010).

**Palavras chave:** formação humana integral, Currículo Integrado, Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio Integrado à EPT, práticas educativas na EPT.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute como tem se construído, no decorrer da história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o conceito de formação humana integral. A partir do ano de 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), os setores educacionais vinculados à educação profissional mobilizaram-se no sentido de discutirem sobre a revogação do Decreto nº 2208/1997 e a implantação e construção de um Ensino Médio Integrado à EPT. Retomou-se a discussão sobre a educação politécnica, “compreendendo-a como uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica” (MOURA, 2007, p.19).

Entretanto, as características da sociedade brasileira dificultam a implantação da politecnicidade em seu sentido pleno, tendo em vista que os jovens brasileiros não podem esperar concluir a educação básica para começarem a trabalhar. Segundo Moura (2007) a solução viável e transitória seria um Ensino Médio que assegurasse a integralidade da educação básica com a inclusão dos conhecimentos científicos e os objetivos da formação profissional de forma integrada.

A Rede Federal de Educação Tecnológica ao longo de sua história sofreu muitas mudanças e vem evoluindo no decorrer de todos esses anos. Em 2008, a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Em seu Art. 2º a referida lei reforça a razão de ser dos Institutos Federais, uma vez que deverão fornecer educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, e serem especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, levando em

---

<sup>267</sup>Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Infantil e Psicopedagogia Clínica e Institucional. Cursando o primeiro período do Mestrado PROFEPT Programa de Formação de Educação Profissional e Tecnológica.

consideração a conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas. Na EPT são oferecidos cursos básicos de formação inicial, continuada e de qualificação profissional.

Os Institutos têm características de inovação e ousadia, características estas que são necessárias, e visam atender a [...] uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa (PACHECO, 2011, p.12).

Os Institutos Federais vem transformando a educação brasileira, eles são o gérmen da educação do futuro, pois, a formação é integral. Quando os cursos são criados é feito um estudo da realidade local ele impacta a vida da comunidade gera tecnologia, produz conhecimento, ciência e uma cultura nova. Ressalta-se que a Lei nº 11.892/2008 apresenta como um dos objetivos dos Institutos Federais o de garantir o mínimo de 50% de suas vagas à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos.

Hoje, a Rede Federal está presente em todo o território nacional “[...] presta um serviço à nação ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo” (BRASIL/MEC/SETEC, 2017).

O campo da Educação Profissional (EP) no Brasil vem se configurando pelas inter-relações de temáticas como educação e trabalho na leitura da EP como modalidade de ensino e espaço de disputas políticas. O campo da EP no Brasil vem ganhando novos contornos com objetos e temas provenientes das transformações históricas.

A pesquisa foi realizada através de um estudo bibliográfico sobre as lutas e tentativas de implantação do Currículo Integrado nas Diretrizes Curriculares para o EMI a EPT e as práticas pedagógicas que levam o educando ao desenvolvimento da formação humana integral. Destacam-se: o Decreto nº 2.208/1997 e o Decreto nº 5.154/2004. As reflexões teóricas foram realizadas com base nas contribuições de teóricos que estudam a Educação Profissional e Tecnológica e a integração com o Ensino Médio, tais como Gramsci (1981), Kuenzer (2012), Moura (2007), Ciavatta (2014) Pacheco (2012), Frigotto (2001), Ramos (2010).

Após as análises do contexto histórico iremos analisar como se tem construído a formação humana integral. No Brasil, a extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar, bem antes dos 18 anos de idade, a inserção no mundo do trabalho, visando complementar a renda familiar ou até a auto-sustentação, com baixíssima escolaridade e sem nenhuma qualificação profissional, engordando as fileiras do trabalho simples, mas contribuindo para a valorização do capital.

## **METODOLOGIA**

Esse estudo foi realizado utilizando o método de revisão bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica é um método científico para busca e análise de

artigos de uma determinada área da ciência. É importante para definir a linha limítrofe da pesquisa que se deseja desenvolver, considerando uma perspectiva científica, afirma Dane (1990). Ainda segundo o autor, é preciso definir os tópicos chave, autores, palavras, periódicos e fontes de dados preliminares. Nesse sentido, a revisão bibliográfica é considerada um passo inicial para qualquer pesquisa científica (WEBSTER; WATSON, 2002). Desenvolvida com base em material já elaborado como livros, artigos e teses (GIL, 2007), a pesquisa bibliográfica possui caráter exploratório, pois permite maior familiaridade com o problema, aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições, complementa Gil (2007). Foi feita uma revisão de como surgiu o conceito de formação humana integral, ressaltando a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio para que essa formação seja de fato efetivada. É destacado as lutas para implantar o currículo integrado e as práticas pedagógicas que promovem o desenvolvimento do ser humano por completo. Essas análises foram feitas através de leituras de artigos e livros que discutem a temática abordada.

O método de pesquisa adotado é o materialismo histórico dialético, todos os aspectos analisados buscam a compreensão através da história.

### **FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: conceituação**

A formação humana integral contempla a formação do sujeito em suas múltiplas dimensões (física, cultural, intelectual, política, etc.), portanto omnilateral, garantindo ao jovem e ao adulto trabalhador “o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012, p.85).

A formação do homem tem sido um tema proposto em estudos de diversos teóricos marxistas, tais como, Gramsci (1981), Moura (2007), Ciavatta (2014), Frigotto (2001) e Ramos (2010) com uma forte presença no pensamento de Marx, o qual apresenta a proposta da formação integral que propõe abranger todas as dimensões da vida do indivíduo, concepção esta denominada de “omnilateral”. Essa perspectiva marxiana de compreensão dos textos de Marx pretende não privilegiar um ou outro elemento separação da teoria e prática de forma isolada. Nosella afirma que:

É importante reafirmar que Marx, como todos os clássicos, é um mestre de método, não de doutrina e, menos ainda, de linguagem. Sua proposta educacional consiste na fórmula pedagógico-escolar de “instrução intelectual, física e tecnológica para todos [...] pública e gratuita [...] de união do ensino com a produção [...] livre de interferências políticas e ideológicas” (Marx apud Manacorda, 2006a). A fórmula marxiana não permite privilegiar um ou outro elemento. Nesse sentido, a expressão “omnilateral” é feliz, porque conota o conjunto. Mais tarde, Gramsci utiliza o termo “unitário”, que acrescenta ao conjunto dos aspectos educacionais a ideia de integração. Todavia, tanto a expressão “omnilateral” como “unitário” acentuam o sentido quantitativo, isto é, que abrange todos os aspectos. Se indagássemos sobre qual seria a categoria fundante e estruturante da fórmula pedagógico-escolar marxista, eu creio que deveríamos recorrer à categoria antropológica de liberdade plena para o homem, todos os homens. (NOSELLA, 2007, p.148).

A formação humana integral é pensada como uma possibilidade para um novo projeto de sociedade e para a classe trabalhadora. “Educar adolescentes, jovens e adultos para uma leitura crítica do mundo e para construir a sua emancipação implica, concretamente, que o processo educativo os ajude a entender e responder, desde suas condições de vida” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 1985, p. 9) bem

como as questões relativas às especificidades do trabalho humano e do modo de produção capitalista.

De acordo com Dante Henrique Moura (2013) na educação brasileira atual essa perspectiva formativa existe como possibilidade teórica e ético-política no Ensino Médio que garanta uma base unitária para todos, fundamentada na concepção de formação humana integral, onilateral ou politécnica, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura e, a partir dessa mesma base, também oferecer, como possibilidade, o ensino médio integrado.

Na concepção do ensino técnico de nível médio, anterior ao Decreto n. 2.208/97, o ensino médio era integrado à educação profissional no sentido que significava a possibilidade de a formação básica e a profissional acontecerem numa mesma instituição de ensino, num mesmo curso, com currículo e matrículas únicas, o que havia sido impedido pelo referido decreto (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

O Decreto 2208/97 regulamentou os artigos 39 a 42 e o Parágrafo 2º do artigo 3 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) sobre o Ensino Profissional. O Ensino Profissional foi separado e desarticulado da Educação regular básica. Os níveis para a Educação Profissional foram definidos como básico, técnico e tecnológico.

O nível técnico destinava-se a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos no Ensino Médio, devendo ter organização curricular própria e independente do primeiro, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este (Art. 5). Com isso institui-se a separação curricular entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Com esse sentido o termo integrado foi incorporado à legislação como uma das formas pela qual o ensino médio e a educação profissional podem se articular.

Ciavatta (2014) ressalta que do ponto de vista do conceito, formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica de correlação de forças entre as classes, a concepção de educação politécnica, de educação onilateral e de escola unitária, que esteve na disputa por uma nova LDB na década de 1980 e que foi perdida na aprovação da Lei n. 9.394/96. Assim, essa expressão também se relaciona com a luta pela superação do dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira, a divisão de classes sociais, a divisão entre formação para o trabalho manual ou para o trabalho intelectual, e em defesa da democracia e da escola pública.

De acordo com Ciavatta (2014), o termo integrado remete-se, por um lado, à forma de oferta do ensino médio articulado com a educação profissional; mas, por outro, também a um tipo de formação que seja integrada, plena, vindo a possibilitar ao educando a compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso. Tratando-se a educação como uma totalidade social, são as múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos.

No caso da formação integrada, a educação geral se torna parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (GRAMSCI, 1981, p.144).



Discutindo os sentidos da integração, quando se fala da relação entre o Ensino Médio e Profissional, Ramos (2010) propõe a análise do conceito de integração em três sentidos: filosófico, epistemológico e político. O primeiro considera a integração como uma concepção de formação humana omnilateral, constituindo um processo educacional que integra de forma unitária as dimensões fundamentais da vida (trabalho, ciência, tecnologia e cultura). O sentido epistemológico do Ensino Médio Integrado expressa uma concepção de conhecimento na perspectiva da totalidade, implica a unidade entre conhecimentos gerais e específicos e a relação entre parte e totalidade na organização curricular. O sentido político da integração adquire relevância diante da realidade brasileira na qual os jovens e adultos não podem inserir-se no mundo do trabalho após a conclusão do ensino superior.

De acordo com (LOMBARDI, 2010), Marx e Engels entendiam o trabalho a partir das condições propostas para seu desenvolvimento no modo de produção capitalista, e ao pensarem a união da educação e trabalho enquanto uma nova maneira de superar a exploração do capitalismo, e assim uma proposta de formação libertadora para os filhos da classe trabalhadora, estaria se construindo um instrumento de formação que buscasse uma reforma política transformadora.

## **2 FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EPT NO BRASIL**

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007) no capítulo que aborda as suas concepções e princípios, apresenta as categorias sobre as quais se ergue o EMI: (1) formação humana integral; (2) trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana; (3) trabalho como princípio educativo; (4) pesquisa como princípio educativo; (5) relação parte-totalidade na proposta curricular. O documento defende que o aluno do EMI deve compreender e ser capaz de estabelecer relações entre os diversos aspectos da realidade que está inserido. O aluno deve relacionar um elemento específico que ele estuda na escola a totalidade o conhecimento não pode ser fragmentado ele tem que compreende o que acontece à sua volta. Nesta proposta não tem sentido a formação no sentido só de técnico. A formação geral é essencial pois, sem ela o aluno adquire somente o conhecimento específico do curso. É na articulação entre o conhecimento geral e o específico, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática que se reside a essência do Ensino Médio.

Transposto o termo para a educação hoje e para o debate sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCN EPT EM), vemos que as diretrizes não são sugestões, são orientações a serem cumpridas. Por isso, falamos na “era das diretrizes” (CIAVATTA; RAMOS, 2012b) dos anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, lamentavelmente, com continuidades no Governo Lula da Silva e no Governo Dilma Rousseff. Leis e programas relativos à educação, se não estavam marcados pela repressão de palavras dos governos ditatoriais, tinham a imposição das determinações para serem implantadas nas escolas segundo a pedagogia das competências, segmentando o conhecimento e a educação de acordo com as necessidades do mercado. Era uma concepção funcional à tradição da educação profissional e técnica no Brasil, gerida com base no mercado e em controles autoritários, segundo os “homens de negócio” (FRIGOTTO, 2001). A Pedagogia das Competências traz a segmentação do conhecimento educação de acordo com a necessidade do mercado.

Quanto às diretrizes para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o CNE emitiu, já em 2011, uma nova proposta de parecer e de resolução que, apesar de incorporar alguns trechos do documento produzido pelo GT, já referenciado, mantém explicitamente a perspectiva do currículo centrado em competências para empregabilidade. Dessa forma, têm-se as diretrizes para o Ensino Médio que sinalizam para a possibilidade de se avançar na perspectiva da politecnicidade e da formação humana integral, enquanto as diretrizes para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio apontam para uma direção oposta – competências para mercado (CARTA, 2011, p.3).

O documento alternativo sobre as DCN EPT EM mantém o trabalho como princípio educativo dentro de uma concepção politécnica e omnilateral da educação:

Centralidade no ser humano e suas relações sociais, sem ignorar as exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida. Formação que aponta para a superação da dualidade histórica entre formação básica e formação profissional. Currículo centrado na concepção de formação humana integral, tendo como eixo estruturante a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, baseando-se no trabalho como princípio educativo e, dentre outros, nos seguintes fundamentos pedagógicos: construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico; pesquisa como princípio pedagógico; articulação com o desenvolvimento socioeconômico e a educação ambiental (CARTA, 2011, p.3).

Na sociedade moderna, a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização. Mas sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à redução da formação para o mercado de trabalho. Antes, ela incorpora valores ético- políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana. Portanto, a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas.

A orientação da EPT para um projeto de formação humana integral, assumida no Decreto 5.154/04, permite a aproximação da perspectiva de formação humana integral ao campo educacional, se ocupa de questões específicas dos sujeitos e dos lugares de construção de sua existência: Sendo assim, reafirmamos que a formação humana integral e a formação técnica e humanística levam em consideração a formação científica e a formação profissional e para que ocorram são imprescindíveis políticas públicas de educação que proponham um Ensino Médio com base curricular que integre ciência, tecnologia, trabalho e cultura, para formação dos sujeitos em todas as dimensões. (PACHECO, 2012).

Desse modo, a formação humana integral é uma concepção política em uma perspectiva contra-hegemônica. Isso porque as concepções políticas não hegemônicas têm como horizonte uma formação capaz de proporcionar aos indivíduos, qualificações amplas de modo a garantir-lhes os saberes necessários a uma formação de cultura geral na qual o trabalho seja entendido como um princípio educativo, e não como uma utilidade imediata, inconsequente e alijado da vida com dignidade humana e social.

### **3 CURRÍCULO INTEGRADO E PRÁTICAS INTEGRATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

A revogação do Decreto nº 2.208/97 através do Decreto nº 5154/2004 define o ensino integrado como um caminho na construção do ensino unitário e politécnico, capaz de proporcionar a compreensão do real com a totalidade. O currículo integrado exclui o currículo dualista, fragmentado em disciplinas elaborado de acordo com a Pedagogia das Competências e os Parâmetros Curriculares.

O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender. A concepção do trabalho como princípio educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. Por essa razão, é possível que um fato deponha mais que outro na explicação do real. Assim, a possibilidade de conhecer a totalidade a partir das partes é dada pela possibilidade de serem identificados os fatos ou conjunto de fatos que deponham mais sobre a essência do real; e, ainda, de distinguir o essencial do acessório, assim como o sentido objetivo dos fatos. Uma perspectiva da relação entre parte-totalidade numa visão histórica: o conhecimento contemporâneo guarda em si a história da sua construção.

A outra perspectiva é o estudo de um fenômeno, de um problema ou de um processo de trabalho com a realidade em que se insere; portanto, da relação entre partes que compõem a realidade, e nesse caso o desafio é conseguir ir além dessa parte para compreender a realidade em seu conjunto. Em se tratando da formação profissional de nível médio, assume-se que os conhecimentos específicos de uma área profissional não são suficientes para proporcionar a compreensão global da realidade. Por isso, deve-se contemplar também a formação geral.

É preciso estudar os problemas de uma área profissional em múltiplas dimensões, tais como econômica, social, política, cultural e técnica. Os conceitos pontos de partida para esse estudo revertem-se em conteúdos de ensino sistematizados nas diferentes áreas de conhecimento e suas disciplinas (PEIXOTO, 2012).

Relacionando parte e totalidade, conhecimentos gerais e específicos, contemporaneidade e historicidade, a interdisciplinaridade aparece, aqui, como necessidade e, portanto, como princípio organizador do currículo e como método de ensino-aprendizagem, pois os conceitos de diversas disciplinas seriam relacionados à luz das questões concretas que se pretende compreender. A história social do trabalho, da tecnologia e das profissões; a compreensão, no âmbito da Geografia, da produção e difusão territorial das tecnologias e da divisão internacional do trabalho; a Filosofia, pelo estudo da ética e estética do trabalho, além de fundamentos da epistemologia que garantam uma iniciação científica consistente; a sociologia do trabalho, com o estudo da organização dos processos de trabalho e da organização social do trabalho; o estudo do meio ambiente, da saúde e da segurança, incluindo conhecimentos de ecologia, ergonomia, saúde e psicologia do trabalho, no sentido da prevenção das doenças ocupacionais.

A interdisciplinaridade é o método que deve ser adotado na EPT para que o currículo integrado seja efetivado. O objetivo do currículo integrado é eliminar a fragmentação do conhecimento oferecido ao aluno, promover a interdisciplinaridade, relacionar o âmbito escolar à prática social concreta, promover a integração e a verticalização da educação e formação integral do ser humano, centrando o relacionamento da cultura com o mundo do trabalho. Importante destacar o trabalho como princípio educativo tornando os trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos superando a dicotomia manual e intelectual. A pesquisa como princípio pedagógico um caminho didático e investigativo, por meio do qual a aprendizagem é

orientada para a autonomia do aluno tendo a oportunidade de resolver problemas, questionar resultados, criar e treinar ideias.

Currículo Integrado faz parte de uma concepção de organização da aprendizagem que tem como finalidade oferecer uma educação que contemple todas as formas de conhecimento produzidas pela atividade humana. Trata-se de uma visão progressista de educação à medida que não separa o conhecimento acumulado pela humanidade na forma de conhecimento científico daquele adquirido pelos educandos no cotidiano das suas relações culturais e materiais. Por essa razão, possibilita uma abordagem da realidade como totalidade, permitindo um cenário favorável a que todos possam ampliar a sua leitura sobre o mundo e refletir sobre ele para transformá-lo no que julgarem necessário. O ensino integrado tem por objetivo “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura” (KUENZER, 2002, p. 43-44).

O currículo deve ser um conjunto de ações que cooperam para a formação humana nas múltiplas dimensões. Na verdade o currículo imprime uma identidade e a escola deve permitir que o conhecimento assimilado no ambiente escolar extrapole os seus muros uma vez que impulsiona o movimento dialético de recriação do conhecimento escolar. Portanto discutir currículo é debater uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. Para que haja estudantes críticos e aptos à cidadania, seus educadores também devem ser: críticos e cidadãos.

Para a construção do currículo integrado, faz-se necessária a reflexão, a análise da prática pedagógica e a mudança de postura por parte das instituições ofertantes, dos gestores, estudantes e educadores, os quais acostumados com práticas educativas já enraizadas, às quais levam à fragmentação do conhecimento, encontram dificuldades para implementá-lo. A prática educativa deve ter objetivos definidos conscientemente, levando em consideração: métodos, técnicas, lugares e condições prévias específicas para alcançar os fins almejados. Tal sistematização não deve ser organizada de forma simplista, técnica ou metodológica, parcelando a realidade e estudando-a em separado, isto é, tratando como fragmentado aquilo que na prática educativa deveria ser realizado em conjunto, sob uma perspectiva positivista. Consoante Libâneo (2013), a prática educativa consiste em um “fenômeno social e universal” que integra a natureza humana e se mostra necessária para a existência e funcionamento da sociedade. Assim, o trabalho educativo faz parte de um processo formativo mais amplo em que todos os sujeitos estejam preparados para a participação na vida social.

É condição para o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras que os sujeitos de ensino, principalmente, e da aprendizagem revelem uma atitude humana transformadora que se materialize no seu compromisso político com os trabalhadores e com a sociedade dos trabalhadores, até porque as práticas educativas não se constituem na escola, tampouco tem implicações que se encerram nela (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015, p. 4).

Quanto à forma de realização das práticas integradoras, não existem fórmulas prontas, nem um único método, assim, a maioria das variáveis podem ocorrer de forma diferenciada, apesar de percebermos que em comum, elas possuem os mesmos ideais de formação (omnilateral, politécnica ou integral), mesma maneira de organizar os conteúdos (de forma interdisciplinar levando em conta a complexidade da prática educativa. Em relação às práticas integradoras, refletimos sobre a existência de algumas experiências exitosas de integração por meio de aulas

interdisciplinares, projetos interdisciplinares, projeto integrador, projetos de extensão e de pesquisa, oficinas, aulas de campo, gincanas, feiras interdisciplinares, projetos utilizando a pesquisa como princípio educativo, projetos de integração através do uso das tecnologias da informação e comunicação TICS, dentre outros.

Em relação aos projetos de extensão que estão prescritos na Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, art. 7º, inciso IV traz, sobretudo, como objetivos dos Institutos Federais, o desenvolvimento de projetos de extensão conforme os princípios da Educação Profissional e Tecnológica em articulação com o mundo do trabalho e o desenvolvimento local e regional, além, claro de evidenciar a relação teoria/prática, condição esta, indispensável para o desenvolvimento do currículo integrado.

Projetos de extensão são de grande relevância para formação de pessoas em qualquer área de atuação profissional, pois os mesmos buscam tanto mostrar à sociedade os conhecimentos adquiridos pelos alunos no ambiente educacional quanto fazer com que o aluno perceba a importância de verificar na prática o que aprendeu na teoria em sala de aula, sendo assim esses projetos excelentes ações de práticas integradoras( BONFIM; SILVA, 2014, p.4).

Em relação aos projetos que utilizam a pesquisa como princípio educativo, como por exemplo, os projetos de iniciação científica que são comuns na formação profissional dos estudantes do EMI colaboram para a construção de um novo conhecimento, fruto de estudos e experiências com várias áreas do saber que corroboram para um saber complexo. Nesses projetos de pesquisas também fica claro, a presença dos princípios que norteiam o EMI. Segundo Fazenda, (2005, p. 88) “aprender a pesquisar, fazendo pesquisa, é próprio de uma educação interdisciplinar, que, deveria se iniciar desde a pré-escola”.

Santos (2018) ressalta que nos Institutos Federais, a pesquisa é uma das bases sobre a qual se apoia o currículo integrado, juntamente com o ensino e a extensão, ou seja, se fundamenta no tripé (ensino/pesquisa/extensão). Os projetos de iniciação científica são desenvolvidos com alunos e professores em que o professor é um mediador no processo de construção do conhecimento junto com os estudantes. Estas experiências se evidenciam como uma prática educativa integradora e emancipadora à medida que desperta nos sujeitos, curiosidade, criatividade e coparticipação na construção do conhecimento, além do senso crítico que partindo de seus conhecimentos prévios e em contato com o conhecimento científico sistematizado os possibilitam à descoberta do “novo”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação humana integral é discutida a muito tempo pelos autores que acreditam na educação como forma de transformação da sociedade. Só que a educação foi fundada pelo trabalho e a educação em si não consegue sozinha mudar a história de um país. O capitalismo é um sistema cruel com os trabalhadores, pois, existe a dualidade histórica que impede que tenhamos o direito respeitado de ter uma formação digna sem diferenças entre a classe dirigente e a trabalhadora. Infelizmente no nosso país prevalece a pedagogia das competências que visam a formação do trabalhador de forma alienada, fragmentada atendendo as exigências do mercado de trabalho. Isso causa a precarização do trabalho tornando os trabalhadores flexíveis e dispostos a aceitar diferentes funções com baixos salários. Os Institutos Federais têm

um papel de destaque nessa luta contra hegemônica eles vem trabalhando para ser efetivado o Currículo Integrado através de práticas educativas que buscam a superação do conhecimento fragmentado. Vivemos momentos difíceis o neoliberalismo avança cada dia mais mas, devemos nos unir para conseguirmos mudar a história do nosso Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONFIM, CristianiHembecker; SILVA, Camila Mara Rodrigues (2014). Projeto INCUTEC: uma experiência de prática integradora para o Curso Técnico de Administração do IFMA Campus Buriticupu. HOLOS, 2(30),75-86.

BRASIL.Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18 abr. 1997.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 27 jul. 2004

\_\_\_\_\_. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília, DF MEC/SETEC, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.§ D.O.U. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. MEC/SETEC. CNE/CEB (2012). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 2017. Disponível em: . Acesso em: 30 jul.2017.

CARTA ao CNE/CEB. Em defesa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 1º de junho de 2011. (Publicada, posteriormente, em: Revista Brasileira de Educação, v.17, n.49, p.219-222, jan.-abr. 2012).

Clavatta, Maria. Ensino Integrado, a Politecnicidade e a Educação Omnilateral: por que lutamos? Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: .

\_\_\_\_\_, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.in FRIGOTTO,G.;Clavatta,m,;RAMOS,M.(Org.)Ensino Médio integrado:concepção e contradições.3.ed. São Paulo:Cortez,2012.p.83-106.

\_\_\_\_\_,M. A “era das diretrizes”. A disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. Revista Brasileira de Educação, v.17, n.49, p.11-38, jan.-abr. 2012b.

Dane, F. Research methods. Brooks/Cole Publishing Company: California, 1990.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (2005). Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Papirus editora.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os homens de negócio e a política educacional do MEC. Folha Dirigida, Rio de Janeiro, p.12-12, 22 nov. 2001.

- \_\_\_\_\_, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores, 1985.
- \_\_\_\_\_, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- Gil, A. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas: São Paulo, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. La alternativa pedagógica. Barcelona: Fontamara, 1981.
- LIBÂNEO, José Carlos (2013). Didática. – 2ª ed..São Paulo: Cortez.
- LIMA ARAUJO, Ronaldo Marcos de; FRIGOTTO, Gaudêncio (2015). Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão, 52(38),61-80.
- LOMBARDI, J. C. Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels. 2010. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- KUENZER, Acácia Zeneida (Org.). Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3. Ed.. São Paulo: Cortez, 2002.
- MACHADO, Lucília Regina de S. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. Educação e Sociedade, Campinas, v.32,n.116,p.689-704, jul-set.2011.
- MEDEIROS NETA, O. M. A Configuração do campo da Educação Profissional no Brasil. In: LEITE, J. Y. P; MOURA, D. H; MEDEIROS NETA, O. (Org.). Dossiê a produção do conhecimento em educação profissional – Plano Nacional de Educação (2014-2024). **HOLOS**, Natal, v. 6, p. 1-228, out. 2016. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/issue/view/109> Acesso em: 13 mai. 2017.
- MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, ano 23, v.2, 2007. Disponível em: . Acesso em: 30 out. 2017
- MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio Integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? Educação e Pesquisa:Revista da faculdade de educação da USP, São Paulo, v.39,n. 3, p.705-720,jul./set. 2013.
- Nosella, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 12, n. 34, p. 137-151, jan./abr. 2007.
- PACHECO, E. Institutos federais: uma revolução na educação tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.
- , Eliezer (Org.). Perspectivas da educação profissional e técnica de nível médio: Proposta de Diretrizes Curriculares. São Paulo: Moderna, 2012.
- RAMOS, M. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. et. al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, . p..42-57.2010.
- SANTOS, F. A. A. et al. Práticas Pedagógicas Integradoras no Ensino Médio Integrado. **Holos**, v. 6, p. 185–199, 2018.
- Webster, J.; Watson, J.T. Analyzing the past to prepare for the future: writing a literature review. *MIS Quarterly & The Society for Information Management*, v.26, n.2, pp.13-23, 2002.

# A ARQUEOLOGIA VISTA CONFORME OS ESTUDOS SEDIMENTARES DO ABRIGO DE ITAPEVA, SP

Tatiane de Souza<sup>268</sup>

**Resumo:** Poucos são os estudos que se debruçam sobre a História ambiental vista através da sedimentologia. Esses estudos são capazes de realizar reconstituições de cenários naturais onde as pessoas viviam e como estas interagem com esses elementos naturais para atender suas necessidades e quais as consequências ambientais a partir deste fato. Neste estudo a sedimentologia contribuiu para reconstituir elementos da estratigrafia do sítio arqueológico Abrigo de Itapeva, SP, e fomentar ideias sobre o contexto deposicional atrelado ao comportamento humano, há pelo menos 5.000 antes do presente.

**Palavras-chave:** Arqueologia, Sedimentologia, Abrigo de Itapeva

## 1 - A História ambiental e os processos sedimentares

Sabendo que parte da tarefa das Ciências Humanas é saber questionar o que constitui boas práticas científicas (ASDAL, 2003), foi dito que a Geoarqueologia seria uma espécie de amadurecimento do campo científico da Arqueologia, a partir do uso de conceitos e métodos oriundos das ciências da terra para esclarecimentos dos processos arqueológicos. Durante a década de 1970, segundo Waters (1992), haveria algumas tarefas incumbidas aos geoarqueólogos, de forma que a principal seria analisar a estratigrafia e fazer datações absolutas, entendendo os processos de formação de sítio em conformidade com a reconstrução das paisagens. Contudo, a estratigrafia estaria limitada apenas a litoestratigrafia e pedoestratigrafia (WATERS, 1992). Além disso, Rapp e Hill (1998) consideraram que seria uma tarefa direcionada apenas às Ciências da Terra, incorporar aspectos de geomorfologia, cronologia e esclarecimentos de processos coluviais. Esta vertente naturalista cada vez mais ampliou o escopo de investigações que levaram à renovação de vários métodos e ampliação de técnicas conforme as mudanças conceituais sobre o entendimento das diferenças essenciais entre sequências estratigráficas (GOLDBERG e MACPHAIL, 2006). Contudo nota-se que, desde trabalhos elaborados durante o final da década de 1990 por ecólogos (VITOUSEK, 1994) e historiadores do ambiente (WORSTEN, 1992; ASDAL, 2003; FYFE, 1997), esta concepção vem sendo reavaliada e reorientada para a compreensão dos ecossistemas associados aos componentes das mudanças e das particularidades, que levam em consideração a dimensão histórica dos estudos (RISSER, 1999).

Considerando que a Arqueologia pode abranger campos variados da ciência, dependendo do tipo de pergunta que se faz e de resposta que gostaria de se obter, a base teórica não é necessariamente advinda das Ciências Humanas, mas, em última instância, deve deter-se sobre os processos que dizem respeito à história dos homens sobre a Terra. Embora Butzer (1982) tenha dito que a dinâmica do ambiente tenha que ser compreendida à luz da dinâmica histórica, nenhuma outra abordagem teve mais sucesso nesta empreitada do que as iniciativas realizadas pela Escola dos *Annales*, desenvolvida na França no período entre 1920 até 1989, com vários

---

<sup>268</sup> Graduada em História, pela FFLCH/USP, possui o título de mestre e doutora em Arqueologia pelo MAE/USP e Pós-doutoramento em andamento com interface entre arte rupestre e mineralogia realizado no IGc/USP.



desdobramentos e fases, cujo núcleo central foi formado por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie (BURKE, 1992). Dentro desta escola de pensamento, foi no entanto Emmanuel Le Roy Ladurie (1959, 1961, 1965) que melhor estudou o ambiente a partir de um viés que unia vários campos das ciências. Os estudos deste autor são seminais para entender como fenômenos físicos atrelados ao clima, vegetação e geomorfologia produzem a história dos homens e não somente a história da natureza. Se a História Ambiental nasce nos anos de 1970, sob os auspícios da luta contra os impactos ambientais e destruições causadas pela devastação humana sobre a face da Terra, é necessário que a integração entre sistemas ambientais esteja em diálogo e leve em consideração o homem como um agente que causa profundas alterações em diversas escalas e em diversos tempos. De outra forma, uma visão apenas humanística de fenômenos naturais é limitada e pode estar sujeita apenas as explicações baseadas em componentes culturais, sem considerar as transformações naturais ocorridas independentes de ações humanas.

## 2 - O Abrigo de Itapeva e sua inserção histórica

Este trabalho tem por objetivo examinar a sedimentologia no Abrigo de Itapeva, SP, durante um período de ocupação de 5.000 anos, conforme datações radiocarbônicas estabelecidas (Beta Analytic Inc) que podem ser vistas na tabela 1.

**Tabela 1 – Datação radiocarbônica do Abrigo de Itapeva**

Amostra	CRA	Data cal	Data cal (AD)	CI 95% +- SE (BP)	CI 95% +- SE (AD)
		(BP)			
Beta 432530	640 +-30	560	1.390	575; 540	1.375; 1.410
Beta 432531	860+-30	730	1.220	770; 675	1.180; 1.275
Beta 432532	860+-30	730	1.220	770; 675	1.180; 1.275
Beta 432533	1.470+-30	1.310	640	1.365; 1.295	585; 655
Beta 432534	4.770+-30	5.510	3.620	5.585; 5.505	3.635; 3.555
		5.560	3.610	5.585; 5.505	3.635; 3.555
		5.470	3.520	5.490; 5.445	3.540; 3.495

Fonte: Araujo, 2016

- **CRA = Idade Radiocarbônica convencional, BP = Antes do Presente (depois de 1950); AD = Anno Domini; CI = Intervalo de Confiança; SE = Erro Padrão**

A partir de julho de 2015 começaram uma série de escavações em etapas consecutivas para abrir quadras de 1 m<sup>2</sup>. O objetivo era atingir a profundidade máxima, recolher a cultura material e efetuar datações radiocarbônicas. Foram

abertas três unidades de escavação contíguas constituindo uma pequena trincheira no setor norte do sítio arqueológico, enquanto no setor sul, foi aberta apenas uma unidade de escavação, somando-se quatro na totalidade. As principais unidades de escavação estudadas são as denominadas D18 e G6. A unidade de escavação D18 é constituída por 14 níveis estratigráficos artificiais de 10 cm e forma um pacote estratigráfico espesso, afunilado em função de blocos areníticos no quadrante NE/SE, sendo formada por 6 fácies arqueológicas que foram descritas conforme as características de textura, granulação e cor. A unidade de escavação G6 possui 15 fácies e 12 níveis artificiais de escavação, além de muitos materiais associados como fauna, lítico, cinzas e concentrações diferenciadas de elementos orgânicos.



**Figura 1** – Abrigo de Itapeva, SP

Fonte: Tatiane de Souza, 2016

Para o estudo da estratigrafia do Abrigo de Itapeva, fundamentou-se na teoria da “estratigrafia de seqüências” (DELLA FÁVERA, 2001, p. 21). Mediante a proposta deste autor, o registro sedimentar seria formado por episódios de sedimentação, de modo que cada evento deposicional seria transicional e se serviria do sedimento depositado anteriormente. Segundo Della Fávera (2001, p. 33-35), clastos grossos estariam contidos em águas profundas, enquanto partículas finas estariam em suspensão. Os primeiros fariam parte de correntes fortes e tenderiam a transcorrer rapidamente ou ficariam retidos em correntes fracas resultando em leques aluviais.

No segundo caso, as partículas finas poderiam estar presentes somente na situação em que há o estanque da água ou que o rio favorecesse que as margens transbordassem (RICOMMINI et al., 2001).

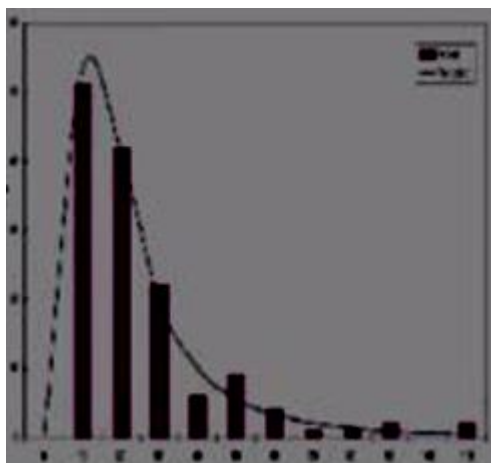
Outra forma de transporte é o eólico e pode advir de pequenas a grandes distâncias e serem barrados por formações geológicas específicas (SÍGOLO, 2001). Este fenômeno deve ter ocorrido no cânion de Itanguá, local em que se encontra o Abrigo de Itapeva, cujas paredes abruptas devem ter retido a continuidade da evolução das partículas finas no ar. Aliados a estes fenômenos, estão incluídos detritos e camadas de preenchimentos, propensos a presença de buracos e de vestígios específicos do sítio, resultando em estruturas de combustão, carvões e cinzas.

O uso da sedimentologia se revelou fator de supra importância na identificação das fácies arqueológicas. As análises foram realizadas a partir das 15 fácies encontradas nas unidades de escavação D18 e G6. As fácies arqueológicas são uma variação da definição das fácies geológicas, definidas como sucessões sedimentares que apresentam contiguidade dos ambientes que lhe deram origem. Confere-lhe um sentido mais dinâmico e implica que todos os sistemas são construídos a partir de relações entre si (DELLA FÁVERA, 2001, p. 49-50).

### **3 - Materiais e métodos**

Para os cálculos da granulometria foi consultado o trabalho de Dias (2004), utilizando como parâmetros para o cálculo a Função de Densidade de Probabilidade. A Função de Densidade de Probabilidade é um instrumental matemático para podermos calcular a probabilidade em que uma variável contínua assumira valores dentro de um determinado intervalo. No nosso caso, o tamanho dos sedimentos será a nossa variável contínua. Para se construir a curva relacionada ao tamanho dos sedimentos grossos, utilizamos a proporção do peso das partículas depois de peneiradas e fracionadas. Com as proporções dos pesos de cada fração, construímos um histograma (Figura 2), sobre o qual foi ajustada uma curva gaussiana conforme os pesos estabelecidos.

**Figura 2 – Histograma demonstrativo da curva FDP Gama**



Fonte: Bittencourt.e Viali, 2006.

Os dados de sedimentos precisaram passar por transformação, obtendo a nova variável  $\Phi$  (*Phi*) onde  $d$  é o tamanho das partículas. Partículas lutíticas (finas) também foram avaliadas. Segundo Dias (2004), no que se refere aos sedimentos lutíticos (siltes e argilas), a forma de determinar a distribuição granulométrica compatível com as das outras classes texturais é ainda mais difícil e problemática e levantam-se várias técnicas, sendo a mais comum a pipetagem, em que se determina a quantidade de material fino existente em frações dimensionais previamente estabelecidas, tirando proveito das velocidades de sedimentação de cada uma destas, de onde retiram-se alíquotas por pipeta (DIAS, 2004, p.22). Para tal, é necessário pipetar a alíquota a uma profundidade que garanta que, a esse nível, não existam já partículas maiores do que as da fração pretendida, através de processo de decantação.

Para separação de grossos, seguiu-se os seguintes procedimentos:

- Em um béquer, adicionar 2 gramas de um deionizador (geralmente pirofosfato de sódio [ $\text{Na}_2\text{P}_2\text{O}_7$ ]); foi adicionado água e posicionado o béquer no misturador com a rotação variando entre 3000 a 4000 RPM, por 5 minutos; procedendo a elutriação; filtrou-se o material remanescente em um papel de filtro devidamente identificado com os dados da amostra; deixou-se o papel filtrado na estufa por um período mínimo de 24 horas a  $40^\circ\text{C}$ ; após a secagem, o material foi colocado em peneiras com malha de 2 mm; 1,4 mm; 1 mm; 0,7 mm; 0,5 mm; 0,35 mm; 0,25 mm; 0,177 mm; 0,125 mm; 0,088; e 0,063 mm; e peneirados mecanicamente por aproximadamente 25 minutos; cada fração foi pesada, descontando o peso da folha usada e separada em frascos de vidro devidamente higienizados e identificados.

Para Separação de finos, seguiu-se os seguintes procedimentos:

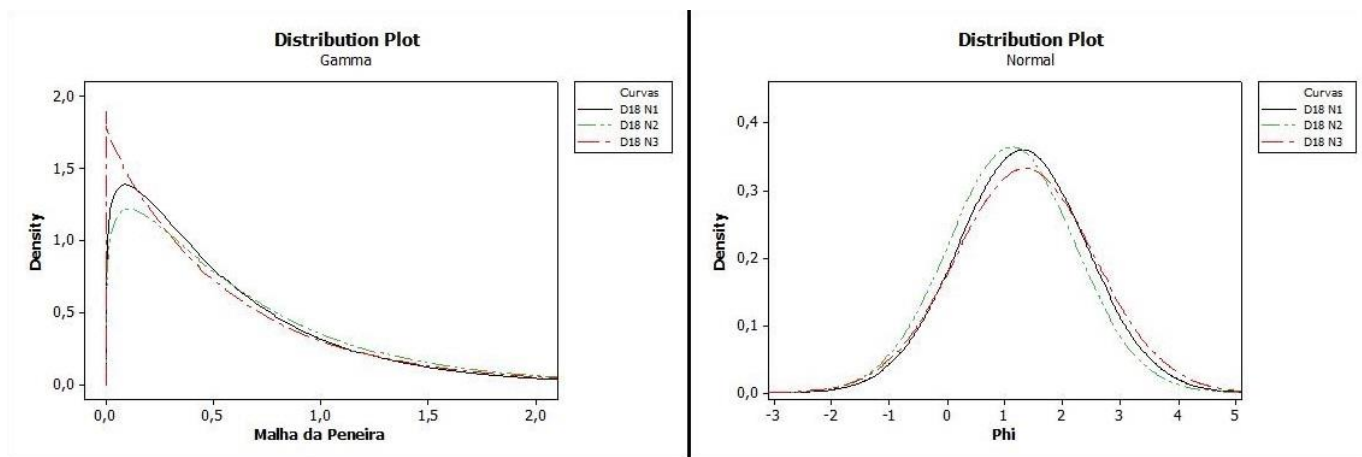
- Em um béquer, foi pesado 100 gramas da amostra e 5 copos de plástico, numerando sequencialmente para cada amostra, adicionando deionizador para desaglutinação; pesando copos vazios antes do processo; adicionando água destilada e posicionando o béquer no misturador com a rotação variando entre 3000 RPM e 4000 RPM, por 5 minutos; misturando com pistilo e graal depois de retirar do roteador; colocando numa proveta de 1.000 ml; em intervalos regulares cronometrados, pipetou-se a 10 cm ou 20 cm segundo a tabela de pipetagem; colocando os copos em estufa para secagem; pesando o material contido no copo e por fim descontando o peso antes de coletar a alíquota.

#### 4- Os resultados das análises sedimentares

As 15 fácies arqueológicas se repetem com variações nos níveis entre as unidades de escavação D18 e G6. As distinções estratigráficas são geralmente delineadas na escavação pela distribuição de materiais arqueológicos e pelas características de coloração e textura dos sedimentos. Neste caso, o critério definidor foi a textura do solo referente à relativa proporção de granulometria e a proporção de material (areia, silte e argila). As malhas de peneira em densidade bruta estão alocadas à esquerda nos gráficos apresentados na figura 3, o que demonstra diferentes médias e desvios padrões. O ajuste  $\phi$  regulou estas curvas, mostrando que existem sobreposições com maior ou menor abertura das curvas gaussianas, podendo significar médias e desvios padrão mais ou menos similares.

Os dados processados da quadra G6 apontam que do nível 1 até o nível 3 existem sobreposições moderadas das curvas gaussianas de modo que a fração cascalho fino até areia muito fina são predominantes. No nível 4/5 a sobreposição de fácies estão inseridas na fração areia grossa quando ajustadas em relação a  $\phi$  e abarcam as frações cascalho muito fino até areia muito fina. O nível 6 apresenta padrão diferenciado de modo que há discrepâncias entre fácies que contém cascalho fino até areia muito fina e fácies que comportam cascalho muito fino até areia fina. O nível 7 apresenta o mesmo padrão segundo a distribuição do nível 6. O nível 8 há presença somente de cascalho muito fino até areia fina, enquanto no nível 9 as frações são cascalho muito fino até areia muito fina. No nível 10 mais uma vez as frações são de cascalho muito fino até areia fina. No nível 11 as frações vão de cascalho muito fino a areia fina, enquanto no nível 12 há discrepâncias entre as fácies, observando-se as frações cascalho muito fino até areia fina e cascalho fino até areia fina. Os dados processados da quadra D18, apresentam variações no padrão de deposição em relação à quadra G6. Até o nível 6 as frações são cascalho muito fino até areia fina e estão medianamente ajustadas em relação as curvas gaussianas, demonstrando um desvio padrão forte na granulometria examinada. A partir do nível 7 observa-se as frações cascalho muito fino até areia fina e cascalho fino até areia muito fina. No nível 8 o mesmo padrão se mantém, enquanto no nível 9 repete a formação de intervalos de frações diferentes. Nos níveis 10 e 11 apresentam-se frações cascalho fino até areia fina enquanto no nível 12 e 13 apresentam-se frações cascalho fino até areia fina e cascalho fino até areia muito fina.

**Figura 3** – As curvas gaussianas segundo a análise  $\phi$



Fonte: Tatiane de Souza, 2017

A seletividade de grãos de quartzo é o principal aspecto presente nas amostras. Na quadra G6 predomina a fração 0,250 mm, distribuída entre os níveis 3 a 12, seguida por outras frações. O comportamento é de composição granulométrica variada, mas, com seletividade e maior frequência a partir da fração areia média. Na quadra D18 o comportamento é diferente. É possível associar intervalos granulométricos aos níveis deposicionais em relação as datações radiocarbônicas. Até o nível 4 existem frações de areia média e fina, no nível 7 as frações são médias, enquanto no nível 13, este é o único que apresenta fração específica de areia média e pode ser cotejada com as datações mais antigas do sítio. Em síntese a quadra G6 parece conter sobreposição e mistura sedimentar, enquanto a quadra D18 possui intervalos granulométricos mais compartimentados. As sondagens mostram um padrão bastante diferenciado. São amostras que contém frações muito finas e colocam em evidência que no sítio estas frações se apresentam em função de transporte eólico ou de transporte induzido de sedimentos aluviais oriundos do rio até o sítio.

Para a granulometria dos sedimentos finos, como existe uma impossibilidade técnica de construir peneiras com malhas adequadas às dimensões destas partículas, utilizam-se outros métodos, geralmente baseados na velocidade de queda, conhecida como Lei de Stokes<sup>269</sup> (DIAS, 2004, p. 20). Segundo a Lei de Stokes quanto maior a densidade de uma partícula, maior sua velocidade de sedimentação. Não obstante, em geral a velocidade de decantação de partículas depende de seu raio, de sua forma, de sua densidade, de sua textura de superfície e viscosidade do fluido (SUGUIO, 2013). O diâmetro de sedimentação é uma grandeza física teórica que na realidade não é mensurável (DIAS, 2004, p. 21). Portanto, usou-se técnicas de proporções relativas referentes às massas contidas nos copos, em que as alíquotas foram coletadas em tempos específicos. Estas técnicas fornecem parâmetros sobre

<sup>269</sup>A lei de Stokes consiste em que uma partícula caindo no vácuo, sob um campo uniforme de forças (geralmente gravitacional) que não sofre resistência à sua queda. Logo, a velocidade de queda da mesma cresce indefinidamente independente do seu tamanho e densidade. O movimento dessa mesma partícula, se imersa em um meio fluido qualquer, fica sujeito a uma força resistiva, cuja magnitude depende do regime fluido dinâmico vigente, além dos aspectos morfológicos. Quando o equilíbrio é alcançado entre a força gravitacional e a força de resistência do fluido, a partícula alcança sua velocidade terminal de sedimentação e, portanto cai a uma taxa constante (LIMA & LUZ, 2001).

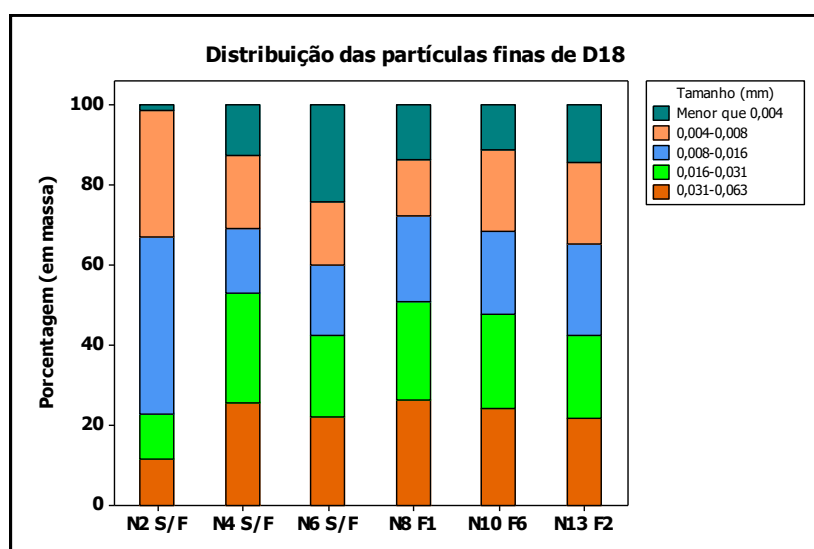


aproximações entre peso da massa e tempo de coleta da alíquota conforme as velocidades das partículas depositadas (DIAS, 2004, p. 23).

## 5 – Resultados de análise das unidade D18 e G6 para partículas finas

A unidade de escavação D18 resulta na distribuição desigual entre os níveis estratigráficos de silte e siltito, com prevalência destas partículas. A argila, diferente da quadra G6 não está tão presente e concentrada em níveis superficiais e apresenta um pico de deposição no nível 2 e no nível 6, o que pode significar que houve um deslocamento de ventos fortes ou presença de deposição de material, o mais fino possível.

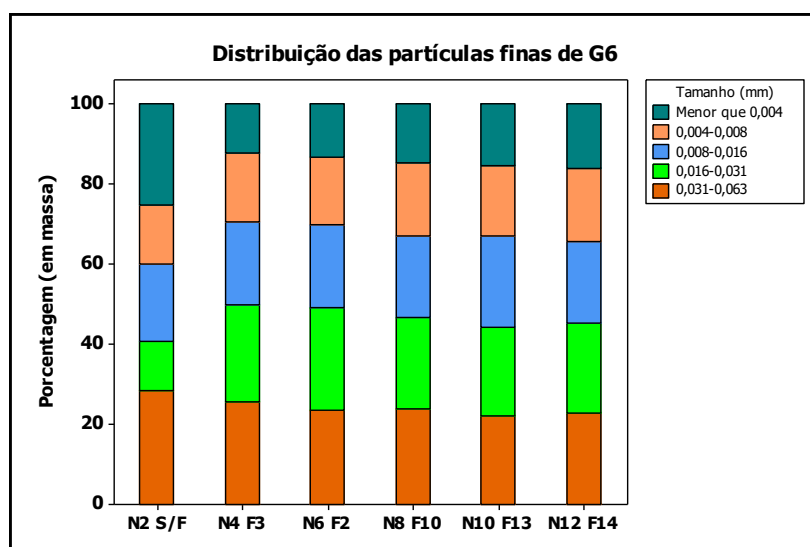
Figura 4- Porcentagens em massa dos finos D18



Fonte: Valdecir Marvulle e Tatiane de Souza, 2017

Na unidade de escavação G6, considera-se que as partículas de silte e siltito prevalecem sobre as partículas de argilas. Embora as partículas de argila estejam presentes em todos os níveis analisados correspondentes as fácies, estas se concentram predominantemente na superfície, tendo em vista os resultados para o nível 2. Não obstante, é bem distribuída nos demais níveis e verifica-se que a deposição é acentuada.

Figura 5 – Porcentagens em massa de finos G6



Fonte: Valdecir Marvulle e Tatiane de Souza

As interpretações de elementos finos levam a algumas inferências importantes sobre os elementos envolvidos na evolução e características internas do abrigo. Estas composições finas possibilitou o esclarecimento que estas amostras contém uma quantidade razoável de silte e argila de modo que a ação eólica parece influente ou a sofre influência dos leques aluviais em períodos secos. É possível concluir que a estratigrafia apresenta no mínimo três intervalos observados em macroescala; momentos intervalares alocados na fração areia grossa e alguns pontos da fração areia fina, evidenciando diferenças entre as unidades quanto à deposição e a quantidade e tipo de partícula envolvida em cada uma delas. Na unidade G6 há várias ações em conjunto, não sendo possível separar de modo absoluto níveis de deposição. Na unidade D18, os intervalos são mais claros e delimitados por frações específicas que podem denotar seletividade natural ou antrópica. É possível dizer que houve transporte induzido, alagamento pelo rio se este corresse mais próximo ao sítio ou uma série de deposição natural causada por transporte eólico de sedimentos que interferiram na estratigrafia de uma unidade arqueológica e na detecção de modo de deposição diferenciado. Sendo a quadra D18 mais protegida que a G6, é possível que parcelas da estratigrafia produzida estivesse mais preservada.

## 6- Conclusões

A observação minuciosa da estratigrafia conduziu-nos as discriminações estratigráficas das duas quadras principais com as quais se lidou nesta pesquisa, sendo estas, respectivamente, as unidades D18 e G6. O resultado não é uma sequência linear. Coadunadas a elas estão a temporalidade das datações radiocarbônicas e a reflexão sobre como estes pacotes se formam e quais relações mantém entre si, o que representou situações específicas ou momentos associados no tempo e espaço em decorrência das fácies arqueológicas, estruturas areníticas e sinais de queima incutidos nos blocos. A unidade D18 e a unidade G6 apresentam três momentos com transições deposicionais. Foram consideradas transições aqueles aspectos em que não se classificava claramente as fácies sedimentares ou apresentavam estruturas destoantes com relação à continuidade estratigráfica acima ou abaixo.



A unidade D18 apresenta até o nível 4 apenas fácies com manchas de carvão no centro, considerada uma estrutura a nosso entender. Os níveis 5 e 6 foram considerados transições porque manchas apresentam composições diferenciadas. Os níveis 7, 8 e 9 foram considerados o momento dois de ocupação, apresentando fácies similares e percebendo-se um avanço considerável dos blocos de arenito rumo ao centro da unidade. Os níveis 10 e 11 apresentam as mesmas características estruturais porém com outras fácies diferenciadas, considerada um momento de transição. A interpretação para este comportamento na unidade D18 é que até o nível 7, cujas datações são de 860 +- 30 BP, há atividade humana induzida, em que a cavidade natural serve como suporte à atividades de estruturas de combustão cavadas no centro. Afirma-se que abaixo deste nível os aspectos naturais do abrigo prevalecem conforme seu afunilamento e servem de proteção contra ação de vento e chuva que poderiam lixiviar os sedimentos. As estruturas de combustão se amparam em cavidade natural. Os níveis 10 e 11 apresentam características que fogem aos aspectos supracitados, pois afunilam ainda mais a quadra de tal maneira que apenas uma pessoa pequena é capaz de adentrá-la, permanecendo o local protegido de intempéries naturais. As mesmas características são notadas entre fácies distintas nos níveis 12 e a primeira porção do nível 13. Aqui se faz uma ressalva de que talvez este seja o nível de ocupação de 1.470 +- 30 BP, que se estendeu ao longo de um pacote de 40 cm, em que os modos de deposição foram se alterando, começando de uma base estreita até alcançar uma cobertura sobreposta sem a proteção natural em tempos recentes, alterando o comportamento de deposição. Por fim, os níveis 13 e 14 representam as datações de 4.770+- 30 BP e praticamente se isolam na base, sendo este o momento inicial de deposição sedimentar.

De outra forma, a Unidade G6 apresenta aspectos diferenciados do que foi apresentado até o momento. De modo que, com muitas fácies, poderia ser uma estrutura mais complexa. A princípio interpretado como área de deposição secundária de sedimentos oriundos da área central do abrigo em direção à periferia, ao constatar sua organização estratigráfica observa-se que até o nível 7, correspondendo na unidade D18 a (860 +- 30 BP), apresenta-se uma estrutura de cobertura que embora contenha cavidades com manchas de carvão parece ter a dupla função de criar condições de cocção e servir de cobertura a um evento. Entre os níveis 7 e 8, nota-se um momento de transição em que estruturas naturais começam a ser aproveitadas em decorrência de blocos naturais. Um bloco situado no setor NE parece alocado de forma artificial, encontrando-se em posição perpendicular, posição completamente atípica para os blocos de arenitos do abrigo, cuja deposição é sempre planar. Também as fácies se tornam-se menos variadas e não há nenhuma relação com aquelas encontradas na unidade D18. Os níveis 9 e 10 podem ser considerados aqueles em que as fácies são homogêneas e exibe um grande bloco natural que ocupa 1/3 da unidade. Foi considerado o momento 3, representado pelos blocos naturais, o bloco perpendicular e um bloco central completamente alocado no centro da quadra. É legítimo supor que parece ser esta uma estrutura protegida por uma sucessão de fácies que foi outrora um *mound*.

Afirma-se que as duas unidades de escavação apresentam comportamentos diferentes da base até o nível 7. A Unidade D18 parece se relacionar a uma constatare área de combustão, enquanto a unidade G6 é uma área que sofreu um processo complexo de deposição. Comportamentos distintos não necessariamente significa a existência de grupos distintos, porém, os grupos que habitaram o Abrigo de Itapeva parecem ter transferido para dentro do sítio o comportamento que acompanha os construtores de montículos. Na unidade G6 apresenta um comportamento atrelado a um modo de vida de grupos Itararé, enquanto na unidade D18, estão presentes

caçadores coletores na base. É possível que grupos caçadores-coletores ocupassem a área e foram amalgamando os hábitos dos construtores de *mound*, ou que, de outra forma, os construtores de *mounds* sobrepujaram seus hábitos aos dos caçadores-coletores. A síntese de escavações indica que grupos caçadores-coletores foram os primeiros frequentadores do Abrigo de Itapeva. Concorde-se que o sítio apresenta três momentos de ocupação, uma rápida na base, um período intermediário em que há uma série de traços culturais imbricados, por meio de cultura material e fácies arqueológicas e um terceiro momento a partir do nível 7 em que na unidade D18, há mudança no padrão de comportamento para acúmulo de material dentro da unidade, enquanto na unidade G6 há sobreposição de um conjunto de fácies arqueológicas que podem configurar-se num *mound*.

## Bibliografia:

- ASDAL, Kristin. The Problematic Nature of Nature: The Pos-construtivist Challenge to Environmental History. *History & Theory: Studies in the Philosophy of History*. Middletown, CT, v. 42, n. 4, December, p. 60-74, 2003.
- BITTENCOURT, Hélio Radke.; VIALI, Lori. Contribuições para o ensino da distribuição norma ou curva de Gauss em cursos de graduação. *III Seminário Internacional de Pesquisa em Educação em Matemática*. Águas de Lindóia, São Paulo, 2006.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929-1989*. A Revolução Francesa da Historiografia. Tradução de Nilo Odália. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- BUTZER, Karl W. *Archaeology as Human Ecology: method and theory for a contextual approach*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1982.
- DELLA FÁVERA, Jorge C. *Fundamentos de Estratigrafia Moderna*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EdUERJ), 2001.
- DIAS, João M. Alveirinho. A análise sedimentar e o conhecimento dos sistemas marinhos. Uma introdução à Oceanografia Geológica. Versão Preliminar. Universidade do Algarve, *Faro*, 2004.
- FYFE, William S. As ciências da terra e a sociedade: as necessidades para o século XXI. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v. 11, n. 30, p. 175-190. 1997, GOLDBERG, Paul; MACPHAIL, Richard I. *Practical and Theoretical Geoarchaeology*. Malden, MA; Oxford, UK: Carlton: Blackwell, 2006.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. Histoire et climat. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Paris: 14<sup>e</sup> anné, n. 1, Pp. 3-34, 1959.
- \_\_\_\_\_, Emmanuel. Aspects historiques de la nouvelle climatologie. *Revue Historique*. Paris, v. 225, f. 1, Pp. 1-20, 1961.
- \_\_\_\_\_, Emmanuel. Le climat des XI<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles : séries comparées. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Paris: 20<sup>e</sup> année, n. 5, p. 899-922, 1965.
- LIMA, Rosa M. F.; LUZ, José Aurélio M. da. Análise granulométrica por técnicas que se baseiam na sedimentação gravitacional: Lei de Stokes. *Revista Escola de Minas*. Ouro Preto, v. 54, n. 2, abr./jun, p. 155-159, 2001.
- RAPP, George (Rip); HILL, Christopher L. *Geoarchaeology: The Earth-Science Approach to Archaeological Interpretation*. New Haven /CT: Yale University Press, 1998.
- RICCOMINI, Claudio; ALMEIDA, Renato P. de; GIANNINI, Paulo César Fonseca; MANCINI, Fernando (2001). Processos fluviais e lacustres e seus registros. In:

- TEIXEIRA, Wilson et al. (Orgs.). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 306-333, 2001.
- RISSER, Paul G. Landscape Ecology: Does the Science Only Need to Change at the Margin?. In: KLOPATEK, Jeffrey M.; GARDNER, Robert H. (Eds.). *Landscape Ecological Analysis: Issues and applications*. New York: Springer, p. 3-10, 1999.
- SÍGOLO, Joel B. Processos eólicos e produtos sedimentares. In: TEIXEIRA, Wilson et al. (Orgs.). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Pp. 334-347, 2001.
- SUGUIO, Kenitiro. *Geologia Sedimentar*. 5. reimpr. São Paulo: Edgar Blucher; Auxílio parcial da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, 2013.
- VITOUSEK, Peter M. Beyond Global Warning: Ecology and Global Change. *Ecology*. Durham, v. 75, n. 7, p. 175-192, 1994.
- WATERS, Michael R. *Principles of Geoarchaeology: a North American Perspective*. Tucson: University of Arizona Press, 1992.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES DO LIVRO**

### **Thiago Cedrez da Silva**

Doutorando em História (UFPel). Mestre em História (2016) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas-RS.

### **Elvis Silveira Simões**

Doutorando em História - UFPel. Mestre em História (2018) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2014). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário. Atualmente exerce a função como professor Municipal na área de História na cidade de Pelotas

# ANEXO

## ANAIS DO 2º CICLO DE PALESTRAS ONLINE SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL



### SOBRE O EVENTO

O CPOHB é um evento de caráter técnico-científico independente, não possuindo vínculo formal com qualquer Instituição de Ensino. O evento é direcionado a grupos de Educação Básica e Ensino Superior, Historiadores, Pesquisadores e Estudantes de todas as áreas que interessam aos assuntos oferecidos.

Nas edições do evento, objetivamos a divulgação do conhecimento histórico, pesquisas e estudos sobre palestras e minicursos que podem sensibilizar os ouvintes a debater e aprofundar seus estudos sobre diferentes temáticas que abrangem a História do Brasil.

O 1º evento contou com 15 palestrantes (professores, pesquisadores e historiadores) profissionais experientes e especialistas em suas áreas de atuação. Assim como a oferta de Mini Cursos, distribuída a partir das especialidades temáticas dos palestrantes.

O 1º CPOHB irá ocorrer do dia 17 a 20 de novembro de 2020. No formato online através da Plataforma Digital Online (Eduzz / Nutror) com áreas de membros restrita aos participantes.

Já a 2ª edição do CPOHB ocorreu no ano de 2021 entre os dias 24 a 28 de maio e contou com 19 palestrantes apresentando suas pesquisas e mini cursos.

**Os eventos são coordenados e organizados pelo Professor Thiago Cedrez da Silva** [Doutorando em História (UFPel), Mestre e Graduado em História (UFPel), Especialista em Psicologia e Coaching (Faculdade Metropolitana-SP), Professor no Programa de Pós Graduação da FATEC / SENAC Pelotas -RS. Já participou como organizador de inúmeros eventos de História, presenciais e online, possui experiência em Gestão de Tecnologias e implementação de Marketing Digital para eventos online. CNPJ – [27.204.521 / 0001-17].

As duas edições do CPOHB juntos tiveram mais de 900 inscritos ouvintes e a terceira edição do evento está marcada para ocorrer no segundo semestre de 2021 entre os dias 25 a 29 de outubro.

## **Lista dos Palestrantes da 2º Edição do CPOHB**

### **Thiago Cedrez da Silva**

**Resumo do Currículo:** Doutorando em História (UFPel). Mestre em História (2016) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia do Senac Pelotas-RS.

### **Edgar Avila Gandra**

**Resumo do Currículo:** Graduado em História pela Fundação Universidade do Rio Grande (1995); Mestre em História Ibero-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) atuando no Departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História –PPGH e no Curso de Educação do Campo. Também lecionou no MBA em Gestão de Pessoas – UNICENTRO-PR. Tem experiência de pesquisa em temáticas sobre História do Trabalho, História Portuária e Movimentos Sociais. Foi Bolsista do Programa de Estágio Sênior Capes no Exterior na Universidade do Porto-PT. Professor Colaborador do CITCEM-Universidade do Porto-PT.

### **Elvis Silveira Simões**

**Resumo do Currículo:** Doutorando em História – UFPel. Mestre em História (2018) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2014). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário. Atualmente exerce a função como professor Municipal na área de História na cidade de Pelotas.

### **Robert Wagner Castro Porto**

**Resumo do Currículo:** Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sendo bolsista do PROSUC / CAPES. É pesquisador da Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), pesquisador associado do Núcleo de Pesquisa em História Regional Platina (UFPel) e do Grupo de Pesquisa e Estudos de História do Tempo Presente (PUCRS). Atuou como professor pesquisador no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, junto à Universidade Aberta do Brasil, vinculado à Universidade Federal de Pelotas. Possui

licenciatura em História pelo Centro Universitário Augusto Motta (2006), especialização em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (2011) e mestrado em História pela Universidade Federal de Pelotas (2016). Tem experiência na área de História, com destaque em História Contemporânea e Brasil República.

**Vinicius Cardoso Nunes**

**Resumo do Currículo:** Doutorando em História (UFPel). Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pesquisa criminalidade e resistência escrava em Piratini-RS no século XIX.

**Igor Vitorino da Silva**

**Resumo do Currículo:** Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005). Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (2018). Tem experiência na área de História, com destaque em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: política pública planejamento urbano, história do Espírito Santo e história da imprensa.

**Deise Beatriz Soares Melo**

**Resumo do Currículo:** Graduada em História Licenciatura – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Pós Graduada no Rio Grande do Sul: sociedade, política e cultura – Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Tem experiência na área de História, com destaque em História Social do Rio Grande do Sul.

**Beatriz Floôr Quadrado**

**Resumo do Currículo:** Professora de história na rede municipal de Sapucaia do Sul; Graduada em Licenciatura Plena em História (UFPel); Especialista em Direitos Humanos e Cidadania (UNIPAMPA / Jaguarão) Mestra em História (UFPel) e Doutoranda em Educação (UNILASALLE- Canoas / bolsista pela prefeitura de Sapucaia do Sul)

**Aristides Leo Pardo**

**Resumo do currículo:** Especialista em Geografia, História e Meio Ambiente, pela FAVENI (2017) e em Cultura, Memória e Patrimônio, pela UNESPAR, Campus de União da Vitória-PR (2014), Licenciado em História, pela mesma instituição e Graduado em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo (2007), pela Faculdade de Filosofia de Campos – FAFIC (2007), na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. Tem experiência na área de Comunicação, dedica-se a pesquisar o futebol brasileiro e como transformações da sociedade a partir do mesmo, tendo publicado diversos trabalhos sobre o tema. Tem interesse pela História do Brasil, da Imprensa Nacional, por questões de gênero e história local / regional. O professor de História da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR), possui 22 artigos publicados em periódico, 4 Livros, 7 Capítulos de livros,

**Kellen Jacobsen Follador**

**Resumo do currículo:** Pesquisadora Colaboradora no Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (2018), Doutora (2016), Mestre (2009) e Licenciada (2007) em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Foi pesquisadora visitante no Consejo Superior de Investigaciones Científicas de España (2013; 2015), na Universidad Complutense de Madrid (2013) e na Universidad

Nacional de Educación a Distancia de España (2015). É membro do Laboratório de Estudos Medievais (LEME) e do Laboratório de Estudos Tardo-Antigos e Medievais Ibéricos / Sefardis (LETAMIS). Desenvolve pesquisas na área de História, com destaque em História Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: História Ibérica Medieval; História Judaica Medieval; Antijudaísmo; Grupos marginalizados no medievo; Inquisição castelhana e criptojudáismo no século XV.

### **Gracineide Maria de Souza**

Resumo do currículo: Doutoranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal Espírito Santo; Mestra em História pelo Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal Espírito Santo, com a pesquisa “Os Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA’S) e os Impactos socioeconômicos da Lei Nº 8.630/93 de Modernização dos Portos”; Especialização em Gestão de Empresa pela FIJ Faculdade Integrada de Jacarepaguá – Rio de Janeiro; Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de EJA, pelo Instituto Federal do Espírito Santo – IFES; Educação Especial, pelo Instituto Superior de Educação Afonso Cláudio; Licenciada em História (2008-2012). Bacharela em História (2008-2013) e Arquivologia (2000 – 2003) ambas graduações pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Membro do Grupo de Pesquisa CNPq-UFES “Laboratório de Estudos Regionais do Espírito Santo e Conexões Atlânticas” (LACES-UFES.)

### **Denílson de Paula Costa**

Resumo do Currículo: Superior completo em curso de História modalidade de Licenciatura Plena. (UNISAL). Especialização: pós-graduação Latu-Sensu em História Cultural. (PUC-GOIAS) Professor de antropologia e Ética faculdade Uniesp, nos cursos de administração e Ciências Contábeis, professor de pós graduação em pedagogia, psicopedagogia, políticas públicas e História da faculdade Cevap, foi Diretor da Escola Milton Ballerini sistema SENAI Lorena SP. (2011 à Março 2012), Professor Substituto Universitário da FACIC de Cruzeiro SP nos cursos de Administração, Contabilidade, Direito e Pós em Cultura Afro (Lei 10639/03) Professor Substituto Universitário da FACIC de Cruzeiro SP nos cursos de Administração, Contabilidade, Direito e Pós em Cultura Afro (Lei 10639/03) Ministério Palestra de Ética Profissional na Primeira feira do Curso Técnico em Química do Colégio Patrocino de São José Sistema Vésper de Ensino Lorena SP, Membro Efetivo da Academia Militar de Estudos Terrestres do Brasil Exército Brasileiro . Membro efetivo do Comitê da Saúde da População Negra do Estado de São Paulo DRS4 Diretoria de Taubaté SP Publicação em vários jornais da região, ATOS, GUAYPACARÉ e VALEPARAIBANO, sobre história regional. Coautor do Livro: “Encontros com a história e cultura Africana e Afro-Brasileira”, Junto a Prefeitura de Aruja-SP.

### **Sebastião Fortes de Oliveira Júnior**

Resumo do Currículo: Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2018), tendo atuado enquanto aluno integrante do Programa de Educação Tutorial de História-UFPI e atividades ligadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão (2015-2018). Aperfeiçoamento em Como Ensinar a Distância pela Faculdade UNIASSELVI (2020) e Tecnologias Digitais na Educação pela Universidade Federal do Ceará (2021) e especializações em andamento em História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade UNIASSELVI (2020) e MBA em Gestão Estratégica de Pessoas, Liderança e Coaching pela Faculdade Descomplica



(2020). Experiências em pesquisas nas áreas de: História, Educação, Memória e Cultura Afro-brasileira.

### **Gustavo Henrique Apoloni Aguera**

**Resumo do Currículo:** possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) (2018), com experiência na área de Estética e Filosofia Contemporânea. Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2020), tendo experiência na área de História da Igreja. É graduando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde possui projeto de pesquisa na área de Literatura e Teologia. Participante do grupo de estudos “Filosofia e Literatura” pela UEM e do grupo de pesquisa “Narrativas Bíblicas” pela PUCPR.

### **Dayane Cristina Guarnieri**

**Resumo do Currículo:** Licenciada e Mestra em História pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em História Social na Universidade Estadual de Londrina, Especialista em Humanidades pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente professora de História do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná e tutora da especialização na Plataforma Platos EdServ.

### **Lucas Bitencourt Fortes**

**Resumo do Currículo:** Mestrando em Educação (ULBRA); Especialista em Sociologia e Ensino de Sociologia (CLARETIANO); Especialista em Orientação Educacional (UNIASSELVI); Especialista em MBA em Coaching (UNIASSELVI); Graduado em Licenciatura em História (UNIASSELVI); Graduado em Licenciatura em Artes Visuais (UNIASSELVI) e Graduado em Bacharelado em Administração (UNOPAR).

### **Marcelo Hansen Schlachta**

**Resumo Currículo:** Doutor em História Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2019). Mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2008). Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2004). Foi professor em várias Faculdades e Pré-Vestibulares em todo o Estado do Paraná. Atualmente é professor de História e Coordenador de Pesquisa e Extensão no IFPR – Instituto Federal do Paraná. Tem experiência na área de História, com ênfase em Sociologia e Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: Identidades e Práticas Culturais, Imaginário Social e Religioso, Igreja Católica, Ditadura Militar, Comissão da Verdade, Cultura Política, entre outros. Professor em pós-graduações em Cascavel e região.

### **Gláucia Elisa Zinani Rodrigues**

**Resumo Currículo:** Licenciada em Letras – Português e Inglês e Respectivas Literaturas pela URI. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Tem estudo focado na análise de representações na Literatura pós-moderna, estudos entre Literatura e História. Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo (2020).

**Viviane Leticia Glienke**

**Resumo Currículo:** Licenciatura em História pela UNIJUI/RS, Mestrado em História pela UPF/RS. Professora de História desde 1997. Experiência em pesquisa de campo como Bolsista Capes, professora em escolas públicas e privadas e na Educação Básica e Superior. Atualmente pesquisadora de Política, Gênero e resgate de Histórias de famílias e árvore genealógica. Possui livros publicados sobre História de família e contos e mantém o blog [www.contosdavivi.com.br](http://www.contosdavivi.com.br) . Professora da Rede Pública Estadual de Santa Catarina.

## SUMÁRIO ANAIS DO 2º CPOHB

1. Ana Quércia Costa dos Santos .....	538
2. Aristίδes Leo Pardo.....	538
3. Celson Coelho de Souza Junior.....	539
4. Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade.....	539
5. Dário Milech Neto.....	540
6. Deise Melo.....	540
7. Elvis Silveira Simões.....	541
8. Fábio Liberato de Faria Tavares.....	541
9. Francisco de Paulo D'Avila Junior.....	542
10. Gabriel Frechiani de Oliveira.....	542
11. Gabriel Pereira Cunha.....	543
12. Gerson de Jesus Monteiro Junior.....	543
13. Gleiciane Tavares de Oliveira; Everaldo da Silva Cardoso.....	544
14. Gustavo Henrique Apoloni Aguera.....	546
15. Gracineide Maria de Sousa.....	546
16. Igor Vitorino da Silva.....	547
17. João Faustino Andrade Junior.....	547
18. João Gabriel Costa de França Souza .....	548
19. Juliana Greco Yamaoka; Ana Flavia Silva.....	549
20. Kellen Jacobsen Follador.....	549
21. Leo Francisco Siqueira de Moraes.....	550
22. Luciana Aquino dos Santos Dias.....	551
23. Luciana Jesus de Souza .....	551
24. Lucas Samuel Rojo .....	552
25. Luiz Carlos Ferraz Manini.....	552
26. Maria das Graças do Nascimento Prazeres.....	553
27. Marcelo Hansen Schlachta.....	553
28. Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa.....	554
29. Pâmela Tainá Wink da Luz.....	555
30. Paula Roberta Libanori Haenisch.....	555
31. Robert Wagner Porto da Silva Castro .....	556
32. Rodson de Abreu Marques; Enzo Papera Gonçalves Cavalcante.....	556
33. Simone Gomes de Faria; Karen Laiz Krause Romig.....	557
34. Tomil Monteles Paixão.....	558
35. Thiago Cedrez da Silva.....	558
36. Wilderson Alves Leite.....	559

## **RELAÇÕES DE GÊNERO NA ALIANÇA INTEGRALISTA E SUA PENETRAÇÃO NAS CIDADES DE INTERIOR: SANTALUZ/BA, PELAS LENTES DE ASCENDINO MARQUES.**

Ana Quércia Costa dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo busca refletir a participação feminina em movimentos de massa de cunho político em meados do século XX. Tendo como objetivo compreender de que forma se deu a participação de mulheres na Ação Integralista Brasileira, na cidade de Santaluz-BA, bem como analisar a ideologia que fez com que mulheres, geralmente, silenciadas pelo machismo, fossem aceitas e passassem a integrar um movimento político de âmbito nacional, partindo da compreensão sobre o que foi a AIB, quais ideias propagava e de que forma conseguiu adesão em lugares tão remotos. Além de conhecer o senhor Ascendino Marques e sua relação com o movimento, que levou aos registros e preservação dessa parte da história. A narrativa está centrada na forma como a mulher era vista e concebida pelo movimento Integralista. Avertente a que esse trabalho está relacionado é a de estudos de gênero e de cultura política, uma vez que faz análise do fazer histórico e cultural das mulheres que integravam a AIB. Para tal foram utilizadas diversas fontes, desde estudos acadêmicos relacionados ao tema, até revistas como a Anauê, pesquisa bibliográfica, entrevista e livros de autores locais.

**Palavras-chave:** Participação feminina – AIB – Santaluz - movimento.

## **HERÓIS ESQUECIDOS - A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA: AS PÁGINAS NÃO (OU MAL) ESCRITAS PELAS ELITES**

Aristides Leo Pardo<sup>270</sup>

**Resumo:** Tendo como pano de fundo o desfile da Estação Primeira de Mangueira, no carnaval carioca de 2019, quando a agremiação conquistou o campeonato com o enredo “História para ninar gente grande”, criação do carnavalesco Leandro Vieira, que mostrava uma História do Brasil não contada nos livros escolares, que em certo ponto, ainda contempla o viés positivista com feitos de políticos e militares, datas comemorativas, “heróis” inventados, “descobrimientos”, entre outras posturas eurocêntricas e elitista. Abrindo o desfile com uma criança vestida de colegial e com um livro na mão, cercada de índios e negros, na frente de uma alegoria com “os grandes personagens” da nossa história, como Cabral, Anchieta, Pedro I, Princesa Isabel, Tiradentes e um bandeirante “emoldurados” em quadros, quando de repente, eles saem e podemos vê-los em tamanho diminuto (os bailarinos estão de joelhos), representando que nossos “ícones” tem uma história muito pequena, porém bem construída, ao longo dos anos pelas elites, que muitas vezes, deixam de fora, personagens importantes como: u mesmo não conhecidos, como o “Dragão do Mar”, Maria Felipa, Luiza Mahin e seu filho Luiz Gama, Chico da Matilde, a resistência

---

<sup>270</sup> Especialista em Geografia, História e Meio Ambiente, (FAVENI, 2017) e em Cultura, Memória e Patrimônio (UNESPAR, 2014), Licenciado em História (UNESPAR, 2014) e Graduado em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo (FAFIC, 2007). Professor de História da rede pública do Paraná. Tem experiência na área de comunicação, história do Brasil, da imprensa nacional, futebol e suas implicações na sociedade, questões de gênero e história local/regional. Possui 22 artigos completos publicados em periódico, 7 livros, 10 capítulos de livro, 11 textos publicados em revistas de divulgação, trabalhos em anais de eventos, apresentações de trabalhos/comunicação, participações em eventos como ouvinte, palestrante, organizador de eventos, participação em bancas de conclusão de curso de graduação. Contatos: tideprophis@gmail.com e/ou (42) 99957-0770.

armada contra a Ditadura Militar, Dandara, O “Almirante Negro” João Cândido, entre muitos e muitos nomes que não constam nos livros de História ou apenas são citados de forma sucinta e superficial. Fechando com chave de ouro seu desfile, a Mangueira faz homenagem aos “heróis” do samba recente, citando a cantora e compositora Leci Brandão e seu “eterno” intérprete, José Bispo Clementino dos Santos, conhecido no mundo do samba, como “Jamelão”, falecido em 2008, aos 95 anos de idade. Outra homenagem marcante foi para a vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018, o que levou muitos a criticarem a vitória da escola verde e rosa, dizendo que o apelo político ajudou a agremiação e comoveu o júri, porém a representatividade da vereadora, pobre, negra, favelada, lésbica, feminista, vai além, pois incontáveis “Marielles” foram e serão mortas por uma elite que sempre se impôs e assim se fizeram “heróis” e estamparam livros, viraram retratos e estátuas, escondendo a verdadeira história do povo brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Carnaval. História do Brasil. Positivismo

## **REPERCUSSÃO POLÍTICA NA CIDADE DE NATAL SOBRE A CRIAÇÃO DO PARTIDO CATÓLICO EM 1890**

Celson Coelho de Souza Junior<sup>271</sup>

**Resumo:** Com o advento da República em 15 de novembro de 1889, tomou força a ideia de separação da entre Igreja e Estado. Essa intenção pareceu mais concreta a partir de 7 de janeiro de 1890, com a publicação do Decreto Presidencial 119-A que instituiu a liberdade de culto no país. Esse movimento de afastamento do catolicismo enquanto influência no poder estatal despertou mudanças no cenário político. Uma delas foi a criação do Partido Católico. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a repercussão da divulgação na cidade de Natal da criação do partido católico em meados de 1890. Para isso leva em conta o embate político entre grupos observado na imprensa local da época. No jornal Gazeta do Natal identificamos a notícia intitulada “O Partido Catholico”, que originalmente havia sido publicada na cidade do Rio de Janeiro. Como aporte teórico nosso o primeiro caminho a trilhar é entender o papel de um periódico na construção do conhecimento histórico. Para isso fizemos uso de Luca (2014). Também lançamos mão de Cascudo (1999). Esse historiador, apesar de fazer uso de uma história factual, torna-se útil para o conhecimento das relações entre jornais e políticos e posterior análise dos seus desdobramentos. Recorrendo a uma historiografia mais crítica e mais recente sobre a política republicana na cidade do Natal, recorreremos a Bueno (2016).

**Palavras-chave:** Política, Imprensa, Partido Católico, Gazeta do Natal.

## **COMO OS INTERESSES LIGADOS À ESCRAVIDÃO MARCARAM A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.**

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade<sup>272</sup>

**RESUMO:** Este trabalho versa sobre a formação do estado brasileiro levando em conta aspectos relativos a diáspora africana que posteriormente desencadeia na escravidão como aspecto fundamental para compreensão da sociedade brasileira que

---

<sup>271</sup> Especialista em Ensino de História das Artes e das Religiões (UFRPE), Bacharel em Teologia (FATEH), Licenciando em História (UFRN). E-mail: celsoncs@hotmail.com.

<sup>272</sup> Graduada em História pelo Centro Universitário AGES, graduada em Pedagogia pela UNICESUMAR, Mestranda em Políticas Públicas pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO.

se consolida ao longo dos séculos a partir da exploração da mão de obra escrava, que se torna a base da pirâmide da sociedade brasileira, a formação do estado brasileiro é reflexo de um cenário anterior de expansão ultramarina europeia, a exploração das riquezas na então colônia da América portuguesa despertou o interesse latente pelo lucrativo tráfico de seres humanos advindos da África em diáspora, no Brasil a mão de obra escrava foi a força motriz para consolidação do estado brasileiro que é formado a partir da exploração e desumanização dessa mão de obra escravizada que durante muitos séculos foi a força motriz para construção das riquezas dentro de uma lógica capitalista que vai além da ideia de colônia, é preciso pensar a escravidão em uma lógica global de diáspora, a manutenção das hierarquias o patrimonialismo e o cenário global também proporcionam a durabilidade desse modelo que perdura durante séculos no nosso país, sendo assim, a escravidão é um dos aspectos fundamentais para compreendermos o que chamamos de estado brasileiro.

### **BANDOLEIROS, CRIMINOSOS E MALFEITORES: UM BREVE PANORAMA HISTORIOGRÁFICO SOBRE O FENÔMENO DO BANDITISMO (1949 – 2019)**

Dário Milech Neto<sup>273</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo elencar e problematizar alguns estudos que tiveram como temática principal ou tangencial a questão do banditismo na área da história nos últimos 70 anos. Começando por Fernand Braudel, célebre historiador da segunda geração da *Escola dos Annales*, que abordou academicamente a questão do banditismo em 1949, no segundo tomo de sua série de livros *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*, passando pela obra *Rebeldes Primitivos* (1959) e pelo considerado clássico *Bandidos* (1969), de Eric Hobsbawm, pelas críticas e novas elaborações em *Bandits* (1987), organizado por Richard Slatta, vendo também trabalhos de estudiosos brasileiros, como Frederico Pernambucano de Mello, *Guerreiros do Sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil* (1985) e Célia da Silva, *Territórios de Mando: Banditismo em Minas Gerais no século XVIII* (2007) até chegarmos em uma historiografia mais atual, como o trabalho de Pascale Baker, *Revolutionaries, Rebels and Robbers: The Golden Age of Banditry in Mexico, Latin America and the Chicano-American Southwest, 1850-1950* (2015), que abordou a questão da literatura, folclore e suas representações sobre o banditismo. Por fim, abordamos estudos dos últimos anos, como o do historiador Eliseu Silva em *Roubos e Salteadores na Bahia no tempo da abolição – Recôncavo, década de 1880* (2019), e da coletânea intitulada *História do Banditismo no Brasil: novos espaços, novas abordagens* (2019), organizada por Francisco Fonteles Neto, Marcos Bretas e Mariana Thompson Flores.

**Palavras-chave:** Banditismo; História do Crime; História da Violência.

### **BRASIL 2020: UMA NARRATIVA HISTÓRICA PELA PERSPECTIVA CRÍTICA E BEM HUMORADA DOS MEMES PRODUZIDOS NO BRASIL DURANTE O ANO DA PANDEMIA.**

Deise Melo<sup>274</sup>

---

<sup>273</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

<sup>274</sup> Professora de história na rede municipal da cidade de Cristal-RS; Graduada em História Licenciatura – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Pós Graduada no Rio Grande do Sul: sociedade, política e cultura – Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Tem experiência na área de História, com destaque em História Social do Rio Grande do Sul.

**Resumo:** A pesquisa em questão objetiva apontar alguns eventos ocorridos em dois mil e vinte representados pelo gênero textual conhecido como meme e o seu papel na historiografia contemporânea. A grande capacidade de adaptação dos memes proporciona a reprodução de inúmeros temas e situações de forma bem humorada fazendo com que sejam compartilhados com bastante frequência na internet através das redes sociais. O estilo informal e acessível deste gênero textual se destaca como um novo recurso analítico dos acontecimentos históricos.

## **NO CENTRO E A MARGEM: O NASCER E O FLORESCEM DA CATEGORIA ARRUMADORA RIOGRANDINA**

Elvis Silveira Simões<sup>275</sup>

**Resumo:** Por que um grupo de operários realiza uma mudança em sua trajetória sindical? Quais os motivos condicionam diferentes categorias a disputar um mesmo ambiente de trabalho? Estas são algumas questões que nos possibilitam pensar o processo de formação do sindicato dos arrumadores na cidade de Rio Grande-RS, entre as décadas de 1950 e 1960. Através destes questionamentos é possível destacar que o processo pela consolidação sindical se relaciona fortemente ao contexto em que os operários estão inseridos, bem como, aos possíveis horizontes de possibilidades que os sujeitos avaliam e disputam em meio seu contexto sócio-histórico.

## **VOLTA ÀS AULAS EM PLENA PANDEMIA. MAIS UM CAPÍTULO DA CRUZADA DE ÓDIO CONTRA OS PROFESSORES**

Fábio Liberato de Faria Tavares<sup>276</sup>

**RESUMO** - Alguns políticos de direita defendem que a volta às aulas tem que ocorrer mesmo sem a vacinação dos professores, de que a saúde mental das crianças e adolescentes estaria comprometidas entre outras alegações. Na verdade, além de atenderem ao desejo de empresas privadas do setor educacional, essa pressão faz parte de um projeto maior de obscurantismo e ódio aos professores. O início deste projeto é o Escola Sem Partido, fundado por Miguel Nagib e que incentiva o ódio aos professores como forma de intimidação. Os apoiadores da iniciativa, alegam que os estudantes, principalmente de escolas públicas, seriam vítimas de “doutrinação política” e “ideologia de gênero”. Na verdade o que os incomodam é a luta contra o racismo, o debate crítico sobre diferentes formas de pensar, diferentes práticas religiosas, o preconceito contra homossexuais e a desigualdade de gênero. Eles desejam uma visão única, mantenedora do *status quo* da desigualdade social, onde negros e mulheres, embora maioria fiquem subjugados e um monopólio do cristianismo nas escolas. Agora alegam se preocuparem com as condições de saúde das crianças na pandemia, parece que não pensavam nisso até pouco tempo atrás, já que Educação Sexual para eles deveria ser ensinada pela família, justamente o

---

<sup>275</sup> Doutorando em História – UFPel. Mestre em História (2018) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2014). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário. Atualmente exerce a função como professor Municipal na área de História na cidade de Pelotas.

<sup>276</sup> Graduado em História pela UFMG e Mestre em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Professor de História da Rede Municipal de Belo Horizonte-MG.

local onde acontecem muitos abusos contra crianças e adolescentes. Além disso, membros deste movimento militam contra a educação pública, como a deputada Bia Kicis, uma das poucas a votarem contra o novo FUNDEB. Os professores, que já estão trabalhando à distância, agora tem que aguentar serem taxados de “vagabundos” por esse mesmo grupo que apoia o presidente da república, possivelmente o maior responsável pela onda obscurantista e por um alto número de mortes por COVID que o país atravessa.

## **OS CORPOS TRANSGRESSORES DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: TROPICALISMO, DZI CROQUETTES E SECOS E MOLHADOS**

Francisco de Paulo D’Avila Junior<sup>277</sup>

**Resumo:** O presente artigo, visa analisar uma revolução de comportamento experimentada por artistas brasileiros, na segunda metade do século XX, a partir de suas criações e vivências corporais. O movimento tropicalista, os espetáculos do grupo andrógino Dzi Croquettes e os shows performáticos dos Secos e Molhados tornaram-se referências significativas, de um período de contestação política, efervescência cultural e profícua produção artística. O Manifesto Antropofágico, escrito por Oswald de Andrade em 1928, documento literário e metafórico, influenciou a produção desses artistas. O documento propõe um resgate das culturas primitivas, a valorização de uma produção própria, de identidade brasileira, repensando as bases político-econômico-culturais impostas pelo colonizador no meio artístico e intelectual do país. Nesse sentido o corpo, enquanto suporte de criação, transformou-se em estratégia para questionar essa influência, e uma forma de ruptura com o *status quo* vigente. Questionando valores sociais ditos “normais”, esses artistas utilizaram seus corpos para transgredir discursos machistas e conservadores sobre sexualidade, gênero e ideologias políticas distintas, como a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). O corpo pode ser observado a partir de processos biológicos, das patologias, das necessidades fisiológicas. Todavia, o corpo também está mergulhado num campo político. O caráter político do corpo, está associado aos processos econômicos, “e sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição” (FOUCAULT, 1999, pg. 29). Esses artistas, todos com muito alcance de público, influenciaram a busca de outras possibilidades de ser e de estar na sociedade. E ainda hoje repercutem através de novas gerações de artistas, que se inspiram e possibilitam a continuação dessas pesquisas e práticas transgressoras.

## **A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL: A EPOPEIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA PIAUÍ, BRASIL: UM ESTUDO DE CASO**

Gabriel Frechiani de Oliveira<sup>278</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por finalidade a história dos primeiros habitantes do Brasil que viveram no Parque Nacional Serra da Capivara, no estado do Piauí, Brasil. O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado na região Sudeste do Piauí, abrangendo os municípios de Coronel José Dias, Brejo do Piauí, São Raimundo Nonato e João Costa, assim, compreendendo a área de aproximadamente de 130.000

---

<sup>277</sup> Professor-artista-pesquisador licenciado em Teatro pela Universidade Federal de Pelotas/BR com mobilidade acadêmica no curso Estudos Artísticos da Universidade de Coimbra/PT. Atualmente cursa especialização em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB).

<sup>278</sup> Professor de História da secretária de estado de educação do Piauí. E-mail: gfrechiani@hotmail.com



hectares. O Parque Nacional Serra da Capivara é uma unidade de conservação integral, protegido por leis federais e possuindo uma grande diversidade de registros arqueológicos e paleontológicos no local, incluindo a arte rupestre, classificada em três tradições de pinturas: Nordeste, Agreste e Geométrica. As pesquisas científicas realizadas na região apresentaram resultados importantes na construção do conhecimento da arqueologia pré-histórica brasileira, atualmente estão catalogados 1.335 sítios arqueológicos no local, onde há 184 sítios com vestígios cerâmicos, 946 sítios de pinturas rupestres, 206 sítios de pinturas e gravuras, e 80 sítios de gravuras. Os vestígios paleontológicos são também um segmento relevante das investigações científicas no local, já foram encontrados mais 7.000 fósseis e identificadas mais 60 espécies de animais, na qual 30 espécimes já são considerados extintos.

## **CARÊNCIAS DO ENSINO DE HISTÓRIA NO NOVO ENSINO MÉDIO**

Gabriel Pereira Cunha<sup>279</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo principal refletir a metodologia do ensino aprendizagem de História no Ensino Médio à luz da nova modalidade de ensino Médio implantado em 2017. A metodologia a ser utilizada é a revisão literária em textos consagrados da literatura da área pesquisada. Desta forma, analisamos o contexto educacional a que nossa educação está inserida: muitas lacunas de aprendizagem referentes aos ensino desta Disciplina. Ainda vivemos numa conjunção eurocentrista, que oportuniza e enfatiza momentos vinculados a certas personalidades e localidades em detrimento a outras. Uma desfragmentação num olhar historicista se faz necessária a fim de contribuir com o processo ensino e aprendizagem, pois propicia ao educando uma aprendizagem significativa, promovendo suas capacidades psíquicas, a socialização do saber sistematizado, promovendo a promoção humana, alterando seus comportamentos para se colocarem conscientemente no âmbito social. Neste sentido, despertar a real finalidade e usabilidade da História é meta, pois, sem este despertar jamais se conseguirá formar cidadãos que sejam críticos e que leve a descobertas significativas e transformadoras, geradora de uma sociedade com consciência histórica onde os educando buscam constantemente novos conhecimentos.

**Palavras-Chave:** Metodologia, Eurocentrista, Historicista, Descobertas, Consciência.

## **TIRADENTES E A INCONFIDÊNCIA MINEIRA**

Gerson de Jesus Monteiro Junior<sup>280</sup>

**RESUMO:** Muito se fala de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, nascido em 1746 que trabalhou no minério foi dentista, ativista político brasileiro e militar da capitania de Minas Gerais e Rio de Janeiro, homem que lutou pela independência do Brasil a Inconfidência tinha como objetivo desmembrar o Brasil da coroa portuguesa, defendia uma ideia separatista da monarquia portuguesa a criação de uma República federativa. Sonho este que foi alcançado apenas 30 anos após sua morte. A quem diga que tudo foi uma forma de criar um herói, e que Tiradentes teria sobrevivido e que fora morto um ladrão condenado em seu lugar. Segundo Ballarotti (2009), ele teria

---

<sup>279</sup> Professor de Arte e História nível Técnico e Médio do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo Paula Souza nas ETECs Professor Milton Gazzetti e Professora Nair Luccas Ribeiro, Brasil. E-mail: gabriel.cunha52@etec.sp.gov.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8565935000103346>.

<sup>280</sup> Policial Militar do Paraná, especialista em segurança Pública(Faculeste) acadêmico de História (UCA).

embarcado para Lisboa e que na assembleia nacional francesa de 1793, uma no após sua morte, teria sido verificado uma assinatura em nome de Joaquim José da Silva Xavier, e que após perícia grafotécnica foi constatado que seria a assinatura de Tiradentes, como militar tinha o posto de alferes equivalente a um tenente hoje, comandava um destacamento, ou seja exercia uma função de liderança, após sair da cavalaria Tiradentes morou no rio de janeiro e trabalhou nós projetos de canalização dos rios Maracanã e Andaraí, mas como não obteve autorização para realização das obras, fato este que aumentou sua revolta contra o domínio português. Foi julgado e enforcado publicamente aos 45 anos, para que se fizesse dele um exemplo e amedrontasse seus aliados na inconfidência mineira, e o dia de sua morte é feriado nacional. Hoje Tiradentes é o patrono das polícias civis e militares, e teve seu nome escrito no livro dos heróis da pátria no dia 21 de abril de 1992.

## **APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA SALA DE AULA: EXPERIÊNCIAS DIDÁTICAS NA TURMA DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Gleiciane Tavares de Oliveira<sup>281</sup> Everaldo da Silva Cardoso<sup>282</sup>

**Resumo** : Este trabalho intitulado “Aplicabilidade da Lei 10.639/03 na sala de aula: experiências didáticas na turma do 5º ano do ensino fundamental, decorreu a partir do seguinte questionamento como está ocorrendo o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira no espaço escolar, refletindo questões tais como a valorização, identidade. O interesse decorreu a partir do período e estágio do curso de História. O tema proposto vem com esse viés de viajarmos pelos caminhos da história da África presente na cultura, plasticidade, arte entre outros. Com objetivo geral debater as contribuições da referida Lei e sua inserção no contexto escolar. A pesquisa busca ainda identificar como está se consolidando essa temática no espaço da sala na prática pedagógica do professor. O aporte teórico está fundamentado em autores como Kabengelê Munanga (2012) Marina Melo e Souza (2014) Vilma Coelho (2012), além da própria Lei 10.639, de 2003 que passou incluir no currículo oficial da rede a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira. A metodologia do estudo se deu por meio de levantamentos bibliográficos logo em seguida decorrente da pesquisa de campo realizada em uma escola do município de Abaetetuba com aplicação de duas propostas didáticas interdisciplinares. Com os resultados obtidos com as atividades desenvolvidas na turma do 5º ano, foi possível constatar que os alunos trouxeram em suas produções essa construção da valorização sobre a história afrodescendente, dando maior visibilidade para a plasticidade africana. Percebeu-se essa produção nas releituras de imagem, ilustração de poesia, a construção de um olhar diferente não só mais como são apresentados pelos livros, mídias, mas realmente construíram-se ali interpretações subjetivas de cada um de perceber a valorização desses estudos que de fato valorize esse ensino da cultura afro-brasileira. Consideramos que conteúdos referentes a historicidade africana, deve prevalecer nos espaços escolares envolvendo questões que dizem respeito à lei, a identidade étnica, a contribuição desses povos, abordando a discursão da temática e criando alicerces entre os professores da escola na

---

<sup>281</sup> Licenciada em Artes Visuais e História/ UFPA/Universidade Federal do Pará. Aluna do programa de Pós graduação em Linguagem, Cultura e Formação Docente/UFRA. Email: [gleicciane0310@hotmail.com](mailto:gleicciane0310@hotmail.com) Credenciais:

<sup>282</sup> Licenciado em História pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia/FAM. Email: [everaldo2019@hotmail.com](mailto:everaldo2019@hotmail.com)

construção de uma prática pedagógica que disponha de eixos norteadores envolvendo todas as disciplinas no que se refere ao ensino da História e Cultura africana no âmbito da sala de aula.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/2003; Cultura africana; Valorização; Experiências didáticas

## A ESTÉTICA DA MÚSICA EM ARTHUR SCHOPENHAUER

Gustavo Henrique Apoloni Aguera<sup>283</sup>

**RESUMO:** O objetivo de nosso trabalho é o de mostrar, na filosofia de Arthur Schopenhauer, que a Vontade, apresentada como cega irracional, pode vir a ser superada pela estética e, de maneira mais precisa, pela arte. Assim, buscamos definir nosso trabalho em quatro capítulos para uma melhor organização e estrutura sistemática. Desse modo, no primeiro capítulo buscamos realizar um estudo biográfico, onde, partindo das influências de Schopenhauer, apresentando quais aspectos filosóficos foram essenciais para a elaboração da filosofia schopenhaueriana que, a princípio, teve influências de Platão, Berkeley e Kant. No segundo capítulo apresentamos a crítica kantiana de Schopenhauer e a sua forma de classificar o mundo como sendo “representação” e, assim, conceituaremos as representações intuitivas e, ao fim, chamamos a coisa em si como sendo, segundo Schopenhauer, a própria Vontade. No terceiro capítulo, nosso escopo foi mostrar o mundo como Vontade e, para isso, percorremos as diferentes naturezas (inorgânicas, vegetal e animal) até chegar na natureza onde a Vontade melhor se expressa, ou seja, no homem. Posteriormente, mostramos o conceito de Ideia na filosofia de Schopenhauer, pois, para ele, a Ideia é a objetividade mais adequada da Vontade e é apenas expressa no homem pela figura do gênio. A estética da Vontade é o tema de nosso último capítulo e nele abordamos, com maiores detalhes, as artes como uma ferramenta de suspensão da ação da Vontade na vida do homem, assim mostramos a arte como superação, a hierarquia das artes, estabelecida pelo próprio filósofo, e, por fim, a apresentação da mais bela e perfeita arte, a música. Por fim, esperamos que este trabalho possa instigar o leitor a buscar a arte como um refúgio, sendo um remédio contra o sofrimento e a dor.

**Palavras-chave:** Arte, Estética, Música, Schopenhauer, Vontade.

## ANÁLISES DAS LEIS PORTUÁRIAS BRASILEIRAS: DAS ORDENAÇÕES A LEI Nº 12.815/2013

Gracineide

Maria

de

Sousa<sup>284</sup>

**Resumo:** Diante do processo de modernização que o cenário nacional vivenciou a partir da década de 1980, e a relevância das Leis de Modernização dos portos – 8.630/93 e 12.825/2013. A proposta do trabalho é o de escrutinar a partir das perspectivas envolvidas no debate político-acadêmico, e as Leis que regimentaram os trabalhos e as políticas na área portuária. Logo o objetivo desse trabalho é o de analisar as Leis promulgadas com finalidade determinar as diretrizes que envolvem os trabalhadores, as estruturas e as políticas instauradas nos portos brasileiros. Como

---

<sup>283</sup> Bacharel em Filosofia (PUCPR), História (UEM) e graduando em Teologia (PUCPR)

<sup>284</sup> Doutoranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal Espírito Santo; Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal Espírito Santo, com a pesquisa “Os Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA’S) e os Impactos socioeconômicos da Lei Nº 8.630/93 de Modernização dos Portos”; Especialização em Gestão de Empresa pela FIJ Faculdade Integrada de Jacarepaguá – Rio de Janeiro; Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de EJA, pelo Instituto Federal do Espírito Santo – IFES; Educação Especial, pelo Instituto Superior de Educação Afonso Cláudio; Licenciada em História (2008-2012). Bacharela em História (2008-2013) e Arquivologia (2000 – 2003) ambas graduações pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Membro do Grupo de Pesquisa CNPq-UFES “Laboratório de Estudos Regionais do Espírito Santo e Conexões Atlânticas” (LACES-UFES.)

metodologia do trabalho, pretende-se utilizar a história do tempo presente, visto que é bem pertinente ao tema escolhido. Dessa maneira, pretende-se averiguar desde as primeiras Leis até a Lei em vigência. Como referencial teórico, serão utilizados trabalhos acerca do assunto, bem como e as Leis portuárias, que deverão ser analisadas e confrontadas com a Lei em vigência – Lei 12.815/2013, Nova Lei de Modernização dos Portos.

### **JORNALISMO COMUNITÁRIO E OS MOVIMENTOS DE BAIROS NOS ANOS 1980: O CASO DO JORNAL O GRITO DO BAIRRO SÃO PEDRO, VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO.**

Igor Vitorino da Silva<sup>285</sup>

**Resumo:** Nessa palestra discutiremos os projetos políticos e sociais que se revelam no processo de produção do jornal O Grito, do bairro São Pedro, em Vitória, Espírito Santo. Apontamos que, para além dos ideais do jornalismo comunitário compartilhados nos debates sobre as estratégias de comunicação popular num contexto de mobilizações sociais e políticas nos 1980, percebe-se, por meio das análises discursiva e de conteúdo, os projetos políticos e o imaginário social dos produtores dos jornais, tais como Graça Andretta. Dessa forma, os jornais transformam em testemunhos não apenas as estratégias de mobilizações sociais, mas as diferentes trajetórias de vidas que se colocavam como mediadores sociais, assim como das suas alianças sociais e articulações políticas, que se colocavam na esfera pública em nome da transformação social e da afirmação da justiça social.

### **DIFICULDADES E NEGAÇÕES AO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO EM PLENO SÉCULO XXI.**

João Faustino Andrade Junior<sup>286</sup>

**RESUMO:** O presente resumo apresenta uma reflexão sobre Dificuldades e Negações ao Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no sistema educacional brasileiro no século XXI, em meados do século XVIII a educação passou por mudanças sistemáticas, onde a religiosidade aplicada no ensino, pelos jesuítas não convinha mais aos interesses daquela época. Na história do Brasil, passamos por mãos de obra escravizada indígena e africana, em paralelo citamos a história da educação onde saímos do tradicionalismo educacional até chegarmos a pós-modernidade na qual deveria existir a laicidade da educação. Diante da diáspora, a influência da religiosidade e a discriminação em função da desvalorização da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ainda é muito forte, desfavorecendo o estado

---

<sup>285</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005). Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (2018). Tem experiência na área de História, com destaque em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: política pública planejamento urbano, história do Espírito Santo e história da imprensa.

<sup>286</sup> Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Dom Pedro II. Licenciando em História pela Faculdade Estácio de Sá. Especialista em Gestão de Pessoas com Ênfase em Psicologia Organizacional pela Faculdade da Cidade. Especialista em Historiografia Brasileira pela Faculdade de Ciências da Bahia. e-mail: jfandradejr@hotmail.com

laico, o seu ensino proposto pela escola deve ser pautado no Construtivismo de modo que o aluno tenha liberdade para se expressar individualmente em uma perspectiva social, com vistas a entender a construção do aprendizado dentro do ambiente educacional valorizando o respeito da cultura em todas as vertentes. Para isso, se faz necessário um maior desenvolvimento da temática do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em suas práticas pedagógicas educacionais no Brasil, não se apegando apenas a uma disciplina contida no currículo do ensino fundamental, e sim, presente em conteúdos e metodologias, nas diferentes disciplinas constitutivas do currículo escolar auxiliando o desenvolvimento dos alunos de forma ampla, em suas potencialidades no que diz respeito à questão da cultura afro-brasileira. Sendo assim, é significativa a concepção afirmada, em apresentar a laicidade educacional como vivência plena, pois os sentidos que empregamos ao desenvolver o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana deve-se ser o mais lúdico possível.

### **RECORRÊNCIA DE RIMAS NO SAMBA ENREDO BRASILEIRO ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 2010**

João Gabriel Costa de França Souza

**Resumo:** O carnaval, marco cultural e identitário brasileiro, apresenta anualmente, como uma de suas mais expressivas manifestações, os desfiles das escolas de samba. Tais apresentações são musicalmente marcadas pelo samba enredo, gênero próprio ligado à realização dos cortejos. O presente estudo objetiva o avanço da concepção da evolução do samba enredo enquanto gênero musical, através da análise histórica da recorrência de rimas em suas letras. Dessa maneira, discografias de diferentes cidades brasileiras, que apresentam desfiles de escolas de samba, foram elencadas e analisadas. A subdivisão dá-se em décadas, por ser a maneira que usualmente se separam as tendências poéticas e melódicas do gênero. Não há exclusividade inerente ao eixo Rio-São Paulo, uma vez que carnavais menores são também contemplados pela análise. Até o presente momento foram analisadas as obras relativas ao Grupo Especial das escolas de samba do Rio de Janeiro entre as décadas de 1970 e 2010, com interessantes resultados. Notou-se claro crescimento linear da utilização das rimas como recursos poéticos. Rimas pobres apresentaram 39,13% de crescimento, ao passo que rimas ricas apresentaram crescimento de 140%. No panorama geral, o aumento da recorrência das rimas foi de 64,7%. Tais dados não podem, de nenhuma maneira, conectarem-se a elementos de qualidade das obras, uma vez que a maior quantidade de rimas não pode ser traduzida como benéfica às composições na totalidade dos casos. Dessa maneira, o que observa-se é a utilização de tal recurso como acessório catalisador das composições, revelando ser tal prática decorrente da pasteurização enfrentada pelo gênero nas últimas décadas. Para uma conclusão geral, deve-se prosseguir as análises em outras cidades e, também, em diferentes grupos, para a verificação, ou não, da repetição dos padrões.

### **REFLEXÕES A PARTIR DA HISTÓRIA AMBIENTAL: O CANAL DO VARADOURO E A TRAVESSIA ENTRE OS ESTADOS DO PARANÁ E SÃO PAULO**

**Resumo:** Em meio ao maior contínuo da pequena parcela que restou da Mata Atlântica é que está localizado o Canal do Varadouro, um canal artificial que separa a Ilha do Superagui do continente, pertencendo ao município de Guaraqueçaba/PR. Atualmente, o interesse na localidade se concentra na qualidade ambiental e na oportunidade para projetos de ecoturismo. Em contrapartida, pode existir tensões em relação a esses interesses, pela fragilidade ambiental dos territórios tradicionais que estão em seu entorno. Portanto, com a finalidade de compreender a motivação para a sua construção e alguns impactos do acesso entre os estados do Paraná e São Paulo, realizou-se uma pesquisa exploratória com dados secundários. Consultou-se os jornais “O Dia” e “Diário do Paraná” da Biblioteca Nacional Digital, um documentário e bibliografia acerca do tema. Como resultados, verificou-se que a construção do Canal, remonta ao início do século XIX. As primeiras defesas de sua construção são datadas de 1804 e apontam para o interesse em facilitar o acesso entre a Vila de Paranaguá e a Baía de Cananéia. Além da extensa negociação acerca da elaboração de projeto e orçamento para as obras, no início do século XX, as notícias também reportam o interesse em facilitar o acesso das produções agrícolas do Vale do Ribeira paulista e dos fiéis à tradicional Festividade Religiosa do Bom Jesus de Iguape, que ocorre até hoje. Apesar da construção se dar na década de 1950, é a partir de 1960, que se fala sobre o alargamento em vinte e cinco metros e aprofundamento em dois metros do Canal de seis quilômetros de extensão, que possibilitaram a ligação fluvial entre Iguape e Paranaguá, através do Mar Pequeno. Atualmente, pesquisas apontam que moradores da Vila do Arapira e da Enseada da Baleia, reivindicam o reconhecimento dos impactos ambientais dessa obra em suas comunidades.

## "AS MULHERES NO PATRIARCADO BRASILEIRO. UMA ABORDAGEM SOBRE AS MULHERES NO BRASIL COLÔNIA"

Kellen Jacobsen Follador<sup>289</sup>

**Resumo:** Por muitos séculos as mulheres ficaram em segundo plano quando o assunto se relacionava à história e feitos da humanidade. Trancafiadas em castelos, palácios ou simples moradias as mulheres não tinham vez na história escrita pelos homens, visto que, somente o espaço público, destinado aos homens, possuía importância. Era nesse espaço público que ocorriam os grandes acontecimentos da humanidade, onde seus orquestradores eram homens na quase totalidade. Ao longo

---

<sup>287</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de Epistemologia Ambiental. Bolsista CAPES. Email: [julianagreco82@gmail.com](mailto:julianagreco82@gmail.com).

<sup>288</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR, na linha de Socioeconomia e Saberes Locais. Bolsista CAPES. Email: [ana.viafla@gmail.com](mailto:ana.viafla@gmail.com).

<sup>289</sup> Pesquisadora Colaboradora no Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (2018), Doutora (2016), Mestre (2009) e Licenciada (2007) em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Foi pesquisadora visitante no Consejo Superior de Investigaciones Científicas de España (2013; 2015), na Universidad Complutense de Madrid (2013) e na Universidad Nacional de Educación a Distancia de España (2015). É membro do Laboratório de Estudos Medievais (LEME) e do Laboratório de Estudos Tardo-Antigos e Medievais Ibéricos/Sefardis (LETAMIS). Desenvolve pesquisas na área de História, com ênfase em História Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: História Ibérica Medieval; História Judaica Medieval; Antijudaísmo; Grupos marginalizados no medievo; Inquisição castelhana e criptojudaísmo no século XV.



da história, a imagem do feminino esteve ligada a ambiguidades. Os homens, aqueles a quem cabiam os relatos à posteridade, expressavam seus sentimentos e opiniões de forma dupla, ora demonstrando amor e admiração às mulheres, ora demonstrando ódio e repulsa. Para as sociedades cristãs, havia dois papéis impostos às mulheres: o de Eva, que servia para depreciar a imagem da mulher; e o de Maria, santa mãe zelosa e obediente, que deveria ser alcançado por toda mulher honrada. As mulheres desviantes eram julgadas e culpabilizadas pela sociedade na qual viviam simplesmente por não quererem ou não poderem se encaixar no molde mariano. Quanto ao Brasil, desde o período colonial a exigência de submissão, recato e docilidade foi imposta às mulheres. Essas exigências levavam à formação de um estereótipo que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, e, sendo sempre totalmente submissa a ele. Infelizmente, uma parcela da população brasileira ainda acredita que esse é um perfil ao qual as mulheres devem se moldar. Nesse sentido, conhecer o passado e as lutas enfrentadas pelas mulheres em busca de igualdade e isonomia é de grande valia para compreendermos que essa deve ser uma luta de todos, mulheres e homens do século XXI.

### **“ESSA MANIA DE GRANDEZA É BEM COISA DE BRANCO”:** A INVISIBILIDADE HISTÓRICA DO NEGRO NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE A PARTIR DE UMA AÇÃO EDUCATIVA COM O MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO.

Leo Francisco Siqueira de Moraes<sup>290</sup>

**Resumo:** O presente trabalho aborda uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes dos ensinos fundamental e médio no Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, na disciplina de Estágio de Educação Patrimonial do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo da atividade foi romper com o padrão ocidental de instituição museal, propondo uma abordagem descolonizada do patrimônio cultural afro-brasileiro na educação patrimonial. Para tanto, realizou-se um trabalho prévio de apresentação da proposta do Museu e uma saída de campo que culminou em ricos registros de impressões por parte dos estudantes. As discussões com os alunos proporcionadas pela atividade evidenciaram a invisibilidade da presença da história negra no Centro Histórico da cidade, assim como se percebeu que os monumentos e registros históricos que compõem a paisagem urbana central remetem às narrativas históricas brancas hegemônicas. A atividade permitiu problematizar o conceito de museu como um lugar distante e pouco interativo, propondo uma releitura da história da região central de Porto Alegre pela perspectiva da população negra de forma dinâmica e lúdica.

**Palavras-chave:** Porto Alegre; territórios negros; educação patrimonial; patrimônio cultural afro-brasileiro

### **JORNADA LITERÁRIA 2015: HISTÓRIA DE MULHERES NA ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE ITAMAR FRANCO**

Luciana Aquino dos Santos Dias<sup>291</sup>

---

<sup>290</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>291</sup> Mini currículo: Professora com graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Pós-graduada em educação, também pela UFMG. [luciana.aquino@edu.pbh.gov.br](mailto:luciana.aquino@edu.pbh.gov.br). Trabalho apresentado ao programa de pós-graduação em gênero e diversidade na escola da Universidade Federal de Minas Gerais, como



**Resumo:** Esta monografia tem por objetivo analisar os textos do ensino fundamental da Escola Municipal Presidente Itamar Franco produzidos para a Jornada Literária – História de Mulheres, realizada no ano de 2015. Por meio da análise de conteúdo busca-se identificar e compreender a visão ou a imagem da mulher e do feminino que é apresentada nos textos, uma vez que no processo de realização da Jornada foram realizados diversos debates e discussões sobre o tema, visando estimular e favorecer a elaboração dos mesmos. A partir do referencial teórico adotado compreende-se que o binarismo, centrado nas definições de gênero e sua determinação sobre as concepções sobre sexualidade e heteronormatividade, determina e reproduz uma visão sobre o feminino e a mulher bastante restritiva.

**Palavras-chave:** Escola. Heteronormatividade. Relações de gênero.

## **REVOLTA MALÊ: ESTRUTURAS E ARTICULAÇÕES**

Luciana Jesus de Souza<sup>292</sup>

**RESUMO:** Em 25 de janeiro de 2021, são completados 186 anos da Revolta Malê. Analisando as ações desenvolvida por negros de maioria mulçumana, com aspectos sociais, político e cultural atuando no seio da sociedade baiana do século XIX. Tal conflito ocorrido, em um momento instável da política brasileira e aguçado, tanto pela Independência em 1822 quanto pelo Período Regencial. Durante a primeira metade do século XIX, os escravos na Bahia ficaram conhecidos em todo o país por revoltas e conspirações que promoviam, separadas ou combinadas, sejam elas efetuadas em engenhos isolados ou em regiões mais urbanizadas. Alguns notam semelhanças com a insurreição de São Domingos (1791), hoje Haiti, e a vitória destes negros na Ilha do Caribe, causa nos senhores de escravos, um clima de instabilidade. É necessário ressaltar, que falamos de Bahia, delimitamos uma região de grande relevância e estrutura econômica, pois a geografia do Recôncavo Baiano, estende-se a localidade que circunda a Baía de Todos os Santos. São os escravos, sejam das terras férteis que propiciam o cultivo do fumo, muito usado no comércio de escravos e da monocultura da cana-de-açúcar, e onde tem engenho, existem também as “engrenagens” da produção açucareira, elas são oriundas de braços escravos, “sendo uma esmagadora presença de 65% de escravos de origem africana” Reis; Silva (1989), seja o negro boçal que é exemplo de escravo nascido na África, sendo cativo recém-chegado no país; ou o crioulo que já é o escravo negro nascido no Brasil, como esclarece Mattoso (1982). Uma parcela negra dos atores principais deste enredo na História, composto por homens e mulheres, grande parte de religião muçulmana e que tinham objetivos comuns e características peculiares, na tentativa de sobreviverem de forma mais inclusiva (ou independente), no seio da sociedade escravista baiana do período.

**Palavra-Chave:** Recôncavo Baiano. Negro Haussá. Afrodiáspora. Revoltas.

## **O ESTADO NOVO DA ERA VARGAS (1937-1954): UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

---

requisito para a obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado Tutora: Sara Deolinda Pimenta

<sup>292</sup>Mestranda em Novas Tecnologias Digitais na Educação pela Unicarioca, Graduada em Pedagogia pela UNIRIO e em História pela UNISUAM; Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela UCAM. Contato: docluhistoria@gmail.com

**Resumo:** INTRODUÇÃO: Este trabalho contextualiza o Estado Novo, do governo de Getúlio Vargas, presidente da República do Brasil de 1930 a 1954. Sua gestão é dividida em fases distintas, com ênfase democrática, em seguida sendo a tomada do poder em 1937, tornando-se ditadura, conhecida também como Terceira República, que perdurou até 1945, quando foi deposto. OBJETIVOS: (1) Considerar os cenários (a) político, (b) social, (c) econômico e (d) cultural do Brasil no período; (2) Entender o impacto das ações de Vargas para o Brasil durante seu governo; (3) Compreender a importância da história e os eventos que contribuíram para o fim da Era Vargas. METODOLOGIA: Foi utilizado o método da revisão de literatura. O referencial é composto por fontes secundárias de diversos autores. DISCUSSÃO: Dentre os eventos que caracterizaram o período, destacam-se: O surgimento de Vargas, em 1930; a Revolução Constitucionalista de 1932; o Governo Constitucional de 1934-1937; as políticas que contribuíram para o golpe do Estado Novo; a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial; a Propaganda política do Ministério do Trabalho associada com o Departamento de Imprensa e Propaganda, com ênfase sobre o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho; o Movimento Queremista; a oposição à Vargas ao fim do Estado Novo, enfatizando a União Democrática Nacional (UDN), partido composto pelos opositores de Vargas e que propuseram seu afastamento da presidência da República; e a sua deposição em 29 de outubro de 1945. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O governo de Vargas apresentou pontos positivos e negativos para o país. Na economia, fez grandes progressos com o incentivo e desenvolvimento industrial, investimentos e infraestrutura. Os trabalhadores também foram beneficiados com leis trabalhistas, garantindo direitos. O voto era secreto e as mulheres tiveram o direito de participar. Na política, significou a falta de democracia, com censura e aplicação de um regime de caráter populista.

## **O JORNALISMO E A NAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DE CIPRIANO BARATA NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA**

Luiz Carlos Ferraz Manini

**Resumo:** A aproximação do bicentenário da independência do Brasil faz com que muitos olhos se voltem aos estudos deste que é um dos eventos políticos primordiais da história do país. Entretanto, para além do ocorrido nas margens do Ipiranga em Setembro de 1822, é fundamental lembrar que a libertação desenvolveu-se em um processo que abarcava, para além da declaração formal de emancipação, também a construção do Estado brasileiro e da nação por ele governada. Neste sentido, um elemento de importância para as discussões a respeito de como o Estado deveria ser, e qual a concepção de nação que se deveria estabelecer, foi o papel desempenhado pelos jornalistas, cuja atuação se tornou significativa após a queda da censura à imprensa, no ano de 1821. Entre os diversos redatores que tomaram lugar nesta discussão, Cipriano Barata (1763 – 1838) ocupa uma posição de destaque, em virtude de sua combatividade e das críticas que dirigiu ao governo de D. Pedro I. Nascido na Bahia, Barata destacou-se como jornalista em Pernambuco, onde escreveu seu jornal Sentinela da Liberdade, cujas ideias repercutiram em todo o país, como mostra o nascimento de jornais com o mesmo título em outras regiões. Partindo de uma

---

<sup>293</sup> Graduado em Teologia, Centro Universitário Adventista de São Paulo - Campus Engenheiro Coelho; Graduado em Administração. Faculdade Padre João Bagozzi, Curitiba-PR. E-mail: lu.srojo@gmail.com

concepção cívica de nação, que entendia esta enquanto a união de cidadãos sob a proteção e o respeito a um mesmo conjunto de leis, Cipriano Barata foi ardoroso defensor das ideias liberais, chegando mesmo a colocar-se, em fase mais adiantada de seu jornal, contra a escravidão no país, ainda na década de 1830. Por sua postura veemente, foi preso diversas vezes, mas nunca se calou perante os abusos do governo, deixando importante legado de defesa da liberdade de imprensa e de expressões de ideias.

## **O EUROCENTRISMO E A CIDADE MODERNA: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS - MA**

Maria das Graças do Nascimento Prazeres<sup>294</sup>

**Resumo:** O presente trabalho visa discutir a modernização da cidade de São Luís – MA a partir das teorias pós-coloniais que se constituíram numa tentativa de superar o eurocentrismo na interpretação do advento da modernidade e da singularidade das formações sociais na América Latina. Para tanto, se fundamenta teoricamente em MIGNOLO (2005) e QUIJANO (2005), além da pesquisa hemerográfica, na qual se tenta perceber o discurso eurocêntrico nas transformações urbanas que a cidade sofreu na tentativa de incorporar o modelo europeu. Pertencente a esse projeto de modernização, a reorganização do espaço urbano era prioridade à medida que a urbe se apresentava como termômetro do grau de “civilidade” e “progresso” de uma determinada nação. Assim, as autoridades públicas estimuladas por uma elite local desejosa dos ares europeus e endossadas por um discurso médico-higienista vão promover alterações urbanísticas significativas, embora limitadas pela questão financeira. Foi assim que a São Luís de início do século XX se viu diante de alargamento de ruas; demolições pontuais de prédios ou edificações que atrapalhavam o “progresso”; construções e reforma de alguns logradouros no perímetro central como praças, fontes públicas, estações ferroviárias, etc; surgimento de bairros mais distantes do centro estendendo o diâmetro urbano em direção à periferia. No entanto, é, sobretudo, com os “melhoramentos” dos serviços públicos que as elites conseguem ampliar o discurso do “progresso” induzido pelo pensamento eurocêntrico, uma vez que os mesmos não representavam apenas o progresso material com a evolução técnica dos equipamentos, mas também construía o imaginário de uma sociedade “civilizada” que sabia se portar no espaço público. As práticas sociais das camadas mais populares representavam um entrave a esse ideal e, para tanto, o homem branco cristão deveria fazer sua “missão civilizadora” de disciplinar os corpos através de regimentos de condutas e posturas e, quando necessário, subjugar-los ao silenciamento das periferias urbanas. Portanto, se entende que São Luís tentou seguir o modelo imposto pelas grandes metrópoles europeias numa tentativa de atingir o progresso e a civilização defendidos pelo colonialismo europeu. Além de todas essas transformações, os melhoramentos dos serviços urbanos de saneamento básico, de iluminação pública por eletricidade e de transporte público foram essenciais para legitimar o discurso colonizado que tanto pregava o progresso material da cidade.

---

<sup>294</sup> Doutoranda desenvolvendo a pesquisa “Saindo dos trilhos: A retirada dos bondes elétricos na década de 1960 em São Luís – MA” pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Endereço Eletrônico: [graceprazeres@yahoo.com.br](mailto:graceprazeres@yahoo.com.br)

## **Ditadura e Comissão da verdade: a memória como reparação**

Marcelo Hansen Schlachta<sup>295</sup>

**RESUMO:** Este trabalho consiste em uma análise das atividades desenvolvidas e dos relatórios finais da CEV-PR, de modo mais direto aqueles que tangenciam ao Oeste do Paraná, tendo por foco principal as condições de produção e os usos dos depoimentos prestados na Audiência Pública de Cascavel-PR. Ao perscrutar estas narrativas, adentramos em percepções ligadas às trajetórias de vida narradas nas entrevistas de História Oral dos entrevistados, relacionando-as com suas experiências durante a ditadura civil-militar brasileira. Deste modo, almejamos a compreensão de como relações entre passado, presente e futuro aparecem nas narrativas presentes nos depoimentos e nas entrevistas, como estas memórias são trabalhadas pela CEV, como o ambiente de construção dos testemunhos influencia na construção dos relatos etc. Para tanto, promovemos uma discussão sobre memória e narrativa, as diferenças no uso de depoimentos e da História Oral, o uso de testemunhos de segunda geração, bem como uma história social da memória, analisando a construção das narrativas produzidas por um mesmo sujeito ao longo de diferentes momentos de sua vida.

## **MEMORIA E IDENTIDADES DOS FIES DA ASSEMBLEIA DE DEUS EM RELAÇÃO AO URBANO E O CAMPO**

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa<sup>296</sup>

**Resumo:** Há inúmeras características comuns entre o fiel da assembleia de Deus e a herança rural no Brasil, este artigo pretende tecer certas considerações sobre a influência dos valores rurais brasileiros na constituição da matriz cultural dos fiéis da Assembleia de Deus. Ao passar do rural para o urbano a mensagem tinha de ser única e o visual também, era um modo de se adaptar a modernidade. Nesse redemoinho de transformações intensas e permanentes, a religião pentecostal entra em cena como estratégia de solução e significação da passagem, determinando os limites dentro do grande espaço sem limites, restabelecendo os laços de proximidade, compondo sentidos gerais e resistindo ou negociando com o novo. O meio rural em crise dá lugar a migração urbana que dá novo significado a todos que mudam nesse ambiente, o pentecostal vai ser afetado *sui generis* nessa mudança. As massas rurais migradas às periferias urbanas passaram por crises em suas compreensões de mundo, formas de sobrevivência, quebra dos sonhos e os abalos emocionais deixaram (deixam) os indivíduos anônimos em busca de estabilidade referencial. As balizas simbólicas das origens interioranas não mais respondem à nova situação emergente da metrópole

---

<sup>295</sup>Doutor em História Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2019). Mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2008). Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2004). Foi professor em várias Faculdades e Pré-Vestibulares em todo o Estado do Paraná. Atualmente é professor de História e Coordenador de Pesquisa e Extensão no IFPR - Instituto Federal do Paraná. Tem experiência na área de História, com ênfase em Sociologia e Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: Identidades e Práticas Culturais, Imaginário Social e Religioso, Igreja Católica, Ditadura Militar, Comissão da Verdade, Cultura Política, entre outros. Professor em pós-graduações em Cascavel e região.

<sup>296</sup> Antropólogo - UNESP-, Advogado - ITE, licenciado em história – FACOL, mestre em filosofia pela UNESP, doutorando em educação, arte e história da cultura na Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor e coordenador do curso de direito da FACOL. Bolsista PROSUP/MACK.

caótica. As crenças e significados trazidos em seu imaginário não transmitem referenciais condizentes aos riscos de identidade e sobrevivência do indivíduo e coletividade. É dentro desta erosão humana, em território estranho que o indivíduo que trouxe em si uma bagagem de crença vai recorrer ao socorro das forças sobrenaturais na esperança de alternativas ao túnel do caos amedrontante. Na instabilidade humana e social, o perfil cristão diferenciado da igreja pentecostal com sua agregação solidária será a âncora, perante a avalanche de quebra de referenciais à existência do indivíduo e formam a identidade do fiel assembleiano de forma única. **Palavras chaves:** pentecostalismo, cultura, história da religião, sociologia, antropologia da religião.

### **MULHERES MILITANTES: NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR BRASILEIRA NO RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE** Pâmela Tainá Wink da Luz<sup>297</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa buscou analisar a participação de mulheres na resistência à ditadura militar brasileira. Para tanto, realizei uma análise qualitativa de narrativas e depoimentos de mulheres militantes sobre resistência encontradas dentro do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, onde foram mapeados e analisados 110 relatos, além destes relatos estão presentes também no relatório as histórias de 51 mulheres desaparecidas ou mortas, que através de investigações da Comissão e de outros órgãos competentes tiveram suas histórias reveladas. Conceitualmente fundamento-me nos conceitos, história das mulheres, ditadura e resistência. Conclui-se que a participação de mulheres na resistência à ditadura, apesar de comumente invisibilizada na historiografia, estimulou não apenas a derrocada da ditadura como também a entrada da mulher na vida política brasileira.

**Palavras Chave:** Memória. Resistência. Clandestinidade. História das Mulheres.

### **A ÁFRICA NAS SALAS DE AULA DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A DEFASAGEM NO CUMPRIMENTO DA LEI 10.639/03 A PARTIR DOS CONTEÚDOS DOS LIVROS DIDÁTICOS SOBRE ÁFRICA VEÍCULADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

Paula Roberta Libanori Haenisch<sup>298</sup>

**Resumo:** O ano de 2003 foi marcado pela publicação da Lei 10.639/03 que alterou uma lei anterior, a Lei 9.394/96, estabelecendo a inclusão obrigatória da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira' nas redes de ensino básico, tanto particulares, como públicas de nosso país. Todavia, a aprovação da lei por si só gerou inúmeras resistências de educadores que se viram despreparados diante das novas atribuições legislativas que lhes representava um verdadeiro desafio. As dificuldades dos profissionais da Educação Básica no Brasil podem ser analisadas a partir de diversos enfoques: há aqueles que por resistências pessoais não desejam e nem se esforçam para se enquadrar na lei e cumpri-la e há aqueles que, mesmo disposto a fazer valer a lei, não encontraram embasamento teórico mínimo para promover uma educação

---

<sup>297</sup> Licenciada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Orientação de trabalho acadêmico: Dr. Éder da Silva Silveira

<sup>298</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá, Especialista em História da África e Cultura Afro-Brasileira, Práticas Docentes, Relações Raciais e Aplicação da Lei 10639/03 também pela UEM e Especialista em Docência no Ensino Superior pela PUC-PR campus de Maringá. Professora atuante na Educação Básica há dez anos.

de qualidade que, de fato, levante discussões pertinentes sobre a cultura africana e afro-brasileira em nosso país. Todo esse leque de problemáticas se intensifica, ainda mais, quando recorremos aos livros didáticos aos quais os estudantes da Educação Básica brasileira – Ensinos Fundamental e Médio – têm acesso, pois nos deparamos com abordagens simplistas, parágrafos insuficientes e com informações generalizadas que sempre trazem os povos africanos como escravos, submissos, sem riquezas materiais e, quando se trata da riqueza cultural ela é abordada, mas de forma alegórica e reducionista. Deste modo, evidencia-se que a África nas salas de aula do Brasil ainda é abordada de forma defasada posto que o cumprimento da Lei 10.639/03 se encontre igualmente defasado após dezessete anos de sua publicação.

### **“CHIBATA – 1910”: CONSIDERAÇÕES SOBRE MODERNIDADE, TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DA REVOLTA DOS MARINHEIROS.**

Robert Wagner Porto da Silva Castro<sup>299</sup>

**Resumo:** Enquanto parte do 2º Ciclo de Palestras On-line sobre História do Brasil, esta apresentação tem como principal objetivo trazer ao público em geral uma releitura da “Revolta dos Marinheiros de 1910”, popularmente conhecida como “Revolta da Chibata”, a partir de uma perspectiva que privilegia as transformações nas relações sociais entre oficiais e marinheiros e na própria atividade marinheira, frente a rápida evolução tecnológica que se desenvolvia na Armada brasileira. Sem desconsiderar a relevância fundamental do aspecto social e procurando estabelecer paralelos com movimentos de natureza semelhante ocorridos em outros países, durante o primeiro quarto do século XX. A palestra busca apresentar ao público alguns dos fundamentos da “Revolta da Chibata” relacionados ao paradoxo entre o aumento da qualificação técnico-profissional dos marinheiros e o trato a eles dispensado pela própria instituição naval, cujo aspecto mais emblemático eram os castigos corporais, com destaque para o emprego da chibata. Contribuindo assim para estabelecer e aprofundar debates, ampliando as perspectivas de análise sobre esse importante movimento.

**Palavras-Chave:** Revolta dos Marinheiros de 1910; Revolta da Chibata; Marinha do Brasil; Trabalho.

### **ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO A PARTIR DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: OS G.R.E.S DO RIO DE JANEIRO**

Rodson de Abreu Marques; Enzo Papera Gonçalves Cavalcante

**Resumo:** Diversas manifestações culturais abordam temas referentes à História do Brasil, especialmente ao que tange ao período conhecido como Brasil Império, desde 1822 até 1889. Os temas atuais abordados pelos Grêmios Recreativos Escolas de Samba do Rio de Janeiro giram em torno deste universo, caracterizando figuras marcantes, como Pedro I, Pedro II e suas obras políticas durante o Império. Também se destacam a D. Leopoldina (Imperatriz do Brasil) e a Princesa Isabel. O objetivo é difundir o conhecimento em escolas de ensino fundamental e médio para

---

<sup>299</sup> Doutorando em História pelo PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Bolsista CAPES, Pesquisador da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), Pesquisador associado do Núcleo de Pesquisa em História Regional Platina (UFPel), Pesquisador do Grupo de Estudos de História do Tempo Presente (PUCRS) e Editor da Revista *Navigator*.

complementar a didática. Leva-se em conta que estas manifestações culturais são uma vitrine de aprendizado. As passagens do Brasil Império foram abordadas diversas vezes, no entanto, foram escolhidos algumas das passagens mais marcantes. Diversas escolas de samba abordaram revoltas sociais como o G.R.E.S Unidos da Tijuca em 1984, com o tema “Salamaleikum, a revolta dos insubmissos Malês” e o centenário da Lei Áurea e a abolição da escravidão no Brasil em 1988 pela G.R.E.S Unidos de Vila Isabel, G.R.E.S Estação Primeira de Mangueira, G.R.E.S Beija-Flor de Nilópolis e G.R.E.S Acadêmicos do Salgueiro. Figuras importantes também foram temas, como em 1996 o G.R.E.S Imperatriz Leopoldinense abordou teve como tema central a Imperatriz do Brasil (D. Leopoldina da Áustria) e em 2019 o G.R.E.S Unidos de Vila Isabel em 2019 abordou a Princesa Isabel e a Cidade de Petrópolis. Em 2002 o G.R.E.S Unidos do Porto da Pedra contou a história da cidade imperial (Petrópolis) e os imperadores Pedro I e Pedro II. Portanto, destaca-se a relevância dos enredos temáticos das agremiações que podem contribuir para o aprendizado em sala de aula. **Palavras-chave:** Escolas de Samba; Ensino; História; Brasil Imperial

## **AS CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS DA HISTÓRIA ORAL PARA A HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XXI**

Simone Gomes de Faria<sup>300</sup> Karen Laiz Krause Romig<sup>301</sup>

**Resumo:** A proposta deste estudo foi o de observar algumas contribuições evidentes que este método de pesquisa das Ciências Humanas tem trazido para a historiografia atual. De natureza nem tão antiga quanto nova- a História Oral- em uma de suas possibilidades de atuação serve como um método qualitativo que auxilia na interpretação das representações e dos símbolos possibilitando a criação de uma percepção de um passado recente por meio de procedimentos metodológicos próprios. É sabido que não foi aceita prontamente pelos historiadores tradicionais sendo taxada de subversiva passando pelo exame de diversos pontos de vista teóricos acerca dos usos da memória ao apontar que ela apresenta falseabilidades e se encontra circunscrita em um processo limitado e parcial ao lidar com o campo da subjetividade. Os adotantes deste método de pesquisa constroem de modo rigoroso as fontes que desejam através das entrevistas. Entrementes, ao se trabalhar com este método se está em busca de uma fonte histórica que será assim considerada quando esta se tornar escrita. Em suma, sua grande contribuição incide no fato que este método é democrático porque aqui há o interesse pela voz de qualquer pessoa, de qualquer idade, desde que esta tenha um ponto de vista que coadune com os objetivos de um projeto de pesquisa com vistas a dar organicidade a um determinado processo que servirá de fonte histórica para gerações futuras. Além disso, outro ponto de destaque é que este possibilita dar sentido as vozes de pessoas consideradas comuns para que estas se reconheçam e percebam seu lugar de fala, bem como, observa o modo que os encadeamentos históricos acarretaram em suas vidas, pois, trabalhar com a subjetividade não é homogeneizar porque cada sujeito possui sua perspectiva especialmente quando se examina as mudanças e as continuidades na relação dialética do indivíduo com a sociedade.

## **A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA COMO FERRAMENTA DE PROTESTO E RESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL**

---

<sup>300</sup> Doutoranda em Educação. Linha Filosofia e História da Educação/ UFPEL.

<sup>301</sup> Mestranda em Educação. Linha Filosofia e História da Educação/ UFPEL.

**Resumo:** O período da Ditadura no Brasil (1964 - 1985) foi um momento onde a música se tornou ferramenta e símbolo de protesto e resistência, envolto em um movimento artístico e político. A perseguição, a censura, o embargo e cancelamento de eventos e festivais e programas de TV, fechamento de teatros, foram considerados pelos artistas como represálias aos seus feitos, pois se opunham ao sistema ditatorial e representavam esta oposição em suas artes, por conseguinte, a opressão aos artistas seria a reação à ação de protesto. O presente trabalho busca relacionar a música de resistência e de protesto dentro da ditadura militar no Brasil, apresentando artistas e suas produções durante este período. Estes artistas tinham características próprias, e, inspirados em momentos e acontecimentos, traduziam em suas músicas sentimentos de mobilização, como os encontrados na letra de *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré; letras fortes e provocativas do Movimento Tropicalista, com a canção *Miserere Nobis*; o apelo emocional e a melancolia demonstrados em *Sol de Primavera* do Clube da Esquina; já Chico Buarque nos apresentou o sentimento de tristeza vivenciado pelo artista em *Bastidores* e o engajamento bem disfarçado em *Alô Liberdade*. A classe artística, ao fazer música de protesto e também de resistência pós AI-5, uniu o que para eles seria visto como elemento nacional, em paralelo ao seu eu lírico, o cotidiano do povo, de suas dificuldades, um romance, uma fantasia. Por mais que, estes tivessem sofrido enormes adversidades durante este período, adquiriram experiências, que podem ser repassadas através de suas obras, nos ensinando a repelir qualquer ideia embrionária antidemocrática ou que simpatize com o nazifascismo, o qual, possa estar acontecendo no cenário contemporâneo do Brasil.

## **DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE SER REMUNERADO ATRAVÉS DO SEU CONHECIMENTO COMO PROFESSOR/PESQUISADOR**

Thiago Cedrez da Silva<sup>303</sup>

**Resumo:** Quais são as perspectivas de atuação profissional de um professor após a conclusão da faculdade e obtenção do seu diploma? O objetivo deste trabalho é apresentar 5 estratégias de como o pesquisador ou professor pode ser remunerado através do seu conhecimento. Assim, pretende-se fazer uma reflexão sobre o mercado de trabalho e atuação destes profissionais na perspectiva de empreender em sua carreira.

---

<sup>302</sup> Acadêmico do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá.

<sup>303</sup> Doutorando em História (UFPel). Mestre em História (2016) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas-RS.



## ENSINO DE HISTÓRIA E AS TECNOLOGIAS: DESENVOLVIMENTO DE JOGOS DIGITAIS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM HISTÓRIA.

Wilderson Alves Leite<sup>304</sup>

**Resumo:** Recentemente o estudo de jogos digitais destinados à educação avança intensamente, pesquisadores nacionais e internacionais têm se dedicado a analisar estes elementos tecnológicos, sendo a aprendizagem o foco da maioria de suas investigações. Além disso, os jogos digitais se estabelecem atualmente como meio promissor no cenário econômico, atingindo o terceiro maior faturamento mundial e suplantando até mesmo o cinema e a música juntos. Refletir sobre estes dados geram alguns questionamentos, entre eles, quais são os motivos que levam ao investimento tanto da indústria, quanto de pesquisadores, no que se refere aos jogos digitais? Por que investir em jogos digitais na educação? Essas indagações e tantas outras que surgem neste cenário são oportunas, pois a população de forma geral tem corroborado com esse tipo de inquietação, particularmente os professores, pais e responsáveis pelos alunos quando se deparam com o dilema de tentar entender a associação entre jogar e aprender. O presente trabalho de pesquisa busca compreender a relação entre jogos digitais e educação, além de investigar e propor possibilidades de interação dos jogos digitais na prática pedagógica. Para tanto, a construção do conhecimento histórico se dará através do desenvolvimento de um *Serious Game*. Esta modalidade de jogos digitais pode ser uma ótima ferramenta no desenvolvimento competências e habilidades necessárias aos discentes de História no ensino médio. Objetiva-se compreender se existe uma relação entre a iniciação científica em História e o desenvolvimento de jogos digitais, visando contribuir com o desenvolvimento de uma consciência histórica através do desenvolvimento de um jogo digital e suas simulações virtuais do passado.

**Palavras-chave:** Ensino de história. Tecnologias digitais. Iniciação científica.

---

<sup>304</sup>Especialista em História do Brasil e Mestrando em Ensino de História pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0483410899877420>



[casalettras.com/academico](http://casalettras.com/academico)



9 786589 147507 1

ISBN: 978-65-89475-07-1